SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 19 de Outubro de 2017 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO VI | Nº 1362

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE ADESÃO - OUVIDORIA

ANEXO ÚNICO À PORTARIA Nº 1.866, DE 29 DE AGOSTO DE 2017
Programa de Fortalecimento das Ouvidorias
Termo de Adesão – Entes Federados e Unidades Vinculadas

O Município de Abatiá, inscrito no CNPJ/MF 75.743.567/0001-57, localizado na Avenida João Carvalho de Mello, 135, Centro, Abatiá - Paraná representado por Nelson Garcia Junior, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 367.148.529-91, resolve aderir por meio do presente Termo ao Programa Federal de Fortalecimento das Ouvidorias - PROFORT em sua modalidade simplificada, coordenado e implementado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), sujeitando-se às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Nos termos do Programa Federal de Fortalecimento das Ouvidorias - PROFORT, instituído pela Portaria CGU nº 50.253, de 15 de dezembro de 2015.

I – Incumbe ao órgão ou entidade aderente:

Disponibilizar em suas páginas institucionais o link e banners digitais com identidade visual padrão oferecida pela Ouvidoria-Geral da União;
Divulgar e dar publicidade ao Sistema, bem como às formas de acesso a este pelos usuários;
Designar Administrador Local do Sistema, para fins de cadastramento e interlocução com a equipe de suporte;

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2017 / 2019

Cargo	Nome do Associado	Município	Micro
Presidente	Marcel Henrique Micheletto	Assis Chateaubriand	Amop
1 Vice presidente	Frank Ariel Schiavini	Coronel Vivida	Amsop
2 Vice presidente	Carlos Alberto Gebrim Preto	Apucarana	Amuvi
3 Vice presidente	Celio Marcos Barranco	Guaporema	Amerios
1 Secretário	Marcel Jayre Mendes dos Santos	Mato Rico	Amocentro
2 Secretário	Angela Maria Moreira Kraus	Farol	Comcam
1 Tesoureiro	Ernesto Alexandre Bastos	Nova America da Colina	Amunop
2 Tesoureiro	Sergio Eduardo Emygdio de Faria	Jacarezinho	Amunorp
Diretor de Relações Institucionais Política	Carlos Eugenio Stabach	Contenda	Assomec

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Receber, analisar e responder as manifestações recebidas por meio do canal e-Ouv Municípios;
Resguardar o sigilo da identidade dos manifestantes, nos termos do art. 31 da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, bem como demais informações sigilosas porventura inseridas no Sistema;
Observar as orientações da Ouvidoria-Geral da União quanto aos procedimentos referentes à utilização do Sistema;
Informar aos Núcleos de Ações de Ouvidoria e Prevenção à Corrupção da Superintendência Regional do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União nos estados acerca de qualquer incidente referente ao uso do Sistema e-Ouv Municípios;
Prestar informações à Ouvidoria-Geral da União a respeito dos seus dirigentes, ouvidores e outros agentes públicos responsáveis pelas atividades de ouvidoria no ente, bem como atualizar tais informações, quando necessário;
integrar, quando necessário, o Sistema e-Ouv Municípios aos softwares que utiliza;
zelar pelo uso adequado do Sistema e-Ouv Municípios, comprometendo-se a utilizar os dados que lhe forem disponibilizados somente nas atividades que, em virtude de lei, lhe compete exercer; e
apurar o fato, no caso de uso indevido do Sistema e-Ouv Municípios, com vistas a eventual responsabilização administrativa e criminal.

II – Incumbe à CGU:

Disponibilizar, gerir, atualizar e manter o Sistema e-Ouv Municípios;
Prover infraestrutura de servidores das bases de dados do Sistema e-Ouv Municípios;
Cadastrar os administradores locais designados pelos órgãos e entidades aderentes por meio dos Núcleos de Ações de Ouvidoria e Prevenção à Corrupção da Superintendência Regional do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União nos estados;
Prestar suporte aos usuários do Sistema e-Ouv Municípios;
Produzir, atualizar e manter disponíveis os manuais de uso do Sistema e-Ouv Municípios;
Fornecer aos órgãos e entidades aderentes banners digitais com identidade visual do Sistema para inclusão nas suas páginas institucionais, bem como respectivas urls de direcionamento ao Sistema;
Adotar salvaguardas para a garantia da segurança, integridade e atualidade da base de dados do e-Ouv Municípios;
Manter sessão de busca com acesso a todas as ouvidorias usuárias do Sistema e-Ouv Municípios no ambiente do site Ouvidorias.gov.br;
Adotar as ações necessárias para a realização dos seminários, cursos e treinamentos; e
Realizar as ações necessárias à promoção de atividades de formação para as ouvidorias

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INEXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA

O presente Termo de Adesão, celebrado a título gratuito, não acarretará a transferência ou a disponibilização de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por qualquer dos partícipes nas atividades inerentes ao presente Termo de Adesão não sofrerão alterações na sua vinculação funcional com as instituições de origem, às quais cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes.

CLÁUSULA QUARTA – DO ADMINISTRADOR LOCAL

O órgão ou entidade aderente indica o servidor Adilson Anacleto do Carmo, lotado no Gabinete para exercer as atribuições de Administrador Local do Sistema e-Ouv Municípios, nos termos do art. 2º da Portaria nº 1866, de 29 de agosto de 2017.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

Este Termo de Adesão terá prazo de vigência indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

O disposto neste Termo de Adesão poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, de comum acordo entre os partícipes, mediante Termo Aditivo devidamente justificado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE ADESÃO

O presente Termo de Adesão poderá ser denunciado a qualquer tempo, sem ônus para os partícipes, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou, de imediato, na hipótese de descumprimento de qualquer das suas cláusulas e resilido por mútuo acordo ou pela superveniência de norma legal ou administrativa que o torne inexequível.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir eventuais conflitos decorrentes do presente Termo de Adesão.

Abatiá - Paraná, 18/10/2017.

NELSON GARCIA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Anacleto do Carmo
Código Identificador:579CABA9

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE ADESÃO

Programa Federal de Fortalecimento das Ouvidorias
Termo de Adesão – Municípios

O ente parceiro, Município de Abatiá, inscrito no CNPJ/MF 75.743.567/0001-57, localizado na Avenida João Carvalho de Mello, 135. Centro, Abatiá Estado do Paraná representado por Nelson Garcia Junior, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 367.148.529-91, Carteira de Identidade 20317370 SSP-PR, resolve aderir ao Programa Federal de Fortalecimento das Ouvidorias, coordenado e implementado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), por meio do presente Termo, sujeitando-se às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Nos termos do Programa Federal de Fortalecimento das Ouvidorias, instituído pela Portaria CGU nº 50.253, de 15 de dezembro de 2015.

I – Incumbe ao ente parceiro em conjunto com a CGU:

a) cumprir os objetivos do Programa, com zelo, tempestividade e boa qualidade dos resultados apresentados, com a observância dos demais princípios da Administração Pública, buscando alcançar eficiência e êxito em suas atividades;
b) elaborar indicadores e, quando possível, divulgar os resultados dos estudos realizados sobre o Programa;
c) adotar as ações necessárias para a realização dos seminários, cursos e treinamentos;
d) realizar as ações necessárias à promoção de atividades de formação para as ouvidorias.

II – Incumbe ao ente parceiro:

a) Prestar informações à Ouvidoria-Geral da União a respeito dos seus dirigentes, ouvidores e outros agentes públicos responsáveis pelas atividades de ouvidoria no ente, bem como atualizar tais informações, quando necessário;
b) promover ampla divulgação do e-Ouv nas suas dependências e ambientes virtuais, dando conhecimento aos cidadãos a respeito dos procedimentos para registro de manifestações;
c) integrar, quando necessário, o Sistema e-Ouv aos softwares que utiliza;
d) zelar pelo uso adequado do Sistema e-Ouv, comprometendo-se a utilizar os dados que lhe forem disponibilizados somente nas atividades que, em virtude de lei, lhe compete exercer;
e) não vender, ceder ou transferir, a qualquer título, o direito de uso do código-fonte do Sistema e-Ouv e seus conexos;
f) apurar o fato, no caso de uso indevido do Sistema e-Ouv, com vistas a eventual responsabilização administrativa e criminal;
g) reportar à CGU eventuais falhas identificadas no Sistema e-Ouv;
h) incluir, obrigatoriamente, a logomarca da CGU e a expressão "desenvolvido pela Controladoria-Geral da União-CGU" em qualquer ação promocional relacionada ao Sistema e-Ouv; e
i) adotar as ações necessárias para a realização dos seminários, cursos e treinamentos para uso do Sistema e-Ouv.

Subcláusula Primeira – O ente parceiro fica autorizado a promover as modificações, totais ou parciais, que julgar necessárias no Sistema e-Ouv, visando sua melhoria e desenvolvimento de novas funcionalidades, cabendo-lhe disponibilizá-las à CGU e ficando assegurada à CGU a propriedade do sistema cedido e das alterações implementadas.

Subcláusula Segunda – Independentemente da efetivação ou não, pela CGU, do registro do Sistema e-Ouv perante os órgãos competentes, o ente parceiro compromete-se a não registrar a solução e a não buscar qualquer forma equivalente de proteção ou apropriação com o fim de permitir a transferência da solução a terceiros.

Subcláusula Terceira – O ente parceiro se compromete a não ceder, locar ou comercializar, no todo ou em parte, a qualquer título, o sistema que ora lhe é cedido, inclusive versão que tenha sido modificada.

Subcláusula Quarta – O ente parceiro se responsabiliza pela correta utilização e guarda de dados, de informações e do código-fonte recebido em decorrência deste Termo de Adesão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INEXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA

O presente Termo de Adesão, celebrado a título gratuito, não acarretará a transferência ou a disponibilização de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por qualquer dos partícipes nas atividades inerentes ao presente Termo de Adesão não sofrerão alterações na sua vinculação funcional com as instituições de origem, às quais cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Este Termo de Adesão terá prazo de vigência indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

O disposto neste Termo de Adesão poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, de comum acordo entre os partícipes, mediante Termo Aditivo devidamente justificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE ADESÃO

O presente Termo de Adesão poderá ser denunciado a qualquer tempo, sem ônus para os partícipes, mediante aviso com antecedência

mínima de 30 (trinta) dias, ou, de imediato, na hipótese de descumprimento de qualquer das suas cláusulas e resilido por mútuo acordo ou pela superveniência de norma legal ou administrativa que o torne inexequível.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O ente parceiro providenciará a publicação integral ou resumida deste Termo de Adesão e seus termos aditivos, se houver, no Diário Oficial ou outro instrumento legítimo de publicação, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Termo de Adesão.

Abatiá/PR, 18/10/2017.

NELSON GARCIA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Anacleto do Carmo
Código Identificador:4106B85C

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017.
CONTRATANTE: Município de Abatiá – PR.
CONTRATADA: Orivaldo José Jofre - EPP.
OBJETO: Aquisição de materiais elétricos e postes republicano para a praça municipal e passeio.
VALOR: R$ 30.979,00 (trinta mil novecentos e setenta e nove reais).
VIGÊNCIA: 18/10/17 a 31/12/2017.

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:0793F26C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI - MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RESOLUÇÃO CMI Nº 007/2017

Dispõe sobre a ratificação dos dados constantes na folha de rosto referente à Deliberação nº 001/2017 – CEDI/PR e dá providências.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições que lhe confere a **Lei Municipal nº. 1026/2004** de 24 de março de 2004, Lei Federal **nº. 10.741/2003** de 01 de outubro de 2003 e legislação vigente atual.
Considerando a deliberação da 16ª plenária de 06 de outubro de 2017;
Considerando que a Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 230 que "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar a pessoa idosa, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida.";
Considerando que o Estatuto do Idoso estabelece a Garantia da Proteção Integral e dos Direitos Fundamentais aos Idosos,

Resolve:

Art. 1º - O Conselho Municipal do Idoso do Município de Almirante Tamandaré/PR – CMI/AT – RATIFICA os dados constantes na Folha de Rosto conforme **plano de ação aprovado referente à Deliberação nº 001/2017 CEDI/PR.** Esta estabelece os procedimentos de repasse de recursos no formato fundo a fundo para a viabilização de projetos, programas e serviços voltados ao atendimento de pessoas idosas e encaminhados por órgãos governamentais, conforme Lei Federal n 10.741 de 01 de Outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.
Art. 2° - O repasse será feito conforme a Deliberação n° 001/2017, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), em parcela única, os quais deverão ser usados pelo Gestor municipal de acordo com o termo de adesão e plano de Ação aprovado pelo Conselho Municipal do Idoso do Município de Almirante Tamandaré - CMI/AT.
Art. 3° - Fica a **Secretaria Municipal de Família, Desenvolvimento Social e Cultura, gestora da Política da Assistência Social**, responsável em comunicar ao CMI/AT eventuais alterações no plano aprovado por este.
Art. 4º - A Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, através de suas secretarias da Fazenda e de Família, Desenvolvimento Social e Cultura se comprometem a cumprir todas as normativas vigentes do Tribunal de Contas para uso do recurso.

Art. 5º - Fica a GESTORA MUNICIPAL **da Política da Assistência Social** responsável pela prestação de contas ao CMI/AT dos recursos utilizados desta resolução.
Art.6º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de reuniões, 17 de outubro de 2017.

DORCELINO VICENTE DE PRA
Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Almirante Tamandaré CMI/AT.

Publicado por:
Alessandro Sales de Lara
Código Identificador:09D40EA8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 096/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

DATA LIMITE PARA ABERTURA DA PROPOSTA: 10/11/17 às 08h30min.

DATA PARA ABERTURA DA SALA DE DISPUTA: 10/11/17 às 09h00min.

Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DO ACERVO DE LIVROS PARA O CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS CEU/PEC".**

Valor Máximo: **R$ 177.225,36 (cento e setenta e sete mil, duzentos e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos). Local de Abertura:** Por meio do endereço eletrônico
www.licitacoes-e.com.br no site do Banco do Brasil.

Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico
www.licitacoes-e.com.br ou no site da Prefeitura pelo link
http://tamandare.pr.gov.br/licitacoes.

Dúvidas através dos telefones**:** (41) 3699-8643 / 3699-8654 / 3699-8674.

Almirante Tamandaré, 18 de Outubro de 2017.

SANDRA MARIA CUMIN FERRO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:35BE87F6

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

Protocolo nº 0018.0016275/2017
Partes: **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ e COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI ME.**

Objeto: Aquisição de móveis e equipamentos médicos hospitalares para uso exclusivo da UBS Cachoeira, conforme termo de adesão do município ao incentivo financeiro de investimento para aquisição de equipamentos, com recursos do programa de qualificação da atenção primária a saúde - APSUS.
Prazo: O prazo de execução e de vigência será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.
Valor: O valor será de R$ 12.643,40 (doze mil, seiscentos e quarenta e três reais e quarenta centavos).
Data de Assinatura: 11.09.2017
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

09.01	Secretaria Municipal de Saúde
10.302.0015.1.052	Equipamentos da Unidade de Saúde
4.4.90.52.00 - 2500	Equipamentos e Material Permanente

Almirante Tamandaré, 18 de outubro de 2017.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Mariana Betenheuser Bazzani
Código Identificador:54339BDD

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

Protocolo nº 0018.0016208/2017
Partes: **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ e PAULINEIA LOTTERMANN REIS – ME.**
Objeto: Aquisição de móveis e equipamentos médicos hospitalares para uso exclusivo da UBS Cachoeira, conforme termo de adesão do município ao incentivo financeiro de investimento para aquisição de equipamentos, com recursos do programa de qualificação da atenção primária a saúde - APSUS.
Prazo: O prazo de execução e de vigência será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.
Valor: O valor será de R$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais).
Data de Assinatura: 11.09.2017
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

09.01	Secretaria Municipal de Saúde
10.302.0015.1.052	Equipamentos da Unidade de Saúde
4.4.90.52.00 - 2500	Equipamentos e Material Permanente

Almirante Tamandaré, 18 de outubro de 2017.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Mariana Betenheuser Bazzani
Código Identificador:14AE089F

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

Protocolo nº 0018.0016615/2017
Partes: **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ e METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP.**
Objeto: Aquisição de móveis e equipamentos médicos hospitalares para uso exclusivo da UBS Cachoeira, conforme termo de adesão do município ao incentivo financeiro de investimento para aquisição de equipamentos, com recursos do programa de qualificação da atenção primária a saúde - APSUS.
Prazo: O prazo de execução e de vigência será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.
Valor: O valor será de R$ 3.100,00 (três mil e cem reais).
Data de Assinatura: 11.09.2017
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

09.01	Secretaria Municipal de Saúde
10.302.0015.1.052	Equipamentos da Unidade de Saúde
4.4.90.52.00 - 2500	Equipamentos e Material Permanente

Almirante Tamandaré, 18 de outubro de 2017.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Mariana Betenheuser Bazzani
Código Identificador:D65A5BE2

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

Protocolo nº 0018.0016210/2017
Partes: **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ e FÊNIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME.**
Objeto: Aquisição de móveis e equipamentos médicos hospitalares para uso exclusivo da UBS Cachoeira, conforme termo de adesão do município ao incentivo financeiro de investimento para aquisição de equipamentos, com recursos do programa de qualificação da atenção primária a saúde - APSUS.
Prazo: O prazo de execução e de vigência será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.
Valor: O valor será de R$ 1.860,00 (um mil, oitocentos e sessenta reais).
Data de Assinatura: 11.09.2017
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

09.01	Secretaria Municipal de Saúde
10.302.0015.1.052	Equipamentos da Unidade de Saúde
4.4.90.52.00 - 2500	Equipamentos e Material Permanente

Almirante Tamandaré, 18 de outubro de 2017.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Mariana Betenheuser Bazzani
Código Identificador:020CC926

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

Protocolo nº 0018.0016212/2017
Partes: **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ e FÊNIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME.**
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de equipamentos de informática e multimídia, que consistem em microcomputador completo, impressoras, notebook's, monitores, teclados, mouse, filtros de linha, nobreak's, roteadores, pen drives, câmera digital e projetor multimídia, com objetivo de promover a atualização tecnológica na Secretaria de Saúde, bem como, na implantação do sistema e-sus nas unidades básicas de saúde.
Prazo: O prazo de execução e de vigência será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.
Valor: O valor será de R$ 16.784,00 (dezesseis mil, setecentos e oitenta e quatro reais).
Data de Assinatura: 12.09.2017
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

09.01	Secretaria Municipal de Saúde
10.301.0015.2.048	Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 - 1303	Material de Consumo 231
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 828
4.4.90.52.00 - 1303	Equipamentos e Material Permanente 243
4.4.90.52.00 - 1000	Equipamentos e Material Permanente 242
10.305.0016.2.055	Serviços de Controle de Doenças Epidemiológicas
3.3.90.30.00 - 1497	Material de Consumo 300
4.4.90.52.00 - 1497	Equipamentos e Material Permanente 303

Almirante Tamandaré, 18 de outubro de 2017.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Mariana Betenheuser Bazzani
Código Identificador:BE799A00

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

Protocolo nº 0018.0016213/2017
Partes: **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ e INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA ME.**
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de equipamentos de informática e multimídia, que consistem em microcomputador completo, impressoras, notebook's, monitores, teclados, mouse, filtros de linha, nobreak's, roteadores, pen drives, câmera digital e projetor multimídia, com objetivo de promover a atualização tecnológica na Secretaria de Saúde, bem como, na implantação do sistema e-sus nas unidades básicas de saúde.
Prazo: O prazo de execução e de vigência será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.
Valor: O valor será de R$ 8.745,54 (oito mil, setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).
Data de Assinatura: 12.09.2017
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

09.01	Secretaria Municipal de Saúde
10.301.0015.2.048	Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 - 1303	Material de Consumo 231
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 828
4.4.90.52.00 - 1303	Equipamentos e Material Permanente 243
4.4.90.52.00 - 1000	Equipamentos e Material Permanente 242
10.305.0016.2.055	Serviços de Controle de Doenças Epidemiológicas
3.3.90.30.00 - 1497	Material de Consumo 300
4.4.90.52.00 - 1497	Equipamentos e Material Permanente 303

Almirante Tamandaré, 18 de outubro de 2017.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Mariana Betenheuser Bazzani
Código Identificador:B392C00D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA 002/2017

Estabelece procedimentos para solicitação e destinação de vagas nas Unidades de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação.

O Secretário Municipal da Educação, no uso das atribuições, estabelece procedimentos para solicitação de vagas nas Unidades de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação do Município de Almirante Tamandaré, de acordo com as normas a seguir:
Art. 1º- Considera-se Unidade de Educação Infantil municipal aquela que oferece atendimento educacional para crianças de seis meses a cinco anos de idade.
Art. 2º- A partir de março de 2017 fica instituído no Município de Almirante Tamandaré o *cadastramento de Solicitação de Vaga em Educação Infantil online*, a ser adotado em toda a Rede Municipal de Educação Infantil.
I – Anualmente a Secretaria Municipal de Educação, por meio de edital, tornará público o período de matrículas nas unidades de Educação Infantil do Município, e as crianças serão chamadas de acordo com a colocação na lista de espera do cadastramento *online*.
II – O cadastro de solicitação de vaga na Educação Infantil terá validade até o seu atendimento em unidade de educação infantil, devendo ser atualizada em razão de alterações de dados cadastrais da família da criança.
III – a realização do Cadastramento de Solicitação de vagas *online* não implica na destinação da vaga respectiva nem realização imediata ou obrigatória da matrícula;
IV – poderão ser atendidas a qualquer tempo do ano letivo e serão encaminhadas *para qualquer Unidade Educacional do Município*, respeitando a disponibilidade de vagas e urgência da situação as crianças encaminhadas por:
a. Rede de proteção;
b. Ministério Público;
c. Juiz da Infância;
d. Com deficiência ou que tenham irmão com deficiência;
e. filhos de mulheres ***que não atingiram a maioridade*** e se encontram estudando;
f. boletins de ocorrência motivado por situação de risco da criança, inclusive *Lei Maria da Penha;*
g. com deficiência na aprendizagem, encaminhadas sob orientação ou acompanhamento médico, avaliadas pelo CMAE (Centro Municipal de Atendimento Especializado) que indique necessidade de atendimento educacional especializado para estimular o desenvolvimento da criança e para que tenham melhores condições de ingressar no Ensino Fundamental.
V – todas as unidades educacionais poderão efetuar os *Cadastros de Solicitação de Vagas online*, o qual constituirá Banco de Dados Municipal para controle da demanda de atendimento;
VI – Não serão inclusos no Banco de Dados Municipal cadastramentos da mesma criança mais de uma vez, ficando registrada a primeira solicitação apresentada, sendo válida para qualquer unidade educacional.
Art. 3º- Para manifestação expressa de interesse em matricular os filhos na Rede Municipal de Educação Infantil, pais ou responsáveis legais devem realizar o *Cadastro de intenção de vagas online*, *que conforme* ***Resolução CNE/CEB nº 06/2010*** - Define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil - Para o ingresso na Pré-Escola, a criança deverá ter idade de 4 (quatro) anos completos até o dia 31 de março do ano que ocorrer a matrícula. Para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, a criança deverá ter idade de 6 (seis) anos completos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula e a ***Lei Estadual nº 18.492/2015*** – que Aprovou o ***Plano Estadual de Educação*** revoga a lei 16.049/2009 e normatiza o corte etário para 31 de março. A vaga será oferecida em estabelecimento de ensino perto da residência da criança, conforme disponibilidade de vagas, desde que tenha preenchido o formulário do *Cadastro de Solicitação de Vagas online*.

As turmas de crianças em idade de creche, 0 a 3 anos, serão organizadas seguindo o corte etário conforme Resolução e Lei acima citados.
Art. 4º - o Cadastro será preenchido pelo responsável legal da criança, utilizando seu CPF para consulta posterior.
Art. 5º- A informação acerca da inclusão ou pertencimento da criança na Rede de Proteção será certificada, por documento próprio pelo CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)
Art. 6º - após análise das circunstâncias indicadas no artigo 5º da presente Instrução Normativa, os responsáveis pelo sistema de monitoramento e manutenção das vagas deferirão pela matrícula das crianças que prioritariamente se apresentarem nas circunstâncias citadas;
Art. 7º - após destinação da vaga será comunicado aos pais ou responsáveis legais acerca da matrícula os quais deverão apresentar-se no período de até 3 (três) dias úteis ao CMEI para proceder os atos administrativos próprios da matrícula escolar, munido dos seguintes documentos:

a) Certidão de nascimento da criança;
b) Declaração das vacinas atualizada (original e cópia)
c) RG dos representantes legais (original e cópia)
d) Comprovante de residência
e) Cadastro único
f) Número do NIS.

Art. 8º - os casos extraordinários serão resolvidos diretamente na *Secretaria Municipal de Educação com a autorização do Secretário Municipal de Educação.*

JUCIE PARREIRA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Alessandro Sales de Lara
Código Identificador:D0DC9070

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0158/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2017 TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita Municipal de Altamira do Paraná em exercício, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as determinações da Lei Federal nº. 8.666/93, e demais normas regulamentares e considerando a verificação da conformidade da Lei;

RESOLVE:
I – ADJUDICAR OS LOTE DO PROCESSO EM EPIGRAFE, as empresa:
Lote 01: GENTE SEGURADORA S.A – cnpj 90.180.605/0001-02, no valor total de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais); **Lote 02: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS – cnpj 61.198.164/0001-60**, no valor total de R$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), sendo estás as mais vantajosas para administração pública de Altamira do Paraná – Estado do Paraná e:

II – HOMOLOGAR o Procedimento Licitatório 0158/2017, **modalidade Pregão Presencial nº. 057/2017**, ocorrido em 16 de Outubro de 2017, por haver atendido a todas as formalidades contidas no Edital e estar em conformidade com a legislação pertinente e;

III – Determinar a Comissão Permanente de Licitação - CPL, a publicação em Diário Oficial do Município, para o cumprimento deste Termo de Adjudicação e Homologação;

IV – Determinar ao Setor Responsável à elaboração do contrato de prestação de serviços, nos moldes do Edital e anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Altamira do Paraná, 18 de Outubro de 2017.

ELZA APARECIDA DA SILVA AGUIAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Pires
Código Identificador:6FCD3CDF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0158/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2017 EXTRATO DE CONTRATO Nº 0195/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ, inscrito no CNPJ nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, n. 180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sr.ª. **Elza Aparecida da Silva Aguiar**, portadora do RG 5.770.361-0 SSP/PR e CPF 804.135.609-53.

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A – cnpj 90.180.605/0001-02, localizada na Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 – Centro Histórico – Porto Alegre – RS, a seguir denominada **CONTRATADA,** representada pelo seu representante legal Sr. **MARCELO WAIS,** Brasileiro, Segurador, Casado, Portador do RG 7009036166 SSP/RS e do CPF 632.005.380-15.

OBJETO: Contratação de seguros de veículos da frota do município de Altamira do Paraná. O seguro deverá oferecer as seguintes coberturas: Cobertura ao veículo de casco com no minimo 100% da tabela FIPE para colisão, incêndio e roubo, coberturas adicionais para vidros, retrovisores, faróis e lanternas, Danos materiais a terceiros, Danos corporais a terceiros, Dano moral a terceiros e acidentes pessoais por passageiros com morte, invalidez e Despesas Médica Hospitalar por passageiro, assistência 24 horas e remoção em guincho sem limite de Km, tudo conforme Anexo I e com todas as Franquias reduzidas.

DATA DO CONTRATO: 18 de Outubro de 2017.

Vigência das Apólices: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R$ 17.000,00 (dezessete mil reais)

FORO: Comarca de Campina da Lagoa – PR

Publicado por:
Diego Pires
Código Identificador:1FC94E40

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0158/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2017 EXTRATO DE CONTRATO Nº 0196/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ, inscrito no CNPJ nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, n. 180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sr.ª. **Elza Aparecida da Silva Aguiar**, portadora do RG 5.770.361-0 SSP/PR e CPF 804.135.609-53.

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS – cnpj 61.198.164/0001-60, localizada na Rua Guaianazes, 1238 – Campos Elíseos – CEP 01205-905 – São Paulo – Capital, a seguir denominada **CONTRATADA,** representada pela Sra. **MARTA WOUTERS MONTOYA,** Casada, Securitária, portador do RG 57124465-8 SSP/SP e do CPF 603.184.650-00

OBJETO: Contratação de seguros de veículos da frota do município de Altamira do Paraná. O seguro deverá oferecer as seguintes coberturas: Cobertura ao veículo de casco com no minimo 100% da tabela FIPE para colisão, incêndio e roubo, coberturas adicionais para vidros, retrovisores, faróis e lanternas, Danos materiais a terceiros, Danos corporais a terceiros, Dano moral a terceiros e acidentes pessoais por passageiros com morte, invalidez e Despesas Médica Hospitalar por passageiro, assistência 24 horas e remoção em guincho sem limite de Km, tudo conforme Anexo I e com todas as Franquias reduzidas.

DATA DO CONTRATO: 18 de Outubro de 2017.

Vigência das Apólices: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais)

FORO: Comarca de Campina da Lagoa – PR

Publicado por:
Diego Pires
Código Identificador:87483642

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 75/2017 DE 02/10/2017

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ALTAMIRA DO PARANA,Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 548/2016 de 06/12/2016.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 35.350,00 (trinta e cinco mil trezentos e cinqüenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
02.000.00.000.0000.0.000. GOVERNO MUNICIPAL
02.003.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE COMUNICACAO

02.003.04.122.0002.2.004. COORDENAÇÃO PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA
20 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 200,00
03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE COORDENACAO GERAL
03.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO
03.001.04.122.0003.2.006. ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
32 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 1.600,00
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCACAO
05.003.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO-ESPECIAL
05.003.12.364.0102.2.227. PROGRAMA DE APOIO AO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO
108 - 3.3.90.30.00.00 104 MATERIAL DE CONSUMO 1.100,00
05.004.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL
05.004.12.361.0074.2.026. MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENS. FUNDAMENTAL
439 - 3.3.90.30.00.00 104 MATERIAL DE CONSUMO 2.800,00
05.005.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE EDUCACAO - Aplicacoes Livres
05.005.12.361.0015.2.040. ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO
137 - 3.3.90.30.00.00 104 MATERIAL DE CONSUMO 100,00
05.006.00.000.0000.0.000. EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS - MDE
05.006.12.306.0014.2.039. ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR - Contrapartida
143 - 3.3.90.32.00.00 000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 600,00
07.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.302.0019.2.053. ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
183 - 3.3.90.14.00.00 303 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL 5.000,00
07.001.10.302.0019.2.057. ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL
411 - 3.3.90.39.00.00 328 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 15.000,00
09.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS
09.001.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE AGRICULTURA, ASSISTENCIA TÉCNICA ,MEIO AMBIENTE
09.001.20.606.0030.2.104. ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
328 - 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO 300,00
09.001.20.606.0030.2.105. ATIVIDADES APOIO E INCENTIVOS Á AGRICULTURA E PECUÁRIA
334 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 200,00
09.001.20.606.0041.1.032. INCETIVAR A DIVERSIFICAÇÃO NAS PROPRIEDADES RURAIS - COOPERAÇÃO TÉCNICA EMATER
338 - 3.3.90.36.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA 300,00
10.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS,VIACAO E URBANISMO
10.001.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO
10.001.15.452.0026.2.085. ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE OBRAS E URBANISMO
360 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 750,00
10.001.15.452.0026.2.087. SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA E URBANIZAÇÃO
364 - 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO 100,00
10.001.20.606.0056.1.088. CASCALHAMENTO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
379 - 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO 6.300,00
10.001.25.752.0002.2.110. Iluminaçao Pública
384 - 3.3.90.39.00.00 507 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 1.000,00
Total Suplementação: 35.350,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de § 1º , Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução
03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE COORDENACAO GERAL
03.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO
03.001.04.122.0003.2.006. ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
28 - 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCACAO
05.002.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE EDUCACAO - INFANTIL
05.002.12.365.0012.2.034. GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
94 - 3.1.90.13.00.00 104 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.200,00
05.004.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL
05.004.12.361.0009.2.025. ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
121 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 4.100,00
05.005.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE EDUCACAO - Aplicacoes Livres
05.005.12.366.0075.2.041. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
142 - 3.3.90.36.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 600,00
07.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.302.0019.2.056. ASSISTÊNCIA E AMPLIAÇÃO FARMÁCIA BÁSICA
198 - 3.3.90.32.00.00 303 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 5.000,00
07.001.10.302.0019.2.057. ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL
408 - 3.1.90.11.00.00 328 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 15.000,00
08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.001.08.244.0022.2.071. AÇÕES DE PROMOÇÃO SOCIAL E PROTEÇÃO A FAMÍLIA
264 - 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO 3.450,00
10.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS,VIACAO E URBANISMO
10.001.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO
10.001.25.752.0002.2.110. Iluminaçao Pública
383 - 3.3.90.30.00.00 507 MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00
Total Redução: 35.350,00

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2016 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ALTAMIRA DO PARANA , Estado do Paraná,em 02/10/2017.

ELZA APARECIDA DA SILVA AGUIAR
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:ECB187B7

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 76/2017 DE 02/10/2017

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ALTAMIRA DO PARANA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 548/2016 de 06/12/2016.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 67.700,00 (sessenta e sete mil setecentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
07.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.302.0019.2.053. ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
186 - 3.3.90.30.00.00 495 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00
07.002.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.063. EXECUÇÃO DO PROGRAMA PSF - FEDERAL
237 - 3.3.90.39.00.00 495 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 4.500,00
07.002.10.301.0021.2.067. EXECUÇÃO DAS NORMAS DO PAB FIXO
241 - 3.3.90.30.00.00 495 MATERIAL DE CONSUMO 23.000,00
243 - 3.3.90.39.00.00 495 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 13.800,00
08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.001.08.244.0022.2.222. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PARA PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIENCIA
417 - 3.3.90.36.00.00 781 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA 800,00
08.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
08.003.08.244.0025.2.224. EXECUÇÃO DO PROGRAMA SERVIÇOS DE CONV. E FORT. DE VINCULOS
420 - 3.3.90.39.00.00 781 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 3.100,00
10.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS,VIACAO E URBANISMO
10.001.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO
10.001.15.452.0026.2.085. ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE OBRAS E URBANISMO
354 - 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO 6.500,00
10.002.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
10.002.26.782.0026.2.086. ATIVIDADES OPERACIONAIS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
394 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 11.000,00
Total Suplementação: 67.700,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.7.2.1.33.10.01.02 Fonte: 31495 28.800,00
Receita: 1.7.2.1.33.10.01.02 Fonte: 31495 17.500,00
Receita: 1.1.2.2.99.02.00.00 Fonte: 1000 2.250,00
Receita: 1.6.0.0.03.01.00.00 Fonte: 1000 13.000,00
Receita: 1.6.0.0.45.00.00.00 Fonte: 1000 2.250,00
Receita: 1.7.2.2.99.99.00.00 Fonte: 781 3.900,00
Total da Receita: 67.700,00

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2016 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado,especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ALTAMIRA DO PARANA , Estado do Paraná,em 02/10/2017.

ELZA APARECIDA DA SILVA AGUIAR
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:B12EB4E6

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 77/2017 DE 02/10/2017

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ALTAMIRA DO PARANA,Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 548/2016 de 06/12/2016 .

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 132.800,00 (cento e trinta e dois mil oitocentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
08.003.08.244.0022.2.119. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA - PAIF
437 - 3.3.90.39.00.00 781 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 2.400,00
08.003.08.244.0025.2.078. EXECUÇÃO DO PROGRAMA IGD
313 - 3.3.90.14.00.00 936 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL 400,00
10.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS,VIACAO E URBANISMO
10.001.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO
10.001.17.511.0029.1.100. AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
433 - 4.4.90.51.00.00 742 OBRAS E INSTALAÇÕES 130.000,00
Total Suplementação: 132.800,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2016 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado,especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ALTAMIRA DO PARANA ,Estado do Paraná, em 02/10/2017.

ELZA APARECIDA DA SILVA AGUIAR
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:D6F3C7BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 7. 884 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre autorização para Suplementação de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 54.250,00 (Cinqüenta e quatro mil duzentos e cinqüenta reais), autorizado pela lei nº. 2.983 de 17 de outubro de 2017.

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar "**CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL",** na Dotação Orçamentária abaixo especificada:

08.SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
003.DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
2.065. Manter o Sistema de Iluminação Pública	
4.4.90.52.00.00.3507 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	54.250,00

Art. 2° - O recurso para a Suplementação do Crédito Adicional Especial de que trata este decreto será resultante do cancelamento da seguinte dotação orçamentária:

08.SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
003.DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
2.065. Manter o Sistema de Iluminação Pública	
3.3.90.30.00.00.3507 MATERIAL DE CONSUMO	54.250,00

Art. 5° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 18 de outubro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:28A04DD7

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 7.885 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 347.000,00 (Trezentos e quarenta e sete mil reais), autorizado pela lei nº. 2.982 de 17 de outubro de 2017.

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir "**CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL",** nas Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

05.SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
002.DEPARTAMENTO DE ENSINO	
1.007. Construir Centro de Educação Infantil	
3.3.90.30.00.00.1000 MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
4.4.90.51.00.00.1000 OBRAS E INSTALAÇÕES	40.000,00
13.SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
004.DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
2.109. Manter o Departamento de Meio Ambiente	
4.4.90.52.00.00.1799 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	287.000,00

Art. 2° - Os recursos para a Abertura de Crédito Adicional Especial de que trata este decreto será resultante do Excesso de Arrecadação da fonte 1799 – Convênio 124/2017 - Programa de Coleta Seletiva, no valor de R$ 287.000,00 (duzentos e oitenta e sete mil reais) e do cancelamento da seguinte dotação orçamentária:

03.SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
001.GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO	
2.006. Manter o Gabinete da Secretaria Municipal de Administração	
3.3.91.97.00.00.1000 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	60.000,00

Art. 5° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 18 de outubro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:BB56315A

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 7.886 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre autorização para Suplementação de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 15.060,00 (Quinze mil e sessenta reais), autorizado pela lei nº. 2.981 de 17 de outubro de 2017.

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar "**CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL",** nas Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

16.SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
001.GABINETE DA CULTURA E COMUNICAÇÃO	
2.152. Manter o Gabinete da Cultura e Comunicação	
3.1.90.13.00.00.3000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	260,00
3.3.90.14.00.00.1000 DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	1.000,00
3.3.90.36.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	3.700,00
3.3.90.46.00.00.1000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	500,00
003.DEPARTAMENTO DE CULTURA	
2.037. Manter os Eventos Culturais e Cívicos	
3.3.90.39.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	1.500,00
2.153. Manter o Programa de Incentivo a Cultura	
3.1.90.13.00.00.1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.690,00
3.1.90.13.00.00.3000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	6.410,00

Art. 2° - Os recursos para a suplementação do Crédito Adicional Especial de que trata este decreto serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

16.SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
001.GABINETE DA CULTURA E COMUNICAÇÃO	
2.152. Manter o Gabinete da Cultura e Comunicação	
3.3.90.30.00.00.1000 MATERIAL DE CONSUMO	2.700,00
3.3.90.39.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	500,00
4.4.90.52.00.00.1000 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	990,00
003.DEPARTAMENTO DE CULTURA	
2.039. Manter os Centros de Informática para Todos/Telecentro	
3.3.90.36.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	1.200,00
2.149. Manter a Casa da Memória	
3.3.90.30.00.00.1000 MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00
2.037. Manter os Eventos Culturais e Cívicos	
3.3.90.36.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	1.500,00
2.153. Manter o Programa de Incentivo a Cultura	
3.3.90.30.00.00.3000 MATERIAL DE CONSUMO	1.600,00
3.3.90.36.00.00.3000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	3.630,00
3.3.90.39.00.00.3000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	1.440,00

Art. 5° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 18 de outubro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:97D43B6B

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 17/2017

A Prefeita Municipal de Andirá, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do Concurso Público objeto do Edital nº 01/2016, homologado em 30 de junho de 2016, CONVOCA para contratação, conforme o item 20 do Edital mencionado, o candidato abaixo relacionado, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Andirá – PR., sito na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190 – Jardim Vésper – Andirá-PR., e apresentar até a data de 25 de outubro de 2017, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00, os documentos conforme os itens 20.1 ao 20.7 do Edital nº 01/2016.

Candidato convocado:

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DOCUMENTO – RG
7	FLÁVIA FABIANE DA SILVA	102905733

O não comparecimento para a entrega da documentação acarretará a desclassificação do candidato do certame.

Publique-se,
Registre-se e
Cumpra-se.

Andirá, em 18 de outubro de 2017.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:504911AA

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO N° 154/2017 DISPENSA Nº 064/2017

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
LIGIANE APARECIDA BONACIN FERREIRA
OBJETO: Contratação de Pessoa Física para prestação de serviços de Locação mensal de 01 (um) Imóvel localizado à Av. Cesário Castilho n° 1355, Jardim Belo Horizonte em Andirá PR, destinado a atender à sede da Vigilância Sanitária do Município de Andirá PR, atendendo ao pedido da Secretaria Municipal de Saúde.
PREÇO: Pela contratação dos serviços o(a) CONTRATADO(A) receberá o valor de R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), e R$ 900,00(novecentos reais), sendo o valor mensal.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 meses, com inicio a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 57 da Lei nº 8666/93, caso necessário.
DATA: 17 de outubro de 2017.
DISPENSA Nº: 064/2017

IONE LISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

LIGIANE APARECIDA BONACIN FERREIRA
Representante Legal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:7D003695

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 11.076 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 01 de novembro de 2017, ao Servidor Público Municipal **ADILSON RICARDO MOREIRA**, ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, referente ao período aquisitivo: 01-03-2014 a 28-02-2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de outubro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:D5051B27

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 11.077 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias, a partir do dia 13 de novembro de 2017, ao Servidor Público Municipal **ADILSON FRANCISCO MATHEUS**, ocupante do cargo de **MÉDICO 20 HORAS**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 01-01-2016 – 31-12-2016.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas a disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de outubro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:56F7C019

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 11.078 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Licença Prêmio por Assiduidade** a Servidora Pública Municipal **GLÁUCIA APARECIDA DA SILVA PREZOTO**, ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 03 (três) meses, iniciando em 01 de novembro de 2017, com término em 31 de janeiro de 2018, com a respectiva remuneração, conforme art. 1º da Lei nº. 1.661/2007, que alterou o art. 111 da Lei nº. 1.170/1993.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de outubro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:63D72BFD

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 11.079 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias, a partir do dia 1º de novembro de 2017, a Servidora Pública Municipal **ANGÉLICA PONTARA MARQUES**, ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 29-02-2016 a 28-02-2017.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas a disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de outubro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:A0CEB022

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 11.080 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias, a partir do dia 16 de novembro de 2017, a Servidora Pública Municipal **MARIA APARECIDA CAMARGO**, ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 22-01-2016 a 21-01-2017.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas a disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de outubro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:B67F5B4B

GABINETE DA PREFEITA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2017

Ratifico a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2017, Autorizo a despesa, emissão de empenho, para: **MISSÃO FILADÉLFIA**, Inscrito no CNPJ sob o n° **06.122.131/0002-09**, para **contratação** de comunidade terapêutica especializada no tratamento de pessoas dependentes químicos de álcool e outras drogas, em regime de internação, para maiores de 18 (dezoito) anos do sexo masculino atendendo a secretaria municipal de assistência social, em conformidade com os artigos 26 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, com base no Artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Andirá, 19 de Outubro de 2017.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:B849E00C

GABINETE DA PREFEITA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2017

Ratifico a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2017, Autorizo a despesa, emissão de empenho, para: **ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA VOZ DO QUE CLAMA**, Inscrito no CNPJ sob o n° **15.182.536/0001-42**, para **contratação** de comunidade terapêutica especializada no tratamento de pessoas dependentes químicos de álcool e outras drogas, em regime de internação, para maiores de 18 (dezoito) anos do sexo masculino atendendo a secretaria municipal de assistência social, em conformidade com os artigos 26 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, com base no Artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Andirá, 19 de Outubro de 2017.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:9B45F41C

GABINETE DA PREFEITA
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2017 – PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 159/2017
DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 18/10/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS E AUTARQUIAS MUNICIPAIS.

EMPRESAS VENCEDORAS: EDSON MACIEL ANDIRA- ME, inscrito no CNPJ/CPF Nº **07.476.934/0001-43** no valor total dos itens vencidos de **R$ 36.950,00** (trinta e seis mil novecentos e cinquenta reais); **A G ROSSATO DISTRIBUIDORA - ME,** inscrito no CNPJ/CPF Nº **22.499.940/0001-00** no valor total dos itens vencidos de **R$ 34.275,80** (trinta e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos); **CRISTIANE MELLO TARDELI - ME,** inscrito no CNPJ/CPF Nº **27.041.124/0001-71** no valor total dos itens vencidos de **R$ 152.601,10** (cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e um reais e dez centavos); **L. G. DA SILVA - MERCEARIA - ME,** inscrito no CNPJ/CPF Nº **27.719.055/0001-02** no valor total dos itens vencidos de **R$ 895.800,30** oitocentos e noventa e cinco mil, oitocentos reais e trinta centavos); **M N C ALIMENTOS EIRELI - EPP,** inscrito no CNPJ/CPF Nº **80.774.789/0001-77** no valor total dos itens vencidos de **R$ 196.963,10** (cento e noventa e seis mil, novecentos e sessenta e três reais e dez centavos).

ALLAN PIERRE BARBEZANI
Pregoeiro

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:ADBFBD47

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE RECISÃO

A Prefeitura Municipal de Andirá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve; TORNAR PÚBLICO TERMO DE RECISÃO de CONTRATO 072/2016 entre o município e o senhor **OSVALDO ROBERTO E MORAES**, CPF/MF sob nº 042.802.828-46.

Andirá, 04/10/2017

OSVALDO ROBERTO E MORAES
Representante

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:4C1C886D

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 11.081 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias, a partir do dia 16 de novembro de 2017, a Servidora Pública Municipal **ANDREZA SOARES MANFRIN**, ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 02-03-2016 a 01-03-2017.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas a disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de outubro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:60646329

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 11.082 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e

Considerando a Lei Municipal nº. 1.857 de 04 de novembro de 2008, no Artigo 21;

R E S O L V E:

Art. 1º. Promover mudança de nível salarial, sendo do ***nível I para o nível V*** , para a Servidora Pública Municipal, **MAYARA STELA SALES,** ocupante do cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria Municipal de Educação**.**

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º. de outubro de 2017.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de outubro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:82C55E6B

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 11.083 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 1º. de novembro de 2017, ao Servidor Público Municipal **PAULO SERGIO DA SILVA**, ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS**, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos, referente ao período aquisitivo 08-10-2016 a 07-10-2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de outubro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:330F3F99

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 11.084 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 1º. de novembro de 2017, a Servidora Pública Municipal **ALDETE ALVES ANDRADE**, ocupante do cargo de **AGENTE DE DEFESA CIVIL I**, lotada na Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos – Defesa Civil, referente ao período aquisitivo 12-02-2016 a 11-02-2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de outubro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:A40B2297

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 11.085 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias, a partir do dia 16 de novembro de 2017, a Servidora Pública Municipal **MAYARA OLIVEIRA MIRANDA**, ocupante do cargo de **ENFERMEIRA - PSF**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 15-10-2015 a 14-10-2016.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas a disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 17 de outubro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:93F682C5

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 11.086 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias, a partir do dia 06 de novembro de 2017, a Servidora Pública Municipal **PAULA RODRIGUES PERES,** ocupante do cargo de **ADVOGADO,** lotada na Procuradoria Jurídica, referente ao período aquisitivo **01-03-2015 A 28-02-2016.**

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas a disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 17 de outubro de 2017, 74º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:4DEC9FE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2017 PSS – ESTAGIÁRIOS
EDITAL Nº 06/2017

Os Secretários Municipais de Educação e de Administração da Prefeitura Municipal de Andirá, Estado do Paraná, **LAUDICEA MELLO PEREIRA** e **MARCOS CÉSAR CAETANO PIMENTA**, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolvem:

TORNAR PÚBLICO

O presente Edital, destinado à **convocação dos candidatos abaixo relacionados**, para se apresentarem na sede da Secretaria Municipal de Educação (Rua Sergipe, nº 995, Jardim Montecarlo, em Andirá-PR), para apresentação da documentação relacionada no item 7.5 do Edital de Abertura e para assinatura do Termo de Opção de Carga Horária (de 04 ou 06 horas diárias, conforme item 7.4.1. do Edital de Abertura).

Data de **início** do prazo para apresentação**: 19/10/2017.**
Data **final** para apresentação: **20/10/2017.**
No horário das 08:00 às 17:00 horas.

Observação:

No ato da contratação, o candidato deverá estar munido dos seguintes documentos:

1. Declaração de frequência escolar (original);
2. Fotocópia do RG, CPF, Título de Eleitor (obrigatório para maiores de 18 anos);
3. Fotocópia da certidão de nascimento/casamento;
4. 01 (uma) foto 3x4;
5. Fotocópia do comprovante de endereço;
6. Assinar o Termo de Opção de Carga Horária (04 ou 06 horas).

Atenção:

- Excepcionalmente, a Administração aceitará a cópia do protocolo de pedido de Declaração de Frequência escolar, com a condição expressa de que, em não sendo satisfatório ou verídico o documento entregue posteriormente, a bolsa será imediatamente extinta.

PSICOLOGIA

Nº DE INSCRIÇÃO	CPF	CANDIDATOS	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
010	067.487.959-74	CAMILA ZANON CARPANEZE	6,5	1º

Andirá, 18 de outubro de 2017.

LAUDICEA MELLO PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

MARCOS CÉSAR CAETANO PIMENTA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:5198DECB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2017 PSS – ESTAGIÁRIOS
EDITAL Nº 06/2017

Os Secretários Municipais de Educação e de Administração da Prefeitura Municipal de Andirá, Estado do Paraná, **LAUDICEA MELLO PEREIRA** e **MARCOS CÉSAR CAETANO PIMENTA**, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolvem:

TORNAR PÚBLICO

O presente Edital, destinado à **convocação dos candidatos abaixo relacionados**, para se apresentarem na sede da Secretaria Municipal de Educação (Rua Sergipe, nº 995, Jardim Montecarlo, em Andirá-PR), para apresentação da documentação relacionada no item 7.5 do Edital de Abertura e para assinatura do Termo de Opção de Carga

Horária (de 04 ou 06 horas diárias, conforme item 7.4.1. do Edital de Abertura).

Data de **início** do prazo para apresentação**: 19/10/2017.**
Data **final** para apresentação: **20/10/2017.**
No horário das 08:00 às 17:00 horas.

Observação:

No ato da contratação, o candidato deverá estar munido dos seguintes documentos:

1. Declaração de frequência escolar (original);
2. Fotocópia do RG, CPF, Título de Eleitor (obrigatório para maiores de 18 anos);
3. Fotocópia da certidão de nascimento/casamento;
4. 01 (uma) foto 3x4;
5. Fotocópia do comprovante de endereço;
6. Assinar o Termo de Opção de Carga Horária (04 ou 06 horas).

Atenção:

- Excepcionalmente, a Administração aceitará a cópia do protocolo de pedido de Declaração de Frequência escolar, com a condição expressa de que, em não sendo satisfatório ou verídico o documento entregue posteriormente, a bolsa será imediatamente extinta.

DIREITO

Nº DE INSCRIÇÃO	CPF	CANDIDATOS	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
101	096.370.739-65	RICARDO APº RAMOS SIMONE JÚNIOR	7,0	1º

Andirá, 18 de outubro de 2017.

LAUDICEA MELLO PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

MARCOS CÉSAR CAETANO PIMENTA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:2A8902D0

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 13/2017

O Diretor Presidente da Autarquia Municipal de Água e Esgoto de Andirá - SAMAE, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do Concurso Público objeto do Edital nº 002/2016, homologado em 20 de dezembro de 2016, CONVOCA para contratação, conforme o item 3 e 16 do Edital mencionado, o candidato abaixo relacionado, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – Pr., sito na Minas Gerais, n. 828 – Centro, e apresentar, em até 3 dias úteis, a partir da notificação, que poderá ser via Correios por AR ou através de comparecimento espontâneo, o que ocorrer primeiro, munido dos documentos, conforme o item 16.7.1, da letra "a" até "s", do Edital nº 002/2016.

Candidato convocado:

ADVOGADO		
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	RG
2	CÁSSIA CORNÉLIA LAMIM DE OLIVEIRA	101494640

O não comparecimento para a entrega da documentação acarretará a desclassificação do candidato do certame.

Publique-se,
Registre-se e
Cumpra-se.

Andirá, 18 de outubro de 2017.

ANTONIO CARLOS PICOLO FURLAN
Diretor- Presidente

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:04E9B5CF

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO ERRATA PORTARIA N.º 83 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

A Portaria nº 83 de 16 de outubro de 2017, publicada na edição nº 1361, de 18 de outubro de 2017, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná – AMP tem pela presente, por lapso de digitação, as seguintes correções:

Onde se lê:
CONSIDERANDO a Portaria Nº 80 publicada na edição nº 1345, do dia 25/09/2017, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, onde nomeava o Sr. Reinaldo Bruniera, para exercer o cargo de Advogado a partir do dia 25 de setembro de 2017;

Leia-se:
CONSIDERANDO a Portaria Nº 80 publicada na edição nº 1345, do dia 25/09/2017, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, onde nomeava o Sr. Reinaldo de Oliveira Bruniera, para exercer o cargo de Advogado a partir do dia 25 de setembro de 2017;

Onde se lê:
Art. 1º. Revogar a Nomeação do Sr. Reinaldo Bruniera, para o exercício do cargo de Advogado, nomeado através da Portaria Nº 80, do dia 22/09/2017.

Leia-se:
Art. 1º. Revogar a Nomeação do Sr. Reinaldo de Oliveira Bruniera, para o exercício do cargo de Advogado, nomeado através da Portaria Nº 80, do dia 22/09/2017.

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá -PR, em 18 de outubro de 2017.

ANTONIO CARLOS PICOLO FURLAN
Diretor – Presidente

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:EF124ADA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO ERRATA TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO PARA POSSE

O Termo de Não Comparecimento Para Posse, publicado na edição nº 1358, de 13 de outubro de 2017, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná – AMP tem pela presente, por lapso de digitação, a seguinte correção:
Onde se lê:
Conforme Portaria Nº 80 de 22 de setembro de 2017, foi nomeado para exercer o cargo de ADVOGADO a partir do dia 25 de setembro de 2017 o Sr. REINALDO BRUNIERA, brasileiro, portador do RG. - 9.228.672-0, residente e domiciliado cidade de Cornélio Procópio-PR,
Leia-se:
Conforme Portaria Nº 80 de 22 de setembro de 2017, foi nomeado para exercer o cargo de ADVOGADO a partir do dia 25 de setembro de 2017 o Sr. REINALDO DE OLIVEIRA BRUNIERA, brasileiro, portador do RG.-9.228.672-0, residente e domiciliado cidade de Cornélio Procópio- PR,

Andirá-PR, 18 de outubro de 2017

KERLIS SIMONE DE FREITAS
Agente Administrativo
Gestão de Pessoas

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:9A289B2B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA
EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ANTONINA LOMA Nº 037

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO EM SEU ARTIGO 123, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Antonina:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 123 da Lei Orgânica Municipal de Antonina, Estado do Paraná, o qual passa a vigorar com a seguinte redação, criando-se os §§ 8º e 9º com a seguinte redação:

"Art. 123 - .....

§ 8º - As Emendas individuais de iniciativa parlamentar ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de um inteiro e dois décimos (1.2%) de receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, exceto despesas com pessoal e encargos.

§ 9º - O limite a que se refere o §8º será distribuído em partes iguais, por parlamentar, para a aprovação de emendas ao Projeto de Lei de Lei Orçamentária Anual, garantida a destinação para ações e serviços públicos de saúde de pelo metade do valor individualmente aprovado".

Art. 2º - Esta EMENDA entra em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA, Plenário Salvador dos Santos Picanço, em 10 de Outubro de 2017.

CELSO PINHEIRO
Presidente

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
1ª Secretária

JOSÉ ALVES DE SOUZA
Vice-Presidente

VALMIR JOSÉ DE GODOI
2º Secretário

Publicado por:
Rogéria Bezerra
Código Identificador:6BA0F19D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº PMA 040/2017

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº PMA 066/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMA 040/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO

A Equipe de Apoio e a Pregoeira do Município de Antonina torna público que fará realizar **às 09h00min do dia 07 de Novembro de 2017,** no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Antonina, sito a Rua Cel. Marçalo, Nº 151 - 1º Andar - Centro, Antonina, Paraná.

PREGÃO PRESENCIAL, que tem por objeto o Registro de Preços para eventual fornecimento de Material de Higiene e Limpeza em atendimento às Secretarias Municipais e Funrebom, conforme relação no anexo I que faz parte integrante do edital.

INFORMAÇÕES:

O Edital e a Proposta Eletrônica estão disponíveis para download no Site:
www.antonina.pr.gov.br
E-mail:
licitacao@antonina.pr.gov.br
Fone: (041) 3978-1048.

Antonina, 18 de Agosto de 2017.

MARIA ELIZA TRALESKI
Pregoeira

Publicado por:
Maria Eliza Traleski
Código Identificador:E6B0C174

SAMAE DE ANTONINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 13/2017
PREGÃO ELETRÔNICO Nº SAMAE 09/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço nº SAMAE - 13/2017 - Pregão Eletrônico nº SAMAE-09/2017.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de duas motocicletas, 0 KM, ano de fabricação 2017, modelo CROSS 2017, partida elétrica, injeção eletrônica, painel digital, fabricação nacional e três anos de garantia para a parte Operacional do SAMAE DE ANTONINA, num período de 12 (doze) meses, na MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇO.

Fornecedor:
- ECOSUL MOTOS LTDA;

LOTE Nº 01:
- ECOSUL MOTOS LTDA - VALOR TOTAL R$ 23.400,00.

BASE LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Lei 8.666/93, Decreto nº 118/2007 e Decreto nº 119/2007.

VIGÊNCIA: Até 12 MESES.

DATA DE ASSINATURA: 18.10.2017.

Assinado por: JULIANA MARIA MCCARTNEY DA FONSECA, Diretora, pela contratante, e Sr. CRISTIANE DIAS FRANÇA GROSSI, pela contratada.

Antonina, 18 de Outubro de 2017.

JULIANA MARIA MCCARTNEY DA FONSECA
Diretora do SAMAE

Publicado por:
Cleber de Araujo Cezarino
Código Identificador:8A80DDE9

SAMAE DE ANTONINA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº SAMAE 09/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº SAMAE - 10/2017.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº SAMAE - 09/2017.
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de duas motocicletas, 0 KM, ano de fabricação 2017, modelo CROSS 2017, partida elétrica, injeção eletrônica, painel digital, fabricação nacional e três anos de garantia para a parte Operacional do SAMAE DE ANTONINA, num período de 12 (doze) meses, na MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇO.

Com base nas informações constantes do Procedimento Licitatório Nº. SAMAE – 10/2017 e Pregão Eletrônico Nº. SAMAE - 09/2017 - SRP, por força do inciso IV, art. 7º do Decreto 3.555/2000, **HOMOLOGO** o procedimento licitatório em epigrafe, conforme Ata de Abertura do procedimento datada de 18 de Outubro de 2017, considerando o julgamento das propostas e habilitação realizada pelo pregoeiro assim adjudicada em sessão:

LOTE Nº 01:
- ECOSUL MOTOS LTDA - VALOR TOTAL R$ 23.400,00.

Por fim, fica expressamente convocada com base no art. 9º inciso 2º do Decreto nº 0119/07, a proponente acima classificada para assinatura da Ata de Registro de Preço.

Antonina, 18 de Outubro de 2017.

JULIANA MARIA MCCARTNEY DA FONSECA
Diretora
SAMAE

Publicado por:
Cleber de Araujo Cezarino
Código Identificador:616A2B4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEM 001/2017 - MICRO E PEQUENA EMPRESA

LEI COMPLEMENTAR Nº001/2017

Autor: Poder Executivo.

Súmula: Institui o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado à microempresa e à empresa de pequeno porte no âmbito do Município, na conformidade das normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte instituído pela Lei Complementar (federal) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas atualizações.

O Prefeito Municipal de Antonina:
Faço Saber que, a Câmara Municipal de Antonina, aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

LEI COMPLEMENTAR:
Capítulo I Disposições Preliminares
Art. 1º Esta lei complementar estabelece o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado à microempresa – ME e à empresa de pequeno porte – EPP no âmbito do Município, em conformidade com as normas gerais previstas na Lei Complementar (federal) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas atualizações, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, especialmente sobre:

– definição de microempresa - ME, microempreendedor individual - MEI e empresa de pequeno porte - EPP;

- simplificação do processo de abertura e fechamento de empresas;

- benefícios fiscais municipais dispensados à microempresa e à empresa de pequeno porte;

III – preferência nas aquisições de bens e serviços pelo Poder Público;
IV IV – incentivo à geração de empregos;
– incentivo à formalização de empreendimentos;

VI – incentivos à inovação e ao associativismo.

§ 1º Todos os órgãos da administração pública municipal direta e indireta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município, deverão incorporar em sua política de atuação e em seus procedimentos, bem como nos instrumentos em que forem partes, tais como ajustes públicos, convênios e contratos, o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos desta lei.

§ 2º Ressalvado o disposto no Capítulo IV, toda nova obrigação que atinja as microempresas e empresas de pequeno porte deverá apresentar, no instrumento que a instituiu, especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para cumprimento, observando-se o seguinte (LC federal 123/2006, art. 1º, §§ 3º a 6º, na redação dada pela LC 147, de 2014, art. 1º):

- quando forem necessários procedimentos adicionais, deverá constar prazo máximo, para que os órgãos fiscalizadores cumpram as medidas necessárias à emissão de documentos, realização de vistorias e atendimento das demandas realizadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte com o objetivo de cumprir a nova obrigação;

- caso o órgão fiscalizador descumpra os prazos estabelecidos na especificação do tratamento diferenciado e favorecido, a nova obrigação será inexigível até que seja realizada visita para fiscalização orientadora e seja reiniciado o prazo para regularização;

- a ausência de especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido ou da determinação de prazos máximos, tornará a nova obrigação inexigível para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§3º Exceto no que se refere ao Capítulo IV, o disposto nesta lei aplica-se ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município, que tenham auferido receita bruta anual até o limite previsto para as microempresas e empresas de pequeno porte (LC federal 123/2006, art. 3-A, acrescentado pela LC 147/2014).

Art. 2º Aplicam-se subsidiariamente à microempresa – ME e à empresa de pequeno porte – EPP sediadas no Município, no que não conflitar com esta lei, as disposições da Lei Complementar (federal) nº 123, de 14/12/2006, e, desde que obedecida a competência outorgada pela referida lei complementar (LC federal nº 123/2006, art. 2º):

– as regras de caráter tributário baixadas pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Comitê Gestor) instituído pelo artigo 2º, I, da Lei Complementar (federal) nº 123/2006;

- as disposições relativas a processo de inscrição, cadastro, abertura, alvará, arquivamento, licenças, permissão, autorização, registro e demais itens referentes à abertura, legalização e funcionamento de empresários e de pessoas jurídicas baixadas pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Comitê CGSIM) instituído pelo artigo 2º, III, da Lei Complementar (federal) nº 123/2006.

Art. 3º Para gerir no âmbito do município o tratamento diferenciado e favorecido dispensado à microempresa e à empresa de pequeno porte de que trata o art. 1º desta Lei Complementar, fica instituído o Comitê Gestor Municipal, com as seguintes competências:

– Acompanhar a regulamentação e a implementação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte no Município, inclusive promovendo medidas de integração e coordenação entre os órgãos públicos e privados interessados;

- orientar e assessorar a formulação e coordenação da política municipal de desenvolvimento da microempresa e da empresa de pequeno porte;

– Acompanhar as deliberações e os estudos desenvolvidos no âmbito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, do Fórum Estadual da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Comitê CGSIM);

– Sugerir e/ou promover ações de apoio ao desenvolvimento da microempresa e da empresa de pequeno porte local ou regional.

§ 1º O Comitê Gestor Municipal atuará junto ao gabinete do Prefeito Municipal e será integrado por entidades da sociedade civil vinculadas ao setor e por representantes das Secretarias Municipais, conforme indicação do Sr. Prefeito Municipal, que também indicará seu coordenador.

§ 2º No prazo de 30 (trinta) dias a contar da entrada em vigor desta lei os membros do Comitê Gestor Municipal deverão ser definidos e indicados em decreto do executivo e no prazo de mais 30 (trinta) dias o Comitê elaborará seu regimento interno.

§ 3º No regimento interno deverá ser definida a Secretaria Executiva.

§ 4º A função de membro do Comitê Gestor Municipal não será remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

§ 5º Caberá a decreto do executivo a indicação do Agente de Desenvolvimento, de que trata o artigo 85-A da Lei Complementar 123/2006, na redação da Lei Complementar 128/2008.

§ 6º O Agente de Desenvolvimento de que trata o parágrafo anterior:

– terá sua função especificada no decreto de nomeação, de conformidade com as ações

públicas para a promoção do desenvolvimento local e regional previstas nesta lei e na Lei Complementar 123/2006;

– deverá preencher os seguintes requisitos:

residir na área do município;

haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento;

possuir formação ou experiência compatível com a função a ser exercida;

ser preferencialmente servidor efetivo do Município.

CAPÍTULO II

DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 4º Para os efeitos desta Lei são adotadas as definições de microempresa; empresa de pequeno porte; pequeno empresário e microempreendedor individual – MEI previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar (federal) nº 123/2006, e suas atualizações, nos seguintes dispositivos:

– microempresa ou empresa de pequeno porte, artigo 3º da referida lei complementar;

- pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto no artigo 970 e no § 2º do artigo 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), artigo 68, da referida lei complementar;

- microempreendedor individual – MEI, § 1º do artigo 18-A da referida lei complementar.

§ 1º O destaque dado ao pequeno empresário e ao microempreendedor Individual- MEI nos incisos II e III deste artigo é feita para fins de aplicação de determinadas e específicas disposições desta lei, não se alterando o fato de que ambos os termos estão abrangidos pela definição de microempresa, e, portanto, não perdem nenhum direito ao tratamento diferenciado e favorecido dispensado à microempresa – ME e à empresa de pequeno porte – EPP.

§ 2º O instituto do MEI é uma política pública que tem por objetivo a formalização de pequenos empreendimentos e a inclusão social e previdenciária, sendo vedado impor restrições ao MEI relativamente ao exercício de profissão ou participação em licitações, em função da sua respectiva natureza jurídica (LC 123/2006, art. 18-E, na redação da LC 147/2014).

CAPÍTULO III INSCRIÇÃO E BAIXA

Seção I

Alvará de Funcionamento Provisório

Art. 5º Nenhum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou de outra natureza poderá se estabelecer ou funcionar sem o alvará de licença, que atestará as condições do estabelecimento concernentes à localização, à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão, permissão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública, ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, à garantia do cumprimento da legislação urbanística e demais normas de posturas, observado o seguinte:

– quando o grau de risco da atividade for baixo, conforme definido em regulamento, será emitido Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, fazendo-se as fiscalizações “a posteriori” (LC federal nº 123/2006, art. 7º);

– sendo o grau de risco da atividade considerado alto, a licença para localização será concedida após a vistoria inicial das instalações consubstanciadas no alvará, decorrente das atividades sujeitas à fiscalização municipal nas suas zonas urbana e rural, mediante o recolhimento da respectiva taxa (LC federal nº 123/2006, art. 6º, §§ 1º e 2º).

§ 1.º Na hipótese do inciso I do “caput” deste artigo:

- Considera-se ato de registro aquele que corresponder ao protocolo do pedido com a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade por parte do responsável legal pela atividade, conforme dispuser o regulamento;

- Deverão ser respeitadas as condições abaixo especificadas:

o Alvará de Funcionamento Provisório será acompanhado de informações concernentes aos requisitos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio, vigentes no Município;

a emissão do Alvará de Funcionamento Provisório dar-se-á mediante a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade por parte do responsável legal pela atividade, pelo qual este firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar, no prazo indicado, os requisitos de que trata o inciso anterior;

a classificação de baixo grau de risco permite ao empresário ou à pessoa jurídica a obtenção do licenciamento de atividade mediante o

simples fornecimento de dados e a substituição da comprovação prévia do cumprimento de exigências e restrições por declarações do titular ou responsável e não será impeditivo da inscrição fiscal (LC 123/2006, art. 6º, §§ 4º e 5º, na redação da LC 147/2014);

a transformação do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento será condicionada à apresentação das licenças de autorização de funcionamento emitidas pelos órgãos e entidades competentes, sendo que os órgãos públicos municipais deverão emitir tais laudos de vistoria ou de exigências no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º Considerando a hipótese do inciso II do "caput" deste artigo, a transformação do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento será de ofício, não sendo emitida a licença de autorização de funcionamento ou laudo de exigências no prazo de 60 (sessenta) dias da solicitação do registro.

§ 3.º O Poder Executivo definirá, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei Complementar, as atividades cujo grau de risco seja considerado alto e que exigirão vistoria prévia.

risco.

§ 4º Definidas as atividades de alto risco, todas as demais serão consideradas de baixo

§ 5º Não sendo definidas as atividades de alto risco pelo Poder Executivo e enquanto permanecer a omissão, aplica-se ao município a relação de atividades de alto risco baixada em Resolução do Comitê da REDESIM.

§ 6º As atividades eventuais, tais como, feiras, festas, circos, bem como de comércio ambulante e de autônomos não estabelecidos, não estão abrangidas por este artigo, devendo ser aplicada a legislação específica.

§ 7º É obrigatória a fixação, em local visível e acessível à fiscalização, do alvará de licença para localização.

§ 8º Será exigida renovação de licença para localização sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.

Art.6º O Alvará de Funcionamento Provisório será imediatamente cassado quando: I – no estabelecimento for exercida atividade diversa daquela autorizada;
– forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, ou se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer forma a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade;

– ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;

– for constatada irregularidade não passível de regularização.

– for verificada a falta de recolhimento das taxas de licença de localização e funcionamento

quando:

Art. 7º O Alvará de Funcionamento Provisório será imediatamente declarado nulo

– expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;

– ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração, documento ou o descumprimento do termo de responsabilidade firmado.

Art. 8º A interdição ou desinterdição do estabelecimento, cassação, nulidade e restabelecimento do Alvará de Funcionamento Provisório competem ao titular da Secretaria ou mediante solicitação de órgão ou entidade diretamente interessado.

Art. 9º O Poder Público Municipal poderá fundamentadamente impor restrições às atividades dos estabelecimentos com Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo, no resguardo do interesse público.

Art. 10 Após o ato de registro e seu respectivo acolhimento pela Prefeitura do Município, fica o requerente dispensado de formalização de qualquer outro procedimento administrativo para obtenção do Alvará de Funcionamento Definitivo, devendo as Secretarias interessadas processar o procedimento administrativo de forma única e integrada.

Seção II Consulta Prévia
Art. 11 Fica assegurado, de forma gratuita, ao empresário ou à pessoa jurídica, pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa dos empreendimentos, de modo a prover ao usuário certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do registro ou inscrição do seu negócio, nos termos do regulamento (LC federal nº 123/2006, art. 5º, parágrafo único).

Parágrafo único. A consulta prévia informará ao interessado:

– a descrição oficial do endereço de seu interesse com a possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido;

– todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

Art. 12 O Órgão municipal competente dará resposta à consulta prévia num prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) para o endereço eletrônico fornecido ou, se for o caso, para o endereço do requerente, informando sobre a compatibilidade do local com a atividade solicitada.

Seção III DISPOSIÇÕES GERAIS
Subseção I CNAE - FISCAL
Art. 13 Fica adotada, para utilização no cadastro e nos registros administrativos do Município, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE – Fiscal), oficializada mediante publicação da Resolução IBGE/CONCLA nº 1, de 25 de junho de 1998, e atualizações posteriores.

Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal de Finanças ou onde couber essa competência), através do seu Núcleo de Processamento de Dados, zelar pela uniformidade e consistência das informações da CNAE – Fiscal, no âmbito do Município.

Subseção II

ENTRADA ÚNICA DE DADOS/SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 14 Será assegurada ao contribuinte entrada única de dados cadastrais e de documentos, observada a necessidade de informações por parte dos órgãos e entidades que compartilham das informações cadastrais (LC federal nº 123/2006, art. 8º).

Art. 15 Para atender o disposto no artigo anterior e simplificar os procedimentos de registro e funcionamento de empresas no município, fica criada a Sala do Empreendedor com as seguintes competências (LC federal nº 123/2006, art. 5º):

– disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição

municipal e alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficiais;

– emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária;

- orientação sobre os procedimentos necessários para a regularização de registro e funcionamento bem como situação fiscal e tributária das empresas;

– outras atribuições fixadas nesta própria lei e em regulamentos.

§ 1º Para a consecução dos seus objetivos na implantação da Sala do Empreendedor, a Administração Municipal poderá firmar parceria com outras instituições públicas ou privadas, para oferecer orientação sobre a abertura, funcionamento e encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no Município.

§ 2º Em até cento e oitenta dias da entrada em vigor desta Lei Complementar, o Poder Executivo deverá implantar e regulamentar a Sala do Empreendedor.

Subseção III Microempreendedor Individual – MEI
Art. 16 Em relação ao Microempreendedor Individual - MEI de que trata o inciso III do artigo 4º desta Lei Complementar (LC federal nº 123/2008, art.4º, §§ 1º a 3-A, e art. 7º, na redação da LC 128/2008 e LC 147/2014):

– o processo de registro deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor, obedecido o disposto nas normas baixadas pelo Comitê CGSIM;

- ficam reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos referentes a atos de abertura, inscrição, registro, alterações, baixa, concessão de alvará, de licença, arquivamento, permissões, autorizações e cadastro;

- as vistorias necessárias à emissão de licenças e de autorizações de funcionamento deverão ser realizadas após o início de operação da atividade do Microempreendedor Individual, quando a sua atividade não for considerada de alto risco, inclusive as de interesse dos órgãos fazendários;

- nenhum documento adicional aos requeridos por ato do Comitê CGSIM, no processo de registro, inscrição, alteração, anulação e baixa eletrônica do MEI será exigido para inscrição tributária e concessão de alvará e licença de funcionamento;

municipal.

- fica isento de taxas e outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária

Par. único O Executivo instituirá, por meio do Comitê Gestor, programa de formalização do Microempreendedor Individual (MEI), envolvendo entidades de interesse da sociedade civil organizada, com o objetivo de incentivar a legalização de negócios informais de pequeno porte, inclusive prevendo ação que viabilize o acompanhamento técnico-contábil, planejamento e assessoramento empresarial de forma gratuita para o MEI, no mínimo, no primeiro ano de sua formalização.

Subseção IV Outras Disposições
Art. 17 Os órgãos e entidades municipais envolvidos na abertura e fechamento de empresas devem:

- articular as competências próprias entre si e com os órgãos e entidades estaduais e federais com o objetivo de compatibilizar e integrar seus procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo (LC federal nº 123/2006, art. 4º);

– adotar os procedimentos que tratam do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas oriundos do Comitê CGSIM (LC federal nº 123/2006, art. 2º, III, e § 7º, na redação da LC federal nº 128/2008).

§ 1º Para a garantia dos procedimentos simplificados previstos neste artigo, os órgãos e entidades municipais de que trata o “caput” terão como objetivo a priorização do desenvolvimento dos sistemas necessários à integração com módulo integrador estadual da REDESIM, bem como com os demais instrumentos elaborados pelo Estado, tal como com o Portal do Empreendedor Paranaense;

§ 2º Os requisitos de segurança sanitária, controle ambiental e prevenção contra incêndios, dentre outros, para os fins de registro e legalização de microempresas e empresas de pequeno porte, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos entes e órgãos do Município, no âmbito de suas competências (LC federal 123/2006, art. 6º).

§ 3º - A Administração Municipal adotará documento único de arrecadação que irá abranger as taxas e as Secretarias envolvidas para abertura de microempresa ou empresa de pequeno porte, contemplando a junção das taxas relacionadas a Posturas, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Saúde.

§ 4º Fica vedada, aos órgãos e entidades municipais envolvidos na abertura e fechamento de empresas que sejam responsáveis pela emissão de licenças e autorizações de funcionamento (LC federal 123/2006, art. 10):

- excetuados os casos de autorização prévia, a exigência de quaisquer documentos adicionais aos requeridos pelos órgãos executores do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

– a exigência de documento de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde será instalada a sede, filial ou outro estabelecimento, salvo para comprovação do endereço indicado;

- a comprovação de regularidade de prepostos dos empresários ou pessoas jurídicas com seus órgãos de classe, sob qualquer forma, como requisito para deferimento de ato de inscrição, alteração ou baixa de empresa, bem como para autenticação de instrumento de escrituração.

- a instituição de qualquer tipo de exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de registro, alteração ou baixa da empresa (LC federal nº 123/2006, art. 11).

Art. 18 Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, o Poder Executivo também regulamentará a concessão do Alvará de Funcionamento Provisório para microempresa ou empresa de pequeno porte, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, nas seguintes situações (LC federal 123/2006, art. 7º, na redação da LC 147/2014):

- instaladas em área ou edificação desprovidas de regulação fundiária e imobiliária, inclusive habite-se;

– em residência do Microempreendedor Individual ou do titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas, hipótese em que o tributo eventualmente cobrado não será superior ao residencial.

CAPÍTULO IV TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES
Seção I

Da Recepção na Legislação Municipal do SIMPLES NACIONAL

Art. 19 Fica recepcionada na legislação tributária do Município o Regime Especial

Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional - instituído pela Lei Complementar (federal) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, especialmente as regras relativas (LC federal nº 123, art. 12 a 41, na redação das LC federais 128/2008, 133/2009, e 139/2011):

– à definição de microempresa e empresa de pequeno porte, abrangência, vedações ao regime, forma de opção e hipóteses de exclusões;

– às alíquotas, base de cálculo, apuração, recolhimento dos impostos e contribuições e repasse ao erário do produto da arrecadação;

– às obrigações fiscais acessórias, fiscalização, processo administrativo-fiscal e processo judiciário pertinente;

– às normas relativas aos acréscimos legais, juros e multa de mora e de ofício, previstos pela legislação federal do Imposto de Renda e imposição de penalidades;

– ao Microempreendedor Individual – MEI.

§ 1º Relativamente ao Simples Nacional recepcionado nos termos do "caput" deste artigo, para o recolhimento do Imposto sobre Serviços (ISS) devido pelas microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas em seu território e efetivação do disposto nos incisos deste artigo, aplicam-se no Município as normas baixadas pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - CGSN (Comitê Gestor), instituído pela Lei Complementar federal 123/3006, desde que obedecida a competência que lhe é outorgada pela referida lei complementar.

§ 2º – O recolhimento do tributo no regime de que trata este artigo, não se aplica às seguintes incidências do ISS, em relação às quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas (LC federal, art. 13,§ 1º, XIV):

I – em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte; II – na importação de serviços.
Art. 20 - Poderá o Município, mediante deliberação exclusiva e unilateral e, inclusive de modo diferenciado para cada ramo de atividade, conceder redução do ISS devido por microempresa ou empresa de pequeno porte, hipótese em que será realizada redução proporcional ou ajuste do valor a ser recolhido, relativo ao regime previsto neste artigo, na forma definida em resolução do Comitê Gestor (LC federal nº 123, art. 18, §§ 20, 20-A e 21).

Art. 21 As alíquotas do Imposto sobre Serviços das microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no Simples Nacional, serão correspondentes aos percentuais fixados para o ISS nos Anexos III, IV, V e VI da Lei Complementar nº. 123/2006, salvo se tais percentuais forem superiores às alíquotas vigentes no município para as demais empresas, hipótese em que serão aplicáveis para as microempresas e empresas de pequeno porte estas alíquotas (Lei Complementar federal nº. 123, art. 18, em especial §§ 5º, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20 e 24, e Anexos III, IV e V).

§ 1º A exceção prevista na parte final do "caput" não se aplicará caso a alíquota incidente para microempresa ou empresa de pequeno porte seja inferior a 2% (dois por cento), hipótese em que será aplicada esta alíquota.

§ 2º O Poder Executivo estabelecerá, quando conveniente ao erário ou aos controles fiscais, e na forma estabelecida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), valores fixos mensais para o recolhimento do Imposto sobre Serviços devido por microempresa que aufira receita bruta, no ano-calendário anterior, até o limite fixado no § 18 do artigo 13 da LC federal nº 123/2006, ficando a microempresa sujeita a esses valores durante todo o ano-calendário (Lei Complementar federal nº 123, art. 18, §§ 18, 19, 20 e 21).

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior:

os valores estabelecidos não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) do maior recolhimento possível do tributo fixada para o contribuinte no Simples Nacional (LC federal nº 123, art. 18, §19);

a microempresa que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta previsto no § 18 fica impedida de recolher o ICMS ou o ISS pela sistemática de valor fixo, a partir do mês subsequente à ocorrência do excesso, sujeitando-se à apuração desses tributos na forma das demais empresas optantes pelo Simples Nacional (LC federal nº 123, art. 18, §18-A. na redação da LC 147/2014).

Art. 22. No caso de prestação de serviços de construção civil prestados por microempresas e empresas de pequeno porte, o tomador do serviço será o responsável pela retenção e arrecadação do Imposto Sobre Serviços devido ao município, segundo as regras comuns da legislação desse imposto, obedecido o seguinte (LC federal nº. 123, art. 18, § 6º, e 21,§ 4º):

– o valor recolhido ao município pelo tomador do serviço será definitivo, não sendo objeto de partilha com os municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional;

– será aplicado o disposto no artigo 24;

– tratando-se de serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº. 116, de 31 de julho de 2003, da base de cálculo do ISS será abatido o material fornecido pelo prestador dos serviços (LC federal nº. 123/2006, art. 18, § 23).

Art. 23. Na hipótese de os escritórios de serviços contábeis optarem por recolher os tributos devidos no regime de que trata o artigo 19, o Imposto sobre Serviços devido ao município será recolhido mediante valores fixos, devendo o Poder Executivo estabelecer forma e prazo desse recolhimento (LC federal nº. 123/06, art. 18, § 22, 22-B e 22-C, na redação da LC federal nº 128/2008).

§ 1º Na hipótese do "caput", os escritórios de serviços contábeis, individualmente ou por meio de suas entidades representativas de classe, deverão:

– promover atendimento gratuito relativo à inscrição e à primeira declaração anual simplificada do microempreendedor individual - MEI, podendo, para tanto, por meio de suas entidades representativas de classe, firmar convênios e acordos com a União, os Estados, o Distrito Federal e o Município, por intermédio dos seus órgãos vinculados;

– fornecer, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor, resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas relativas às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas;

– promover eventos de orientação fiscal, contábil e tributária para as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas.

§ 2º Na hipótese de descumprimento das obrigações de que trata o parágrafo anterior, o escritório será excluído do Simples Nacional, com efeitos a partir do mês subsequente ao do descumprimento, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

Art. 24. A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas (LC federal nº. 123/06, art. 18, § 6º, e 21, § 4º, na redação da LC federal nº 128/2008):

– a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV, V ou VI desta Lei Complementar para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

– na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV, V ou VI desta Lei Complementar;

– na hipótese do inciso II deste parágrafo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

– na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o caput deste parágrafo;

– na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste parágrafo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV, V ou VI desta Lei Complementar;

– não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

– o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, não sendo objeto de partilha com os municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Par. Único - Na hipótese de que tratam os incisos I e II do “caput”, a falsidade na prestação dessas informações sujeitará o responsável, o titular, os sócios ou os administradores da microempresa e da empresa de pequeno porte, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrerem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária.

Art. 25 O Poder Executivo, por intermédio do seu órgão técnico competente, estabelecerá os controles necessários para acompanhamento da arrecadação feita por intermédio do Simples Nacional, bem como do repasse do produto da arrecadação e dos pedidos de restituição ou compensação dos valores do Simples Nacional recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido (LC federal nº 123/2006, art. 21 e 22).

Par. Único No prazo de 30 (trinta) dias a contar da entrada em vigor das normas tributárias relativas ao Simples Nacional, a Procuradoria Fiscal do Município deverá firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para manter sob seu controle os procedimentos de inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial do Imposto sobre Serviços devidos por microempresas e empresas de pequeno porte (LC federal nº 123/2006, art. 41, § 3º).

Art. 26 Aplicam-se às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município, submetidas ao Imposto sobre Serviços, e optantes pelo Simples Nacional, no que couberem, as demais normas previstas na legislação municipal desse imposto (Sistema Tributário do Município), desde que não conflitem com as disposições do Simples Nacional.

§ 1º Aplica-se integralmente a legislação tributária municipal à microempresa ou à empresa de pequeno porte, submetida ao Imposto sobre Serviços, que, mesmo estando enquadrada no regime diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não seja optante do Simples Nacional.

§ 2º Igualmente, aplicam-se integralmente os incentivos fiscais municipais de qualquer natureza à microempresa ou à empresa de pequeno porte que, mesmo estando enquadrada no regime diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não optou pelo Simples Nacional, desde que preenchidos os requisitos e condições legais estabelecidos para o benefício fiscal.

§ 3º As multas relativas à falta de prestação ou à incorreção no cumprimento de obrigações acessórias, quando em valor fixo ou mínimo, e na ausência de previsão legal de valores específicos e mais favoráveis para o MEI, a microempresa ou a empresa de pequeno porte, terão redução de (LC 123/2006, art. 38-B, acrescentado pela LC 147/2014):

- 90% (noventa por cento) para os MEI;

- 50% (cinquenta por cento) para as microempresas ou empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

§ 4º - As reduções previstas no parágrafo anterior não se aplicam na: I - hipótese de fraude, resistência ou embaraço à fiscalização;
II - ausência de pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação.

Seção II
Do Microempreendedor Individual – MEI

Art. 27 O Microempreendedor Individual – MEI de que trata o inciso III do artigo 4º recolherá os impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional de forma especial, pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional – SIMEI, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor e obedecidas as normas específicas previstas nos artigos 18-A e seguintes da Lei Complementar federal nº 123/2006 (LC federal n º 123, de 2006, art. 18-A, § 3 º, inciso V, 18-B e 18-C, na redação da LC 128/2008, LC 139/2011 e LC 147/2014).

§ 1º Do valor mensal fixo recolhido pelo MEI, a parcela relativa ao ISS, caso o Microempreendedor Individual – MEI seja contribuinte desse imposto, será correspondente ao valor fixado pela Lei Complementar federal nº 123/2006, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês (LC federal n º 123, de 2006, art. 18-A, § 3 º, inciso V, “c”).
§ 2º Na vigência da opção pelo SIMEI é vedado ao município, em relação ao MEI: I - estabelecer valores fixos (LC federal n º 123/2006, art. 18-A, § 3 º, inciso I);

§ 3 º, inciso II);

II - conceder redução na base de cálculo ou isenção (LC federal n º 123/2006, art. 18-A,

– conceder isenção específica para as microempresas ou empresas de pequeno porte que abranja integralmente a faixa de receita bruta acumulada até o limite fixado para o MEI (LC federal n º 123/2006, art. 18-A, § 3 º, inciso III);

– estabelecer retenção de ISS sobre os serviços prestados por ele (LC n º 123/2006, art. 21, § 4 º, inciso IV);

– atribuir a ele a qualidade de substituto tributário (LC n º 123/2006, art. 18-A, § 14).

§ 3º - O Poder Executivo poderá estabelecer para o MEI cadastro fiscal simplificado, dispensar ou postergar sua exigência, sem prejuízo da possibilidade de emissão de documento fiscal de prestação de serviços, vedada, em qualquer hipótese, a imposição de custos pela autorização para emissão, inclusive na modalidade avulsa (LC federal n º 123/2006, art. 4º, § 1º, II, incluído pela LC federal nº 139/2011).

§ 4º Para a efetivação da inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município o único documento que poderá ser exigido, acompanhando o pedido de inscrição, será o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI.

§ 5 Fica vedado às concessionárias de serviço público municipais o aumento das tarifas pagas pelo MEI por conta da modificação da sua condição de pessoa física para pessoa jurídica (LC 123/2006, art. 18-A, § 22, na redação da LC 147/2014).

§ 6º A tributação municipal do imposto sobre imóveis prediais urbanos deverá assegurar tratamento mais favorecido ao MEI para realização de sua atividade no mesmo local em que residir, mediante

aplicação da menor alíquota vigente para aquela localidade, seja residencial ou comercial, nos termos da lei, sem prejuízo de eventual isenção ou imunidade existente (LC 123/2006, art. 18-D, acrescentado pela LC 147/2014).

Seção III

Dos Benefícios Fiscais Subseção I
Do Benefício Fiscal Relativo ao ISS

Art. 28 O valor do Imposto Sobre Serviços devido pela microempresa, considerado o conjunto de seus estabelecimentos situados no Município, que, a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, venha a admitir e manter pelo menos mais um empregado regularmente registrado, fica reduzido dos percentuais a seguir, aplicados de forma proporcional à receita bruta anual auferida no exercício anterior:

I - 10% (dez por cento) até R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II - 5% (cinco por cento) de R$ 240.000,01 (duzentos e quarenta mil reais e um centavo) até R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

§ 1º Enquanto não ultrapassado o limite máximo de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), durante todo o exercício do incentivo, os contribuintes recolherão o Imposto com o desconto proporcional à receita bruta na forma prescrita no “caput”.

§ 2º O benefício total de redução de base de cálculo concedido nos termos deste artigo, bem como do artigo 29 e do inciso I do artigo 33 não poderá resultar em alíquota inferior a 2% do ISS devido no período pelo contribuinte.

Subseção II

Incentivo Adicional para Geração de Empregos

Art. 29 Como incentivo adicional para a manutenção e geração de empregos, o contribuinte enquadrado neste regime como microempresa, com receita bruta anual de até R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, fica autorizado a deduzir do imposto devido mensalmente, por empregado regularmente registrado (Lei Complementar nº. 123/06, art. 18, § 20):

- 1% (um por cento) por empregado adicional, até o máximo de 5 (cinco);

- 2% (dois por cento) por empregado adicional a partir do 6º (sexto) registrado.

Parágrafo único. O benefício a que se refere este artigo não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido em cada período de apuração.

Subseção III

Dos Demais Benefícios

Art. 30. Sem prejuízo do disposto no § 3º do art. 26, o pequeno empreendedor referido no inciso II do art. 4º e a microempresa que tenha auferido no ano imediatamente anterior receita bruta anual igual ou inferior a R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, ficam beneficiadas pela redução de 50% (cinquenta por cento) do valor das taxas de Licença para Localização, de Fiscalização de Funcionamento, de Licença para Comércio Ambulante, de Licença para Publicidade e de Licença para Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;

Art. 31. A microempresa que tenha auferido no ano imediatamente anterior receita bruta anual superior a R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e inferior a R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, terá reduzida em 20% (vinte por cento) os valores das taxas de Licença para Localização, de Fiscalização de Funcionamento, de Licença para Comércio Ambulante e de Licença para Publicidade.

Art. 32. A redução prevista no Inciso I do artigo 30 e no artigo anterior estende-se aos estabelecimentos comerciais e industriais enquadrados no Estado como microempresas para efeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, observado o limite de receita bruta prevista no inciso I do artigo 2º.

Subseção IV Incentivo à Formalização

Art. 33 Até 180 (cento e oitenta) dias a partir da entrada em vigor desta Lei, qualquer estabelecimento, que se formalizar perante o cadastro municipal e que gere e mantenha pelo menos mais 1 (um) emprego devidamente registrado, terá direito aos seguintes benefícios:

– pelo prazo de 1 (um) ano a contar de sua inscrição no cadastro do Município, redução de 60% (sessenta) por cento do Imposto Sobre Serviços devido, caso seja contribuinte desse imposto, limitado à alíquota mínima de 2% (dois por cento);

– isenção das taxas de Licença para Localização, de Fiscalização de Funcionamento, de Licença para Comércio Ambulante, de Licença para Publicidade e de Licença para Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;

– dispensa de qualquer taxa relativa ao seu cadastramento.

§ 1º Para os fins deste artigo, consideram-se informais as atividades econômicas já instaladas no Município, sem prévia licença para localização.

§ 2º Ficarão eximidas de quaisquer penalidades quanto ao período de informalidade as pessoas físicas ou jurídicas que desempenhem as atividades econômicas sujeitas a esta Lei e que espontaneamente, no prazo previsto no “caput”, utilizarem os benefícios deste artigo.

§ 3º As atividades econômicas já instaladas que tenham incompatibilidade de uso, nos termos das leis municipais aplicáveis, poderão obter alvará provisório para fins de localização, desde que não sejam atividades consideradas de alto risco, nos termos dispostos em regulamento.

§ 4º O disposto nos incisos II e III deste artigo estendem-se aos estabelecimentos comerciais e industriais enquadrados no Estado como microempresas para efeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, observado o limite de receita bruta prevista no inciso I do artigo 2º.

§ 5º O disposto no inciso I desde artigo aplica-se concomitantemente com o previsto no artigo 29, desde que não resulte valor inferior à aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento).

CAPÍTULO V ACESSO AOS MERCADOS
Seção I

Disposições Gerais

Art. 34 Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica no âmbito municipal e regional, (LC federal nº. 123/06, art. 47).

§ 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo a administração pública adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, constantes dos artigos 42 a 49 e nos artigos seguintes desta lei, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de

pequeno porte, especialmente (Lei Complementar nº. 123/06, art. 42 a 49, na redação da LC 147/2014, LC 155/2016):

– comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente para efeito de assinatura do contrato, mesmo tendo que apresentar toda a documentação exigida como condição de participação no certame;

– preferência de contratação em caso de empate, como disciplinado no artigo 44 da referida lei complementar;

– realização obrigatória de licitação destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações de item cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

– possibilidade de incluir no edital exigência de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços;

- reserva obrigatória de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte em certames para aquisição de bens de natureza divisível.

§ 2º Nas seguintes situações de dispensa de licitação previstas nos incisos I e II do art. 24 da Lei federal nº 8.666/93, as compras deverão ser feitas exclusivamente de microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/2006, art. 49, IV, na redação da LC 147/2014):

para obras e serviços de engenharia de valor até R$ 15.000,00;

para outros serviços e compras de valor até R$ 8.000,00.

§ 3º Os processos licitatórios exclusivos poderão ser adotados na contratação de item cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e poderão ser destinados unicamente às microempresas e às empresas de pequeno porte locais (do Município de Antonina), quando existentes em número igual ou superior a 03 (três), devendo, em caso contrário, serem ampliados às microempresas e às empresas de pequeno porte regionais.

§ 4º Em relação aos benefícios referidos nos incisos III, IV e V do § 1º a administração pública poderá, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local (do Município de Antonina) ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido (LC 123/2006, art. 48, § 3º, acrescentado pela LC 147/2014).

Art. 35. Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de
microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, ainda que por intermédio de consórcios ou cooperativas (LC federal nº. 123/06, art. 47).

§ 1º Para os efeitos deste artigo:

– Poderá ser utilizada a licitação por item;

- Considera-se licitação por item aquela destinada à aquisição de diversos bens ou à contratação de serviços pela Administração, quando estes bens ou serviços puderem ser adjudicados a licitantes distintos.

§ 2º Quando não houver possibilidade de atendimento do disposto no "caput", em decorrência da natureza do produto, a inexistência na região de, pelo menos, 3 (três) fornecedores considerados de pequeno porte, exigência de qualidade específica, risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo, essa circunstância deverá ser justificada no processo.

Art. 36. Exigir-se-á na habilitação às licitações nas aquisições de bens e serviços comuns, apenas o seguinte (LC federal nº. 123/06, art. 43 e 47).

- ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;

– inscrição no CNPJ, com a distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação; III – certidão negativa de débito municipal, do INSS e do FGTS.

§ 1º A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

§ 2º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (LC 123/2006, art. 43, § 1º, na redação da LC 147/2014).

§ 3º A não regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 37. As necessidades de compras de gêneros alimentícios perecíveis e outros produtos perecíveis, por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, serão preferencialmente adequadas à oferta de produtores locais ou regionais (LC federal nº. 123/06, art. 47).

§ 1º As compras deverão, sempre que possível, ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economicidade.

§ 2º A aquisição, salvo razões preponderantes, devidamente justificadas, deverá ser planejada de forma a considerar a capacidade produtiva dos fornecedores locais ou regionais, a disponibilidade de produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar custos com transporte e armazenamento.

Art. 38. Sempre que possível, a alimentação fornecida ou contratada por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município terá o cardápio padronizado e a alimentação balanceada com gêneros usuais do local ou da região (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Art. 39. Nas aquisições de bens ou serviços comuns na modalidade pregão, que envolva produtos de pequenas empresas ou de produtores rurais, estabelecidos na região, salvo razões fundamentadas, deverá ser dada preferência pela utilização do pregão presencial (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Art. 40. Na especificação de bens ou serviços a serem licitados, salvo razões fundamentadas, a exigência de "selo de certificação" deverá ser substituída por atestados de qualidade ou equivalente passados por entidades de idoneidade reconhecida (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Art. 41. Nos procedimentos de licitação, deverá ser dada a mais ampla divulgação aos editais, inclusive junto às entidades de apoio e representação das microempresas e das pequenas empresas para divulgação em seus veículos de comunicação (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, os órgãos responsáveis pela licitação poderão celebrar convênios com as entidades referidas no "caput" para divulgação da licitação diretamente em seus meios de comunicação.

Art. 42. Em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços em que houver exigência de subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte deve ser dada preferência às sediadas localmente, quando existentes, podendo, em caso contrário, serem ampliadas às estabelecidas na região (LC federal nº. 123/06, art. 47 e 48, II, e § 2º, e 49).

específicas.

§ 1º É vedada a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas

§ 2º O disposto no caput não é aplicável quando:

– o proponente já for microempresa ou empresa de pequeno porte;

– a subcontratação for inviável, não for vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

– a proponente for consórcio ou sociedade de propósito específico, compostos em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no artigo 33 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 43. Nas subcontratações de que trata o artigo anterior, observar-se-á o seguinte (LC federal nº. 123/06, art. 47 e 48, II, e § 2º, e 49):

– o edital de licitação estabelecerá que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser estabelecidas no Município e Região;

– deverá ser comprovada a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte contratadas e subcontratadas, como condição de assinatura do contrato, bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão;

– a empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis;

– demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do inciso III, a Administração Pública poderá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada.

Art. 44 As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1996, exceto quando houver obrigatoriedade nos termos do § 2º do art. 34 desta lei, deverão ser preferencialmente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte locais, quando existentes em número igual ou superior a 03 (três), devendo, em caso contrário, serem ampliados às microempresas e às empresas de pequeno porte regionais (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Subseção II

Certificado Cadastral da MPE

Art. 45 Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, o Município deverá (LC federal nº. 123/06, art. 47):

I – instituir e ou manter cadastro próprio para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente ou na região de influência, com a identificação das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a capacitação e notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações, além de também estimular o cadastramento destas empresas nos sistemas eletrônicos de compras;

– divulgar as contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa quantitativa e de data das contratações, no sítio oficial do município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação;

– padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços a serem contratados, de modo a orientar, através da Sala do Empreendedor, as microempresas e empresas de pequeno porte a fim de tomar conhecimento das especificações técnico-administrativas;

– definir, até 31 de dezembro do ano anterior, a meta anual de participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas compras do Município.

Art. 46. Fica criado no âmbito das licitações efetuadas pelo Município, o Certificado de Registro Cadastral emitido para as micro e pequenas empresas previamente registradas para efeito das licitações promovidas pelo Município (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Parágrafo Único. O certificado referido no "caput" comprovará a habilitação jurídica, a qualificação técnica e econômico-financeira da microempresa e da empresa de pequeno porte.

Art. 47 O disposto nos artigos 45 e 46 poderá ser substituído por medidas equivalentes de caráter regional, nos termos de convênio firmado para esse fim (LC federal nº. 123/06, art. 47).

Subseção III Estímulo ao Mercado Local
Art. 48 A Administração Municipal:

- incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização;

- regulamentará o disposto neste capítulo, podendo, com fundamento no artigo 47 da Lei Complementar federal 123/2006, estabelecer outras normas de preferência e incentivo, tais como:

dar preferência à aquisições de bens em leilões promovidos pelo Poder Público Municipal a microempresa e empresa de pequeno porte local;

promover feiras livres volantes, destinadas à comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, gêneros alimentícios, assim como de produtos e artigos de uso doméstico e pessoal, que atendam a demanda da população;

promover feiras noturnas e feiras gastronômicas destinadas à comercialização, a varejo, de produtos hortifrutigranjeiros, gêneros alimentícios, assim como de comidas típicas e atípicas que atendam a demanda da população;

promover programas do tipo Direto da Roça e Mar destinado a comercializar diretamente hortifrutigranjeiros e pescados produzidos por produtores rurais;

Promover feiras orgânicas, destinadas à comercialização, no varejo, de produtos orgânicos, sendo hortifrutigranjeiros, gêneros alimentícios e outros artigos de consumo produzidos pelo sistema orgânico de produção agropecuária;

promover varejões municipais, destinados à venda a varejo de produtos hortifrutigranjeiros;

Apoiar instituições e entidades de classe em ações voltadas ao incremento do comércio da microempresa e empresa de pequeno porte locais;

– manterá, por meio da Sala do Empreendedor, programas de capacitação e orientação visando estimular a participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas.

CAPÍTULO VI FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 49. A fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental, de segurança e de uso e ocupação do solo das microempresas e empresas de pequeno porte deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento (LC federal nº. 123/06, art. 55, na redação da LC 147/2014).

§ 1º Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada a ocorrência de resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 2º A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento e em ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

§ 3º Ressalvadas as hipóteses previstas no § 1º, caso seja constatada alguma irregularidade na primeira visita do agente público, o mesmo formalizará Termo de Ajustamento de Conduta, conforme regulamentação, devendo sempre conter a respectiva orientação e plano negociado com o responsável pelo estabelecimento.

§ 4º O disposto no § 1º aplica-se à lavratura de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias relativas às matérias do caput, inclusive quando previsto seu cumprimento de forma unificada com matéria de outra natureza, exceto a trabalhista.

§ 5º A inobservância do critério de dupla visita implica nulidade do auto de infração lavrado sem cumprimento ao disposto neste artigo, independentemente da natureza principal ou acessória da obrigação.

§ 6º Os órgãos e entidades da administração municipal deverão observar o princípio do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido por ocasião da fixação de valores decorrentes de multas e demais sanções administrativas.

§ 7º O disposto no caput deste artigo não se aplica a infrações relativas à ocupação irregular da reserva de faixa não edificável, de área destinada a equipamentos urbanos, de áreas de preservação permanente e nas faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutovias ou de vias e logradouros públicos.

CAPÍTULO VII ASSOCIATIVISMO

Art. 50 A Administração Pública Municipal, por si ou através de parcerias com entidades públicas ou privadas, estimulará a organização de empreendedores fomentando o associativismo, cooperativismo, consórcios e a constituição de Sociedade de Propósito Específico formada por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, em busca da competitividade e contribuindo para o desenvolvimento local integrado e sustentável (LC federal nº. 123/06, art. 56).

Art. 51 O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Município entre os quais (LC federal nº. 123/06, art. 56):

– estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do município, visando ao fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;

– estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

– estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

– criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à exportação;

– apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo;

– cessão de bens e imóveis do município;

– isenção do pagamento de Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana, sob a condição de que cumpram as exigências legais da legislação tributária do Município.

Art. 52 A Administração Pública Municipal poderá aportar recursos complementares em igual valor aos recursos financeiros do CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, disponibilizados através da criação de programa específico para as cooperativas de crédito de cujos quadros de cooperados participem microempreendedores, empreendedores de microempresa e empresa de pequeno porte, bem como suas empresas, na forma que regulamentar (LC federal nº. 123/06, art. 63).

Art. 53 Para os fins do disposto neste capítulo, o Poder Executivo poderá alocar recursos em seu orçamento.

CAPÍTULO VIII ESTÍMULO À INOVAÇÃO

Art. 54. O Poder Executivo encaminhará à Câmara mensagem de lei específica que definirá a política municipal de estímulo à inovação para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive quando estas revestirem a forma de incubadoras, considerando o disposto nos artigos 65 a 67 da Lei Complementar federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º A política municipal de estímulo à inovação para as microempresas e para as empresas de pequeno porte mencionada no “caput” deverá atender as seguintes diretrizes, no mínimo:

– disseminar a cultura da inovação como instrumento de aprimoramento contínuo para incremento da competitividade frente aos mercados, nacional e internacional;

– assessorar a microempresa e a empresa de pequeno porte no acesso às agências de fomento, instituições cientificas e tecnológicas, núcleos de inovação e instituição de apoio, federal ou estadual, para a promoção do seu desenvolvimento tecnológico;

esse acesso;

- promover a inclusão digital dessas empresas à rede de alta velocidade ou apoio para - instituir premiação municipal aos promotores de inovações tecnológicas como reconhecimento público do esforço à inovação;

– instituir programa de incentivo fiscal em relação a atividades de inovação executadas por microempresas e empresas de pequeno porte, individualmente ou de forma compartilhada.

§ 2º Os órgãos e entidades integrantes da administração pública municipal atuantes em pesquisa, desenvolvimento ou capacitação tecnológica terão por meta a aplicação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos recursos destinados à inovação em programas e projetos de apoio às microempresas ou às empresas de pequeno porte, transmitindo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no primeiro trimestre de cada ano, informação relativa aos valores alocados e a respectiva relação percentual em relação ao total dos recursos destinados para esse fim (LC 123/2006, art. 65, §§ 2º e 3º, na redação da LC 147, 2014).

§ 3º Para efeito da execução do orçamento previsto neste artigo, os órgãos e instituições poderão alocar os recursos destinados à criação e ao custeio de ambientes de inovação, incluindo incubadoras, parques e centros vocacionais tecnológicos, laboratórios metrológicos, de ensaio, de pesquisa ou apoio ao treinamento, bem como custeio de bolsas de extensão e remuneração de professores, pesquisadores e agentes envolvidos nas atividades de apoio tecnológico complementar (LC 123/2006, art. 65, § 6º, na redação da LC 147, 2014)..

CAPÍTULO IX

Do Estímulo ao Crédito e Capitalização

Art. 55 Os órgãos e entidades competentes do Município estabelecerão política pública de acesso ao crédito que incorpore o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando as seguintes ações:

– atuação pública junto aos bancos e demais instituições financeiras no sentido de dar efetividade às diretrizes previstas no Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte instituído pela Lei Complementar federal nº 123/2006 (LC federal nº 123/2006, art. 58 a 63);

- apoio à criação e ao funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas através de instituições tais como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, sociedades de garantia de crédito, dedicadas ao microcrédito com atuação no âmbito do Município ou região de influência;

– apoio ao funcionamento do Comitê Municipal de Crédito, constituído por agentes públicos, associações empresariais, profissionais liberais, profissionais do mercado financeiro e de capitais, com objetivo de sistematizar as informações relacionadas ao crédito e financiamento e disponibilizá-las aos empreendedores e às microempresas e empresas de pequeno porte, por meio da Sala do Empreendedor;

- criar ou participar de fundos destinados à constituição de garantias que poderão ser utilizadas em operações de empréstimos bancários solicitados por empreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte, junto aos estabelecimentos bancários, para capital de giro, investimentos em máquinas e equipamentos ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas;

– ampla informação, inclusive por meio da Sala do Empreendedor das linhas de crédito existentes, seu acesso e custos, linhas de crédito destinadas ao estímulo à inovação, informando-se todos os requisitos necessários para o recebimento desse benefício, etc.

§ 1º - Em relação ao inciso IV do "caput":

- fica o Poder Executivo autorizado a associar o Município em associações de garantia de créditos, na qualidade de associado colaborador, desde que a Associação de Garantia de Crédito esteja qualificada como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, na forma da Lei (federal) nº 9.790, de 23 de março de 1999, tenha em seu Estatuto a previsão de um Conselho de Administração e mostre condições de se autossustentar financeiramente, além de cumprir o disposto em Termo de Parceria que deverá ser firmado com o Poder Executivo, nos termos previstos na Lei (federal) nº 9.790, de 23 de março de 1999, onde se fixará a forma de execução e as condições de aplicação dos recursos;

– o Fundo de Aval Garantidor ali referido:

Deverá ser criado por lei específica e terá natureza contábil;

será fiscalizado pelo Tribunal de Contas, sem prejuízo do controle interno e de auditoria que o Poder Executivo adotar;

as microempresas e empresas de pequeno porte poderão ser beneficiadas pelo Fundo de Aval Garantidor de forma individual, organizadas em sociedade de propósito específico, associações ou cooperativas.

§ 2º Em relação ao inciso V do "caput" também serão divulgadas as linhas de crédito destinadas ao estímulo à inovação, informando-se todos os requisitos necessários para o recebimento desse benefício.

Art. 56 Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com o Governo do Estado e União, destinados à concessão de créditos a microempreendimentos do setor formal instalados no Município, para capital de giro e investimentos em máquinas e equipamentos ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas.

CAPÍTULO X

Da Educação Empreendedora e do Acesso à Informação

Art. 57 Fica o Poder Público Municipal autorizado a firmar parcerias ou convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos de educação empreendedora, com objetivo de disseminar conhecimentos sobre gestão de microempresas e empresas de pequeno porte, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo e assuntos afins.

§ 1º. Estão compreendidos no âmbito do "caput" deste artigo:

I – a implementação de capacitação com foco em empreendedorismo;
II – a divulgação de ferramentas para elaboração de planos de negócios; III – a disponibilização de serviços de orientação empresarial;
– a implementação de capacitação em gestão empresarial;

– a disponibilização de consultoria empresarial;

- programa de redução da mortalidade dos microempreendedores individuais, das microempresas e das empresas de pequeno porte, objetivando assegurar maior sobrevida a estes empreendimentos;

- programa de incentivo a formalização de empreendimentos;

– outras ações de caráter curricular ou extracurricular voltadas a alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas, assim como a alunos de nível médio e superior de ensino.

§ 2º. Os projetos referidos neste artigo poderão assumir a forma de fornecimento de cursos de qualificação; concessão de bolsas de estudo; complementação de ensino básico público; ações de capacitação de professores, e outras ações que o Poder Público Municipal entender cabíveis para estimular a educação empreendedora.

§ 3º Compreende-se no programa a que se refere o inciso VII do § 1º:

informais;

– o estabelecimento de instrumentos de identificação e triagem das atividades
- a elaboração e distribuição de publicações que explicitem procedimentos para abertura e formalização de empreendimentos;

– a realização de campanhas publicitárias incentivando a formalização de empreendimentos;

– a execução de projetos de capacitação gerencial, inovação tecnológica e de crédito orientado destinado a empreendimentos recém-formalizados.

Art. 58 Fica o Poder Público Municipal autorizado a celebrar parcerias ou convênios com órgãos governamentais, centros de desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino superior, para o desenvolvimento de projetos de educação tecnológica, com os objetivos de transferência de conhecimento gerado nas instituições de pesquisa, qualificação profissional, e capacitação no emprego de técnicas de produção.

Par. único Compreende-se no âmbito do "caput" deste artigo a concessão de bolsas de iniciação científica; a oferta de cursos de qualificação profissional; a complementação de ensino básico público e ações de capacitação de professores.

Art. 59 Fica o Poder Público Municipal autorizado a instituir programa de inclusão digital, com o objetivo de promover o acesso de micro e pequenas empresas do Município às novas tecnologias da informação e comunicação, em especial à Internet, e a implantar programa para fornecimento de sinal da rede mundial de computadores em banda larga, via cabo, rádio ou outra forma, inclusive para órgãos governamentais do Município.

§ 1º. Caberá ao Poder Público Municipal regulamentar e estabelecer prioridades no que diz respeito ao fornecimento do sinal de Internet; valor e condições de contraprestação pecuniária; vedações à comercialização e cessão do sinal a terceiros; condições de fornecimento, assim como critérios e procedimentos para liberação e interrupção do sinal.

§ 2º. Compreendem-se no âmbito do programa referido no "caput" deste artigo:

- a abertura e manutenção de espaços públicos dotados de computadores para acesso gratuito e livre à Internet;

- o fornecimento de serviços integrados de qualificação e orientação;

- a produção de conteúdo digital e não digital para capacitação e informação das empresas atendidas;

- a divulgação e a facilitação do uso de serviços públicos oferecidos por meio da Internet;

- a promoção de ações, presenciais ou não, que contribuam para o uso de computadores e de novas tecnologias;

- o fomento a projetos comunitários baseados no uso de tecnologia da informação e, VII - a produção de pesquisas e informações sobre inclusão digital.

Art. 60 Fica autorizado o Poder Público Municipal a firmar convênios ou parcerias com entidades civis públicas ou privadas e instituições de ensino superior, para o apoio ao desenvolvimento de associações civis sem fins lucrativos, que reúnam individualmente as condições seguintes:

– ser constituída e gerida por estudantes;

- ter como objetivo principal propiciar aos seus partícipes, condições de aplicar conhecimentos teóricos adquiridos durante seu curso;

– ter entre seus objetivos estatutários o de oferecer serviços a microempresas e a empresas de pequeno porte;

– ter em seu estatuto discriminação das atribuições, responsabilidades e obrigações dos partícipes e,

– operar sob supervisão de professores e profissionais especializados.

CAPÍTULO XI

Das Relações do Trabalho Seção I
Da Segurança e da Medicina do Trabalho

Art. 61 As microempresas serão estimuladas pelo Poder Público e pelos Serviços Sociais Autônomos da comunidade, a formar consórcios para o acesso a serviços especializados em segurança e medicina do trabalho (LC federal nº. 123/06, art. 50).

Art. 62 O Poder Público Municipal poderá formar parcerias com outros municípios; sindicatos; instituições de ensino superior; hospitais; centros de saúde privada; cooperativas médicas e centros de referência do trabalhador, para implantar Relatório de Atendimento Médico ao Trabalhador, com o intuito de mapear os acidentes de trabalho ocorridos nas empresas de sua região, e por meio da Secretaria de Vigilância Sanitária municipal e demais parceiros, promover a orientação das micro e pequenas empresas em saúde e segurança no trabalho, a fim de reduzir ou eliminar os acidentes.

Art. 63 O Município deverá disponibilizar na Sala do Empreendedor orientação em relação aos direitos e obrigações trabalhistas da microempresa e da empresa de pequeno porte, especialmente:

- quanto à obrigatoriedade de:

efetuar as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

arquivar documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;

apresentar Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP;

apresentar Relações Anuais de Empregados e Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

– quanto à dispensa de:

afixar o Quadro de Trabalho em suas dependências;

anotar as férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro;

empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem;

ter o livro intitulado "Inspeção do Trabalho" e,

comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.

Art. 64 O Município deverá disponibilizar, na Sala do Empreendedor, orientações para o Microempreendedor Individual – MEI no que se refere às suas obrigações previdenciárias e trabalhistas.

Seção II
Do Acesso à Justiça do Trabalho

Art. 65 A Sala do Empreendedor orientará o empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte, de que lhe é facultado fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, ainda que não possuam vínculo trabalhista ou societário.

CAPÍTULO XII

Da Agropecuária e dos Pequenos Produtores Rurais

Art. 66 Em relação aos pequenos produtores rurais:

– aplica-se a isenção de taxas e outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária municipal ao agricultor familiar, definido conforme a Lei federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e identificado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP física ou jurídica, e ao empreendedor de economia solidária (LC 123/2006, art. 4º, § 3-A, na redação da LC 147/2014);

- o Poder Público Municipal poderá firmar parcerias com órgãos governamentais; instituições de ensino superior; entidades de pesquisa rural e de assistência técnica a produtores rurais, que visem à melhoria da produtividade e da qualidade dos produtos rurais, mediante orientação, treinamento e aplicação prática de conhecimento técnico e científico, nas atividades produtoras de microempresas e de empresas de pequeno porte.

§ 1º. Das parcerias referidas neste artigo poderão fazer parte ainda: sindicatos rurais, cooperativas e entidades da iniciativa privada que tenham condições de contribuir para a implantação de projetos de fomento à agricultura, mediante geração e disseminação de conhecimento; fornecimento de insumos a pequenos e médios produtores rurais; contratação de serviços para a locação de máquinas, equipamentos e abastecimento, e o desenvolvimento de outras atividades rurais de interesse comum.

§ 2º. Somente poderão receber os benefícios das ações referidas no "caput" deste artigo, pequenos e médios produtores rurais que, em conjunto ou isoladamente, tiverem seus respectivos planos de melhoria aprovados por Comissão formada por três membros representantes de segmentos da área rural indicados pelo Poder Público Municipal, os quais não terão remuneração e cuja composição será rotativa, tudo em conformidade com regulamento próprio a ser baixado pelo Poder Executivo Municipal.

§ 3º. Estão compreendidas também, no âmbito deste artigo, as atividades de conversão do sistema de produção convencional para sistema de produção orgânica, entendido como tal aquele no qual se adotam tecnologias que aperfeiçoem o uso de recursos naturais e socioeconômicos corretos, com o objetivo de promover a autossustentação; a maximização dos benefícios sociais; a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, assim como de organismos geneticamente modificados ou de radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e consumo.

§ 5º. Competirá à Secretaria que for indicada pelo Poder Público Municipal, disciplinar e coordenar as ações necessárias à consecução dos objetivos das parcerias referidas neste artigo.

CAPÍTULO XIII

Do Acesso à Justiça

Art. 67. O Município fica autorizado celebrar convênio ou termo de parceria com Poder Judiciário, OAB, instituições de ensino superior, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, como instrumento facilitador da conciliação prévia, mediação e arbitragem na solução de conflitos e litígios envolvendo as relações privadas, com atendimento especial às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores Individuais - MEI.

§ 1º Para efeitos deste artigo:

– será observada a Lei federal 9.307/96, que disciplina os processos jurídicos de mediação, conciliação prévia e arbitragem, fora do âmbito da justiça comum;

– a empresa de pequeno porte, a microempresas e o MEI serão amplamente orientados quanto à exigência da cláusula compromissória arbitral como dispositivo jurídico previsto nos contratos que celebrarem para garantia do acesso à arbitragem;

– terá caráter de serviço gratuito.

§ 2º A utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas será estimulada mediante campanhas de divulgação e de esclarecimento.

CAPÍTULO XIV DAS PENALIDADES

Art. 68 Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar federal nº 123/2006, as normas relativas aos juros e multa de mora e de ofício previstas para o imposto de renda, inclusive, quando for o caso, em relação ao ISS (Lei Complementar federal nº 123/2006, art. 35 a 38, na redação da Lei Complementar 128/2008).

CAPÍTULO XV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 69 As empresas ativas ou inativas que estiverem em situação irregular, na data da publicação desta lei, terão 90 dias para realizarem o recadastramento e nesse período poderão operar com alvará provisório, desde que a atividade não ofereça nenhum grau de risco, aferido pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 70 O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas no que se refere à competência municipal ocorrerão independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção (Lei Complementar federal nº 123/2008, art.9º, §§ 3º ao 9º, na redação da LC 147, 2014).

§ 1º Os órgãos referidos no caput deste artigo terão o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar a baixa nos respectivos cadastros.

§ 2º Ultrapassado o prazo previsto parágrafo anterior, sem manifestação do órgão competente, presumir-se-á a baixa dos registros das microempresas e a das empresas de pequeno porte.

§ 3º A baixa do empresário ou da pessoa jurídica não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados tributos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da falta do cumprimento de obrigações ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas pessoas jurídicas ou por seus titulares, sócios ou administradores.

§ 4º A solicitação de baixa do empresário ou da pessoa jurídica importa responsabilidade solidária dos empresários, dos titulares, dos sócios e dos administradores no período da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 71 As matérias tratadas nesta Lei Complementar que não sejam reservadas pela Lei Orgânica do Município à lei complementar poderão ser objeto de alteração por lei ordinária.

Art. 72 O Comitê Gestor Municipal elaborará relatório anual de avaliação da implantação efetiva das normas desta Lei Complementar, visando ao seu cumprimento e aperfeiçoamento.

§ 1º - O relatório a que se refere o "caput" deverá avaliar os seguintes aspectos:

integração das ações entre os entes governamentais e instituições públicas ou privadas com relação às ações efetivadas e programadas de desburocratização e de desenvolvimento, contidas nesta lei;

política de formalização do Microempreendedor Individual – MEI no Município;

acesso às compras públicas;

execução desta lei complementar e suas implicações no desenvolvimento do Índice de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa no município – IDMPE;

demais temas de interesse contidos nesta Lei Complementar.

§ 2º O relatório anual referido neste artigo será encaminhado pelo Poder Executivo para a Câmara de Vereadores no 1º trimestre de cada ano.

Art. 73 Fica designado o dia 27 de novembro como "o Dia da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte", neste Município, que será comemorado em cada ano, cabendo aos órgãos municipais, dentro de sua área de competência, em consonância com órgãos e entidades de interesse, promover o referido evento.

efeitos:

Art. 74 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo

– a partir do primeiro dia do exercício seguinte os dispositivos relativos à renúncia fiscal adiante enumerado: artigos 28 ao 32;

- a partir da publicação, os demais artigos.

Art. 75 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Agosto de 2017

JOSÉ PAULO VIEIRA AZIM
Prefeito Municipal

ÍNDICE

	ARTIGOS
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	1 - 3
CAPÍTULO II - DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE	4
CAPÍTULO III - INSCRIÇÃO E BAIXA	
SEÇÃO I - ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO	5-10
SEÇÃO II - CONSULTA PRÉVIA	11-12
SEÇÃO III - DISPOSIÇÕES GERAIS	
SUBSEÇÃO I - CNAE – FISCAL	13
SUBSEÇÃO II - ENTRADA ÚNICA DE DADOS/SALA DO EMPREENDEDOR	14-15
SUBSEÇÃO III - MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI	16
SUBSEÇÃO IV - OUTRAS DISPOSIÇÕES	17-18
CAPÍTULO IV - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	
SEÇÃO I - DA RECEPÇÃO NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DO SIMPLES NACIONAL	19-26
SEÇÃO II - DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI	27
SEÇÃO III - DOS BENEFÍCIOS FISCAIS	
SUBSEÇÃO I - DO BENEFÍCIO FISCAL RELATIVO AO ISS	28
SUBSEÇÃO II - INCENTIVO ADICIONAL PARA GERAÇÃO DE EMPREGOS	29
SUBSEÇÃO III - DOS DEMAIS BENEFÍCIOS	30-32
SUBSEÇÃO IV - INCENTIVO À FORMALIZAÇÃO	33
CAPÍTULO V - ACESSO AOS MERCADOS	
SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	34-44
SEÇÃO II - CERTIFICADO CADASTRAL DA MPE	45-47
SEÇÃO III - ESTÍMULO AO MERCADO LOCAL	48
CAPÍTULO VI - FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA	49
CAPÍTULO VII - ASSOCIATIVISMO	50-53
CAPÍTULO VIII - ESTÍMULO À INOVAÇÃO	54
CAPÍTULO IX - ESTÍMULO AO CRÉDITO E CAPITALIZAÇÃO	55 - 56
CAPÍTULO X - DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E DO ACESSO À INFORMAÇÃO	57 - 60
CAPÍTULO XI - DAS RELAÇÕES DO TRABALHO	
SEÇÃO I - DA SEGURANÇA E DA MEDICINA DO TRABALHO	61 - 64
SEÇÃO II - DO ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO	65
CAPÍTULO XII - DA AGROPECUÁRIA E DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	66
CAPÍTULO XIII - DO ACESSO À JUSTIÇA	67
CAPÍTULO XIV - DAS PENALIDADES	68
CAPÍTULO XV - DISPOSIÇÕES FINAIS	69 - 75

Publicado por:
Luciano Broska da Silva
Código Identificador:6B47D642

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 00186/2017

O Prefeito do Município de Atalaia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Conceder férias regulamentares ao Sr. **MARIO LUIZ GILIO,** Servidor Público Municipal, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **VIGILANTE I,** regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Atalaia, no período de **11/10/2017 à 09/11/2017.**

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Edifício da Prefeitura Municipal de Atalaia em, 11 de Outubro de 2017.

FÁBIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maristela Melo Morante
Código Identificador:3A1DD8CA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DECRETO Nº 0143/2017

Considerando o contido na sentença proferida nos autos 0003733-33.2013.8.16.0119, que tramita na Vara da Fazenda Pública da Comarca de Nova Esperança;

DECRETA

Art. 1º - Fica implantada a Progressão Vertical por Tempo de Serviço dos anos de 2009 à 2012 a Servidora **ANA MARIA VIEIRA FACHINI,** a partir de do mês de Outubro de 2017, passando do nível 16 para o nível 20 da tabela de níveis salarial deste Município.

Art. 2º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Atalaia, em 10 de Outubro de 2017.

FÁBIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maristela Melo Morante
Código Identificador:173EF3C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DECRETO Nº 0144/2017

Considerando o contido na sentença proferida nos autos 0003755-91.2013.8.16.0119, que tramita na Vara da Fazenda Pública da Comarca de Nova Esperança;

DECRETA

Art. 1º - Fica implantada a Progressão Vertical por Tempo de Serviço dos anos de 2009 à 2012 a Servidora **SILVANA MARA STORTI DENIPOTI,** a partir de do mês de Outubro de 2017, passando do nível 59 para o nível 63 da tabela de níveis salarial deste Município.

Art. 2º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Atalaia, em 10 de Outubro de 2017.

FÁBIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maristela Melo Morante
Código Identificador:5691FB97

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DECRETO Nº 0145/2017

Considerando o contido na sentença proferida nos autos 0003751-54.2013.8.16.0119, que tramita na Vara da Fazenda Pública da Comarca de Nova Esperança;

DECRETA

Art. 1º - Fica implantada a Progressão Vertical por Tempo de Serviço dos anos de 2009 à 2012 a Servidora **ROSANA RIBEIRO,** a partir de do mês de Outubro de 2017, passando do nível 40 para o nível 44 da tabela de níveis salarial deste Município.

Art. 2º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Atalaia, em 16 de Outubro de 2017.

FÁBIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maristela Melo Morante
Código Identificador:5CECB8CC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DECRETO Nº 0147/2017

SÚMULA: Cria o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, e dá outras providências.

O Sr. **FÁBIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA**, Prefeito Municipal de Atalaia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.
DECRETA

Art. 1º - Fica composto o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, atualizado através da Lei Municipal nº 1219/2017 de 03/10/2017, do qual farão parte os membros abaixo discriminados, seus Órgãos e entidades a que estão vinculados, para o Mandato de 02 (dois) anos, como segue:
- Representante da Secretária Municipal de Assistência Social
Titular: ALINE MACEDO CHAGAS
Suplente: **SELMA VÍRGINIA DA SILVA VALLE**

- Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária
Titular:- **CRISTIANE ANDRÉIA OLIVEIRA**
Suplente- **SULAMITA TANJORI RAMALHO**

- Representante da Secretaria de Educação, Cultura e Turismo:
Titular: MARIA DAS GRAÇAS GERMANO DA SILVA
Suplente: IDALINA FERREIRA VALÉRIO

- Representante da Secretaria de Esporte e Lazer:
Titular: MARCIO ROGERIO CORTARELLI
Suplente: EDWALDO ALVES DA CRUZ

- Representante das entidades não Governamentais:
Titular: AMANDA MARQUES DE CARVALHO LIMA
Suplente: ROSANA RIBEIRO DE MAZZI

- Representante das entidades não Governamentais:
Titular:- MAURA SANVEZZO TAMBORLIM
Suplente: **IVONETE BECHAUSER SIROTI**

- Representante das entidades civis constituídas:
Titular:- MERCEDES LEIVA CAMPAROTTO
Suplente: **MARIA MADALENA DA SILVA DA PURIFICAÇÃO**

- Representante dos usuários:
Titular: MARIA LICA CAEIRO
Suplente: **DILCE ALVES**

Parágrafo Único: Ficando assim composta a Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso:

PRESIDENTE: ALINE MACEDO CHAGAS
VICE-PRESIDENTE: SELMA VÍRGINIA DA SILVA VALLE
1º SECRETÁRIO: MARIA LICA CAEIRO

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Atalaia, em 16 de outubro de 2017.

FÁBIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maristela Melo Morante
Código Identificador:19BA64FC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

REF: EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 03/2017.

A Comissão de Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 0048/2016, de 20 de Fevereiro de 2017, comunica aos interessados nos serviços de Empreitada global para obras de melhorias do Cemitério Municipal, Construção do Ossuário, Cruzeiro, Muro e Reforma da Entrada Principal, com área total de construção de 25,14 m2, conforme planilha de serviços, projeto e cronograma físico-financeiro, objeto do Edital de **TOMADA DE PREÇO nº 03/2017**, que após a análise e verificação da proposta ofertada, decidiu classificar a seguinte proponente:

PROPONENTE	*VALOR PROPOSTO*	*CLASSIFICAÇÃO*
D. GOMES DA ROCHA E CIA LTDA - ME	R$ 152.863,63	1º LUGAR
R. Martins Garcia Construção Civil - EIRELI - EPP	R$ 171.277,26	2º LUGAR
David Carvalho dos Santos - ME	R$ 0,00	3º LUGAR

Ficando neste ato a empresa vencedora denominada **D. GOMES DA ROCHA E CIA LTDA - ME,** de Lobato, Estado do Paraná.

Município de Atalaia/PR., em 18 de Junho de 2016.

MARISTELA MELO MORANTE
Presidente
Comissão Permanente de Licitação

Obs: A assinatura consta no documento original.

Publicado por:
Marco Aurelio Pereira
Código Identificador:F369C3F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 074/2014

Contratante: Município de Balsa Nova
Contratada: SM EVENTOS LTDA. - ME.
Objeto: Aditamento correspondente a prorrogação e renovação contratual, referente a prestação de serviços de realização de cerimonial para eventos governamentais, permanecendo inalteradas as demais condições inicialmente pactuadas.
Valor: Até R$ 17.206,08 (dezessete mil duzentos e seis reais e oito centavos) por todo o objeto contratado aditivado.
Dotação Orçamentária:
02.002.04.122.0002-2005-3.3.90.39.99.99.000.
Foro: Foro Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.
Informações Complementares: Permanecem inalteradas às demais disposições do Contrato nº 074/2014.

Balsa Nova, 17 de outubro de 2017.

LUIZ CLAUDIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:6011FD35

ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PARANÁ AVISO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2017

AVISO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2017

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo administrativo nº 6352/2017 para a contratação de empresa especializada na execução de serviços contínuos de sepultamento e exumação, envolvendo abertura, retirada de assada, enfardamento e fechamento de túmulos e exumações e transferências de restos mortais para os ossuários, conforme especificações técnicas constantes do Edital e Anexos.

Balsa Nova, 18 de outubro de 2017.

LUIZ CLAUDIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:93921975

ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PARANÁ AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2017

Fica suspensa a licitação supracitada, considerando o pedido de impugnação ao lote 01 e pedido de esclarecimentos ao lote 04, referente ao processo administrativo nº 6515/2017 para a aquisição de veículos do Programa do Governo Federal - Ministério da Saúde - Proposta sob nº 10505.599000/1140-05, Programa do Governo do Estado do Paraná APSUS e destinado a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, conforme especificações técnicas constantes do Edital e Anexos, a fim de que sejam promovidas diligencias necessárias acerca dos questionamentos apontados.

Balsa Nova, 17 de outubro de 2017.

LUIZ CLAUDIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:7D868171

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 537/2017

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Orgânica do Município de Balsa Nova, nos termos do Decreto nº. 81/2015, 16.07.2015 e considerando os Decretos ns. ° 49/2016 e 50/2016, publicados, respectivamente, na Imprensa Oficial do Município de Balsa Nova e no periódico "Diário Metropolitano", em 06.04.2016 e 08.04.2016, que homologou o resultado a lista final da ordem classificatória dos candidatos aprovados contido nos Anexos dos Editais 09/2016 e 13/2016, referente ao Concurso Público veiculado ao Edital nº. 01/2015, instrumentalizado nos autos de Processo Administrativo nº. 3766/2015 e demais disposições cabíveis a espécie:

RESOLVE
Art. 1º. – Nomear **JULIO CESAR PEREIRA** brasileiro, portador do RG nº 9.179.581-7 e do CPF nº 317.204.738-54 residente e domiciliado na Av. dos Expedicionários, Campo Largo/PR, para exercer o cargo de Auxiliar de Obras e Manutenção, lotado na Secretaria Municipal de Obras, sob o regime "***Regime Jurídico Único e Próprio***" e "***Regime Geral da Previdência***" fixado através do artigo 1º da Lei Municipal 222/1991, combinado com o artigo 13 da Lei Federal nº. 8.212/91, em especial das Leis Municipais 624/2011, 662/2011, alteradas, respectivamente, pelas Leis Municipais 848/2014 e 856/2015 e demais disposições cabíveis a espécie.
Art. 2º. – Fica sem efeito a presente portaria caso não ocorra a assinatura do termo de posse do servidor ora nomeado no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da publicação do presente, conforme previsto no artigo 21 da Lei Municipal n.º 222 de 1991.
Art. 3ª. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeito a partir de 09 de outubro de 2017.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 18 de outubro de 2017.

LUIZ CLAUDIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:B0D937B6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 0138/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 086/2017

O Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, através de sua Comissão Permanente de Licitações, com a devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, convida Vossa Senhoria a participar do seguinte procedimento licitatório:

MODALIDADE	Pregão Presencial
JULGAMENTO	Menor Preço
TIPO	Global
ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO	No ato da abertura
DATA DA ABERTURA	06 de NOVEMBRO de 2017
HORA DA ABERTURA	09:00
LOCAL DA ABERTURA	Avenida Presidente Kennedy, 363- Centro Departamento de Licitação
VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO	R$ 875.027,40(oitocentos e setenta e cinco mil e vinte e sete reais e quarenta centavos)
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	NO 20º DIA DO MES SUBSEQUENTE
PRAZO DE CONTRATAÇÃO	24 horas a partir da convocação
LOCAL DE EXECUÇÃO/ENTREGA	OS SERVIÇOS DEVEM SER EXECUTADOS NO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA INTEGRADORA DE ESTÁGIOS PARA CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, GRADUAÇÃO, ENSINO TÉCNICO, ENCINO MÉDIO E SÉRIES FINAIS DO EJA.
LOCAL PARA RETIRADA EDITAL	Avenida Presidente Kennedy, 363- Centro Departamento de Licitação

Barbosa Ferraz, 18 de outubro de 2017.

ADRIANO GONÇALVES DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Aline da Rosa Croti
Código Identificador:5E91BB7A

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 140/2017

O Prefeito do Município de PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ, Senhor EDENILSON APARECIDO MILIOSSI, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** que o Poder Executivo do Município firmou em 18 de Outubro de 2017, Ata de Registro de Preços n. 140/2017 com a **MMH MED COMERCIO**

DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob n. 21.484.336/0001-47, com sede/domicílio na(o) **JOSE MARTINS DE OLIVEIRA 151 SALA 02, 151 MARINGA**, decorrente do **Processo Licitatório Pregão Presencial para Registro de Preços 76/2017**, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES.**, pelo **valor total de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**, com vigência até **19 de outubro de 2018**.

Documento assinado no original pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**.**

Publicado por:
Aline da Rosa Croti
Código Identificador:259177AF

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 011/2017 PROCESSO ADM. N° 0140/2017

O Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, com fundamentação legal na Lei Federal n° 8,666/93, artigo 25, comunica a todos a efetivação do procedimento conforme abaixo discriminado:

O Município de Barbosa Ferraz – PR, torna pública a contratação direta, com **TREVISA MAIS SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA**, inscrito no CNPJ Nº26.596.727/0002-58, com sede na RUA RUBENS SEBASTIÃO MARIN, Nº 1264, MARINGA - PR, para prestação de serviços de **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MAO DE OBRA**, pelo valor de R$ 4.200,00

Barbosa Ferraz, 18 de Outubro de 2017.

ADRIANO GONÇALVES DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão Permanente

Publicado por:
Aline da Rosa Croti
Código Identificador:164FE9A6

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2017 PROCESSO ADM. N° 069/2017

A Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, através de sua Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o **CANCELAMENTO** do Pregão Presencial, divulgado através dos Jornais Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no dia 09 de JUNHO de 2017, no file:///C:/Users/MX/Downloads/publicado_54853_2017-06-08_ab5944ad11e090a5cf5c1c00f9d90905.pdf , página 18 , e Jornal Tribuna do Interior edição nº9.619, tendo por objeto CONTRATAÇÃO DE AGENCIA INTEGRADORA DE ESTÁGIOS PARA CURSOS DE PÓS- GRADUAÇÃO, GRADUAÇÃO, ENSINO TÉCNICO, ENSINO MÉDIO E SÉRIES FINAIS DO EJA**.** Sendo assim, as publicações acima citadas, a partir desta perde a validade de seu teor.

Barbosa Ferraz, 18 de Outubro de 2017.

ADRIANO GONÇALVES DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Aline da Rosa Croti
Código Identificador:28548B0F

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DECRETO Nº 42/2017 DE 17/10/2017

Exercício: 2017

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2245/2017 de 19/09/2017.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
09.001.12.365.0007.2.067.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL	
475 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15.000,00
Total Suplementação:			15.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
06.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS	
06.001.15.452.0009.1.121.		SEDU/AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - PAM II	
145 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
Total Redução:			15.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de BARBOSA FERRAZ , Estado do Paraná, em 17 de outubro de 2017.

EDENILSON APARECIDO MILIOSSI
Prefeito

Publicado por:
Shizuko Elizabeth Fukuro
Código Identificador:F40C6D79

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DECRETO MUNICIPAL N.º 053/2017

O Excelentíssimo Senhor **EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, e art. 55, da Lei Orgânica do Município

CONSIDERANDO; *adequação do Plano Diretor Municipal que deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade e da Lei Estadual nº 15.229/2006, dentre demais disposições legais.*

CONSIDERANDO; *a lei municipal nº 2.232/2017, autoriza a Operação de Créditos com a agência de fomento do Paraná.*

CONSIDERANDO; *o termo de compromisso firmado junto ao PARANACIDADE, sob-responsabilidade do Poder Executivo Municipal, de adequar o Plano Diretor Municipal que deve ocorrer com cronograma definido até 31/12/2018.*

R E S O L V E:

I – Compor e nomear membros para a Equipe Técnica para a adequação do plano diretor municipal

NOME DO PROFISSIONAL	CARGO	ATRIBUIÇÃO
ANDERSON FRANCISCON	Arquiteto e Urbanista	*Coordenador Geral*
FATIMA M. BARRADAS	Engenheira Civil	*Coordenador Adjunto*
MOACIR NUNES DA SILVA	Secretário de Governo	*Secretario da Equipe*
FÁTIMA AIACHE PEGORARO	Advogado	*Procurador*
LUCIMAR ADAMI CAFISSO	Contadora	*Membro*
IVAIR RUFINO DOS SANTOS	Resp. Tributação	*Membro*
MARIA CAROLINI DAGOSTINI DE OLIVEIRA	Ass. De Gabinete	*Membro*
KLEYTON LUIZ LEME CRACCO	Controlador interno	*Membro*

ADRIANO GONÇALVES DE OLIVEIRA	Resp. Planejamento	*Membro*
SERGIO MILIOSSI	Enc. De obras	*Membro*
MARCILIO PINTO BARBOSA	Meio ambiente	*Membro*
JAIRO SADRAKI CARDOSO	Resp. Indústria e Comercio	*Membro*
EURIVELTON WAGNER SIQUEIRA	Sec. De Saúde	*Membro*
ANA MARCIA DA SILVA MILIOSSI	Sec. De Assistência Social.	*Membro*
ESTER PEREIRA PETERNELLI	Sec. De Educação, Cultura e Esportes.	*Membro*

II - Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.193/2017.

Paço Municipal, em 18 de outubro de 2017.

EDENILSON APARECIDO MILIOSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Shizuko Elizabeth Fukuro
Código Identificador:01133DEE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMDCA 07/2017

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
BELA VISTA DA CAROBA - PR
RUA MATO GROSSO DO SUL – SN CEP: 85745-000
Email:
cras@belavistadacaroba.pr.gov.br
FONE: (46) 3557-1206

O Plenário do CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – CMDCA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 453/2013, reuniu-se ordinariamente no dia 18 de Outubro de 2017.

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação da Deliberação 031/2017 – CEDCA/PR

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista da Caroba – PR, 18 de Outubro de 2017.

JULIANA S. G. TAVARES
Presidente
CMDCA

Publicado por:
Clair Juliane Levandoski Severo
Código Identificador:7A68F4AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 054/2017 - PMBVSR

ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2017

A Pregoeira, nomeada através da portaria de nº 010/2017, vem por meio deste, corrigir o objeto do aviso de licitação na modalidade Pregão Presencial 054/2017.

Onde se Lê:
Comprovação de que possui pelo menos 01 (um) Engenheiro Civil ou arquiteto, 01 (um) Engenheiro Eletricista e 01 (um) Técnico de Segurança no Trabalho, devidamente reconhecidos pela Entidade profissional competente, para atuar como responsável técnico de suas respectivas áreas, com vínculo numa das formas a seguir:

Leia-se:
Comprovação de que possui pelo menos 01 (um) Engenheiro Civil ou arquiteto, ou 01 (um) Engenheiro Eletricista e/ou 01 (um) Técnico de Segurança no Trabalho, devidamente reconhecidos pela Entidade profissional competente, para atuar como responsável técnico de suas respectivas áreas, com vínculo numa das formas a seguir:

Boa Ventura de São Roque, 18 de Outubro de 2017.

MARLENE PEREIRA DOS SANTOS
Pregoeira Oficial
Portaria 010/2017

Publicado por:
Marlene Pereira dos Santos
Código Identificador:4F9E54C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
LEI 084 2017

DATA: 18/10/2017

SÚMULA : Acrescenta itens no Anexo I da Lei 079/2017 – Lei que Cria o Programa de Hora máquina e transporte coletivo, que prevê a parceria para o atendimento subsidiado da população Boavistense com serviços de hora máquina, caminhões, ônibus, micro-ônibus, veículos e equipamentos em propriedades particulares e em eventos esportivos, religiosos e culturais e congêneres" e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL BOA VISTA DA APARECIDA ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Fica autorizado o Executivo Municipal a acrescentar ítens no Anexo I da Lei 079/2017 do **"Programa de Hora máquina e transporte coletivo" que prevê a parceria para o atendimento subsidiado da população Boavistense com serviço de hora/máquina, caminhões, ônibus, micro-ônibus, veículos e equipamentos em propriedades particulares e em eventos esportivos, religiosos e culturais e congêneres".**

Paragrafo Único: O Anexo I desta Lei consolidará as especificações e tabelas dos serviços.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Boa Vista da Aparecida, em 18 de Outubro de 2017.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:6A437D7B

ADMINISTRAÇÃO
LEI 83 2017

LEI Nº 083/2017
DATA: 18/10/2017

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Especial no Orçamento do

Município de Boa vista da aparecida- PR, para o exercício de 2017.

A Câmara Municipal de Boa vista da aparecida, Estado do Paraná, aprovou, e eu, LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei

Artigo 1º - Esta Lei autoriza o Executivo municipal a efetuar a abertura de crédito Especial para o exercício de 2017 do município de Boa Vista da Aparecida - PR.

Artigo 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do município de Boa vista da aparecida-PR, para o exercício de 2017, um crédito Especial no valor de R$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das seguintes dotações orçamentárias.

Suplementação		
08	SECR. MUN COMUN. ESPOR. TURISMO, IND.COM	
08.004	DIVISÃO DE INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇO	
08.004.22.661.0015.1.014.	CONSTRUÇÃO DE BARRACOES INDUSTRIAS	
498 - 4.4.90.52.00.00 630	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	250.000,00
Total Suplementação:		250.000,00

Artigo 3º - Para cobertura do crédito aberto no artigo 2º, será utilizado como recurso o Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Reais), de acordo com o Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal 4320/64.

Excesso de Arrecadação:			
Receita:		Fonte:	
2.1.1.4.99.99.15.00	AQUISIÇ-ÃO DE EQUIPAMENTOS PARA BARRAÇÃO INDUSTRIAL	630	250.000,00
Total:			250.000,00

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa vista da aparecida, em 18 Outubro, 2017.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:058D180A

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 295 2017

DATA: 18/10/2017

Sumula: Abre Crédito Especial e da outras providências.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, Prefeito do Município de BOA VISTA DA APARECIDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 83/2017 de 18/10/2017.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Reais), mediante as seguintes providências.

SUPLEMENTAÇÃO:		
08	SECR. MUN COMUN. ESPOR. TURISMO, IND.COM	
08.0	DIVISÃO DE INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇO	
084.004.22.661.0015.	CONSTRUÇÃO DE BARRACOES INDUSTRIAS	
1.041948 - 4.4.90.52.00.630	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	250.000,00
Total.....:		250.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como cobertura o Excesso de Arrecadação, dos Recursos Orçamentários abaixo especificados.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:	
Receit 2.1.1.4.99.99.1- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA BARRAÇÃO INDUSTRIAL	
	250.000,00
Total.....:	250.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de BOA VISTA DA APARECIDA, em 18 de outubro de 2017.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:1737D822

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 296 2017

DATA: 18/10/2017

Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, Prefeito do Município de BOA VISTA DA APARECIDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 85/2017 de 18/10/2017.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 636.100,00 (Seiscentos e Trinta e Seis Mil e Cem Reais), mediante as seguintes providências.

SUPLEMENTAÇÃO:			
04		SEC. MUN. INF.ESTR.URB. AGRIC. MEIO AMB	
04.004		DIVISÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO	
04.004.15.451.0005.1.004		PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E/OU COM PEDRAS IRREGULARES E CONSTRUÇÃO	
134 - 4.4.90.51.00.00	504	OBRAS E INSTALAÇÕES	23.000,00
499 - 4.4.90.51.00.00	808	OBRAS E INSTALAÇÕES	493.100,00
05		SECRETARIA DE SAÚDE	
05.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.1.008		AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS, ÔNIBUS, MICROÔNIBUS E VEÍCULOS	
488 - 4.4.90.52.00.00	500	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	120.000,00
Total.....:			636.100,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como cobertura o Excesso de Arrecadação, dos Recursos Orçamentários abaixo especificados.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:	
Receita: 1.7.2.1.22.11.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS	23.000,00
Receita: 2.4.7.1.99.99.37.00 - INSUMOS/EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE - FNS	120.000,00
Receita: 2.4.7.1.99.99.38.00 - CON PAVI ASFÁLTICA MINISTÉRIO DAS CIDADES(TUPI,PURI,ELIDIO GASPARINI, EUGENIO TREVISAN)	493.100,00
Total.....:	636.100,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de BOA VISTA DA APARECIDA, em 18 de outubro de 2017.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:5CE423C8

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 297 2017

DATA: 18/10/2017

Sumula: Abre Crédito Especial e da outras providências.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, Prefeito do Município de BOA VISTA DA APARECIDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 86/2017 de 18/10/2017.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 114.990,00 (Cento e Quatorze Mil Novecentos e Noventa Reais), mediante as seguintes providências.

SUPLEMENTAÇÃO:			
05		SECRETARIA DE SAÚDE	
05.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.1.008		AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS, ÔNIBUS, MICROONIBUS E VEÍCULOS	
501 - 4.4.90.52.00.00	810	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	74.990,00
06		SEC. FAMILIA, ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO	
06.001		DIVISÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL	
06.001.08.244.0008.2.054		DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FAMILIA, HABITAÇÃO, I	
500 - 4.4.90.52.00.00	809	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00
Total.....:			114.990,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como cobertura o Excesso de Arrecadação, dos Recursos Orçamentários abaixo especificados.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:		
Receita:	2.4.7.2.99.99.01.00 - Convênio SEDU Aquisição de Veículo	40.000,00
Receita:	2.4.7.2.99.99.02.00 - Convênio SEDU Aquisição Veículo Saúde	74.990,00
Total.....:		114.990,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de BOA VISTA DA APARECIDA, em 18 de Outubro de 2017.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:27474098

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO
Tendo em vista o parecer do Pregoeiro e equipe de apoio, e do departamento jurídico, e estando cumpridas todas as exigências do Pregão Presencial n° 079/2017.
HOMOLOGO E ADJUDICO
O resultado da licitação referente a contratação de seguro para veículos da frota oficial do Município com cobertura anual, conforme abaixo:

LOTE	PROPONENTE	VALOR LOTE
01	GENTE SEGURADORA SA	R$ 7.600,00
02	GENTE SEGURADORA SA	R$ 24.000,00

Boa Vista da Aparecida, de 18 de outubro de 2017.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Pereira de Lima
Código Identificador:435E994D

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE AVISO PP 084/2017

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2017

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA, Estado do Paraná, considerando a não publicação no Site do TCE/PR (Tribunal de Contas do Paraná), comunica aos interessados que fica **alterada a data de abertura da licitação** na modalidade acima, visando à **aquisição de peças genuínas ou similares com manutenção dos padrões de qualidade, para máquina pesada, retroescavadeira New Holland, modelo B90B ano 2014.**

- Data de abertura: 01/11/2017
- Horário: 09h00min
- Local: Sala de Reuniões – Paço Municipal.

Permanecem inalteradas as demais disposições do referido aviso.

PUBLIQUE - SE

Boa Vista da Aparecida, 18 de outubro de 2017.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Pereira de Lima
Código Identificador:3F877355

RECURSOS HUMANOS
DECRETO 298 2017

Data: 18/10/2017

SÚMULA: Concede Progressão Horizontal aos servidores efetivos, e dá outras providências.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTIDO NO ART. 36 e ART. 42 DO PLANO PROGRESSÃO E PROMOÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS Nº 181/2015, DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA,

DECRETA :
Art. 1º. Fica concedida a Promoção Horizontal dos servidores que, completam Classe na Carreira de Cargo Horizontal, com elevação de níveis, conforme segue tabela abaixo:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	NIVEL HORIZONTAL
Alfredo Alves Canoff	117512-2	Guardião	2
Divino Roberto Coelho	117513-0	Guardião	2

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida em 18 de outubro de 2017.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Tatiane Bett
Código Identificador:077D7D5D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO 103-2017

LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2017

Regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93

OBJETO: Aquisição de um trator agrícola.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação e a abertura da sessão pública do pregão, dar-se-á as 08:00 horas, do dia 07/11/2017 na Prefeitura Municipal, à Av. Ipiranga, 72, na cidade de Bom Jesus do Sul;

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:15 horas do dia 07/11/2017.

EDITAL: O edital deverá ser retirado diretamente no site do Município. Informações através do e-mail: licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br ou pelo fone: 46 3548-2000.

Bom Jesus do Sul, 17 de outubro de 2017.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:75B54C50

ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO 104-2017

LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2017
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME, EPP e MEI

Regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, condicionador de ar, purificador de água e equipamentos hospitalares.
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação e a abertura da sessão pública do pregão, dar-se-á as 13:00 horas, do dia 07/11/2017 na Prefeitura Municipal, à Av. Ipiranga, 72, na cidade de Bom Jesus do Sul;

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:15 horas do dia 07/11/2017.

EDITAL: O edital deverá ser retirado diretamente no site do Município. Informações através do e-mail: licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br ou pelo fone: 46 3548-2000.

Bom Jesus do Sul, 17 de outubro de 2017.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:ECF1F7B1

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PP 96

CNPJ: 01.612.443/0001-04	PREGÃO PRESENCIAL	
	Nr.: 96/2017 - PR	
AV IPIRANGA, 72	Processo Administrativo:	115/2017
	Processo de Licitação:	115/2017
C.E.P.: 85708-000 - Bom Jesus do Sul - PR	Data do Processo:	25/09/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) Prefeito Municipal, ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.:	115/2017
b) Licitação Nr.:	96/2017-PR
c) Modalidade:	PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação:	18/10/2017
e) Objeto da Licitação	Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Peças e Serviços de Auto Elétrica.

(em Reais R$)			
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
Lote: 1 - 000111 - OSCAR DALLA LONGA	47	0,0000	46.400,00
Lote: 2 - 000111 - OSCAR DALLA LONGA	4	0,0000	24.500,00
Total por Fornecedor:	51		70.900,00
Total:	51		70.900,00

Bom Jesus do Sul, 18 de Outubro de 2017.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:71FBD61D

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PP 97-2017

CNPJ: 01.612.443/0001-04	PREGÃO PRESENCIAL	
	Nr.: 97/2017 - PR	
AV IPIRANGA, 72	Processo Administrativo:	116/2017
	Processo de Licitação:	116/2017
C.E.P.: 85708-000 - Bom Jesus do Sul - PR	Data do Processo:	25/09/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) Prefeito Municipal, ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.:	116/2017
b) Licitação Nr.:	97/2017-PR
c) Modalidade:	PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação:	18/10/2017
e) Objeto da Licitação	Contratação de empresa para fornecimento de peças e realização de reparos, consertos e manutenção de equipamentos hospitalares e odontológicos, incluindo fornecimento de peças e mão de obra.

(em Reais R$)			
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
Lote: 1 - 004560 - ARLEI RIZZOTTO - ME	28	0,0000	19.000,23
Total por Fornecedor:	28		19.000,23
Total:	28		19.000,23

Bom Jesus do Sul, 18 de Outubro de 2017.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:040BB821

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 216-2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 216/2017
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
CONTRATADA: **RAJU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.**
OBJETO: Aquisição de jalecos, bolsas e tecidos.
Valor: R$ 9.028,00 (nove mil e vinte e oito reais).
Vigência: 11/10/2017 a 10/01/2018.
Fundamento: Pregão Presencial nº 93/2017 - Lei Federal 8.666/93 e Alterações Posteriores.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:53B7017B

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 217-2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 217/2017
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
CONTRATADA: **CEAG – DESENVOLVIMENTO DE TALENTOS E EDITORA LTDA - ME.**
OBJETO: Realização de duas palestras.
Valor: R$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais).
Vigência: 17/10/2017 a 16/12/2017.
Fundamento: Inexigibilidade de Licitação nº 10/2017 - Lei Federal 8.666/93 e Alterações Posteriores.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:582784E8

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 218-2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 218/2017
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
CONTRATADA: **J.M. GONÇALVES & CIA LTDA - ME.**
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e realização de serviços de recuperação da máquina Motoniveladora Caterpillar 120H.
Valor: R$ 15.029,77 (quinze mil vinte e nove reais e setenta e sete centavos).
Vigência: 17/10/2017 a 16/12/2017.
Fundamento: Pregão Presencial nº 94/2017 - Lei Federal 8.666/93 e Alterações Posteriores.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:A461DFFF

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 219-2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 219/2017
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
CONTRATADA: **S.O. ZIOBER & CIA EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA - EPP.**
OBJETO: Aquisição de equipamentos para academia ao ar livre.
Valor: R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).
Vigência: 17/10/2017 a 16/01/2018.
Fundamento: Pregão Presencial nº 95/2017 - Lei Federal 8.666/93 e Alterações Posteriores.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Scariot de Lima
Código Identificador:FBC9EA92

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 192, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.327 de 09 de outubro de 2017:
RESOLVE
Art. 1º Conceder a Sra. Ronise Jane Ravanelli de Oliveira, servidora pública, cargo de Diretora do Departamento de Ação Social, CPF Nº 014.865.889-05, RG n° 6.649.742-9, ½ (meia) diária de viagem, no dia 18 outubro de 2017, para a cidade de Cascavel – PR., a serviço do Departamento Municipal de Ação Social para participar do **WORKSHOP – Necessidades Habitacionais do Paraná.**
Art. 2° Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 17 de outubro de 2017.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:DFCF8F96

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 193, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.327 de 09 de outubro de 2017:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao Sr. Julio Cesar da Silva Maciel de Lima, servidor público, cargo Psicólogo, CPF Nº 066.591.929-80, RG n° 7.832.410-4, ½ (meia) diária de viagem, no dia 18 outubro de 2017, para a cidade de Cascavel – PR., a serviço do Departamento Municipal de Ação Social para participar do **WORKSHOP – Necessidades Habitacionais do Paraná.**

Art. 2° Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 17 de outubro de 2017.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:64206804

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA N° 154

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2017
REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2017
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
(17/10/2017 à 16/10/2018)
CONTRATADA: DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO LTDA-EPP

CNPJ: 79.847.687/0001-55
OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisições futuras, conforme necessidade, de artefatos de concreto, do tipo tubos, calhas e meios-fios, de conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência Anexo I do Edital de Pregão nº 69/2017, que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Tubo de concreto circular simples, TIPO PS1, com dimensões de 1m de comprimento e 20 cm de diâmetro- espessura mínima da parede de 30 mm, fabricado conforme ABNT/NBR 8890/2007.	UNID.	150	23,60	3.540,00
2	Tubo de concreto circular simples, TIPO PS1, com dimensões de 1m de comprimento e 30 cm de diâmetro- espessura mínima da parede de 30 mm, fabricado conforme ABNT/NBR 8890/2007.	UNID.	300	31,10	9.330,00
5	Tubo de concreto circular TIPO PS1, dimensão de 1m de comprimento e 80cm de diâmetro, espessura mínima da parede de 60 mm, fabricado conforme ABNT/NBR 8890/2007.	UNID.	100	152,00	15.200,00
6	Tubo de concreto circular armado, TIPO PA1, com dimensões de 1m de comprimento e 80 cm de diâmetro- espessura mínima da parede de 72 mm, fabricado conforme ABNT/NBR 8890/2007.	UNID.	200	209,00	41.800,00
7	Tubo de concreto circular armado, TIPO PA1, com dimensões de 1m de comprimento e 100 cm de diâmetro- espessura mínima da parede de 80 mm, fabricado conforme ABNT/NBR 8890/2007.	UNID.	100	269,00	26.900,00
8	Tubo de concreto circular armado, TIPO PA1, com dimensões de 1m de comprimento e 120 cm de diâmetro- espessura mínima da parede de 96 mm, fabricado conforme ABNT/NBR 8890/2007.	UNID.	50	425,00	21.250,00
9	Tubo de concreto circular armado, TIPO PA1, com dimensões de 1m de comprimento e 150 cm de diâmetro- espessura mínima da parede de 120 mm, fabricado conforme ABNT/NBR 8890/2007.	UNID.	50	700,00	35.000,00
10	Tubo de concreto circular armado, TIPO PA1, com dimensões de 1m de comprimento e 200 cm de diâmetro- espessura mínima da parede de 180 mm, fabricado conforme ABNT/NBR 8890/2007.	UNID.	50	1.600,00	80.000,00
11	Calha de concreto sem armação, com 20cm de diâmetro, fabricada de acordo com as normas da ABNT.	UNID.	50	17,00	850,00
12	Calha de concreto sem armação, com 30cm de diâmetro, fabricada de acordo com as normas da ABNT.	UNID.	50	21,00	1.050,00
13	Calha de concreto sem armação, com 40cm de diâmetro, fabricada de acordo com as normas da ABNT.	UNID.	50	28,00	1.400,00
14	Calha de concreto sem armação, com 60cm de diâmetro, fabricada de acordo com as normas da ABNT.	UNID.	50	45,00	2.250,00
15	Meio fio de concreto 80 cm– alto, com Sarjeta	UNID.	2.000	15,00	30.000,00
16	Meio fio de concreto 80 cm – baixo, com Sarjeta	UNID.	500	15,00	7.500,00
1. O valor total da Ata de Registro é de **R$ 276.070,00 (Duzentos e Setenta e Seis Mil e Setenta Reais).**					
2. As quantidades descritas acima são estimadas, podendo haver variações para mais ou para menos, conforme a demanda da Administração Municipal durante o período de vigência do Registro de Preços, respeitados os limites do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.					
3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.					

Bom Sucesso do Sul, 18 de Outubro de 2017.

JOSIANE FOLLE
Pregoeira

Publicado por:
Leticia Comocena
Código Identificador:0F916887

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA N° 155

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2017
REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2017
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
(17/10/2017 à 16/10/2018)
CONTRATADA: EMPREMAC ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA.
CNPJ: 14.540.178/0001-30

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisições futuras, conforme necessidade, de artefatos de concreto, do tipo tubos, calhas e meios-fios, de conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência Anexo I do Edital de Pregão nº 69/2017, que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
3	Tubo de concreto circular simples, TIPO PS1, com dimensões de 1m de comprimento e 40 cm de diâmetro- espessura mínima da parede de 40 mm, fabricado conforme ABNT/NBR 8890/2007.	UNID.	500	42,50	21.250,00
4	Tubo de concreto circular simples, TIPO PS1, com dimensões de 1m de comprimento e 60 cm de diâmetro - espessura mínima da parede de 60 mm, fabricado conforme ABNT/NBR 8890/2007.	UNID.	500	76,40	38.200,00

1. O valor total da Ata de Registro é de R$ 59.450,00 (Cinquenta e Nove Mil e Quatrocentos e Cinquenta reais).
2. As quantidades descritas acima são estimadas, podendo haver variações para mais ou para menos, conforme a demanda da Administração Municipal durante o período de vigência do Registro de Preços, respeitados os limites do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

Bom Sucesso do Sul, 18 de Outubro de 2017.

JOSIANE FOLLE
Pregoeira

Publicado por:
Leticia Comocena
Código Identificador:E09C3A24

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 67/2017

ERRATA
REF. A HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2017

Tendo em vista erro de digitação do valor unitário e total do lote 16 e valor total homologado por fornecedor ref. a homologação e adjudicação do pregão presencial 67/2017, publicado no Jornal Diário do Sudoeste edição nº 6995, do dia 17.10.2017, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná – DOMP/AMP, edição nº 1360, do dia 17.10.2017, bem como no site do Município na internet (www.bomsucessodosul.pr.gov.br), no dia 16.10.2017. Então:

Onde se lê:
LOTE 16: CAMIONETA VW/KOMBI FLEX 2012/2012 AVJ-3548

Item	Qtde.	Descrição do Item	Valor Unitário R$	Valor Total R$
1	***12***	***Lavagem Completa***	**R$ 42,9167**	**R$ 515,00**
E				
VALOR TOTAL HOMOLOGADO POR FORNECEDOR				
FORNECEDOR			**VALOR**	
DENI NILSO FERREIRA – ME			R$ 10.790,80	
ADEMIR FRANCISCO KAYSER 881055989958			R$ 10.710,50	
LUCIANO ANDRE BANDIERO ARSEGO 01468889958			R$ 10.287,50	

Leia-se:
LOTE 16: CAMIONETA VW/KOMBI FLEX 2012/2012 AVJ-3548

Item	Qtde.	Descrição do Item	Valor Unitário R$	Valor Total R$
1	***12***	***Lavagem Completa***	**R$ 42,9583**	**R$ 515,50**
E				

VALOR TOTAL HOMOLOGADO POR FORNECEDOR	
FORNECEDOR	**VALOR**
DENI NILSO FERREIRA – ME	R$ 10.025,50
ADEMIR FRANCISCO KAYSER 881055989958	R$ 11.475,80
LUCIANO ANDRE BANDIERO ARSEGO 01468889958	R$ 10.287,50

Bom Sucesso do Sul, 18 de outubro de 2017.

JOSIANE FOLLE
Pregoeira e
Presidente da Comissão de Licitações e
Pregoeira

Publicado por:
Marcelo Dambros
Código Identificador:1488C747

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 065/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 082/2017

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE BRAGANEY,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Arthur pereira, 860, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 78.121.902/0001-73, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA,** a seguir denominado **CONTRATANTE e**, de outro a de outro a empresa **CLINICA MEDICA MARCELO SOUZA EIRELI-ME** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Gralha Azul, nº 1222, Bairro Guarujá, cidade de Cascavel/Pr**,** inscrita no **CNPJ: 28.374.658/0001-82** doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu Administrador Marcelo Gomes de Souza , portador da cédula de RG: **8.417.954-0** e CPF nº. **034.614.729-80.** Firmam o presente Contrato, sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Código Civil Brasileiro, do Código Comercial Brasileiro e de outras referentes ao objeto, e ainda as que não explicitadas.

Itens	Proponente Vencedora	Valor (R$)
1.	**CLINICA MEDICA MARCELO SOUZA EIRELLI-ME, CNPJ: 28.374.658/0001-82**	R$ 168.090,00

O prazo de vigência deste contrato é de **18/10/2017 até 17/10/2018**, totalizando **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado se assim convir a Administração Municipal.

ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Wronski
Código Identificador:F1C90E8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 084/2017

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, torna-se publico o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Aquisição de materiais para manutenção e reforma de alguns Departamentos Municipais, compreendendo portas e janelas.
RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de Pregão Presencial nº. 084/2017, conforme segue os vencedores:

ITENS	Proponente Vencedora	Valor (R$)
1, 2, 3, 4, 5, 6,7.	**SERGIO L. FERREIRA-METALURGICA-ME, CNPJ: 01.060.533/0001-21**	R$ 5.940,00
VALOR TOTAL	**R$5.940,00**	

Braganey, 18 de outubro de 2017.

ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Wronski
Código Identificador:A4AC67D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
LEI Nº. 491/2017

SÚMULA: ALTERA A LEI Nº 187/2000, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAFEARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEARA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Os itens 35, 57, 62, 71, 76 e 96, da Lista de serviços instituída pelo artigo 46 da Lei Complementar n. 187/2000, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal passam a ter as seguintes redações:
35 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

57 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

62 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

71 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

76 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

96 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

Art. 2º - A Lista de Serviços instituída pelo artigo 46 da Lei Complementar nº. 187/2000, fica acrescida dos itens 101 a 108, tendo as seguintes redações:
101 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

102 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

103 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

104 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos.

105 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

106 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

107 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

108 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

Art. 3º - A base de cálculo do imposto sobre o serviço prestado prevista no artigo 56 da Lei Complementar nº. 187/2000, passa a ter a seguinte redação em seu inciso I:
Itens 94, 95, 104 a 108
II-...

Art. 4º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Art. 5º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

OSCIMAR JOSÉ SPERANDIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo
Código Identificador:B52FEEBC

GOVERNO MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. /2017

Processo dispensa Nº. 70/2017

Fica HOMOLOGADO o resultado do Procedimento Licitatório - Processo dispensa nº 70/2017, de 18/10/2017, para o qual tem como objeto: "Contratação de empresa para prestação de serviços de hospedagem (diária hotel)" pelo critério de menor preço por item, sendo vencedor(es) do objeto da licitação a(s) empresa(s): RAPHAELA SOARES TUROZI DE OLIVEIRA 08825534965 CNPJ Nº 23.601.951/0001-11 no valor total de R$3.425,00 (Três Mil, Quatrocentos e Vinte e Cinco Reais).

Cafeara - PR, dezoito dias de outubro de 2017.

OSCIMAR JOSÉ SPERANDIO
Prefeito Municipal
Cafeara - PR

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo
Código Identificador:A6D8CE6B

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO nº 171/2017
DISPENSA nº 70/2017
Contratante:
Nome: MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR, CNPJ nº 75.845.545/0001-06.
Contratado:
Nome: RAPHAELA SOARES TUROZI DE OLIVEIRA 08825534965, CNPJ nº . 23.601.951/0001-11
Data de Assinatura: 18/10/2017
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de hospedagem (diária hotel).
VALOR R$3.425,00 (Três Mil, Quatrocentos e Vinte e Cinco Reais

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo
Código Identificador:E70F50DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E NOVA DATA DE ABERTURA PROCESSO LICITATORIO Nº 102/2017 PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 066/2017

Município de Califórnia, Estado do Paraná, através da Pregoeira Sra. Bruna Rafaela Coati, nomeado pela Portaria n° 112/2017 de 01 de agosto de 2017, torna público que o Processo Licitatório nº 102/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 066/2017, objetivando o Registro de Preço para a Contratação de empresas especializadas em serviços de Reboque e Guincho para atender os veículos da frota Municipal, foi considerada DESERTA, ante a ausência de interessados. Desta forma, realizar-se-á novo certame no dia 31 de outubro de 2017, às 13h30min, na sede da Prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, n° 149, Centro. Julgamento: Menor Preço. Obs.: O Edital deverá ser retirado no site da prefeitura www.california.pr.gov.br ou no Departamento de Licitações e Contratos ou solicitado pelo e-mail: licitacaopmcalifornia@hotmail.com. Qualquer informação ou esclarecimento poderá ser obtido pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11:45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacaopmcalifornia@hotmail.com.

Califórnia, 18 de outubro de 2017.

BRUNA RAFAELA COATI
Pregoeira

Publicado por:
Daniel Lucas dos Santos Mattos
Código Identificador:03CBA59B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 174/2017

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CALIFÓRNIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1631/2016 de 06/12/2016.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$106.000,00 (cento e seis mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
11	**SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER**	
11.024	**Departamento de Esporte e Lazer**	
11.024.27.812.0038.2.048.	**Manutenção do Departamento de Esportes**	
557-4.4.90.52.00.00 803	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	106.000,00
Total Suplementação:		106.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:

Receita: 2.4.7.99.99.04.00 Convenio Equipamentos Esportes 106.000,00
Total da receita: 106.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA , em 31 de agosto de 2017.

PAULO WILSON MENDES
Prefeito

Publicado por:
Juliano Pazini
Código Identificador:7785C400

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 175/2017

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CALIFÓRNIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1631/2016 de 06/12/2016.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$5.000,00 (cinco mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
11	**SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER**	
11.024	**Departamento de Esporte e Lazer**	
11.024.27.812.0038.2.048.	**Manutenção do Departamento de Esportes**	
491-3.3.90.30.00.00 0100	MATERIAL DE CONSUMO	**5.000,00**
Total Suplementação:		**5.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64:

Redução:		
11	**SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER**	
11.024	**Departamento de Esporte e Lazer**	
11.024.27.812.0038.2.048.	**Manutenção do Departamento de Esportes**	
494-3.3.90.39.00.00 0100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**5.000,00**
Total Redução:		**5.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA , em 31 de agosto de 2017.

PAULO WILSON MENDES
Prefeito

Publicado por:
Juliano Pazini
Código Identificador:E7CE169B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 197/2017

SÚMULA: Exonerar o servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, SR. PAULO WILSON MENDES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA :

Artº. 1º - EXONERAR o servidor ANDRE RICARDO BARRIQUELO, o qual deixará de ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Econômico (S-1).

Artº. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR, ao 17º dia do mês de Outubro de 2017.

PAULO WILSON MENDES
Prefeito

Publicado por:
Juliano Pazini
Código Identificador:D76E2449

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 198/2017

SÚMULA: Nomeia Secretária Municipal de Habitação e Desenvolvimento Econômico – SEHAD e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, SR. PAULO WILSON MENDES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A :

Artº. 1º - Fica nomeada TAMI ALESSANDRA IMADA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal de Habitação e Desenvolvimento Econômico (S-1), conforme Lei Complementar Nº 001/2015.

Artº. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando o presente em vigor a partir desta data. Prefeitura do Município de Califórnia/PR, ao 18º dia do mês de Outubro de 2017.

PAULO WILSON MENDES
Prefeito

Publicado por:
Juliano Pazini
Código Identificador:38B7627E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECLARA ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO.

JORGE LUIZ QUEGE, Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Município de Campo do Tenente, a área de 45.000,00 m² (quarenta e cinco mil metros quadrados) pertencente à área maior de 100.180,00 m² (cem mil cento e oitenta metros quadrados) referente a matrícula n° 17.570 do CRI da Comarca de Rio Negro, pertencente a Felipe Machado Montrucchio e Gabriela Machado Montrucchio, conforme descrição abaixo:
Imóvel Urbano situado em Campo do tenente, de frente para a PR 427- KM 03 + 670m, lado direito, distante 1,40 km da sede do Município.
Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ***opp=01****, de coordenadas* ***N 7126959.739 m*** *e* ***E 631074.067 m****, deste segue confrontando pela faixa de domínio da PR 427, lado direito, com os seguintes azimutes e distâncias: 6°59'14" e 10.25 m , de coordenadas* ***N 7126969.911 m*** *e* ***E 631075.314 m****;; com os seguintes azimutes e distâncias: 7°48'08" e 24.96 m , de coordenadas* ***N 7126994.637 m*** *e* ***E 631078.702 m****;; com os seguintes azimutes e distâncias: 15°45'51" e 20.45 m , de coordenadas* ***N 7127014.317 m*** *e* ***E 631084.257 m****;; com os seguintes azimutes e distâncias: 22°33'39" e 28.96 m , de coordenadas* ***N 7127041.062 m*** *e* ***E 631095.369 m****;; com os seguintes*

*azimutes e distâncias: 27°01'59" e 28.89 m , de coordenadas **N 7127066.797 m** e **E 631108.500 m**;; com os seguintes azimutes e distâncias: 31°23'43" e 24.24 m , de coordenadas **N 7127087.487 m** e **E 631121.127 m**;; com os seguintes azimutes e distâncias: 29°54'42" e 46.75 m até o vértice **02**, de coordenadas **N 7127128.016 m** e **E 631144.443 m** deste*

*segue confrontando pelo lado direito com a propriedade de Espólio de Alcides Mario Quege, com os seguintes azimutes e distâncias: 109°26'21" e 266.80 m até o vértice **03**, de coordenadas **N 7127039.222 m** e **E 631396.038 m** deste faz fundos e segue confrontando com a propriedade de Felipe Machado Montrucchio e Gabriela Machado Montrucchio, com os seguintes azimutes e distâncias: 217°17'13" e 186.25 m até o vértice **04**, de coordenadas **N 7126891.037 m** e **E 631283.205 m** deste segue confrontando pelo lado esquerdo com a propriedade de Espólio de Francisco Rauth, com os seguintes azimutes e distâncias: 288°11'08" e 220.13 m até o vértice **opp=01**, de coordenadas **N 7126959.739 m** e **E 631074.067 m** até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, **Meridiano Central 51oWGr** e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o **SIRGAS 2000**. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.*

Art. **2°** A finalidade da desapropriação é instalação de empresa para geração de empregos e renda no Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo do Tenente, (PR), 18 de outubro de 2017

JORGE LUIZ QUEGE
Prefeito Municipal

RODRIGO FERREIRA DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Dê-se Ciência.
Registre-se e
Publique-se.

Publicado por:
Zeila de Fatima Cavalheiro Urban
Código Identificador:D660C202

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETA PONTO FACULTATIVO.

JORGE LUIZ QUEGE, Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o feriado de 02 de novembro, Dia de Finados,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo no **dia 03/11/2017 (sexta-feira).**

Art. 2º Excetuam-se do disposto neste decreto as atividades consideradas essenciais e indispensáveis no serviço público municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Campo do Tenente (PR), 17 de outubro de 2017.

JORGE LUIZ QUEGE
Prefeito Municipal

RODRIGO FERREIRA DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Dê-se Ciência.
Registre-se e
Publique-se.

Publicado por:
Zeila de Fatima Cavalheiro Urban
Código Identificador:94396FAD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 582/2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.042.901,46 (um milhão, quarenta e dois mil, novecentos e um reais e quarenta e seis centavos) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 945/2016.

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 945/2016 de 20 de dezembro de 2016.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2017, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 1.042.901,46 (um milhão, quarenta e dois mil, novecentos e um reais e quarenta e seis centavos), como segue:

ÓRGÃO: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
UNIDADE: 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA			
28.843.0000.0.002 – Encargos e Amortização da Dívida Fundada Interna			
32.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0000	42.000,00
46.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	0000	76.000,00
33.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOAL JURÍDICA	0000	10.000,00
TOTAL			128.000,00

ÓRGÃO: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1004.2.2034 – Manutenção da Folha de Pagamento – SESAU			
3.3.90.49.00.00	AUXÍLIO TRANSPORTE	0303	4.597,26
TOTAL			4.597,26

ÓRGÃO: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1004.2.2037 – Manutenção das UBS			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0495	65.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	0495	8.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	0303	30.000,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	0495	304,20
TOTAL			103.304,20

ÓRGÃO: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRABALHO			
UNIDADE: 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRABALHO			
22.661.1003.2.2.046 – Manutenção das Atividades do Departamento de Indústria e Comércio			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	0303	1.000,00
TOTAL			1.000,00

ÓRGÃO: 13 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
UNIDADE: 01 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
02.061.1002.2.2056 – Manutenção da Procuradoria Geral do Município			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	0000	806.000,00
TOTAL			806.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito Adicional Suplementar aberto em conformidade com o artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de excesso de arrecadação, conforme segue:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

FONTE	VALOR (R$)
0000	935.000,00
0495	73.304,20
0303	34.597,26
TOTAL	**1.042.901,46**

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.
Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Campo Magro, 04 de outubro de 2017.

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Maria Trevisan
Código Identificador:4FD3235A

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO TERMO DE RETIFICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2017

O Presidente da Comissão Permanente de Seleção para Chamamento Público, do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Ofício nº 008/2017 – CMDCA, de 17/10/2017, em que se requer dilação de prazo do cronograma do Edital de Chamamento Público nº001/2017, porque pendente a conclusão quanto à análise e deliberação do plano de trabalho pela Plenária do referido Conselho, a ser realizada em reunião extraordinária a ser agendada, **TORNA PÚBLICO O SEGUNDO TERMO DE RETIFICAÇÃO** do Chamamento Público nº 001/2017, nos seguintes termos:
Art. 1º Fica **RETIFICADO** o Cronograma constante do item 9.1, do Edital de Abertura do Chamamento Público nº 001/2017, retificado pelo Primeiro Termo de Retificação, no que diz respeito às datas das etapas do presente Chamamento Público.

Onde se Lê:

CRONOGRAMA	
AÇÃO	**DATA/PRAZO**
Divulgação do edital de chamamento no *site* da Prefeitura www.campomagro.pr.gov.br	17/08/2017
Publicação do Aviso de Chamamento no Diário Oficial dos Municípios	17/08/2017
Data limite para apresentar impugnação ao Edital (item 12.1 Edital)	12/09/2017
Data limite para entrega dos envelopes 01 e 02 (Plano de Trabalho e Documentação)	Até as 17 horas do dia 18/09/2017
Abertura do Envelope 01, pela Comissão de Seleção e início da análise dos Planos de Trabalho apresentados	19/09/2017
Divulgação do resultado preliminar dos projetos contemplados com parecer da Comissão Permanente de Seleção para Chamamento Público, do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	19/10/2017
Prazo para interposição de recurso	Até as 17 horas do dia 26/10/2017
Prazo para apresentação de contrarrazões a recurso	N/A
Análise do recurso e publicação do resultado final	09/11/2017

Leia-se:

CRONOGRAMA	
AÇÃO	**DATA/PRAZO**
Divulgação do edital de chamamento no *site* da Prefeitura www.campomagro.pr.gov.br	17/08/2017
Publicação do Aviso de Chamamento no Diário Oficial dos Municípios	17/08/2017
Data limite para apresentar impugnação ao Edital (item 12.1 Edital)	12/09/2017
Data limite para entrega dos envelopes 01 e 02 (Plano de Trabalho e Documentação)	Até as 17 horas do dia 18/09/2017
Abertura do Envelope 01, pela Comissão de Seleção e início da análise dos Planos de Trabalho apresentados	19/09/2017
Divulgação do resultado preliminar dos projetos contemplados com parecer da Comissão Permanente de Seleção para Chamamento Público, do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Data a ser definida após decisão do CMDCA e CMAS
Prazo para interposição de recurso	Data a ser definida após decisão do CMDCA e CMAS
Prazo para apresentação de contrarrazões a recurso	N/A
Análise do recurso e publicação do resultado final	Data a ser definida após decisão do CMDCA e CMAS

Art. 2º Este Termo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Campo Magro, 18 de outubro de 2017

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE
Prefeito Municipal

VADEL JOSÉ DA SILVA GOMES
Presidente da Comissão Permanente de Seleção para Chamamento Público

Publicado por:
Karine Maria Trevisan
Código Identificador:EE59E5AA

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

OBJETO:contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos no edital e em seu Anexo I.

NOTIFICO a empresa BETHA SISTEMAS LTDA CNPJ. 04.005.101/0001-06, e demais interessados que no dia 23 de outubro de 2017, na sede da Câmara Municipal de Campo Magro, às 09h00mim, será aberto o envelope de nº 02, contendo os documentos de habilitação da licitante.

Em sendo habilitada;

CONVOCO a empresa, para no mesmo dia, às 09h15mim,nos termos do item 8.5.1 do edital, proceda a demonstração e comprovação de que os aplicativos ofertados atendem plenamente as funcionalidades previstas no Anexo I do Edital, para o fim de adjudicação do objeto.

Campo Magro, 18 de outubro de 2017.

ROBERTO DE PAULA
Pregoeiro

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:0982D1E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, ESPORTE E LAZER
RESOLUÇÃO REPUBLICADA POR INCONSISTÊNCIA NA NUMERAÇÃO. PASSA A SER 009A/2017.

Resolução Nº 009A/2017

SÚMULA: Aprova o Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social 2017

O Conselho Municipal de Assistência Social e a Instancia de Controle Social do Bolsa Família do município de Campo Magro, no uso das atribuições legais e considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto no Art. 4º da Lei Municipal nº 713/2011, que institui o CMAS, o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). A Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal – SUAS 2017, acordado em reunião extraordinária no dia 26 de junho de 2017.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Magro, 26 de junho de 2017.

FABIANA TEIXEIRA RISKALLA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
Campo Magro/PR

Publicado por:
Karine Maria Trevisan
Código Identificador:B052CBC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, ESPORTE E LAZER
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 208

Aos **dez** dias do mês de **outubro** de dois mil e dezessete, às nove horas, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Ação Social, Esporte e Lazer (SEAEL), situada à Rodovia Gumercindo Boza nº 13.440, Jardim Bom Pastor, Campo Magro/PR, para reunião ordinária deste Conselho, na qual contou com a presença de representantes da Associação Ita Wegman na condição de ouvintes. Iniciando a reunião, a Srª. Marisa Kloss, presidente do CMAS, deu as boas vindas aos presentes e na sequência a secretária executiva leu a ata da reunião 207 e a Portaria 184, de cinco de setembro de dois mil e dezessete, da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Referente à **Deliberação 065/2017**, denominada "Regulamentação da Deliberação nº 051/2017 – Adesão ao Incentivo Benefício Eventual", através da qual o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) delibera pelo repasse Fundo a Fundo do Incentivo Benefício Eventual para municípios de grande porte e metrópole, e Deliberação do CEAS/PR nº 076/2017, que delibera pelo repasse Fundo a Fundo ao incentivo Benefício Eventual para o município de pequeno e médio porte populacional, foi apresentado aos Conselheiros: I) Termo de Adesão; II) Plano de Ação; e III) Critérios para benefícios eventuais. A Srª. Marisa esclareceu que o Município de Campo Magro enquadra-se na categoria porte II, por isso terá direito a receber a quantia de R$ 9.000,00 (nove mil reais), caso atenda as exigências estabelecidas na Deliberação 065/2017. O Termo de Adesão, o Plano de Ação e os critérios estabelecidos para concessão de benefícios eventuais foram apresentados e aprovados por este CMAS. Quanto à **compra de peças para conserto** dos veículos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), foi aprovada a aquisição de um silencioso traseiro, um coxim e um suporte dianteiro para o veículo Gol (placa ATQ – 6477), e um conjunto de embreagem para o veículo Uno (placa AQH – 5402). Os presentes foram informados sobre o **pedido de renúncia** ao cargo de Conselheiro Tutelar do Sr. Maikon Urbano da Silva e foram apresentados a Srª. Jéssika Vilela, nova Conselheira Tutelar. Sobre a possível eleição para compor o quadro de suplentes para o Conselho Tutelar, os presentes foram informados que o CMDCA oficializará o setor jurídico do município para verificar a necessidade de uma nova eleição. Também foram informados que o Conselho Tutelar recebeu, em forma de doação, um aparelho celular com dois chips, atendendo a necessidade do Conselho Tutelar. Quanto ao Plano de Trabalho apresentado pelo Instituto de Convivência Incluir (ICI) ao Edital 001/2017 de Chamamento Público definiu-se pela criação de uma Comissão, representada por: Karina Alves, Marisa Kloss, Patrícia Cercal e Veneza Barbieri, para apropriar de mais elementos que regem o referido edital e o Plano de Trabalho apresentado. O posicionamento desta comissão será transmitido para os demais membros do CMAS a fim de que o colegiado delibere sobre a questão e na sequência oficie o ICI. Referente à **Deliberação 062/2016**, denominada "Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos", a qual se destina ao repasse financeiro no valor de R$ 49.115,00 (Quarenta e nove mil, cento e quinze reais), do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-PR), para aquisição de dois parquinhos de madeira, que serão instalados no PETI Rural e Piá Ambiental, os presentes foram informados sobre a divergência de conteúdo da Resolução 009/2017 do CMAS e o conteúdo da Publicação de mesma numeração, apresentados à Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (SEDS). Tendo em vista a duplicidade de publicação com mesma numeração (009/2017), o conteúdo da segunda publicação será republicado retificando apenas sua numeração, passando a ser **009A/2017**. Esta retificação manterá o conteúdo das duas publicações, bem como a cronologia de publicação. Todos os presentes foram favoráveis a retificação mencionada. Na sequência, os membros do CMDCA compuseram o grupo do CMAS para a apresentação do Projeto Político Pedagógico da Associação Ita Wegman, denominado "A Tríplice Educação: Questão Pedagógica como Questão Social". Os representantes da Ita Wegman relataram sobre o "Projeto Criança Semente", no qual doze crianças recebem atendimento gratuito pela Associação e o transporte é custeado pelo município. As crianças que hoje recebem o atendimento foram indicadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) com o objetivo de serem trabalhadas/desenvolvidas em seus aspectos emocionais. Atualmente é dezoito o número de vagas, sendo quinze para criança no contraturno (de segunda a sexta-feira), e três para pessoas com deficiência. Diante do exposto, não havendo nada a mais a relatar, eu, Veneza Pedrina Barbieri, declaro que lavrei esta ata e que, em anexo, encontra-se a lista de presença.

VENEZA PEDRINA BARBIERI	***MARISA ALEX KLOSS***
Secretária Executiva	Presidente do CMAS
RG 6.391.314-6	RG 4.131.048-0
CPF 024.826.969-09	CPF 574.762.929-87

Publicado por:
Karine Maria Trevisan
Código Identificador:52CCE554

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, ESPORTE E LAZER
RESOLUÇÃO Nº 014/2017

Em reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Magro realizada aos dez dias do mês de outubro de 2017

RESOLVE,

I – APROVAR O TERMO DE ADESÃO, PLANO DE AÇÃO e os CRITÉRIOS PARA BENEFÍCIOS EVENTUAIS referente à Deliberação 065/2017, denominada "Regulamentação da Deliberação nº 051/2017 – Adesão ao Incentivo Benefício Eventual", através da qual o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) delibera pelo repasse Fundo a Fundo do Incentivo Benefício Eventual para municípios de grande porte e metrópole, e Deliberação do CEAS/PR nº 076/2017, que delibera pelo repasse Fundo a Fundo ao incentivo Benefício Eventual, no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais), para o município de pequeno e médio porte populacional;
II – APROVAR A COMPRA DE PEÇAS PARA CONSERTO DOS VEÍCULOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS). Aprovada aquisição de um silencioso traseiro, um coxim e um suporte dianteiro para o veículo Gol (placa ATQ – 6477), e um conjunto de embreagem para o veículo Uno (placa AQH – 5402);
III – APROVAR A CRIAÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA DO CMAS PARA AVALIAÇÃO DOCUMENTAL REFERENTE AO CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2017 – "EQUOTERAPIA". Membros eleitos: Karina Alves, Marisa Kloss, Patrícia Cercal e Veneza Barbieri;
IV – APROVAR A RETIFICAÇÃO NA RESOLUÇÃO 009/2017 DO CMAS POR INCONSISTÊNCIA NA NUMERAÇÃO, PARA RESOLUÇÃO 009A/2017.

PUBLIQUE-SE

Campo Magro, 27de setembro de 2017.

MARISA ALEX KLOSS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Karine Maria Trevisan
Código Identificador:C5729064

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, ESPORTE E LAZER
RESOLUÇÃO Nº 015/2017

Em reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Magro realizada aos dez dias do mês de outubro de 2017

RESOLVE,
I - TORNAR PÚBLICO OS CRITÉRIOS DEFINIDOS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS:

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Campo Magro/Paraná, no uso de suas atribuições e fundamentado na Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, e Lei Municipal 713/2011.
Considerando:
A Política Nacional de Assistência Social;
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;
A realidade do Município de Campo Magro;
O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

Resolve:
Art. 1º - Estabelecer os benefícios eventuais concedidos pela Política Municipal de Assistência Social sendo:
Auxílio Funeral;
Auxílio com passagem de ônibus intermunicipal ou interestadual;
Auxílio com cesta básica.

§1º - Os benefícios eventuais estão previstos no artigo 22 da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e se constituem em uma modalidade de proteção social básica, de caráter suplementar e temporário, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos, concedidos por intermédio da Secretaria de Ação Social, Esporte e Lazer de Campo Magro.

§2º - O benefício eventual deverá ser liberado mediante avaliação da situação social, familiar e econômica por 1 (um) assistente social, com a emissão de um parecer técnico após realização de visita domiciliar ou atendimento social nas unidades de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.
Parágrafo Único. Não se constituem como benefícios eventuais, não sendo provisões a serem ofertadas pela Política Municipal de Assistência Social: a concessão de medicamentos, órtese e prótese, dentadura, cadeira de roda, muletas, óculos, bem como pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, fraldas geriátricas, leites e dietas especiais.

Art. 2º - Os critérios para concessão dos benefícios eventuais são:
A família deve residir no Município de Campo Magro há no mínimo 6 (seis) meses, salvo em situações de extrema necessidade;
O núcleo familiar deve apresentar renda per capita igual ou inferior a ¼ do salário mínimo nacional vigente e ao usuário que esteja preferencialmente incluído no Cadastro Único, devidamente comprovado pelo NIS – Número de Identificação Social;
Terá prioridade no atendimento as famílias com crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência doméstica, gestantes ou nutrizes.

§1º - O auxílio funeral será concedido na forma de bens de consumo, com o custeio de urna funerária a ser fornecida pela empresa prestadora de serviços ao Município de Campo Magro.

§2º - O benefício eventual na forma de concessão de passagem intermunicipal ou interestadual será provido nas seguintes situações:
I – Recâmbio de crianças ou adolescentes, devidamente encaminhadas e acompanhadas por responsável, nesse caso, que necessitem ser reintegrados às suas famílias em outros municípios ou estados;
II – Indivíduos e suas famílias em situação de vulnerabilidade social, que necessitem por decorrência de desemprego e que comprovadamente não possua condições de retornar à cidade de origem;
III – Para recâmbio de pessoas em situação de rua, migrantes, indígenas e refugiados, comprovada a necessidade e a ausência de familiares em condições de prover seu retorno;
IV – Para atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica;
V – É vedada a concessão de passagem para tratamentos continuados.

§3º - O Auxílio Alimentar é a concessão da cesta básica, que se constitui em um provimento em caráter emergencial eventual ou temporário, destinado às famílias que se enquadrem no artigo 2º. Nos casos em que a necessidade de concessão do benefício da cesta básica ultrapassar 6 (seis) meses, a continuidade da concessão do benefício eventual deverá ser realizada somente após parecer de equipe multidisciplinar.

§4º - Nos casos em que as famílias não se enquadrarem nos critérios do artigo 2º, o responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais poderá conceder o benefício mediante parecer social que justifique a concessão.

§5º - Os benefícios eventuais serão concedidos na forma de “bens de consumo”.

Art. 3º - Os casos de calamidade pública serão atendidos com Benefícios Eventuais, independente dos critérios estabelecidos no Art. 2º.

Art. 4º - A despesas decorrentes pela concessão dos benefícios eventuais ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria, prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal da Assistência Social em cada exercício financeiro.

Art. 5º - Fica o Conselho Municipal de Assistência Social encarregado de informar sobre quaisquer irregularidades constatadas na execução dos Benefícios Eventuais.

Art. 6º - Na comprovação das necessidades para a concessão do Benefício Eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

Art. 7º - Os casos omissos deverão ser avaliados pelo CMAS.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Campo Magro, 10 de outubro de 2017.

MARISA ALEX KLOSS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Karine Maria Trevisan
Código Identificador:0A04701A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
AVISO DE SESSÃO PÚBLICA CONCORRÊNCIA 02/2017

O Município de Campo Magro/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, conforme Parágrafo 4º, artigo 21 da Lei 8.666/93, torna público a todos os interessados, que a abertura da sessão pública da licitação, na modalidade ***CONCORRÊNCIA 02/2017***, cujo objeto é a “Execução de 11.559,12 m² de Pavimentação de Vias Urbanas, contemplando serviços de Terraplanagem, Drenagem, Meio Fio com Sarjeta, sub-base de brita 4 A, Base de Brita Graduada, Imprimação, Pintura de Ligação, Revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), Passeios em CBUQ, Rampas de acessibilidade, Sinalização Viária Horizontal e Vertical, Serviços Diversos e Placa da Obra (conforme edital)*”*, será no dia **25/10/2017 às 09h00min (horário de Brasília)**, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa da Prefeitura Municipal de Campo Magro, Rodovia Gumercindo Boza, Km 20 - Nº 20.823 – Centro. Informamos que não houve necessidade de adequações no edital original, e que o mesmo continua à disposição dos interessados, no departamento de Compras e Licitações, onde poderá ser obtido, no horário de 08h00min as 12h00min e de 13h00min as 17h00min e no site da Prefeitura Municipal: www.campomagro.pr.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3677-4042/4044/4045, E-mail: cpl@campomagro.pr.gov.br e licitacao@campomagro.pr.gov.br.

Campo Magro, 18 de Outubro de 2017.

ANDRÉ RIBAS JACHIMOWSKI
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Karine Maria Trevisan
Código Identificador:BC8882CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2017

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ÀS MICROEMPRESAS ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE EPP.

A Prefeitura Municipal de Campo Magro – PR, através da comissão permanente de pregão – eletrônico e presencial, designada pelo decreto 544/2017 torna público com base na Lei Federal nº. 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações, e com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 que vêm através deste ato **REPUBLICAR** o Edital de Licitação **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, devido que a mesma foi considerada como deserta. Desde já, fica reaberto o prazo para abertura da licitação em epígrafe, de acordo com o art. 21 da Lei 8666/93.

OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE OFICINA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, MECÂNICA E ELÉTRICA EM GERAL COM APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA PARA AS MOTOCICLETAS DA PREFEITURA DE CAMPO MAGRO/PR, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL, INCLUSIVE SEUS ANEXOS, NOTADAMENTE O ANEXO I, QUE VEICULA O TERMO DE REFERÊNCIA

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA: 01/11/2017 às 09h00min (horário de Brasília)**,** no departamento de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Campo Magro/PR, sito à Rodovia Gumercindo Boza, KM 20, Nº 20.823, Centro, Campo Magro/PR. O edital está disponível no endereço acima mencionado nos dias úteis da 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, através de solicitação via e-mail: licitacao@campomagro.pr.gov.br, ou também através de download no site da Prefeitura, "aba" - licitações. Demais informações poderão ser obtidas através dos telefones: (41) 3677-4042/4044.

Campo Magro, 18 de Outubro de 2017.

VAGNER GONÇALVES DE OLIVEIRA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Karine Maria Trevisan
Código Identificador:5C9FE085

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2017.

Preâmbulo: O MUNICÍPIO de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, com sede Administrativa na Av. Tancredo Neves, 502, por intermédio do ***PREGOEIRO*** designado pelo Decreto n. º 012/2017 de 06.01.2017, torna público, que realizará no dia 31 de outubro de 2017 as 09:00 horas, na Sala de Reuniões do Paço Municipal Arnaldo F. Busato, no endereço acima mencionado, licitação na **MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE.**
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais diversos de construção, visando a recuperação e conservação de nascentes de propriedades rurais do município, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência 1438/2017, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:
Até as 08:45 horas do dia 31 de outubro de 2017, no Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal.
VALOR: O valor estimado da contratação importa em um total de até R$ 19.679,72 (dezenove mil seiscentos e setenta e nove reais e setenta e dois centavos).
DISPOSIÇÃO DO EDITAL: Cópias do edital e anexos serão fornecidos aos interessados, a partir da publicação deste termo, em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, onde poderão ser obtidos esclarecimentos referentes ao presente certame, também por e-mail e disponibilizado no portal da transparência do município.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de outubro de 2017.

CLAUDIOMIRO QUADRI
Prefeito Municipal

DIRCEU SILVIO TORMEM
Pregoeiro

Publicado por:
Adriana Thibes de Melo
Código Identificador:2630C7AC

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
PORTARIA N. º 1023/2017 DE 18.10.2017.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE
Homologar o resultado da licitação, realizada na modalidade Pregão Presencial n. º 159/2017 de 02.10.2017, que teve como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de peças novas e de serviços hidráulicos, visando a recuperação e manutenção de máquinas e veículos da frota municipal, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, em atendimento à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos. Considerando o "Menor Preço Por Lote", critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade de acordo com o edital e legislações pertinentes, fica vencedora do único lote, no valor de R$ 146.262,28 (cento e quarenta e seis mil duzentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos) a empresa ELENICE RODRIGUES MARQUES - EPP, tudo conforme mapa da licitação, relatório e Ata da Sessão Pública em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de outubro de 2017.

CLAUDIOMIRO QUADRI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N. º 458/2017.
Ref.:- PREGÃO PRESENCIAL nº 159/2017.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADA: ELENICE RODRIGUES MARQUES - EPP.
OBJETO: Contratação de empresa contratação de empresa para o fornecimento de peças novas e de serviços hidráulicos, visando a recuperação e manutenção de máquinas e veículos da frota municipal, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, em atendimento à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
VALOR: O valor contratado para a execução integral do objeto é de R$ 146.262,28 (cento e quarenta e seis mil duzentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos).
EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO: Até 15 (quinze) dias úteis, contados da solicitação do Departamento do Rodoviário e/ou de Compras Municipal, e somente serão aceitos os serviços, após comprovada a adequação com o disposto no edital, devida vistoria e fiscalização.

VIGÊNCIA: **Até 12 (doze) meses, com início a partir da assinatura do Termo Contratual.**
GARANTIA: 90 (noventa) dias, da emissão da Nota Fiscal.
DOTAÇÃO:
06.02.15.452.0013.2047.1840.3.3.90.30.25.00
06.02.15.452.0013.2047.1870.3.3.90.39.19.04
06.03.26.782.0014.2058.2050.3.3.90.39.19.04
06.03.26.782.0014.2063.2070.3.3.90.30.25.00
06.03.26.782.0014.2063.2090.3.3.90.39.19.04
07.01.20.606.0015.2067.2230.3.3.90.30.25.00
07.01.20.606.0015.2067.2270.3.3.90.39.19.04

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de outubro de 2017.

CLAUDIOMIRO QUADRI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Thibes de Melo
Código Identificador:7253691F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N º 220/2017 DATA: 18-10-2017

SÚMULA: Exonera a pedido a servidora que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a servidora **Suelen Cristina Marostega**, RG. nº 10.509.996-7/PR., ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Referencia 22, da Tabela de Vencimento I, desta Municipalidade.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques – PR, 18 de outubro de 2017.

CLAUDIOMIRO QUADRI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Junior Bertramelli
Código Identificador:F55034A4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2017
PROCESSO Nº 174/2017
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Carlópolis, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço por Item- Sistema de Registro de Preços, que tem por objeto a aquisição de suplementos e fórmulas alimentares para atender a demanda dos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, a serem utilizados conforme necessidade por um período de 12(doze) meses, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.
Data e Horário da Sessão Pública: **Dia 31/10/2017 às 09h00min**, no Departamento de Licitações do Município de Carlópolis, sito à Rua Benedito Salles – 1060 – Andar Superior. O edital completo e informações estão disponíveis aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Carlópolis, Rua Benedito Salles, nº 1.060, nos horários das 09h00min às 11h00min e 14h00min às 16h00min e pelo telefone: (43) 3566.1291 – Ramais: 211 e 207 e no site – link: www.carlopolis.pr.gov.br - Processos Licitatórios.

Carlópolis, 18 de outubro de 2017.

Publique-se.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes
Código Identificador:0AD97A03

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2017 - REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO INTERNO Nº 178/2017

Hiroshi Kubo, Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório, modalidade **Pregão Presencial nº 061/2017 – Menor Preço por Item – Sistema de Registro de Preços**, realizado no dia 10 de outubro de 2017 (Lances e Habilitação), objetivando a ***prestação de serviços de translado de corpos e aquisição de urnas funerárias para atender as famílias carentes do Município***, ficando assim **ADJUDICADO** o Pregão Presencial em favor da empresa: **ROSA A. R. DE MIRANDA - ME - CNPJ Nº 24.629.959/0001-59,** por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração.

Nº	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UND	V. UNITÁRIO (R$)
01	Serviço de translado de corpos em veículos adequado para o transporte de urnas funerárias.	10.000	KM	1,10
02	Urna especial, incluindo o preparo de cadáver.	15	UND	340,00
03	Urna simples adulta, incluindo o preparo do cadáver.	60	UND	290,00
04	Urna infantil pequena, incluindo o preparo do cadáver.	10	UND	105,00
05	Urna infantil media, incluindo o preparo do cadáver.	10	UND	180,00
06	Urna infantil grande, incluindo o preparo do cadáver.	10	UND	199,00

Carlópolis, 18 de outubro de 2017.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Margareth Nogueira
Código Identificador:7CDDD1C8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2017 EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2017

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, em conformidade com os valores atribuídos na Tabela CONAB 2.017.
PERIODO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: De 19 de outubro a 08 de novembro de 2017.
INFORMAÇÕES: A cópia do Edital e demais informações, encontram-se à disposição dos interessados no Departamento Municipal de Licitações, Rua Benedito Salles nº 1.060 – Andar Superior, no horário comercial, das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, pelo telefone: (43) 3566-1291 – Ramais 211 e 207 – E-mail:
licitacoes@carlopolis.pr.gov.br, e pelo site
www.carlopolis.pr.gov.br – Link: Processos Licitatórios.

Carlópolis, 18 de outubro de 2017.

Publique-se

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes
Código Identificador:8F69CC9C

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 117/2017 - DP

SÚMULA: "Aumenta a carga horária semanal de Coordenadora de Educação, e dá outras providências"

HIROSHI KUBO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO o requerido pela Secretária Municipal de Educação, resolve:

Art.1º. Aumentar a carga horária semanal da servidora DÉBORA ROMÊRO CORRÊA GIGLIUCCI, Coordenadora de Educação da CMEI Raymunda Santana Salles, Nomeada através da Portaria nº 0078/2017-DP, matrícula nº 053-1, para 40 horas semanais, com a percepção de Função Gratificada nos Termos da Lei nº 1.210/2014, a partir de 18/10/2017.

Art. 2º. Que o Departamento de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento da presente portaria.
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Cumpra-se.

Carlópolis, 18 de outubro de 2017.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jayme Egivaldo Soares
Código Identificador:B51760B2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017

Modalidade: Pregão Presencial **Nº 61/2017**
Processo Administrativo nº: 103/2017
Tipo: Menor Preço**.**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR IMPLANTAÇÃO DE ORNAMENTAÇÃO NATALINA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA.**

A sessão de recebimento dos envelopes e julgamento do certame será realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal situada a Avenida dos Pioneiros, 500, Município de Catanduvas, no dia 01/11/2017.

A íntegra do instrumento para Licitação será entregue aos interessados pelo Departamento de Licitações, no horário de expediente, ou ainda poderá ser obtido através do site:
www.catanduvas.pr.gov.br.

Catanduvas, 18 de Outubro de 2017.

MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:8B90DBE9

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 62/2017

Modalidade: Pregão Presencial **Nº 62/2017**
Processo Administrativo nº: 104/2017
Tipo: Menor Preço SRP**.**

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, PREDIAL E PESSOAL, E UTENSILIOS E MATERIAIS DE COZINHA, CAMA, MESA E BANHO.**

A sessão de recebimento dos envelopes e julgamento do certame será realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal situada a Avenida dos Pioneiros, 500, Município de Catanduvas, no dia 07/11/2017.

A íntegra do instrumento para Licitação será entregue aos interessados pelo Departamento de Licitações, no horário de expediente, ou ainda poderá ser obtido através do site:
www.catanduvas.pr.gov.br.

Catanduvas, 19 de outubro de 2017.

MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:79A832FC

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 63/2017

Modalidade: Pregão Presencial **Nº 63/2017**
Processo Administrativo nº: 105/2017
Tipo: Menor Preço SRP**.**

Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE METALURGICA, PARA ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

A sessão de recebimento dos envelopes e julgamento do certame será realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal situada a Avenida dos Pioneiros, 500, Município de Catanduvas, no dia 09/11/2017.

A íntegra do instrumento para Licitação será entregue aos interessados pelo Departamento de Licitações, no horário de expediente, ou ainda poderá ser obtido através do site:
www.catanduvas.pr.gov.br.

Catanduvas, 19 de Outubro de 2017.

MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:6D4623AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE CANCELAMENTO DO II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 153/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2014
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 06/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
CONTRATADA: SILMARIA CRISTINA PEDRO

OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL (RODOVIÁRIA MUNICIPAL) NA RUA NOSSA SENHORA DO ROCIO Nº 50 REFERENTE AO BOXE MEDINDO 17,01 M² ONDE DEVERÁ SER INSTALADO UM BAR/ LANCHONETE, CONFORME A Lei Nº 2708/2013 EM ANEXO.

APÓS EMISSÃO DE II TERMO ADITIVO, FOI CONVOCADA A CONTRATADA PARA ASSINATURA, POREM A MESMA MANIFESTOU QUE NÃO HÁ MAIS INTERESSE EM RENOVAR SEU CONTRATO, SENDO ASSIM SEU CONTRATO FICA ENCERRADO NA DATA DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

Centenário do Sul-PR, 18 de Outubro de 2017

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:D11F89BE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 310/2017

SÚMULA: Demissão da Servidora EUNICE AP.DA SILVA ARIOSE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1º - A demissão a pedido, da servidora **EUNICE AP.DA SILVA ARIOSE**, do cargo de Agente de Serviços Administrativos, portadora do RG 4.135.055-5 SSP-PR, inscrita no CPF sob o nº 016.162.379-45.

Artigo 2º - Este decreto produzirá efeitos retroativos a 02 de Outubro de 2017.

Artigo 3º - Revogados neste ato, as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul, 16 Outubro de 2017

LUIZ NICACIO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Tânia Teixeira Ribeiro
Código Identificador:32AFBB51

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL Nº 019/2017

O MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, pelo presente, torna **PÚBLICA** a convocação da candidata aprovadas no Concurso Público Edital nº 001/2014, abaixo relacionada e convocada para a apresentação da documentação conforme Edital nº 018/2017, para **NOMEAÇÃO** após exames médicos adicionais, nos termos do item **10 – DA NOMEAÇÃO**:

CANDIDATO (A)	CLASSIFICAÇÃO	CARGO
Geni dos Santos	2º	Agente de Serviços Administrativos - Recepcionista

A candidata, deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, sito a Praça Padre Aurélio Basso, nº 378, no dia **23 de Outubro de 2017 (segunda - feira), as 08:30 horas** para sua nomeação e posse.

Centenário do Sul, 16 de Outubro de 2017.

LUIZ NICACIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Teixeira Ribeiro
Código Identificador:8A3097F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

ESTADO DO PARANÁ CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 006/2016 CONTRATADA: Nascimento Centro de Medicina e Cirurgia Avançada Ltda- EPP O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 006/2016, celebrado em 08 de janeiro de 2016. Data: 15/09/2017 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 011/2016 CONTRATADA: Clinica Rocha e Franciosi Ltda O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 011/2016, celebrado em 08 de janeiro de 2016. Data: 05/09/2017 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 021/2016 CONTRATADA: C. A. Brunetto ME O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 021/2016, celebrado em 12 de janeiro de 2016. Data: 18/09/2017 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 024/2016 CONTRATADA: Clínica Médica Longhi Ltda-ME O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 024/2016, celebrado em 12 de janeiro de 2016. Data: 25/09/2017 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 025/2016 CONTRATADA: Longhi & Oliveira Ltda - ME O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 025/2016, celebrado em 14 de janeiro de 2016. Data: 06/09/2017 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 042/2016 CONTRATADA: Gastrosul Clínica de Gastroenterologia S/S Ltda O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 042/2016, celebrado em 19 de janeiro de 2016. Data: 14/09/2017 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 045/2016 CONTRATADA: Ortac Clínica de Ortopedia e Acupuntura Ltda O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 045/2016, celebrado em 19 de janeiro de 2016. Data: 14/09/2017 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 055/2016 CONTRATADA: Hospital de Olhos do Sudoeste do Paraná Ltda O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 055/2016, celebrado em 15 de fevereiro de 2016. Data: 19/09/2017 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 064/2017 CONTRATADA: Instituto Médico nossa vida de Coronel Vivida O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 064/2017, celebrado em 18 de maio de 2017. Data: 04/09/2017 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 065/2016 CONTRATADA: E R Imagens e Diagnósticos Ltda EPP O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 065/2016, celebrado em 23 de fevereiro de 2016. Data: 05/09/2017 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 068/2016 CONTRATADA: Cleyce Elizandra Matos Bordignom–Clinica de Fonoulogia, Nutrição, Psicologia e Fisioterapia-ME O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 068/2016, celebrado em 29 de fevereiro de 2016. Data: 04/09/2017 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 089/2017 CONTRATADA: ISSAL – Instituto de Saúde São Lucas de Pato Branco O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 089/2017, celebrado em 03 de julho de 2017. Data: 21/09/2017 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 092/2017 CONTRATADA: ALMEDI COMÉRCIO DE APARELHOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 092/2017, celebrado em 12 de julho de 2017. Data: 14/09/2017 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 122/2016 CONTRATADA: CRA Centro de Reabilitação Auditiva Ltda O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 122/2016, celebrado em 01 de junho de 2016. Data: 15/09/2017 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 166/2016 CONTRATADA: E R Imagens e Diagnostico Ltda - EPP O presente termo tem por objeto a

rescisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 166/2016, celebrado em 01 de agosto de 2016. Data: 05/09/2017

Pato Branco, 11 de outubro de 2017

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:E6AA8EA8

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO -C-O-N-T-R-A-T-U-A-L-
Contrato Nº..: 163/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: CLINICA DE FISIOTERAPIA DE REABILITACAO C P LTDA -
Valor.....: 21.295,20 (vinte e um mil duzentos e noventa e cinco reais e vinte centavos)
Vigência.....: Início: 01/09/2017 Término: 01/10/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 87/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO A DIAGNOSE -E- -T-E-R-A-P-I-A- -(-S-A-D-T-)----
Contrato Nº..: 165/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: João Michels Freire & CIA LTDA - EPP (Filial nº 3)
Valor.....: 864.493,32 (oitocentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos)
Vigência.....: Início: 01/09/2017 Término: 01/11/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 89/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAR PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLINICAS, COM COLETA DO MATERIAL A SER ANALISADO, ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO COM RESULTADOS E FORNECIMENTO DE LAUDO DO EXAME E ENTREGA DOS RESULTADOS DIRETAMENTE AO PACIENTE/RESPONSÁVEL
Contrato Nº..: 166/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Cleyce Elizandra Matos Bordignon-Cl. Fon.,Nut.,Psi
Valor.....: 10.618.181,40 (dez milhões seiscentos e dezoito mil cento e oitenta e um reais e quarenta centavos)
Vigência.....: Início: 04/09/2017 Término: 04/11/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 90/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA FORNECIMENTO DE ÓRTESE/PRÓTESE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT).
Contrato Nº..: 167/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Instituto Médico Nossa Vida de Coronel Vivida
Valor.....: 177.003,84 (cento e setenta e sete mil e três reais e oitenta e quatro centavos)
Vigência.....: Início: 05/09/2017 Término: 05/11/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 91/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA AREA DE SAUDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO A DIAGNOSE E TERAPIA (SADT).
Contrato Nº..: 168/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Clinica Rocha e Franciosi Ltda
Valor.....: 26.402,40 (vinte e seis mil quatrocentos e dois reais e quarenta centavos)
Vigência.....: Início: 05/09/2017 Término: 05/11/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 92/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS NA AREA DE SAUDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS -A--M--B--U---L-A--T--O---R--I-A--IS---.-
Contrato Nº..: 169/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: E R IMAGENS E DIAGNOSTICO LTDA
Valor.....: 394.768,80 (trezentos e noventa e quatro mil setecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos)
Vigência.....: Início: 11/09/2017 Término: 11/11/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 93/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA AREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO A DIAGNOSE E TERAPIA (SADT).
Contrato Nº..: 170/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Longhi & Oliveira Ltda - ME
Valor.....: 120.912,00 (cento e vinte mil novecentos e doze reais)
Vigência.....: Início: 20/09/2017 Término: 20/11/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 94/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS DA AREA DE SAUDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO A DIAGNOSE E-- -T-E-R-A-P-I-A-.-(-S-A-D-T-)-.
Contrato Nº..: 172/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: ORTAC CLINICA DE ORTOPEDIA E ACUMPUTURA LTDA.
Valor.....: 70.406,40 (setenta mil quatrocentos e seis reais e quarenta
centavos)
Vigência.....: Início: 13/09/2017 Término: 13/11/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 96/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS DA AREA DE SAUDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS -A-M-B-U-L-A-T-O-R-I-A-IS--.--

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:58321307

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO --- C--O-N-T-R-A-T-U-A-L-----
Contrato Nº..: 171/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: TIAGO CHAVES WAINBERG
Valor.....: 92.160,00 (noventa e dois mil cento e sessenta reais)
Vigência.....: Início: 12/09/2017 Término: 12/11/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 95/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (27)

Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS (COMSUS)
Contrato Nº..: 173/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Gastrosul Clinica de Gastroenterologia S/S Ltda.
Valor.....: 88.008,00 (oitenta e oito mil e oito reais)
Vigência.....: Início: 18/09/2017 Término: 18/11/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 97/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS DA AREA DE SAUDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS.
Contrato Nº..: 174/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Nascimento Centro de Medicina e Cirurgia Avançada
Valor.....: 410.907,72 (quatrocentos e dez mil novecentos e sete reais e setenta e dois centavos)
Vigência.....: Início: 15/09/2017 Término: 15/11/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 98/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA AREA DE SAUDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO A DIAGNOSE E TERAPIA -(-S-A-D-T-)-----
Contrato Nº..: 175/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: CRA Centro de Reabilitação Auditiva Ltda
Valor.....: 3.733.487,00 (três milhões setecentos e trinta e três mil quatrocentos e oitenta e sete reais)
Vigência.....: Início: 18/09/2017 Término: 18/11/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 99/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA AREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO A DIAGNOSE E TERAPIA (SADT)
Contrato Nº..: 176/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: C. A. Brunetto
Valor.....: 484.560,00 (quatrocentos e oitenta e quatro mil quinhentos e sessenta reais)
Vigência.....: Início: 18/09/2017 Término: 18/09/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 100/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS DA AREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO A DIAGNOSE E TERAPIA (SADT)
Contrato Nº..: 177/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: HOSPITAL DE OLHOS DO SUDOESTE DO PARANA LTDA
Valor.....: 942.021,84 (novecentos e quarenta e dois mil e vinte e um reais e oitenta e quatro centavos)
Vigência.....: Início: 19/09/2017 Término: 19/11/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 101/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS DA AREA DE SAUDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO A DIAGNOSE E TERAPIA (SADT)
Contrato Nº..: 178/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: ISSAL - Instituto de Saúde São Lucas de Pato Branc
Valor.....: 6.209.660,00 (seis milhões duzentos e nove mil seiscentos e sessenta reais)
Vigência.....: Início: 25/09/2017 Término: 25/11/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 102/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (26),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (47)
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES E -A-M--B-U-L-A-T-O--R-I-A-I-S- -E-L-E-T-I-V-O-S--.--
Contrato Nº..: 179/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Bioexame Laboratório de Analises Clinicas Ltda-ME (
Valor.....: 4.463.475,60 (quatro milhões quatrocentos e sessenta e três mil quatrocentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos)
Vigência.....: Início: 27/09/2017 Término: 27/11/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 103/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAR PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLINICAS, COM COLETA DO MATERIAL A SER ANALISADO, ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO COM RESULTADOS E FORNECIMENTO DE LAUDO DO EXAME E ENTREGA DOS RESULTADOS DIRETAMENTE -A-O- -P-A-C-I-E-N-T-E-/-R-E-S-P-O-N-S-Á-V-E-L-

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:4FFD8C22

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO -C-O-N-T-R-A-T-U-A-L-
Contrato Nº..: 180/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Clínica Médica Longhi LTDA - ME
Valor.....: 196.008,00 (cento e noventa e seis mil e oito reais)
Vigência.....: Início: 26/09/2017 Término: 26/11/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 104/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS DA AREA DA SAUDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO A DIAGNOSE E TERAPIA (SADT)

Pato Branco, 11 de Outubro de 2017

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:51A598B5

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: 001/2017 - Contrato Nº: 028/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Clínica de Dermatologia Dra. carla Elisa Sarolli L
Valor.....: 0,00 (zero)
Vigência.....: Início: 01/09/2017 Término: 08/07/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 14/2017
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS
AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT).

Aditivo Nº.....: 002/2017 - Contrato Nº: 043/2016
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: GLT - Clinica de Fisioterapia do Trabalho Ltda
Valor.....: 5.061,60 (cinco mil e sessenta e um reais e sessenta centavos)
Vigência.....: Início: 27/09/2017 Término: 19/03/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 9/2016
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT)

Aditivo Nº.....: 003/2017 - Contrato Nº: 089/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: ISSAL - Instituto de Saúde São Lucas de Pato Branc
Valor.....: 0,00 (zero)
Vigência.....: Início: 04/09/2017 Término: 03/09/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 33/2017
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde para prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais eletivos.

Aditivo Nº.....: 001/2017 - Contrato Nº: 110/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: CDIPSUL - Clínica de Diagnóstico por Imagem do Sul
Valor.....: 183.011,40 (cento e oitenta e três mil e onze reais e quarenta centavos)
Vigência.....: Início: 06/09/2017 Término: 25/09/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 40/2017
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA FORNECIMENTO DE ÓRTESE/PRÓTESE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT)

Aditivo Nº.....: 001/2017 - Contrato Nº: 115/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Laboratorio de Analises Clinicas Chopim Ltda
Valor.....: 121.986,00 (cento e vinte e um mil novecentos e oitenta e seis reais)
Vigência.....: Início: 06/09/2017 Término: 02/10/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 45/2017
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: CREDENCIAR PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLINICAS, COM COLETA DO MATERIAL A SER ANALISADO, ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO COM RESULTADOS E FORNECIMENTO DE LAUDO DO EXAME E ENTREGA DOS RESULTADOS DIRETAMENTE AO PACIENTE/RESPONSÁVEL.

Aditivo Nº.....: 004/2017 - Contrato Nº: 089/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: ISSAL - Instituto de Saúde São Lucas de Pato Branc
Valor.....: 0,00 (zero)
Vigência.....: Início: 12/09/2017 Término: 03/09/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 33/2017
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde para prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais eletivos.

Aditivo Nº.....: 001/2017 - Contrato Nº: 204/2016
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Mapfre Seguros em Gerais S/A
Valor.....: 6.539,68 (seis mil quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos)
Vigência.....: Início: 22/09/2017 Término: 21/09/2018
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016
Recursos.....: Dotação:
2.001.3.3.90.39.00.00.00.00 (14)
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA EFETUAR O SEGURO TOTAL DOS PRÉDIOS DA SEDE E UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO CONSORCIO, COMPREENDENDO SEUS CONTEÚDOS(EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E OUTROS).
Aditivo Nº.....: 002/2017 - Contrato Nº: 126/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Laboratorio Riesemberg Eireli - ME
Valor.....: 1.454,40 (um mil quatrocentos e cinqüenta e quatro reais e quarenta centavos)
Vigência.....: Início: 21/09/2017 Término: 10/10/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 54/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAR PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLINICAS, COM COLETA DO MATERIAL A SER ANALISADO, ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO COM RESULTADOS E FORNECIMENTO DE LAUDO DO EXAME E ENTREGA DOS RESULTADOS DIRETAMENTE AO PACIENTE/RESPONSÁVEL

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:62736C48

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: 002/2017 - Contrato Nº: 181/2016
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: LABORATÓRIO POLICLÍNICA PATO BRANCO LTDA (filial)
Valor.....: 49.861,34 (quarenta e nove mil oitocentos e sessenta e um reais e trinta e quatro centavos)
Vigência.....: Início: 25/09/2017 Término: 24/10/2017
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 43/2016
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (27)
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS.

Aditivo Nº.....: 001/2017 - Contrato Nº: 170/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Longhi & Oliveira Ltda - ME
Valor.....: 29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais)
Vigência.....: Início: 28/09/2017 Término: 20/11/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 94/2017
Recursos.....: Dotação:
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24),
2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS DA AREA DE SAUDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO A DIAGNOSE E TERAPIA.(SADT).

Aditivo Nº.....: 001/2017 - Contrato Nº: 155/2017
Contratante..: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: Clínica do Aparelho Digestivo de Pato Branco Ltda.
Valor.....: 0,00 (zero)
Vigência.....: Início: 22/09/2017 Término: 25/10/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 79/2017
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT).

Pato Branco, 11 de Outubro de 2017

ALTAIR JOSÉ GASPARETTO

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:5B2921AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 365/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do Artigo 4°, da Lei Municipal n° 3.601/2016, de 19/12/2016.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 349.000,00 (Trezentos e quarenta e nove mil reais) no Orçamento Geral do Município conforme Lei nº 3.601/2016 de 19/12/2016 na classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
08.00	**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**		
08.02	**Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS**		
0824400242.069	**Gestão do Programa Bolsa Família e do Cad. Único**		
3.3.90.14	Diárias – Pessoal Civil (383)	940	2.000,00
3.3.90.39	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica (387)	940	10.000,00
10.00	**SECRETARIA DE AGRICULTURA, PEC. E MEIO AMB.**		
10.01	**Depto de agricultura, pecuária e zootecnia**		
2060800192.061	**Manutenção das atividades Agrícolas, Pec. e zootecnia**		
3.3.90.30	Material de consumo (452)	504	337.000,00
TOTAL			**349.000,00**

Art. 2º - Os recursos para fazer face às despesas decorrentes da abertura dos créditos serão utilizados por anulação parcial de dotação, conforme abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
08.00	**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**		
08.02	**Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS**		
0824400242.069	**Gestão do Programa Bolsa Família e do Cad. Único**		
4.4.90.52	Equipamentos e material permanente (388)	940	12.000,00
10.00	**SECRETARIA DE AGRICULTURA, PEC. E MEIO AMB.**		
10.01	**Depto de agricultura, pecuária e zootecnia**		
2060800192.061	**Manutenção das atividades Agrícolas, Pec. e zootecnia**		
4.4.90.52	Equipamentos e material permanente (458)	504	337.000,00
TOTAL			**349.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 18 DE OUTUBRO DE 2017.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Cristiani Scariot Rosa da Cruz
Código Identificador:7CA8A41A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N° 534/2017

A PREFEITA MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

I - **Designar** a Servidora Pública Municipal **Nice Andreia de Moraes Almeida Lara**, Matrícula nº 4004, para responder interinamente pelo cargo de Secretaria Municipal de Saúde, no período de 19 de outubro de 2017 a 17 de novembro de 2017.

Dê-se publicidade,

Paço Municipal de Colombo Em, 17 de outubro de 2017.

IZABETE CRISTINA PAVIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cassio Strapasson
Código Identificador:336FF207

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 301/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2017

PROCESSO: 28685/2017
Contratante: Prefeitura Municipal de Colombo – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO EIRELI, CNPJ n.º 12.069.550/0001-46.
.**Objeto:** Contratação de empresa especializada por meio do Sistema de Registro de Preços para fornecimento de Materiais Médicos para os estabelecimentos de saúde do município de Colombo/PR, conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência (Anexo VII), que integra o edital.
Valor total: R$ 49.194,50 (Quarenta e nove mil, cento e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1421/16.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 – Centro – Colombo – Paraná ou pelo site
www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Prazo: O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (Doze) meses, a partir da data de sua assinatura.
Local e data da assinatura: Colombo, 02 de outubro de 2017.
Assinatura: Darci Martins Braga

Publicado por:
Deivid Carlos Nascimento
Código Identificador:E02325DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA 43/2017

Processo:	28081/2017 - Dispensa 43/2017
Partes:	*Município de Colombo/PR*, **DIGI-TRON INSTRUMENTOS DE PESAGEM LTDA.**
	CNPJ: 01.970.368/0001-45.
Objeto:	Referente Aquisição de balanças eletrônicas e transpalete com balança integrada para controle e conferência da pesagem de produtos dos programas Municipais Coleta Verde e PAA - Programa de Aquisição de alimentos, vinculados ao Departamento de Abastecimento/ Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 7.630,00(sete mil seiscentos e trinta reais.)
amento Legal:	Inciso II Artigo 24 - Lei nº. 8.666/93
Data	18/10/2017.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:B3754ACA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 306/2017 – PREGÃO PRESENCIAL : 085/2017

PROCESSO: 16252/2017
CONTRATANTE: Município de Colombo – Secretária de Tecnologia da Informação.
CONTRATADO: GMAES TELECOM LTDA –ME, CNPJ 15.644.251/0001-86.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de servidor dedicado na modalidade gerenciado aplicado a servidor WEB e serviço de hospedagem de e-mails.
VALOR: R$ **39.740,00(TRINTA E NOVE MIL,SETECENTOS E QUARENTA REAIS).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1421/16: D.O: 23.01.13.392.0041.2159.449051. Fonte: 1.000 Desdobramento: 01.99 (outras edificações).
PRAZOS: O prazo de vigência do contrato será de 12 meses a partir da assinatura.
LOCAL E DATA: Colombo 06 de outubro 2017.
ASSINATURA: DOUGLAS JEFFERSON DA SILVA.

Publicado por:
Renata Lorenzon
Código Identificador:DBA79FE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PP 105/2017

Edital – Pregão Presencial Nº. 105/2017
Objeto: Contratação de Empresa especializada para fornecimento por meio de REGISTRO DE PREÇOS de kits de material escolar e agenda escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Colombo, conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência (Anexo VII), que integra o Edital.
Data: 08 de novembro de 2017 às 09:00 horas.
Local de Abertura: Sala de Licitações, situada na Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo, Paraná.
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote.
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito à Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656–8080 ou 3656–8002 ou pelo site:
www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 18 de outubro de 2017.

IZABETE CRISTINA PAVIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
José Carlos Vieira
Código Identificador:FAFAFE0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PP 106/2017

Edital – Pregão Presencial Nº. 106/2017
Objeto: Contratação por meio de sistema de Registro de Preços, de empresa especializada para fornecimento de leivas de grama do tipo São Carlos para manutenção de parques, praças, jardins e demais espaços públicos municipais de Colombo, conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência (Anexo VII), que integra o Edital.
Data: 09 de novembro de 2017 às 09:00 horas.
Local de Abertura: Sala de Licitações, situada na Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo, Paraná.
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor Preço por Item.
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito à Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656–8080 ou 3656–8002 ou pelo site:
www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 18 de outubro de 2017.

IZABETE CRISTINA PAVIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
José Carlos Vieira
Código Identificador:0FD83569

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 174/2017
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de seguro automotivo para veículo tipo caminhão.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
09.003.26.782.0024.2067 3.3.90.39.00.00 Fonte: 511.
VALOR: R$ 1.300,00 (Mil e trezentos reais).
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ nº **90.180.605/0001-02**.
DATA: 05/10/2017.

CARLOS EUGÊNIO STABACH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Roberto de Oliveira Bonin
Código Identificador:3DF5BA81

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2016
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016
PROTOCOLO Nº 605/2017
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de implantação de sistema de abastecimento de água de Comunidades Rurais, neste Município, com fornecimento total de mão de obra, materiais e equipamentos.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, inciso II da Lei nº 8666/1993.
PRORROGAÇÃO: PRAZO DE VIGÊNCIA de **18 de outubro de 2017 até 16 de abril de 2018**.
CONTRATADO: HIDRONOROESTE CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA – EPP, CNPJ nº **06.019.646/0001-05**
DATA: 18/10/2017

CARLOS EUGÊNIO STABACH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Roberto de Oliveira Bonin
Código Identificador:588798CB

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº287/2017

SÚMULA: *Dispõe sobre a gestão e ordenamento das despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONTENDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV do artigo 70 da Lei Orgânica do Município e resoluções aplicáveis,

DECRETA

Art. 1º. Fica delegada a competência de gestora e ordenadora de despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa à Sra. Jane Beatriz Cordeiro Stabach na forma disposta nos artigos 50-B e 50-I da Lei Municipal nº1661 de 08 de setembro de 2016.

Art.2º. A ordenadora de despesas tem como atribuições emitir e assinar notas de empenho, cheques e ordens de pagamento das despesas referentes ao Fundo.

Gabinete do Prefeito do Município de Contenda, 16 de outubro de 2017.

CARLOS EUGÊNIO STABACH
Prefeito do Município de Contenda

Publicado por:
Djenifer Maylin Durau
Código Identificador:597A1724

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 288/2017

O Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE

Art. 1º: Nomear – O (A) Sr.(a) HUMBERTO CARRANO NETO , portador (a) do RG nº 3.557.699-1 PR para o Cargo em Comissão Diretor de Departamento , CC-03 a partir de 02/10/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir desta data, ressalvando o disposto no art.1º.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 DE SETEMBRO DE 2017.

CARLOS EUGÊNIO STABACH
Prefeito Municipal

Publicado por:
Djenifer Maylin Durau
Código Identificador:340BE7E6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 796/2017

SUMULA: Dispõe sobre Abertura de Credito ADICIONAL SUPLEMENTAR, e dá outras Providencias.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no Artigo 10º, da Lei Municipal nº 97/2016 (LOA 2017).
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R$ 241.000,00 (Duzentos e Quarenta e um Mil Reais)**, incorporando ao Orçamento Geral do Município do Exercício Financeiro de 2016, as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
001- DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0004.1028 – Reequipar as Unidades de Ensino Fundamental
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATRIAL PERMANENTE
.....R$ 241.000,00.
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R$241.000,00.

Art. 2º - Como recursos para cobertura do crédito aberto de que trata o artigo anterior, será utilizado o Excesso e/ou Provável Excesso de Arrecadação, conforme previsto no artigo 43, § 1º, inciso II e § 3° da Lei Federal nº 4320/64, e artigo 40º da Lei 091/2016 (LDO 2017) das fontes de recurso que seguem:

a) Excesso de Arrecadação: 1.7.2.1.99.99.04.00 - Fonte 102..... R$ 241.000,00.
TOTAL..... R$ 241.000,00.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO OESTE Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

GUILHERME PIVATTO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:7606720A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 797/2017

SUMULA: Dispõe sobre remanejamento de Credito ADICIONAL SUPLEMENTAR, e dá outras Providencias.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no Art. 7° da Lei Municipal 097/2016 (LOA 2017):
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Supl., no valor de **R$ 10.000,00 (Dez mil reais)**, incorporando ao Orçamento Geral do Município do Exerc. Financ. 2017, as seguintes dotações orçamentárias:

09 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
001 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
20.606.0012.2079 – Manutenção e Renovação da Patrulha Rural
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
03201 – 00512 – CIDE (Lei 10866/04, art 1ºB)..... R$ 10.000,00.
TOTAL..... R$ 10.000,00.

Art. 2º - Como recursos para cobertura, do crédito aberto de que trata o artigo anterior, será utilizada o remanejamento de dotações orçamentárias das contas de despesa abaixo, conforme previsto no artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64 e na autorização contida no Art. 7° da 097/2016 (LOA 2017) para a exceção do Artigo 167 Inciso VI da Constituição Federal:

09 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
001 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
20.606.0012.2079 – Manutenção e Renovação da Patrulha Rural
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
03210 – 00512 – CIDE (Lei 10866/04, art 1ºB)..... R$ 10.000,00.
TOTAL..... R$ 10.000,00.

Art. 3º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO OESTE Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete

GUILHERME PIVATTO JUNITOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:E5227937

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
LEI Nº 638/2017

SÚMULA: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 262/2006, que alterou a Lei Complementar nº 126/2001 – Código Tributário Municipal, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Paraná, aprovou, e Eu Prefeito Municipal em Exercício **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Os subitens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.05, 14.05, 16.01 e 25.02 da Tabela de Serviços instituída pela Lei Municipal nº 262/2006, passam a ter as seguintes redações:

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.
7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.
13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.
16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.
25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

Art. 2º - A Tabela de Serviços instituída pela Lei Municipal nº 262/2006, fica acrescida dos subitens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.25 e 25.05, a viger com as seguintes redações:

1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadores de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).
6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.
14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.
16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.
17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

Art. 3º - O artigo 4º da Lei Municipal nº 262/2006, passa a viger com a seguinte redação:
"Art. 4º - O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicilio do prestador, exceto nas hipóteses previstas abaixo, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do §1º do artigo 1º;
II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da Tabela anexa;
III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos nos subitens 7.02 e 7.19 da Tabela anexa;
IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da Tabela anexa;
V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da Tabela anexa;
VI – da execução de varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, nos casos descritos no subitem 7.09 da Tabela anexa;
VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da Tabela anexa;
VIII – da execução de decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da Tabela anexa;
IX – do controle e tratamento do afluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da Tabela anexa;
X – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;
XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da Tabela anexa;
XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da Tabela anexa;
XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da Tabela anexa;
XIV – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços;
XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da Tabela anexa;
XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congênere, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto os subitens 12.13 da Tabela anexa;
XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da Tabela anexa;
XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da Tabela anexa;
XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da Tabela anexa;
XX – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da Tabela anexa;
XXI – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;
XXII – do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da Tabela anexa;
XXIII – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 da Tabela anexa;"

Art. 4º - O artigo 18 da Lei Municipal nº 262/2006, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 18 [...]
§1º O vencimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza se dará no dia 10 do mês subseqüente ao mês em que ocorreu o fato gerador;
§2º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento), exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços desta Lei Complementar."

Art. 5º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Art. 6º - Esta Lei Complementar entra em vigor no exercício financeiro do ano de 2018 e após 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Fernandes Pinheiro, em 18 de outubro de 2017.

FABIO JACOMEL
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Yoseph Extoperman Goloiuch
Código Identificador:6DF2B1F1

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
LEI N.º 634/2017

SÚMULA: "Cria o Conselho Municipal de MEIO AMBIENTE e dá outras providências"

A Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal em Exercício, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1° Fica criado o Conselho Municipal de MEIO AMBIENTE, sigla CMMA, de natureza consultiva e deliberativa, com a finalidade de fiscalizar as políticas de meio ambiente do Município, sugerindo e propondo a criação de leis, principalmente no que tange à política ambiental do Município
Art. 2ºO Conselho Municipal de Meio Ambiente será integrado:
I. Por 02(dois) representantes do Executivo Municipal, sendo vinculados às áreas de meio ambiente, obras e infraestrutura, saneamento básico, desenvolvimento urbano ou rural;
II. Por 02 (dois) representante dos setores empresarial, do comércio, indústria ou agricultura;
III. Por 03 (três) representantes de entidades ambientais, organizações não governamentais, associações de bairro ou associações de produtores rurais, entidades de classe, sindicatos ou outros representantes de grupos de moradores interessados em contribuir com as políticas de meio ambiente;
Art. 3º. Compete ao Prefeito Municipal nomear os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente, por meio de decreto.
Art. 4º O Presidente do CMMA será eleito por seus membros, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito por mais um mandato.
§ 1º Os membros do CMMA, nomeados pelo Executivo Municipal, terão mandato de 02 (dois) anos;
§ 2º O desempenho das funções dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente não será remunerado;
§ 3º Os serviços prestados pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, serão considerados como de "Relevante Serviço Público e Comunitário".
Art. 5º O Regimento Interno do CMMA será estabelecido pelos membros, depois de empossados, devendo dispor sobre a estrutura e funcionamento do órgão, suas competências e formas de organização. Sua regulamentação deverá ser realizada através de Decreto Municipal.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Fernandes Pinheiro, aos 29 dias de setembro de 2017.

FÁBIO JACOMEL
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Yoseph Extoperman Goloiuch
Código Identificador:987A94E0

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 154/2016

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 154/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2016
Contratante: Município de Fernandes Pinheiro. CNPJ nº 01.619.323/0001-20.
Contratado: **CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S/A**
CNPJ/MF nº 01.030.942/0001-85

CLÁUSULA PRIMEIRA -DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL.
§ Único - Conforme Cláusula sexta, do Contrato Original e Parecer Jurídico, fica prorrogado o prazo de prestação dos serviços pela empresa. Passando seu vencimento de 27/09/2017 para 26/09/2018, prorrogando-se o prazo de vigência para 26/10/2018.
Permanecem inalteradas as demais clausulas e condições do Contrato Originário, que não colidam com o presente o presente termo.
Justas e acordadas, firmam as partes este instrumento, em três vias de igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Fernandes Pinheiro, 26 de Setembro de 2017.

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Município de Fernandes Pinheiro
Contratante

GUSTAVO GOMES CAETANO
Cavo Serviços e Saneamento S/A
Contratada

Publicado por:
Elias Chagas Andrade
Código Identificador:B4A61DF9

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE JULGAMENTO TÉCNICO DOS ENVELOPES Nº 1-A E 1-C

As treze horas e trinta minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Especial Técnica, composta pelos membros **Jéssica Leine da Rocha, Clarison Kwasniewski** e **Solange Aparecida Ribeiro da Rocha**, para julgamento das propostas técnicas, compostas pelos Envelopes nº 1-A e 1-C, que tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DE VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO, COMPREENDENDO O ESTUDO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO DE ARTES EM GERAL PARA AS CAMPANHAS A SEREM DESENVOLVIDAS, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, DIVULGAÇÃO, VEICULAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DE PROGRAMAS, SERVIÇOS, CAMPANHAS DE CARÁTER EDUCATIVO, CAMPANHAS E PUBLICIDADE LEGAL (ATOS OFICIAIS), INFORMATIVOS E ORIENTAÇÃO SOCIAL, BEM COMO MATERIAL GRÁFICO.** Conforme exigência do item 13 do Edital, iniciou-se o julgamento pelos envelopes SEM IDENTIFICAÇÃO, de número 1-A, sendo que, após análise e pontuação, confronta-se com o material do envelope 1-B para determinação da empresa. Quanto a análise dos envelopes 1-C, a Comissão decidiu por pontuar o mesmo como envelope SEM IDENTIFICAÇÃO, visto que, compareceu para este certame, somente uma empresa, a qual, chegou à pontuação exigida em Edital do presente certame. As notas da documentação 1-C serão complementares a nota técnica. Efetuado o julgamento, obteve-se a seguinte pontuação:

EMPRESA: K2 AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA-ME
1. Plano de Comunicação Publicitária. A avaliação será obtida pela atribuição de pontos limitado à 30 pontos. A subcomissão técnica levará em consideração a metodologia e o embasamento apresentados;
Pontuação obtida no item 1: 30 pontos

Assim sendo, damos por encerrado o presente julgamento que vai assinado por todos os membros presentes.

JÉSSICA LEINE DA ROCHA

CLARISON KWASNIEWSKI

SOLANGE APARECIDA RIBEIRO DA ROCHA

Publicado por:
Silvano Zanedin
Código Identificador:C2F73F3A

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES 1-A, 1-B, 1-C E 2.

Às treze horas e trinta minutos do dia dezoito de outubro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Avaliação de Licitação, composta pelos senhores Silvano Zanedin (Presidente), Mauricio Ribeiro, Caroline Rodrigues Dea e o assessor Jurídico Harry Cristhian Emanuel Czelusniak e pelos demais presentes para abertura do processo licitatório referente a Tomada de Preços nº 006/2017, que tem por objetivo **A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DE VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO, COMPREENDENDO O ESTUDO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO DE ARTES EM GERAL PARA AS CAMPANHAS A SEREM DESENVOLVIDAS, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, DIVULGAÇÃO, VEICULAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DE PROGRAMAS, SERVIÇOS, CAMPANHAS DE CARÁTER EDUCATIVO, CAMPANHAS E PUBLICIDADE LEGAL (ATOS OFICIAIS), INFORMATIVOS E ORIENTAÇÃO SOCIAL, BEM COMO MATERIAL GRÁFICO**, em conformidade com as especificações e normas oferecidas pela Secretaria Geral. Pelo critério de Técnica e Preço. Solicitado a apresentação dos Proponentes com devido credenciamento e envelopes de Proposta Técnica (1-A, 1-B, 1-C), Proposta de Preços (Envelope nº 2), conforme exigência do Edital, deu-se os seguintes participantes:

Representante	Empresa
ADRIANO JOSÉ DA SILVA	K2 AGENCIA DE PUBLICIDADE LTDA - ME

Inicialmente foram abertos pela Comissão Permanente de Licitações os envelopes da Proposta Técnica Envelope 1-A e 1-C após ser vistadas por todos foram encaminhados as propostas para a Sub-Comissão Técnica para que seja avaliado e pontuado a proposta apresentada conforme estabelecido no edital da Tomada de Preços nº 006/2017 que segue as normas estabelecidas na Lei nº 12.232/10**. Os envelopes nº 02 e 01-B, ficaram lacrados aguardando o resultado da 1ª fase do processo licitatório.** O Sr. Presidente informa que todas as demais fases serão devidamente repassada oficialmente a empresa participante para que se cumpra os prazos e tramites legais determinados no Edital de Licitação e legislação vigente. Assim sendo, eu, Elias Chagas Andrade (_____), lavro e assino a presente ata, assim como os membros da comissão, Silvano Zanedin (_____) Caroline Rodrigues Dea (_____) Mauricio Ribeiro (_____), Harry Cristhian Emanuel Czelusniak (_____) e assinado pelos demais interessados:

Nome completo	Assinatura
ADRIANO JOSÉ DA SILVA	

Publicado por:
Silvano Zanedin
Código Identificador:F2D95736

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE JULGAMENTO TÉCNICO FINAL DO ENVELOPES Nº 1-A, 1-B E 1-C

As quinze horas do Dia 18 de Outubro do ano de 2017, reuniu-se a Comissão Especial Técnica, composta pelos membros **Jéssica Leine da Rocha, Clarison Kwasniewski e Solange Aparecida Ribeiro da Rocha,** para julgamento da soma das propostas técnicas, compostas pelo Envelope nº 1-A, 1-B e 1-C que tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DE VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO, COMPREENDENDO O ESTUDO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO DE ARTES EM GERAL PARA AS CAMPANHAS A SEREM DESENVOLVIDAS, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, DIVULGAÇÃO, VEICULAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DE PROGRAMAS, SERVIÇOS, CAMPANHAS DE CARÁTER EDUCATIVO, CAMPANHAS E PUBLICIDADE LEGAL (ATOS OFICIAIS), INFORMATIVOS E ORIENTAÇÃO SOCIAL, BEM COMO MATERIAL GRÁFICO.** A empresa participante: **K2 AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA – ME.** Efetuado o julgamento dos 3 envelopes técnicos e apresentado as respectivas notas, obteve-se a seguinte pontuação FINAL:

EMPRESA: K2 AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA – ME.
Pontuação dos Envelopes 1-A e 1-C: **30 pontos**
Pontuação do Envelope 1-B: **52 pontos**
PONTUAÇÃO TOTAL DA EMPRESA: **82 pontos**

Assim sendo, damos por encerrado o presente julgamento que vai assinado por todos os membros presentes.

JÉSSICA LEINE DA ROCHA

CLARISON KWASNIEWSKI

SOLANGE APARECIDA RIBEIRO DA ROCHA

Publicado por:
Silvano Zanedin
Código Identificador:05C98328

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 205/2017 COM COTA EXCLUSIVA E RESERVADA PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA

A Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia **03 de novembro às 09:00 horas**, a abertura da licitação na modalidade Pregão Presencial, menor preço por **ITEM**, que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS de areia e tijolos.**

Data para entrega documentos e dos envelopes proposta e habilitação: **03 de novembro às 09:00 horas.**

Local da realização da sessão pública do pregão: sala de licitações, no paço da Prefeitura Municipal - térreo, situada na Rua Octaviano Teixeira dos Santos nº 1000 - centro, na cidade de Francisco Beltrão - PR.

Edital na íntegra: à disposição dos interessados no Departamento de Compras, licitações e Contratos, no mesmo endereço e no site www.franciscobeltrao.pr.gov.br - licitações. Informações complementares telefones (46)3520-2103 e (46)3520-2107.

Francisco Beltrão, 18 de outubro de 2017.

CIDNEY BARBIERO FILHO
Pregoeiro

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:B1BD1E37

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 206/2017

A Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia **03 de novembro às 14:00 horas**, a abertura da licitação na modalidade Pregão Presencial, menor preço por **LOTE**, que tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para execução de serviços limpeza geral e conservação, nas unidades básicas de saúde e unidades escolares da municipalidade.**

Data para entrega documentos e dos envelopes proposta e habilitação: **03 de novembro às 14:00 horas.**

Local da realização da sessão pública do pregão: sala de licitações, no paço da Prefeitura Municipal - térreo, situada na Rua Octaviano Teixeira dos Santos nº 1000 - centro, na cidade de Francisco Beltrão - PR.

Edital na íntegra: à disposição dos interessados no Departamento de Compras, licitações e Contratos, no mesmo endereço e no site www.franciscobeltrao.pr.gov.br - licitações. Informações complementares telefones (46)3520-2103 e (46)3520-2107.

Francisco Beltrão, 18 de outubro de 2017.

CIDNEY BARBIERO FILHO
Pregoeiro

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:E1EC85AB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Contrato:

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **P L PRESTACAO DE SERVICOS LTDA - ME.**
ESPÉCIE: Contrato nº 897/2017 - Processo dispensa nº 84/2017.
OBJETO: Aquisição de acessórios e mão de obra para readequação de portas da sala de reuniões do gabinete do prefeito.
PRAZO: 120 (cento e vinte) dias.
VALOR TOTAL: R$ 2.510,00 (dois mil, quinhentos e dez reais).
FORMA DE PAGAMENTO: 30 dias apos emissão da nota fiscal.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
170	02.001.04.122.0402.2057	0	3.3.90.30.24.00	Do Exercício
200	02.001.04.122.0402.2057	0	3.3.90.39.16.00	Do Exercício

Francisco Beltrão, 18 de outubro de 2017.

PEDRINHO VERONEZE
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:AA2A3FC6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Contrato:

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **NEOCUP LTDA - EPP.**
ESPÉCIE: Contrato nº 898/2017 - Processo dispensa nº 85/2017.
OBJETO: Aquisição de caneca personalizada para o evento 8º Encontro Estadual do Dia da Mulher rural e 4 º Encontro da Juventude Rural.
PRAZO: 60 (sessenta) dias.
VALOR TOTAL: R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinqüenta reais).
FORMA DE PAGAMENTO: 30 dias apos emissão da nota fiscal.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
4940	09.002.20.606.2001.2026	0	3.3.90.32.99.01	Do Exercício

Francisco Beltrão, 18 de outubro de 2017.

PEDRINHO VERONEZE
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:55CFB0A2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Contrato:

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **DIVERCINO MACHADO.**
ESPÉCIE: Contrato nº 900/2017 - Processo dispensa nº 87/2017.
OBJETO: contratação de empresa para instalação, incluindo o fornecimento de placas para sinalização de vias públicas.
PRAZO: 60 (sessenta) dias.
VALOR TOTAL: R$ 7.820,00 (sete mil, oitocentos e vinte reais).
FORMA DE PAGAMENTO: 30 dias apos a emissão da nota fiscal.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
5230	11.001.15.122.1502.2022	0	3.3.90.39.99.99	Do Exercício

Francisco Beltrão, 18 de outubro de 2017.

PEDRINHO VERONEZE
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:6F7B4577

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Contrato:

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **ESPANHOL & MORETO LTDA.**
ESPÉCIE: Contrato nº 886/2017 - Processo dispensa nº 86/2017.
OBJETO: aquisição de medicamentos para o paciente Kauã Gustavo Antunes.
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR TOTAL: R$ 2.165,91 (dois mil, cento e sessenta e cinco reais e noventa e um centavos).
FORMA DE PAGAMENTO: 30 dias apos emissão da nota fiscal.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
3390	08.006.10.301.1001.2029	0	3.3.90.32.03.00	Do Exercício

Francisco Beltrão, 18 de outubro de 2017.

PEDRINHO VERONEZE
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:4F97DAE0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Contrato:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **R D COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP.**
ESPÉCIE: Contrato nº 899/2017 - Pregão nº 191/2017.
OBJETO: Aquisição de poltronas reclináveis para utilização na sala de aplicação de medicamentos da Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas – UPA.
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR TOTAL: R$ 21.294,00 (vinte e um mil, duzentos e noventa e quatro reais).
FORMA DE PAGAMENTO: 30 dias apos emissão da nota fiscal.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
4432	08.006.10.302.1001.2067	496	4.4.90.52.42.00	De Exercícios Anteriores

Francisco Beltrão, 18 de outubro de 2017.

PEDRINHO VERONEZE
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:2E7D16A5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Contrato:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **GENTE SEGURADORA S/A.**
ESPÉCIE: Contrato nº 901/2017 - Pregão nº 179/2017.
OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviço de seguro, para cobertura do seguro de responsabilidade civil e seguro total dos veículos de propriedade do município..
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R$ 90.000,00 (noventa mil reais).
FORMA DE PAGAMENTO: 15 dias após a emissão da nota fiscal.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
5680	11.003.15.182.1503.2019	515	3.3.90.39.69.03	Do Exercício
5110	09.002.20.606.2001.2027	0	3.3.90.39.69.01	Do Exercício
320	03.002.04.122.0403.2056	0	3.3.90.39.69.01	Do Exercício
200	02.001.04.122.0402.2057	0	3.3.90.39.69.01	Do Exercício
4810	09.001.20.782.2001.1022	0	3.3.90.39.69.02	Do Exercício
6430	14.001.27.122.2701.2011	0	3.3.90.39.69.02	Do Exercício
6290	13.003.15.452.1501.2014	0	3.3.90.39.69.02	Do Exercício
5230	11.001.15.122.1502.2022	0	3.3.90.39.69.03	Do Exercício
840	05.002.23.122.1901.2054	0	3.3.90.39.69.01	Do Exercício
6090	13.001.04.121.0405.2015	0	3.3.90.39.69.02	Do Exercício
5830	12.002.18.541.1801.2065	0	3.3.90.39.69.02	Do Exercício
530	04.002.04.123.0401.2055	0	3.3.90.39.69.01	Do Exercício
3770	08.006.10.301.1001.2037	0	3.3.90.39.69.01	Do Exercício
3200	07.005.13.122.1301.2038	0	3.3.90.39.69.01	Do Exercício
1700	06.005.08.244.0801.2059	0	3.3.90.39.69.01	Do Exercício
1210	06.002.08.243.0801.6067	0	3.3.90.39.69.01	Do Exercício

Francisco Beltrão, 18 de outubro de 2017.

PEDRINHO VERONEZE
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:00C47A61

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro designado através da Portaria nº 244/2017, de 10 de maio de 2017, torna público resultado de Licitação, conforme abaixo:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 192/2017 – Processo nº 735/2017
OBJETO: **Contratação de empresa especializada para execução de vigia desarmada, com fornecimento de mão de obra de profissionais vinculados ao quadro de pessoal da Licitante, para guarnição de espaços públicos pertencentes à Municipalidade.**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: menor preço por ITEM.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002; Decreto Federal nº 7892/2013 de 23/01/2013, Decreto Municipal n.º 176/2007 de 03/07/2007 e legislação complementar.

EMPRESA VENCEDORA – MENOR PREÇO POR ITEM.
1. J H EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA – ME - CNPJ 02.418.955/0001-99: Item 01 – R$ 34.000,00.
Valor total da licitação R$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais).

Francisco Beltrão, 18 de outubro de 2017.

CIDNEY BARBIERO FILHO
Pregoeiro

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:0A9CF1CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 140/2017

Dispõe: Sobre a DESIGNAÇÃO do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS.

LUIS OTÁVIO GELLER SARAIVA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

DESIGNAR o Sr. **GILBERTO CASTILHO**, portador do RG N.º 10.155.665-4/PR cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, a disposição do POSTO DO DETRAN do Município de General Carneiro.
Esta portaria entrará em vigor de acordo com sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro – PR, em 18 de Outubro de 2017.

LUIS OTÁVIO GELLER SARAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Hector Casanova
Código Identificador:FD93394B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 1.021/2.017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
CONCEDE
Ao senhor JOSE APARECIDO FERREIRA, Servidor Público Municipal exercendo em provimento efetivo o cargo de Agente Fiscal, lotado na Secretaria de Fazenda, férias regulamentares por 30 (trinta) dias para gozá-las no período de 30-10-2017 a 28-11-2017, conforme Artigo 84 e seguintes da Lei Complementar nº. 011/2009, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO", EM 18 DE OUTUBRO DE 2017

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

AIRTON GONÇALVES
Secretário Municipal da Administração
Portaria nº 820/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
CONCEDE
Ao senhor JOSE APARECIDO FERREIRA, Servidor Público Municipal exercendo em provimento efetivo o cargo de Agente Fiscal, lotado na Secretaria de Fazenda, férias regulamentares por 30 (trinta) dias para gozá-las no período de 30-10-2017 a 28-11-2017, conforme Artigo 84 e seguintes da Lei Complementar nº. 011/2009, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO", EM 18 DE OUTUBRO DE 2017

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

AIRTON GONÇALVES
Secretário Municipal da Administração
Portaria nº 820/2017

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:C3C5BEC8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 1.022/2.017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
CONCEDE
Artigo 1º- O Servidor Público Municipal FERNANDO FIORETI FRASSON, ocupante do cargo efetivo de Professor lotado na Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Educação, Avanço Vertical, da Classe A-02, para a Classe C-02, de acordo com Lei Complementar nº. 020/2015 Artigo 41 § 1º ao 5º, a partir de 01 de Outubro de 2017.
Artigo 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 01 de Outubro de 2017.

CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO", EM 18 DE OUTUBRO DE 2017

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

AIRTON GONÇALVES
Secretário Municipal da Administração
Portaria nº 820/2017

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:00E8C97F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 1.023/2.017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
CONCEDE
Artigo 1º- A Servidora Pública Municipal AURENICE DE SOUZA CELLONI, ocupante do cargo efetivo de Professora lotada na Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Educação, Avanço Vertical, da Classe A-02, para a Classe C-02, de acordo com Lei Complementar nº. 020/2015 Artigo 41 § 1º ao 5º, a partir de 01 de Outubro de 2017.

Artigo 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 01 de Outubro de 2017.

CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO", EM 18 DE OUTUBRO DE 2017

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

AIRTON GONÇALVES
Secretário Municipal da Administração
Portaria nº 820/2017

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:9D29418D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 1.024/2.017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ,

NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
CONCEDE
Artigo 1º- A Servidora Pública Municipal MARIA APARECIDA FERMINO CIDADE, ocupante do cargo efetivo de Professora lotada na Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Educação, Avanço Vertical, da Classe A-02, para a Classe C-02, de acordo com Lei Complementar nº. 020/2015 Artigo 41 § 1º ao 5º, a partir de 01 de Outubro de 2017.

Artigo 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 01 de Outubro de 2017.

CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO", EM 18 DE OUTUBRO DE 2017

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

AIRTON GONÇALVES
Secretário Municipal da Administração
Portaria nº 820/2017

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:02A8EB74

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 1.025/2.017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
CONCEDE
Artigo 1º- A Servidora Pública Municipal TÂNIA DA SILVA PONTES, ocupante do cargo efetivo de Professora lotada na Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Educação, Avanço Vertical, da Classe A-02, para a Classe C-02, de acordo com Lei Complementar nº. 020/2015 Artigo 41 § 1º ao 5º, a partir de 01 de Outubro de 2017.
Artigo 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 01 de Outubro de 2017.

CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO", EM 18 DE OUTUBRO DE 2017

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

AIRTON GONÇALVES
Secretário Municipal da Administração
Portaria nº 820/2017

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:D09A00BF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 1.026/2.017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
CONCEDE
Artigo 1º- A Servidora Pública Municipal ALINE FLÁVIA JORDÃO COMPAROTO, ocupante do cargo efetivo de Educador Infantil lotada na Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Educação, Avanço Vertical, da Classe A-02, para a Classe C-02, de acordo com Lei Complementar nº. 020/2015 Artigo 41 § 1º ao 5º, a partir de 01 de Outubro de 2017.
Artigo 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 01 de Outubro de 2017.

CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO", EM 18 DE OUTUBRO DE 2017

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

AIRTON GONÇALVES
Secretário Municipal da Administração
Portaria nº 820/2017

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:CF15420A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 1.027/2.017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
CONCEDE
Artigo 1º- O Servidor Público Municipal ANTONIO VICENTE DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de Professor lotado na Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Educação, Avanço Vertical, da Classe A-02, para a Classe C-02, de acordo com Lei Complementar nº. 020/2015 Artigo 41 § 1º ao 5º, a partir de 01 de Outubro de 2017.

Artigo 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 01 de Outubro de 2017.

CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO", EM 18 DE OUTUBRO DE 2017

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

AIRTON GONÇALVES
Secretário Municipal da Administração
Portaria nº 820/2017

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:F6580E58

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 1.028/2.017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
CONCEDE
A senhora APARECIDA LUSTOSA SOARES SILVA, Servidora Pública Municipal, exercendo em provimento efetivo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de educação, férias regulamentares por 30 (trinta) dias para gozá-las no período de 18-10-2017 a 16-11-2017, conforme Artigo 84 e seguintes da Lei Complementar nº. 011/2009, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO", EM 18 DE OUTUBRO DE 2017

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

AIRTON GONÇALVES
Secretário Municipal da Administração
Portaria nº 820/2017

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:D2A8B5C0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 256/2.017

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, com sede na Av. Amazona, 280, Jardim Lindóia, Goioerê, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.167.875-9 SSP/PR, inscrito no CPF nº 490.651.069-87, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado à Senhora IVANETE CARMEN DOS SANTOS RUY, brasileira, residente na Est. IV Medição venda do André, R 651 323600 Goioerê, Paraná, neste Município, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 25.519.884-x expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF nº: 042.932.049-38, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato nº 256/2017, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O objeto do presente Aditivo é o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) no item descrito abaixo, com base no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e a alteração da Cláusula Sétima – Do Prazo de Vigência, do contrato original, nos termos do Art. 57, Inc. II da Lei 8.666/93:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
A Cláusula Segunda – Do Prazo de Vigência, do Contrato de Prestação de Serviços original, passará a ter a seguinte redação:
Fica prorrogado o prazo do presente contrato até 31 de Dezembro de 2017, a partir do dia 23 de Setembro de 2017, em virtude da necessidade da Secretaria de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO
Item BOLACHA CASEIRA e PÃO CASEIRO fica a quantidade acrescida de 25%, conforme segue abaixo:

Produto	Unid	Quantidade	Preço/unidade R$	Valor Total R$
BOLACHA CASEIRA	KG	25	R$ 8,50	R$ 212,50
PÃO CASEIRO	KG	150	R$ 12,32	R$ 1.848,00
TOTAL				R$ 2.060,50

O valor do presente Aditivo Contratual é de R$ 2.060,50 (dois mil sessenta reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO
As despesas resultantes deste correrão as contas de Dotação Orçamentária consignada na seguinte classificação:
(Desp. 335) 09.002.12.361.0026.2.050.3.3.90.32.00.00.00.00.00.1114
(Desp. 336) 09.002.12.365.0028.2.051.3.3.90.32.00.00.00.00.00.1114
(Desp. 337) 09.002.12.365.0028.2.052.3.3.90.32.00.00.00.00.00.1114

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.
E por estarem acordados, assinam o presente termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Goioerê-PR, 21 de Setembro de 2017.

PEDRO A. DE O. COELHO
Município de Goioerê

IVANETE CARMEN DOS SANTOS RUY
CPF. 042.932.049-38

Publicado por:
Rafaela Lopes Saran
Código Identificador:BC54B2EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 262/2.017

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, com sede na Av. Amazona, 280, Jardim Lindóia, Goioerê, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.167.875-9 SSP/PR, inscrito no CPF nº 490.651.069-87, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado à Senhora MICHELE APARECIDA BARROS, brasileira, residente no Sitio Nossa Sra Aparecida, Est. IV Medição R651 596000, Goioerê, Paraná, neste Município, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 1.067.302-50, e inscrito no CPF nº: 071.316.169-82, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato nº 262/2017, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O objeto do presente Aditivo é o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) no item descrito abaixo, com base no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e a alteração da Cláusula Sétima – Do Prazo de Vigência, do contrato original, nos termos do Art. 57, Inc. II da Lei 8.666/93:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
A Cláusula Segunda – Do Prazo de Vigência, do Contrato de Prestação de Serviços original, passará a ter a seguinte redação:
Fica prorrogado o prazo do presente contrato até 31 de Dezembro de 2017, a partir do dia 23 de Setembro de 2017, em virtude da necessidade da Secretaria de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO
Item BOLO CASEIRO e PÃO CASEIRO fica a quantidade acrescida de 25%, conforme segue abaixo:

Produto	Unid	Quantidade	Preço/unidade R$	Valor Total R$
BOLO CASEIRA	KG	37,50	R$ 19,45	R$ 729.38
PÃO CASEIRO	KG	37,5	R$ 12,32	R$ 462,00
TOTAL				R$ 1.191,38

O valor do presente Aditivo Contratual é de R$ 1.191,38 (um mil cento e noventa e um reais e trinta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO
As despesas resultantes deste correrão as contas de Dotação Orçamentária consignada na seguinte classificação:
(Desp. 335) 09.002.12.361.0026.2.050.3.3.90.32.00.00.00.00.00.1114
(Desp. 336) 09.002.12.365.0028.2.051.3.3.90.32.00.00.00.00.00.1114
(Desp. 337) 09.002.12.365.0028.2.052.3.3.90.32.00.00.00.00.00.1114

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.
E por estarem acordados, assinam o presente termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Goioerê-PR, 21 de Setembro de 2017.

PEDRO A. DE O. COELHO
Município de Goioerê

MICHELE APARECIDA BARROS
CPF. 071.316.169-82

Publicado por:
Rafaela Lopes Saran
Código Identificador:DD41E656

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 255/2.017

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, com sede na Av. Amazona, 280, Jardim Lindóia, Goioerê, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.167.875-9 SSP/PR, inscrito no CPF nº 490.651.069-87, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado à Senhor DIEGO APARECIDO DE SOUZA, brasileiro, residente na Est. IV Medição Venda do André, R651 327115 LT 19 B1 Goioerê Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 12.532.371-5, e inscrito no CPF nº: 103.390.499-60, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato nº 255/2017, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O objeto do presente Aditivo é o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) no item descrito abaixo, com base no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e a alteração da Cláusula Sétima – Do Prazo de Vigência, do contrato original, nos termos do Art. 57, Inc. II da Lei 8.666/93:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
A Cláusula Segunda – Do Prazo de Vigência, do Contrato de Prestação de Serviços original, passará a ter a seguinte redação:
Fica prorrogado o prazo do presente contrato até 31 de Dezembro de 2017, a partir do dia 23 de Setembro de 2017, em virtude da necessidade da Secretaria de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO
Os Itens Alface Hidropônico, Cebolinha Verde e Salsinha , fica a quantidade acrescida de 25%, conforme segue abaixo:

Produto	Unid	Quantidade	Preço/unidade R$	Valor Total R$
Alface Hidropônico	UN	125	R$ 2.72	R$ 340,00
Cebolinha Verde	UN	40	R$ 1,69	R$ 67,60
Salsinha	UN	15	R$ 1,59	R$ 23,85
TOTAL				R$ 431,45

O valor do presente Aditivo Contratual é de R$ 431,45 (quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO
As despesas resultantes deste correrão as contas de Dotação Orçamentária consignada na seguinte classificação:
(Desp. 335) 09.002.12.361.0026.2.050.3.3.90.32.00.00.00.00.1114
(Desp. 336) 09.002.12.365.0028.2.051.3.3.90.32.00.00.00.00.1114
(Desp. 337) 09.002.12.365.0028.2.052.3.3.90.32.00.00.00.00.1114

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.
E por estarem acordados, assinam o presente termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Goioerê-PR, 29 de Setembro de 2017.

PEDRO A. DE O. COELHO
Município de Goioerê

DIEGO APARECIDO DE SOUZA
CPF. 103.390.499-60

Publicado por:
Rafaela Lopes Saran
Código Identificador:238CA15B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 261/2.017

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, com sede na Av. Amazona, 280, Jardim Lindóia, Goioerê, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.167.875-9 SSP/PR, inscrito no CPF nº 490.651.069-87, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado à Senhor MÁRCIO DANIEL MEIMSTER, brasileiro, residente na Agrovila, Goioerê- Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 30.173.106-8, inscrito no CPF nº: 045.792.659-71, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato nº 261/2017, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O objeto do presente Aditivo é o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) no item descrito abaixo, com base no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e a alteração da Cláusula Sétima – Do Prazo de Vigência, do contrato original, nos termos do Art. 57, Inc. II da Lei 8.666/93:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
A Cláusula Segunda – Do Prazo de Vigência, do Contrato de Prestação de Serviços original, passará a ter a seguinte redação:
Fica prorrogado o prazo do presente contrato até 31 de Dezembro de 2017, a partir do dia 23 de Setembro de 2017, em virtude da necessidade da Secretaria de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO
Os Itens Alface Hidropônico Couve e Repolho ficam a quantidade acrescida de 25%, conforme segue abaixo:

Produto	Unid	Quantidade	Preço/unidade R$	Valor Total R$
Alface Hidropônico	UN	205	R$ 2.72	R$ 557,60
Couve	UN	45	R$ 3,07	R$ 138,15
Repolho	UN	25	R$ 1,59	R$ 39,75
TOTAL				R$ 735,50

O valor do presente Aditivo Contratual é de R$ 735,50 (setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO
As despesas resultantes deste correrão as contas de Dotação Orçamentária consignada na seguinte classificação:
(Desp. 335) 09.002.12.361.0026.2.050.3.3.90.32.00.00.00.00.1114
(Desp. 336) 09.002.12.365.0028.2.051.3.3.90.32.00.00.00.00.1114
(Desp. 337) 09.002.12.365.0028.2.052.3.3.90.32.00.00.00.00.1114

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.
E por estarem acordados, assinam o presente termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Goioerê-PR, 29 de Setembro de 2017.

PEDRO A. DE O. COELHO
Município de Goioerê

MÁRCIO DANIEL MEIMSTER
CPF. 045.792.659-71

Publicado por:
Rafaela Lopes Saran
Código Identificador:3A77982D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 267/2.017

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, com sede na Av. Amazona, 280, Jardim Lindóia, Goioerê, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA

COELHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.167.875-9 SSP/PR, inscrito no CPF nº 490.651.069-87, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado à Senhor ROBERTO RAMOS DE SOUZA, brasileiro, residente na Est. IV Medição venda do André, R651 327110, Goioerê- Paraná, portador da cédula de identidade de nº 3.821.927-8 inscrito no CPF nº: 562.814.559-91, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato nº 261/2017, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O objeto do presente Aditivo é o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) no item descrito abaixo, com base no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e a alteração da Cláusula Sétima – Do Prazo de Vigência, do contrato original, nos termos do Art. 57, Inc. II da Lei 8.666/93:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
A Cláusula Segunda – Do Prazo de Vigência, do Contrato de Prestação de Serviços original, passará a ter a seguinte redação:
Fica prorrogado o prazo do presente contrato até 31 de Dezembro de 2017, a partir do dia 23 de Setembro de 2017, em virtude da necessidade da Secretaria de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO
Os Itens Alface Hidropônico, Brócolis, Cebolinha, Couve e Salsinha ficam a quantidade acrescida de 25%, conforme segue abaixo:

Produto	Unid	Quantidade	Preço/unidade R$	Valor Total R$
Alface Hidropônico	UN	205	R$ 2.72	R$ 557,60
Brócolis	UN	25	R$ 4,74	R$ 118,50
Cebolinha	UN	55	R$ 1,69	R$ 92,95
Couve	UN	25	R$ 3,07	R$ 76,75
Salsinha	UN	35	R$ 1,59	R$ 55,65
TOTAL				R$ 901,45

O valor do presente Aditivo Contratual é de R$ 901,45 (novecentos e um reais e quarenta e centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO
As despesas resultantes deste correrão as contas de Dotação Orçamentária consignada na seguinte classificação:
(Desp. 335) 09.002.12.361.0026.2.050.3.3.90.32.00.00.00.00.1114
(Desp. 336) 09.002.12.365.0028.2.051.3.3.90.32.00.00.00.00.1114
(Desp. 337) 09.002.12.365.0028.2.052.3.3.90.32.00.00.00.00.1114

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.
E por estarem acordados, assinam o presente termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Goioerê-PR, 29 de Setembro de 2017.

PEDRO A. DE O. COELHO
Município de Goioerê

ROBERTO RAMOS DE SOUZA
CPF.562.814.559-91

Publicado por:
Rafaela Lopes Saran
Código Identificador:E345A304

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº. 021/2.017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 230/2.017

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

HOMOLOGAÇÃO: 18/10/17
CONTRATADO: J TURCATTO CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
OBJETO: O objeto da presente licitação é a EXECUÇÃO DE COBERTURA METÁLICA NA GARAGEM DO EDIFÍCIO DO CORPO DE BOMBEIROS do Município de Goioerê.
VALOR DA DESPESA: R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)
DATA: 18/10/17

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Lopes Saran
Código Identificador:0F1A2D9D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº. 019/2.017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 228/2.017

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

HOMOLOGAÇÃO: 18/10/17
CONTRATADO: M W ENGENHARIA & CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
OBJETO: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para realização de LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO COMPLETO DO PARQUE INDUSTRIAL do Município de Goioerê, de acordo com solicitação da Secretaria de Indústria e Comércio.
VALOR DA DESPESA: R$ 10.821,97 (dez mil oitocentos e vinte e um reais e noventa e sete centavos)
DATA: 18/10/17

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Lopes Saran
Código Identificador:D74B7384

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 065/2.017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 242/2.017

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

HOMOLOGAÇÃO: 18/10/17
CONTRATADO: GRANVEL GRANVILLE VEICULOS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
OBJETO: REVISÃO DE 795 KM DO VEÍCULO RENAUT SANDERO PLACA FID-2723, FROTA 105, EM PERÍODO DE GARANTIA NA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA, ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
VALOR DA DESPESA: R$ 566,32 (quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII da Lei de Licitações.
DATA: 18/10/17

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Lopes Saran
Código Identificador:47F1A146

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO 42/2017

Declara a vacância de cargo Público por aposentadoria de Servidor

MARI TEREZINHA DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, com base no inciso II, artigo 95 da Lei Municipal complementar nº. 01/2006 de 10 de Abril de 2006, tendo em vista a carta de **concessão de aposentadoria por tempo de contribuição,** remetida pelo Instituto Nacional de Seguro

Social-INSS em 15/09/2017 e considerando que aposentadoria é motivo de vacância no cargo público;

R E S O L V E

Art.1º - Fica declarada a vacância do cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** (40 horas semanais), do Servidor abaixo relacionado:

Nome	Matrícula funcional nº.	CPF nº.
WALDEMAR DE ANDRADE BATISTA	4049-1	303.944.309-72

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 11 de Outubro de de 2017.

MARI TEREZINHA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Nelson Ferreira de Souza
Código Identificador:613A6F3F

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE MUDANÇA DE DATA DA LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 109/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069 /2017

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM/PR, torna público para conhecimento das empresas interessadas a mudança de data da seguinte Licitação:
Pregão Presencial nº 069/2017 – Contratação de Seguro total, com assistência 24 horas para veículos pertencentes à frota oficial.
NOVA DATA DA ABERTURA: 06/11/2017.
CREDENCIAMENTO: 10h:00min horas
HORA DA ABERTURA: 10h:00min
MOTIVO DA ALTERAÇÃO: em virtude 02 de Novembro quinta feira é feriado Nacional Finados, não haverá expediente na Prefeitura Municipal de Goioxim/PR.

Publicado por:
Flávio Balduino Soares
Código Identificador:1E037653

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EDITAL DE ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 105/2017 EDITAL DE LEILÃO Nº 001/2017

O Município de Goioxim, Estado do Paraná, tendo em vista os termos da Lei Nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993 e demais alterações, pelo presente Edital faz saber aos interessados, que se realizará às **10:00 horas do dia 13/11/2017**, na sede da CAMARA MUNICIPAL, ou em local previamente designado, Licitação na modalidade de **Leilão**, de acordo com os Termos de Avaliação de Bens Inservíveis ao Patrimônio Público Municipal efetuado pela Comissão de avaliação, bem como conforme lei municipal 530/2017 e lei federal 8.666/93 e suas posteriores alterações.. Os interessados em participar do presente certame licitatório deverão retirar o EDITAL e seus respectivos modelos, adendos e anexos, no endereço eletrônico http://www.goioxim.pr.gov.br/.

1 - DO OBJETO

1.1 - O Leilão tem por Objeto, ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DA MUNICIPALIDADE DE GOIOXIM, conforme descrição detalhada no **"Anexo I"** deste Edital.

1.2 - Os bens mencionados no anexo serão leiloados no estado de conservação e condição em que se encontram, pressupondo-se que tenham sido previamente examinados pelo licitante, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

2 - DO HORÁRIO E LOCAL PARA EXAME DOS BENS A SEREM LEILOADOS

2.1 - Os veículos automotores e as sucatas objeto do leilão encontram-se para exame nos endereços relacionados conforme **Anexo I** deste edital.

2.2 - Os bens poderão ser examinados entre os dias 20 de outubro à 10 de novembro de 2017, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, no local onde se encontram os bens.

3 - DOS PARTICIPANTES

3.1 - Poderão participar deste leilão pessoas físicas inscritas no Cadastro de Pessoa Física - CPF, e pessoas jurídicas, devidamente inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda**.**

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - O credenciamento dos proponentes será realizado pelo Leiloeiro Oficial até as 10h00min do dia 24 de outubro de 2017, sendo quaisquer interessados que comparecerem para o credenciamento posterior a hora e a data anteriormente descritas não serão credenciadas pelo Leiloeiro Oficial.

4.2 - Para o credenciamento deveram ser apresentados os seguintes documentos devidamente autenticados, mediante confrontação com a via original:
Pessoa física: cópia do RG, CPF e comprovante de residência.
Pessoa jurídica: cópia do registro comercial, no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e sua ultima alteração, Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da proponente, caso o representante da proponente não faça parte do contrato social ou não possua responsabilidade administrativa deverá ser apresentado também a carta credencial (anexo II) devidamente preenchida em nome do representante, carimbada e assinada (com firma reconhecida) por quem possui responsabilidade administrativa da proponente.

4.3 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O CREDENCIAMENTO

4.3.1 - Os documentos apresentados em processo de cópia deverão estar devidamente autenticados em Cartório ou através de processo de publicação, podendo também serem autenticados pelo Leiloeiro no momento do credenciamento, mediante apresentação do documento original.

5 - DOS LANCES

5.1 - Os proponentes devidamente credenciados e habilitados poderão formalizar lances verbais, conforme subitem "4.2" e item "5" e seus subitens, sendo que no ato do credenciamento os que formem credenciados receberão do leiloeiro um número de identificação de proponente para a etapa de lances.

5.2 - Quando o proponente for formalizar um lance verbal, o mesmo deverá apresentar o seu número de identificação e formalizar seu lance, sendo que os lances deverão ser ofertados de forma crescente, sempre com valor superior ao último lance ofertado.

5.3 - Não serão acatados lances com valores inferiores aos estabelecidos no anexo I deste edital ou de forma decrescente e não poderá haver desistência do lance ofertado, sob pena de desclassificação do proponente do certame.

6 - DA ARREMATAÇÃO, PAGAMENTO E RETIRADA

6.1 - O preço de arrematação será o **MAIOR LANCE** ofertado por ITEM, observado o preço mínimo estabelecido, para o qual o leiloeiro baterá o martelo, depois de ouvidas as propostas de todos os interessados durante o decorrer do leilão.

6.2 - O proponente arrematante deverá realizar o pagamento de 10% (dez por cento) do valor total do montante arrematado no mesmo dia, após o encerramento da sessão do leilão, ou, ainda, deixar cheque caução naquele valor, como garantia de aquisição do(s) bem(ns), sendo que o valor complementar do total arrematado, ou seja, o valor referente a 90% (noventa por cento) do valor total do montante por ele arrematado, em até no máximo 05 (cinco) dias úteis, sob pena de não lhe ser homologado/adjudicado o(s) bem(ns), além da perda do valor já pago.

6.2.1 - Para o pagamento dos valores devidos, em face da arrematação, o Departamento Tributário do Município de Goioxim/PR emitirá, após o encerramento do leilão, os respectivos boletos bancários em nome do(s) arrematante(s), podendo, ainda, ser efetuado o pagamento através de depósito, em conta específica, indicada pela administração.

6.2.2 - Não será permitida a utilização de títulos da dívida pública para nenhuma das condições de pagamento.

6.3 - Os proponentes arrematantes deverão efetuar o pagamento dos boletos bancários no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o seu recebimento, sendo que o não pagamento acarretará na desistência da arrematação, ficando o proponente sujeito as penalidades previstas no item "7", ou, ainda, efetuar depósito, em conta específica, indicada pela administração.

6.4 - Os bens serão alienados no local e no estado em que se encontram, pois se pressupõem conhecidos pelos licitantes por ocasião do Leilão, não se responsabilizando o comitente vendedor, bem como o Leiloeiro, pela qualidade vícios e/ou defeitos ocultos, débitos junto ao DETRAN, sem que lhes caibam quaisquer direitos ou reclamações judiciais e/ou extrajudiciais.

6.5 - Cabe aos arrematantes toda a despesa sobre a retirada dos bens dos depósitos onde se encontram.

6.6 – O(s) bem(ns) arrematado(s) deverá(ão) ser retirado(s) a partir do 1º (primeiro) dia útil após o Leilão, e somente após a confirmação de pagamento do(s) respectivo(s) boleto(s) bancário(s), ou a confirmação de depósito, em conta específica indicada pela administração, computando-se mais 10 (dez) dias úteis para sua(s) retirada(s). Findos estes prazos, à conveniência da administração, o arrematante pagará uma multa diária de 10% (dez por cento) sobre o valor total de seu arremate, e só poderá retirar o(s) bem(ns) após o recolhimento da mesma.

6.7 - Para a retida do bem arrematado, o proponente arrematante deverá assinar o CRV (Certificado de Registro Veicular) juntamente com o Prefeito Municipal de Goioxim/PR, para fins de Comunicação de Venda junto ao órgão competente – DETRAN/PR.

6.8 - A liberação dos bens será efetuada pela **Comissão do Leilão de Bens Móveis deste Município**, após a confirmação do devido pagamento, referente ao bem adquirido e, a vista dos seguintes documentos:

Nota de Arrematação (Ata), emitida e autenticada pelo Leiloeiro Oficial e**.**
Termo de Retirada de Bem, assinado pelo **Arrematante do bem**, devidamente credenciado para o certame.

6.9 - Caso a retirada do bem arrematado não seja efetuada pelo proponente arrematante, ou seja, seja efetuada por um terceiro, este deverá portar procuração com firma devidamente reconhecida em tabelionato competente, autorizando a retirada do bem em nome do arrematante, sendo que essa procuração não será devolvida ao seu portador.

7 - DAS PENALIDADES

7.1 - A falta de pagamento do valor de arrematação sujeita o licitante às seguintes penalidades, instituídas pela Lei nº 8666/93:
a) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração da Prefeitura de Goioxim-Pr, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração da Prefeitura de Goioxim pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na condição anterior.

7.2 - As sanções previstas nos sub-itens "a" e "b" do item "7.1" são aplicáveis também aos licitantes que se envolvam na prática de atos ilícitos e nocivos ao Leilão.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os interessados em participar do presente Leilão, deverão retirar o EDITAL e seus respectivos modelos, adendos e anexos, no endereço eletrônico
http://www.goioxim.pr.gov.br/.

8.2 - Caso as ofertas ao(s) item(ns) licitado(s) não atinjam o valor do lance inicial (lance mínimo), o presente Edital não importa em obrigação de venda.

8.3 - O Município de Goioxim se reserva ao direito de adiar, revogar ou anular a licitação, sem que do seu ato assista aos licitantes direitos a qualquer indenização.

8.4 - Não será permitida a arrematação de item a Pessoa Natural (física) ou a representante legal de Pessoa Jurídica que não esteja presente no leilão.

8.5 – O julgamento das questões que se estabelecem no dia do Leilão Público, e possíveis discussões anteriores sobre o edital, serão julgados pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Goioxim/PR.

8.6 - Após o Leilão, os questionamentos e reclamações por ventura existentes, deverão ser, em primeira instância, dirimidas pelo Leiloeiro Oficial.

8.7 - No presente leilão não poderão participar os empregados e proprietários dos depósitos onde se encontra(m) o(s) item(ns), bem como os funcionários da Prefeitura de Goioxim/PR.

8.8 - Encerrado o Leilão, será lavrada ata circunstanciada, na qual figurarão os itens alienados, bem como a correspondente identificação dos arrematantes e os trabalhos de desenvolvimento da licitação, em especial os fatos relevantes.

8.9 - Cabe informar que, os bens a serem leiloados tiveram sua alienação devidamente aprovada pelo Legislativo Municipal de Goioxim/PR.

8.10 - O Sr. Tiago Malaver, portador do CPF nº 067.444.959-25, designado através do Decreto Municipal nº 039/2017, será o leiloeiro do presente certame.

8.11 - A participação no presente Leilão implica na aceitação integral e irretratável dos termos e condições deste Edital.

8.12 - Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:
ANEXO I – Descrição dos bens/valores a serem leiloados;
ANEXO II – Carta credencial - procuração;
ANEXO III – Termo de credenciamento;
ANEXO IV – Termo de retirada de bem.

Goioxim, 18 de outubro de 2017.

MARI TEREZINHA DA SILVA
Prefeita Municipal

ANEXO I

Referente ao:
Proc. Licitatório nº: 105/2017
Leilão nº: 001/2017
Instaurado pelo Município de Goioxim, Estado do Paraná.

Os bens a serem alienados e os lances mínimos admitidos por ITEM, mencionados no item "1.1" do edital de alienação, são os a seguir descritos:

LOTE 01					
Item	Nome do produto/serviço	Quant.	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	VEICULO VAN FIAT/DUCATO MULT JAEDI T 16 LUGARES, ANO 2008/2008, COR BR ANCA, PLACA AQC-2720 CHASSI 93W245H3382027339, RENAVAN 96.630933-2	1	UN	12.000,00	12.000,00
2	UM VEÍCULO FIAT UNO MILLE ECONOMY, ANO 2009/2010, COR BRANCA, PLACA AR L-7063, CHASSI 9BD15802AA6270760, RENAVAN 15.078431-7.	1	UN	2.800,00	2.800,00
3	UM VEÍCULO FIAT UNO MILLE ECONOMY, ANO 2010/2010, COR BRANCA, PLACA AS M-7855, CHASSI 9BD15802AA6448180, RENAVAN 20.440595-5.	1	UN	500,00	500,00
4	UM VEÍCULO FIAT UNO MILLE ECONOMY, ANO 2010/2010, COR BRANCA, PLACA AS M-6807, CHASSI 9BD15802AA6450386, RENAVAN 20.441272-2	1	UN	400,00	400,00
5	UM VEÍCULO ÔNIBUS SCANIA K112 CL, ANO 1987, COR BRANCA, CHASSI 9BSKC4X 28H3455967, PLACA MPH-4917, RENAVAM 31.311405-6	1	UN	7.900,00	7.900,00
6	UM VEÍCULO FIAT UNO MILLE WAY ECONOMY, ANO 2011/2012, COR BRANCA, PLAC A AUQ-7597, CHASSI 9BD15804AC6653797, RENAVAN 38.102247-1.	1	UN	500,00	500,00
7	UM VEÍCULO CAMINHÃO BASCULANTE FORD F14000 HD PLACA AHB-6599, ANO 1997 /1997, CHASSI 9BFXTNSZ4VDB42522 RENAVAN 67.622366-4	1	UN	7.800,00	7.800,00
8	UM ÔNIBUS VOLVO/B58 4X2, ANO 1990, COR BRANCA, PLACA AAP-5384 CHASSI 9 BV58GD10LE305052	1	UN	7.000,00	7.000,00
9	VEÍCULO FIAT UNO MILLE ECONOMY, ANO 2009/2010, COR BRANCA, PLACA ARL-7 063, CHASSI 9BD15802AA6270760, RENAVAN 15.078431-7.	1	UN	2.900,00	2.900,00
10	VEÍCULO GM VECTRA SEDAN ELEGANCE 2010/2011 PLACA ATJ-1264 CHASSI 9BGAB 69C0BB227560	1	UN	15.000,00	15.000,00
11	MÓVEIS, ELETRODOSMESTICOS, EQUIPAMENTOS ELETÔNICOS	1	UN	200,00	200,00
12	SUCATAS, PEÇAS DE FERRO EM GERAL	1	UN	500,00	500,00
TOTAL					57.500,00

Goioxim, 18 de outubro de 2017.

MARI TEREZINHA DA SILVA
Prefeita Municipal

ANEXO II

Referente ao:
Proc. Licitatório nº: 105/2017
Leilão nº: 001/2017
Instaurado pelo Município de Goioxim, Estado do Paraná.

CARTA CREDENCIAL - PROCURAÇÃO

A Comissão de Licitação.

Referente ao Processo de Alienação de Bens Móveis nº 001/2017

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, Sr._____, portador da C.I. RG n. _____, SSP/__, na qualidade de responsável legal pela proponente _____., vem pela presente informar a Vossa Senhoria que o Senhor _____, portador da C.I. RG nº_____,e inscrito no CPF/MF_____, residente e domiciliado à ..... (endereço completo – rua, bairro, CEP, cidade e estado) é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão do Leilão nº 001/2017, instaurado pelo Município de Goioxim/PR, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou decidir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

Local e data

_____
Assinatura do Representante Legal
CPF:

OBSERVAÇÕES: **1 - Declaração validada mediante assinatura com firma reconhecida em cartório, apresentação de copia autenticada de Contrato ou Estatuto Social e documento original com foto que identifique o Credenciado.**

ANEXO III

Referente ao:
Proc. Licitatório nº: 105/2017
Leilão nº: 001/2017
Instaurado pelo Município de Goioxim, Estado do Paraná.

TERMO DE CREDENCIAMENTO
Proponente: .....
CNPJ/CPF nº: .....
Endereço: .....
Fone: ..... CEP: .....
Município: ...../.....

CREDENCIAMENTO Nº:
Declaro estar credenciado com o número , o proponente acima identificado, para fins de participação no Leilão nº: 001/2017, instaurado pelo Município de Goioxim, Estado do Paraná.

Goioxim/PR, em ..... de ..... de 2017.

TIAGO MALAVER
Leiloeiro

ANEXO IV

Referente ao:
Proc. Licitatório nº: 105/2017
Leilão nº: 001/2017
Instaurado pelo Município de Goioxim, Estado do Paraná.

TERMO DE RETIRADA DE BEM

Proponente: .....
CNPJ/CPF nº: .....
Endereço: .....
Fone: ..... CEP: .....
Município: ...../.....

Declaro, para os devidos fins, que recebi na qualidade de proponente vencedor do Leilão nº 001/2017, instaurado pelo Município de Goioxim, Estado do Paraná, o bem móvel ..... (**descrever como no anexo I o bem móvel ao qual foi declarado vencedor**), nas condições estabelecidas no edital do Leilão supracitado, não havendo nada a mais a questionar.

_____
Assinatura do Proponente
RG:

Publicado por:
Flávio Balduino Soares
Código Identificador:2B69D914

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM AVISO DE LICITAÇÃO LEILÃO Nº 001/2017 PROCESSO Nº 105/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM/PR, inscrita no CNPJ sob nº 01.607.627/0001-78, torna público a quem possa interessar que em conformidade com a Lei Federal nº 8666/93 e alterações, encontra-se aberto o Leilão nº 001/2017.
OBJETO: Realização de LEILÃO PÚBLICO - TIPO MAIOR LANCE para venda de bens inservíveis, pertencente ao patrimônio público municipal.

DATA DE ABERTURA: 13 de novembro de 2017 às 10h00min.
Os interessados, em participar do presente certame licitatório, deverão retirar o EDITAL, seus respectivos modelos, adendos e anexos, no endereço eletrônico
www.goioxim.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação, sito a Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, Município de Goioxim, Estado do Paraná, ou pelo e-mail
licitagoioxim@yahoo.com.br, e/ou ainda pelo telefone/fax (42) 3656-1002.

Goioxim/PR, em 18 de outubro de 2017.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

Publicado por:
Flávio Balduino Soares
Código Identificador:C82B3B24

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 163/2017

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Lote

Objeto: Registro de preços para aquisição de Equipamento (Equipo Cart Odontológico), afins de atender a Proposta 95.725.38.000/1160-01 do Ministério da Saúde; e aquisição de cordões para fixação de crachás, os quais serão utilizados pela Secretaria de Saúde.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 09h00min do dia 06/11/2017
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 09h01min. às 09h29min do dia 06/11/2017
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10h00min. do dia 06/11/2017

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site
www.guaira.pr.gov.br no *link* Processos Licitatórios e/ou pelo site
www.bll.org.br no link BLL Compras. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail
compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se

Guaíra (PR), em 18 de outubro de 2017.

ANILDO MORAIS PERAÇOLI
Pregoeiro

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:2135FA14

PROJUR
LEI Nº 2.029/2017 DATA: 18.10.2017

Ementa: autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o Consórcio Intersetores Paraná Saúde e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, Gestor Municipal do Sistema Único de Saúde – SUS, autorizado a firmar Convênio com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde, objetivando a operacionalização das ações de assistência farmacêutica, através da aquisição de medicamentos essenciais à população usuária do SUS, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por ano.

Art. 2º Os recursos municipais para pagamento dos valores previstos no convênio advirão do orçamento geral do Município na dotação, elemento e fonte próprios.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 18 de outubro de 2017.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:2BCAB595

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

CAMARA MUNICIPAL DE GUARACI
RESOLUÇÃO 032/2017

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder ao Vereador RINALDO SANTANA DOS SANTOS, três diárias para viagem com destino a Curitiba/PR, nos dias 17, 18 e 19 de outubro de 2017, para participar no III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTROLE DE POLITICAS PÚBLICAS promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º. O valor total das diárias autorizadas é de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), nos termos das Leis Municipais 987/2005 e 1.437/2017.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Guaraci, Estado do Paraná. Aos 16 de outubro de 2017.

ADÃO SILVÉRIO
Presidente

LUIZA APARECIDA TOLOI DE CARVALHO
1º Secretário

Publicado por:
Marcelo de Oliveira
Código Identificador:959D57F9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO MUNICIPAL Nº 096/2017

DATA: 18 DE OUTUBRO DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DOS

DIREITOS DO IDOSO - FMDI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do Art. 53 da Lei Orgânica do Município, com fulcro na Lei Municipal nº 1182/2010;

DECRETA:
Art. 1º Fica nomeado para a servidora **MARIA APARECIDA TOLOY DE LORENZI** inscrita no CPF 616.348.671-49, como Gestora do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Guaraci.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná aos **dezoito** dias do mês de **outubro** do ano de **dois mil e dezessete.**

JOSÉ CARLOS TOLOI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:A5F3D945

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANIAÇU

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
ATO ADMINISTRATIVO Nº. 31/2017

O PRESIDENTE DO LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS, E EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 13 DA LEI MUNICIPAL Nº 1042/2017,

RESOLVE

Art. 1º – Autorizar o pagamento de 01 (uma) Diária sem pernoite totalizando o valor de R$ 130,00 (Cento e Trinta Reais), a Servidora Denize Cavichioli – Contadora, para viagem à Cascavel/PR a fim de participar do evento "III Fórum de Controle Social TCEPR" promovido pelo Tribunal de Contas do Paraná no dia 31 de Outubro de 2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guaraniaçu, 18 de Outubro de 2017.

ODAIR JOSÉ LOPES NERY
Presidente

Publicado por:
Rafael da Luz
Código Identificador:E75EBDF6

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA N.º 26/2017

SÚMULA: Promove Servidora do Quadro Efetivo e estabelece outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Guaraniaçu, em atenção a recomendação emanada pela Comissão Especial de Avaliação de Funcionários Efetivos e em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº 21/2017, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E

Art. 1º Conceder progressão funcional por antiguidade, considerando o tempo transcorrido entre a admissão até a presente data, somada a estabilidade funcional, ao nível salarial imediatamente superior de acordo com o previsto no artigo 30 da Lei Municipal n.º 405/2008, conforme abaixo, a seguinte servidora:

NOME	CARGO	Nível atual	Nível Progressão/Promoção
Vaneide Queiroz Mayer Mellara – Mat. 25-1	Assistente de Imprensa	2	3

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 01º de Novembro de 2017.

Guaraniaçu, 18 de Outubro de 2017.

ODAIR JOSÉ LOPES NERY
Presidente

Publicado por:
Rafael da Luz
Código Identificador:B9CD38E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 046/2017 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS

MANOEL ABRANTES NETO, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, nos uso de suas atribuições legais e, considerando os ditames da Lei Federal n.º 8.666/93, face ao constante nos autos de Processo nº.123/2017, referente ao Edital de Pregão Presencial em epígrafe.
HOMOLOGO, o procedimento licitatório, na Modalidade Pregão Presencial instaurado e registrado sob o n.º 046/2017 e Registro de Preços n° 029/2017, com fulcro no art. 43, VI, da Lei Federal nº. 8.666/1993, a qual objetiva aquisição de materiais Odontológicos para suprimento do consultório Odontológico Municipal desta Municipalidade.
ADJUDICO, o contrato com as Empresas Bio Lógica Comércio de Produtos Hospitalar LTDA –ME com cadastro de CNPJ sob o n°: 06.175.908/0001-12; João Marcos Fontoura Alves –ME com cadastro de CNPJ sob o n°: 07.218.080/0001-03: Fusão Comercio de Produtos Odontológicos LTDA –ME com cadastro de CNPJ sob o n°: 10.633.441/0001-84.
Fica determinado à Divisão de Contabilidade o empenhamento prévio dos valores elencados no *caput* em favor da Empresa epigrafada, nos termos da Lei Federal n.º 4.320/64, c/c ditames da LC n.º 101/2000.

Iguaraçu/PR, 18 de Outubro de 2017.

MANOEL ABRANTES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eva Paula Charalo Aglio
Código Identificador:A951FF43

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº 073/2017

Ref: Compromisso de fornecimento n.º 073/2017
Contrato n° 179/2017
Assunto: Pregão Presencial 046/2017
Registro de Preço n° 029/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR.
CNPJ N.º 75.772.525/0001-44

CONTRATADA: Bio – Lógica Comércio de Produtos Hospitalar LTDA - ME
CNPJ N° 06.175.908/0001-12

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de material odontológico para suprimento do Consultório Odontológico Municipal desta municipalidade.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Pregão Presencial n.º 046/2017, restando convalidados

os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99.

18/10/2017

MANOEL ABRANTES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eva Paula Charalo Aglio
Código Identificador:271F4C51

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº 074/2017

Ref: Compromisso de fornecimento n.º 074/2017
Contrato n° 180/2017
Assunto: Pregão Presencial 046/2017
Registro de Preço n° 029/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR.
CNPJ N.º 75.772.525/0001-44

CONTRATADA: João Marcos Fontoura Alves- ME
CNPJ N° 07.218.080/0001-03

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de material odontológico para suprimento do Consultório Odontológico Municipal desta municipalidade.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Pregão Presencial n.º 046/2017, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99.

18/10/2017

MANOEL ABRANTES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eva Paula Charalo Aglio
Código Identificador:980D4912

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO Nº 075/2017

Ref: Compromisso de fornecimento n.º 075/2017
Contrato n° 181/2017
Assunto: Pregão Presencial 046/2017
Registro de Preço n° 029/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR.
CNPJ N.º 75.772.525/0001-44

CONTRATADA: Fusão Comercio de Produtos Odontológicos LTDA -ME CNPJ N° 10.633.441/0001-84

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de material odontológico para suprimento do Consultório Odontológico Municipal desta municipalidade.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Pregão Presencial n.º 046/2017, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99.

18/10/2017

MANOEL ABRANTES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eva Paula Charalo Aglio
Código Identificador:18A55A93

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 09/2017

SÚMULA: Aprova a execução total do recurso referente ao Plano de Aplicação dos Recurso do Cofinanciamento Estadual ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) Referente a deliberação 034/2012 CEAS/PR ano 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições que lhe confere a lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, a lei municipal nº 051, de 14 de junho de 2014 e

Considerando a deliberação da plenária sobre a Pauta apresentada e discutida em reunião, realizada no dia 05 de outubro de 2017.

RESOLVE:

Art 1- Aprovar a execução total do recurso referente ao plano de aplicação dos Recurso do Cofinanciamento Estadual ao Serviço de proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) ano 2016

Art 2- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Iguaraçu, 09 outubro de 2017.

GISLAINE LOPES DOS SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Eva Paula Charalo Aglio
Código Identificador:9F485802

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 10/2017

SÚMULA: Aprova o demonstrativo de Serviços/ Programas dos recursos recebido do Governo Federal do ano de 2016 via FNAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições que lhe confere a lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, a lei municipal nº 051, de 14 de junho de 2014 e

Considerando a deliberação da plenária sobre a Pauta apresentada e discutida em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2017.

RESOLVE:

Art 1- Aprovar o demonstrativo Sintético da Execução física e Financeira e prestação de contas dos recursos Federais recebidos no ano de 2016 por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Art 2 º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Iguaraçu, 9 outubro de 2017.

GISLAINE LOPES DOS SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Eva Paula Charalo Aglio
Código Identificador:3B7CDD19

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 11/2017

SÚMULA: Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação das ações do Município de Iguaraçu Pr, ao

recurso de Incentivo ao Beneficio eventual da Deliberação nº65/2017 CEAS/Pr.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições que lhe confere a lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, a lei municipal nº 051, de 14 de junho de 2014 e

Considerando a deliberação da plenária sobre a Pauta apresentada e discutida em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2017.

RESOLVE:

Art 1- Aprovar o Termo de Adesão ao Incentivo de Beneficio Eventual deliberação 065/2017 CEAS/Pr .

Art 2 º Aprovar o Plano de Ação das ações e recursos do Incentivo Beneficio Eventual da deliberação 065/2017 CEAS/Pr .

Art 3 º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Iguaraçu, 9 outubro de 2017.

GISLAINE LOPES DOS SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Eva Paula Charalo Aglio
Código Identificador:BC26CB63

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 038/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 071/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUATU, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº. 95.595.013/0001-67, com sede à Avenida Centenário, 500, CEP: 85423-000, na cidade de Iguatu, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Vlademir Antônio Barella, portador da cédula de identidade RG nº. 3.462.360-0 e CPF: 333.437.561-72, residente e domiciliado na cidade de Iguatu, Estado do Paraná.
CONTRATADA: F. B DINIZ & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Santos Dumont, n°. 462, Centro, na cidade de Ubiratã- Paraná, inscrita no CNPJ nº. 05.677.717/0001-96, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Administrador o Sr. François Barbosa Diniz, portador da cédula de RG: 163.758 SSP-PB e CPF: 087.078.204-53.
OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de Serviços de Medicina do Trabalho e Clinico Geral para atendimento no Município de Iguatu/PR.
VALOR: O presente item terá o valor de R$ 50.760,00 (Cinquenta mil setecentos e sessenta reais), parcelas mensais de R$ 4.230,00 (Quatro mil duzentos e trinta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (Doze) meses, compreendendo o período de 18/10/2017 até 17/10/2018.
DOTAÇÕES:

Contas	Fonte	Secretaria	Descrição	Rubrica
890	303	Saúde	Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização	339034

FORO: Comarca de Corbélia, Estado do Paraná.

Iguatu, 18 de Outubro de 2017.

VLADEMIR ANTÔNIO BARELLA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitoria Oliveira Rodrigues
Código Identificador:606FE9CF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO DE DISPENSA Nº. 100/2017.

Em cumprimento ao disposto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, legislação pertinente, torna-se publico o resultado do Processo de Dispensa de Licitação, apresentando o vencedor pelo critério de aceitação e ADJUDICA E HOMOLOGA o item conforme segue ao vencedor:

Item	Descrição	Proponente	Valor Total
01	Contratação de empresa para aquisição de picolés de frutas que serão distribuídos para as crianças do município em evento em comemoração ao Dia das Crianças que será realizado no dia 19 (Dezenove) de outubro de 2017.	BARRO E GORRIZ LTDA, CNPJ: 10.546.441/0001-47	R$ 200,00 (Duzentos reais).

O Prefeito Municipal de Iguatu, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento a Legislação pertinente, resolve: Fica HOMOLOGADO E ADJUDICADO O PRESENTE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO AO VENCEDOR do item acima.

Iguatu, 18 de Outubro de 2017.

VLADEMIR ANTÔNIO BARELLA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitoria Oliveira Rodrigues
Código Identificador:D797F2C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N.º 34/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Aprova a compra de Lanches e Aluguel de Brinquedos Infláveis com recursos do SCFV, e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Iguatu, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n.º 072/95, de 29 de agosto de 1995, e

CONSIDERANDO a reunião ordinária, realizada no dia 17 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a compra de lanches e aluguel de brinquedos infláveis, com recursos do SCFV, para os grupos de crianças do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em comemoração ao dia das Crianças.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Iguatu/PR, 18 de outubro de 2017.

ANA MARIA PEREIRA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Ana Lucia de Souza
Código Identificador:0F4D719A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº. 229/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Atualiza valores da contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, e dá outras providências.

VLADEMIR ANTONIO BARELLA, Prefeito Municipal de Iguatu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Código Tributário Municipal Lei Municipal 522/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam atualizados os valores da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP para o exercício financeiro de 2018, em 0,00% (zero por cento), de acordo com o IGPM – Índice Geral de Preços Médio (negativo), acumulado dos últimos 12 meses da data deste, índice aplicado a correção de débitos tributários municipais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Iguatu, aos 18 (dezoito) dias do mês de outubro do ano de 2017.

VLADEMIR ANTONIO BARELLA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lucia de Souza
Código Identificador:DCAB17AA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
LEI Nº 1.657/2017.

SÚMULA: Autoriza a abertura de um Crédito Especial e dá outras providências.

A CAMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná APROVOU e eu, CARLOS CESAR CARVALHO, Prefeito Municipal, sanciono esta **Lei**:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, **AUTORIZADO**, a abrir no corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial no valor de R$. 157.918,00 (Cento e cinquenta e sete mil, novecentos e dezoito reais), destinado a despesas não previstas na Lei Orçamentária nº. 1.614/2016 em execução, a saber:

PROGR. FUNCIONAL	ÓRGÃO	FONTE	VALOR – R$.
10.000.00.000.0000.0000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
10.002.10.301.0013.1102	**AQUISIÇÃO DE VEICULO**		
44.90.52.00.00	Equipamento e Material Permanente	31335	121.800,00
44.90.52.00.00	Equipamento e Material Permanente	01000	34.118,00
TOTAL DO CREDITO			***157.918,00***

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito autorizado pelo Artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação e o cancelamento parcial ou total da dotação abaixo descriminada, nos termos do Artigo 43, § 1º, III, da Lei 4.320/64.

A-EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

PROGRAMA: PROGRAMA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO			
CONTA CORRENTE: Caixa Econômica Federal - C/C. nº 406-2			
RUBLICA DA RECEITA: 24.22.01.01.00			
DATA	**ESPECIFICAÇÃO**	**FONTE**	**VALOR**
24/04/2017	***VALOR REPASSADO***	31335	120.000,00
24/07/2017	***Juros apurados – Receita: 13.25.01.03.02.00***	31335	1.800,00
TOTAL DO EXCESSO (A)			***121.800,00***

B- ANULAÇÃO PARCIAL

PROGR. FUNCIONAL	ÓRGÃO	FONTE	VALOR – R$.
03.000.00.000.0000.0000	**PROCURADORIA JURÍDICA**		
03.001.02.062.0002.2003	**MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA**		
31.90.91.00.00	Sentenças Judiciais	01000	34.118,00
TOTAL DA ANULAÇÃO (B)			***34.118,00***
TOTAL (A + B)			***157.918,00***

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis 1.448/2013 (PPA), 1.606/2017 (LDO) e 1.614/2016 (LOA), ficando revogada a Lei Nº 1.646/2017.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 de outubro de 2017.

CARLOS CESAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Rogerio dos Santos
Código Identificador:A7ECD057

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
DECRETO Nº 4.080/2017.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, no suo de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei específica n° 1.657/17, cc com o art. 43, § 1º, II e III da Lei Federal 4.320/64.

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial no valor de R$. 121.800,00 (Cento e vinte e um mil, oitocentos), destinado a despesas não previstas na Lei Orçamentária nº. 1.614/2016 em execução, a saber:

PROGR. FUNCIONAL	ÓRGÃO	FONTE	VALOR – R$.
10.000.00.000.0000.0000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
10.002.10.301.0013.1102	**AQUISIÇÃO DE VEICULO**		
44.90.52.00.00	Equipamento e Material Permanente	31335	121.800,00
TOTAL DO CREDITO			***121.800,00***

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito autorizado pelo Artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação, nos termos do Artigo 43, § 1º, II, da Lei 4.320/64.

A-EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

PROGRAMA: PROGRAMA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO			
CONTA CORRENTE: Caixa Econômica Federal - C/C. nº 406-2			
RUBLICA DA RECEITA: 24.22.01.01.00			
DATA	**ESPECIFICAÇÃO**	**FONTE**	**VALOR**
24/04/2017	***VALOR REPASSADO***	31335	120.000,00
24/07/2017	***Juros apurados – Receita: 13.25.01.03.02.00***	31335	1.800,00
TOTAL DO EXCESSO (A)			***121.800,00***

Art. 3º – Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto Nº 4.076/2017 de 17 de outubro de 2017.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 de outubro de 2017.

CARLOS CESAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Rogerio dos Santos
Código Identificador:DB5F614A

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
DECRETO Nº 4.081/2017

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, no suo de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei específica n° 1.657/17, cc com o art. 43, § 1º, II e III da Lei Federal 4.320/64.

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial no valor de R$. 34.118,00 (Trinta e quatro mil, cento e dezoito reais), destinado a despesas não previstas na Lei Orçamentária nº. 1.614/2016 em execução, a saber:

PROGR. FUNCIONAL	ÓRGÃO	FONTE	VALOR – R$.
10.000.00.000.0000.0000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
10.002.10.301.0013.1102	**AQUISIÇÃO DE VEICULO**		
44.90.52.00.00	Equipamento e Material Permanente	01000	34.118,00
TOTAL DO CREDITO			***34.118,00***

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito autorizado pelo Artigo anterior, será utilizado o cancelamento parcial ou total da dotação abaixo descriminada, nos termos do Artigo 43, § 1º, III, da Lei 4.320/64.

PROGR. FUNCIONAL	ÓRGÃO	FONTE	VALOR – R$.
03.000.00.000.0000.0000	**PROCURADORIA JURÍDICA**		
03.001.02.062.0002.2003	**MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA**		
31.90.91.00.00	Sentenças Judiciais	01000	34.118,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			***34.118,00***

Art. 3º – Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 de outubro de 2017.

CARLOS CESAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Rogerio dos Santos
Código Identificador:033F01B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
ERRATA 001 CMDPI

Na Resolução nº 04/2017 – CMPDI publicado dia 09/08/2017 edição 1313 pagina 74:

ONDE SE LÊ:
Art 1º. Aprovar o Plano de Ação da Pessoa Idosa, conforme Deliberação nº 001/2017 - CEDI;

O CORRETO É:

Art 1º. Aprovar o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE OUTUBRO DE 2017.

VALÉRIA APARECIDA BONACIN
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:0F521240

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 4082/2017

CARLOS CESAR DE CARVALHO, Prefeito Municipal de **ITAMBARACÁ,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I o funcionário concursado Senhor Manoel Bernardo da Silva, por motivo de falecimento no dia 17 de Outubro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE OUTUBRO DE 2017.

CARLOS CESAR DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:7D86DCF4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO Nº 001/2017

A Prefeitura de **ITAMBARACÁ PR**. inscrita no CNPJ nº 76.235.738/0001-08, autoriza a empresa **CONSTRUTORA E INCORPORADORA NAGOYA LTDA**., inscrita no **CNPJ – nº 11.892.459/0001-63**, IE **90518773-20** através do contrato nº 068/2017, assinado entre as partes dia 27 de Setembro de 2.017 a dar início ao serviço de **EXECUÇÃO PARA REFORMA DA COBERTURA DO PRÉDIO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, COM ÁREA DE 277,00 M², SITO NA RUA ORLANDO FUZETO, Nº 405, CENTRO, QUADRA 65, LOTE 177, NO MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ.**

Itambaracá PR. 18 de Outubro de 2.017

SEBASTIÃO VIVEIROS DA SILVA
Secretário Serviços Públicos, Obras, Viação e Urbanismo.

CARLOS CESAR DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:60C28013

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2017

Licitação Modalidade: Pregão Presencial SRP nº 022/2017; **Proc. Administrativo**: nº 050/2017. **Objeto**: Contratação de Empresa para prestação serviços de cópias xerográfica, revelação de fotos e filmagem, destinados as Secretarias Municipais de Administração Geral, Saúde, Assistência Social e Idoso, Educação, Cultura e Desporto. O órgão gerenciador comunica que a publicação dos preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 011/2017 está disponível no site
www.itambaraca.pr.gov.br - Licitações, conforme previsto no Edital e no Art. 15, § 2º da Lei nº 8.666/93.

Itambaracá, 16 de outubro de 2017.

CARLOS CESAR DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:486FFC02

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 31/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, no uso de suas atribuições legais, ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento nas disposições da art 2º da Lei Municipal nº 482/2014, e alicerçado no Parecer Jurídico, pelo presente ato RATIFICA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, visando à Locação de imóvel situado na Rua Teodorico Militão Machado, nº 211, Cidade Itaperuçu – Aluguel Social, em favor a Sabina Evelim dos Santos, no valor de 300,00 (trezentos reais mensais), pelo período de doze meses, conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Itaperuçu, 18 de outubro de 2017

HÉLIO VIEIRA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Guerra
Código Identificador:F0DF878E

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 32/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, no uso de suas atribuições legais, ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento nas disposições da art 2º da Lei Municipal nº 441/2013, e alicerçado no Parecer Jurídico, pelo presente ato RATIFICA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, visando à Locação de imóvel situado na Av. Jacobe Lovato ,nº 1120, Cidade Itaperuçu – Aluguel Social, em favor a Nicanor Mateus dos Santos, no valor de 300,00 (trezentos reais mensais), pelo período de doze meses, conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Itaperuçu, 17 de outubro de 2017

HÉLIO VIEIRA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Guerra
Código Identificador:2D73D26E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA 186/2017

O Prefeito Municipal de Ivaí, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei 1142/2015

RESOLVE

Art.1º - Designar a Sra. DENISE MOLETA TREVISO, portadora do RG 1492875-8 e inscrita no CPF sob o n° 337277839-15, como gestora do Fundo Municipal de Direitos do Idoso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de outubro 2017.

IDIR TREVISO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vandercléia Franco Karpinski
Código Identificador:53D76C17

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO 132/2017 - TOMADA DE PREÇOS 016/2017

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO N° 132/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2017
(Lei Federal n° 8.666/93)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
OBJETO: 60 caixas de papel A4 com 10 resmas e 220 pastas alvará 230x335x220.,
PARTICIPANTES HABILITADOS: Marli Salamucha Socolovski - Livraria Me., Cristiane Sloboda Me e Sz Byte Informática Ltda.
ADJUDICADO: Marli Salamucha Socolovski - Livraria Me.
Valor global: R$ 9.470,00.
HOMOLOGAÇÃO: 17.10.2017

IDIR TREVISO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marco Antonio Jensen
Código Identificador:97ED0F7D

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO 296/2017 DA LICITAÇÃO 078/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 069/2017 - REGISTRO DE PREÇOS 018/2017

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO 296/2017
§Único – artigo 61 – Lei 8.666/93.
Origem: Licitação n° 078/2017
Pregão Presencial nº 069/2017
Registro de Preços nº 018/2017
(Leis Federais n° 8.666/93 e 10.520/2002)
OBJETO: Materiais de construção e equipamentos para as secretarias municipais - manutenção de vias urbanas e rurais, praças e imóveis públicos.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ivaí.
CONTRATADO: Mauricio Camargo Ivaí.
Valor global: R$ 50.195,00.
VIGÊNCIA: 19.10.2017 a 11.06.2018.
DATA DA ASSINATURA: 18.10.2017.

MAURICIO CAMARGO IVAÍ
Contratada

IDIR TREVISO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Marco Antonio Jensen
Código Identificador:5962A21E

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 238/2017 DA LICITAÇÃO 116/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 104/2017 - REGISTRO DE PREÇOS 026/2017

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
CONTRATO 238/2017
§Único – artigo 61 – Lei 8.666/93.
Origem: Licitação N° 116/2017
Pregão Presencial Nº 104/2017
Registro De Preços Nº 026/2017
(Leis Federais n° 8.666/93 e 10.520/2002)
OBJETO: Combustíveis - 10.000 litros de gasolina aditivada V - Power e 2.500 litros de etanol hidratado Shell para veículos da frota municipal.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ivaí-Pr.
CONTRATADO: Scharles Fabiano Scheifer.
Aditivo unitário: R$ 0,130
Valor unitário anterior(gasolina): R$ 3,569
Valor unitario aditivado(gasolina): R$ 3,699
DATA DA ASSINATURA: 17.10.2017.

IDIR TREVISO
Prefeito Municipal
Contratante

SCHARLES FABIANO SCHEIFER
Contratada

Publicado por:
Marco Antonio Jensen
Código Identificador:C0A3B86F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 008/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE ANTIVÍRUS PARA A CÂMARA MUNICIPAL.
FORNECEDOR: JCN TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA - ME.
VALOR: R$ 2.268,00
DATA: 16/10/2017

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:BCA0157B

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017 - PROCESSO N° 166/2017

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promovera licitação na modalidade Pregão Presencial.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO, conforme quantidades e descritivos do edital, para atendimento a Secretaria Municipal de Educação.
Legislação: Lei 10.520/2002. Lei Federal n. 8.666/1993 e alterações, Lei Complementar n. 123/2006.
Local e Data do Credenciamento, da Entrega dos Envelopes e da Realização do Pregão: O credenciamento e o recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação serão no dia 31 de Outubro de 2017, às 09h00min, na sala de reuniões do Setor de Licitações localizados no Paço Municipal, sito na Av. Minas Gerais, 220, Centro, na cidade de Jaguapitã/PR.
Edital: O presente edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Jaguapitã.
Maiores informações: Setor de Licitações – Fone: (43) 3272-1122

Jaguapitã - PR, 19 de outubro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:829DE8E5

GOVERNO MUNICIPAL
LEI Nº 027/2017

AUTORIZA O INGRESSO DE ENTE CONSORCIADO E RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E NO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CIRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, **APROVOU** E EU, PREFEITO MUNICIPAL, **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica ratificada a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CIRES, realizada em 08 de setembro de 2017, que alterou a denominação para **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ – CODINORP**, constante do Anexo I desta Lei.
Art. 2º Fica o Município de Primeiro de Maio autorizado a participar do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ – CODINORP**, constituído pelos Municípios de Cafeara, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Jaguapitã, Lupionópolis, Miraselva, Porecatu, Prado Ferreira, todos no Estado do Paraná, observado o disposto na Lei Federal nº 11.107/2005, de 06 de Abril de 2005, conforme aprovação lavrada em Ata de Assembleia Extraordinária realizada em 08/09/2017.
Art. 3º Ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciadas na PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ – CODINORP, firmado entre este Município e o Consórcio Público, mediante autorização da Lei Municipal nº 048/2013 nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 4º Ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Estatuto, consubstanciadas na PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ – CODINORP, firmado entre este Município e o Consórcio Público, mediante autorização da Lei Municipal nº 048/2013, constante do Anexo III desta Lei.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaguapitã, 06 de outubro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:E05B7A50

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 51/2017

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA HONRARIA "MEDALHA ONÇA PINTADA" PELO CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA,

Art. 1º - Fica criada, nos termos deste Decreto, a "Medalha Onça Pintada", a ser concedida através de Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - A honraria "Medalha Onça Pintada" destina-se a agraciar pessoa física ou jurídica que tenha se distinguido por notáveis feitos públicos em prol da comunidade de Jaguapitã.
§ 1º - É facultada a concessão *post mortem* da honraria prevista nesta lei.
§ 2º - O decreto que concede a honraria deverá estar instruído com os dados biográficos e outros documentos suficientes que evidenciem o mérito da homenagem.

Art. 3º - A honraria compõe-se de medalha e diploma, com as seguintes características:
1) da medalha:
a) a medalha será cunhada em metal amarelo, com 7 cm de diâmetro e fundo liso, tendo como suporte uma fita em tecido, tipo gorgurão, nas cores azul e vermelha, com 45,0 cm de comprimento por 4,0 cm de largura;
b) em uma das faces serão gravadas, em relevo, a figura de uma onça pintada, circundada pelas palavras "Governo do Município de Jaguapitã - Medalha Onça Pintada", e a referência ao ano da condecoração;
c) na outra face, será gravada a frase "Homenagem do Poder Executivo Municipal aos que constroem um mundo digno".

2) o diploma conterá as seguintes características:
a) O brasão do Município;
b) A legenda: "República Federativa do Brasil, Estado do Paraná, Município de Jaguapítã";
c) Os dizeres: O Poder Executivo do Município de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Decreto nº 051/2017, confere a Medalha Onça Pintada à (ao) (nome do homenageado);
d) data e assinatura do Prefeito do Município.

Art. 4º - A entrega da honraria dar-se-á em solenidade a ser realizada anualmente, por ocasião das comemorações de aniversário da cidade.

Artigo 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:D859EA43

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 052/2017

OFICIALIZA E DENOMINA LOGRADOUROS PÚBLICOS LOCALIZADOS NO LOTEAMENTO DENOMINADO "RESIDENCIAL DAS PALMEIRAS II"

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 88, I, "o" da Lei Orgânica Municipal c/c art. 74 da Lei Complementar 02/2012,

DECRETA,

Art. 1º - Ficam denominados os logradouros públicos localizados no RESIDENCIAL DAS PALMEIRAS II, da seguinte forma:
I – O logradouro localizado entre as quadras 08-09-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22, denominar-se-á AVENIDA ZIGMA SWENCICKAS;
II - O logradouro localizado entre as quadras 21-20-19-18-17-16-28-27-26-25-24-23, denominar-se-á Rua ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA;
III - O logradouro localizado entre as quadras 03-04-14-13-17-18-27-26, denominar-se-á RUA ANTÔNIO NOVELLI;
IV - O logradouro localizado entre as quadras 09-08, denominar-se-á RUA DONA HIUTA;
V - O logradouro localizado entre as quadras 10-09-21-22-23, denominar-se-á RUA EVARISTO AMBRÓSIO GORZONI;
VI - O logradouro localizado entre as quadras 07-05-04-03-02-15-14-13-12-11-10, denominar-se-á RUA GUIDO D´ALÉCIO;
VII - O logradouro localizado entre as quadras 04-05-13-12-18-19-26-25, denominar-se-á RUA HELENA SWENCICKAS RODRIGUES E SILVA;
VIII - O logradouro localizado entre as quadras 11-10-20-21-24-23, denominar-se-á RUA LEOMAR SOARES;
IX - O logradouro localizado entre as quadras 05-06-07-12-11-19-20-25-24, denominar-se-á RUA LOIDE RIBEIRO SWENCICKAS;
X - O logradouro localizado entre as quadras 02-03-15-14-16-17-28-27, denominar-se-á RUA MARIO AUGUSTO DA CRUZ;
XI - O logradouro localizado entre as quadras 23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33, denominar-se-á RUA OSVALDO MACHADO;
XII - O logradouro localizado entre as quadras 01-02-03-04-05-06, denominar-se-á RUA PREFEITO QUINCAS.

Artigo 2º - Para transparência e publicidade dos dados constantes deste Decreto deve ser enviada cópia do mesmo aos concessionários de serviço público de energia elétrica, de água e esgoto, ao correio e ao cartório de registro de imóveis da Comarca.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:AD288EB2

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 793/2017

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 037/2017, de 11/08/2017.

RESOLVE

DETERMINAR à divisão de contabilidade a empenhar o valor de R$ 217,70 (duzentos e dezessete reais e setenta centavos) a favor do Sr. MANOEL DELFINO ROSA NETO, motorista, referente ao pagamento de 05 (cinco) diárias, para atender as despesas com alimentação nos dias 17/18/19/20 e 21/10/2017, em virtude do deslocamento que fará para atender pacientes do município, na cidade de Londrina-Paraná, no horário das 10h00h às 18h00h, conforme protocolo nº. 2071/2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 17 de outubro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:1FA741B4

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 794/2017

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 037/2017, de 11/08/2017.

RESOLVE

DETERMINAR à divisão de contabilidade a empenhar o valor de R$ 174,16 (cento e setenta e quatro reais e dezesseis centavos) a favor do Sr. ISIDORO ANTONIO SANDOLI, motorista, referente ao pagamento de 04 (quatro) diárias, para atender as despesas com alimentação nos dias 17/18/19 e 20/10/2017, em virtude do deslocamento que fará para atender pacientes do município, na cidade de Londrina-Paraná, no horário das 06h00h às 14h00h, conforme protocolo nº. 2070/2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,Em 17 de outubro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:37C5B5CF

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 795/2017

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 037/2017, de 11/08/2017.

RESOLVE

DETERMINAR à divisão de contabilidade a empenhar o valor de R$ 174,16 (cento e setenta e quatro reais e dezesseis centavos) a favor do Sr. JOSÉ LUIZ ACCETI, motorista, referente ao pagamento de 04 (quatro) diárias, para atender as despesas com alimentação nos dias 17/18/19 e 20/10/2017, em virtude do deslocamento que fará para atender pacientes do município, na cidade de Londrina-Paraná, no horário das 06h00h às 14h00h, conforme protocolo nº. 2069/2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,Em 17 de outubro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:BBE25B85

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 796/2017

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 037/2017, de 11/08/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 174,16 (cento e setenta e quatro reais e dezesseis centavos) a favor do Sr. LUIZ CARLOS DE MORAES, motorista, referente ao pagamento de 04 (quatro) diárias, para atender as despesas com alimentação nos dias 17/18/19 e 20/10/2017, em virtude do deslocamento que fará para atender pacientes do município, na cidade de Londrina-Paraná, no horário das 09h00h ás 17h00h, conforme protocolo nº. 2068/2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 17 de outubro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:6A064DD6

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 797/2017

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 037/2017, de 11/08/2017.

RESOLVE

DETERMINAR à divisão de contabilidade a empenhar o valor de R$ 174,16 (cento e setenta e quatro reais e dezesseis centavos) a favor do Sr. LEVI VIOLI, motorista, referente ao pagamento de 04 (quatro) diárias, para atender as despesas com alimentação nos dias 17/18/19 e 20/10/2017, em virtude do deslocamento que fará para atender pacientes do município, na cidade de Londrina-Paraná, no horário das 13h00h às 19h00h, conforme protocolo nº. 2067/2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,Em 17 de outubro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:E72E63E9

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 798/2017

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 037/2017, de 11/08/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 174,16 (cento e setenta e quatro reais e dezesseis centavos) a favor do Sr. ANÍSIO ELIEZER PEREIRA, motorista, referente ao pagamento de 04 (quatro) diárias, para atender as despesas com alimentação, nos dias 17/18/19 e 20/10/2017, em virtude do deslocamento que fará para atender pacientes do município, na cidade de Londrina-Paraná, no horário das 08h00h ás 15h00h, conforme protocolo nº. 2066/2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,Em 17 de outubro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:8A983FB1

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 799/2017

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 037/2017, de 11/08/2017.

RESOLVE
DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 174,16 (cento e setenta e quatro reais e dezesseis centavos) a favor do Sr. RONALDO CARLOS PEREIRA, motorista, referente ao pagamento de 04 (quatro) diárias, para atender as despesas com alimentação, nos dias 17/18/19 e 20/10/2017, em virtude do deslocamento que fará para atender pacientes do município, na cidade de Londrina-Paraná, no horário das 10h00h ás 18h00h, conforme protocolo nº. 2065/2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 17 de outubro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:53E7917E

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 800/2017

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 037/2017, de 11/08/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 174,16 (cento e setenta e quatro reais e dezesseis centavos) a favor da Sra. APARECIDA DE JESUS VAPINK, zeladora, referente ao pagamento de 04 (quatro) diárias, para atender as despesas com alimentação, nos dias 17/18/19 e 20/10/2017, em virtude do deslocamento que fará para atender pacientes do município, na cidade de Londrina-Paraná, no horário das 05h00h ás 12h00h, conforme protocolo nº. 2064/2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 17 de outubro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:F183C982

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 801/2017

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 037/2017, de 11/08/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 174,16 (cento e setenta e quatro reais e dezesseis centavos) a favor do Sr. ANTONIO LIMA DA SILVA, motorista, referente ao pagamento de 04 (quatro) diárias, para atender as despesas com alimentação, nos dias 17/18/19 e 20/10/2017, em virtude do deslocamento que fará para atender pacientes do município, na cidade de Londrina-Paraná, no horário das 07h00h ás 15h00h, conforme protocolo nº. 2063/2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 17 de outubro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:9D8FAF57

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 802/2017

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 037/2017, de 11/08/2017.

RESOLVE

DETERMINAR à divisão de contabilidade a empenhar o valor de R$ 174,16 (cento e setenta e quatro reais e dezesseis centavos) a favor do Sr. LUIZ PEREIRA FONSECA, motorista, referente ao pagamento de 04 (quatro) diárias, para atender as despesas com alimentação nos dias 17/18/19 e 20/10/2017, em virtude do deslocamento que fará para atender pacientes do município, na cidade de Londrina-Paraná, no horário das 10h00h às 18h00h, conforme protocolo nº. 2062/2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 17 de outubro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:6F501747

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 803/2017

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 037/2017, de 11/08/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 174,16 (cento e setenta e quatro reais e dezesseis centavos) a favor do Sr. OTONIEL MIRANDA DA SILVA, motorista, referente ao pagamento de 04 (quatro) diárias, para atender as despesas com alimentação, nos dias 17/18/19 e 20/10/2017, em virtude do deslocamento que fará para atender pacientes do município, na cidade de Londrina-Paraná, no horário das 05h00h ás 13h00h, conforme protocolo nº. 2061/2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 17 de outubro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:D4841E94

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 804/2017

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das

atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 037/2017, de 11/08/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 217,70 (duzentos e dezessete reais e setenta centavos) a favor do Sr. CRISTIANO FERREIRA DE LIMA, motorista, referente ao pagamento de 05 (cinco) diárias, para atender as despesas com alimentação, nos dias 17/18/19/20 e 21/10/2017, em virtude do deslocamento que fará para atender pacientes do município, na cidade de Londrina-Paraná, no horário das 12h00h ás 19h00h, conforme protocolo nº. 2060/2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 17 de outubro de 2017.

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruno Rechenchoski
Código Identificador:DDC4D1CB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
DECRETO Nº 22.964, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

SÚMULA: Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos do Município e de repasses da União e do Estado, e dá outras providências.

O PREFEITO DA LAPA, no uso das atribuições que lhe confere A Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o dispostono art. 7o, § 2o, no art. 40,caput, inciso X, e no art. 43,caput, inciso IV, da Lei no8.666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1o Este Decreto estabelece regras e critérios a serem seguidos por órgãos e entidades da administração pública municipal para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos do município e aqueles oriundos de repasses voluntários de recursos da União e do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Este Decreto tem por finalidade padronizar a metodologia para elaboração do orçamento de referência e estabelecer parâmetros para o controle da aplicação dos recursos referidos nocaput deste artigo.

Art. 2o Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - Custo unitário de referência - valor unitário para execução de uma unidade de medida do serviço previsto no orçamento de referência e obtido com base nos sistemas de referência de custos ou pesquisa de mercado;

II - Composição de custo unitário - detalhamento do custo unitário do serviço que expresse a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida;

III - Custo total de referência do serviço - valor resultante da multiplicação do quantitativo do serviço previsto no orçamento de referência por seu custo unitário de referência;

IV - Custo global de referência - valor resultante do somatório dos custos totais de referência de todos os serviços necessários à plena execução da obra ou serviço de engenharia;

V - Benefícios e despesas indiretas - BDI - valor percentual que incide sobre o custo global de referência para realização da obra ou serviço de engenharia;

VI - Preço global de referência - valor do custo global de referência acrescido do percentual correspondente ao BDI;

VII - Valor global do contrato - valor total da remuneração a ser paga pela administração pública ao contratado e previsto no ato de celebração do contrato para realização de obra ou serviço de engenharia;

VIII - Orçamento de referência - detalhamento do preço global de referência que expressa a descrição, quantidades e custos unitários de todos os serviços, incluídas as respectivas composições de custos unitários, necessários à execução da obra e compatíveis com o projeto que integra o edital de licitação;

IX - Critério de aceitabilidade de preço - parâmetros de preços máximos, unitário e global, a serem fixados pela administração pública e publicados no edital de licitação para aceitação e julgamento das propostas dos licitantes;

X - Empreitada - negócio jurídico por meio do qual a administração pública atribui a um contratado a obrigação de cumprir a execução de uma obra ou serviço;

XI - Regime de empreitada - forma de contratação que contempla critério de apuração do valor da remuneração a ser paga pela administração pública ao contratado em razão da execução do objeto;

XII - Tarefa - quando se ajusta mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

XIII - Regime de empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

XIV - Regime de empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total; e

XV - Regime de empreitada integral - quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada.

CAPÍTULO II

DA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Art. 3o O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, incluindo os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi; e/ou SICRO - Sistema de Custos Referenciais de Obras da Região Sul, e/ou; Tabela Referencial da SANEPAR, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

§ 1º - No caso de utilização de material que não faça parte da tabela SINAPI, SICRO OU SANEPAR, deverá ser realizada pesquisa junto a três fornecedores com o objetivo de confirmar se o preço proposto pela contratada está de acordo com o praticado pelo mercado e sobre o preço acordado incida o mesmo desconto aplicado aos preços da tabela SINAPI, SICRO ou SANEPAR;

§ 2º - Deverá ser utilizada a tabela do SINAPI, SICRO ou SANEPAR, do mês da licitação quando da realização dos pagamentos ao longo da vigência do contrato e só será utilizada uma nova tabela após decorridos 12 meses da assinatura do contrato;

Art. 4o O disposto no art. 3o não impede que os órgãos e entidades da administração pública municipal desenvolvam novos sistemas de referência de custos, desde que demonstrem sua necessidade por meio de justificativa técnica e os submetam à aprovação da Procuradoria Geral do Município.

Parágrafo único. Os novos sistemas de referência de custos somente serão aplicáveis no caso de incompatibilidade de adoção dos sistemas referidos nos art. 3 o incorporando-se às suas composições de custo unitário os custos de insumos constantes do SINAPI, SICRO e SANEPAR.

Art. 5o Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º e 4º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

Art. 6o Os sistemas de referência encontram-se disponíveis na internet, nos sites dos órgãos e entidades federais responsáveis pela sua manutenção.

Art. 7o Na elaboração dos orçamentos de referência, os órgãos e entidades da administração pública municipal deverão adotar especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, sendo que na sua impossibilidade deverá ser demonstrada a impertinência/impossibilidade dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia a ser orçado em relatório técnico elaborado por profissional habilitado.

Parágrafo único. Os custos unitários de referência da administração pública poderão, somente em condições especiais justificadas em relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, exceder os seus correspondentes do sistema de referência adotado na forma deste Decreto, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência.

Art. 8o O preço global de referência será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI, que deverá evidenciar em sua composição, no mínimo:

I - Taxa de rateio da administração central;

II - Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado;

III - Taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e

IV - Taxa de lucro.

§ 1oComprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzido em relação à taxa aplicável aos demais itens.

§ 2oNo caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricação e logísticas não padronizados e não enquadrados como itens de fabricação regular e contínua nos mercados nacional ou internacional, o BDI poderá ser calculado e justificado com base na complexidade da aquisição, com exceção à regra prevista no § 1o.

Art. 9º. A anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias deverá constar do projeto que integrar o edital de licitação, inclusive de suas eventuais alterações.

Art. 10. Os critérios de aceitabilidade de preços deverão constar do edital de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia.

Art. 11. A minuta de contrato deverá conter cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras.

CAPÍTULO III

DA FORMAÇÃO DOS PREÇOS DAS PROPOSTAS E CELEBRAÇÃO DE ADITIVOS EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Art. 12. Em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral, deverão ser observadas as seguintes disposições para formação e aceitabilidade dos preços:

I - na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência previstos neste Decreto, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, observado o art. 9o, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência da administração pública obtidos na forma do Capítulo II, assegurado aos órgãos de controle o acesso irrestrito a essas informações; e

II - deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, vinte por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único - Para o atendimento do art. 11, os critérios de aceitabilidade de preços serão definidos em relação ao preço global e de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, que deverão constar do edital de licitação.

Art. 13. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, exceto em casos em que se justifique o interesse público.

Parágrafo único - Em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço unitário e tarefa, a diferença a que se refere ocaputpoderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma deste Decreto, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

Art. 14. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo órgão ou entidade responsável pela licitação, na forma prevista no Capítulo II, observado o disposto no art. 14 e mantidos os limites do previsto no§ 1odo art. 65 da Lei no8.666, de 1993.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lapa, 10 de outubro de 2017.

PAULO CESAR FIATES FURIATI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:2DB5799D

GABINETE
DECRETO Nº 22965, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei nº 1461, de 11.10.1999, alterada pelas Leis nºs 1756, de 19.12.2003, 3128 de 08.10.2015 e 3439, de 05.10.2017, que tratam sobre a escolha, mediante eleição direta, de Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino,

Considerando o Comunicado Interno nº 478/2017, da Secretaria Municipal de Educação

DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os eleitores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, à escolha, mediante eleição direta de Diretores, que se realizará no dia 17 de novembro de 2017, com início às 08:00 horas e término às 18:00 horas, ininterruptamente.

Art. 2º - Para dar início ao processo eleitoral a Assembléia Geral do Colegiado da Unidade Escolar deverá reunir-se em 19 de outubro de 2017 para cumprir o que dispõe a Lei nº 1461/99, no que lhe couber.

Art. 3º - O Diretor da Unidade Escolar da Rede Municipal em exercício, que pretenda ser reconduzido, deverá afastar-se da função até 15 dias antes da realização do pleito, no momento do registro da candidatura.

Art. 4º - De conformidade com o artigo 5º da Lei nº 1461/99, fica instituída Comissão Eleitoral, composta pelos seguintes membros:

MARIA CRISTINA FERREIRA GANZERT – CIRG Nº 4.464.723-0
NEUZELI CAMARGO STEKLAIN – CIRG Nº 7.083.534-7
CLARILDA CORDEIRO NADOLNY – CIRG Nº 4.829.220-8
ROZILDA DE JESUS MARCONDES SANTOS – CIRG Nº 6.093.028-7
LUCIENE PINTO DOMINGUES DE SOUZA – CIRG Nº 7.032.468-7
WILMA TEREZINHA NUNES DOS ANJOS – CIRG Nº 6.163.261-1
GRAZIELE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ – CIRG Nº 6.857.325-6
ELIDA FERNANDA PAZ VERA – CIRG Nº 053.604.694-9

Art. 5º - Por disposição do art. 57 da Lei 1461/99, alterado pelo art. 3º da Lei 3128/2015, as eleições diretas para escolha dos Diretores serão realizadas nas seguintes Unidades Escolares da Rede Municipal:

ESCOLA	Nº ALUNOS
1- Escola Municipal "Dr. Manoel Pedro"	425
2- Escola Municipal "Abigail Cortes"	150
3- Escola Municipal "David da Silva Carneiro"	281
4- Escola Municipal "Eloah D'Amico Rychwa"	159
5- Escola Municipal "Emília Magalhães F. do Amaral"	99
6- Escola Municipal "Pedro Favaro Cavalin"	224
7- Escola Municipal "Dr. Pedro Passos Leoni"	219
8- Escola Municipal "Serafim F. do Amaral"	195
9- Escola Municipal "Sybilla W. de Lacerda"	254
10- Escola M. Lauro M. Montenegro	85
11- Escola R.M. Marechal Cândido Rondon	68
12- Escola R.M. Dirceu Batista da Luz "Tisiu"	138
13- Escola R.M. Brasilino Ferreira de Almeida	123
14- Escola do Contestado	62
15- Escola Martim Hammerschmidth	214
16- Escola R.M. João Leopoldo Jacomel	61
17- Escola R.M. Dr. Aloísio Leoni	73
18- Escola R.M. Gustavo Kuss	116
19- Escola Rural Municipal "Irmã Santa Rita"	108
20- Escola Rural Municipal "Padre Feijó"	137
21- Escola Rural Municipal "Nossa Senhora de Lourdes"	153
22- Escola R.M. São Miguel	118
23- CMEI "Irmã Ruth"	153
24- CMEI Casa da Criança José Lacerda	93
25- CMEI "Irmã Lídia"	140
26- CME "Catarina Keche Ramos"	141
27- CMEI Pedro Maciel	105
28- CMEI Bernardo Von Berneck	83
29- CMEI Lia Tereza Campanholo Mendes	151

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 10 de Outubro de 2017.

PAULO CESAR FIATES FURIATI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:3ACEFB50

GABINETE
DECRETO N° 22967, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Súmula: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, pelo Provável Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei n° 3355, de 22 de Dezembro de 2016.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 200.000,00(Duzentos Mil Reais), dentro da seguinte dotação orçamentária:

11 Fundo Municipal de Saúde	
11.01 Assistência ao Fundo Municipal da Saúde	
10.301.0032.2064 Gestão dos Serviços de Saúde – 15%	
486: 3.1.90.94.00.00.303 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	R$ 200.000,00
TOTAL	**R$ 200.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito Autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos:

O Provável Excesso de Arrecadação da fonte 303, conta nº 16.724-X	R$ 200.000,00
TOTAL	**R$ 200.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 16 de Outubro de 2017.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 16 de Outubro de 2017.

PAULO CESAR FIATES FURIATI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F9357277

GABINETE
DECRETO N° 22968, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, devidamente autorizado pela Lei n° 3355 de 22 de Dezembro de 2016.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 77.037,59(Setenta e Sete Mil, Trinta e Sete Reais e Cinquenta e Nove Centavos), distribuído na seguinte dotação orçamentária:

14 Secretaria de Infraestrutura, Obras Públicas e Transporte	
14.07 Departamento de Trânsito e Transporte	
26.782.0009.2099 Manutenção Departamento de Trânsito e Transporte	
671: 4.4.90.52.00.00.501 – Equipamentos e Material Permanente	R$ 77.037,59
TOTAL	**R$ 77.037,59**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito Autorizado no artigo anterior será utilizado como recurso:

O Superávit Financeiro da fonte 501, conta bancária n° 146-2	R$ 77.037,59
TOTAL	**R$ 77.037,59**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 16 de Outubro de 2017.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 16 de Outubro de 2017.

PAULO CESAR FIATES FURIATI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:B204DBAE

GABINETE
DECRETO N° 22969, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Súmula: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação, devidamente autorizado pela Lei n° 3355 de 22 de Dezembro de 2016.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 47.000(Quarenta e Sete Mil Reais), dentro das seguintes dotações orçamentárias:

09 Secretaria de Desenvolvimento Local	
09.02 Departamento de Cultura	
13.392.0038.2031 Manutenção Departamento de Cultura	
244: 3.3.90.30.00.00.000 – Material de Consumo	R$ 47.000,00
TOTAL	**R$ 47.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito Autorizado no artigo anterior será utilizado como recurso o cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária:

09 Secretaria de Desenvolvimento Local	
09.02 Departamento de Cultura	
13.392.0038.2031 Manutenção Departamento de Cultura	
245: 3.3.90.36.00.00.000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 47.000,00
TOTAL	**R$ 47.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 16 de Outubro de 2017.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 16 de Outubro de 2017.

PAULO CESAR FIATES FURIATI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:50C4A84E

GABINETE
DECRETO Nº 22966, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Súmula: Altera o Decreto nº 16.714, de 03.02.2011

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º – Fica alterado o Parágrafo Único, do Art. 1º, do Capítulo I – Das Disposições Iniciais, do Decreto nº 16.714, de 03.02.2011, alterado pelo Decreto nº 21.173, de 19.05.2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"*Art. 1º – .....*
Parágrafo Único – A gerência do controle do sistema de transporte municipal será composta de: Coordenador Geral de Transportes, Coordenador de Transporte da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, Coordenador de Transporte da Secretaria Municipal de Educação e todos servidores públicos a serem designados pelo Prefeito Municipal em ato próprio."

Art. 2º – Fica alterado o Art. 2º, do Capítulo I – Das Disposições Iniciais, do Decreto nº 16.714, de 03.02.2011, alterado pelo Decreto nº 21.173, de 19.05.2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"*Art. 2º - As incumbências inerentes às funções da GCST ficam assim distribuídas:*

I - Coordenador Geral de Transportes – responsável geral pelo controle, logística e manutenção da frota municipal.

II - Coordenador de Transporte da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social – responsável pelo controle, logística e manutenção dos veículos leves da SMSDS, designado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, vinculado à Coordenadoria Geral de Transporte.

Parágrafo único – O controle, logística e manutenção das ambulâncias será de responsabilidade do Diretor do Departamento da Central de Ambulâncias.

III - Coordenador de Transporte da Secretaria Municipal de Educação - responsável pelo controle, logística e manutenção dos veículos da SME, designado pelo Secretário Municipal de Educação, vinculado à Coordenadoria Geral de Transporte.

Parágrafo único – No caso das funções acima não serem preenchidas, o Secretário da respectiva Pasta deverá indicar o servidor que ficará responsável pelas atribuições previstas neste artigo."

Art. 3º - Fica incluído o § 3º no Art. 15, do Capítulo II – Do Gerenciamento e Controle da Frota, do Decreto nº 16.714, de 03.02.2011, conforme segue:

DECRETO Nº 22966, DE 16.10.17 ... 02

"*Art. 15 – .....*

§ 3º – Os Coordenadores de Transporte deverão encaminhar à Unidade de Controle Interno do Município, mensalmente, até o 5º (quinta) dia útil do mês subsequente, relatório com as informações de todos os diários de bordo preenchidos no mês anterior."

Art. 4º – O parágrafo único do Art. 16, do Capítulo II – Do Gerenciamento e Controle da Frota, do Decreto nº 16.714, de 03.02.2011, passa a ser o § 2º e fica acrescido o § 1º no mesmo artigo, com a seguinte redação:

"*Art. 16 - .....*
§ 1º – O trâmite para a manutenção e/ou aquisição de peças para os veículos pertencentes à frota municipal fica assim regulamentado:
I - Após a autorização de manutenção e/ou de compra de peça pelo Secretário Municipal da respectiva Pasta, o Coordenador de Transporte responsável realizará o orçamento da peça/serviço junto às oficinas autorizadas, contratadas pelo Município ou detentoras de Atas de Registro de Preços;

II – Ao orçamento deverá ser anexada cópia da pesquisa realizada junto à tabela Audatex, no caso de peças, e/ou da tabela SINDIREPA, para o caso de realização de serviços, sendo que neste último caso (tabela SINDIREPA) poderão ser atestados os valores cotados;
III – O orçamento, com a respectiva cópia da pesquisa à tabela Audatex/SINDIREPA, será apreciado pelo Secretário da Pasta responsável pelo veículo para autorização da despesa;
IV – O processo será analisado pelos responsáveis pela Programação Financeira, sendo que o prosseguimento para autorização do Secretário Municipal de Fazenda fica condicionado à apresentação das tabelas Audatex/SINDIREPA, conforme inciso II deste parágrafo;
V - Após a autorização do Secretário Municipal de Fazenda, o processo deve ser remetido ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos para a formalização da Autorização de Compras e Serviços;
VI – Com a Autorização de Compras e Serviços, o processo deve ser encaminhado para o Departamento de Contabilidade, para a realização do empenho;
VII – Após o empenho, a oficina será informada para a realização do serviço;
VIII - Terminado o serviço e/ou entregue a peça, a oficina emite e entrega a nota fiscal para pagamento, a qual deverá ser anexada cópia do orçamento e da tabela Audatex/SINDIREPA, conforme inciso II deste parágrafo.

§ 2º - …….”

Art. 5º – Fica alterado o Art. 22, do Capítulo II – Do Gerenciamento e Controle da Frota, do Decreto nº 16.714, de 03.02.2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

DECRETO Nº 22966, DE 16.10.17 ... 03

“*Art. 22 - É proibida a guarda de veículo oficial em garagem residencial, ressalvados os casos autorizados pelos Secretários Municipais da respectiva Pasta.”*

Art. 6º – Fica alterado o caput do Art. 24, do Capítulo III – Da Política Disciplinar para os Motoristas/Condutores de Veículos, do Decreto nº 16.714, de 03.02.2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“*Art. 24 - A condução dos veículos oficiais somente poderá ser realizada por servidor concursado para este fim ou servidor devidamente habilitado e autorizado pelo Secretário Municipal da respectiva Pasta, e desde que o servidor detenha a obrigação respectiva em razão do cargo ou da função que exerça e assine o Termo de Responsabilidade previsto no Anexo I do presente Decreto.”*

Art. 7º – Fica alterado o parágrafo único do Art. 24, do Capítulo III – Da Política Disciplinar para os Motoristas/Condutores de Veículos, do Decreto nº 16.714, de 03.02.2011, que passa a ser o § 1º e fica acrescido o § 2º no mesmo artigo, com a seguinte redação:

“Art. 24 -
……
§ 1º - Os servidores públicos municipais, das unidades e órgãos integrantes da Prefeitura Municipal da Lapa, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de motorista, poderão dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação e devidamente autorizados pelo Secretário Municipal da respectiva Pasta, em documento específico, sendo terminantemente proibida a condução por pessoa estranha ao corpo funcional, servidores que não estejam em serviço ou não autorizados.”

§ 2º – Fica vedada aos servidores não ocupantes do cargo de motorista a condução de ambulâncias, veículos para transporte coletivo de usuários do Sistema Único de Saúde, veículos para o transporte coletivo de escolares e de veículos vinculados a programas específicos do Governo Federal, Estadual ou Municipal.”

Art. 8º - Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 16.714, de 03.02.2011.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 16 de Outubro de 2017.

PAULO CÉSAR FIATES FURIATI
Prefeito Municipal

ANEXO AO DECRETO Nº 22966, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____, matrícula nº _____, através deste termo, declaro estar ciente dos meus direitos e responsabilidades decorrentes do Regulamento constante no Decreto Municipal nº 16.714, de 02.02.2011, e alterações posteriores, que dispõe do gerenciamento e controle da frota de veículos do Município da Lapa-PR, responsabilizando-me, em especial:

a) pela guarda e conservação do veículo colocado a minha disposição, dos seus acessórios e equipamentos, assim como do respectivo documento original de porte obrigatório;
b) pela utilização do veículo única e exclusivamente a serviço da Administração Municipal, mantendo-o permanentemente identificado com adesivo próprio nele contido, não utilizando-o em benefício próprio;
c) pelo pagamento de todas as multas que porventura venham a ser aplicadas, quando caracterizadas como infração decorrente da condução do veículo ou da habilitação;
d) pelo conhecimento e obediência às normas de trânsito e disciplinares, respondendo, como condutor do veículo, civil e criminalmente, por infração a essas normas.

Lapa, _____ de _____ de _____.
_____
Assinatura do motorista
CPF:_____

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:641F6D87

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº07.001/2014 de 16/12/2014, que homologou o **Concurso Público** 001/2014, **CONVOCA**, o candidato abaixo relacionado a comparecer neste departamento, sito à Rua Barão do Rio Branco, 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
De acordo com o preconizado no item 10.1 do Edital 01.01/2014, “Se aprovado e convocado, o candidato deverá, por ocasião da posse, apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital, bem como outros que lhe forem solicitados na Convocação no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação”.

NOME	CARGO
Caroline Albach Hoffmann	Assistente Social

Lapa, 18 de outubro de 2017

VALÉRIA MARIA MISSAU
Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:93A5E26A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº 03.01/2017, de 15/02/2017, que homologou o **Processo Seletivo Simplificado** 01/2017, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecer neste departamento, sito à Rua Barão do Rio Branco, 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
De acordo com o preconizado nos itens 11.2.1 e 11.3 do Edital 01/2017, "Após assinar tal Termo o candidato terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para efetuar a entrega dos documentos solicitados no item 12 deste Edital, caso não o faça perderá automaticamente o direito à contratação;" e "O candidato que, comparecendo, não tenha interesse em assumir a vaga assinará o Termo de Desistência".

Classificação	Nome	Cargo
80º	DANIELE GELMI RIBAS BARBOSA	COZINHEIRO
81º	MERY TEREZINHA BALBINO LINHARES	COZINHEIRO

Lapa, 18 de outubro de 2017.

VALÉRIA MARIA MISSAU
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1E010420

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
EDITAL Nº 010/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem por Lei RESOLVE:

TORNAR PÚBLICA

A votação do **ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº** n. 184/17 – Segunda Câmara, referente à Prestação de Contas do Prefeito Municipal. Exercício de 2013. Funções de assessoria jurídica em desacordo com o Prejulgado nº 6. Controle Interno exercido por servidoras efetivas sem qualificação técnica correspondente e por servidora comissionada sem vínculo com a Administração Pública. Parecer Prévio pela irregularidade das contas, com aplicação de multas. Instauração de Tomada de Contas Extraordinária, **nos dias 06 e 07 de novembro de 2017, às 19 horas,** nesta Casa de Leis**.**

Laranjal, 16 de outubro de 2017.

AGENOR FERREIRA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Lygia Christiane de Carvalho
Código Identificador:251D0878

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
REQUERIMENTO 36/2017

Concessão de diária

Com base na Lei Municipal nº 003/2005 e Decreto nº0097/2017 o Prefeito Municipal requerer à Secretaria Municipal de Finanças Diária ao Gabinete do prefeito para deslocamento fora do Município:

Nº de Diárias: 03 (Três)
Espécie: Dentro do Estado Duas Com Pernoite e Uma Sem Pernoite .

Valor: R$2,000,00 (Dois Mil Reais .)
Destino/UF:Curitiba /PR

Objetivo: Audiência na Casa Civil com o Secretario Valdir Rossoni, Agenda na Assembleia Legislativa com o Deputado Estadual Bernardo Ribas Carli, Reunião com o Secretario de Saúde Michelli Caputo e com o Diretor da SESA, Assinatura de Convenio para aquisição de um veiculo para a secretaria de Saúde, Assinatura de convenio para aquisição de micro ônibus e recebimento de autorização para licitação de Pavimentação Asfaltica .
Código do IBGE do Município destino:06902

Início:16 /10/2017
Data Final: 18/10/2017

Laranjal, 18 de Outubro de 2017.

JOSMAR MOREIRA PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josmar Moreira Pereira Junior
Código Identificador:381644DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADITIVO 001 AO CONTRATO Nº 040/2016

TERMO ADITIVO Nº 001

Termo Aditivo nº 001 ao Contrato nº 040/2016-PML, celebrado entre o Município de Loanda e SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICÍPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor João Nicolau dos Santos, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº. 052073834-5 SIE e do CPF/MF sob nº 689.621.699-91, e a Empresa **SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Linha São Roque, s/n, Interior, CEP: 89.801-973, Telefone: (44) 3052-6469, na Cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF nº. 03.392.348/0001-60, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor José Deivid de Oliveira, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado na Rua Montevideo, nº 20, Bairro Maria Goretti, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.161.117, e do CPF/MF nº. 724.983.589-00, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº 001 ao Contrato de nº 040/2016-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Tem o presente a finalidade de aditivar o contrato nº 040/2016-PML, o qual tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, tratamento e destinação final de lixo hospitalar, conforme a RDC 306 da ANVISA e Resolução CONAMA nº 358, a serem coletados no Hospital Municipal Dr Seitugo Hirata, nas Unidades de Saúde Vila União, Vila Vitória, Vila Nova, Alto da Glória, Conjunto Arco Irís e Clínica da Mulher e da Criança, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descritos no ANEXO I - Termo de Referência, do Edital Pregão Presencial nº 051/2016-PML.

CLÁUSULA SEGUNDA

O TERMO ADITIVO Nº 001 ao Contrato de nº 040/2016-PML, possui amparo no art. 57, inciso II da lei 8666/93 e, na Cláusula Quinta (Critério de Reajuste) e Cláusula Sexta (Do Prazo de Vigência), do aludido Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

Através deste aditivo as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 040/2016-PML, prorrogando-o por mais 12 (doze) meses, perfazendo o prazo total de vigência de 24 (vinte e quatro) meses.

PARAGRAFO ÚNICO: A nova data de término do prazo de vigência do referido contrato será dia 03/10/2018.

CLÁUSULA QUARTA

Em virtude da prorrogação do prazo de vigência, fica alterado o valor global inicial do contrato previsto na Cláusula Terceira (Valor Contratual), tendo como critério de reajuste o índice do IPCA no percentual de 2,7115% (tabela em anexo), conforme Cláusula Quinta (Critério de Reajuste).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do Item 01 passará de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para R$ 2.567,78 (dois mil quinhentos e sessenta e sete reais e setenta e oito centavos) e valor do Item 02 passará de R$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) para R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos).

CLÁUSULA QUINTA

As demais Cláusulas do Contrato originárias não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda PR, 02 de outubro de 2017.

Contratante:
JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Loanda

Contratada:
JOSÉ DEIVID DE OLIVEIRA
Servioeste Soluções Ambientais LTDA

Testemunhas:
_____
_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:CF73F2C0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 010/2017

LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 010/2017-PML

OBJETO:A presente licitação tem por objeto Fornecimento e instalação de alambrado, em tela galvanizado nº 14#2", com mourões (palanques) em concreto armado a cada 2,00 mts, altura livre de 2,00 mts, 03 (três) fios de arame farpado na parte superior e 02 (dois) fios de arame liso de aço galvanizado nº 14 como suporte e 03 fios de arame farpado a ser trocado na cerca e muro já existente, com finalidade de fechar completamente o parque de exposições e também a usina de asfalto

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto em favor da empresa **JHR CONSTRUTORA LTDA-ME,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº. 27.193.300/0001-90, vencedora do certame, com proposta no valor global total de **R$ 75.044,85** (setenta e cinco mil e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

Loanda, 17 de outubro de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:5ACD72A2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADITIVO 003 AO CONTRATO Nº 070/2014

TERMO ADITIVO Nº 003

Termo Aditivo nº 003 ao Contrato nº 070/2014-PML, celebrado entre o Município de Loanda e C. A. ARAÚJO TELEFONIA - ME

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICÍPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor João Nicolau dos Santos, e a Empresa **C. A. ARAÚJO TELEFONIA - ME**, sito na Rua Eugênio Mela, 557, CEP: 87.900-000, Telefone: (44) 3425-5050, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.116.225/0001-94, neste por seu titular, Senhor Carlos Alberto Araújo, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 545.549.189-04, RG nº 4.046.973-7 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Saldanha Marinho, 234, Centro, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº 003 ao Contrato de nº 070/2014-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Tem o presente a finalidade de aditivar o contrato nº 070/2014-PML, o qual tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços em manutenção corretiva e assistência técnica em equipamentos de PABX, seus ramais e aparelhos telefônicos, com fornecimento de peças e materiais necessários para manutenção, para atender as diversas unidades administrativas da Prefeitura Municicpal de Loanda, conforme descritos no ANEXO I - Termo de Referência, do Edital Pregão Presencial nº 090/2014-PML.

CLÁUSULA SEGUNDA

O TERMO ADITIVO Nº 003 ao Contrato de nº 070/2014-PML, possui amparo no art. 57, inciso II da lei 8666/93 e, na Cláusula Quinta (Critério de Reajuste) e Cláusula Sexta (Do Prazo de Vigência), do aludido Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

Através deste aditivo as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 070/2014-PML, prorrogando-o por mais 12 (doze) meses, perfazendo o prazo total de vigência de 48 (quarenta e oito) meses.

PARAGRAFO ÚNICO: A nova data de término do prazo de vigência do referido contrato será dia 30/10/2018.

CLÁUSULA QUARTA

Em virtude da prorrogação do prazo de vigência, fica alterado o valor global inicial do contrato previsto na Cláusula Terceira (Valor Contratual), tendo como critério de reajuste o índice do IPCA no percentual de 2,4558% (tabela em anexo), conforme Cláusula Quinta (Critério de Reajuste).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor mensal do objeto contratado passará R$ 4.058,09 (quatro mil cinqüenta e oito reais e nove centavos), para R$ 4.157,74 (quatro mil cento e cinquenta e sete reais e setenta e quatro centavos), perfazendo o valor total anual de R$ 49.892,88 (quarenta e nove mil oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para tanto, o valor contratual passará de R$ 134.183,64 (cento e trinta e quatro mil cento e oitenta e três reais e sessenta e quatro centavos), valor este referente ao valor do contrato original, para R$ 184.076,52 (cento e oitenta e quatro mil setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos).

CLÁUSULA QUINTA

As demais Cláusulas do Contrato originárias não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda PR, 13 de outubro de 2017.

Contratante:
JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Loanda

Contratada:
CARLOS ALBERTO ARAÚJO
C. A. Araujo Telefonia - ME

Testemunhas:
_____
_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:BE5EDDB0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2017

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO 98/2017-PML
PROCESSO 135/2017-PML

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para a aquisição de 01 (um) conjunto coletor de recicláveis, novo, conforme convênio nº 091/2017 - Programa de Coleta Seletiva celebrado entre o Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ e o Município de Loanda-Pr, visando a implantação de arranjos municipais adequados de coleta seletiva, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, do Município de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência.

ABERTURA: 07 de novembro de 2017, às 09:00 ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data, na sala de licitações.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 249.666,67 (duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com ou pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda, 18 de outubro de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:470D29BC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 757/2017

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 5052/2017 de 16/10/2017.

RESOLVE:

Conceder ao servidor **JURACI ROMÃO DE CASTRO,** matrícula nº. 942771, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE NECROPSIA, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de trabalho prestado entre 03/09/2015 a 02/09/2016, nos termos do artigo 101 c/c o artigo 105, da Lei Municipal nº. 003/92, a partir de 17/10/2017, devendo retornar em atividade em 16/11/2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de outubro do ano de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

ANTONIO ANESIO BANA
Secretário de Finanças e Administração

Publicado por:
Antonio Anesio Bana
Código Identificador:D061478A

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA 756/2017

João Nicolau dos Santos, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. REVOGAR a Portaria nº 752/2017 de 13 (treze) de outubro de 2017, que concedeu para a educadora infantil Maria Aparecida Munhoz Bertali, matricula 966153, adicional de Incentivo ao Mérito com conclusão do curso de Pós-Graduação em "Educação Especial".

Artigo 2º. Revogadas as disposições contrárias, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro de 2017.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

PATRICIA MEGUMI HATTORI DIAS
Secretária de Educação e Cultura

Publicado por:
Patricia Megumi Hattori Dias
Código Identificador:2B585AAE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO 005/2017

CNPJ: 76.970.367/0001-08	TOMADA DE PREÇO	
	Nr.: 5/2017 - TP	
RUAANTONIO COLETTO	Processo Administrativo:	92/2017
	Processo de Licitação:	92/2017
C.E.P.: 86790-000- Lobato - PR	Data do Processo:	15/09/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O (a) Prefeita Municipal, TANIA MARTINS COSTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.:	92/2017
b) Licitação Nr.:	5/2017-TP
c) Modalidade:	Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação:	18/10/2017
e) Objeto da Licitação	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETIRADA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHAS, RUFOS E CONTRA-RUFOS EXISTENTES NAS COBERTURAS DOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS

(em Reais R$)			
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 003397 - D. GOMES DA ROCHA E CIA LTDA - ME	1	0,0000	23.868,29
	1		23.868,29

Lobato, 18 de Outubro de 2017.

TANIA MARTINS COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Deise Mara Alves Ribeiro
Código Identificador:0D79B10F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO 006/2017

CNPJ: 76.970.367/0001-08	TOMADA DE PREÇO	
	Nr.: 6/2017 - TP	
RUA ANTONIO COLETTO	Processo Administrativo:	93/2017
	Processo de Licitação:	93/2017
C.E.P.: 86790-000 - Lobato - PR	Data do Processo:	15/09/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) Prefeito Municipal, TANIA MARTINS COSTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.66693 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.:	93/2017
b) Licitação Nr.:	6/2017-TP
c) Modalidade:	Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação:	18/10/2017
e) Objeto da Licitação	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA REFORMA CORRETIVA E PREVENTIVA DE PRÓPRIOS PÚBLICOS

(em Reais R$)			
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 003397 - D. GOMES DA ROCHA E CIA LTDA - ME	3	0,0000	32.942,69
	3		32.942,69

Lobato, 18 de Outubro de 2017.

TANIA MARTINS COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Deise Mara Alves Ribeiro
Código Identificador:36031BEE

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 130/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 130/2017, de 18 de Outubro de 2017

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências. -.-.-.-.-

TANIA MARTINS COSTA, PREFEITA MUNICIPAL DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.331/2016 de 16/12/2016.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$327.000,00(trezentos e vinte e sete mil reais), destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

SUPLEMENTAÇÕES			
08		**Departamento de Saúde**	
08.002		**Fundo Municipal de Saúde**	
08.002.10.301.0014.2.077		**Manutenção do Programa PAB Fixo**	
3.3.90.30.00.00 - 400	495	Material de Consumo	150.000,00
3.3.90.39.00.00 - 408	495	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	36.000,00
10		**Encargos Gerais do Município**	
10.001		**Recursos sob a Supl. Do Depto de Administração**	
10.001.04.122.0019.2.061		**Encargos Gerais do Município**	
3.3.91.97.00.00 - 508	000	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial	141.000,00
Total das Suplementações			**327.000,00**

Artigo 2º- Para atender ao disposto no Artigo 1º, servirá como recursos os provenientes do Superávit Financeiro e o Excesso de Arrecadação de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso I, II da Lei nº 4.320/64, das seguinte fonte de recurso.

000 – Recursos Livres do Exercícios	R$ 141.000,00
495 – Bloco de Atenção Básica	R$ 186.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de Outubro de 2017 (dois mil e dezessete).

TANIA MARTINS COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Roger Garcia
Código Identificador:452F009B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
LEI Nº 24/2017

Dispõe sobre a criação de Cargo no Quadro de Cargos do Executivo Municipal de Lupionópolis.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu **PREFEITO MUNICIPAL** sanciono a seguinte
LEI:

Art. 1º Fica criado no **ANEXO II - TABELA DE HABILITAÇÃO DE INGRESSO E VENCIMENTO INICIAL DE CADA CARGO,** parte integrante da Lei nº 04/2016, o seguinte Cargo:

CARREIRA DE NÍVEL MÉDIO

CARGO	**HABILITAÇÃO**	**JORNADA DE TRABALHO**	**NÍVEL INICIAL**	**Nº DE VAGAS**
FISCAL TRIBUTÁRIO	Ensino Médio Completo	30 horas	M16 (*R$ 1.359,37*)	01

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Lupionópolis, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ ANTONIO GERÔNIMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosimeire Turozi
Código Identificador:80718A29

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 148/2017

SÚMULA: Nomear Servidor Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E

ART. 1º - Nomear conforme Lei Complementar Municipal nº 19/2016 de 21/09/2016, a partir de **02 de outubro de 2017**, as pessoas abaixo relacionadas, aprovadas e classificadas em Concurso Público Municipal, realizado no dia 30 de julho de 2017, conforme divulgado pelo Edital nº 001/2017 - G e Edital nº 001/2017 - H.

NOME	CPF	CARGO
Paulo Rodolfo Meneguetti	084.676.279-05	Agente de Combate às Endemias
Everton de Lima Silva	071.852.629-50	Agente Comunitario de Saúde
Luana Pires de Souza Camilo	063.554.329-06	Agente Comunitario de Saúde
Elaine Cristina Alves	043.887.369-61	Educador Infantil
Silvia Mara dos Santos	850.392.259-20	Professor
Hans Werner Alves	045.523.899-55	Psicólogo I

ART. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Lupionópolis, 02 de outubro de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO GERÔNIMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Monica Paulossi
Código Identificador:D33B3186

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 149/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

ART. 1º - Atribuir 10 horas de Jornada Suplementar, a partir de **02.10.2017**, à Servidora Pública Municipal Efetiva **MARIA CLAUDETE DE SOUZA**, RG nº 6.183.484-2 e CPF nº 903.714.539-68, em substituição a Servidora Pública Municipal Efetiva **FABIANA CRUZ CAMACHO**, que se encontra em Licença para Tratamento de Saúde, para atender ao Programa EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, conforme Art. 45, inciso I, da Lei Municipal nº 067/2010 de 17.12.2010 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Lupionópolis.

ART. 2º - Será atribuído à Servidora acima 50% *(cinquenta por cento)* do vencimento inicial da classe em que estiver posicionado o profissional do magistério conforme Lei Municipal nº 067/2010 de 17.12.2010 – anexo IV Tab/Prof MC e durará enquanto subsistentes os motivos que a determinam.

ART. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Lupionópolis, 02 de outubro de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO GERÔNIMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Monica Paulossi
Código Identificador:F9B7A577

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 150/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º - Fica Aposentada em 02/10/2017, a pedido e por tempo de contribuição, conforme Carta de Concessão de Aposentadoria emitida pelo INSS, a Servidora Pública Municipal **MARIA CANDIDA JANAZZE GARCIA**, portadora do RG nº 4.183.453-6 SSP/PR e CPF nº 608.523.489-91, Matrículas nº 69 e nº 306, Cargo de Provimento Efetivo de **Professora.**

ART. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Lupionópolis, 02 de outubro de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO GERÔNIMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Monica Paulossi
Código Identificador:64DD909A

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 151/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

ART. 1º - Fica concedido **AUXILIO NATALIDADE,** conforme Art. 99 da Lei Complementar nº 19/2016 de 21.09.2016 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lupionópolis, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, conforme segue:

SERVIDOR	CPF	CARGO
Antonio Norberto Albuquerque da Silva	033.467.219-81	Auxiliar Operacional
Ocimar Messias Barreto de Andrade	079.892.279-67	Secret. Mun Educ. Cultura
Simone Aparecida Danziger de Oliveira	291.734.148-32	Educador Infantil

ART. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Lupionópolis, 02 de outubro de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO GERÔNIMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Monica Paulossi
Código Identificador:6FA9D129

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 152/2017

SÚMULA: Nomear Servidor Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

ART. 1º - Nomear conforme Lei Complementar Municipal nº 19/2016 de 21/09/2016, a partir de **03 de outubro de 2017**, a pessoa abaixo relacionada, aprovada e classificada em Concurso Público Municipal, realizado no dia 30 de julho de 2017, conforme divulgado pelo Edital nº 001/2017 - G e Edital nº 001/2017 - H.

NOME	CPF	CARGO
Paulo Cesar de Almeida Grillo	285.338.148-01	Médico IV

ART. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Lupionópolis, 03 de outubro de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO GERÔNIMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Monica Paulossi
Código Identificador:0816015B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 153/2017

SÚMULA: Nomear Servidor Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

ART. 1º - Nomear conforme Lei Complementar Municipal nº 19/2016 de 21/09/2016, a partir de **04 de outubro de 2017**, a pessoa abaixo relacionada, aprovada e classificada em Concurso Público Municipal, realizado no dia 30 de julho de 2017, conforme divulgado pelo Edital nº 001/2017 - G e Edital nº 001/2017 - H.

NOME	CPF	CARGO
Mariana Aparecida Teixeira de Andrade	086.341.189-40	Psicólogo I

ART. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Lupionópolis, 03 de outubro de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO GERÔNIMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Monica Paulossi
Código Identificador:69D6A154

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 154/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º - Fica rescindido em 16.10.2017, por motivo de vencimento, o Contrato de Trabalho da pessoa abaixo relacionada, contratada através de Teste Seletivo Simplificado, aberto pelo Edital de Teste Seletivo Simplificado nº 001/2016, realizado em 26.06.2016, cujo resultado final foi divulgado conforme Edital nº 001/2016-D e homologado conforme Decreto nº 046/2016 de 01.07.2016.

NOME	CPF	CARGO
Lucimara Alves Rosa	021.067.459-82	Educador Infantil

ART. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Lupionópolis, 16 de outubro de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO GERÔNIMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Monica Paulossi
Código Identificador:8667213B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 155/2017

SÚMULA: Nomear Servidor Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

ART. 1º - Nomear conforme Lei Complementar Municipal nº 19/2016 de 21/09/2016, a partir de **17 de outubro de 2017**, a pessoa abaixo relacionada, aprovada e classificada em Concurso Público Municipal, realizado no dia 30 de julho de 2017, conforme divulgado pelo Edital nº 001/2017 - G e Edital nº 001/2017 - H.

NOME	CPF	CARGO
Diandra Perazza	077.375.989-10	Educador Infantil

ART. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Lupionópolis, 17 de outubro de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO GERÔNIMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Monica Paulossi
Código Identificador:8C6A7277

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 156/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

ART. 1º - CONCEDER a pedido, a partir de 18.07.2017, retorno da Licença para tratar de assuntos particulares, conforme requerimento protocolado sob nº 428/2017 de 04.10.2017, à Servidora Pública Municipal Efetiva, **VALDIVA ROSA PEREIRA FERREIRA,** RG nº 8.623.691-2 - PR e CPF 612.118.509-00, Cargo de Provimento Efetivo de Educadora Infantil.

ART. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Lupionópolis, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO GERÔNIMO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Monica Paulossi
Código Identificador:11EECA1D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 151/2017

I – OBJETO:

Hospedagem para 10 (dez) atletas da Seleção de Bocha de Mallet, a qual estará representando o município no Campeonato Paranaense de Equipes da Primeira Divisão que será realizado na cidade de Céu Azul/PR, nos dias 21 e 22 de outubro de 2017.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Tem por justificativa o fato da Seleção de Bocha de Mallet representar o município no Campeonato Paranaense de Equipes da Primeira Divisão que será realizado na cidade de Céu Azul/PR, nos dias 21 e 22 de outubro de 2017.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:

A empresa escolhida para execução deste objeto é **ROSELI DUTRA GARCIA 82928568972**, **CNPJ 23.972.564/0001-91**, por ser a empresa que dentre os valores orçados, mediante pesquisa de preços, apresentou melhor proposta, ou seja, menor preço e atendeu as condições apresentadas por esta Administração Municipal, portanto estando apta a executar o objeto em cumprimento ao disposto no art. 24, II, da Lei 8.666/93.

IV – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Pelo objeto, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais)**, a ser pago em parcela única.
O valor acordado, entre os preços orçados mediante pesquisa de preços, foi o menor e as condições atendem a necessidade desta Administração Municipal.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência desta Dispensa de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término **em 30 (trinta) dias após**.
O prazo de vigência não poderá ser prorrogado em hipótese alguma.

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente processo de Dispensa de Licitação serão pagas através da seguinte dotação orçamentária:

02.11.2.039.3.3.90.39.00.00.00.00.1000 Manut. Unidades Operacionais - Secretaria Esportes.

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA, em conformidade com o objeto desta Dispensa de Licitação.

CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, sob número de recibo ME95674673 e número identificador 23972564000191.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, dentro do prazo de validade.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS – CRF, dentro do prazo de validade.

VIII – DAS SANÇÕES:

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas na Seção II do Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente Dispensa de Licitação encontra amparo legal no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, *in verbis:*

Art. 24. É dispensável a licitação:
(...)
II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

X – DA RESCISÃO:

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso da rescisão administrativa prevista no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

XI – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 18 de outubro de 2017.

PAULO SERGIO KURZYDLOWSKI
Presidente da Comissão de Licitações

MOACIR ALFREDO SZINVELSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Kurzydlowski
Código Identificador:A4009A44

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONSELHEIRO ELIZANE TEREZINHA BARTOSZEK - REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Moacir Alfredo Szinvelski, Prefeito Municipal de Mallet – PR, no uso de suas atribuições legais e considerando o Decreto 006 de 08 de janeiro de 2016;
Tendo em vista o protocolado 2563 de 06.10.2017;
TORNA PÚBLICO
A CONVOCAÇÃO DO CONSELHEIRO SUPLENTE
Segundo Suplente: Elizane Terezinha Bartoszek

A nomeação do candidato ao cargo fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos para a investidura constante neste Edital e da legislação vigente.

Aprovação em Exame de Saúde Física e Mental a ser efetuado pelo órgão competente do Município;

O candidato convocado para a nomeação terá o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis da publicação do Edital de Convocação para se apresentar na Secretaria Municipal de Administração, a fim de cumprir com todas as formalidades exigíveis para a concretização do ato, no prazo supracitado.

O candidato deverá no prazo estipulado pelo Município comprovar que preenche os requisitos para nomeação, previstos na Legislação pertinente, sob pena de eliminação, devendo ainda apresentar os documentos abaixo relacionados:
a) Cédula de Identidade;
b) CPF em situação regular perante a Receita Federal;
c) PIS/PASEP;
d) Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição;
e) Certificado de Reservista;
f) Certidão de Nascimento dos filhos com até 18 anos;
g) Certidão de Nascimento/Casamento ou Certidão de Óbito (do cônjuge quando for o caso de viúvo(a));
h) Carteira de Trabalho (parte da foto, frente e verso);
i) Diploma e/ou Certificado de conclusão do curso específico, reconhecido pelo MEC;
j) Uma foto 3x4, recente;
k) CNH (Categoria B);

Mallet-PR, 11 de outubro de 2017.

MOACIR ALFREDO SZINVELSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Alice Grenteski Arkaten
Código Identificador:406B17A1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RH
PROCESSO Nº 06/2017 PROTOCOLO Nº 5.278/2017
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo nº 06/2017
Protocolo nº 5.278/2017

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Com fulcro nas disposições do art. 31, *caput* e inciso II, da Lei nº 13.019, bem como, art. 22, *caput* e inciso II, do Decreto Municipal nº 128/2017, no parecer nº 05/2017, da Comissão de Seleção e Julgamento, constituída pelo Decreto Municipal nº 139/2017, no parecer técnico nº 05/2017, do Setor de Planejamento, bem como no pareceres jurídicos nº 191/2017 e nº 224/2017, da Procuradoria do Município e da Lei Municipal nº 1.317/2017, **AUTORIZO** a Inexigibilidade de Chamamento Público, para formalização direta de parceria entre o Município de Mallet e a Liga Paranaense de Combate ao Câncer (CNPJ nº 76.591.049/0001-28), para custeio do objeto do plano de trabalho apresentado, qual seja, a "*conjunção de esforços para o fim de viabilizar a implantação de uma Unidade Avançada do Hospital Erastro Gaertner (CACON) na cidade de Irati, cidade polo da Regional, na condição de Hospital Estruturante, visando disponibilizar atendimento em caráter ambulatorial em concerologia, oferecendo atenção médica eficiente e humanizada, além de tratamento quimioterápico para os pacientes oriundos dos municípios que compõem a 4ª regional de Saúde*", mediante transferência de subvenção no importe total de R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), desde que, nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019/2014, a entidade comprove o atendimento dos requisitos previstos nos arts. 33 e 34, da Lei nº 13.019/2014.

Mallet/PR, 17 de outubro de 2017.

MOACIR ALFREDO SZINVELSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Alice Grenteski Arkaten
Código Identificador:27AB6E16

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO PREGÃO 56-2017 PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Nº 56/2017 Regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 Lei Complementar 123/2016 alterada pela Lei nº147/2014 e Lei Complementar Municipal nº01/2015 EXCLUSIVO PARA MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DE ÂMBITO REGIONAL.

Nota 1: Aplica-se a este Pregão o disposto no Art. 48 § 3o. Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas LOCAL e ou REGIONAL.
Em atendimento a Lei Complementar nº 147/2014, art.47 e 48 a administração concederá os benefícios as empresas locais e ou regionais, objetivando o desenvolvimento social e econômico.
RECURSOS: próprios e ou oriundos de convênios.
O MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° 01.614.343/0001-09, torna público que fará realizar dia **07/11/2017, às 14:00 horas.**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, abertura da sessão pública do PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2017 do tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, Regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/2016 alterada pela Lei nº147/2014 e Lei Complementar Municipal nº01/2015, para:
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de lanches e/ou refeições aos servidores públicos municipais, quando a serviço ou interesse da Administração dentro do território municipal., mediante licitação.
PROTOCOLO: 07/11/2017, às 14:00 horas
DATA DA ABERTURA: 07/11/2017, às 14:00 horas.
LOCAL DA ABERTURA: Rua Encantilado, nº 11, centro, Manfrinópolis, Estado do Paraná**.**
EDITAL: outras informações complementares poderão obtidas na Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, no endereço supracitado, de 2ª a 6ª feira, no horário normal de expediente ou pelo telefone/fax: **(0xx46) 3562-1001** e também através do e-mail: **licitacao@manfrinopolis.pr.gov.br**.

Manfrinópolis, em 18/10/2017.

JOZINEI DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Jozinei dos Santos
Código Identificador:175013A3

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DECRETO Nº 07, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO Nº 07, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Legislativo Municipal a abrir um Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação da Câmara de Vereadores do Município de Manfrinópolis, para o Exercício de 2017, e dá outras providências.

TAISLLER GUIMARÃES DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.
RESOLVE

Art. 1º. Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação para o exercício de 2017, no valor de R$37.000,00 (trinta e sete mil reais), no orçamento programa da Câmara de Vereadores do Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, nas seguintes dotações:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$
0100 – CÂMARA MUNICIPAL	
0101 – CÂMARA MUNICIPAL	
01.031.0001.2.001 – Legislar e Fiscalizar os Atos da Administração	9.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 – 1001 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$
0100 – CÂMARA MUNICIPAL	
0101 – CÂMARA MUNICIPAL	
01.031.0001.2.001 – Legislar e Fiscalizar os Atos da Administração	23.000,00
3.3.90.34.00.00.00.00 – 1001 Outras Desp. Pessoais Decorr. Contratos Terceir.	

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$
0100 – CÂMARA MUNICIPAL	
0101 – CÂMARA MUNICIPAL	
01.031.0001.2.001 – Legislar e Fiscalizar os Atos da Administração	5.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 – 1001 – Obrigações Patronais	

Art. 2º. Para cobertura das despesas decorrentes da presente Lei, serão utilizadas as seguintes anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$
0100 – CÂMARA MUNICIPAL	
0101 – CÂMARA MUNICIPAL	
01.031.0001.2.001 – Legislar e Fiscalizar os Atos da Administração	15.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00 – 1001 Equipamentos e Material Permanente	

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$
0100 – CÂMARA MUNICIPAL	
0101 – CÂMARA MUNICIPAL	
01.031.0001.2.001 – Legislar e Fiscalizar os Atos da Administração	10.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00 – 1001 Passagens e Despesas de Locomoção	

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$
0100 – CÂMARA MUNICIPAL	
0101 – CÂMARA MUNICIPAL	
01.031.0001.2.001 – Legislar e Fiscalizar os Atos da Administração	7.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00 – 1001 Diárias – Pessoal Civil	

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$
0100 – CÂMARA MUNICIPAL	
0101 – CÂMARA MUNICIPAL	
01.031.0001.2.001 – Legislar e Fiscalizar os Atos da Administração	5.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00 – 1001 Obrigações Tributarias e Contributivas	

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores Municipal de Manfrinópolis, em 18 de outubro de 2017.

TAISLLER GUIMARÃES DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Lucélia Aparecida Ramos da Costa
Código Identificador:34698058

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 275/2017

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO 089/2017.

JOSÉ APARECIDO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 040/2017 Processo Administrativo 089/2017, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação e Pregoeiro, destinado à Aquisição de peças e acessórios para veículos leves e contratação de serviços tipo alinhamento, balanceamento, cambagem, montagem de pneus e alinhamentos de Vans nos veículos leves da frota do Município de Marilena, Estado do Paraná, conforme ANEXO I e demais especificações estabelecidas no Edital e proposta da contratada.

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo de Licitação Pregão Presencial nº 040/2017 em favor da Empresa: **CASA DA BORRACHA DE NOVA LONDRINA LTDA - ME**, vencedora nos Lotes nº 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 com sua proposta no valor total de R$ 56.563,40 (Cinquenta e seis mil e quinhentos e sessenta e três reais e quarenta centavos).

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 18 DE OUTUBRO DE 2017.

JOSÉ APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:C8237A2E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2017

ESPÉCIE: CONTRATO DE COMPRA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.
CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73 / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARILENA – PR CNPJ Nº 09.205.479/0001-77;
CONTRATADA: CASA DA BORRACHA DE NOVA LONDRINA LTDA - ME, CNPJ Nº 00.984.084/0001-45.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LEVES E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TIPO ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, CAMBAGEM, MONTAGEM DE PNEUS E ALINHAMENTOS DE VANS NOS VEÍCULOS LEVES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.
VALOR: R$ 56.563,40 (CINQUENTA E SEIS MIL E QUINHENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA CENTAVOS).
FONTE DE RECURSOS:
15 - 01000 – Recursos Ordinários (Livres) Exercício Corrente
16 – 01509 – Gerenciamento de Transito – Exercício Corrente.
17 – 01510 – Taxas – Exercício Poder Policia
18 – 01511 – Taxas Prestação de Serviços
22 - 01000 – Recursos Ordinários (Livres) Exercício Corrente
23 – 01510 – Taxas – Exercício Poder Policia
24 – 01511 – Taxas Prestação de Serviços
44 - 01000 – Recursos Ordinários (Livres) Exercício Corrente
46 - 01000 – Recursos Ordinários (Livres) Exercício Corrente
86 - 01000 – Recursos Ordinários (Livres) Exercício Corrente
88 - 01000 – Recursos Ordinários (Livres) Exercício Corrente
176 - 01369 – Serviços Prestado SUS/Faturamento AIH's
177 – 01496 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
178 - 01369 – Serviços Prestado SUS/Faturamento AIH's
179 – 01496 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
180 - 31318 - SUS - Exercício Corrente.
234 – 01103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
235 - 01104 - Demais Impostos vinculados à educação básica.

238 – 01103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
239 - 01104 - Demais Impostos vinculados à educação básica.
303 - 01000 – Recursos Ordinários (Livres) Exercício Corrente
304 - 01000 – Recursos Ordinários (Livres) Exercício Corrente.
309 - 01000 – Recursos Ordinários (Livres) Exercício Corrente
310 – 31936 – Componentes para Qualificação da Gestão (SUAS)
311 – 31940 – Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bo
316 - 01000 – Recursos Ordinários (Livres) Exercício Corrente
317 – 31936 – Componentes para Qualificação da Gestão (SUAS)
318 – 31940 – Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bo
PRAZOS: EXECUÇÃO SERÁ DE 360 (-TREZENTOS E SESSENTA-) DIAS E A VIGÊNCIA SERÁ DE 390 (-TREZENTOS E NOVENTA-) DIAS CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO.

MARILENA-PR, 18 DE OUTUBRO DE 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:963A807C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 276/2017.

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO 094/2017.

JOSÉ APARECIDO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial **Sistema Registro de Preços** nº 041/2017, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, Pregoeiros e Equipe de Apoio, cujo objeto Aquisição de peças e contratação de serviços de mão de obra, destinados a manutenção dos veículos: Doblo, Renalt Master, e Van Ducato, que pertencem ao Departamento de Saúde do Município de Marilena Estado do Paraná.

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 041/2017 em favor da Empresa **JURANDIR DE S. DE A. LEITE MECANICA - ME**, CNPJ nº 09.163.356/0001-10, com sua proposta no valor total de **R$ 498.000,00** (-**Quatrocentos e noventa e oito mil reais**-).

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 18 DE OUTUBRO DE 2017.

JOSÉ APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:B186F3D6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº. 145/2017

JOSE APARECIDO DA SILVA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder a Servidora Público Municipal, Sra **SANDRA LOURENÇO PIRES** , **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** por **60 (Sessenta) dias** a partir do dia 02/10/2017.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 02/10/2017. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2017.

JOSE APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:CF9EB5D4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N° 274/2017

SÚMULA: Dispõe sobre contratação de Pessoal por Tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

DECRETA:

O Prefeito do Município de Marilena, Senhor José Aparecido da Silva, no uso de suas atribuições legais estabelecida na Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n° 1129/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Senhora **ANDREIA NICOLAU MACEDO,** portadora do CPF n. 036.954.389-08 do RG sob n. 8.397.179-7 SSP-PR, para ocupar o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** previsto na Estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marilena/PR, 17 de Outubro de 2017.

JOSÉ APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:4254EF04

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N° 273/2017

SÚMULA: Dispõe sobre contratação de Pessoal por Tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

DECRETA:

O Prefeito do Município de Marilena, Senhor José Aparecido da Silva, no uso de suas atribuições legais estabelecida na Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n° 1129/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, DECRETA:
Art. 1º - Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados partir do dia 16 de Outubro de 2017, a saber:

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-TEMPORARIO
NOME: CPF: CONTRATO: CLASSIFICAÇÃO:

ANTONIO ROBERTO GUEDES	101.639.268-08	02/2017	1º
JOSE LUIZ DE PAIVA DENIZ	204.590.828-33	03/2017	2º
SILVINO FARIAS PINHEIRO	028.847.339-65	04/2017	3º

AUXILIAR DE ENFERMAGEM-TEMPORARIO
NOME: CPF: CONTRATO: CLASSIFICAÇÃO:

ILZA PEREIRA ELIAS	528.219.789-87	06/2017	1º

ODONTÓLOGO(A)-TEMPORARIO
NOME: CPF: CONTRATO: CLASSIFICAÇÃO

ALEXIA LUMI CONDO	080.444.689-00	05/2017	1º

VIGIA-TEMPORARIO
NOME: CPF: CONTRATO: CLASSIFICAÇÃO:

JULIA APARECIDA FERREIRA VIEIRA	514.077.791-68	07/2017	1º

ZELADOR(A)-TEMPORARIO
NOME: CPF: CONTRATO: CLASSIFICAÇÃO:

EDNA DOS SANTOS PEREIRA	852.642.889-68	08/2017	1º
ANALIA APARECIDA SANTANA MARTIM	052.439.909-30	09/2017	2º

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marilena/PR, 16 de Outubro de 2017.

JOSÉ APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:CE6B5590

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017

ESPÉCIE: CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73, localizada na Rua Dante Pasqualetto, 855 – Centro; Marilena/PR.
CONTRATADA (O): AILTON COSTA DA CRUZ – CPF/MF: 080.852.749-57.
DO OBJETO: O Contratado (a) prestará serviços na função de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**
ATRIBUIÇÕES: Planejar, elaborar, executar e coordenar atividades relacionadas com a respectiva profissão, em especial: Participar de políticas que dão suporte as ações na área da saúde. Cumprir normas e regulamentos da instituição. Fiscalizar residências, terrenos baldios, indústrias, ferro velhos, reciclagens, borracharias e todos os tipos de estabelecimentos comerciais com intuito de levantamento de índice amostral e tratamento de focos do mosquito Aedes aegypti. Realizar a eliminação de criadouros tendo como métodos de primeira escolha de controle mecânico, remoção, destruição e vedação. Executar tratamento focal e Peri focal como medida complementar ao controle mecânico, aplicando larvicida ou adulticida conforme orientação técnica. Abordar os moradores de forma cortes, identificando-se, e realizar trabalho de conscientização populacional no ato das fiscalizações. Atuar em ações educativas junto à comunidade para evitar a proliferação do mosquito da dengue e seus sintomas. Realizar recenseamento de residências, terrenos baldios, indústrias, ferro velhos, reciclagens, borracharias e todos os tipos de estabelecimentos comerciais. Organizar e participar de eventos vinculados a saúde pública. Combate e prevenção de endemias mediante a notificação de focos endêmicos. Vistorias e detecção de locais suspeitos. Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias, pontos estratégicos e áreas de risco sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe. Participar de programa de treinamento, quando convocado. Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos necessários, bem como programas de informática, tecnologia da informação e de comunicação. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função, bem como atividades inerentes ao cargo assumido.
VALOR: R$ 1.014,00 (HUM Mil e Quatorze Reais), a título de remuneração.
O Contratado exercerá suas funções durante 40 (quarenta) horas semanais.
PRAZO DE VIGÊNCIA:O prazo do contrato será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado ou interrompido, no interesse público, devidamente justificado, desde que o total não ultrapasse 24 (vinte quatro) meses.

Marilena/PR, 10 de Outubro de 2017

JOSE APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:656437B4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2017

ESPÉCIE: CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73, localizada na Rua Dante Pasqualetto, 855 – Centro; Marilena/PR.
CONTRATADA (O): ANTONIO ROBERTO GUEDES – CPF/MF: 101.639.268-08.
DO OBJETO: O Contratado (a) prestará serviços na função de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**
ATRIBUIÇÕES: Plantar, transplantar e cuidar de vegetais e plantas decorativas; zelar pela conservação de parques, praças e jardins; Preparar a terra e sementeiras destinadas ao plantio e transplante de vegetais e plantas decorativas dos parques, praças e jardins; Plantar cortar e conservar gramados; Adubar a terra, fazer enxertos e molhar as plantas; Executar tratos culturais, capinas plantio e transplante de mudas de folhagem, preparação de covas, amarra de árvores aos tutores e outros; Zelar pela conservação e manutenção de parques, praças e jardins; Manter sob sua guarda materiais destinados ao seu trabalho; Participar de ações de manutenção e limpeza de prédios, ruas, logradouros, terrenos e outros. Coletar, selecionar e acondicionar o lixo comum ou contaminado, conforme orientações. Auxiliar nos trabalhos relativos à construção civil, calçamento, pavimentação em geral, preparar argamassa, auxiliar no recebimento, pesagem e contagem de material, quebrar pedras, auxiliar nos serviços de pintura em geral e outros, em conformidade com a política da Instituição. Auxiliar na jardinagem, cuidar de arvores e manutenção dos equipamentos urbanos e rurais, conforme orientação do responsável. Varrer, escovar, lavar, remover lixo das ruas e logradouros, limpeza de bueiros, terrenos baldio, praças e outros conforme orientação do responsável e a política da Instituição. Executar serviços de transporte, armazenagem, carga e descarga de materiais, equipamentos e outros. Auxiliar na operação de tratores, veículos, caminhão e outros, conforme a política da Instituição e orientação do responsável. Zelar pela conservação e limpeza dos prédios públicos. Cavar sepultura, auxiliar em sepultamento, exumação e outros conforme a política da Instituição. Manejar instrumentos agrícolas, realizar apreensão de animais soltos em vias públicas, aplicar inseticidas e fungicidas, conforme a política da Instituição. Auxiliar nos serviços de abastecimento, lubrificação, lavagem de veículos, bem como a limpeza e organização das oficinas, sob orientação do responsável. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função, bem como atividades inerentes ao cargo assumido.
VALOR: R$ 902,55 (Novecentos e Dois Reais e Cinquenta e Cinco centavos), a título de remuneração.
O Contratado(a) exercerá suas funções durante 40 (quarenta) horas semanais.

PRAZO DE VIGÊNCIA:O prazo do contrato será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado ou interrompido, no interesse público, devidamente justificado, desde que o total não ultrapasse 24 (vinte quatro) meses.

Marilena/PR, 16 de Outubro de 2017

JOSE APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:8525F0CB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2017

ESPÉCIE: CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73, localizada na Rua Dante Pasqualetto, 855 – Centro; Marilena/PR.
CONTRATADA (O): JOSE LUIZ DE PAIVA DENIZ – CPF/MF: 204.590.828-33
DO OBJETO: O Contratado (a) prestará serviços na função de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**
ATRIBUIÇÕES: Plantar, transplantar e cuidar de vegetais e plantas decorativas; zelar pela conservação de parques, praças e jardins; Preparar a terra e sementeiras destinadas ao plantio e transplante de vegetais e plantas decorativas dos parques, praças e jardins; Plantar cortar e conservar gramados; Adubar a terra, fazer enxertos e molhar as plantas; Executar tratos culturais, capinas plantio e transplante de mudas de folhagem, preparação de covas, amarra de árvores aos tutores e outros; Zelar pela conservação e manutenção de parques, praças e jardins; Manter sob sua guarda materiais destinados ao seu trabalho; Participar de ações de manutenção e limpeza de prédios, ruas, logradouros, terrenos e outros. Coletar, selecionar e acondicionar o lixo comum ou contaminado, conforme orientações. Auxiliar nos trabalhos relativos à construção civil, calçamento, pavimentação em geral, preparar argamassa, auxiliar no recebimento, pesagem e contagem de material, quebrar pedras, auxiliar nos serviços de pintura em geral e outros, em conformidade com a política da Instituição. Auxiliar na jardinagem, cuidar de arvores e manutenção dos equipamentos urbanos e rurais, conforme orientação do responsável. Varrer, escovar, lavar, remover lixo das ruas e logradouros, limpeza de bueiros, terrenos baldio, praças e outros conforme orientação do responsável e a política da Instituição. Executar serviços de transporte, armazenagem, carga e descarga de materiais, equipamentos e outros. Auxiliar na operação de tratores, veículos, caminhão e outros, conforme a política da Instituição e orientação do responsável. Zelar pela conservação e limpeza dos prédios públicos. Cavar sepultura, auxiliar em sepultamento, exumação e outros conforme a política da Instituição. Manejar instrumentos agrícolas, realizar apreensão de animais soltos em vias públicas, aplicar inseticidas e fungicidas, conforme a política da Instituição. Auxiliar nos serviços de abastecimento, lubrificação, lavagem de veículos, bem como a limpeza e organização das oficinas, sob orientação do responsável. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função, bem como atividades inerentes ao cargo assumido.
VALOR: R$ 902,55 (Novecentos e Dois Reais e Cinquenta e Cinco centavos), a título de remuneração.
O Contratado(a) exercerá suas funções durante 40 (quarenta) horas semanais.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo do contrato será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado ou interrompido, no interesse público, devidamente justificado, desde que o total não ultrapasse 24 (vinte quatro) meses.

Marilena/PR, 16 de Outubro de 2017

JOSE APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:3747F066

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2017

ESPÉCIE: CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73, localizada na Rua Dante Pasqualetto, 855 – Centro; Marilena/PR.
CONTRATADA (O): SILVINO FARIAS PINHEIRO – CPF/MF: 028.847.339-65.
DO OBJETO: O Contratado (a) prestará serviços na função de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**
ATRIBUIÇÕES: Plantar, transplantar e cuidar de vegetais e plantas decorativas; zelar pela conservação de parques, praças e jardins; Preparar a terra e sementeiras destinadas ao plantio e transplante de vegetais e plantas decorativas dos parques, praças e jardins; Plantar cortar e conservar gramados; Adubar a terra, fazer enxertos e molhar as plantas; Executar tratos culturais, capinas plantio e transplante de mudas de folhagem, preparação de covas, amarra de árvores aos tutores e outros; Zelar pela conservação e manutenção de parques, praças e jardins; Manter sob sua guarda materiais destinados ao seu trabalho; Participar de ações de manutenção e limpeza de prédios, ruas, logradouros, terrenos e outros. Coletar, selecionar e acondicionar o lixo comum ou contaminado, conforme orientações. Auxiliar nos trabalhos relativos à construção civil, calçamento, pavimentação em geral, preparar argamassa, auxiliar no recebimento, pesagem e contagem de material, quebrar pedras, auxiliar nos serviços de pintura em geral e outros, em conformidade com a política da Instituição. Auxiliar na jardinagem, cuidar de arvores e manutenção dos equipamentos urbanos e rurais, conforme orientação do responsável. Varrer, escovar, lavar, remover lixo das ruas e logradouros, limpeza de bueiros, terrenos baldio, praças e outros conforme orientação do responsável e a política da Instituição. Executar serviços de transporte, armazenagem, carga e descarga de materiais, equipamentos e outros. Auxiliar na operação de tratores, veículos, caminhão e outros, conforme a política da Instituição e orientação do responsável. Zelar pela conservação e limpeza dos prédios públicos. Cavar sepultura, auxiliar em sepultamento, exumação e outros conforme a política da Instituição. Manejar instrumentos agrícolas, realizar apreensão de animais soltos em vias públicas, aplicar inseticidas e fungicidas, conforme a política da Instituição. Auxiliar nos serviços de abastecimento, lubrificação, lavagem de veículos, bem como a limpeza e organização das oficinas, sob orientação do responsável. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função, bem como atividades inerentes ao cargo assumido.
VALOR: R$ 902,55 (Novecentos e Dois Reais e Cinquenta e Cinco centavos), a título de remuneração.
O Contratado(a) exercerá suas funções durante 40 (quarenta) horas semanais.
PRAZO DE VIGÊNCIA:O prazo do contrato será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado ou interrompido, no interesse público, devidamente justificado, desde que o total não ultrapasse 24 (vinte quatro) meses.

Marilena/PR, 16 de Outubro de 2017.

JOSE APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:F82F5C82

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2017

ESPÉCIE: CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73, localizada na Rua Dante Pasqualetto, 855 – Centro; Marilena/PR.
CONTRATADA (O): ALEXIA LUMI CONDO – CPF/MF: 080.444.689-00
DO OBJETO: O Contratado (a) prestará serviços na função de **ODONTÓLOGO(A).**
ATRIBUIÇÕES: Planejar, elaborar, executar e coordenar atividades relacionadas com a respectiva profissão, em especial: Coordenar, implantar e executar o Programa de Saúde Bucal e estendê-lo a outros estabelecimentos da área de abrangência da sua Unidade de Saúde: creches, escolas, associações comunitárias, etc.; dirigir equipes; prestar e solicitar assessoria; desenvolver nos locais de atuação atividades educativo-preventivas para promover, ministrar palestras e organizar cursos sobre saúde; prevenir e manter a saúde bucal da população; participar de equipes multiprofissionais evolvendo-se ativamente na vigilância em saúde e em especial no controle da cárie e doença periodontal; desenvolver no serviço público um comportamento técnico comprometido com a prevenção da dentição natural; comprometer-se com a exatidão e sistematicidade da informação necessária para avaliação dos resultados do Programa implantado, bem como dos insumos necessários para as atividades dos mesmos; treinar e supervisionar o pessoal auxiliar nas ações educativo-preventiva, coletivas e individuais; executar as ações pertinentes e promover na Unidade de Saúde o espaço para as ações coletivas interprofissionais e interdisciplinares; prestar atendimento aos pacientes agendados, coletivo e individualmente; responsabilizar-se pela conservação dos equipamentos e materiais necessários à execução das atividades próprias do cargo; e executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão
VALOR: R$ 1.091,01 (Hum Mil e Noventa e Um Reais e Um Centavo), a título de remuneração.
A Contratada(o) exercerá suas funções durante 20 (Vinte) horas semanais.
PRAZO DE VIGÊNCIA:O prazo do contrato será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado ou interrompido, no interesse público, devidamente justificado, desde que o total não ultrapasse 24 (vinte quatro) meses.

Marilena/PR, 16 de outubro de 2017

JOSE APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:CC9A3F9E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2017

ESPÉCIE: CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73, localizada na Rua Dante Pasqualetto, 855 – Centro; Marilena/PR.
CONTRATADA(O): ILZA PEREIRA ELIAS – CPF/MF: 528.219.789-87.
DO OBJETO: O Contratado (a) prestará serviços na função de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM.**
ATRIBUIÇÕES:. Planejar, elaborar, executar e coordenar atividades relacionadas com a respectiva profissão, em especial: 1. Participar da prestação de assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos usuários dos serviços, assim como colaborar nas atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas na Instituição, sob a supervisão do Enfermeiro. 2. Preparar clientes para consultas e exames, orientando-os sobre as condições de realização dos mesmos. 3. Colher e ou auxiliar cliente na coleta de material para exames de laboratório, segundo orientação. 4. Realizar exames de eletrodiagnósticos e registrar os eletrocardiogramas efetuados, segundo instruções médicas ou de enfermagem. 5. Orientar e auxiliar clientes, prestando informações relativas a higiene, alimentação, utilização de medicamentos e cuidados específicos em tratamento de saúde. 6. Verificar os sinais vitais e as condições gerais dos clientes, segundo prescrição médica e de enfermagem. 7. Cumprir prescrições de assistência médica e de enfermagem. 8. Realizar a movimentação e o transporte de clientes de maneira segura. 9. Preparar e administrar medicações por via oral, tópica, intradérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa e retal, segundo prescrição médica. 10. Realizar registros da assistência de enfermagem prestada ao cliente e outras ocorrências a ele relacionadas. 11. Circular e instrumentar em salas cirúrgicas e obstétricas, preparando-as conforme o necessário. 12. Efetuar o controle diário do material utilizado, bem como requisitar, conforme as normas da Instituição, o material necessário à prestação da assistência à saúde do cliente. 13. Executar atividades de limpeza, desinfecção, esterilização do material e equipamento, bem como sua conservação, preparo, armazenamento e distribuição, comunicando ao superior eventuais problemas. 14. Propor a aquisição de novos instrumentos para reposição daqueles que estão avariados ou desgastados. 15. Coletar leite materno no lactário ou no domicílio. 16. Realizar controles e registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para a realização de relatórios e controle estatístico. 17. Auxiliar na preparação do corpo após o óbito. 18. Cumprir as medidas de prevenção e controle de infecção hospitalar. 19. Participar de programa de treinamento, quando convocado. 20. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática
VALOR: R$ 920,60 (Novecentos e Vinte Reais e Sessenta Centavos), a título de remuneração.
A Contratada (o) exercerá suas funções durante 40 (quarenta) horas semanais.
PRAZO DE VIGÊNCIA:O prazo do contrato será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado ou interrompido, no interesse público, devidamente justificado, desde que o total não ultrapasse 24 (vinte quatro) meses.

Marilena/PR, 16 de Outubro de 2017

JOSE APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:76A13C24

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2017

ESPÉCIE: CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73, localizada na Rua Dante Pasqualetto, 855 – Centro; Marilena/PR.
CONTRATADA (O): JULIA APARECIDA FERREIRA VIEIRA – CPF/MF: 514.077.791-68.
DO OBJETO: O Contratado(a) prestará serviços na função de **VIGIA.**
ATRIBUIÇÕES:
I - Executar vigilância e serviços em portarias e outros locais de acesso, tais como: Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos pelos portões ou portas de acesso, sob sua vigilância, verificando, quando necessário, a autorização de ingresso; Investigar quaisquer condições anormais que tenha observado; Responder às chamadas telefônicas e anotar recados; Levar ao chefe imediato qualquer irregularidade verificada; outras atribuições afins.
VALOR: R$ 880,00 (Oitocentos e Oitenta Reais), a título de remuneração.
A Contratada(o) exercerá suas funções durante 40 (quarenta) horas semanais.
PRAZO DE VIGÊNCIA:O prazo do contrato será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado ou interrompido, no interesse público, devidamente justificado, desde que o total não ultrapasse 24 (vinte quatro) meses.

Marilena/PR, 16 de outubro de 2017

JOSE APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:BBDE4113

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2017

ESPÉCIE: CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73, localizada na Rua Dante Pasqualetto, 855 – Centro; Marilena/PR.
CONTRATADA (O): EDNA DOS SANTOS PEREIRA – CPF/MF: 852.642.889-68.
DO OBJETO: O Contratado (a) prestará serviços na função de **ZELADOR(A).**
ATRIBUIÇÕES: Orientar e exercer tarefas inerentes às zeladoria e conservação de próprios municipais. Zelar e cuidar da conservação de próprios municipais tais como: unidades de recreação, escolas, praças, logradouros, prédios e instalações. Percorrer a área sob responsabilidade, inspecionando no sentido de impedir depreciações. Comunicar toda irregularidade verificada. Efetuar pequenos consertos e reparos. Providenciar os serviços de manutenção em geral. Zelar pela limpeza e conservação de praças, recintos e prédios. Solicitar e manter controle de materiais necessários à limpeza, manutenção e conservação dos locais sob sua responsabilidade. Executar outras tarefas correlatas.
VALOR: R$ 902,55 (Novecentos e Dois Reais e Cinquenta e Cinco centavos), a título de remuneração.
O Contratado(a) exercerá suas funções durante 40 (quarenta) horas semanais.
PRAZO DE VIGÊNCIA:O prazo do contrato será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado ou interrompido, no interesse público, devidamente justificado, desde que o total não ultrapasse 24 (vinte quatro) meses.

Marilena/PR, 16 de outubro de 2017

JOSE APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:22C25FFF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2017

ESPÉCIE: CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73, localizada na Rua Dante Pasqualetto, 855 – Centro; Marilena/PR.
CONTRATADA (O): ANALIA APARECIDA SANTANA MARTIM – CPF/MF: 052.439.909-30.
DO OBJETO: O Contratado (a) prestará serviços na função de **ZELADOR(A).**
ATRIBUIÇÕES: Orientar e exercer tarefas inerentes às zeladoria e conservação de próprios municipais. Zelar e cuidar da conservação de próprios municipais tais como: unidades de recreação, escolas, praças, logradouros, prédios e instalações. Percorrer a área sob responsabilidade, inspecionando no sentido de impedir depreciações. Comunicar toda irregularidade verificada. Efetuar pequenos consertos e reparos. Providenciar os serviços de manutenção em geral. Zelar pela limpeza e conservação de praças, recintos e prédios. Solicitar e manter controle de materiais necessários à limpeza, manutenção e conservação dos locais sob sua responsabilidade. Executar outras tarefas correlatas.
VALOR: R$ 902,55 (Novecentos e Dois Reais e Cinquenta e Cinco centavos), a título de remuneração.
O Contratado (a) exercerá suas funções durante 40 (quarenta) horas semanais.
PRAZO DE VIGÊNCIA:O prazo do contrato será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado ou interrompido, no interesse público, devidamente justificado, desde que o total não ultrapasse 24 (vinte quatro) meses.

Marilena/PR, 16 de outubro de 2017

JOSE APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:15EE878D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2017

ESPÉCIE: CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73, localizada na Rua Dante Pasqualetto, 855 – Centro; Marilena/PR.
CONTRATADA (O): ANDREIA NICOLAU MACEDO – CPF/MF: 036.954.389-08.
DO OBJETO: O Contratado (a) prestará serviços na função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.**
ATRIBUIÇÕES:. Planejar, elaborar, executar e coordenar atividades relacionadas com a respectiva profissão, em especial: Participar políticas que dão suporte as ações na área da saúde. Desenvolver ações para integração da equipe de saúde junto à comunidade, atuando diretamente com as famílias executando ações educativas, visando à prevenção de doenças; Cumprir normas e regulamentos da instituição. Realizar mapeamento de sua área, conforme determinado pelo responsável. Cadastrar e atualizar permanentemente o cadastro das famílias. Identificar indivíduos e famílias expostas a situações de risco, bem como áreas de risco conforme portaria 44/GSM, de 03 de janeiro de 2002. Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde. Realizar agendamento de consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário. Entregar medicamentos, receitas e outras nas residências. Prestar atendimento individualizado, dentro de suas competências técnicas na residência. Realizar trabalhos administrativos vinculado, nas áreas prioritárias de Atenção Básica, conforme orientação do responsável. Fazer acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade, por meio de visitas mensais. Desenvolver ações educativas em parceria com o controle de endemias, dando ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças como a malária, dengue e outras. Organizar e participar de eventos vinculados a saúde pública. Participar de programa de treinamento, quando convocado. Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, reuniões cursos e eventos. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos necessários, bem como programas de informática, tecnologia da informação e da comunicação. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função, bem como atividades inerentes ao cargo assumido.
VALOR: R$ 1.014,00 (Hum Mil e Quatorze Reais), a título de remuneração.
O Contratado(a) exercerá suas funções durante 40 (quarenta) horas semanais.
PRAZO DE VIGÊNCIA:O prazo do contrato será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado ou interrompido, no interesse público, devidamente justificado, desde que o total não ultrapasse 24 (vinte quatro) meses; sendo condicionado ao calendário escolar.

Marilena/PR, 17 de Outubro de 2017

JOSE APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:8FBC7CFF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 277/2017

"Dispõe sobre nomeação dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Marilena – PR."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA-PR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Municipal nº 1284/2014.
DECRETA:
Art. 1º - Ficam nomeados e empossados nos cargos de Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Marilena - PR, as pessoas abaixo relacionadas:

1- Departamento de Assistência Social:
o Titular: Vera Lucia Bilieri da Silva
o Suplente: Rafaela Maria Brito Costa

2- Departamento de Educação:
o Titular: Vilma Lucas Palma Capelossi
o Suplente: Dulce Aparecida de Barros

3- Departamento de Saúde:
o Titular: Celio Lelis da Mata
o Suplente: Fátima Izumi Matsumoto

4- Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer:
o Titular: Oscar de Almeida
o Suplente: Arnaldo Maciel

5- Secretaria Municipal de Agricultura
o Titular: Denilson Aragão Machado
o Suplente: Gisele Salgado Melo

6- Representantes de entidades não governamentais que desenvolvem ações nas diversas áreas de atendimento ao idoso
o Titular: Hilda de Oliveira Duarte
o Suplente: Aparecida Nitch

7- Representantes de entidades não governamentais que desenvolvem ações nas diversas áreas de atendimento ao idoso
o Titular: Eunice Mariano Biliere
o Suplente: José Dionisio dos Santos

8- Representantes dos idosos de entidades civis constituídas
o Titular: José Pereira Lima
o Suplente: Mercedes Modesto Lima

9- Representantes dos idosos de entidades civis constituídas
o Titular: Francisco Martins do Nascimento
o Suplente: José Antônio dos Santos

10- Representante de entidade que represente usuário da zona rural
o Titular: João Marques de Almeida
o Suplente: João Batista Antônio

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Marilena, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:8217EA02

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 166/2017

SÚMULA – Nomeia membros para o Conselho Tutelar.

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

NOMEAR:
Artigo 1º. – O Sr. **LUIZ FERNANDO SEGURO**, portador da cédula de identidade civil nº 10.073.587-3 e inscrição no CPF nº 064.177.099-57, membro componente do Conselho Tutelar de acordo com resultado da eleição realizada dia 04/10/2015, conforme a Lei municipal nº 446/2013, devidamente registrada na Ata nº 011/2015, folhas nº 07 verso a 22, do livro de Registro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA,** mandato 2016/2019, em substituição a Conselheira Sra. Adriana Vidal dos Santos Humeniuk, durante o período de licença maternidade.
Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 19 de Outubro de 2017.

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:A333E395

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RATIFICAÇÃO DO ATO FORMAL CHAMAMENTO PUBLICO Nº 07/2017.

O Prefeito Municipal de Mato Rico, PR, Senhor **Marcel Jayre Mendes dos Santos**, no uso da competência que lhe outorga o caput do art. 25 da Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações, torna público a ratificação do Ato da Chamada Publica de Licitação nº 007/2017 oriundo do Credenciamento nº 006/2017, conforme parecer da Comissão Permanente de Licitação vem formalizar A Chamada Publica, para contratação direta com Senhora **Maria Leni da Rocha**, Portadora do CPF: 851.818.629-34, pessoa física, Residente e domiciliada na estrada saída para roncador Km, 01, sendo que a proprietária se credenciou junto ao Município de Mato Rico, através da chamada publica 07/2017, edital de credenciamento 06/2017. Sendo que o valor a ser pago será de: R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais). OBJETO: compreendendo área de terras com registro na matricula 14.745, medindo 72.600,00M2, (setenta e dois mil, seiscentos metros quadrados), de que trata a Lei 910/2009. Devendo ser providenciado a tranferecia da referida área de terras em nome do Município de Mato Rico.

Publique-se no local de costume. Obedecendo às formalidades de direito público, na forma da lei nº 8.666/93.

Gabinete do Prefeito, 26 de Setembro de 2017.

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Jovani Kordun
Código Identificador:17CC2A83

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PUBLICA Nº 07/2017.

O Prefeito Municipal de Mato Rico, PR, Senhor **Marcel Jayre Mendes dos Santos**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram cumpridas todas as formalidades da Lei nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, ante a CHAMADA PUBLICA de Licitação nº 006/2017 oriundo do Credenciamento nº 006/2017 – compreendendo a compra da área de terras com registro na matricula 14.745, medindo 72.600,00M2, (setenta e dois mil, seiscentos metros quadrados), de propriedade da Senhora **Maria Leni da Rocha**, Portadora do CPF: 851.818.629-34, localizada na estrada saída para roncador Km, 01, sendo que a proprietária credenciou-se junto ao Município de Mato Rico, através da chamada publica 07/2017, edital de credenciamento 06/2017. Sendo que o valor a ser pago é de: R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), de que trata a Lei 910/2009 e suas posteriores alterações.

Gabinete do Prefeito, 26 de Setembro de 2017.

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Jovani Kordun
Código Identificador:23944B9C

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DISPENSA 31 - 2017

HOMOLOGAÇÃO

Mato Rico – Pr, 18 de outubro de 2017.

Do objeto: Contratação de empresa para fornecimento de moveis planejado em MDF para a Secretaria de Saúde, unidade básica de atendimento da localidade de Bela Vista Mato Rico - PR.

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo de Dispensa de Licitação nº. 31/2017, HOMOLOGO e AUTORIZO a contratação da proponente, Empresa VANESSA HARMATIUK E CIA LTDA – ME, inscrita no CNPJ N° 04.267.668/0001-50, na Rua Maximiliano Vicentin, nº 1.300, na cidade de Palmital - Paraná, CEP 85.270-000, na importância de R$ 7.853,00 (sete mil oitocentos e cinquenta e três reais), pela contratação da empresa para fornecimento dos produtos conforme descrição.

Item	Descriminação	Unidade	Quant.	Valor Un.	Valor Total
1	Mesa alt80xL60xp50 mdf com 2-prateleiras puxador perfil cromado cor merlot fundo 6mm na cor branco	Un	01	549,00	549,00
2	Balcão alt67xL70xp50 mdf 2- portas 1-prateleira puxador perfil alumínio cromado, cor	Un	01	799,00	799,00
3	Balcão alt67xL50xp50 mdf 1- porta 1-prateleira puxador perfil cromado cor merlot fundo 6mm na cor branco	Un	01	659,00	659,00
4	Balcão alt67xL80xp50 4-gavetas corrediça telescópicas 45mm puxadores perfil alumínio cromado cor merlot fundo 6mm na cor branco	Un	01	899,00	899,00
5	Balcão alt77xL80xp50 4-gavetas corrediças telescópicas 45mm puxadores perfil alumínio cromado cor merlot fundo 6mm na cor branco	Un	01	899,00	899,00
6	Modulo alt180xL160xp50 mdf 2-portas em vidro incolor de correr com sistemas de correr com trilhos puxador perfil cromado alumínio cor merlot fundo 6mm na cor branco	Un	01	4.048,00	4.048,00
Total				7.853,00	

Conforme termos da Lei nº. 8.666, de 21 de Junho de 1.993 em seu artigo nos termos do art. 24, inciso II, sendo a contratação imediata. Encaminhe-se o procedimento para as providências necessárias.

MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jovani Kordun
Código Identificador:646B4869

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 114 - 2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 114/2017
DISPENSA Nº 31/2017
DATA DA ASSINATURA CONTRATO: 18/10/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO – CNPJ nº 95.684.510/0001-31
CONTRATADA: VANESSA HARMATIUK E CIA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº. 04.267.668/0001-50
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de moveis planejado em MDF para a Secretaria de Saúde, unidade básica de atendimento da localidade de Bela Vista Mato Rico - PR.
PERÍODO DE VIGÊNCIA: 18/10/2017 a 18/01/2018
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO: R$ 7.853,00 (sete mil oitocentos e cinquenta e três reais).
FORMA DE PAGAMENTO: parcelado, mediante apresentação de nota fiscal.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
08 - SECRETARIA DE SAÚDE
08.002 – Fundo Municipal de Saúde
08.002.10.301.1001.1028 – Aquisição de Equipamentos para a Saúde
4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente
FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná

Publicado por:
Jovani Kordun
Código Identificador:E74AB7AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Secretária Municipal de Saúde, gestora do Sistema Único de Saúde do Município de Morretes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRETES** para a apresentação que fará onde analisará e divulgará o relatório detalhado da área de saúde, contendo: o montante e a fonte de recursos aplicados, dados sobre a oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, referente ao **2º quadrimestre de 2017**, conforme p**revisto no art. 36, da** Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012**, a ser realizada no dia 25 de outubro de 2017 (quarta-feira), as 14:00 h em uma das dependências do Hospital e Maternidade Dr. Alcídio Bortolin.**

Prefeitura Municipal de Morretes, em 16 de outubro de 2017.

LÚCIA HISSAE SHINGO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Nathália Emanuele Valerio
Código Identificador:1FCB90FC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVITE

A Secretária Municipal de Saúde, gestora do Sistema Único de Saúde do Município de Morretes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **convida a comunidade** para a apresentação que fará em Audiência Pública, onde analisará e divulgará o relatório detalhado da área de saúde, contendo: o montante e a fonte de recursos aplicados, dados sobre a oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, referente ao **2º quadrimestre de 2017**, conforme p**revisto no no art. 36, da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012 , a ser realizada no dia 27 de outubro de 2017 (sexta-feira), as 15:00 h no Plenário da Câmara Municipal de Morretes, situado à Rua Conselheiro Sinimbu, nº 50.**

Prefeitura Municipal de Morretes, em 16 de outubro de 2017.

LÚCIA HISSAE SHINGO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Nathália Emanuele Valerio
Código Identificador:B5130F82

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 3750/2017

SÚMULA: Concede pensão por falecimento a dependente de Servidor Titular, e dá outras providências.

Adroaldo Hoffelder, Prefeito Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o requerimento protocolado no Departamento de Recursos Humanos;
Considerando a Lei Municipal nº 252/90, em seus artigos 2º e 3º;
Considerando a Lei Municipal nº 260/91, artigo 2º, inciso II;
Considerando o parecer Jurídico emitido pelo Departamento Jurídico deste Município.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder pensão por falecimento do titular **IZAÍAS CAJÁ DOS SANTOS LIMA** para **MARIA DE FÁTIMA DA SILVA LIMA**, com remuneração equivalente a R$ 1.307,99 (um mil, trezentos e sete reais e noventa e nove centavos) a partir de 09 de outubro de 2017.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e dezessete.

ADROALDO HOFFELDER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:2A0FB40F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 3751/2017

SÚMULA: Prorroga licença para Servidora Pública Municipal de Nova Prata do Iguaçu e, dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 891/2008 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal a seguir:

Silvana Cristani da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do RG nº 8.624.866-2, até 09/11/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e dezessete.

ADROALDO HOFFELDER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:1C592E29

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 3752/2017

SÚMULA: Concede licença para Servidor Público Municipal de Nova Prata do Iguaçu, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 891/2008 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, para o Servidor Público Municipal abaixo relacionado:
Leôncio Luiz Biesek, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, portador do RG nº 4.107.975-4, até 06/12/2017.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e dezessete.

ADROALDO HOFFELDER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:ABA04B0C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 3753/2017

SÚMULA: Concede Licença Paternidade a Servidor Público Municipal, e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando as Leis Municipais n.º 891/2008 e 1369/2016, conforme requerimento protocolado junto ao Departamento Pessoal;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Paternidade de 20 (vinte) dias ao Servidor Público Municipal, conforme segue:

Darlan de Almeida Bombazar, portador do RG 4.964.548-0, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico Administrativo, a partir de 09 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, aos 18 dias do mês de outubro de dois mil e dezessete.

ADROALDO HOFFELDER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:DD6B9762

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 03/2017 - REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, estiveram reunidos os conselheiros dos direitos do Idoso, com a finalidade de apreciar a seguinte pauta: a) Plano de Ação referente a Deliberação nº 001/2017 CEDI. A abertura da reunião deu-se pela presidente do Conselho Marli Galvan Orben, que

deu conhecimento a pauta do dia e justificou as ausências. A secretaria executiva explanou sobre a deliberação um dois mil e dezessete do conselho estadual do idoso que prevê a destinação de recurso fundo a fundo no valor de até cinquenta mil para a viabilização de projetos, programas e serviços voltados ao atendimento de pessoas idosas e encaminhados por órgãos governamentais. Os recursos serão utilizados para investimento em obras (reformas e reparos), que serão realizadas no centro de convivência, onde é executado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, sendo o total do valor do projeto será de quarenta e nove mil novecentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos, conforme projeto realizado pelo engenheiro civil. Assim foi apresentado todo o plano de ação e o projeto relativo ao recurso da deliberação, sendo que aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes. Nada mais havendo eu Caroline May Dal Molin, secretária executiva, lavrei presente ata a qual será digitada, que após lida e aprovada, vai por mim assinada, pela presidente e pelos conselheiros.

	Nome	Segmento	Assinatura
1	Eloise Aparecida Ribeiro	Conselheiro/Governo	
2	Cleonice Genuíno Vissoto	Conselheiro /Governo	
3	Marli Galvan Orben	Conselheiro /Governo	
4	Elizete Cavazin	Conselheiro /Governo	
5	Adriana Piano Rech	Conselheiro /Civil	
6	Lindomar Duarte	Conselheiro /Civil	
7	Ilgo Biandaro	Conselheiro /Civil	
8	Antonio Francisco Sichelero	Conselheiro /Civil	
	Caroline May Dal Molin	Secretaria executiva	

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:22934D1D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 004/2017

Súmula: Aprova Plano de Ação ao Incentivo financeiro estadual fundo a fundo para atuação no desenvolvimento de ações para implantação e/ou implementação de projetos, programas e/ou serviços de prevenção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa oriundos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e;
Considerando a deliberação da plenária realizada em 18 de outubro de 2017.

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar Plano de Ação ao Incentivo financeiro estadual fundo a fundo para atuação no desenvolvimento de ações para implantação e/ou implementação de projetos, programas e/ou serviços de prevenção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa oriundos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR/PR, no valor de R$ 49.997,85 (quarenta e nove mil novecentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Prata do Iguaçu, 18 de outubro de 2017.

MARLI GALVAN ORBEN
Presidente do CMDI

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:ADDD85BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº.84/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.8227/2017

A Pregoeira do Município de Palmeira torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, dia 10/11/2017, às 13h30min.
OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação sob demanda de empresa especializada para ministrar cursos de capacitação através da Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos do município. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do endereço eletrônico
www.palmeira.pr.gov.br/transparencia/ ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail:
licitacao.prefpalmeira@gmail.com.

18 de outubro de 2017 -

LEILIANE COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Leiliane Costa
Código Identificador:D909A5C2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº.85/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.8240/2017

A Pregoeira do Município de Palmeira torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, dia 14/11/2017, às 09h30min.
OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação sob demanda de empresa especializada que será responsável pela realização de viagem através da Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do endereço eletrônico
www.palmeira.pr.gov.br/transparencia/ ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail:
licitacao.prefpalmeira@gmail.com.

18 de outubro de 2017 -

LEILIANE COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Leiliane Costa
Código Identificador:CF4A75A3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº.62/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 6070/2017

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de alimentos especiais para distribuição, conforme prescrição médica, através da Secretaria de Saúde do Município.
A Pregoeira do Município de Palmeira torna público que o edital em epígrafe foi retificado. Notificamos que devido às alterações foi definida nova data para realização do certame que ocorrerá dia 09/11/2017, às 08h30min.
Os interessados poderão obter o edital retificado na íntegra através do endereço eletrônico

www.palmeira.pr.gov.br/transparencia/ ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail:
licitacao.prefpalmeira@gmail.com.

18 de outubro de 2017 -

LEILIANE COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Leiliane Costa
Código Identificador:013D1E0C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº.58/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5752/2017

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de peças para manutenção e restauração de equipamentos odontológicos através da Secretaria de Saúde do Município.
A Pregoeira do Município de Palmeira torna público que o edital em epígrafe foi retificado. Notificamos que devido às alterações foi definida nova data para realização do certame que ocorrerá dia 13/11/2017, às 09h30min.
Os interessados poderão obter o edital retificado na íntegra através do endereço eletrônico
www.palmeira.pr.gov.br/transparencia/ ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail:
licitacao.prefpalmeira@gmail.com.

18 de outubro de 2017 -

LEILIANE COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Leiliane Costa
Código Identificador:A1D5EEEB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº.49/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 3767/2017

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação sob demanda de empresa especializada para confecção e instalação de toldos através da Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos do Município.
A Pregoeira do Município de Palmeira torna público que o edital em epígrafe foi retificado. Notificamos que devido às alterações foi definida nova data para realização do certame que ocorrerá dia 13/11/2017, às 13h30min.
Os interessados poderão obter o edital retificado na íntegra através do endereço eletrônico
www.palmeira.pr.gov.br/transparencia/ ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail:
licitacao.prefpalmeira@gmail.com.

18 de outubro de 2017

LEILIANE COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Leiliane Costa
Código Identificador:A1A727ED

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 4.512 DE 18/10/2017 - CONCEDE PRÊMIO "CIDADE CLIMA DO BRASIL" AO SR. ROGÉRIO NOGAROLI.

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,
Lei:

ART. 1º - Fica concedido o Prêmio **"Cidade Clima do Brasil"**, ao Sr. Rogério Nogaroli, pelos relevantes serviços prestados à comunidade palmeirense.

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Viscondessa Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do Município, Estado do Paraná, em 18 de Outubro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrieli Ferreira Astord
Código Identificador:B78C8C93

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 795/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação asfáltica, drenagem e urbanização em ruas dos Bairros Wolla Bruginska e Vila Bolis no âmbito da Secretaria de Urbanismo do Município, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, cuja celebração foi autorizada pelo Processo Administrativo Nº. 6081/2017 e que se regerá pelo que dispõe da Concorrência Pública nº. 04/2016, e as Leis Federais 8.666/1993, com as alterações posteriores.
Empresa: SOTIL LTDA., CNPJ: 76.541.945/0001-82.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO VALOR: Fica acrescido ao referido contrato o valor de R$ 312.407,92 (trezentos e doze mil, quatrocentos e sete reais e noventa e dois centavos), passando a ter um Total de R$ 3.413.366,66 (três milhões, quatrocentos e treze mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).
CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Palmeira, 18 de Outubro de 2017.

Publique-se.

Publicado por:
Gilmar Antonio de Oliveira
Código Identificador:FB24352A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
RESOLUÇÃO Nº 17/2017 - APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E TERMO DE ADESÃO DA DELIBERAÇÃO N.º65/17 DO CEAS- BENEFÍCIOS EVENTUAIS.

O Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS – no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n. 3.657 de 25/04/2014:
CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 18/10/2017;
Resolve:

Art.1º - Aprovação do Plano de Ação e Termo de Adesão da Deliberação n.º65/17 do CEAS- Benefícios Eventuais no valor de R$ 9.000,00.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Palmeira, 18 de outubro de 2017.

ERHARDFRIESEN
Presidente
CMAS

Publicado por:
Andrieli Ferreira Astord
Código Identificador:44084092

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 11.612 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017 - DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Decreto nº 11.612 de 18 de outubro de 2017.

Dispõe sobre as atividades de encerramento do exercício financeiro de 2017 para os órgãos da Administração Pública Municipal.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIODE PALMEIRA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças voltadas para a responsabilidade fiscal;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO os fundamentos dos artigos 216 e 226 da Resolução nº 01, de 24 de janeiro de 2006, Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO as disposições da Instrução Normativa nº 129, de 28 de março de 2017, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar os procedimentos e estabelecer um cronograma de atividades e ações necessárias para o encerramento do exercício financeiro de 2017, com vistas ao atendimento da legislação vigente, decreta:

DECRETA:

Art. 1º. Os procedimentos de que trata este Decreto atendem às normas de Direito Financeiro previstas na legislação vigente e objetivam o cumprimento dos prazos legais estabelecidos para a elaboração e divulgação de demonstrativos contábeis consolidados, e propiciam a disponibilização de informações necessárias à prestação de contas anual do exercício financeiro de 2017.

Art. 2º. O cronograma de atividades e as datas a serem observadas na execução orçamentária, financeira e contábil estão definidos no Anexo I deste Decreto.
§ 1º: Para fins de cumprimento dos prazos e das normas estabelecidas neste Decreto, fica o Secretário de Finanças autorizado a proceder, quando necessário, mediante prévia comunicação, o bloqueio de funcionalidades dos Sistemas Informatizados envolvidos.
§ 2º: A não observância dos prazos dispostos no Anexo a que se refere o caput poderá implicar na responsabilidade dos servidores encarregados das informações, ensejando apuração de responsabilidade de ordem funcional nos termos da legislação vigente.

Art. 3º A partir da publicação deste Decreto e até a remessa da Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas do Estado são consideradas urgentes e prioritárias as atividades vinculadas à contabilidade, auditoria, apuração orçamentária e inventário em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
Art. 4º. Para fins de encerramento do exercício fica estabelecido, no Anexo I deste Decreto, o último dia para empenhamento de despesas de todos os órgãos e entidades da Administração Municipal, para todas as fontes de recursos.
§ 1º. Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo às despesas:
I – relativas à folha de pagamento e respectivas obrigações patronais;
II – classificáveis na função 28 – Encargos Especiais;
III – necessárias à aplicação mínima de recursos constitucionalmente vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e às Ações e Serviços Públicos de Saúde;
IV – custeadas com recursos recebidos oriundos de Transferências Voluntárias da União e do Estado bem como as suportadas com recursos provenientes de Operações de Crédito, com receita efetivamente arrecadada;
V – decorrentes de sentenças judiciais e respectivas custas, cujo pagamento tenha que ser efetuado até o final do exercício, na forma do art. 100 da Constituição da República;
VI – as descritas no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que expressamente autorizadas pelo Prefeito Municipal;
VII – as decorrentes de juros, encargos e amortização da dívida;
VIII – aquelas que, em caráter excepcional, forem expressamente autorizadas pelo Ordenador de Despesa, observado o disposto no inciso II do art. 50 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000.

Art. 5º. O saldo dos recursos financeiros decorrentes de repasses ao Poder Legislativo deverá ser devolvido ao Poder Executivo até a data estabelecida no Anexo I deste Decreto, assim como o Regime Próprio de Previdência Social também deverá devolver os valores correspondentes às sobras de taxa de administração não utilizadas ou não comprometidos no exercício financeiro.
Parágrafo único: Transcorrida a data prevista no *caput* deste artigo, sem que tenha havido a devolução dos saldos, a Contabilidade efetuará o registro da inscrição do repasse diferido.

Art. 6º. As ordens bancárias destinadas ao pagamento de despesas que devam se processar até o encerramento do exercício, independentemente da fonte de recurso, deverão ser emitidas até as 12 horas do dia 29.12.2017.

Art. 7º. Serão inscritas em Restos a Pagar as despesas legalmente empenhadas e liquidadas e
as despesas não liquidadas, até o limite do saldo das disponibilidades financeiras.
Parágrafo único. Em conformidade com o disposto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, e para efeitos de inscrição em restos a pagar processados, serão consideradas liquidadas, ainda que pendentes de apresentação dos documentos fiscais, as despesas de competência do exercício financeiro de 2017 relacionadas a:
I - tarifas e taxas referentes à utilização de serviços de água, esgoto, telefonia, acesso à internet, energia elétrica e serviços postais-telegráficos;
II - despesas lastreadas em contratos de duração continuada, cujo objeto, ou parcela deste seja cumprido e atestado pela Administração Municipal até 31 de dezembro, referentes a aluguéis, serviços em geral, consultorias, obras e instalações.

Art. 8º. Para fins de inscrição dos Restos a Pagar, o montante das disponibilidades financeiras corresponderá, para cada fonte de recurso, ao somatório do saldo das contas do Ativo Circulante – Subgrupo Disponível, deduzido do total do saldo das contas do Passivo Circulante, relativas a obrigações financeiras a pagar, apurados em 31 de dezembro de 2017.
Parágrafo Único. No cálculo das disponibilidades financeiras, serão considerados:
a) os valores registrados no Ativo Circulante, no grupo de contas relativas às transferências voluntárias da União ou Estado;
b) os valores relativos às parcelas de Operações de Crédito já contratadas e pendentes de liberação pela instituição financeira, necessários para assegurar o pagamento de empenhos já emitidos à conta desses recursos;
c) o repasse diferido de que trata o parágrafo único do art. 5º, deste Decreto.

Art. 9º. As despesas não-liquidadas e não-inscritas em Restos a Pagar por falta de disponibilidade de caixa terão seus empenhos cancelados,

devendo os respectivos valores serem evidenciados conforme o disposto no art. 55, III, "b", item "4", da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 10. É vedada a inscrição em Restos a Pagar Não-Processados de despesas empenhadas para atendimento de:
I - adiantamentos em geral;
II - diárias de viagem;
III - convênios de transferência de recursos;
IV - despesas de pessoal em geral, ativo e inativo, e respectivos encargos sociais;
V - auxílios e outros benefícios de natureza previdenciária ou assistencial;
VI - sentenças judiciais;
VII - indenizações e restituições de qualquer natureza;
VIII – contribuições ao PASEP.

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Finanças, observadas as disposições anteriores, decidir e indicar por escrito ao Setor de Contabilidade, no prazo estabelecido no Anexo I deste Decreto, as inscrições em restos a pagar processados e não processados, bem como os casos de prescrição, anulação ou cancelamento de empenhos.

Art. 12. Até o final do exercício financeiro, o responsável pela tesouraria deverá levantar, nas instituições financeiras que operam com o Município, todas as contas bancárias ativas e inativas vinculadas ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) administrado pelo Município, para fins de verificação e conciliação dos registros contábeis e para que se proceda à solicitação de encerramento das contas bancárias em desuso.
§ 1º. Todos os recursos existentes nas contas bancárias apuradas a partir do levantamento de que trata o *caput* deste artigo deverão estar devidamente contabilizados, inclusive os recursos de terceiros que, transitoriamente, estejam em poder do Município.
§2º. Os recursos ingressados nas contas bancárias, cuja origem for desconhecida, de forma a impedir a correta classificação da receita, deverão ser registrados na conta contábil 4.9.1.0.1.00.00.00 - VPA a Classificar - Consolidação, até sua devida regularização.

Art. 13. Para fins de observância do regime de competência, bem como a observância do item 5 da NBC T 16.10, aprovada pela Resolução nº 1.137/2008, do Conselho Federal de Contabilidade, os rendimentos de aplicações financeiras do exercício financeiro de 2017, cujo valor somente possa ser conhecido após 31 de dezembro, poderão, excepcionalmente, ser registrados como receita orçamentária daquele exercício, até o dia 05 de janeiro de 2018.

Art. 14. Compete aos responsáveis pelos serviços contábeis dos órgãos e das entidades da administração pública municipal realizarem a conciliação de todas as contas bancárias sob sua responsabilidade, até o encerramento do exercício.
§1º. Os valores a conciliar nas contas contábeis deverão ser corrigidos até o encerramento do exercício.
§2º. No caso de registros contábeis cuja efetivação bancária ocorra apenas após o encerramento do exercício, os mesmos devem ser registrados em conciliação bancária com histórico e data de regularização.

Art. 15. Para fins de fechamento do Balanço Anual, o Departamento de Patrimônio e Almoxarifado, designado para proceder o inventário dos bens permanentes existentes sob guarda ou responsabilidade do Município, como também dos bens de consumo e permanentes existentes no almoxarifado, deverá entregar o levantamento efetuado até a data definida no Anexo I deste Decreto.

Art. 16. Deverá ser entregue à Controladoria Geral do Município, a cópia da ata do inventário de bens bem como as Declarações de Regularidade dos Inventários dos Bens em Almoxarifado e do Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis, firmada pelos membros da
comissão de que trata o art. 15 deste Decreto e pelo ordenador de despesas.
Parágrafo único. Se na conclusão do inventário forem constatadas inconsistências ou irregularidades que venham a impossibilitar a emissão das Declarações de que trata o *caput* deste artigo, estas deverão ser elencadas e justificadas na respectiva ata.

Art. 17. Para fins de apuração do superávit financeiro, ou insuficiência financeira, o saldo das disponibilidades deverá ser desdobrado por fonte de recurso, confrontadas com as respectivas obrigações, também por fonte de recurso.

Art. 18. As disponibilidades por fontes de recursos decorrentes de cancelamentos de "Restos a Pagar" e de outros passivos financeiros não reverterão à conta de superávit financeiro no mesmo exercício do cancelamento, salvo quando comprovada a ocorrência de eventos subsequentes ao encerramento do balanço que justifiquem a revisão da apuração do superávit financeiro.

Art. 19. Após o término do exercício, podem ser pagas por dotações para Despesas de Exercícios Anteriores, quando devidamente reconhecidas pela autoridade competente e obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica, as seguintes despesas:
I – não processadas em época própria, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las;
II – de "Restos a Pagar" com prescrição interrompida; e
III – relativas a compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.
§ 1º. Os empenhos e os pagamentos à conta de Despesas de Exercícios Anteriores somente podem ser realizados quando houver processo protocolizado e autuado no órgão ou na entidade, contendo os seguintes elementos:
I – reconhecimento expresso da dívida pela autoridade competente;
II – manifestação fundamentada da consultoria jurídica do órgão ou da entidade quanto à possibilidade e legalidade da realização do pagamento reclamado, além da análise quanto à ocorrência ou não de prescrição em favor da administração municipal, nos termos do Decreto Federal nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, e do Decreto-Lei Federal nº 4.597, de 19 de agosto de 1942; e
III – autorização expressa da autoridade competente para que se efetue o empenho e o pagamento da dívida à conta de Despesas de Exercícios Anteriores.
§ 2º. O processo de que trata o § 1º deste artigo deverá ficar arquivado no órgão ou na entidade, à disposição dos órgãos de controle interno e externo.
§ 3º. Na realização de empenhos para pagamentos de Despesas de Exercícios Anteriores, devem ser observados, além das disponibilidades orçamentárias, os limites financeiros impostos por decreto de programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso vigente.

Art. 20. A inscrição de Restos a Pagar em desacordo com as disposições deste Decreto, quando comprovada a má fé, pode ensejar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra quem lhe der causa.

Art. 21. Fica delegada à Secretaria Municipal de Finanças competência para edição de normas complementares que julgar necessárias ao fiel cumprimento deste Decreto.
Parágrafo único. Também fica delegada competência ao órgão mencionado no *caput* deste artigo competência para decidir sobre os casos não contemplados neste Decreto, que sobre eles emitirá parecer.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Viscondessa - Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de Outubro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito

Anexo I
Cronograma de Atividades

Atividade	Data Final
Data limite para encaminhamento de pedido de créditos adicionais ao orçamento vigente.	30.11.2017
Data limite para emissão de nota de empenho.	30.11.2017

Data limite para encaminhamento de solicitações de compras.	07.12.2017
Data limite para o Setor de Contabilidade registrar as inscrições em restos a pagar processados e não processados, bem como os casos de prescrição, anulação ou cancelamento de empenhos.	15.12.2017
Data limite para entrega de documentos fiscais referentes a recebimento de mercadorias e serviços.	18.12.2017
Data limite para entrega pelo Departamento de Patrimônio e Almoxarifado, das atas de encerramento dos inventários de bens e valores, evidenciando eventuais diferenças e as respectivas providências adotadas.	18.12.2017
Data limite para que as Secretarias Municipais encaminhem para liquidação as notas de despesas com combustível.	20.12.2017
Data limite para a emissão de ordens bancárias destinadas ao pagamento de despesas que devam se processar até o encerramento do exercício, independentemente da fonte de recurso.	29.12.2017
Data limite para a Tesouraria encerrar nas Instituições Financeiras todas as contas bancárias sem movimentação, sem saldo financeiro e inativas por no mínimo dois (02) anos, exceto as contas de convênios e programas ativos.	29.12.2017
Data limite para a Tesouraria encerrar as correções necessárias para o fechamento das conciliações bancárias do exercício de 2017.	29.12.2017
Data limite para que o Poder Legislativo devolva ao Poder Executivo os valores correspondentes às sobras de repasses não utilizados ou não comprometidos no exercício financeiro.	29.12.2017
Data limite para que o Regime Próprio de Previdência Social devolva ao Poder Executivo os valores correspondentes às sobras da taxa de administração não utilizadas ou não comprometidas no exercício financeiro.	29.12.2017
Data limite para lançamentos de liquidação da despesa.	29.12.2017
Data limite para a disponibilização do Orçamento de 2018 no sistema para fins de registro dos atos e fatos relacionados à execução orçamentária da receita e da despesa.	02.01.2018
Data limite para a Tesouraria informar à contabilidade, a relação das contas bancárias encerradas nas Instituições Financeiras que ainda constam no Sistema de informática, para sua desativação.	05.01.2018
Data Limite para a Tesouraria encerrar os registros contábeis da receita referentes à Dezembro/2017	05.01.2018
Data limite para que o Setor de Arrecadação encaminhe ao Setor de Contabilidade:	08.01.2018
a) os valores a serem inscritos na dívida ativa tributária e não tributária do exercício de 2017, detalhados por tributo e/ou crédito;	
b) a posição final do estoque da divida ativa em 31 de dezembro de 2017, detalhado por tributo e/ou crédito;	
c) relação das baixas da dívida ativa ocorridas no exercício de 2017, segregadas da seguinte forma: baixas pelo recebimento; baixas pelos abatimentos ou anistias previstas legalmente; baixas pelo cancelamento administrativo ou judicial da inscrição; baixas por prescrição, baixas por dação em pagamento e/ou adjudicação; e outras baixas eventualmente lançadas.	
d) ofício informando o desempenho da arrecadação em relação à previsão de todos os tributos da competência do Município, destacando as providências adotadas para efeito de fiscalização das receitas e de combate à sonegação, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições e as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, nos termos do art. 13 e 58, da Lei Complementar n°101/2000;	
Data limite para a Tesouraria levantar, junto às Instituições Financeiras, a relação de contas bancárias, inclusive as de aplicação e poupança, com seus respectivos saldos, em 31/12/2017 e proceder, se necessário, a compatibilização com o sistema de cadastro de contas bancárias do setor de Contabilidade.	10.01.2018
Data limite para a Tesouraria encerrar as conciliações bancárias referentes à Dezembro/2017.	12.01.2018
Data limite para apuração do resultado do exercício financeiro de 2017, a partir da qual o sistema estará desabilitado para qualquer registro contábil relativo ao exercício encerrado.	25.01.2018
Data limite para a Controladoria Geral do Município enviar ao Prefeito Municipal, para conhecimento, a manifestação conclusiva do Controle Interno contendo as informações relativas ao encerramento do exercício financeiro de 2017.	28.02.2018
Data limite para a Controladoria Geral do Município encaminhar ao Prefeito Municipal o relatório circunstanciado do Prefeito sobre sua gestão, contendo informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS e, ainda, sobre a Receita Corrente Líquida e o Índice da Despesa com Pessoal.	28.02.2018
Data limite para o envio de dados ao SIM AM contendo as informações relativas ao encerramento do exercício financeiro de 2017.	15.03.2018
Data limite para o Setor de Contabilidade emitir as demonstrações contábeis da Administração Direta e as demonstrações contábeis consolidadas do exercício financeiro de 2017, compreendendo os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, a demonstração das variações patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa.	20.03.2018
Data limite para encaminhamento, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, da Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2017.	30.03.2018

Publicado por:
Angela Renata Brunosky Covalski
Código Identificador:A5184A12

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 11.613 DE 18/10/2017 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 214.521,01.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº. 4.511 de 11/10/2017.

Decreta:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 214.521,01 (duzentos e quatorze mil, quinhentos e vinte e um reais e um centavo), destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

Suplementação
16.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Relações Públicas - SMCPT
16.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Cultura, Patrimônio Histórico e Turismo
16.001.13.392.0031.6.164. Eventos, festividades e desenvolvimento da política cultural
552 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$ 122.000,00
16.002.00.000.0000.0.000. Departamento de Relações Públicas
16.002.04.122.0011.2.224. Pagamento de salários e encargos sociais
553 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$ 14.000,00
554 - 3.1.90.13.00.00 000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$ 4.000,00
555 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$ 3.000,00
16.002.04.131.0011.2.084. Manutenção das atividades do Departamento de Relações Públicas
560 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$ 71.521,01
Total Suplementação: R$ 214.521,01

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o cancelamento de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução
16.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Relações Públicas - SMCPT
16.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Cultura, Patrimônio Histórico e Turismo
16.001.04.122.0031.2.244. Manutenção das atividades do Departamento de Cultura, Patrimônio
Histórico e Turismo
540 - 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO R$ 52.000,00
543 - 4.4.90.52.00.00 000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 1.521,01
16.001.04.123.0031.2.245. Pagamento de salários e encargos sociais
544 - 3.1.90.11.00.00 000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$ 154.000,00
545 - 3.1.90.13.00.00 000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$ 4.000,00
16.002.00.000.0000.0.000. Departamento de Relações Públicas
16.002.04.122.0011.2.224. Pagamento de salários e encargos sociais
577 - 3.1.91.13.00.00 000 OBRIGAÇÕES PATRONAS R$ 3.000,00
Total Redução: R$ 214.521,01

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Viscondessa Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de outubro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrieli Ferreira Astord
Código Identificador:D9F331B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PORTARIA Nº 13.600 DE 18/10/2017 - ADIANTAMENTO À SERVIDORA MARIA CAROLINA DE GOES.

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8754/2017 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, alterado pela Lei nº 4.271 de 15/12/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art.1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 05 (cinco) dias, a contar do retorno da servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art.2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação:
06.002.04.123.0007.2078.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1000

SERVIDORA	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Maria Carolina de Goes	*099.423.899-11*	*R$ 80,00*

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Palácio da Viscondessa, Querubina Rosa Marcondes de Sá, Sede do Município, Estado do Paraná, em 18 de Outubro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrieli Ferreira Astord
Código Identificador:C0A301CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PORTARIA Nº 13.601 DE 18/10/2017 - ADIANTAMENTO AO SERVIDOR DIEGO RODRIGUES CAMARGO.

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8755/2017 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, alterado pela Lei nº 4.271 de 15/12/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art.1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 05 (cinco) dias, a contar do retorno do servidoro abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art.2º - Fica o servidoro tomadoro do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação:
06.002.04.123.0007.2078.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1000

SERVIDORA	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Diego Rodrigues Camargo	*036.572.909-40*	*R$ 80,00*

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Palácio da Viscondessa, Querubina Rosa Marcondes de Sá, Sede do Município, Estado do Paraná, em 18 de Outubro de 2017.

EDIR HAVRECHAKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrieli Ferreira Astord
Código Identificador:6A27C8F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE UVA DE PALMEIRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO:

Nos termos do Estatuto Social da "Associação de Produtores de UVA de Palmeira", em seu Artigo 24º, de conformidade com o Processo nº 8784/2017, protocolado em 18/10/2017, através de seu presidente Altair Rupel, **CONVOCAMOS** os Senhores Associados, a participarem da "Assembleia Geral", que tem como pauta a ELEIÇÃO da nova diretoria, Exercício 2017 a 2019.

- A eleição acontecerá na mesma data, local e horário da Assembleia.

LOCAL: Secretaria Municipal de Agricultura de Palmeira-PR – Situada no antigo prédio do Centro Social Urbano, ao lado do Ginásio Municipal de Esportes.

DATA da Assembleia: 27/10/2017 .

HORÁRIO:
*1ª chamada: 09:00 horas.
*2ª chamada: 09 horas e 30 minutos.
*3ª chamada, com qualquer número de sócios às 10:00 horas.

Município de Palmeira-PR, em 18 de Outubro de 2017.

ALTAIR RUPEL
Presidente da Associação de Produtores de Uva de Palmeira

Publique-se.

Publicado por:
Gilmar Antonio de Oliveira
Código Identificador:CB4845BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
ERRATA A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO 135/2017 ONDE SE LÊ PARANAGUÁ 11 DE OUTUBRO DE 2017 LEIA-SE PARANAGUÁ 16 DE OUTUBRO DE 2017

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2017
DISPENSA 16/2017

Contratante:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná
Contratada:	Ypacarai Taxímetros Ltda-ME
Cnpj:	05.025.691/0001-00
Objeto:	Locação de equipamento DataRuv (controlador de trafego), incluindo: instalação, troca de equipamento, desinstalação, hospedagem segura dos dados, manutenção, acesso a software de apresentação SoftuRUV, suporte técnico e treinamento...
Justificativa:	Conforme preceitua termos vigentes da Lei 8.666/93
Dotação orçamentária:	01.002.10.302.0902.2002.3.3.90.9 0.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ
Valor da contratação:	R$ 7.140,00 (sete mil cento e quarenta reais)
Prazo:	12 (doze) meses
Foro:	Comarca de Paranaguá-PR
Data de Ratificação:	10/10/2017

Paranaguá, 11 de outubro de 2017.

ADEMAR GONÇALVES DA SILVA
Diretora Executiva

Publicado por:
Ademar Gonçalves da Silva
Código Identificador:174DF37B

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA 116 - DIÁRIAS

PORTARIA Nº 116 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

A **DIRETORA PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 053/2006 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 211 de 13 de Fevereiro de 2017 e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463 de 01 de junho de 2015 e Decreto nº 4262 de 22 de Dezembro de 2016.

RESOLVE:

I –Sob conhecimento da **Diretoria de Administração e Finanças**, nomeada através do Decreto 095 de 05 de Janeiro de 2017, **Conceder**, diárias aos servidores abaixo relacionados para atender as despesas da viagem com destino a CURITIBA-PR, com saída no dia 23 de Outubro e retorno no dia 25 de Outubro do corrente ano, para participar do Curso: "Preparação para Certificação – CPA-10", promovido pela APEPREV – Assoc. Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios.

Servidor: Adriana M. Rodrigues, **CPF:** 026.599.499-30, **Cargo:** Assessora de Gabinete, **número de diárias:** 02, **UFM**: 288, **Valor UFM:** 2,8907, **Valor da diária:** R$ 832,52.

Servidor: Luciana Camargo Franco, **CPF:** 021.892.689-82, **Cargo:** Contadora , **número de diárias:** 02, **UFM**: 224, **Valor UFM:** 2,8907, **Valor da diária:** R$ 647,55.

Servidor: Maurício P. Coutinho, **CPF:** 885.818.709-10, **Cargo:** Conselheiro, **número de diárias:** 02, **UFM**: 224, **Valor UFM:** 2,8907, **Valor da diária:** R$ 647,55.

II – Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Paranaguá, em 18 de Outubro de 2017.

SIDNEI FRANÇA DOS SANTOS
Diretor de Administração e Finanças

ADRIANA MAIA ALBINI
Diretora Presidente

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:C1305774

SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO E ALMOXARIFADO CENTRAL
AVISO DE REABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO N° 060/2017 REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2017

Contratação de Empresa para a Aquisição de Produtos Especiais para Atendimento de Pacientes com Lesões de Pele, Contemplando Treinamento Técnico e Científico de Utilização.
A Prefeitura do Município de Paranaguá torna público para conhecimento dos interessados, a reabertura do Pregão Eletrônico nº 060/2017 Registro de Preços nº 046/2017, a sessão pública fica REMARCADA para o dia 07/11/2017 às 09:00 horas, horário de Brasília. Informamos que não houve alteração no Edital de Licitação. Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pelo Pregoeiro, Rua Júlia da Costa, 322, Centro, no horário das 11:30 às 17:30h ou pelo telefone nº (41) 3420-6003.

PARANAGUÁ, 18 DE OUTUBRO DE 2017

RONALD SILVA GONÇALVES
Pregoeiro

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva
Código Identificador:15FE54C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO E ALMOXARIFADO CENTRAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2017

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Homologa o Julgamento, proferido pelo Pregoeiro, do Processo Licitatório: Pregão Presencial nº 034/2017, dando outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento de PARANAGUÁ – PR, no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto Municipal nº 214/2017;

R E S O L V E:

I. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro, nomeado pelo Decreto 202/2017, sobre o Processo Licitatório Pregão Presencial nº 034/2017, que tem por objeto: "Contratação de empresa especializada em fornecer Serviços Contínuos de Telecomunicações em 100 % de Fibra Óptica até a última milha com Link dedicado, simétrico e com 100% de Garantia de Banda, com total de 200Mbps, garantia de serviço com SLA, tráfego ilimitado, sem restrições de portas, com 16 IPs fixos e válidos, sendo 01(um) para o endereço de rede, 01(um) para o endereço de Broadcast e 01(um) para o endereço do Gateway, liberação de DNS reverso, para transmissão de Dados, Voz e Imagem, por meio de Rede IP Multisserviços com tecnologia MPLS que permita a comunicação de Longa Distância entre a Rede da Prefeitura de Paranaguá e as Secretarias, Fundações, Autarquias e Órgãos Municipais, abrangendo Implantação, Configuração e Manutenção, com o Fornecimento de Materiais e Instalação, para atender ao Município de Paranaguá, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos e, em conformidade com a autorização contida nos autos do Processo nº 7881/2017.

II. Adjudico o lote do referido objeto à Licitante Vencedora: – **Empresa: COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CNPJ/MF sob o nº 40.432.544/0001-47.**

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

Paranaguá, 17 de Outubro de 2017.

ODAIR JOSÉ PEREIRA
Secretário Mun. de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva
Código Identificador:ED79C513

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DECRETO Nº 514

"Renova a concessão de Declaração de Utilidade Pública da entidade denominada Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e Assistência Social."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos da Lei Municipal nº 2.711, de 15 de agosto de 2006, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 3.434, de 03 de dezembro de 2014, e no protocolado sob nº 6.864/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a declaração de utilidade pública municipal, concedida através do Decreto Municipal nº 3.787, de 15 de junho de 2016, à entidade denominada "Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e Assistência Social (Escola Adventista de Paranaguá)", inscrita no CNPJ sob o nº 76.726.884/0026-86, com sede neste Município.

Art. 2º A presente renovação tem validade por 12 (doze) meses a contar da data da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 17 de outubro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSÉ PEREIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:E7CE10F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 306

“Designa a servidora Emanuelle Cristyne Rueda Alves para a função gratificada que especifica.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as Leis Complementares n.ºs 192 e 197/2016,

RESOLVE:

I - Designar **EMANUELLE CRISTYNE RUEDA ALVES**, matrícula: 6.638, para exercer a função de Supervisor Pedagógico, símbolo FG-2, da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, a partir de 03 de outubro de 2.017.

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 16 de outubro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSE PEREIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:78784F30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 307

“Convalida a exoneração do candidato Gilmar Araújo, aprovado no Concurso Público nº 001/2012, pelo não comparecimento dentro do prazo legal.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que preceitua o artigo 15 da Lei Complementar nº 046/2006, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 13.322/2017 e,

CONSIDERANDO o teor da Instrução nº 8.606/2017 expedida pela TCE/PR, referente ao protocolo 50.2116/2016-TC-PR, que encaminha documentação de pessoal admitido pelo Concurso Público nº 001/2012, apontando questionamentos acerca dos candidatos aprovados e nomeados que não foram efetivados e nem exonerados;

CONSIDERANDO que foi realizado levantamento das informações, sendo constatado que o candidato nomeado não tomou posse do cargo efetivo dentro do prazo legal, estabelecido pelo art. 15 da Lei Complementar nº 046/2006, e que os procedimentos administrativos não foram encontrados, estando em local incerto e não sabido, impossibilitando a elaboração do ato exoneratório deste à época;

CONSIDERANDO que este lapso de informações deixou de ser sanado em tempo hábil pela Administração Municipal, e que tal medida não acarreta prejuízos administrativos ou a terceiros, visto a necessidade de apresentação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ato comprobatório corrigindo as distorções apontadas;

RESOLVE:

I - Convalidar a exoneração do candidato **GILMAR ARAÚJO**, aprovado no Concurso Público nº 001/2012, na ordem de classificação nº 01, inscrição nº 825552, para o cargo de Analista de Sistema, Grupo "H", Nível "N01", convocado pela Portaria nº 2.180, de 06 de dezembro de 2.012, face o não comparecimento dentro do prazo estipulado, conforme o artigo 15 da Lei Complementar Municipal nº 046/2006.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 18 de outubro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

ODAIR JOSE PEREIRA
Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
José Marcelo Coelho
Código Identificador:2705CA8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 591/2017 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 207 de 13 de fevereiro de 2017 e de acordo com os artigos 61 e 91 da Lei Complementar nº 046 de 11 de maio de 2006(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá) e tendo em vista o contido no protocolado nº: 14603/2017.

RESOLVE:

I - **Conceder,** ao servidor WILLIAN CARDOSO, matrícula 7868-3, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria de Governo Municipal, averbação de contratos anteriores,por tempo de serviço, considerado como de efetivo exercício, de 05 (cinco) anos, 08 (oito) meses e 07 (sete) dias, de serviços prestados anteriormente.

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Paranaguá, Palácio “São José” em 11 de outubro de 2017.

ODAIR JOSÉ PEREIRA
Secretário Municipal de Administração Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
Sirlei de Assis
Código Identificador:EB19B5EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 594/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 207 de 13 de fevereiro de 2017, e no que dispõe o art. 124 da Lei Complementar nº 046/2006(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), modificado pela Lei Complementar nº 073/2007, e tendo em vista o contido no protocolado nº: 31681/2017.

RESOLVE:

I – **Conceder,** licença maternidade 180 (cento e oitenta) dias a servidora, abaixo especificada:

MAT.	NOME	CARGO	PERÍODO	
12379-1	JANAINA DA SILVA PINTO MOREIRA	PROFESSOR DE 1ª a 4ª SERIE	05/10/2017	02/04/2018

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Paranaguá, Palácio "São José" em 17 de outubro de 2017.

ODAIR JOSÉ PEREIRA
Secretário Municipal de Administração Recursos Humanos e Abastecimento

Publicado por:
Sirlei de Assis
Código Identificador:F0E8D43A

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02/2017 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 08/2017 CONTRATAÇÃO

Processo Seletivo Público 02/2017

Edital de Convocação 08/2017 Contratação

O Município de Paranaguá – PR, através da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, em conformidade com o item 5 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Público 02/2017, resolve:
TORNAR PÚBLICA a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Público 02/2017, de acordo com o cargo e nomes relacionados no quadro abaixo, para apresentação dos documentos exigidos no item 5.4 do edital de abertura, para fins de CONTRATAÇÃO, respeitado o número de vagas disponíveis no quadro de cargos do Município, no local, data e horários indicados:

CARGO: AUXILIAR DE LABORATÓRIO

INSCRIÇÃO	NOME
243	VANESSA FRANÇA DA SILVA
354	KETHLEEN DA SILVA CRUZ

CARGO: FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO

INSCRIÇÃO	NOME
976	VANESSA DANIELLE MENJON MULLER
766	JOELSON ARISI

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Vagas ampla concorrência)

INSCRIÇÃO	NOME
1123	HELLEN ANDRESSA REBICHE PEDRO
65	JUCELIA ALVES DA COSTA
1091	ADRIANA MENDES PEREIRA
460	BERNADETE ALVES
535	MARIA ROSANGELA DA SILVA

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Vagas afrodescendentes/índios)

INSCRIÇÃO	NOME
151	DANIELLE GALDINO DA SILVA CARDOSO

Data: **17/10/2017 à 23/10/2017**
Local: **Sede da Secretaria Municipal de Recursos Humanos**
Endereço: **Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro CEP 83203-060 Paranaguá – Paraná**
Horário: **Das 14h às 17h.**

Paranaguá, 16 de outubro de 2017.

ODAIR JOSÉ PEREIRA
Secretário Municipal de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucia Voi
Código Identificador:8E8B72F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS EDITAL Nº 04.05/2017 – HORÁRIO E LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA EDITAL DE ABERTURA Nº 04/2017 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O Município de Paranaguá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, **TORNA PÚBLICO** o **Edital de Horário e Local de Realização da Prova Objetiva**, do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2017, destinado a selecionar candidatos para provimento por prazo determinado em cargos do quadro de pessoal da Administração Municipal para atuação na Secretaria Municipal de Saúde, nos seguintes termos:
Art. 1º Para os cargos descritos na TABELA 01, a prova objetiva será realizada na data de **29/10/2017 (DOMINGO),** no período da **MANHÃ.**
TABELA 01 – RELAÇÃO DOS CARGOS QUE REALIZARÃO A PROVA NO PERÍODO DA MANHÃ

HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES	HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES
7h (Horário de Brasília)	7h45min (Horário de Brasília)
CARGOS	PERÍODO
Agente Comunitário de Saúde	Manhã
Dentista	Manhã
Enfermeiro ESF	Manhã
Fisioterapeuta	Manhã
Médico ESF	Manhã
Supervisor ESF	Manhã

Art. 2º Para os cargos descritos na TABELA 02, a prova objetiva será realizada na data de **29/10/2017 (DOMINGO**), no período da **TARDE**.

HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES	HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES
13h (Horário de Brasília)	13h45min (Horário de Brasília)
CARGOS	PERÍODO
Agente de Endemias	Tarde
Auxiliar de Consultório Dentário	Tarde
Técnico de Enfermagem ESF	Tarde

Art. 3º É responsabilidade exclusiva do candidato verificar nas **TABELAS 01** e **02** o período de realização da prova objetiva para o cargo que está inscrito e deferido. O candidato somente poderá realizar a prova no período disposto nas tabelas acima.
I – para os cargos descritos na **Tabela 01**, a prova objetiva será realizada no período da **MANHÃ** e o portão de acesso ao local das provas será aberto às **7h e fechado impreterivelmente às 7h45min,** observado o horário oficial de Brasília-DF**. NÃO SERÃO TOLERADOS ATRASOS.**
II – para os cargos descritos na **Tabela 02**, a prova objetiva será realizada no período da **TARDE** e o portão de acesso ao local das provas será aberto às **13h e fechado impreterivelmente às 13h45min**, observado o horário oficial de Brasília. **NÃO SERÃO TOLERADOS ATRASOS**.
III – O início das provas em cada período está previsto para 15 (quinze) minutos após o fechamento dos portões de acesso, observado o horário oficial de Brasília, e terá a duração de 3 (três) horas, incluído o tempo de marcação na folha de respostas.
Art. 4º Para conhecer o local de realização da prova objetiva, o candidato deverá consultar e imprimir o **CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO** que estará disponível no endereço eletrônico
www.fundacaofafipa.org.br/concurso a partir do dia **16/10/2017**. A identificação do local de realização da prova é de responsabilidade exclusiva do candidato, não podendo o mesmo realizar a prova em desconformidade com as disposições estabelecidas neste Edital.
Art. 5º O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de **45 (quarenta e cinco)** minutos do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização da prova, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material

transparente, seu **DOCUMENTO ORIGINAL OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO e o CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO** impresso através do endereço eletrônico
www.fundacaofafipa.org.br/concurso no link: **CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO**.
Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Paranaguá, 16 de outubro de 2017.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito do Município de Paranaguá

Publicado por:
Lucia Voi
Código Identificador:68EAFD59

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 280/2017

277450 PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 619/2016 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À SUMTRAN ATÉ 07/12/2017, O QUAL SERÁ REMETIDO À JARI PARA JULGAMENTO.

PLACA VEÍCULO	AUTO DE INFRAÇÃO	DATA INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INFRAÇÃO	VALOR INFRAÇÃO
ABJ7322	277450P000191040	31/07/2017	55411	R$ 195.23
ACA6011	277450P000199602	08/08/2017	55412	R$ 195.23
ADU0114	277450P000199071	12/08/2017	76252	R$ 293.47
AEZ8088	277450P000287333	14/08/2017	73662	R$ 130.16
AHE0401	277450P000287326	14/08/2017	51851	R$ 195.23
AHR1416	277450P000286846	14/08/2017	51851	R$ 195.23
AIS9135	277450P000287329	14/08/2017	51851	R$ 195.23
ALE0488	277450P000287330	14/08/2017	51851	R$ 195.23
ALW1021	277450P000188784	09/08/2017	54790	R$ 130.16
AMB4649	277450NIC0025357	17/10/2017	50020	R$ 195.23
AMU3568	277450P000197629	07/08/2017	55412	R$ 195.23
ANE5144	277450P000286849	14/08/2017	51851	R$ 195.23
AOA8771	277450P000198134	08/08/2017	55412	R$ 195.23
AOA8771	277450P000198298	08/08/2017	55412	R$ 195.23
APP7494	277450P000199604	08/08/2017	55412	R$ 195.23
AQT3840	277450P000199155	14/08/2017	55412	R$ 195.23
ARG1805	277450P000199210	08/08/2017	55412	R$ 195.23
ARO1209	277450P000286848	14/08/2017	76332	R$ 293.47
ARZ9427	277450P000286164	09/08/2017	54790	R$ 130.16
ASJ1756	277450P000199073	14/08/2017	58191	R$ 880.41
ATM1293	277450P000198296	08/08/2017	55412	R$ 195.23
AUG4561	277450P000287331	14/08/2017	51851	R$ 195.23
AUS7541	277450P000199603	08/08/2017	55412	R$ 195.23
AUU3266	277450NIC0025365	17/10/2017	50020	R$ 195.23
AUW0315	277450P000199068	11/08/2017	55414	R$ 195.23
AVA6344	277450P000286845	14/08/2017	61300	R$ 293.47
AVP1353	277450P000199308	08/08/2017	55412	R$ 195.23
AVU7295	277450P000286847	14/08/2017	51851	R$ 195.23
AVW8082	277450P000199072	14/08/2017	55413	R$ 195.23
AWD1545	277450P000183697	08/08/2017	60501	R$ 293.47
AWJ3019	277450P000198596	08/08/2017	55412	R$ 195.23
AWP4420	277450P000199307	08/08/2017	55412	R$ 195.23
AWR7950	277450P000197632	08/08/2017	55412	R$ 195.23
AWV1029	277450P000198786	11/08/2017	55412	R$ 195.23
AWV6790	277450P000286850	14/08/2017	51851	R$ 195.23
AYH5449	277450P000197631	08/08/2017	55412	R$ 195.23
AYT0509	277450P000197628	07/08/2017	55412	R$ 195.23
AYZ1646	277450P000198842	08/08/2017	55412	R$ 195.23
AYZ2696	277450P000197633	08/08/2017	55412	R$ 195.23
AZE6647	277450P000195538	14/08/2017	76252	R$ 293.47
AZI7960	277450P000199605	08/08/2017	55412	R$ 195.23
BAB1782	277450P000198841	08/08/2017	55412	R$ 195.23
BAC1702	277450P000198135	08/08/2017	55412	R$ 195.23
BAG2172	277450P000198133	08/08/2017	55412	R$ 195.23
BAO2486	277450P000147358	10/08/2017	60501	R$ 293.47
BAQ9821	277450P000198844	08/08/2017	55412	R$ 195.23
BAV1903	277450NIC0025359	17/10/2017	50020	R$ 195.23
BAV4732	277450NIC0025364	17/10/2017	50020	R$ 293.47
BAZ3876	277450P000199309	08/08/2017	55412	R$ 195.23
BAZ8299	277450NIC0025362	17/10/2017	50020	R$ 195.23
BEC8684	277450P000198790	14/08/2017	55412	R$ 195.23
BEM7109	277450P000199351	08/08/2017	55412	R$ 195.23
BOI7674	277450P000287327	14/08/2017	73662	R$ 130.16
CLM7753	277450P000198787	11/08/2017	76251	R$ 293.47
CPN2206	277450P000187969	11/08/2017	54521	R$ 195.23
EKP5365	277450NIC0025363	17/10/2017	50020	R$ 195.23
ESD0200	277450P000198650	08/08/2017	55412	R$ 195.23
FEU0773	277450P000198843	08/08/2017	55412	R$ 195.23
FVJ3491	277450P000193681	14/08/2017	76252	R$ 293.47
GJL9955	277450P000147357	10/08/2017	60501	R$ 293.47
HBN8127	277450P000187970	11/08/2017	54521	R$ 195.23
HHR9876	277450P000199601	07/08/2017	55412	R$ 195.23
HIC4274	277450P000287328	14/08/2017	51851	R$ 195.23
HIH8750	277450P000197630	08/08/2017	55412	R$ 195.23
HRP2692	277450P000286161	29/07/2017	53800	R$ 130.16
ILW2160	277450P000188785	09/08/2017	54790	R$ 130.16
INU3508	277450P000199211	08/08/2017	55412	R$ 195.23
MAX1847	277450P000198297	08/08/2017	55412	R$ 195.23
MAX8285	277450P000199069	12/08/2017	55414	R$ 195.23
MCS2385	277450P000199067	10/08/2017	60412	R$ 195.23
MFG6208	277450P000198295	08/08/2017	55412	R$ 195.23
MHF5448	277450NIC0025356	17/10/2017	50020	R$ 195.23
MIE2651	277450P000197634	08/08/2017	55412	R$ 195.23
OVJ4624	277450NIC0025358	17/10/2017	50020	R$ 195.23
OXD8794	277450P000198789	12/08/2017	57380	R$ 293.47
PYG2897	277450NIC0025361	17/10/2017	50020	R$ 195.23
PZF1878	277450P000286305	09/08/2017	73662	R$ 130.16
PZM1751	277450NIC0025367	17/10/2017	50020	R$ 293.47
PZM1751	277450NIC0025360	17/10/2017	50020	R$ 195.23
PZM1751	277450NIC0025366	17/10/2017	50020	R$ 195.23

Publicado por:
Reginaldo Poleti
Código Identificador:BDEACD0F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 008/2017

1º TERMO ADITIVO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A AGEPAZ – ASSOCIAÇÃO AGENTES DA PAZ.

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº17.483/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no C.P.F. sob o nº. 756.344.739-34 e, como interveniente a **Secretaria Municipal de Assistência Social**, representada pela sua Secretária**Tasiane Cristina de Souza** e de outro lado a AGEPAZ - ASSOCIAÇÃO AGENTES DA PAZ,pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.336.124/0001-66, neste ato representada pela **Srª Maria Luzia Romero de Lima,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 2.247.074-4 SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob nº 634.375.979-49, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Colaboração, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo aditivo tem por objeto alterar o Plano de Aplicação do Termo de Colaboração nº. 008/2017, no valor de R$ 172.800,00 (cento e setenta e dois mil e oitocentos reais), passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

PLANO DE APLICAÇÃO– VALOR CONCEDENTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL (R$)
01	**MATERIAL DE CONSUMO**	
	Material de expediente	0,00
	Material para Manutenção de Bens Imóveis	12.757,40
TOTAL		**R$ 12.757,40**
02	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	
	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	94.844,97

	13º SALARIO	7.878,87
	FÉRIAS	10.130,52
	INSS/GPS	10.108,21
	FGTS	8.723,65
	PIS	876,38
TOTAL		**R$ 132.562,60**
03	**SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**	
	Serviços Contábeis	2.500,00
	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica (pagamento dos Instrutores de música e informática)	6.480,00
	Manutenção e conservação de bens imóveis	18.500,00
TOTAL		**R$ 27.480,00**
TOTAL DE DESPESAS (01+02+03)		**R$ 172.800,00**

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de colaboração.

CLÁUSLA TERCEIRA: Oprazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de 14/03/2017 a 31/12/2017.

Paranavaí, 17 de outubro de 2017

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

TASIANE CRISTINA DE SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social

MARIA LUZIA ROMERO DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Aline Ferrari Soster
Código Identificador:C07FB10B

PROCURADORIA
PORTARIA Nº 616/2017

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PARA EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, considerando ser necessário ao Poder Público vistoriar os locais onde serão realizados Shows, Bailes, Exposições, Festas em Chácaras e Clubes , Arrancadões, Eventos Automotivos, Feirões e Congêneres, para expedição do competente Alvará de Licença e Funcionamento. RESOLVE:

Art. 1º Fica expressamente proibida a realização de Shows, Bailes, Exposições, Festas em Chácaras e Clubes, Arrancadões, Eventos Automotivos, Feirões e Congêneres, que não requererem o competente Alvará de Licença e Funcionamento dentro do **prazo de até 15 dias antes da data de realização do evento**.

Parágrafo único. O requerimento efetuado em desacordo com o prazo estabelecido no *caput*será indeferido e servirá de prova documental para a tipificação do crime de desobediência, conforme artigo 330, do Código Penal.

Art. 2º Para fins de instrução do pedido de Alvará de Licença e Funcionamento, que deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Paranavaí, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I – requerimento assinado pelo interessado ou seu representante legal;

II – documentos de identificação do responsável pelo evento;

III – cópia autenticada e com firmas reconhecidas do locador e locatário no contrato de locação, termo de anuência, termo de autorização ou documento equivalente;

IV – cópia autenticada e com firmas reconhecidas do contrato firmado com empresa responsável pela segurança do público durante o evento, devidamente cadastrada no Cadastro Mobiliário de Contribuintes do Município e portadora de Autorização de Funcionamento da Polícia Federal. Caso a empresa prestadora seja de fora do município de Paranavaí, apresentar contrato social atualizado, bem como autorização, Alvará da Polícia Federal;

V – cópia autenticada e com firmas reconhecidas do contrato firmado com empresa de Brigadistas, com os devidos profissionais habilitados em cursos específicos e Autorizados pelo Corpo de Bombeiros, bem como veículos equipados, tipo ambulância para permanência no local do evento, para eventuais socorros ou deslocamento de pessoas. Caso a empresa prestadora seja de fora do município de Paranavaí, apresentar contrato social atualizado;

VI – licença expedida pela Vigilância Sanitária, com data de validade de acordo com a data de realização do evento, e sendo realizado o evento em local com fins Comerciais, Clubes, Salões de festas, Parques, ou qualquer outro definido como obrigatória a Licença Sanitária do local, fica obrigado a apresentação de Licença Sanitária Regular do Local do Evento;

VII – certificado de vistoria, ou documento do Corpo de Bombeiros, com data de emissão e validade de acordo com a data de realização do evento;

VIII – nota fiscal emitida pelo estabelecimento gráfico que confeccionou os ingressos para realização do evento, com a respectiva quantidade, modelo de cada ingresso confeccionado, apresentando o valor individual. No caso de ingressos emitidos por meios eletrônicos, deverá apresentar borderô de ingressos emitidos ou estimativa de vendas, para emissão de boletos, por ocasião da retirada do Alvará do Evento;

IX – os valores das taxas de Vigilância Sanitária e Taxa de Licença e Funcionamento, devidas serão cobradas de acordo com o CTM (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL), atualizadas anualmente através de Decreto, e a metragem estabelecida pela Vigilância Sanitária, por ocasião da vistoria;

X – os valores do ISSQN, serão cobrados 5% do montante apurado na venda dos ingressos ou valores contratados, podendo ser através de Estimativa ou borderô, informado pelo promotor do evento no Termo de Responsabilidade/Declaração/Autorização, por ocasião da retirada do Alvará do Evento.

Art. 3º Para que seja emitido o Alvará de Licença e Funcionamento, deverão ser recolhidas as devidas taxas, bem como não será expedido o Alvará ao promotor de eventos que possuir débitos referentes a eventos anteriores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº033/2013.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ.
ESTADO DO PARANÁ, 18 DE OUTUBRO DE 2017.

GILMAR PINHEIRO
Secretário Municipal de Fazenda

BENJAMIM MARÇAL COSTA
Procurador Jurídico

Publicado por:
Aline Ferrari Soster
Código Identificador:C6EBE552

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 046/2017

1º TERMO ADITIVO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O CECAP – CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE PARANAVAÍ

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº17.483/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no C.P.F. sob o nº. 756.344.739-34 e, como interveniente a **Secretaria Municipal de Assistência Social**, representada pela sua Secretária **Tasiane Cristina de Souza** e de outro lado o CECAP - Centro de Atendimento Especial à Criança e ao Adolescente de Paranavaí,pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 97.391.072/0001-49, neste ato representada pelo **Sr Junior Cezar Nunes de Freitas,** portador da Cédula de Identidade RG nº 4.061.299-8 SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob nº 600.654.789-91, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Colaboração, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo aditivo tem por objeto alterar o Plano de Aplicação do Termo de Colaboração nº. 046/2017, no valor de R$ 21,527,50 (vinte e um mil quinhentos e vinte sete reais e cinquenta centavos), passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

PLANO DE APLICAÇÃO– VALOR CONCEDENTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL (R$)
01	MATERIAL DE CONSUMO	
	Material Didático Pedagógico	R$ 8.864,60
	Gêneros Alimentícios	
	Fornecimento de Alimentação	
	Gás	
	Material Educativo e Esportivo	R$ 2.676,00
	Material de Processamento de Dados	
	Material de Acondicionamento e Embalagem	
	Material de Cama, Mesa e Banho	
	Uniformes, Coletes e Figurinos	R$ 4.260,00
	Material de Copa e Cozinha	
	Material de Limpeza e Higiene	
	Material para Manutenção de Bens Imóveis	R$ 1.976,90
	Material para Manutenção de Bens Móveis	
	Material Elétrico e Eletrônico	
	Material de Proteção e Segurança	
	Material para Áudio, Vídeo e Foto	
	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	
	Material Laboratorial	
	Material Hospitalar	
	Ferramentas	
	Materiais para Manutenção de Veículos	
	Pneus	
	Câmaras de Ar	
	Baterias	
	Motor de Reposição	
	Lonas e Pastilhas de Freio	
	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	
	Combustíveis e Lubrificantes para outras finalidades	
	Alimentos para Animais	
	Material de uso Zootécnico	
	Materiais e Medicamentos para uso Veterinário	
	Material Químico	
	Material para Reabilitação Profissional	
	Material de Sinalização Visual e Outros	
	Material Técnico para Seleção e Treinamento	
	Material Bibliográfico não Imobilizável	
TOTAL		R$ 17.777,50
02	SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	
	Estagiários	
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	
	Fornecimento de Alimentação	
	Serviços de Limpeza e Conservação	
TOTAL		R$
03	SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	
	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	R$ 3.750,00
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	
	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	
	Serviços Gráficos	
	Manutenção e Conservação de Veículos	
	Serviços de Água e Esgoto	
	Serviços de Energia Elétrica	
	Vale Transporte	
	Aquisição de Passagens	
TOTAL		R$ 3.750,00
04	MATERIAL PERMANENTE	
	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	
	Aparelhos e Utensílios Domésticos	
	Coleções e Materiais Bibliográficos	
	Discotecas e Filmotecas	
	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	
	Instrumentos Musicais e Artísticos	
	Máquinas e Equipamentos Gráficos	
	Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	
	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	
	Equipamentos de Processamento de Dados	
	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	
	Mobiliário em Geral	
	Peças não Incorporáveis a Imóveis	
TOTAL		R$
05	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	Pessoal	
	Encargos Sociais (discriminar detalhadamente item por item)	
TOTAL		R$
TOTAL DE DESPESAS (01+02+03+04+05)		R$ 21.527,50

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de colaboração.

CLÁUSLA TERCEIRA: Oprazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de 14/03/2017 a 31/12/2017.

Paranavaí, 18 de outubro de 2017

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Municípal

TASIANE CRISTINA DE SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social

JUNIOR CEZAR NUNES DE FREITAS
Presidente

Publicado por:
Aline Ferrari Soster
Código Identificador:4438F83D

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 052/2017

1º TERMO ADITIVO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O CECAP – CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE PARANAVAÍ

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº17.483/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no C.P.F. sob o nº. 756.344.739-34 e, como interveniente a **Secretaria Municipal de Assistência Social**, representada pela sua Secretária**Tasiane Cristina de Souza** e de outro lado o CECAP - Centro de Atendimento Especial à Criança e ao Adolescente de Paranavaí,pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 97.391.072/0001-49, neste ato representada pelo **Sr Junior Cezar Nunes de Freitas,** portador da Cédula de Identidade RG nº 4.061.299-8 SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob nº 600.654.789-91, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Colaboração, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo aditivo tem por objeto alterar o Plano de Aplicação do Termo de Colaboração nº. 052/2017, no valor de R$ 35.838,50 (trinta e cinco mil oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

PLANO DE APLICAÇÃO– VALOR CONCEDENTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL (R$)
01	MATERIAL DE CONSUMO	
	Material Didático Pedagógico	
	Gêneros Alimentícios	
	Fornecimento de Alimentação	
	Gás	
	Material Educativo e Esportivo	
	Material de Processamento de Dados	
	Material de Acondicionamento e Embalagem	
	Material de Cama, Mesa e Banho	
	Uniformes, Coletes e Figurinos	
	Material de Copa e Cozinha	
	Material de Limpeza e Higiene	
	Material para Manutenção de Bens Imóveis	
	Material para Manutenção de Bens Móveis	
	Material Elétrico e Eletrônico	
	Material de Proteção e Segurança	
	Material para Áudio, Vídeo e Foto	
	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	
	Material Laboratorial	
	Material Hospitalar	
	Ferramentas	
	Materiais para Manutenção de Veículos	
	Pneus	
	Câmaras de Ar	
	Baterias	
	Motor de Reposição	
	Lonas e Pastilhas de Freio	
	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	
	Combustíveis e Lubrificantes para outras finalidades	
	Alimentos para Animais	
	Material de uso Zootécnico	
	Materiais e Medicamentos para uso Veterinário	
	Material Químico	
	Material para Reabilitação Profissional	
	Material de Sinalização Visual e Outros	
	Material Técnico para Seleção e Treinamento	
	Material Bibliográfico não Imobilizável	
TOTAL		R$
02	SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	
	Estagiários	
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	
	Fornecimento de Alimentação	
	Serviços de Limpeza e Conservação	
TOTAL		R$
03	SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	
	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	
	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	
	Serviços Gráficos	
	Manutenção e Conservação de Veículos	
	Serviços de Água e Esgoto	
	Serviços de Energia Elétrica	
	Vale Transporte	
	Aquisição de Passagens	
TOTAL		R$
04	MATERIAL PERMANENTE	
	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	
	Aparelhos e Utensílios Domésticos	R$ 1.899,00
	Coleções e Materiais Bibliográficos	
	Discotecas e Filmotecas	
	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	
	Instrumentos Musicais e Artísticos	
	Máquinas e Equipamentos Gráficos	
	Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	R$ 2.594,50
	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	R$ 11.398,10
	Equipamentos de Processamento de Dados	R$ 9.832,00
	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	
	Mobiliário em Geral	R$ 10.114,90
	Peças não Incorporáveis a Imóveis	
TOTAL		R$ 35.838,50
05	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	Pessoal	
	Encargos Sociais (discriminar detalhadamente item por item)	
TOTAL		R$
TOTAL DE DESPESAS (01+02+03+04+05)		R$ 35.838,50

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de colaboração.

CLÁUSLA TERCEIRA: Oprazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de 14/03/2017 a 31/12/2017.

Paranavaí, 18 de outubro de 2017

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

TASIANE CRISTINA DE SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social

JUNIOR CEZAR NUNES DE FREITAS
Presidente

Publicado por:
Aline Ferrari Soster
Código Identificador:BE49994B

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 018/2017

1º TERMO ADITIVO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A GUARDA MIRIM – ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL VIGILANTES MIRINS DE PARANAVAÍ – FREI RAFAEL MAINKA.

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº17.483/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no C.P.F. sob o nº. 756.344.739-34 e, como interveniente a **Secretaria Municipal de Assistência Social**, representada pela sua Secretária **Tasiane Cristina de Souza** e de outro lado a Guarda Mirim - Associação Educacional Vigilantes Mirins De Paranavai Frei Rafael Mainka,pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.954.411/0001-88, neste ato representada pela **Srª Aurinete Moura da Silva Nespolo,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.366.393-9 SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob nº 240.450.809-10, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Colaboração, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo aditivo tem por objeto alterar o Plano de Aplicação do Termo de Colaboração nº. 018/2017, no valor de R$ 290.750,00 (duzentos e noventa mil setecentos e cinquenta reais), passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

PLANO DE APLICAÇÃO– VALOR CONCEDENTE

Item	Especificação	Valor total
01	**Material de Consumo**	**R$**
	Material de Expediente	R$2.900,05
	Gêneros de Alimentação	R$ 37.740,74
	Gás	R$ 3.000,00
	Material de Processamento de Dados	R$ 9.761,66
	Material de Limpeza e Produto de Higienização	R$ 7.000,00
	Material de copa e cozinha	R$ 2.000,00
	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R$ 8.781,00
	Uniforme, tecidos e aviamentos	R$6.116,62
	Material para manutenção de veículo	R$1.259,55
	TOTAL DE DESPESAS ITEM 01	**R$ 78.559,62**
02	**Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**	**R$**
	Serviços de água e esgoto	R$ 2.155,94
	Serviços de energia elétrica	R$ 1.215,63
	Serviços gráficos	R$ 0,00
	Manutenção e conservação de veículos	R$ 130,00
	Serviços Contábeis	R$ 7.219,00
	Serviços de Comunicação	R$4.175,97
	Serviços de cópias e reprodução de documentos	R$600,00
	Manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	R$1.000,00
	TOTAL DE DESPESAS ITEM 02	**R$ 16.496,54**
03	**Pessoal e encargos sociais**	**R$**
	Vencimentos e salários	R$ 138.325,77
	13° salário	R$ 13.086,32
	Férias	R$ 17.439,94
	INSS (a recolher)	R$ 12.610,97
	FGTS	R$ 12.651,40
	PIS	R$ 1.579,44

TOTAL DE DESPESAS ITEM 03	**R$ 195.693,84**
TOTAL DE DESPESAS ITEM 01+02+03	**R$ *290.750,00***

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de colaboração.

CLÁUSLA TERCEIRA: Oprazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de 14/03/2017 a 31/12/2017.

Paranavaí, 17 de outubro de 2017

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

TASIANE CRISTINA DE SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social

AURINETE MOURA DA SILVA NESPOLO
Presidente

Publicado por:
Aline Ferrari Soster
Código Identificador:75F1958D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 18.358/2017 CONTROLE BIOMÉTRICO PARA JORNADA DE TRABALHO DE CARGOS COMISSIONADOS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

DECRETA:

Art. lº. – Vislumbrando uma maior transparência para com a população, a partir de 01 de novembro de 2017, os cargos em Comissão com denominação CCD, CC1, CC2, CC3, CC4 e CC5 deverão cumprir a jornada de trabalho convencional estabelecida para o seu respectivo local de trabalho; podendo variar de 35 a 44 horas semanais. Esse controle deverá ser preferencialmente por meio de ponto biométrico e para efeito de compensação, deve-se respeitar a carga horária mínima de 44 horas semanais para todos os cargos.

Art. 2º. – Tais cargos tem dedicação integral ao município, qualquer registro que exceda a jornada de 44 horas, só proporcionará o recebimento de horas extras ou compensação; mediante autorização previa do Prefeito, Secretário, Procurador, Controlador ou Presidente da Fundação Cultural.

Art. 3º. – Ausências para reuniões externas e participação em cursos devem ser devidamente justificadas pelo apoio de recursos humanos em cada secretaria, com a anuência do secretário.

Art. 4º. – Em caso de ausência justificada por atestado médico ou outra justificativa legal, estes devem cumprir os mesmos procedimentos designados ao servidor público efetivo.

Art. 5º. Para fins de cálculo de compensação, aplica-se a lei municipal que define o regime jurídico dos servidores públicos do poder executivo municipal.

Art. 5º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2017.

CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES
Prefeito

Publicado por:
Ana Maria Ferreira da Costa Laurindo
Código Identificador:206CBEBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 032/2017 CONVOCA

CANDIDATO NOMEADO PARA O CARGO DE PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, convoca a senhora, **FABIANA BAZILIO PEREIRA, C.P.F. 077.899.239-00**, aprovada no Concurso Público – **Edital Nº 001//2016**, no cargo de **PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS,** nomeada através do **Decreto Municipal nº 18.255**, a comparecer junto a Diretoria de Recursos Humanos, nos dias **23 á 27 de outubro de 2017** das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min horas, munida dos seguintes cópias autenticadas dos documentos abaixo relacionados:

2 fotos 3x4;
Carteira de Trabalho;
Identidade;
CPF;
Titulo de Eleitor;
Certidão de Casamento ou Nascimento;
Comprovante de Escolaridade (Conforme exigência do Edital de Concurso nº 001/2016 Aprovado);
Certidão dos Filhos menores de 14 anos;
CPF dos dependentes;
Antecedentes Criminais (Civil e Criminal)
Comprovante de Residência atualizado;
Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal/1988, em seu Artigo 37, XVI e suas Emendas.
Atestado de Saúde Física e Mensal, Eletrocardiograma, Exame de Glicemia, Raio X da coluna lombar e cervical e Raio-X do Pulmão;
Avaliação Psiquiatra;

Registre-se e
publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2017.

CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES

Publicado por:
Ana Maria Ferreira da Costa Laurindo
Código Identificador:298ED10A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 617/2017

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.561 DE 29 DEZEMBRO DE 2004 E DA LEI MUNICIPAL 3.891 DE 03 DE JANEIRO DE 2012

RESOLVE:

Art.1º Conceder a servidora**LUIZA MARIA DE SOUZA GUIMARÃES**, Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Educação, 15(quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de10 de outubrode 2017, conforme perícia médica.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18DE OUTUBRODE 2017.

HUGO MORGADO BRAGA
Secretário de Administração Pública

Publicado por:
Solange Nagib Nassar
Código Identificador:4B7CF937

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 618/2017

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.561 DE 29 DEZEMBRO DE 2004 E DA LEI MUNICIPAL 3.891 DE 03 DE JANEIRO DE 2012

RESOLVE:

Art.1º Conceder aoservidor**LEANDRO MACHADO CAMPOS**, Professor, junto a Secretaria Municipal de Educação, 15(quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de08 de outubrode 2017, conforme perícia médica.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18DE OUTUBRODE 2017.

HUGO MORGADO BRAGA
Secretário de Administração Pública

Publicado por:
Solange Nagib Nassar
Código Identificador:72E959BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 619/2017

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O ARTIGO 25,DA LEI 3.891 DE 03 DE JANEIRO DE 2012, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Fica readaptada, a servidora**, ANA PAULA DOS SANTOS,**Agente Comunitário de Saúde, compatíveis com a limitação sofrida em sua capacidade CID M43, verificada em inspeção médica oficial e especializada, conforme Art.25. da Lei Municipal 3.891/2012, partir do dia 17de outubro de 2017. Devendo a mesma ser reavaliada após o período de 06 meses.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.
Publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18DE OUTUBRODE 2017.

HUGO MORGADO BRAGA
Secretário de Administração Pública

Publicado por:
Solange Nagib Nassar
Código Identificador:04394C38

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 611/2017

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº. 3.891/12,

RESOLVE:
Art. 1º. – Conceder ao servidor TIAGO DIAS DE ALMEIDA, Agente de Saúde - Matrícula nº 5442, **40 (quarenta) dias de LICENÇA PRÊMIO**, referente ao período aquisitivo 07/01/2012 á 06/01/2017, conforme protocolo nº 0077.0005596, a partir de 16 de Outubro de 2017.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE OUTUBRO DE 2017.

HUGO MORGADO BRAGA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ana Maria Ferreira da Costa Laurindo
Código Identificador:22DDEF3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA DE COMPRAS - AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2017
Processo nº 278/2017

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA CONCLUSÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PORTE II – ZONA LESTE"

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através do Diretor de Compras, Sr. ENIO CAETANO DE PAULA JUNIOR, no uso das atribuições delegadas através do Decreto Municipal nº 18.093/17, torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores, fará realizar às **14:30 horas do dia 23 de novembro de 2017,** na sala de licitações da Diretoria de Compras, sita à Rua Getúlio Vargas, 900, centro, licitação na modalidade de Concorrência Pública, do tipo "Menor Preço", sob o regime de Empreitada Global, nos termos e condições fixados no edital e em seus anexos, objetivando a Contratação de Empresa de Engenharia Civil para execução da seguinte obra: **CONCLUSÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PORTE II – ZONA LESTE,** conforme planilhas de serviços e projetos, com área total de intervenção: 472,00m², na seguinte localização: Avenida Tancredo Neves, s/nº, Município de Paranavaí/PR, com prazo de execução de 03 (três) meses e valor máximo da obra estimado em: R$ 150.169,10 (cento e cinquenta mil, cento e sessenta e nove reais e dez centavos); cujos recursos serão provenientes das seguintes Dotações Orçamentárias:
04.001.10.301.0006.1.045-4490.51.00.3500 (1483)
e 04.001.10.301.0006.1.045-4490.51.00.1000 (044).
A documentação completa do edital correspondente estará disponível no endereço eletrônico: www.paranavai.pr.gov.br em "Processos Licitatórios". Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na Diretoria de Compras da Prefeitura do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, sita à Rua Getúlio Vargas, 900, centro, ou através do e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3421-2323 / ramal 1304. Os Envelopes nº 01 – Documentos de Habilitação e nº 02 - Propostas de Preços, deverão ser protocolados na Prefeitura do Município de Paranavaí – Diretoria de Compras, até às **14:00 horas do dia 23 de novembro de 2017**.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE OUTUBRO DE 2017.

ENIO CAETANO DE PAULA JUNIOR
Diretor de Compras
Decreto nº 18.093/2017

Publicado por:
Sueli da Silva dos Santos
Código Identificador:339DF33C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA DE COMPRAS - DISPENSA DE LICITAÇÃO 047-10/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 047-10/2017

O(a) Secretário(a) e Diretor de compras, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 18.093/2017, especialmente sob Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, decidem e ratificam, nos termos do Art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, a Dispensa de Licitação sob nº **047-10/2017,** referente à **LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA GETÚLHO VARGAS, 435, CENTRO, PARA INSTALAÇÃO DA SEDE DA COORDENAÇÃO DO PMAQ** (Quadra 0061, Lote 0014, imóvel 1897, inscrição 01.01.077.0295.011.001), totalizando 478,87 m2 de área construída, através da Secretaria Municipal de Saúde, constante na Dotação Orçamentária:
04.001.10.301.0006.2.262.3.3.90.36 (117), pela seguinte pessoa jurídica: **CORREA IMOVEIS LTDA,** inscrita no C.N.P.J. sob nº **04.250.324/0001-39**, no valor total de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais),** diante do exposto no Ofício nº 200/2017, expedido pelo Secretaria Municipal de Fazenda Pública.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, em 17 de outubro de 2017.

BENJAMIM MARÇAL COSTA
Procurador Geral do Município

GILMAR PINHEIRO
Secretaria Municipal de Fazenda Pública

ENIO CAETANO DE PAULA JUNIOR
Diretor de Compras

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Roberto Delmande Silva
Código Identificador:742F4B35

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA DE COMPRAS - AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 209/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 209/2017 AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretoria de Compras, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo, menor preço POR ITEM e da seguinte forma:
OBJETO: É objeto da presente licitação a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de **AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL**, destinada às crianças da Rede Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme descritos e especificados no Anexo I deste instrumento convocatório.
DATA, HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DO CREDENCIAMENTO, DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 14:00 horas do dia 06 de novembro de 2017.
DATA E HORÁRIO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES: 06 de novembro de 2017, às 14:30 horas.
LOCAL: Sala de Licitações da Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal, situada à Rua Getúlio Vargas, 900, centro, Paranavaí – PR.
INFORMAÇÕES: Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal, situada à Rua Getúlio Vargas, 900, centro, ou pelo telefone: (44) 3421-2323 ramal 1330 ou e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br.

Paranavaí - Paraná, em 18 de outubro de 2017.

ENIO CAETANO DE PAULA JUNIOR
Diretor de Compras

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:496AEEAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA DE COMPRAS - DECRETO Nº 18.359/2017

DECRETO Nº 18.359/2017

CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art.1º. - Nomear os senhores: **BIANKA LÚCIA ALMEIDA BARBOSA, MICHEL EIJI AKUTSU, SUELI DA SILVA DOS SANTOS, EVERTON ALVES CORCINO, GRAZIELE DELLA PRIA DA SILVA MACIEL** e **FERNANDA CAROLINE LIMA DE CAMARGO,** para sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial de Licitação, encarregada do processamento e julgamento da Licitação sob **nº 005/2017,** na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA,** referente Contratação de Empresa de Engenharia Civil para execução da seguinte obra: **CONCLUSÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PORTE II – ZONA LESTE,** conforme planilhas de serviços e projetos, com área total de intervenção: 472,00m², na seguinte localização: Avenida Tancredo Neves, s/nº, Município de Paranavaí/PR; que se realizará às 14:30 horas do dia 23 de novembro de 2017.

Art.2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE OUTUBRO DE 2017.

CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES
Prefeito do Município de Paranavai/PR

Publicado por:
Sueli da Silva dos Santos
Código Identificador:E1C5F8E6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 13/2017

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2017. OBJETO: A contratação de empresa, homologada pela ANAC, para ministrar cursos de Formação Básica AVSEC e de Formação em Inspeção de Segurança de Aviação Civil, para servidores do Município de Pato Branco, que irão exercer suas atividades no Aeroporto Juvenal Loureiro Cardoso de Pato Branco, em atendimento as necessidades da Secretaria de Engenharia e Obras e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para a empresa: Empresa Brasileira de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda – EPP, inscrita no CNPJ nº 13.815.968/0001-18, com o valor Total de R$ 19.363,00.

Pato Branco, 11 de outubro de 2017.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito.

Publicado por:
Alcenor Pompeo
Código Identificador:D647A30D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO 190 - TOMADA DE PREÇOS 13/2017

Extrato Contrato nº 190/2017/GP. Tomada de Preços nº 13/2017. PARTES: Município de Pato Branco e Empresa Brasileira de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda – EPP. OBJETO: A contratação de empresa, homologada pela ANAC, para ministrar cursos de Formação Básica AVSEC e de Formação em Inspeção de Segurança de Aviação Civil, para servidores do Município de Pato Branco, que irão exercer suas atividades no Aeroporto Juvenal Loureiro Cardoso

de Pato Branco, em atendimento as necessidades da Secretaria de Engenharia e Obras e Secretaria de Desenvolvimento Econômico. VALOR: O valor global certo e ajustado para a execução do presente contrato é de R$ 19.363,00. PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO: O local para execução dos cursos será no Centro Regional de Eventos do Município de Pato Branco, anexo ao Parque de Exposições, localizado na Rua Benjamin Borges dos Santos, nº 611, Bairro Fraron, em Pato Branco – PR. O prazo de execução dos serviços será conforme disposto no Item 3 deste Edital, num total de 70h, distribuídas em 10 dias, com data provável para início em novembro de 2017, podendo sofrer alterações. VIGÊNCIA: Será de 120 dias contados a partir da assinatura do contrato. PAGAMENTO: Será efetuado em até 15 dias após a execução total dos serviços e entrega de todos os certificados de conclusão mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal. DOT. ORÇ.:
0602.2678100202.029000 - Secretaria Municipal de Engenharia e Serviços Públicos – 3390.3900, (Dotação:
343- Desdobramento: 6878). Reserva de Saldo nº 473.
GESTOR: O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Pato Branco, 11 de outubro de 2017.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito.

GLAUCIA MARIA FERNANDES RIBEIRO
Representante Legal.

Publicado por:
Alcenor Pompeo
Código Identificador:03666C84

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 194/2017

Extrato Contrato nº 194/2017/GP. Dispensa nº 89/2017. PARTES: Município de Pato Branco e ***PORTELA COMUNICAÇÃO VISUAL - EIRELI***. OBJETO: Contratação de empresa para confecção de 280 (duzentos e oitenta) unidades de canecas de vidro *jateadas* personalizadas para a INVENTUM 2017, em atendimento a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO: Os materiais deverão ser entregues até a data de **18 de outubro de 2017,** junto a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, localizada no Parque Tecnológico de Pato Branco, sito a Rua Lidio Oltramari, nº 1628, Bairro Fraron em Pato Branco – PR. VALOR: O valor certo e ajustado para a execução do objeto é de ***R$ 7.780,00 (sete mil setecentos e oitenta reais).*** VIGÊNCIA: O período de vigência contratual será de **60 (sessenta) dias, contados da assinatura**. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o 15º dia útil do mês após a execução dos serviços e entrega dos materiais, com apresentação da respectiva Nota Fiscal. DOT. ORÇ:
17.04.19.57300252.269.00 - Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – Departamento de Incubadora e Tecnologia – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (1270-7330) - Reserva de Saldo 594.
GESTOR DO CONTRATO: O Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Pato Branco, 18 de outubro de 2017.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito.

CAMILO ROGÉRIO PORTELA
Representante Legal.

Publicado por:
Nereu Vidal Palhano Junior
Código Identificador:468BF430

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA Nº 85/2017

Extrato Dispensa de Licitação nº 85/2017. PARTES: Município de Pato Branco e ***PORTELA COMUNICAÇÃO VISUAL - EIRELI***. OBJETO: Contratação de empresa para produção e instalação de letras galvanizadas, pintadas e envernizadas para o painel que será fixado no Portal de Acesso ao Largo de Liberdade, sito à Rua Araribóia, nº 1270, Bairro La Salle, Pato Branco – PR, visando à identificação do espaço em atendimento a Secretaria de Esporte e Lazer. PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO: Os serviços serão executados em até **20 (vinte) dias,** contados do recebimento da Nota de Empenho, no Largo da Liberdade, sito à Rua Araribóia, nº 1270, Bairro La Salle, Pato Branco – PR. VALOR: O valor global a ser pago pelo objeto da presente dispensa é de ***R$ 3.512,00 (três mil quinhentos e doze reais).*** PGTO: O pagamento será efetuado até o 15º dia útil do mês após a execução dos serviços, com apresentação da respectiva Nota Fiscal. DISPENSA DE LICITAÇÃO: A dispensa de licitação é embasada na Lei 8.666/93, em seu artigo 24, inciso II, que diz: É dispensável a licitação: "II - para outros serviços e compras no valor de até 10% (dez por cento) do valor limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

Pato Branco, 10 de outubro de 2017.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito.

PAULO VICENTE STEFANI
Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

CAMILO ROGÉRIO PORTELA
Representante Legal.

Publicado por:
Nereu Vidal Palhano Junior
Código Identificador:CD65D127

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 24/2017 - PROCESSO Nº 204/2017

O Município de Pato Branco, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade Concorrência, *contendo itens de participação exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte, itens com cota reservada para participação de microempresa, empresa de pequeno porte e itens de ampla participação de empresas em geral,* objetivando a implantação de registro de preços para futuro e eventual fornecimento de materiais esportivos, materiais recreativos e vestimenta esportiva, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações, estimativas de consumo e exigências descritas no edital, sendo a licitação do tipo "*menor preço*" com critério de julgamento da licitação pelo "*menor preço por item*", e será regida, em todas as suas etapas pela Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e Decreto Municipal nº 5.081, de 02 de janeiro de 2007 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, e demais legislações pertinentes a matéria. O recebimento dos Envelopes nº 01 (um), contendo os Documentos de Habilitação, e dos Envelopes nº 02 (dois), contendo a Proposta de Preços, dar-se-á até as *09H (NOVE HORAS), DO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2017* no Protocolo de Licitações da Prefeitura Municipal de Pato Branco, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR. O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser examinados e retirados, gratuitamente (em mídia digital), de 2.ª a 6.ª feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min, na sede Prefeitura Municipal de Pato Branco, na Divisão de Licitações, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco -PR. Demais informações poderão ser obtidas através do telefone (46) 3220-1511/1534, e-mail:
licita@patobranco.pr.gov.br/
licitacao@patobranco.pr.gov.br/
gizeli@patobranco.pr.gov.br/
loreci@patobranco.pr.gov.br. Para retirada do edital e Kit Proposta (obrigatório) em mídia digital na Divisão de Licitações, os interessados deverão apresentar cd-room ou pendrive.

Pato Branco, 18 de outubro de 2017.

LORECI DOLORES BIM
Presidente
Comissão Permanente de Licitação.

Publicado por:
Loreci Dolores Bim
Código Identificador:7D006392

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2017 PROCESSO Nº 205/2017

O Município de Pato Branco, através da pregoeira Gizeli Cristina Mattei, torna público aos interessados, devidamente inscritos no seu cadastro de fornecedores ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento e devidamente cadastrada no Portal COMPRASNET, através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, contendo itens de participação exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte, item com cota reservada para participação de microempresa, empresa de pequeno porte e item de ampla participação de empresas em geral, objetivando a implantação de Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento e montagem de parques infantis e brinquedos lúdicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme especificações mínimas e exigências descritas no edital, sendo a licitação do tipo "menor preço", com critério de julgamento "menor preço por item" em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 5.170/2007, Decreto Municipal nº 5.081, de 02 de janeiro de 2007 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 suas alterações e demais legislações pertinentes a matéria. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: www.comprasgovernamentais.gov.br, horário oficial de Brasília - DF, conforme segue: A SESSÃO PÚBLICA SE INICIARÁ ÀS: 09 HORAS DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2017. O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites: www.patobranco.pr.gov.br / www.comprasgovernamentais.gov.br. Para retirada do edital e seus anexos em mídia digital, os interessados deverão apresentar cd-room ou pendrive. Demais informações, fones: (46) 3220-1511/1534, e-mail: gizeli@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 18 de outubro de 2017.

GIZELI CRISTINA MATTEI
Pregoeira.

Publicado por:
Gizeli Cristina Mattei
Código Identificador:7A9D22AD

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

277510 MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN até 16/11/2017.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAL0367	277510A000130973	25/9/2017	60412
AIE4358	277510A000130965	15/9/2017	55411
AJP1988	277510A000131415	23/9/2017	60412
AKO5238	277510A000131416	25/9/2017	60412
AKX7405	277510A000131502	21/9/2017	60502
AKX7405	277510A000131503	21/9/2017	52152
AME7655	277510A000131417	25/9/2017	60412
AOE8933	277510A000131411	22/9/2017	58191
APT4658	277510A000130849	21/9/2017	54600
AQS3264	277510A000130969	23/9/2017	55411
AQS3710	277510A000131408	20/9/2017	76331
ARB4594	277510A000131324	24/9/2017	76331
ARD7493	277510A000131501	21/9/2017	55500
ASE3557	277510A000131504	21/9/2017	60501
ASM5038	277510A000129693	21/9/2017	54870
ASQ8467	277510A000131162	26/9/2017	55417
ASU5734	277510A000131413	23/9/2017	76331
ATE3061	277510A000130967	20/9/2017	60501
ATH5233	277510A000130565	26/9/2017	55411
ATV4364	277510A000130968	22/9/2017	55500
AUB0620	277510A000130800	20/9/2017	60412
AUF1916	277510A000131405	20/9/2017	76331
AVN5261	277510A000131414	23/9/2017	60412
AWN5940	277510A000130964	15/9/2017	55411
AXI3649	277510A000130033	21/9/2017	54526
AXT4530	277510A000130972	25/9/2017	60412
AZH7255	277510A000129283	25/9/2017	55411
AZN3677	277510A000130970	23/9/2017	60412
AZS5915	277510A000131410	22/9/2017	76331
BAJ2062	277510A000131222	26/9/2017	54522
BBC3208	277510A000131323	24/9/2017	58191
CVV1050	277510A000131451	26/9/2017	55500
DHX9243	277510A000131409	22/9/2017	76331
DKW3406	277510A000131223	26/9/2017	55500
IOI8249	277510A000130798	20/9/2017	56222
ISJ6547	277510A000131406	20/9/2017	76331
JWR0156	277510A000129694	23/9/2017	55500
MCK2604	277510A000131412	23/9/2017	60412
MEE7540	277510A000130850	23/9/2017	55417
MEV1300	277510A000131404	20/9/2017	55500
MGX6675	277510A000131261	22/9/2017	60412
MJT2639	277510A000131506	25/9/2017	54600
NEI0120	277510A000131505	22/9/2017	76331
PUM4092	277510A000130799	20/9/2017	60412
PZV2773	277510A000130797	20/9/2017	76331

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:C26D24E9

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 8.205, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Estabelece luto oficial pela morte de Frei Nelson Rabelo.

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 47, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:
Art. 1º Fica estabelecido luto oficial nos dias 17, 18 e 19 de outubro de 2017, em consequência do falecimento de **Frei Nelson Rabelo**.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Gabinete do Prefeito, 17 de outubro de 2017.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

Publicado por:
Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini
Código Identificador:670F4174

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 1944

SÚMULA: Decreta Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais em virtude do Feriado Nacional do dia 02 Novembro e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Paula Freitas, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:
Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo em todas as repartições Públicas Municipais, no dia 03 de Novembro de 2017.
Parágrafo Único – Fica assegurado o atendimento aos serviços essenciais, tais como: coleta de lixo, urgência e emergência na área da saúde.

Art 2º - Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 17 de Outubro de 2017.

VALDEMAR ANTONIO CAPELETI
Prefeito Municipal

ALEXANDRA WIESE
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Alexandra Wiese
Código Identificador:07A1830D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 133

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diária.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1° - Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidores: Felipe Joly da Cruz, Rodolfo Loth Junior e Sandro Zbitkowski
Quant. de diárias: 02 diárias com pernoite de R$ 225,00 cada servidor
Valor Total: R$ 1.350,00
Destino: Curitiba – PR
Motivo: Participação em Curso sobre Fundo de Saúde e Aplicação dos recursos do SUS nos dias 23 e 24/10/17.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 18 de outubro de 2017.

VALDEMAR ANTONIO CAPELETI
Prefeito Municipal

DANIEL CRISTIANO DE LARA
Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Alexandra Wiese
Código Identificador:8441EABC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 134

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diária.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1° - Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidores: Célia Regina de Lara, Giovana Derengoski Filisberto e Gislaine Aparecida Soares Galle
Quant. de diárias: 01 diária sem pernoite de R$ 80,00 cada servidor
Valor Total: R$ 240,00
Destino: Curitiba – PR
Motivo: Participação em Formação do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa no dia 23/10/17

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 18 de outubro de 2017.

VALDEMAR ANTONIO CAPELETI
Prefeito Municipal

DANIEL CRISTIANO DE LARA
Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Alexandra Wiese
Código Identificador:B0D509D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 135

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diária.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1° - Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor: Andressa Talita Kuzma Camilo
Quant. de diárias: 02 diárias com pernoite de R$ 225,00 cada
Valor Total: R$ 450,00
Destino: Curitiba – PR
Motivo: Participação em Formação de multiplicadores para capacitação de Conselheiros Municipais e Estaduais de Saúde nos dias 18 e 19/10/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 18 de outubro de 2017.

VALDEMAR ANTONIO CAPELETI
Prefeito Municipal

SILVIA RAQUEL IMIANOSKI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alexandra Wiese
Código Identificador:354DC632

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 1945

Súmula: Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal do FUNDEB.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fulcro na Lei Municipal de n°890/2007, de 11 de abril de 2007 e sua alteração na Lei Municipal nº 1.371/2015 de 16 de setembro de 2015.
DECRETA:
Art. 1º - Ficam nomeados os membros a seguir nominados, para comporem o Conselho Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB, para o biênio setembro de 2017 a setembro de 2019:

ÓRGÃO/ ENTIDADE	MEMBROS/REPRESENTANTES
Poder Executivo Municipal	Titular: Leticia Lesoski
	Suplente: Patricia Hermann Domingues
Secretaria da Educação	Titular: Gislaine Aparecida Soares Galle
	Suplente: Heliana Scussiato Franco
Professores da Escola Básica Pública Municipal	Titular: Ermelinda Carneiro de Campos Souza
	Suplente: Valquiria Santiago
Diretores das Escolas Básica Pública Municipal	Titular: Luciane Krug Neppel
	Suplente: Joceline Mendes Carneiro
Servidores Técnico	Titular: Marli M.Valigura

administrativos das escolas básica Públicas Municipais	Suplente: Sandra de Fátima Gomes Jadack
Pais de alunos da Educação Básica Pública Municipal	Titular: Marcia Regina Fernandes Tomaszewski
	Suplente: Jilciane Andrea de Lara
	Titular: Jeizel Marlon Fonseca de Cordova
	Suplente: Cintia Mara Aparecida Karas
Estudantes da Educação Básica Pública	Educação Básica
	Titular: Neilor de Lara
	Suplente: Laura Wionzek de Lara
	Estudantes Secundaristas
	Titular: Luiz Luan Barth
	Suplente: Naira Karina Rockembach
Conselho Municipal de Educação	Titular: Elizane Kades
	Suplente: Claudir Odegalito Portela da Luz
Conselho Tutelar	Titular: Sonia Hermann
	Suplente: Carla Haman

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 1.937/2017 de 19 de setembro de 2017.

Paço Municipal, 18 de Outubro de 2017.

VALDEMAR ANTONIO CAPELETI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Wiese
Código Identificador:E7926BE2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 004/2017/CMDI

Súmula: Ratifica a Folha de Rosto denominada "Formulário para solicitação de repasse de recursos na modalidade fundo a fundo" com recursos oriundos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Paulo Frontin, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 696/2008 e,
Considerando a deliberação da reunião ordinária do dia 19 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica ratificada a Folha de Rosto denominada "Formulário para solicitação de repasse de recursos na modalidade fundo a fundo" com recursos oriundos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR/PR, constante da Deliberação nº 001/2017 – CEDI/PR, publicada no DIOE nº 9898 de 06/03/2017.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 20 de setembro de 2017.

PRISCILA FRANCZAK
Presidente do CMDI

Publicado por:
Jessica Crisciane Sobanski
Código Identificador:30AB0726

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1119/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 161.055,33 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI 1119/2017
DATA 17/10/2017

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional suplementar no valor de R$ 161.055,33 e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores aprovou e eu, Sebastião Elias da Silva Neto, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sanciono o seguinte:

ART. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964 . fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 161.055,33 (cento e sessenta e um mil, cinquenta e cinco reais e trinta e três centavos) assim discriminado:

0200 Poder Executivo
02002 Sec. Munic. de Adm. Planej. e Desenv. Int.
28.843.2037 Amortização e encargos de Financiamento
10070-329021.1000 Juros sobre Div. por Contrato12.320,37
10080-469071.1000 Principal da Dív. Constra. Resgatado 148.737,96
TOTAL 161.055,33

ART. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, a redução parcial ou total em igual valor na seguinte Dotação Orçamentária:

0200 Poder Executivo
02007 Sec. Mun. de Obras, Transportes e Serv. Urbanos
04122.1001 Aquisição de Terrenos
8390-449061-1000 Aquisição de imóveis10.299,99
26.782.2030 Conservação de Estradas e Vicinais
10040-449052.1000 Equipamentos e Material Permanente 40.000,00
9980-339030-1000 Material de Consumo110.755,34
TOTAL 161.055,33

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 17 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO ELIAS DA SILVA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Turkot
Código Identificador:FC4D17F6

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.120/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 28.113,46 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 1.120/2017
DATA 17/10/2017

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 28.113,46 e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores aprovou e eu, Sebastião Elias da Silva Neto, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sanciono o seguinte:

ART. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964 . fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 28.113,46 (vinte e oito mil, cento e treze reais e quarenta e seis centavos) assim discriminado:

0200 Poder Executivo
02006 Sec. Mun. de Saúde
10.301.2026 Manutenção do Gabinete do Secretário
9040.339039.1000 Outros serviços de Terceiros - PJ 28.113,46
TOTAL 28.113,46

ART. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, a redução parcial ou total em igual valor na seguinte Dotação Orçamentária:

0200 Poder Executivo
02006 Sec. Mun. de Saúde
10.301.2027 Manutenção Programa ESF
9010-339030.1000 Material de Consumo 14.325,96
10301.2026 Manutenção do Gabinete do Secretário
9060-449052.1000 Equipamentos e Material Permanente 13.787,50
TOTAL 28.113,46

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 17 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO ELIAS DA SILVA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Turkot
Código Identificador:6DE7BEDF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 76/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 161.055,33 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 76/2017
DATA 17/10/2017

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 161.055,33 e dá outras providências.

ART. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 1.119/2017, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 161.055,33 (cento e sessenta e um mil, cinquenta e cinco reais e trinta e três centavos) assim discriminado:

0200 Poder Executivo
02002 Sec Mun de Adm, Planej e Desenv Integrado
28.843.2037 Amortização e Encargos de Financiamento
10070-329021.1000 Juros sobre a Dívida por Contrato 12.320,37
10080-469071.1000 Principal da Dív. Contrat. Resgatado 148.734,96
TOTAL 161.055,33

ART. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, a redução parcial ou total em igual valor na seguinte Dotação Orçamentária:

0200 Poder Executivo
02007 Sec Mun de Obras, Transportes e Serv Urbanos
04.122.1001 Aquisição de Terrenos
8390-449061.1000 Aquisição de Imóveis 10.299,99
26.782.2030 Conservação de Estradas Vicinais
10040-449052.1000 Equipamentos e Material Permanente 40.000,00
9980-339030.1000 Material de Consumo 110.755,34
TOTAL 161.055,33

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 17 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO ELIAS DA SILVA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Turkot
Código Identificador:CEFED9AD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 77/2017 - SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 28.113,46 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 77/2017
DATA 17/10/2017

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 28.113,46 e dá outras providências.

ART. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal 1.120/2017, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 28.113,46 (vinte e oito mil, cento e treze reais e quarenta e seis centavos) assim discriminado:

0200 Poder Executivo
02006 Sec Mun de Saúde
10.301.2026 Manutenção do Gabinete do Secretário
9040-339039.1000 Outros Serviços de Terceiros - PJ 28.113,46
TOTAL 28.113,46

ART. 2º -Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros,a redução parcial ou total em igual valor na seguinte Dotação Orçamentária:

0200 Poder Executivo
02006 Sec Mun de Saúde
10.301.2027 Manutenção Programa ESF
9010-339030.1000 Material de Consumo 14.325,96
10.301.2026 Manutenção do Gabinete do Secretário
9060-449052.1000 Equipamentos e Material Permanente 13.787,50
TOTAL **28.113,46**

ART. 3º- Revogadas as disposições em contrário, esteDecretoentrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 17 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO ELIAS DA SILVA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Turkot
Código Identificador:17183FF7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 78/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 5.735,90 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 78/2017
DATA 17/10/2017

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 5.735,90 e dá outras providências.

ART. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 5.735,90 (cinco mil setecentos e trinta e cinco reais e noventa centavos) assim discriminado:

0200 Poder Executivo
02006 Sec Mun de Saúde
10.301.2026 Manutenção do Gabinete do Secretário
9040-339039.1000 Outros Serviços de Terceiros - PJ 5.735,90
TOTAL 5.735,90

ART. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, a redução parcial ou total em igual valor na seguinte Dotação Orçamentária:

0200 Poder Executivo
02009 Sec Mun de Ind, Comércio, Serv e Turismo
22.661.2035 Manutenção do Gabinete do Secretário
9850-339039.1000 Outros Serviços de Terceiros - PJ 5.735,90

TOTAL 5.735,90

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 17 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO ELIAS DA SILVA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Turkot
Código Identificador:1000ECFE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTAÇÃO E PLANEJAMENTO
CONVOCAÇÃO Nº 03/2017

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAUDE E BEM-ESTAR SOCIAL

CONVOCAÇÃO Nº 03/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 141, em seu artigo 36, convocamos o Conselho Municipal de Saúde, bem como a população em geral, para participar da Audiência Publica da Saúde, referente ao Segundo Quadrimestre de 2017, a ser realizada no dia 26 de Outubro de 2017 (Quinta-Feira), ás 14:00 Horas, na Câmara Municipal de Vereadores de Perola D' Oeste.

Agradecemos antecipadamente a presença de todos.

Perola D' Oeste/PR 18/10/2017

KRISTOFFERSON W. A. J. ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Nara Alessandra Bladt
Código Identificador:233223AF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 68/2017 – TIPO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, Senhor NILSON ENGELS, e o Senhor Delesio Defante, Pregoeiro, designado pela Portaria de nº 10/2017 de 25/01/2017, no uso de suas atribuições legais, faz saber e TORNA PÚBLICO aos interessados, que se encontra aberto o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que será regido pela Lei Federal de nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal de nº 65/2007 de 03/07/2007, Lei Complementar nº 123, de 14/02/2006, regulamentada pela Lei Municipal nº 521/2008, de 26/02/2008 e subsidiariamente pela Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações e legislação correlata, para a finalidade abaixo especificada:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 68/2017.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO: **Contratação de empresa para Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de limpeza, material de expediente, destinados a todos os departamentos e secretarias da Prefeitura Municipal D'Oeste/PR, (demais especificações constantes no edital e anexos).**

2. PREÇO MÁXIMO TOTAL DOS ITENS: **R$ 191.582,86 (cento e noventa e um mil quinhentos e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos).**

3. DATA DE ABERTURA: No dia 08/11/2017 às 08:30 horas.

4. LOCAL DA ABERTURA: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, com o Pregoeiro e Equipe de Apoio.

O Edital e anexos poderá ser retirado gratuitamente e diretamente com o Pregoeiro na Prefeitura Municipal, localizada à Rua Presidente Costa e Silva, 290, em horário comercial (8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas) de segunda a sexta feira ou poderá ser requisitado através do Telefone-Fax: (0xx46) 3556-1223, onde também serão prestadas todas as informações a respeito do certame licitatório.

Pérola D'Oeste/PR, 18 de outubro 2017.

NILSON ENGELS
Prefeito Municipal

DELESIO DEFANTE
Pregoeiro

Publicado por:
Delesio Defante
Código Identificador:9106B56C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017,

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.
O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor NILSON ENGELS, residente e domiciliado na Rua Paraná, 56 centro, nesta cidade, portador da Cédula de identidade RG nº 4.223.882-1 SSP/PR e do CPF/MF sob nº 707.534.789-67.
HOMOLOGO:
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017, referente à **contratação de empresa para prestação de serviços de torno e solda, destinados a manutenção de veículos, utilitários, caminhões, ônibus e equipamentos rodoviários da frota do Município de Pérola D'Oeste, estado do Paraná**, conforme Parecer da Assessoria Jurídica e, Comissão de Licitações, com base no art. 43, inciso VI da Lei nº 8.666 de 21.06.93 e alterações posteriores, para a Execução na forma legal pela empresa: **1) MATHEUS HENRIQUE SEITZ - ME,** pessoa jurídica de direito privado, com sua sede social na Av. Brasil, n°1530, na cidade de Pérola D'Oeste, estado do Paraná, CEP: 85.740-000, inscrita no CNPJ sob nº 25.330.575/0001-01, neste ato representada pelo Sr. CINTHYA SEITZ portador do RG sob nº 9.303.545-3 SSP/PR e CPF nº 076.783.4990-20, vencedor dos itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, totalizando o valor de R$ 96.939,70 (noventa e seis mil novecentos e trinta e nove reais e setenta centavos).

Pérola D'Oeste/PR, 17 de outubro de 2017.

NILSON ENGELS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Delesio Defante
Código Identificador:BC151212

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 202/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS DA FROTA do Município de Pérola D'Oeste/PR, do tipo menor preço por item, em conformidade com o constante nas normas, exigências e condições gerais do EDITAL na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 62/2017 de 10/10/2017, vencedora dos **itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.**
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – PR
CONTRATADA: **MATHEUS HENRIQUE SEITZ - ME.**
ORIGEM: Edital N° 62/2017 – Pregão Presencial.
VALOR: R$ 96.939,70 (noventa e seis mil novecentos e trinta e nove reais e setenta centavos)

VIGÊNCIA: até 12 (doze) meses a contar da data de assinatura.
BASE LEGAL: Lei nº 8666/93.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/10/2017.

NILSON ENGELS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Delesio Defante
Código Identificador:D2ED30CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

LEGISLATIVO MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo de Compra Direta – Dispensa de Licitação.
Objeto: Aquisição de passagens aéreas e hospedagem.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e atendendo os dispositivos da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, em especial o contido no art. 24, II,

RESOLVE

RATIFICAR a presente Dispensa de Licitação, que tem como objeto a aquisição de passagens aéreas para Brasília (ida e volta), assim como hospedagem na Capital Federal, para que dois vereadores possam lá angariar recursos para o Município de Piên, e **ADJUDICO** o objeto à seguinte empresa:

- ADRIATICA – AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI – EPP; pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.682.048/0001-27, com endereço na Travessa Theodoro Koch, nº 30, sala 13, Centro, São Bento do Sul, Santa Catarina.

- Valor total: R$ 3.458,08 (três mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e oito centavos), sendo R$ 2.133,28 (dois mil cento e trinta e três reais e vinte e oito centavos) para passagens e R$ 1.324,80 (mil trezentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos) para hospedagem.

- Dotação orçamentária:
01.00 – Legislativo Municipal; 01.01 – Câmara Municipal; 01.031.001.2.001 - Manutenção do Poder Legislativo; 33.90.33.00 – Passagens e locomoções; 33.90.33.01 – Passagens para o País; 33.90.39.00 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; 33.90.39.80 – Hospedagens.

Piên, Paraná, 17 de outubro de 2017.

EDUARDO PIRES FERREIRA
Presidente

Publicado por:
Douglas Lietz
Código Identificador:3861550A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2017-003 - ANEXO - RELATORIO DE CANDIDATOS CONVOCADOS PARA A PROVA DE TITULOS_(PROCESSO 002)

PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Nome	Inscrição
ADRIANA DE FATIMA FRAGOSO BUENO FRANCO	327
ADRIANE ZAPPE DA COSTA	326
ALEXANDRA DE FATIMA SOARES RIBEIRO	252
ALEXSANDRA APARECIDA NEGOCZEKI	299
ALINE BRUNNQUELL	311
ALINE RICHTER	277
AMANDA SEVERINO DE CASTRO	250
ANA PAULA RITZMANN MALINOVSKI	292
ANGELA MARIA DE SOUZA	291
ANGELA PIRES DA CRUZ	231
BIANCA DE LIMA MARCOVICZ	215
BRUNA LEITE PAIS	270
BRUNA WOZNAK RICHTER	302
CAMILA MIRANDA DA COSTA	239
CARLA SCHROTH WEDEKIND	224
CATARINA MICHEL ADENIL FERREIRA PEREIRA	232
CHARLINE DE ANDRADE	240
CLAUDIA STALL	290
CLEIDE JOSIANE HONORIO TEIXEIRA LEITE	266
CLEUSA UHLICK DEORACKI	297
DANIELE PEREIRA DOS SANTOS	328
DEVANIR FRONZA	218
EDILENE DE FATIMA NENEMANN	219
EDITE BEIRA FRANCO	320
ELIEGIDE RIBAS	272
ELIZE MARIA ANTON	280
ENI DE FATIMA MACHOVSKI	315
ERMANOELI APARECIDA SWIATOWSKI HEUER	298
FABIANA MASSANEIRO LENSCHOW	206
FERNANDA RODRIGUES DE FRANCA	238
FRANCIELLE KUROVSKI	325
GEISI CRISTIANE EICHENDORF LOURENCO	318
HELOISA TRAIN MALINOVSKI	234
IRIZIANA SCHREINER	227
JACIRA HONORIO DE LIMA TABORDA	269
JOZIANE APARECIDA PRUCHAKI DA SILVA	271
JUCELIA CRISTINA BUENO DA CONCEICAO	316
JUCIANE SILVEIRA FLORES	317
JULIANE WATTER DA SILVA	296
JUSSARA PAIVA PAULA	210
LEDA SEBASTIANA DE OLIVEIRA	305
LUZIA DA CONCEICAO GROSSKOPF	247
MARCIA DOLORES RUNSCHKA	307
MARCIA JAQUELINE DA SILVA GROSSKOPF	205
MARIA DE FATIMA RECK	313
MARIA JOSSELIA GRUBER DE SOUZA	319
MARIZA LIEBEL	278
MERI PEREIRA DE SOUZA	295
MONICA B BRUNNQUELL	226
NADIA RIBEIRO	321
NILZORETE APARECIDA DE FRANCA	322
RITAMARA RODRIGUES BARBOSA	283
ROSELETE DE MELO	275
ROSENILDA VEIGA	323
ROSINEI DE OLIVEIRA	312
RUTE R ODRIGUES DA SILVA FORATO	301
SANDRIELI DO CARMO KUROVSKI	230
SCHEILA DE ANDRADE SURA	306
SELMA DO ROCIO LUIZ	211
SHEYLA SUCHOMEL ALVES	274
SILMARA DA CRUZ RIBAS TELMA	276
SUZANI SEIDEL PINHEIRO	233
TERESINHA AMALIA GIBBERT	256
TEREZINHA APARECIDA PEREIRA NOGUEIRA	304
VAGNERIA OLSEN NOGUEIRA	251
VALDIRENE LIEBL GROSSKOPF	243
VANESSA MAURA BERTOLI RANK	289
VANEZA RIBEIRO DE SIQUEIRA	288
VERIDIANE APARECIDA DE MELO	314
YASMIM RAQUEL ANDRADE VIANNA DE OLIVEIRA	267

(AFROBRASILEIROS)

PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Nome	Inscrição
JUSSARA PAIVA PAULA	210

Publicado por:
Douglas Lietz
Código Identificador:6B691AD8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 50/2016

CONTRATANTE: Município de Pinhal de São Bento
CONTRATADA: DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES
CLAUSULA PRIMEIRA:
VALOR
O contrato fica aditivado no valor de **R$ 37.263,96**.

CLÁUSULA SEGUNDA:
EXECUÇÃO DO OBJETO passa a ter a seguinte redação:
O prazo de execução do contrato fica aditivado até 02/02/2018 a contar a partir de 02/10/2017, conforme Pregão nº 27/2016 e Contrato original nº 50/2016.
CLAUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento - PR, em 02/10/2017

JAIME ERNESTO CARNIEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Della Giustina
Código Identificador:579D801B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 53 2017

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº. 562/2017 no exercicio de 2017**.**

JAIME ERNESTO CARNIEL, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei;

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2017 no valor de R$ 1.477,76(hum mil quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e seis centavos) nas dotações conforme anexos.

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos de cancelamento total ou parcial das dotações de contas conforme anexo.
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 416/2013 de 19 de dezembro de 2013 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 493/2016 de 31 de agosto de 2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2017, nas ações correspondentes

Art.4º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, em10/10/2017

JAIME ERNESTO CARNIEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:1736E429

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 54 2017

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº. 564/2017 no exercicio de 2017**.**

JAIME ERNESTO CARNIEL, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei;

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2017 no valor de R$ 158.772,90(cento e cinqüenta e oito mil setecentos e setenta e dois reais e noventa centavos) nas dotações conforme anexos.

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos de cancelamento total ou parcial das dotações de contas conforme anexo e provável excesso na conta de receita 176199070000.
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 416/2013 de 19 de dezembro de 2013 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 493/2016 de 31 de agosto de 2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2017, nas ações correspondentes

Art.4º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, em 11/10/2017

JAIME ERNESTO CARNIEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:49E15CD1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2017

Objeto: Contratação de empresa para a obra de reforma da unidade do CISA Macedo (Centro de inclusão Social do Adolescente), localizada na rua Belo Horizonte, nº 34 – Vila Macedo – Piraquara/PR, com área construída da edificação de 254,43m² e da Quadra de Esportes de 327,81m², conforme especificações contidas no anexo I – Projeto Básico.Em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, cujo resultado apresenta-se da seguinte forma: **EMPRESAS HABILITADAS:** 1 - Engebs Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda Me; 2 - Canterteze Engenharia e Serviços Eireli; 3 - Área Sul Construção Civil Ltda Epp; 4 - Engetau Soluções em Engenharia; 5 - Paulo Cesar dos Santos Manuntec Manutenção Predial e Residencial Me; 6 - Engfer Ferrovias Ltda; 7 - Normandie Incorporação e Construção Civil Ltda; 8 - Forte Rocha Construtora Ltda Me.**EMPRESAS INABILITADAS: 1 -** Cintra & Lavor Instalações Ltda Me.Salientamos que fica aberto o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para as licitantes interessadas interporem recursos no prazo legal e que no final deste abre-se o prazo para apresentação das contrarrazões por igual período.

Piraquara, 16 de outubro de 2017.

EMERSON ANTONIO ZAPCHAU
Presidente da Comissão de Licitações

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:0258A297

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº. 05/2017

Objeto: Contratação de empresa para obras de: Lote 01 – Conclusão de obra de construção de uma unidade de educação infantil – Tipo B, na Rua Richard Lickfeld, 2050, Jardim Tarumã, com área de 1.211,92m², Lote 02 – Conclusão da obra de construção de uma unidade de Educação Infantil – Tipo B, Na Rua Vereador Orlando Santander, 707, com área de 1.211,92m², Lote 03 – Conclusão da obra de Construção de uma unidade de Educação Infantil – Tipo B, Na Rua

Heitor Pallu, 1.477, Jardim Tarumã, Com área de 1.211,92, Em cumprimento ao repasse de acordo com o Termo De Compromisso Pac 2919/2012 realizado com o FNDE/MEC, Conforme especificações Técnicas e Projetos.Em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, cujo resultado apresenta-se da seguinte forma: **EMPRESAS HABILITADAS:** 1 - JCR Construções e Saneamento Ltda Epp; 2 - Normandie Incorporação e Construção Civil Ltda; 3 - Forte Rocha Construtora Ltda Me; 4 - Prado e Prado Ltda Epp; 5 - Engebs Construções e empreendimentos Imobiliários Ltda Me. **EMPRESAS INABILITADAS:** 1 - Cataratas Incorporadora e Construtora Ltda Me;Salientamos que fica aberto o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para as licitantes interessadas interporem recursos no prazo legal e que no final deste abre-se o prazo para apresentação das contrarrazões por igual período.

Piraquara, 18 de outubro de 2017.

EMERSON ANTONIO ZAPCHAU
Presidente da Comissão de Licitações

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:5792E5EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2017 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7307/2017

Objeto: Registro de preços para aquisição de Instrumentos Musicais para suprir as necessidades das secretarias Municipais de Saúde e Cultura, Esporte e Lazer. **Abertura: 13 de novembro de 2017, às 9:00 horas**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Piraquara, na Av. Getúlio Vargas, 1990 – Centro – Piraquara - PR. **Critério de Julgamento**: **MENOR VALOR UNITÁRIO**. **Valor Máximo global estimado** R$ 66.071,70 (Sessenta e seis mil setenta e um reais e setenta centavos). O edital, esta à disposição dos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, no horário das 08:00h às 11:30h e das 13:00h às 16:30h ou site:
www.piraquara.pr.gov.br

Piraquara, 18 de outubro de 2017.

SHEILA GUIMARÃES VELOSO
Pregoeira Municipal,
Portaria 9685/2017

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:89B9F668

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTOPREGÃO PRESENCIAL Nº. 75/2017 – PROCESSO Nº. 14.767/17

O MUNICÍPIO DE PIRAQUARA torna público, para conhecimento dos interessados, que a data de **abertura do pregão**, que tem por objeto o registro de preços para a aquisição materiais de cama, mesa e banho para atender a demanda dos equipamentos da Secretaria de Assistência Social; Centro de atendimento a pessoas em situação de rua – centro Pop e dos moradores (crianças e adolescentes) do abrigo Institucional Elvira Lorusso do Nascimento, assim como a unidade da secretaria de saúde UPA 24 horas do Município de Piraquara conforme anexo I – termo de referência, **fica ADIADA para o dia 08/11/2017, às 09h00**, no mesmo local indicado inicialmente. **MOTIVO**: **Alterações** no edital que estarão à disposição dos interessados na Divisão de Compras e Licitações da Prefeitura, na Av. Getúlio Vargas, 1990 – Centro – Piraquara-PR, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site:
www.piraquara.pr.gov.br.

Piraquara, 18 de outubro de 2017.

SHEILA GUIMARÃES VELOSO
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:22E5BB8C

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 266/2017

A Secretária Municipal de Educação de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais resolve:

Tornar pública a relação dos candidatos convocados para proceder à escolha de vagas da seleção para o provimento de Formadores Locais do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, considerando o Edital 227/2017 da Secretaria Municipal de Educação, publicado no Diário Oficial dos municípios do Paraná n° 1334/2017, de 08/09/2017.

I – Candidatos aprovados e convocados por ordem de classificação:

	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
2	Mirian Cristina da Silva	35
3	Adriana de Souza Alves	34

II - Os candidatos selecionados deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação, no dia **20/10/2017, às 08h00** para proceder à escolha de vagas.

III – O candidato que não comparecer estará consequentemente desistindo de sua vaga.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 18 de outubro de 2017.

CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:23FAEAB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
PORTARIA Nº 9759/2017

"CONVOCA A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL; CONSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

ART. 1º Convocar a sociedade civil organizada e membros representantes das políticas públicas para participar da I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
PARÁGRAFO ÚNICO A I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial será realizada no dia 24 de novembro de 2017, sendo a responsável pelo processo de eleição do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR.
ART. 2º Constituir a Comissão de Organização da I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
ART. 3º Atribuir a esta comissão a função de:
Discutir o tema central da I Conferência Municipal "O Brasil na década dos afrodescendentes: reconhecimento, justiça, desenvolvimento e igualdade de direitos";
Preparar e acompanhar a operacionalização da I Conferência Municipal e do processo de eleição dos membros do COMPIR;
Organizar e coordenar a I Conferência Municipal;
Elaborar o regulamento da I Conferência e encaminhá-lo para aprovação da Plenária;
Dar suporte técnico-operacional durante o evento;
ART. 4º A Comissão de Organização da I Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial será coordenada pela Servidora Pública

Municipal Regina Aparecida de Almeida, inscrita no CPF n.º 867.063.819-34, sendo composta por membros da Sociedade Civil e do Poder Executivo municipal.
São membros da Comissão de Organização:
Antonie Ramos, inscrita no CPF n.º 112.272.809-39;
Ezequiel Trocati, inscrito no CPF n.º 038.613.909-14;
Sara Viana Pinto, inscrita no CPF n.º 355.456.339-72;
Silvana Antunes da Silva, inscrita no CPF n.º 664.179.379-68;
Regina Aparecida de Almeida, inscrita no CPF n.º 867.063-34.
Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 18 de outubro de 2017.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:2C03E94F

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DECRETO N.º 6240/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**
Art. 1° Nomear o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 058/2016 e com homologação através do Edital Nº. 112/2016, cumprindo as exigências legais.

FUNÇÃO: ENFERMEIRO

Nome	Admissão
VÂNIA PRISCILA DOS SANTOS	18/10/2017

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar da data de admissão do servidor.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 18 de outubro de 2017.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anelise Bueno Staben Alves
Código Identificador:F87AE3BD

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DECRETO Nº 6241/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
CONCEDER, no período compreendido entre **07/10/2017 à 05/11/2017**, Licença Para Tratar de Pessoa Doente na Família, a servidora **ROSICLER APARECIDA MAIER**, matricula nº. **64483-1 cargo ASSISTENTE OPERACIONAL ESCOLAR**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, atendendo ao disposto no Art. 93 da Lei 863/2006 – Estatuto dos Servidores de Piraquara, podendo ser prorrogável por igual período mediante a protocolo.Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 07 de Outubro de 2017.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 18 de Outubro de 2017.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anelise Bueno Staben Alves
Código Identificador:2FBA26CA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DECRETO Nº 6242/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
CONCEDER, prorrogação da Licença Para Tratar de Pessoa Doente na Família por 30 (trinta) dias, no período compreendido entre **12/10/2017 à 10/11/2017**, a servidora **NORILENE WILD WACHHOLZ**, matricula nº. **64912-1 cargo ASSISTENTE OPERACIONAL ESCOLAR**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, atendendo ao disposto no Art. 93, §3º, da Lei 863/2006 – Estatuto dos Servidores de Piraquara.
Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 12 de Outubro de 2017.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 18 de Outubro de 2017.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anelise Bueno Staben Alves
Código Identificador:A8BF2B98

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DECRETO Nº 6243/2017

O Prefeito Municipal de Piraquara, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º - Instituir, a contar de 19/10/2017, Gratificação de Função do seguinte servidor efetivo, abaixo nominado:

Matrícula	Servidor	FG
652341	EMILIO JOSE LAPCHENSK	FG08

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos as respectivas datas.

Palácio 29 de Janeiro, Edifício Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 18 de Outubro de 2017.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anelise Bueno Staben Alves
Código Identificador:497FE74A

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 9760/2017

O Prefeito Municipal de Piraquara, no uso de suas atribuições legais, determina,
Art. 1º. – Fica revogada a disponibilidade funcional para o Fórum Eleitoral da Comarca Metropolitana de Piraquara, do servidor **Emilio José Lapchensk,** cargo de Técnico Administrativo, Matrícula Funcional nº. 65234-1, a partir de 19/10/2017.
Art. 2º. – Em razão da revogação de que trata o artigo anterior o referido servidor deverá retornar ao quadro funcional da Prefeitura Municipal de Piraquara, devendo apresentar-se à Superintendência de Gestão de Pessoas para os procedimentos cabíveis.
Art. 3º. – Fica revogada a Portaria nº 9594/2017.
Art. 4º. – Esta Portaria entra em vigor a partir de 19/10/2017.

Palácio Vinte e Nove de janeiro, Edifício Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 18 de Outubro de 2017.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anelise Bueno Staben Alves
Código Identificador:8E2B6AFF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 632/2017

DATA: 18 de outubro de 2017.

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo e Legislativo Municipal a conceder 01 (um) dia de folga remunerada aos servidores públicos municipais efetivos, na data de seus respectivos aniversários, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte **LEI:-**

Art. 1º – Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo e Legislativo Municipal a conceder um dia de folga remunerada aos servidores públicos municipais efetivos, na data de seus aniversários.
Parágrafo Único: Quando o aniversário do Servidor coincidir com final de semana, feriados e pontos facultativos, o mesmo terá direito de gozar esta folga no próximo dia útil e, não poderá ser convertido em horas extras ao optar por trabalhar no dia especificado.

Art. 2º – O Chefe do Poder Executivo e Legislativo Municipal tomará todas as providências necessárias para o cumprimento desta Lei.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, aos 18 dias do mês de outubro do ano de 2017.

ANTONIO EDSON KOLACHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:A6D62643

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 633/2017

DATA: 18 de outubro de 2017.

SÚMULA: Dispõe sobre a proibição do corte dos serviços de fornecimento de energia elétrica e água no Município, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte **LEI:-**

Art. 1º – Fica proibido à concessionária de energia elétrica (COPEL) e à empresa de fornecimento de água (SAAE), o corte do fornecimento dos respectivos serviços no Município, por motivo de inadimplência de seus clientes, das 12:00 (doze) horas de sexta-feira até às 08:00 (oito) horas da segunda-feira subsequente**.**
Parágrafo Único: A presente proibição de corte de serviços se estende, também, às 12:00 (doze) horas do último dia útil antecedente a qualquer feriado (nacional, estadual ou municipal) e ponto facultativo municipal, até às 08:00 (oito) horas do primeiro dia útil subsequente.

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar por Decreto, a forma e o valor das sanções a serem aplicadas às concessionárias, em caso de descumprimento da presente Lei.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, aos 18 dias do mês de outubro do ano de 2017.

ANTONIO EDSON KOLACHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:2AAB4C40

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 634/2017

DATA: 18 de outubro de 2017.

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização do transporte de calcário e outros insumos por veículos da frota municipal, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte **LEI:-**

Art. 1º – Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar serviço de transporte de calcário e outros insumos para os proprietários de imóveis rurais e agricultores que exploram a terra na condição de arrendatários, meeiros ou parceiros no Município de Pitangueiras.

Art. 2º – Para cobertura das despesas decorrentes do serviço autorizado pelo artigo anterior, fica o Município autorizado a proceder a cobrança do valor de R$ 2,00 (dois reais) por quilômetro rodado.
Parágrafo Único: O valor deverá ser recolhido pelo solicitante junto à rede bancária, mediante Guia de Recolhimento expedida pela Secretaria Municipal Administração e Finanças, anteriormente à execução do serviço.

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, aos 18 dias do mês de outubro do ano de 2017.

ANTONIO EDSON KOLACHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:EB114682

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 426/17

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

DEMITIR, por motivo de aposentadoria por invalidez a funcionária, **SUELI APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade nº. 4.182.235-0-SSP/PR, Matricula nº. 1304-5, ocupante da função de Professora Ensino Fundamental, lotada na Escola Municipal Tiradentes, desde 01 de setembro de 2017, conforme Carta de Concessão Expedida, pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

EDIFICIO DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezessete. (05.09.2017).

FÁBIO LUIZ ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:1D7B30D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 35

2017
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática

Lei/Ato nº 371 - Decreto nº 35/2017 de 18/10/2017		Escopo	Nº	Ano
Autorização: 348	Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1056	2016
Crédito adicional	Recurso do crédito adicional	Previsto	Realizado	
Suplementar	Anulação de Dotações	84.000,00	84.000,00	
Despesa				
05	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Anulação	20.000,00	
05.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Abertura		
12.361.0008.2008	Manutençao das Atividades Educacionais			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
650 00107	Salário-Educação			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Acréscimo	47.000,00	
05.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Abertura		
12.361.0008.2008	Manutençao das Atividades Educacionais			
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
761 00107	Salário-Educação			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Anulação	27.000,00
05.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Abertura		
12.361.0009.2009	Transporte Escolar			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
850 00107	Salário-Educação			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
09	DEPARTAMENTO DE SAÚDE	Anulação	37.000,00	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Abertura		
10.301.0030.2030	Manutençao do Fundo Municipal de Saude			
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
2000 00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
09	DEPARTAMENTO DE SAÚDE	Acréscimo	37.000,00	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Abertura		
10.301.0030.2030	Manutençao do Fundo Municipal de Saude			
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
2210 00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	

Resumo acumulado	Recurso do crédito adicional	Tipo de alteração	Previsto	Realizado
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	84.000,00	84.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	84.000,00	84.000,00

Publicado por:
Néli Aparecida Hildebrant Kreitlow
Código Identificador:85781428

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 040-2017
ACADEMIAS TERCEIRA IDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2017 EXCLUSIVA PARA ME, MEI E EPP MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de equipamentos esportivos para Implantação de Academias da Terceira Idade, conforme Contrato de Repasse nº 814481/2014/MINISTÉRIO DO ESPORTE/CAIXA, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de Referência anexo I do instrumento convocatório.

RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO

Com base nos pronunciamentos da Pregoeira, Equipe de Apoio, Parecer da Procuradoria Jurídica e do Controle Interno deste Município, constantes do presente processo administrativo e com fundamento no que dispõem o Art. 43, inciso VI, da Lei n° 8.666/93 e o Art. 4, inciso XXI, da Lei n° 10.520/2002, não havendo recurso, torna-se público a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto a empresa **P. O. ZIOBER EIRELI - EPP**, estabelecida à Rua 19.169, nº 174, Barracão C, bairro Cidade Industrial, CEP 87070-781 na cidade de Maringá, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 11.152.901/0001-15, pelo valor global de **R$ 24.596,00 (vinte e quatro mil quinhentos e noventa e seis reais).**

Porto Amazonas, 18 de outubro de 2017.

ANTONIO ALTAIR POLATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Néli Aparecida Hildebrant Kreitlow
Código Identificador:8B57FFA4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL 034-2017 ACADEMIAS TERCEIRA IDADE

Extrato Contratual
Documento: Contrato de Fornecimento n° 034/2017
Data:18/10/2017
Contratante: Município de Porto Amazonas
Contratada: P. O. ZIOBER EIRELI - EPP – CNPJ 11.152.901/0001-15
Protocolo:386/2017
Licitação: Pregão Eletrônico nº 040/2017
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de equipamentos esportivos para Implantação de Academias da Primeira Idade e da Terceira Idade, conforme Contrato de Repasse nº 814481/2014/MINISTÉRIO DO ESPORTE/CAIXA.
Valor Global:R$ 24.596,00 (vinte e quatro mil quinhentos e noventa e seis reais).
Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.
Prazo de Vigência:de 19/10/2017 a 19/10/2018.

Publicado por:
Néli Aparecida Hildebrant Kreitlow
Código Identificador:2A8D656B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 042-2017 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE FISIOTERAPIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVA PARA ME, EPP E MEI

TIPO: MENOR VALOR POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento, de forma fracionada, de equipamentos e materiais de manutenção para clínica de fisioterapia municipal, com entrega em Porto Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de Referência anexo I deste instrumento convocatório.

RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO

Com base nos pronunciamentos da Pregoeira, Equipe de Apoio e da Assessoria Jurídica deste Município, constantes do presente processo administrativo e com fundamento no que dispõem o Art. 43, inciso VI, da Lei n° 8.666/93 e o Art. 4, inciso XXI, da Lei n° 10.520/2002, torna-se público a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto as empresas abaixo relacionadas:

EMPRESA	CNPJ	VALOR
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - ME	17.676.642/0001-08	R$ 26.731,12
MAXIMUS ESPORTES COMERCIO LTDA EPP	08.738.035/0001-34	R$ 20.031,00
VALOR GLOBAL LICITADO R$ 46.762,12		

Porto Amazonas, 18 de outubro de 2017.

ANTONIO ALTAIR POLATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Néli Aparecida Hildebrant Kreitlow
Código Identificador:D5EAF518

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
AVISO (ERRATA) DISPENSA 142/2017

Por equívoco de digitação, fica corrigida a redação da dispensa de licitação nº 142/2017 da seguinte forma:

Onde se lê:
Aquisição de 01 (um) padrão de DBO 1000 mg/L de 500mL e 01 (um) padrão de DQO 2000 mg/L de 500mL para o laboratório do Consórcio Cispar.
Leia-se:
Aquisição de 02 (dois) padrão de DBO 1000 mg/L de 500mL e 01 (um) padrão de DQO 2000 mg/L de 500mL para o laboratório do Consórcio Cispar.

Maringá, 18 de outubro de 2017.

ANDRE LUÍS BOVO
Presidente

Publicado por:
Heloisa Romão dos Reis Silva
Código Identificador:893C61A0

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2017

Considerando as necessidades do Laboratório do Cispar de promover a contratação de serviços e adquirir produtos conforme abaixo especificados, considerando que, conforme declaração de exclusividade emitida pelo Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo – CORCE SP, somente a empresa abaixo referida está habilitada e autorizada, no Brasil, para prestar os serviços referidos e adquirir os produtos mencionados, considerando a configuração da situação ao disposto no art. 25, caput, I da Lei Federal n° 8.666/93, declaro INEXIGÍVEL a licitação, por inviabilidade de competição atual, no valor total de R$ 13.552,44 (treze mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) em favor de NOVA ANALÍTICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ do MF sob No 67.774.679/0001-47, com endereço na Rua Assungui, 432, Bosque da Saúde, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.131-000, a qual está com sua situação regular perante a seguridade social (INSS e FGTS).

Figura como objeto do ato de inexigibilidade o seguinte:

OBJETO: Aquisição de 01 (um) conjunto aquecedor da fonte de íons Heater DSQI/Polaris Q/ITQ para o laboratório Cispar.

Fica o ato de inexigibilidade devidamente RATIFICADO e APROVADO em todos os seus termos e atos.

Maringá, 16 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUÍS BOVO
Presidente

Publicado por:
Heloisa Romão dos Reis Silva
Código Identificador:3540F2E7

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2017

LICITAÇÃO Nº 113/2017 - PREGÃO Nº 58/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: **N. DA CRUZ ALVES ME – CNPJ 26.000.813/0001-75**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DESTINADOS À ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA.**
VALOR GLOBAL: R$ 23.714,00 (Vinte e Três Mil, Setecentos e Quatorze Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 12 (Doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 17/10/2017

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Cristina Neto
Código Identificador:5828153B

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2017

LICITAÇÃO Nº 123/2017 - TOMADA DE PREÇO Nº 11/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: **CONSTRUTORA REGIOLI LTDA- EPP – CNPJ 17.094.296/0001-50**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA DO PROJETO CRESCENDO EM CIDADANIA DE PRADO FERREIRA.**
VALOR GLOBAL: R$ 242.618,32 (Duzentos e Quarenta e Dois Mil, Seiscentos e Dezoito Reais e Trinta e Dois Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 240 (Duzentos e Quarenta) dias, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 18/10/2017

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Cristina Neto
Código Identificador:306665B7

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2017

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 130/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2017

O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, torna público que será **PRORROGADO** a data prevista de abertura do Pregão nº 67/2017 para o dia 31 de Outubro de 2017, às 09 horas, em decorrência de **ALTERAÇÕES** sofridas no **anexo 1 - TERMO DE REFERÊNCIA**, do referido Edital, é feita a seguinte alteração:

Onde se lê:

LOTE: 1 - AQUISIÇÃO DE TUBOS					
Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	TUBO GALVANIZADO - 2 POLEGADAS OU 60x30mm - BARRA DE 6MT	100,00	PÇA	218,40	21.840,00
TOTAL					**21.840,00**

Leia-se:

LOTE: 1 - AQUISIÇÃO DE TUBOS					
Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	TUBO GALVANIZADO - 2 POLEGADAS OU 60x3mm - BARRA DE 6MT	100,00	PÇA	218,40	21.840,00
TOTAL					**21.840,00**

Prado Ferreira, 18 de Outubro de 2017.

WILSON HERBER FILHO
Pregoeiro

Publicado por:
Fabiana Cristina Neto
Código Identificador:7FF730EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO – CONTRATO Nº 227 /2017 ID 4576

PREGÃO eletrônico Nº80 /2017. Vigência: 12 MESES.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS – PR.
Objeto:. O presente CONTRATO tem por objeto a Aquisição de Reagente de Redução Catalítica Seletiva (reagente Arla 32), devidamente autorizado pelo Processo Licitatório Pregão nº 80/2017 da «Órgão», e seus ANEXOS, que ficam fazendo parte integrante do presente em todos os seus itens e condições.
CONTRATADO: KAPP COMERCIAL LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **08.699.477/0001-19**,**o valor total dos itens vencidos de R$ 8.750,00 (Oito mil, setecentos e cinquenta reais).**

11/10/2017.

Publicado por:
Debora Andreatta da Silva
Código Identificador:34648998

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO – CONTRATO Nº223 /2017 ID 4575

PREGÃO eletrônico Nº74 /2017. Vigência: 12 MESES.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS – PR.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a Aquisição de instrumentos musicais para o Projeto da Banda Municipal, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório Pregão nº 74/2017 da Secretaria Municipal de assistência social e cultura, e seus ANEXOS, que ficam fazendo parte integrante do presente em todos os seus itens e condições.
CONTRATADO: LÚDICA COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA. - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **12.153.969/0001-81 o valor total dos itens vencidos de R$ 4.100,00 (Quatro mil e cem reais). Data Assinatura 04/10/2017.**

Publicado por:
Debora Andreatta da Silva
Código Identificador:B9CD7F49

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO – CONTRATO Nº 225 /2017 ID 4577

PREGÃO eletronico Nº 69 /2017. Vigência: 12 MESES.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS – PR.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a Aquisição de ares condicionados com sua devida instalação para atender a necessidade de algumas secretarias municipais, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório Pregão nº 69/2017 das secretarias municipais, e seus ANEXOS, que ficam fazendo parte integrante do presente em todos os seus itens e condições.
CONTRATADO: ALÍRIO FERREIRA BARBOSA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **77.578.524/0001-99 o valor total dos itens vencidos de R$ 11.940,00 (Onze mil novecentos e quarenta reais). Assinatura: 04/10/2017.**

Publicado por:
Debora Andreatta da Silva
Código Identificador:DD1B176F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2017- REGISTRO DE PREÇO N°34/2017

PREGÃO eletronico Nº 69 /2017. Vigência: 12 MESES.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS – PR.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a Aquisição de ares condicionados com sua devida instalação para atender a necessidade de algumas secretarias municipais, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório Pregão nº 69/2017 das secretarias municipais, e seus ANEXOS, que ficam fazendo parte integrante do presente em todos os seus itens e condições.
CONTRATADO: ALÍRIO FERREIRA BARBOSA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **77.578.524/0001-99 o valor total dos itens vencidos de R$ 11.940,00 (Onze mil novecentos e quarenta reais). Data da assinatura: 04/10/2017. OBS.: A Ata de Registro de Preços encontra-se disponível na íntegra no site**
http://quatrobarras.pr.gov.br

Publicado por:
Debora Andreatta da Silva
Código Identificador:0585FB4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO – CONTRATO Nº 224 /2017 ID 4576

PREGÃO eletronico Nº 69 /2017. Vigência: 12 MESES.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS – PR.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a Aquisição de ares condicionados com sua devida instalação para atender a necessidade de algumas secretarias municipais, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório Pregão nº 69/2017 das secretarias municipais, e seus ANEXOS, que ficam fazendo parte integrante do presente em todos os seus itens e condições.
CONTRATADO: TERMALE ENGENHARIA DE CLIMATIZAÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **16.886.722/0001-25 o valor total dos itens vencidos de** R$ **17.988,00 (Dezessete mil, novecentos e oitenta e oito reais). Assinatura: 04/10/2017.**

Publicado por:
Debora Andreatta da Silva
Código Identificador:763C0FC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2017- REGISTRO DE PREÇO N°34/2017

PREGÃO eletronico Nº 69 /2017. Vigência: 12 MESES.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS – PR.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a Aquisição de ares condicionados com sua devida instalação para atender a necessidade de algumas secretarias municipais, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório Pregão nº 69/2017 das secretarias municipais, e seus ANEXOS, que ficam fazendo parte integrante do presente em todos os seus itens e condições.
CONTRATADO: TERMALE ENGENHARIA DE CLIMATIZAÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **16.886.722/0001-25 o valor total dos itens vencidos de** R$ **17.988,00 (Dezessete mil, novecentos e oitenta e oito reais). Assinatura: 04/10/2017. OBS.: A Ata de Registro de Preços encontra-se disponível na íntegra no site** http://quatrobarras.pr.gov.br

Publicado por:
Debora Andreatta da Silva
Código Identificador:5B5E4DEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ERRATA Nº 01/2017 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 89/2017 / MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preço para eventual necessidade de aquisição de mobiliário e diversos para atender as necessidades de todas as secretarias desta prefeitura conforme especificações contidas no Anexo 01 e Termo de Referência (Anexo 01.A) do referido Edital.
A Pregoeira Municipal, no uso das suas atribuições no que lhe confere o Decreto n° 5454/2017, comunica aos interessados que procedeu as seguintes alterações e esclarecimentos no edital em epígrafe:

ACRESCENTA-SE AO ANEXO 03 (DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO) DO REFERIDO EDITAL:
3 – Para comprovação da qualificação técnica:
"**- Apresentar Certificado de Conformidade do INMETRO para os itens 29, 30 e 31 do edital**, para o modelo especificado conforme Portaria Nº 105/2012 em nome da marca indicada, relatório de ensaio conforme NBR 9209/1986, referente ensaio para determinação da massa de fosfato (1,36-g/m² de 16h), para obtenção de resistência e durabilidade da pintura metálica do mobiliário escolar, emitido por laboratório de renome nacionalmente reconhecido, Relatório de ensaio sobre corrosão e envelhecimento por exposição à névoa salina, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a ABNT NBR 8094/1983 (material metálico revestido e não revestido – corrosão por exposição à névoa salina, no mínimo 1000 horas, que contenha união soldada) avaliada conforme NBR 5841/2015 e NBR ISO 4628/2015, grau de empolamento d0 / t0 e grau de enferrujamento Ri 0, acompanhado de ensaio da espessura da camada da pintura conforme NBR 10443/2008 e aderência da camada da tinta conforme NBR 11003/2009 – versão corrigida 2010 em nome da fabricante, para itens 29, 30 e 31, junto da proposta de preços, nos termos da Portaria Inmetro 105/12 em atendimento à norma técnica da ABNT NBR 14.006/08."

NOVA DATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 16h00 do dia 18/10/2017 às 08h20 do dia 01/11/2017.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h21 às 08h55 do dia 01/11/2017.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h00 do dia 01/11/2017.
Ficam mantidas as demais condições do referido Edital. Edifício da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 17 de outubro de 2017.

ELLEN CORREA WANDEMBRUCK LAGO
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Debora Andreatta da Silva
Código Identificador:1B5444D9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 1037

DECRETO Nº 1.037 DE 25 DE SETEMBRO DE 2017.

Disciplina a gestão e fiscalização dos contratos administrativos, bem como, o recebimento e autenticação de material de consumo e serviços.

A Prefeita do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em especial os art. 67, 73 e 74 da Lei 8.666/93, bem como, a Instrução Normativa 02/2007, Controladoria Interna do Município,

DECRETA:

Art. 1º A gestão dos Contratos Administrativos será exercido pelo respectivo Secretário Municipal em que o objeto fizer relação ou ser destinado, com a indicação do gestor no respectivo Contrato.
Parágrafo único – Quanto o objeto do Contrato tiver como destinatário mais de uma Secretaria, o gestor do Contrato será o que tiver melhor relação técnica ou de conhecimento prático com o objeto.

Art. 2º Cabe ao Gestor do Contrato as atividades de execução do mesmo, no sentido de determinar as quantidades a serem executadas ou entregues, avaliar e requerer aditamentos, controlar o prazo de vigência contratual e demais atos que garantam a boa execução do contrato.

Art. 3º O Fiscal do Contrato Administrativo terá a competência de acompanhar a sua boa execução, apontar as ilegalidades, a prestação dos serviços inadequados ou a entrega de produto que não cumpra as exigências prevista no Contrato, bem como, requer providências junto as contratadas, que será exercido:
I – Na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por Clarice Maria Machoski Wojcikievicz;
II – Na Secretaria Municipal da Criança, ação Social e Defesa Civil, por Neiva Aparecida Bonapace;
III – Na Secretaria Municipal de Saúde, por Mariele Ryba Durau;
IV – Na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, por Danielle Rauth;
V – Na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, por Juliana Ruvinski Deda;
VI – Na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, por João Ernani Ribas;
VII – Nas Obras ou serviços de Engenharia, por Thiago Luiz Boll ou Sirlene Paolini;
VIII – Na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, por Anderson Brunikoski;

Parágrafo Único – Os Contratos Administrativos deverão indicar qual será o respectivo Fiscal, seguindo a mesma regra do Art. 1º deste Decreto.

Art. 4º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para o recebimento e autenticação de materiais de consumo e serviço de qualquer natureza:
I – Na Secretaria Municipal de Administração e Finanças:
Vanderlei Ribas Pinto;

Adaiane Caroline Knapik.
II – Na Secretaria Municipal da Criança, ação Social e Defesa Civil:
Diogo Ricardo Lemos
Ines Teresinha Pyrychovski;
Elza Marquatz;
Cleuza Maria Rompava.
III – Na Secretaria Municipal de Saúde:
Sandra Edenise Selucinak Karasawa;
Edna Barbosa;
Bruna Mayra Zonta;
Juliana Cristina Gavlak;
Caroline Przybylok;
Rogério Ronaldo Raksa.
IV – Na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:
Luiz Carlos Lechinoski;
Anatolli Menna Brusamolin.
V – Na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Verônica dos Anjos;
Denise Terezinha Smokovicz.
VI – Na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano:
Zilda De Fatima Kerecki Santos;
Roni Enedi dos Santos Moreira Junior;
Ricardo Kimiecki.
VII – Na Central de Veículos:
José Carlos Muller.
VIII – Na Secretaria de Desenvolvimento Econômico:
Alessandra Ripka;
Raquel Dorilda Barbosa.

Parágrafo único – quando houver a recusa no recebimento dos objetos ou as respectivas Notas Fiscais, deverão comunicar o respectivo Fiscal do contrato para providências.

Art.5º Quando o Gestor ou o Fiscal do Contrato Administrativo for exonerado ou se afastar, por qualquer motivo, de suas atividades, poderá ser substituído por ato simples de apostilamento no respectivo Contrato.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando o Decreto nº. 1.012, de 01 de junho de 2017, e demais disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2017.

Gabinete da Prefeita

MARIA JÚLIA SOCEK WOJCIK
Prefeita Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:E1DCA1D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO

DECRETO N° 1.038, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017.

Altera composição da Comissão Especial para implantação do Sistema de Registro de Preço (SRP) e dá outras Providências.

A Prefeita do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no Decreto n°. 345, de 01 de fevereiro de 2007, e considerando a necessidade de levantamentos para implantação do Sistema de Registros de Preço,

DECRETA:

Art. 1° Ficam designados os servidores abaixo para promover levantamento de quantidades e de materiais, gêneros e equipamentos, estimados, necessários à instauração da Licitação, modalidade Concorrência ou Pregão, para implantar o Sistema de Registro de Preço (SRP) na Administração Publica de Quitandinha:

I - Comissão de peças e pneus de veículos, consertos de oficina mecânica, combustíveis e demais itens e serviços correlatos:
João Ernani Ribas;
Roni Enedi dos Santos Moreira Junior;
Ricardo Kimiecki.

II - Comissão de medicamentos, material de consumo odontológico, de enfermagem e demais itens e serviços correlatos**:**
Mariele Ryba Durau;
Sandra Edenise Selucinak Karasawa;
Bruna Mayra Zonta.

III - Comissão de materiais de escritório, informática, didática e materiais de limpeza, higiene e demais itens e serviços correlatos:
Vanderlei Ribas Pinto;
Cristiane Perciak;
Vanderléia Taborda da Fonseca Martins.

IV - Comissão de mão de obra para engenharia, material de construção, ferramentas e material hidráulico (esgoto / encanamento), poços artesianos, prestação de serviços e demais itens e serviços correlatos:
Thiago Luiz Boll;
Tadeu Mikosz;
João Ernani Ribas.

V - Comissão para merenda escolar, serviços e outros gêneros alimentícios**:**
Anatolli Menna Brusamolin
Danielle Rauth
Luiz Carlos Lechinoski

VI - Comissão de materiais esportivos e serviços na área de educação, cultura e esportes:
Anderson França
Danielle Rauth
Luiz Carlos Lechinoski

Parágrafo Único - As comissões de que trata este artigo terão atribuição de gerenciamento a atualizações do registro em curso e para novas licitações com o mesmo fim.

Art. 2º Os Departamentos de Contabilidade, Almoxarifado e Licitações disponibilizarão dados com vistas ao estabelecimento estimado das quantidades, qualidades, durabilidade e condições de desempenho vedada a preferência da marca.

Art. 3º Cada Comissão, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentará planilha do objeto a ser licitado, diretamente ao Departamento de Licitações e Compras, contendo:
I - Quantidades estimadas (total e mensal);
II - Locais e horários e periodicidade de entrega.

Parágrafo Único: Para efeito da elaboração da planilha, que constituirá o memorial descritivo a ser licitado, deverá ser observado o disposto nos artigo 15, inciso IV e 23, § 1º, da Lei n.° 8.666/93, de 21 de julho de 1993.

Art. 4º O Departamento de Licitação, promoverá pesquisa de preço em três potenciais fornecedores para compor a etapa preparatória do certame, sendo a média aritmética utilizada para efeito de que dispõe o art. 40, §2º, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, de 21 de julho de 1993.
Parágrafo único – Caso a pesquisa de preço não seja de fácil realização, em razão do volume de itens, características do produto ou falta de fornecedor conhecido, a pesquisa de preço poderá ser realizada junto a bancos de dados públicos ou do governo, bem como, pela internet em site de reconhecida credibilidade.

Art. 5º Este Decreto estará em vigor nesta data, revogando o Decreto n. 1.026, de 08, de agosto de 2017, e demais disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Quitandinha.
Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2017.

Gabinete da Prefeita

MARIA JÚLIA SOCEK WOJCIK
Prefeita Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:FCD2F6DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO

DECRETO N° 1.045, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera as Comissões de Seleção e de Monitoramento e avaliação dos termos de parceria com a Administração Pública.

A Prefeita do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto na Lei 13019/14,

DECRETA:

Art. 1º Os termos de parceria entre a Administração Pública Municipal e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projetos previamente estabelecidos terão seus instrumentos selecionados, monitorados e avaliados pelas Comissões instituídas por este decreto.

Art. 2º A Comissão de Seleção é órgão colegiado que tem competência de processar e julgar as chamadas públicas, bem como, a dispensa da mesma e sua inexigibilidade, com o auxilio técnico do Departamento de Licitação.
Parágrafo único – A Comissão de Seleção será composta pelos seguintes membros:
I – Adaiane Caroline Knapik;
II – Clarice Maria Machoski Wojcikievicz;
III – Vanderlei Ribas Pinto.

Art. 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação é órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas pela Administração Pública, avaliando, inclusive, as respectivas prestações de contas.
Parágrafo único – A Comissão de Monitoramento e Avaliação será composta pelos seguintes membros:
I – Gerson Jose Rogoski;
II – Osvaldo Figura de Souza;
III – Neiva Aparecida Bonapace.

Art. 4º Quando houver complexidade no objeto do termo de parceria e a Comissão de Monitoramento e Avaliação não tiver capacidade técnica para monitorar e avaliar devidamente o objeto, poderá ser nomeado, por apostilamento no respectivo termo, servidor para auxiliar a referida Comissão, com responsabilidade solidária.

Art. 5º Será nomeado para cada termo celebrado Gestor para controlar e fiscalizar a execução do termo em tempo hábil e de modo eficaz.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando o Decreto n° 991, de 10 de fevereiro de 2017, as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, em 10 de outubro de 2017.

Gabinete da Prefeita

MARIA JÚLIA SOCEK WOJCIK
Prefeita Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:40E094C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO

DECRETO Nº 1.048, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera o Comitê Municipal do Programa Família Paranaense.

A Prefeita do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições,
Considerando a implantação do Programa Família Paranaense no Município, com objeto de atendimento às famílias em situação de maior vulnerabilidade social e risco;
Considerando a necessidade da promoção da autonomia e proteção das famílias em situação de maior vulnerabilidade social e risco em todo o Município, por meio da articulação e consolidação de uma rede integrada de proteção que promova ações intersetoriais planejadas de acordo com a necessidade de cada família e das especificidades do território onde vivem;
Considerando, ainda, a necessidade dos indivíduos e grupos populacionais agirem de forma sinérgica, articulando saberes e práticas para a melhoria da qualidade de vida da população, nesse sentido é priorizada a ação intersetorial, que promove a criação de grupos com entendimento comum da realidade e que trabalham de forma participativa na construção de intervenções integradas em situações complexas,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Comitê Municipal da Família Paranaense - Unidade Gestora de atuação municipal, responsável por mapear e articular com a rede de atendimento do Município e gerenciar a execução do programa, composto pelos seguintes servidores municipais e presidida pela primeira deles:

I - Edinete Resner – RG nº 4.007.237-3/PR;

II - Sergio Marcos Carvalho – RG nº 5.521.055-1/PR;

III - Jaqueline Ribas – RG nº 7.053.960-8/PR;

IV - Carlos Santana Mayer – RG nº 4.513.975-1/PR; e

V - Pedro Gilson Ribas – RG nº 4.464.448-7/PR.

Art. 2º O Comitê deverá reunir-se periodicamente para discutir as linhas de atuação do Programa e acompanhar sua implementação.

Art. 3º Os membros do Comitê devem articular os demais servidores dos respectivos órgãos administrativos para que os produtos oferecidos pelo Programa Família Paranaense sejam efetivamente executados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando o Decreto n° 993, de 17 de fevereiro de 2017, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, em 17 de outubro de 2017.

Gabinete da Prefeita

MARIA JÚLIA SOCEK WOJCIK
Prefeita Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:D70353EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO

Extrato do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 072/2015-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e **TANIA MARA MACIEL**
Objeto: Rescisão antecipada do Contrato de Trabalho
Data da assinatura: 10/10/2017

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:32B26320

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

FAZENDA
LEI Nº 668/07/2017.

SÚMULA: "*Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente e dá outras providências*".

A **CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE**, Estado do Paraná, aprova a Lei 668/07/2017 e eu Prefeita Municipal SANCIONO**:**

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício, um **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL** na importância de R$ 400,00 (Quatrocentos Reais), que servirá como reforço para a seguinte dotação orçamentária:

03.00.00000000.000	Departamento de Administração	
03.03.00000000.000	Divisão de Suprimentos	
0412200022.009	Manutenção da Divisão de Suprimento	
3.3.70.41.00.00	Contribuições (Fonte 000)	400,00
TOTAL.....		**R$ 400,00**

Art. 2.º Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior terá como contrapartida a redução da Seguinte dotação;

03.00.00000000.000	Departamento de Administração	
03.03.00000000.000	Divisão de Suprimentos	
0412200022.009	Manutenção da Divisão de Suprimento	
3.3.90.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores (200) (Fonte 000)	400,00
TOTAL.....		**R$ 400,00**

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Alegre D'Oeste, 16 de Outubro de 2.017.

SUELY ALVES PEREIRA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marina Tozzo Barbosa
Código Identificador:E9B1ABEA

FAZENDA
LEI Nº 670/07/2017.

SÚMULA: "*Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente e dá outras providências*".

A **CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE**, Estado do Paraná, aprova a Lei 670/07/2017 e eu Prefeita Municipal SANCIONO**:**

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício, um **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL** na importância de R$ 39.311,39 (Trinta e Nove Mil, Trezentos e Onze Reais e Trinta e Nove Centavos), que servirá como reforço para a seguinte dotação orçamentária:

04.00.00000000.000	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
04.03.00000000.000	Divisão de Fom. Agrop. e Des. Rural	
2060800021.009	Readequação de Estradas	
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições (Fonte 745)	882,74

05.00.00000000.000	Departamento de Educação	
05.01.00000000.000	Gabinete do Diretor de Departamento	
1236100122.014	Manutenção da Adm. Geral	
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo (Fonte 163) (F-1530)	1.000,00
4.4.90.52.00.00	Equipamento e M. Permanente (Fonte 186) (F-1529)	2.000,00

07.00.00000000.000	Departamento de Ação Social	
07.02.00000000.000	Divisão do Fundo Municipal de Ação Social	
0824400232.058	Manutenção (CRAS Municipal)	
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo (Fonte 725)	4.764,43
3.3.90.04.00.00	Contratação por Tempo Determinado (Fonte 725)	30.664,22
TOTAL.....		**R$ 39.311,39**

Art. 2.º Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior terá como contrapartida a redução da Seguinte dotação;

05.00.00000000.000	Departamento de Educação	
05.01.00000000.000	Gabinete do Diretor de Departamento	
1236100122.014	Manutenção da Adm. Geral	
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo (Fonte 000) (F-431)	3.000,00

07.00.00000000.000	Departamento de Ação Social	
07.02.00000000.000	Divisão do Fundo Municipal de Ação Social	
0824400232.033	Manutenção – FMAS (CRAS Municipal)	
3.1.90.11.00.00	Vencimento e Vant. Fixas (Fonte 000) (F-914)	25.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. Terceiros (Fonte 000) (F-959)	11.311,39
TOTAL.....		**R$ 39.311,39**

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Alegre D'Oeste, 16 de Outubro de 2.017.

SUELY ALVES PEREIRA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marina Tozzo Barbosa
Código Identificador:2859F30C

FAZENDA
DECRETO Nº 1314/07/2017.

SÚMULA: "*Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente e dá outras providências*".

A **CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE**, Estado do Paraná, aprova a Lei 668/07/2017 e eu Prefeita Municipal DECRETO**:**

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício, um **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL** na importância de R$ 400,00 (Quatrocentos Reais), que servirá como reforço para a seguinte dotação orçamentária:

03.00.00000000.000	Departamento de Administração	
03.03.00000000.000	Divisão de Suprimentos	
0412200022.009	Manutenção da Divisão de Suprimento	
3.3.70.41.00.00	Contribuições (Fonte 000)	400,00
TOTAL.....		**R$ 400,00**

Art. 2.º Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior terá como contrapartida a redução da Seguinte dotação;

03.00.00000000.000	Departamento de Administração	
03.03.00000000.000	Divisão de Suprimentos	
0412200022.009	Manutenção da Divisão de Suprimento	
3.3.90.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores (200) (Fonte 000)	400,00
TOTAL.....		**R$ 400,00**

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Alegre D'Oeste, 16 de Outubro de 2.017.

SUELY ALVES PEREIRA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marina Tozzo Barbosa
Código Identificador:35771056

FAZENDA
DECRETO Nº 1315/07/2017

SÚMULA: "*Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente e dá outras providências*".

A **CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE**, Estado do Paraná, aprova a Lei 670/07/2017 e eu Prefeita Municipal DECRETO**:**
Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício, um **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL** na importância de R$ 39.311,39 (Trinta e Nove Mil, Trezentos e Onze Reais e Trinta e Nove Centavos), que servirá como reforço para a seguinte dotação orçamentária:

04.00.00000000.000	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
04.03.00000000.000	Divisão de Fom. Agrop. e Des. Rural	
2060800021.009	Readequação de Estradas	
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições (Fonte 745)	882,74

05.00.00000000.000	Departamento de Educação	
05.01.00000000.000	Gabinete do Diretor de Departamento	
1236100122.014	Manutenção da Adm. Geral	
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo (Fonte 163) (F-1530)	1.000,00
4.4.90.52.00.00	Equipamento e M. Permanente (Fonte 186) (F-1529)	2.000,00

07.00.00000000.000	Departamento de Ação Social	
07.02.00000000.000	Divisão do Fundo Municipal de Ação Social	
0824400232.058	Manutenção (CRAS Municipal)	
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo (Fonte 725)	4.764,43
3.3.90.04.00.00	Contratação por Tempo Determinado (Fonte 725)	30.664,22
TOTAL.....		**R$ 39.311,39**

Art. 2.º Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior terá como contrapartida a redução da Seguinte dotação;

05.00.00000000.000	Departamento de Educação	
05.01.00000000.000	Gabinete do Diretor de Departamento	
1236100122.014	Manutenção da Adm. Geral	
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo (Fonte 000) (F-431)	3.000,00

07.00.00000000.000	Departamento de Ação Social	
07.02.00000000.000	Divisão do Fundo Municipal de Ação Social	
0824400232.033	Manutenção – FMAS (CRAS Municipal)	
3.1.90.11.00.00	Vencimento e Vant. Fixas (Fonte 000) (F-914)	25.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serv. Terceiros (Fonte 000) (F-959)	11.311,39
TOTAL.....		**R$ 39.311,39**

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Alegre D'Oeste, 16 de Outubro de 2.017.

SUELY ALVES PEREIRA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marina Tozzo Barbosa
Código Identificador:5978F6EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA DE REALEZA, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO: 156/2017 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.
OBJETO: Formação de Registro de Preços para aquisição de leite integral.
ABERTURA DAS PROPOSTAS/ SESSÃO DE DISPUTA: Dia 03 de Novembro de 2017, às 08h:00min
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Pregão Presencial nº 90/2017.
e-mail:
licitacao@realeza.pr.gov.br
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília - DF

Realeza, 18 de Outubro de 2017

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:E720888C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3517/2017 17/10/2017

SÚMULA: Declara de utilidade pública áreas para fins de constituição de servidão administrativa destinadas a execução e/ou implantação do Sistema de Abastecimento de Água da Linha Nova Brasília no Município de Realeza, e dá outras providências.

MILTON ANDREOLLI, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade públicas para fins de constituição de servidão administrativa, por via amigável e gratuita, pelo Município de Realeza, as áreas de terra abaixo descritas, destinadas a execução e/ou implantação do **Sistema de Abastecimento de Água da Linha Nova Brasília**, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º do Decreto-Lei n° 3.365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

Área: 49,632 m²
Proprietário: Celso Cisinandre Pertile, ou a quem de direito pertencer.
Situação: Lote nº 16 da Gleba 51 – AM, da Colônia das Missões, constante da **matrícula nº2.461** do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Realeza, para Sistema de Abastecimento de Água da Linha Nova Brasília, com a seguinte descrição:

Reservatório de água potável: Área: 25,982 m² - Situa-se sobre o Lote nº 16 da Gleba 51 – AM, coordenadas UTM SAD 69 N: 7160999,867, E: 249610,680, confrontando ao NORTE: Por linha seca reta, confronta com o lotes 16 da mesma gleba; ao LESTE: Por linha seca e reta, confronta com o lotes 16 da mesma gleba; ao SUL: Por linha seca e reta, confronta com o lote 16 da mesma gleba; e ao OESTE: Por linha seca e reta, confronta com o lote 16 da mesma gleba. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **1**, de coordenadas **N 7.161.002,27** m. e **E 249.613.31** m. Deste segue por linha seca e reta confrontando com o **LOTE 16** com azimute 128°51'09" e distância de 4,94 m, até o vértice **2**, de coordenadas **N 7.160.997,33** m. e **E 249.613,06** m**.** Deste segue por linha seca e reta confrontando com o **LOTE 16** com azimute de 271°19'09" e distância de 5,13 m, até o vértice **3**, de coordenadas **N 7.161.997,45** m. e **E 249.607,94** m**.** Deste segue por linha seca e reta confrontando com o **LOTE 16** com azimute de2°44'22" e distância de 5,19 m, até o vértice **4**, de coordenadas **N 7.161.002,64** m. e **E 249.608,19** m**.** Deste segue por linha seca e reta confrontando com o **LOTE 16** com azimute94°03'54" e distância de 5,13 m, até o vértice **1**, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Tubulação... Área: 23,65 m² - Tem seu ponto de partida no RESERVATÓRIO DE ÁGUA POTÁVEL (coordenadas UTM SAD 69 N: 7160999,867, E: 249610,680), com uma faixa de 0,50m de largura e uma extensão de 47,30 m de comprimento rumo ao NORDESTE até a Estrada Municipal, pelo Lote n° 16 da Gleba 51-AM, que faz divisa com o Lote 15 da Gleba 51 - AM.

Área: 100,00 m²
Proprietário: Leoclides Nadin, Alberto Nadin e Lurdes Nadin, ou a quem de direito pertencer.
Situação: Lote nº 06 da Gleba 51 – AM, da Colônia das Missões, constante da **matrícula nº 1.609** do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Realeza, para Sistema de Abastecimento de Água da Linha Nova Brasília, com a seguinte descrição:

Poço Artesiano: Área: 99,00 m²
Situa-se sobre o Lote nº 06 da Gleba 51 – AM, coordenadas UTM SAD 69 N: 7161198,64, E: 248094,78, confrontando ao NORTE: Por linha seca reta, confronta com o lotes 06 da mesma gleba; ao LESTE: Por linha seca reta, confronta com o lotes 06 da mesma gleba; ao SUL: Por linha seca reta, confronta com o lotes 06 da mesma gleba; e ao OESTE:Por linha seca reta, confronta com o lotes 06 da mesma gleba. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **1=5**, de coordenadas **N 7.161.205,04** m. e **E 248.091.74** m. Deste segue por linha seca e reta confrontando com o **LOTE 06** com azimute 109°48'29" e distância de 10,00 m, até o vértice **2**, de coordenadas **N 7.161.201,65** m. e **E 248.101,15** m**.** Deste segue por linha seca e reta confrontando com o **LOTE 06** com azimute de 199°48'29" e distância de 9,90 m, até o vértice **3**, de coordenadas **N 7.161.192,24** m. e **E 248.097,76** m**.** Deste segue por linha seca e reta confrontando com o **LOTE 06** com azimute de289°48'29" e distância de10,00 m, até o vértice **4**, de coordenadas **N 7.161.195,63** m. e **E 248.088,35** m**.** Deste segue por linha seca e reta confrontando com o **LOTE 06** com azimute19°48'29" e distância de 9,90m, até o vértice **1=5**, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Tubulação... Área: 1,00 m²
Tem seu ponto de partida no POÇO ARTESIANO (coordenadas UTM SAD 69 N: 7161198,64, E: 248094,78), com uma faixa de 0,50m de largura e uma extensão de 2,00 m de comprimento rumo ao NORDESTE até a Estrada Municipal, pelo Lote n° 06 da Gleba 51-AM, que faz divisa com o Lote 05 da Gleba 51 - AM.

Art. 2º - Fica autorizado ao Município de Realeza a promover todos os atos judiciais e extrajudiciais necessários para a efetivação da instituição administrativa nas áreas descritas no art. 1° deste Decreto, na forma da legislação vigente.

Art. 3º - A constituição de servidão administrativa será efetivada segundo o projeto apresentado pelo profissional habilitado, como forma de realizar a efetiva execução e/ou implantação do **Sistema de Abastecimento de Água da Linha Nova Brasília**.

Art. 4° - O Município terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação do presente decreto, para realizar às suas expensas, todo o procedimento referente ao registro da parcela do imóvel a ser registrado como servidão administrativa.

Art. 5° - As despesas com a escrituração correrão por conta do ente público.
Art. 6° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

MILTON ANDREOLLI
Prefeito

Publicado por:
Claudia Grzegozeski
Código Identificador:35027ACC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001 DE 8 DE AGOSTO DE 2013 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 47 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Convocar os candidatos aprovados em Concurso Público.

LESSIR CANAN BORTOLI, Prefeito de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1098 de 09 de dezembro de 2009, Lei Municipal nº 1213 de 08 de setembro de 2011, e Lei Municipal nº 1470 de 09 de dezembro de 2015,
R E S O L V E:

Art. 1º - Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados dentro do número de vagas abertas através do Edital de Concurso Público nº 001/2013 de 08 de agosto de 2013 e Edital nº 46 de 17 de outubro de 2017, para que compareça na Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, até o dia **31 de outubro de 2017**, no horário das 08:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, para apresentação da documentação relacionada neste Edital.

Cargo: Escriturário

Ordem de Classificação	Nº da Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	CPF. nº	Data de Nascimento	Pontuação Final
19	457	Gabriel Stiz	075.423.009-03	06.06.1993	45
20	76	Veridiana Salvadego	061.199.269-84	12.06.1987	45

Art. 2º - Os convocados, no ato do comparecimento, deverão apresentar:
§ 1º - Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor
IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo
X – Comprovante de residência

§ 2º - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente
II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.
III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.
IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de RH.
V – Atestado de saúde ocupacional, a ser emitido por Médico indicado pelo Município.

§ 3º - As declarações a que se referem os Incisos II e III do § 2º deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

Art. 3º - Os candidatos convocados para o cargo de **Escriturário** deverão apresentar a carteira com as vacinas obrigatórias.

§ 1º - A carteira de vacinação deverá ser apresentada por ocasião da realização do Exame Clínico, para obtenção do Atestado de Saúde Ocupacional, que será realizado no dia 31 de outubro de 2017.

§ 2º - No ato da apresentação dos documentos a que se refere o Artigo 2º deste Edital, os candidatos receberão uma guia de encaminhamento para a realização do Exame Clínico, com a informação do local e horário do exame.

Art. 4º - O não comparecimento dos candidatos convocados por este Edital até o prazo de 31 de outubro de 2017, resultará em perda automática da vaga.

Art. 4º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, 56º ano de Emancipação.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito

Publicado por:
Edilene Carlesso
Código Identificador:5E71DEDD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 301 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Revoga ampliação da carga horária do servidor Helio Padilha.

LESSIR CANAN BORTOLI, Prefeito de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Revogar a ampliação da carga horária do servidor **Helio Padilha**, portador do R.G. nº 3.468.335-2, inscrito no CPF nº 546.197.699-91, **Professor do Ensino Regular de 1ª a 5ª séries do Ensino Fundamental,** concedida através da Portaria nº 075 de 17 de fevereiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, 56º ano de Emancipação.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito

Publicado por:
Edilene Carlesso
Código Identificador:B809F55C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 08/2017 - DC

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto nos artigos 7º e 8º e da Lei Municipal nº 833/2016, de 24.10.2016, - ORÇAMENTO,
DECRETA*:*
Art. 1º - *Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do município, no valor de R$ 2.347.561,30 (Dois milhões, trezentos e quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e um reais e trinta centavos) para as dotações a seguir especificadas:*

03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0402.2007- SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
320 000 3.3.90.30.00.00- material de consumo 15.000,00
05- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
05.001- DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO
04.121.0405.2013- ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
590 000 3.3.90.39.00.00- outros serviços de terceiros- pessoa jurídica 2.800,00
06-SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL
06.001- SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL
08.244.0801.2015- ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL
670 000 3.1.91.13.00.00- obrigações patronais 25.000,00
730 000 3.3.91.97.00.00- aporte para cobertura do déficit atuarial do RPPS 25.000,00
08.244.0801.1008- EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E VEÍCULOS- ASSISTÊNCIA SOCIAL
831 934 4.4.90.52.00.00- equipamentos e material permanente 2.480,75
06.002- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0801.1008- EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E VEÍCULOS- ASSISTÊNCIA SOCIAL
820 936 4.4.90.52.00.00- equipamentos e material permanente 2.478,66
08.244.0801.2019- SIST. CONVIVÊNCIA E FORTALEC. DE VINCULOS (SCFV)
900 934 3.3.90.39.00.00- outros serviços de terceiros- pessoa jurídica 483,33
08.244.0801.2023- PSAC- MANUTENÇÃO DA CASA LAR
1005 939 3.1.90.11.00.00- vencimentos e vantagens fixas- pessoal civil 10.000,00
1031 918 3.3.90.30.00.00 - material de consumo 75000,00
08.244.0801.2024- PSB- MANUTENÇÃO DO CRAS
1120 936 3.3.90.30.00.00- material de consumo 943,44
1160 936 3.3.90.39.00.00- outros serviços de terceiros- pessoa jurídica 750,00
08.243.0801.6028- MANUTENÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL INFANTO JUVENIL
1331 934 3.3.90.30.00.00- material de consumo 3.765,82
07-SECRETARIA DE SAÚDE
07.001 -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.1013- EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E VEÍCULOS- SAÚDE
1540 303 4.4.90.52.00.00- equipamentos e material permanente 70.000,00
1571 347 4.4.90.52.00.00- equipamentos e material permanente 240.000,00
10.301.1001.2039- ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL
1870 495 3.1.90.11.00.00- vencimentos e vantagens fixas- pessoal civil 10.000,00
1900 303 3.3.90.30.00.00- material de consumo 20.000,00
10.301.1001.2041- ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2010 303 3.3.90.30.00.00- material de consumo 50.000,00
2040 303 3.3.90.39.00.00- outros serviços de terceiros- pessoa jurídica 50.000,00
10.302.1001.2042- PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE- APSUS
2070 346 3.3.90.30.00.00- material de consumo 16.416,30
10.302.1001.2045- ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA- CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE
2180 303- 3.3.71.70.00.00- rateio pela participação em consórcio público 6.000,00
2190 303- 3.3.71.70.00.00- rateio pela participação em consórcio público 55.000,00
10.302.1001.2046- MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE
2220 303 3.1.91.13.00.00- obrigações patronais 10.000,00
10.305.1001.2049- AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
2390 497 3.1.90.13.00.00- obrigações patronais 8.000,00
09- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
09.001- DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.122.1201.2059- ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

2950 103 3.1.90.11.00.00- vencimentos e vantagens fixas- pessoal civil 130.000,00
12.361.1201.1023- CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
3093 138 4.4.90.51.00.00- Obras e Instalações 72.117,91
12.361.1201.2060- MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL- OUTROS RECURSOS
3100 103 3.1.90.11.00.00- vencimentos e vantagens fixas- pessoal civil 81.500,00
3110 103 3.1.91.13.00.00- obrigações patronais 15.000,00
3190 103 3.3.91.97.00.00- aporte para cobertura do déficit atuarial do RPPS 10.600,00
12.361.1201.2061- MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL- FUNDEB
3210 101 3.1.90.11.00.00- vencimentos e vantagens fixas- pessoal civil 350.000,00
12.361.1201.2063- MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3350 103 3.3.90.30.00.00- material de consumo 100.000,00
3370 122 3.3.90.30.00.00- material de consumo 25.000,00
12.361.1201.2064- GÊNEROS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
3450 104 3.3.90.32.00.00- material, bem ou serviço para distribuição gratuita 12.000,00
12.365.1201.2066- MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL- FUNDEB
3540 101 3.1.90.11.00.00- vencimentos e vantagens fixas- pessoal civil 200.000,00
10- SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
10.001- DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
15.451.1501.1027- OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA
3751 798 4.4.90.51.00.00-obras e instalações 52.823,62
3753 914 4.4.90.51.00.00-obras e instalações 172.375,00
15.451.1501.2072- MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3840 507 3.3.90.30.00.00- material de consumo 14.000,00
3850 507 3.3.90.39.00.00- outros serviços de terceiros- pessoa jurídica 50.000,00
15.452.1501.2073 ATIVIDADES DA SEC DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
3910 000 3.3.90.30.00.00- material de consumo 100.000,00
10.002- DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO
26.782.2601.2076- MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS
4150 000 3.3.90.30.00.00- material de consumo 217.000,00
11- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
11.001- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.122.2001.2079 - ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
4360 000 3.3.90.30.00.00- Material de Consumo 20.000,00
80-ENCARGOS ESPECIAIS
80.001 ENCARGOS ESPECIAIS
28.843.0000.0091- AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA
4800 000 4.6.90.71.00.00- principal da dívida contratual resgatado 25.000,00
4840 000 3.3.90.39.00.00- outros serviços de terceiros- pessoa jurídica 9.940,00
28.846.0000.0094- DEVOLUÇÃO DE SALDOS DE CONVÊNIOS
4859 135 3.3.90.93.00.00- Indenizações e restituições 1.809,13
4854 500 3.3.90.93.00.00- Indenizações e restituições 5.591,90
48591 892 3.3.90.93.00.00- Indenizações e restituições 4.787,00
4858 917 3.3.90.93.00.00- Indenizações e restituições 5.398,44
28.846.0000.0095- PRECATÓRIOS JUDICIAIS
4870 000 3.3.90.91.00.00- sentenças judiciais 41.000,00

***Art. 2º-** Para atender à despesa decorrente da execução do artigo anterior, serão utilizadas as importâncias de: R$ 328.700,70 (trezentos e vinte e oito mil e setecentos reais e setenta centavos), recursos provenientes do superávit financeiro, R$ 967.704,30 (novecentos e sessenta e sete mil e setecentos e quatro reais e trinta centavos), recursos provenientes do excesso de arrecadação e R$ 1.051.156,30 (um milhão, cinqüenta e um mil e cento e cinquenta e seis reais e trinta centavos), recursos provenientes da anulação das seguintes dotações:*

03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0402.2007- SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
350 000 3.3.90.34.00.00- outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de 15.000,00
05- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
05.001- DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO
04.121.0405.2013- ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
550 000 3.1.90.11.00.00- vencimentos e vantagens fixas- pessoal civil 2.800,00
06- SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL
06.001- SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL
08.244.0801.2015- ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL
680 000 3.3.90.30.00.00- material de consumo 50.000,00
07-SECRETARIA DE SAÚDE
07.001- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2039- ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL
1910 495 3.3.90.30.00.00- material de consumo 10.000,00
1920 303 3.3.90.39.00.00- outros serviços de terceiros- pessoa jurídica 5.000,00
10.302.1001.2042- PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE- APSUS
2090 346 3.3.90.39.00.00- outros serviços de terceiros- pessoa jurídica 16.416,30
10.302.1001.2044- APOIO AO HOSPITAL DE CARIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
2170 303 3.3.50.43.00.00- subvenções sociais 170.000,00
10.302.1001.2046- MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE
2260 303 3.3.90.39.00.00- outros serviços de terceiros- pessoa jurídica 10.000,00
10.305.1001.2049- AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
2410 497 3.3.90.30.00.00- material de consumo 8.000,00
09-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
09.001 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.1201.2061- MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB
3200 101 3.1.90.04.00.00 – contratação por tempo determinado 350.000,00
3230 101 3.1.90.13.00.00- obrigações patronais 200.000,00
12.361.1201.2063- MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3410 104 3.3.90.39.00.00- outros serviços de terceiros- pessoa jurídica 12.000,00
3420 122 3.3.90.39.00.00- outros serviços de terceiros- pessoa jurídica 25.000,00
10- SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
10.001- DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
14.451.1501.2072- MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3840 507 3.3.90.30.00.00- material de consumo 50.000,00
3850 507 3.3.90.39.00.00- outros serviços de terceiros- pessoa jurídica 14.000,00
10.002- DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO
26.782.2601.2076- MANUTENÇÃO DS ESTRADAS VICINAIS
4110 000 3.1.90.04.00.00- contratação por tempo indeterminado 10.000,00
4120 000 3.1.90.11.00.00- vencimentos e vantagens fixas- pessoal civil 7.000,00
11- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
11.001- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.122.2001.2079 -ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
4330 000 3.1.90.11.00.00- vencimentos e vantagens fixas- pessoal civil 20.000,00
13- SECRETARIA DE ESPORTE E RECREAÇÃO
13.001- SECRETARIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO
27.812.2701.2089- ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
4680 000 3.1.90.11.00.00- vencimentos e vantagens fixas- pessoal civil 25.000,00
4720 000 3.3.90.39.00.00- outros serviços de terceiros- pessoa jurídica 41.000,00
4780 000 3.3.90.39.00.00- outros serviços de terceiros- pessoa jurídica 9.940,00

***Art. 3º-** Revogam-se as disposições em contrário.*

Gabinete do Prefeito Municipal, Em Rio Azul, 11 de setembro de 2017.

RODRIGO SKALICZ SOLDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:20A6F5B7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ERRATA RESULTADO PREGÃO 82/017

ERRATA
Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 18/10/2017. Edição 1361, código Identificador: ce9c89b6
Onde se lê
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Leia-se
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicado por:
Leoclides de Gracia Vianna Neto
Código Identificador:2DAC0553

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESULTADO PREGAO 78/2017 (CONTRATO 84/2017)

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL
FAVORECIDO: TELEFONICA BRASIL S.A
CNPJ: 02.558.157/0001-62

Rio Azul, 18 de outubro de 2017.

(A)RODRIGO SKALICZ SOLDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº.: 84/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: TELEFONICA BRASIL S.A
CNPJ: 02.558.157/0001-62
VALOR: R$ 30.909,00 (trinta mil, novecentos e nove reais)
PRAZO DA DURAÇÃO DA ATA : De 18/10/2017 a 17/10/2018.
ASSINATURA: 18/10/2017
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)RODRIGO SKALIZ SOLDA
Prefeito Municipal

(A) MARCELO ATAIDE DE OLIVEIRA
Representante

(A)PAULO CEZAR COSTA MENEZES
Representante

Publicado por:
Leoclides de Gracia Vianna Neto
Código Identificador:799133B9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERCEIRO ADITIVO CONTRATO 102/2016

TERCEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO
REFERENTE AO CONTRATO Nº 102/2016
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e SERRANA ENGENHARIA LTDA
Aditivo de Prazo, embasado no Artigo 57, Inciso II da Lei Federal 8.666/93, fica estendido até o dia 21/10/2018 o prazo de vigência e execução, contido na cláusula terceira, do Contrato 102/2016.
ASSINATURA: 18/10/2017
FORO: Comarca de Rebouças

(A) RODRIGO SKALICZ SOLDA
Prefeito Municipal

(A) ODAIR JOSÉ MANNRICH
Representante

Publicado por:
Leoclides de Gracia Vianna Neto
Código Identificador:C2A057D9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO 010/2017

"Dispõe sobre a deliberação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico/financeira dos serviços/programas, Gestão do PBF e Gestão do SUAS/2016".

O Conselho Municipal de Assistência Social de Rio Negro, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal 1217/2000 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico/Financeira do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/2016, referente aos Serviços/Programas, Gestão PBF – Programa Bolsa Família e Gestão SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão Plenária do CMAS de Rio Negro-PR, em 03 de outubro de 2017.

CARLA MARIA KIATKOSKI
Presidente

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:057215B4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 24.269/2017 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a) desta Municipalidade, **Licença Especial, conforme artigo 123, XXI, da Lei Orgânica,** conforme segue:

SANDRA MARA DOS SANTOS GOMES DE LIMA ALMEIDA, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, admitido (a) em **01/03/1990**, usufruirá no período de **18/09/2017 a 16/03/2018,** conforme **Requerimento N° 7.792/2017.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de outubro de 2017.

LUIZ FRANCISCONI NETO	*FÁBIO APARECIDO TEIXEIRA PINTO*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:25684222

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 24.270/2017 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a) desta Municipalidade, **Licença Especial, conforme artigo 123, XXI, da Lei Orgânica,** conforme segue:

ANDREIA DOS REIS PRECE, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, admitido (a) em **02/01/2008**, usufruirá no período de **20/09/2017 a 18/12/2017,** conforme **Requerimento N° 1901/2017-EDU.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de outubro de 2017.

LUIZ FRANCISCONI NETO	*FÁBIO APARECIDO TEIXEIRA PINTO*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:60009E79

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 24.271/2017 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a) desta Municipalidade, **Licença Especial, conforme artigo 123, XXI, da Lei Orgânica,** conforme segue:

ISABEL MARQUES CAMPANER, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, admitido (a) em **06/08/2012**, usufruirá no período de **20/09/2017 a 18/12/2017,** conforme **Requerimento N° 1901/2017-EDU.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de outubro de 2017.

LUIZ FRANCISCONI NETO	*FÁBIO APARECIDO TEIXEIRA PINTO*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:3A63A0CC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 24.272/2017 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a) desta Municipalidade, **Licença Especial, conforme artigo 123, XXI, da Lei Orgânica,** conforme segue:

MARIA APARECIDA SALES D'AVILA, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, admitido (a) em **26/07/2017**, usufruirá no período de **28/08/2017 a 25/11/2017,** conforme **Requerimento N° 1903/2017-EDU.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de outubro de 2017.

LUIZ FRANCISCONI NETO	*FÁBIO APARECIDO TEIXEIRA PINTO*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:33DDE3B4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 24.273/2017 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a) desta Municipalidade, **Licença Especial, conforme artigo 123, XXI, da Lei Orgânica,** conforme segue:

ISABEL SALVIATO, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, admitido (a) em **25/06/1985**, usufruirá no período de **02/10/2017 a 31/10/2017,** conforme **Requerimento N°947/2017.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de outubro de 2017.

LUIZ FRANCISCONI NETO	*FÁBIO APARECIDO TEIXEIRA PINTO*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:C01EC893

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 0216/2017

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS VAGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA – ESTADO DO PARANÁ

EDITAL Nº. 0216/2017
Resultado de Exame Médico

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA – PR, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Art. 37 e seguintes da Constituição Federal, as Leis Municipais Complementares nº 055/2011, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal, nº 059/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Rolândia, e nº 060/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério e demais trabalhadores da Educação do Município de Rolândia e suas modificações e de acordo com as normas prescritas no Edital de abertura do Concurso Público nº 002/2014,

TORNAR PÚBLICA

• O resultado da Avaliação Médica dos candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas existentes no Concurso Público para o preenchimento dos cargos da Administração Municipal de Rolândia, conforme consta nos Anexos I deste Edital.

• As relações dos candidatos considerados aptos constam no Anexo I deste Edital.

• A relação dos candidatos considerados ausentes, constam no Anexo II deste Edital.

Rolândia, 18 de Outubro de 2017.

LUIZ FRANCISCONI NETO
Prefeito Municipal

ANEXO I DO EDITAL 0216/2017

CANDIDATOS APTOS

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO
18007120	BRUNA DE SOUZA ALVES	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS CMEI

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:B351127A

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
CONTRATO Nº 002/2017

Ref.: Inexigibilidade nº 002/2017

1. PARTES

Que entre si fazem de um lado, o **ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA**, entidade de natureza autárquica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 08.690.876/0001-19, com sede à Avenida Presidente Bernardes, 809, na cidade de Rolândia – PR, neste ato devidamente representado pela Diretora Presidente, Senhora **ELUIZA MESSIANO BETTEGA**, casada, portadora do RG nº 8.834.029-9/SSP-PR e sob o CPF nº 037.413.009-42, residente e domiciliada na Rua Juvenal de Oliveira, 955 – Bloco 101B, Cidade Verde, doravante apenas designado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS**, cadastrado no CNPJ/MF sob nº. 00.165.960/0001-01, estabelecida na Rua João Pessoa, 1183 – Remanescente II, na cidade de Velha Blumenau/SC, CEP: 89.036-001, neste ato representado pelo Sr. **SILVIO LUIS STROZZI**, residente e domiciliado na Avenida Guedner, n.º 1170, casa 62, Jardim Santa Rita, CEP 87.050-220, na cidade de Maringá – PR, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.251.574-6 e do CPF n.º 488200089-04, doravante designado **CONTRATADA**, ajustam e assinam o presente **CONTRATO,** mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

2. OBJETO E VALOR

A **CONTRATADA** realizará a implantação dos sistemas: eSocial, Licitações e Contratos e Transparência Brasil, conforme documentação levada a efeito pela Inexigibilidade nº 002/2017, devidamente ratificada em 11/10/2017, perfazendo o valor contratual total em **R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)**, conforme abaixo especificado:

Cessão de Licença de Uso de Software	**Valor: R$ 2.500,00**	**Vencimento: Todo dia 10 de cada mês**
Implantação/Treinamento	**Valor: R$ 9.000,00**	**Parcela Única**

3. PRAZO

O prazo do presente contrato é de **12** (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, sendo certo que poderá ser renovado por períodos sucessivos de 12 (doze) meses, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso IV, do Art. 57, da Lei 8.666/93, mediante Termo de Aditivo assinado pelas partes.

4. DAS OBRIGAÇÕES

A **CONTRATADA** obriga-se a:

Disponibilizar atualização corretiva, que visa corrigir erros e defeitos de funcionamento dos Softwares.
Disponibilizar atualização visando adequações do software para atender as mudanças inerentes à legislação, desde que não necessite de desenvolvimento de novos relatórios/telas, funções e rotinas, ou ainda alterações na estrutura de software;
Disponibilizar manutenção evolutiva, que visa garantir a atualização dos softwares, mediante aperfeiçoamento das funções existentes ou adequação às novas tecnologias, obedecendo aos critérios da metodologia de desenvolvimento GOVBR;
Fornecer licenciamento dos softwares comercializado, com fornecimento de direito de uso;
Disponibilizar os códigos objeto dos sistemas;
Disponibilizar atendimento e suporte técnico visando esclarecimentos dos sistemas;
Efetuar a transferências dos dados registrados/gravados no banco de dados dos sistemas atualmente em utilização para o banco de dados dos novos sistemas;
Disponibilizar, quando solicitado pela **CONTRANTANTE**, em prazo de até 05 (cinco) dias, dicionário do banco de dados dos sistemas.

A **CONTRATANTE** obriga-se a:

Disponibilizar pessoal para a execução do objeto do presente;
Disponibilizar equipamento/plataforma de hardware de origem idônea que possibilite a instalação dos softwares, bem como mantê-los atualizados, de forma a possibilitar a instalação de novas versões de software lançadas;
Comunicar à **CONTRATADA** alteração nas legislações federal, estadual e municipal, encaminhando o diploma legal anterior e o novo, informando a data de sua publicação e o início de sua vigência. A GOVBR de posse dessas informações fará uma análise técnica e apresentará uma estimativa do esforço e prazo para a entrega da versão do software adequada à alteração, sempre respeitando sua metodologia de desenvolvimento. A **CONTRATANTE** se compromete, ainda, a atuar como interlocutora da GOVBR, quando necessário, junto aos órgãos reguladores/fiscalizadores, para dirimir dúvidas técnicas e/ou pedidos de esclarecimentos.

5. DOTAÇÃO

A **CONTRATANTE** utilizará para pagamento das despesas decorrentes deste Contrato a seguinte dotação orçamentária:

30 – Fundo Apos.Pensões Benf Servidores Munic
04.122.0020.2.086 – Coordenação do Fundo Municipal
3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

6. DA FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, nos termos do Anexo I, devendo ser apresentados pela **CONTRATADA:**
Nota fiscal, descrição do serviço, número deste Contrato, e outros que julgar conveniente, sem apresentar rasura e/ou entrelinhas;
Certidão Negativa de Débitos do INSS e Certificado de Regularidade do FGTS.

7. DAS PENALIDADES

Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no ajuste, a **Contratada** fica sujeita, a critério do Rolândia Previdência e garantida a defesa prévia, às seguintes penalidades, sem prejuízo daquelas previstas no artigo 87 da Lei Federal Nº 8.666/93:
Pelo atraso injustificado na prestação do serviço, ficará a **Contratada** sujeita a multa da seguinte forma:
Atraso até 7 (sete) dias, multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso;
Atraso superior a 7 (sete) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.
Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Rolândia Previdência poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal Nº 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
Multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
Aplicadas as multas, o Rolândia Previdência descontará do primeiro pagamento que fizer à **Contratada**, após a sua imposição. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

8. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A **Contratada** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) de acordo com o que preceitua o artigo 65, § 1º, da Lei Federal Nº 8.666/93.

9. DA RESCISÃO CONTRATUAL

Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal Nº 8.666/93;
Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência do Rolândia Previdência.
A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pelo Rolândia Previdência.
Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no artigo 78 da Lei Federal Nº 8.666/93.
Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal Nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.
A rescisão contratual de que trata o inciso I do artigo 78 acarreta as conseqüências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal Nº 8.666/93.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A prestação dos serviços de atualização se dará nas seguintes modalidades:

a) Corretiva, que visa corrigir erros e defeitos de funcionamento do *Software*, podendo a critério da empresa, limitar-se à substituição da cópia com falhas por uma cópia corrigida, não incluindo nestas ações que se tornem necessárias por uso incorreto ou não autorizado, vandalismo, sinistros ou apropriações indébitas;

b) Adaptativa, visando adaptações legais para adequar o *Software* a alterações da Legislação, desde que não impliquem em desenvolvimento de novos relatórios/telas, novas funções ou rotinas ou ainda, alterações na arquitetura do *Software*.

c) Evolutiva, que visa garantir a atualização do *Software*, através da adição de novas funcionalidades aos sistemas não constantes no momento atual, isto é, não previstas nas especificações técnicas do instrumento convocatório, ou da proposta apresentada pela

CONTRATADA, ou ainda inexistente no momento do recebimento do *software*, sempre obedecendo aos critérios da metodologia de desenvolvimento **CONTRATADA**.

10.1.1. Para cumprimento da letra b, do item 10.1., supra, a CONTRATADA deverá comunicar à GOVBR a alteração nas legislações federal, estadual e municipal, encaminhando o diploma legal anterior e o novo, informando a data de sua publicação e o início de sua vigência. A GOVBR de posse dessas informações fará uma análise técnica e apresentará uma estimativa do esforço e prazo para a entrega da versão do software adequada à alteração, sempre respeitando sua metodologia de desenvolvimento. A CONTRATADA se compromete, ainda, a atuar como interlocutora da GOVBR, quando necessário, junto aos órgãos reguladores/fiscalizadores, para dirimir dúvidas técnicas e/ou pedidos de esclarecimentos.

10.2. Entende-se por atendimento técnico os serviços prestados através de meios de comunicação ou assessorias técnicas, para identificação de problemas ligados diretamente ao uso do *Software*.

10.2.1. Atendimento técnico "in loco" – Esse atendimento será feito por técnico da **CONTRATADA,** nas dependências da **CONTRATANTE .**

10.2.2. Atendimento técnico remoto – Esse atendimento será feito por técnico da **CONTRATADA,** por meio de ferramenta específica, indicada por esta e se dará através da conexão de equipamento da **CONTRATADA** com equipamento da **CONTRATANTE** .

10.2.3. As despesas referentes ao atendimento técnico serão cobradas mediante RELATÓRIO DE ATENDIMENTO A CLIENTES - RAC. No caso do atendimento técnico remoto, o registro e a validação da prestação do serviço se dará através da própria ferramenta

10.3. A **CONTRATANTE** obriga-se a disponibilizar equipamento/plataforma de hardware e conexão de origem idônea que possibilite a instalação dos *Softwares* objetos do presente contrato, bem como mantê-los atualizados, de forma a possibilitar a instalação de novas versões dos *Softwares* lançadas. De igual forma para permitir o atendimento técnico definido no item 10.2.2, supra.

10.4. Atualização de *Softwares* motivadas por alterações no ambiente operacional, plataforma de *hardware* ou na estrutura organizacional da **CONTRATANTE**, deverá ser solicitada formalmente, podendo ser executada após estudo prévio e orçamento da **CONTRATADA** e aprovação da **CONTRATANTE.**

10.5. Solicitações de implementações no software, que representem ajustes nos mesmos ou através da adição de novas funcionalidades, não previstas nas especificações técnicas do instrumento convocatório ou da proposta apresentada pela **CONTRATADA,** ou, ainda, inexistente no momento do recebimento do software, deverão ocorrer através de pedido formal e seu desenvolvimento ficará condicionado ao estudo de sua viabilidade técnica, pertinência e relevância, que será feito pela **CONTRATADA,** observando sua metodologia de desenvolvimento e, após prévio orçamento da **CONTRATADA** e aprovação da **CONTRATANTE.**

10.6. A tolerância da **CONTRATADA** no cumprimento pela **CONTRATANTE** dos itens e das condições do presente Contrato, não caracteriza novação, podendo a qualquer momento ser exigido seu rigoroso cumprimento.

10.7. Aplicam-se à execução deste Contrato e, especialmente nos casos omissos, a Lei 8.666/93.

10.8. As partes elegem o foro da Comarca da cidade de ROLÂNDIA– Pr, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubricam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 16 de Outubro de 2017.

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA	***GOVERNANÇA BRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS***
Contratante	Contratada

Testemunhas:

_____	_____
DANIELA STEFANI CARDOSO	**JANAÍNA COSCRATO**
CPF: 083.972.729-17	CPF: 060.019.589-98

Publicado por:
Janaina Coscrato
Código Identificador:E172186A

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 8.682, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional - Suplementar na quantia de R$ 71.000,00 para reforço de dotação da Secretaria Municipal de Saúde e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício

Financeiro de 2017, previsto no Decreto nº 8422, de 02 de Janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 8º, parágrafo único, da Lei 3.790/2016 de 19/12/2016 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2017

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 71.000,00 (setenta e um mil reais),** para reforço de dotações constante da Lei de Orçamento vigente, nº 3.790/2016 de 19/12/2016, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Dotação	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
09.11.10.303.00092.088	3240	3.3.90.32	000	20.000,00
09.11.10.304.00092.050	3352	33.90.39	510	51.000,00
TOTAL				**71.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, o valor de **R$ 71.000,00 (setenta e um mil reais),** fica cancelada parcial ou total as dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, nº 3.790/2016 de 19/12/2016, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Dotação	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
09.11.10.301.00092.047	3000	3.3.90.30	000	20.000,00
09.11.10.304.00092.050	3267	3.1.90.11	510	3.000,00
09.11.10.304.00092.050	3275	3.1.90.16	510	4.000,00
09.11.10.304.00092.050	3311	3.3.90.30	510	4.000,00
09.11.10.304.00092.050	3387	4.4.90.52	510	40.000,00
TOTAL				**71.000,00**

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2017, previsto no Decreto nº 8422, de 02 de Janeiro de 2017, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 71.000,00 (setenta e um mil reais),**conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
				Acréscimo
09.11	3.3	000	Outubro	20.000,00
09.11	3.3	510	Outubro	51.000,00
TOTAL				**71.000,00**

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos do mês a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
				Redução
09.11	3.3	000	Outubro	20.000,00
09.11	3.1	510	Outubro	7.000,00
09.11	3.3	510	Outubro	4.000,00
09.11	4.4	510	Outubro	40.000,00
TOTAL				**71.000,00**

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua edição.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 de Outubro de 2017.

LUIZ FRANCISCONI NETO	*FRANCISCO RAMOS VASQUES FILHO*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças
SUELEM SILVA	***CÁSSIA PUZZI***
Diretora de Orçamento	Diretora Contábil

ROSANA ALVES DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:B2F9E374

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 8.683, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional - Suplementar na quantia de R$ 182.000,00 para reforço de dotações das Secretarias Municipais e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2017, previsto no Decreto nº 8422, de 02 de Janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 8º, parágrafo único, da Lei 3.790/2016 de 19/12/2016 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2017

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais),** para reforço de dotações constante da Lei de Orçamento vigente, nº 3.790/2016 de 19/12/2016, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Dotação	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
05.06.28.843.00000.001	1135	3.2.90.21	000	180.000,00
16.21.04.122.000162.076	5114	4.4.90.52	000	2.000,00
TOTAL				**182.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, o valor de **R$ 182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais),** fica cancelada parcial ou total as dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, nº 3.790/2016 de 19/12/2016, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Dotação	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
05.06.28.843.00000.004	1154	3.2.90.21	000	50.000,00
05.06.28.843.00000.004	1156	4.6.90.71	000	80.000,00
07.08.15.452.00072.030	1435	3.3.90.30	000	52.000,00
TOTAL				**182.000,00**

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2017, previsto no Decreto nº 8422, de 02 de Janeiro de 2017, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
				Acréscimo
05.06	3.2	000	Outubro	180.000,00
16.21	4.4	000	Outubro	2.000,00
TOTAL				**182.000,00**

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos do mês a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
				Redução
05.06	3.2	000	Outubro	50.000,00
05.06	4.6	000	Outubro	80.000,00
07.08	3.3	000	Outubro	52.000,00
TOTAL				**182.000,00**

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua edição.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 de Outubro de 2017.

LUIZ FRANCISCONI NETO	*FRANCISCO RAMOS VASQUES FILHO*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

SUELEM SILVA	***CÁSSIA PUZZI***
Diretora de Orçamento	Diretora Contábil

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:CC3BEC11

SECRETARIA GERAL
31ª CONVOCAÇÃO DO PSS – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO RESERVA

Os candidatos convocados, deverão comparecer na data, horário e local abaixo especificados, munidos de comprovante original de identificação (com foto), atestado de médico clínico geral, emitido através de relatório devidamente identificado por CRM e da carteira de vacinação, constantes no Edital 02/2015 SEDUC.

DATA: 20/10/2017 HORÁRIO: 08:00 ás 11:00

LOCAL: Avenida dos Expedicionários, 291 - Centro - 4° andar Banco do Brasil – Rolândia PR

O atendimento será por ordem de chegada.
Os resultados das avaliações clínicas, apresentados pelos candidatos, poderão ser submetidas a uma avaliação de laudo oficial do município.
A Avaliação Médica terá caráter eliminatório, sendo os candidatos considerados aptos ou inaptos.
Caberá aos candidatos providenciar os itens solicitados, conforme estabelece o Edital 002/2015 – SEDUC.

Não será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos

EXAMES MÉDICOS:

1. Comprovante de Vacinas (carteira de vacinação devidamente preenchida e atualizada) e o atestado médico deverão ser providenciados pelo próprio candidato.

Nota do Edital
6.13 Todos os candidatos, por ocasião de sua convocação para contratação, deverão ser submetidos a uma Avaliação Clínica, sendo considerado inapto para o cargo ocupacional aquele que não gozar de boa sa

Atenção: O candidato abaixo relacionado fará exame médico como requisito de classificação para futura contratação.
Ficarão no cadastro reserva para chamamento oportuno de acordo com a necessidade.

PROFESSOR DE INGLÊS – 20 HORAS
– ALINE JANAINA QUINHONE DA SILVA
– ANDREIA ORTÃO DA SILVA

PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS
56 – CINTIA DA SILVA

CLAUDIO MARTINS DE PINHO
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:6BCE15E0

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 8.685, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional - Suplementar por Operação de Credito na quantia de R$ 10.000.000,00 para reforço de dotações da Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Serviços Públicos e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2017, previsto no Decreto nº 8422, de 02 de Janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, por Lei e em especial - Lei 3.827/17 de 11/10/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais),** para reforço de dotações constante da Lei de Orçamento vigente, nº 3.790/2016 de 19/12/2016, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Dotação	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
04.04.04.122.0004.2.012	6240	4.4.90.52	631	200.000,00
07.08.15.451.0007.1.007	6241	4.4.90.52	630	900.000,00
07.08.15.451.0007.1.007	6242	4.4.90.51	632	6.700.000,00
07.08.15.451.0007.1.007	6243	4.4.90.51	633	1.500.000,00
07.08.15.451.0007.1.007	6244	4.4.90.51	634	700.000,00
TOTAL				**10.000.000,00**

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito previsto no artigo anterior no valor de R$ **10.000.000,00 (dez milhões de reais),** utilizar-se-á os recursos provenientes de operação de credito autorizada pela Lei n.3.827, de 11 de outubro de 2017.
Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2017, previsto no Decreto nº 8422, de 02 de Janeiro de 2017, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
				Acréscimo
04.04	4.4	631	Outubro	200.000,00
07.08	4.4	630	Outubro	900.000,00
07.08	4.4	632	Outubro	6.700.000,00
07.08	4.4	633	Outubro	1.500.000,00
07.08	4.4	634	Outubro	700.000,00
TOTAL				**10.000.000,00**

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua edição.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 18 de Outubro de 2017.

LUIZ FRANCISCONI NETO	***FRANCISCO RAMOS VASQUES FILHO***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças
ANTÔNIO CELSO CHEQUIN	***WANDERLEY MASSUCI JUNIOR***
Secretário de Municipal de Administração	Secretário Municipal de Infraestrutura
SUELEM SILVA	***CÁSSIA PUZZI***
Diretora de Orçamento	Diretora Contábil

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:1A815033

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO PREGÃO PRESENCIAL 55/2017

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 55/2017
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
EXCLUSIVA PARA MICROS E PEQUENAS EMPRESAS.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ENTIDADE PROMOTORA: MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO-PR

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo indispensáveis para a realização dos

procedimentos básicos de saúde para atender a demanda da Unidade de Saúde e do Plantão 24hs do município de Salgado Filho.

DATA PARA ENTREGA DOCUMENTOS E DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO: 01 de novembro 2017 às 14:00 horas (horário de Brasília).
LOCAL E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PUBLICA DO PREGÃO: Prefeitura Municipal de Salgado Filho, localizada à Rua Floriano Francisco Anater, nº 50, centro, na cidade de Salgado Filho Estado do Paraná, sala de licitações e contratos no dia 01 de novembro de 2017 às com início às 14:00 horas.

O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Prefeitura Municipal, no endereço à Rua Floriano Francisco Anater, nº 50, Fone (46) 35641202 Salgado Filho, Estado do Paraná, de 2ª a 6ª feira, nos horários das 07h30min as 11h30min e das 13h30min as 17h30min horas, onde poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente, pelo site
www.salgadofilho.pr.gov.br

Salgado Filho, 18 de Outubro de 2017.

ALUANA PASTRE
Pregoeira Oficial
Portaria n° 210, de 01 de setembro de 2017

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:03CD8A1D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE REABERTURA

AVISO DE REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017

O Município de Salgado Filho torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que a licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 49/2017, tendo por objeto o Aquisição de Ar Condicionador Split e Conservadora para vacinas para a Farmácia Municipal, com recursos provenientes de Repasse Estadual visando a Assistência Farmacêutica, foi declarada "DESERTA", face à total ausência de interessados. Assim, reabre-se o prazo para realização de novo certame, ficando designada a Sessão Pública do Pregão para ocorrer no próximo dia 01 de novembro de 2017, às 09:00 horas, tendo como local a Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Salgado Filho /PR, localizada na Rua Floriano Francisco Anater, nº 50, Centro, CEP: 85620-000. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail:
licitação.sf@gmail.com. e telefone (46) 3564-1202.

Salgado Filho, 17 de outubro de 2017.

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito.

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:AF547127

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
LEI Nº 73

LEI Nº 73, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Súmula: Altera redação e revoga artigos da Lei Municipal nº 031, de 03 de maio de 2012 e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO**, Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1° O *caput* do art. 1º, da Lei Municipal nº 031, de 03 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1°. Esta lei estabelece o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e as empresas de pequeno porte no âmbito do Município, na conformidade das normas gerais previstas na Lei Complementar Federal n° 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com as alterações da Lei Complementar Federal n° 128, de 19 de dezembro de 2008, bem como em relação a outras legislações vigentes ou que vierem a regulamentar a matéria, especialmente sobre:
[...]

Art. 2° O inciso I, do §1º, do art. 3º, da Lei Municipal nº 031, de 03 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º...
§1º...
I – 04 (quatro) representantes dos Departamentos Municipais indicados pelo Prefeito, cabendo a um deles a presidência do órgão;
[...]

Art. 3° O §6º, do art. 3º, da Lei Municipal nº 031, de 03 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º...
§ 6°. Caberá ao presidente do Comitê Gestor, ou à pessoa indicada por ele, a função de Agente de Desenvolvimento, de que trata o artigo 85-A da Lei Complementar n° 123/2006, na redação da Lei Complementar n° 128/2008 ou outra que vier a regulamentar a matéria.
[...]
Art. 4° O*caput* art. 4º, da Lei Municipal nº 031, de 03 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º Os conceitos de microempresas, empresas de pequeno porte, pequeno empresário e microempreendedor individual –MEI são os definidos pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, suas alterações posteriores, bem como outra legislação que venha a substituí-la.
[...]

Art. 5° Ficam revogados os incisos I, II, e III, do art. 4º, da Lei Municipal nº 031, de 03 de maio de 2012.

Art. 6° O inciso III, do §1º, do art. 5º, da Lei Municipal nº 031, de 03 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º...
§1º...
III – a transformação do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento será condicionada à apresentação das licenças de autorização de funcionamento emitidas pelos órgãos e entidades competentes, sendo que os órgãos públicos municipais deverão emitir tais laudos de vistoria ou de exigências no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.
[...]

Art. 7° Fica revogado o §2º, do art. 5º, da Lei Municipal nº 031, de 03 de maio de 2012.

Art. 8° O *caput* do art. 11, da Lei Municipal nº 031, de 03 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. A solicitação do Alvará Inicial de Localização e suas alterações para funcionamento de estabelecimento no Município será precedida de Consulta Prévia, que se dará por meio eletrônico, via entrada única de dados, ou mediante requerimento protocolizado junto à Divisão de Cadastro e Tributação, conforme regulamentação dos órgãos competentes.
[...]

Art. 9° O *caput*do art. 16, da Lei Municipal nº 031, de 03 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. O processo de registro do Microempreendedor Individual – MEI deverá ter trâmite especial opcional para o empreendedor na

forma a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Lei Complementar federal n° 123/2008, art.4°, §§ 1° a 3°, e art. 7°, na redação da Lei Complementar Federal n° 128/2008 ou outra que vier a regulamentar a matéria).
[...]

Art. 10.O *caput* do art. 27, da Lei Municipal nº 031, de 03 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27. O Microempreendedor Individual – MEI poderá recolher os impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, obedecidas as normas específicas previstas nos artigos 18-A, 18-B e 18-C da Lei Complementar federal nº 123/2006, na redação da Lei Complementar Federal n° 128/2008 ou outra legislação que vier a substituí-la, e na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.
[...]

Art. 11. Os incisos II e III, do §1º, do art. 28, da Lei Municipal nº 031, de 03 de maio de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28...
§1º...
II–poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;
III – deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 12. Fica revogado o §2º do art. 28, da Lei Municipal nº 031, de 03 de maio de 2012.

Art. 13. Os §§1º e §2º, do art. 36, da Lei Municipal nº 031, de 03 de maio de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36...
§ 1° A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
§ 2° Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Art. 14.O *caput* do art. 49, da Lei Municipal nº 031, de 03 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 49. A fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhistas, metrológico, sanitário, ambiental, de segurança, de relações de consumo e de uso e ocupação do solo das microempresas e das empresas de pequeno porte, deverá ser prioritariamente orientada quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento (Lei Complementar nº 123/2006, artigo 55).

Art. 15.O *caput* do art. 73, da Lei Municipal nº 031, de 03 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 73. O Poder Público Municipal, por si ou através de parceiros ou conveniados, informará e orientará o Empresário Individual e o Microempreendedor Individual – MEI, no ato de inscrição ou pedido de Alvará de Funcionamento, o quanto se refere às obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas.

Art.16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos:
I – A partir de 1º de janeiro de 2018, com relação aos arts. 8º, e 14 desta Lei.
II – Na data da publicação, quanto aos demais artigos.

Gabinete do Prefeito do Município de Salgado Filho, em 18 de outubro de 2017.

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maicon Andre Hendges
Código Identificador:1D9A53C5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
LEI Nº 76

LEI Nº 76, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Súmula: Dá nome à rua existente na Planta Geral da Cidade de Salgado Filho.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1°- Fica por meio da presente lei denominada "Rua PADRE LEOPOLDO melz" a Rua 03 que se inicia na Rua Bortolo Centenaro terminando na Rua FridholdKrause.

Art. 2º - A Referida Rua passa pelos seguintes lotes, à direita lotes 1,8 e 7 da quadra 44, lotes 1,12,11,10,9 e 8 da quadra 45, à esquerda lotes 2,3,4,5,6 e 7 da quadra 46.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente Lei em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Salgado Filho, em 18 de outubro de2017.

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maicon Andre Hendges
Código Identificador:70163B63

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº. 245

PORTARIA Nº. 245/2017

SÚMULA- Prorroga Licença para Tratamento de Saúde, para Servidora Pública Municipal.

HELTON PEDRO PFEIFER, Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Comunicado de Decisão, referente ao benefício nº 6198509102,
RESOLVE:
Artigo 1º- **PRORROGAR** até o dia 16 de outubro de 2017, a **Licença para Tratamento de Saúde** concedida pela Portaria de nº 197 de 22 de agosto de 2017, para a servidora pública municipal **HELEN NARA FRIZZO**, lotada no cargo de Odontólogo- Nível/Referência BA-02 – Modalidade Emprego Público.
Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de outubro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, em 17 de outubro de 2017.

Publique-se

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maicon Andre Hendges
Código Identificador:E1F4F78D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2017 PROCESSO 162/2017

O MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **09:00 horas do dia 01 de Novembro de 2017**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Rio Grande do Sul, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, **PREGÃO PRESENCIAL** para Contratação de emissora de Radiodifusão AM para prestação de serviços com abrangência de cobertura em todo o Município de Salto do Lontra, para divulgação dos informativos do município**.** Critério de Julgamento: Menor Preço Por Item. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado a partir do dia 18 de Outubro de 2017, no horário comercial. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo email licitacaosaltodolontra@gmail.com.

Salto do Lontra, 18 de Outubro de 2017.

FABIANO ROMANI
Presidente
CPL

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:BC1C3959

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 69/2017

OBJETO:	Contratação de prestador de Serviços de lavagem de veículos e máquinas da frota municipal.
CONTRATADO:	ALBERTO DE CARLI
CNPJ:	14.902.083/0001-19
VALOR:	5.148,00
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 18 de Outubro de 2017

MAURÍCIO BAÚ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:58B66A4E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 052/2017

Jarbas Carnelossi, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO, a carta de concessão de benefício previdenciário que concedeu à aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **ANA MARIA VENGRUS HELBE**, sob nº 175.910.916-6, que chegou ao conhecimento do Departamento de Recursos Humanos em 16 de outubro de 2017, protocolado sob nº 083/2017.

RESOLVE

Art. 1º **EXONERAR**, a partir do dia 16 de outubro de 2017, a Sra. **ANA MARIA VENGRUS HELBE**, matrícula 281, portadora da cédula de identidade RG. nº 3.349.109-3/SSPPR, do cargo de provimento efetivo de **PROFESSORA**.

Art. 2º Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos para o dia 16 de outubro de 2017.

Cumpra-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia - PR, 18 de outubro de 2017.

JARBAS CARNELOSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Augusto Mossato
Código Identificador:1B124C80

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DA PORTARIA Nº 198/2017.

Onde se lê:

Art. 1º Fica CONCEDIDO, desde o dia 01 de outubro de 2017, a servidora pública municipal ANA CAROLINA MALUTA, matrícula 1162, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, o avanço horizontal para classe “2”, de acordo com o Art. 28 da Lei Municipal nº 1297/2011.

Leia-se:

Art. 1º Fica CONCEDIDO, desde o dia 04 de agosto de 2017, a servidora pública municipal ANA CAROLINA MALUTA, matrícula 1162, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, o avanço horizontal para classe “2”, de acordo com o Art. 28 da Lei Municipal nº 1297/2011.

Cumpra-se
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 18 de outubro de 2017.

JARBAS CARNELOSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Augusto Mossato
Código Identificador:C8E40A55

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR N° 011/2017

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 001/2010 QUE DISPÕE SOBRE O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR.

Faço saber que a Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo – PR, **APROVOU**, e eu, **FRANCISCO ANTONIO BONI**, Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica alterada a redação do §1º do artigo 2º, da Lei Complementar 001/2010, ao qual passará a vigorar com a seguinte redação:
***"§1º** - Os mapas do perímetro urbano encontram-se nos anexos I, II, III e IV desta lei complementar."*
Art. 2º - Acrescenta o Parágrafo Único ao Artigo 3º, da Lei Complementar 001/2010, ao qual passará a vigorar com a seguinte redação:
***"Parágrafo único:** Fica instituído prolongamento urbano da sede do município de Santa Cruz de Monte Castelo/Pr, com a seguinte o perímetro: Inicia-se se no marco denominado 'VÉRTICE 1', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=257.138,872 m e N=7.436.551,457 m; segue com o azimute de*

302°55'19" e a distância de 101,18 m até o marco 'VÉRTICE 2', com coordenada (E=257.053,940 m e N=7.436.606,448 m); segue com o azimute de 24°11'05" e a distância de 100,00 m até o marco 'VÉRTICE 3', com coordenada (E=257.094,908 m e N=7.436.697,671 m); segue com o azimute de 122°55'19" e a distância de 101,18 m até o marco 'VÉRTICE 4', com coordenada (E=257.179,840 m e N=7.436.642,680 m); segue com o azimute de 204°11'05" e a distância de 100,00 m até o marco 'VÉRTICE 1', com coordenada (E=257.138,872 m e N=7.436.551,457 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1,00 ha (10.000,00 m2)."

Art. 3º - Fica alterada a redação do Artigo 4º, da Lei Complementar 001/2010, ao qual passará a vigorar com a seguinte redação:
***"Art. 4º** – A descrição do perímetro urbano do distrito Santa Esmeralda é a seguinte: Inicia-se se no marco denominado 'VÉRTICE 1', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=257.351,230 m e N=7.437.227,633 m; segue com o azimute de 101°05'36" e a distância de 347,125 m até o marco 'VÉRTICE 2', com coordenada (E=257.691,869 m e N=7.437.160,843 m); segue com o azimute de 191°24'58" e a distância de 715,861 m até o marco 'VÉRTICE 3', com coordenada (E=257.550,175 m e N=7.436.459,145 m); segue com o azimute de 281°24'59" e a distância de 423,494 m até o marco 'VÉRTICE 4', com coordenada (E=257.135,060 m e N=7.436.542,969 m); segue com o azimute de 24°11'05" e a distância de 109,304 m até o marco 'VÉRTICE 5', com coordenada (E=257.179,840 m e N=7.436.642,680 m); segue com o azimute de 302°55'19" e a distância de 128,167 m até o marco 'VÉRTICE 6', com coordenada (E=257.072,255 m e N=7.436.712,338 m); segue com o azimute de 28°25'50" e a distância de 585,966 m até o marco 'VÉRTICE 1', com coordenada (E=257.351,230 m e N=7.437.227,633 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 30,8295 ha (308.294,84 m2)."*
Art. 4º - Fica alterada o anexo II e incluído o anexo IV na Lei Complementar 001/2010.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se todas as disposições em contrário.

Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, 18 de outubro de 2017

FRANCISCO ANTÔNIO BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nathália Neves Leones
Código Identificador:240F907F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 498

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e também de natureza indenizatória; Nomeia Comissão Especial e dá outras providências.

FRANCISCO ANTONIO BONI, Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o acidente de trânsito ocorrido no dia 18/09/2017, no cruzamento entre a Rua Honduras e Rua Alagoas, na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, envolvendo veículo e servidor desta municipalidade;

CONSIDERANDO os danos causados em veículo oficial desta municipalidade, no qual deverá ser objeto de apuração e reparação.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos, bem como aferir o grau de culpa do servidor envolvido e a possibilidade de reparação dos danos causados em veículo oficial desta municipalidade, na forma da lei 018/2015, mediante processo administrativo.

RESOLVE:

Art. 1 º Determinar, com fulcro no disposto no artigo 154 da Lei Municipal nº 03/93 a abertura de Processo Administrativo Disciplinar e de natureza indenizatória contra o servidor **David Pinheiro dos Santos**, para apurar eventuais irregularidades funcionais, como a falta do dever de diligência no cumprimento de suas atribuições, em decorrência do acidente ocorrido no dia 18/09/2017, no cruzamento entre a Rua Honduras e Rua Alagoas, na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, envolvendo o veículo ONIBUS/VW, cor AMARELA, RENAVAM Nº 0055.665716-0, placa AXF2862, de propriedade do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR.

Art. 2º Deverá também ser apurado os danos causados no veículo oficial desta municipalidade, devendo ser providenciado pela Comissão processante, 03 (três) orçamentos por empresas especializadas, sendo que os valores deverão ser restituídos aos cofres públicos, seja pelo servidor envolvido ou por terceiro causador do dano, mediante ação judicial a ser proposta pela Procuradoria Jurídica Municipal, na forma do art. 6º da Lei 018/2015.

Art. 3º Para a apuração dos fatos nomeia-se Comissão Especial, formada pelos seguintes servidores: **Fernanda de Oliveira**, **Diogo Meira Amaral, Francislainy Araújo da Silva,** sob a presidência do primeiro, incumbida de apurar a veracidade dos fatos narrados e o efetivo dano material causado, devendo a Comissão, ao final do processo, apresentar relatório conclusivo.

Art. 4º O prazo regular da instrução será de 60 (sessenta) dias, admitida excepcionalmente a prorrogação por igual período, sob motivação, para garantir o esclarecimento dos fatos e o exercício da ampla defesa.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrario, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 18 de outubro de 2017.

FRANCISCO ANTONIO BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nathália Neves Leones
Código Identificador:D6EDC438

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 664/2017

"DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DAS AULAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO BEM COMO DAS AULAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR".

FRANCISCO ANTÔNIO BONI, Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor e,

CONSIDERANDO os inúmeros casos de meningite que já foram confirmados pela Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade e confirmados pela 14.º Regional de Saúde;

CONSIDERANDO que **meningite** é uma doença grave, que costuma ser causada por agentes infecciosos, tais como bactérias, vírus e fungos;

CONSIDERANDO assim a conveniência de adotar medidas preventivas de saúde pública que contribuam para minimizar os riscos de propagação da referida doença Meningite;

CONSIDERANDO que é dever do Governo Municipal tomar medidas cabíveis para que a referida doença seja controlada.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas as aulas da Rede Municipal de Ensino e da Rede Estadual de Ensino, incluindo os CMEI, Rede Particular de Ensino, e APAE todos pertencentes ao Município de Santa Cruz de Monte Castelo;

Art. 2º A referida suspensão será nos dias 19 e 20 de outubro de 2017, podendo ser prorrogado conforme a necessidade do caso;

Art. 3º A referida medida estende aos Distritos de Ivaína e Santa Esmeralda;

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de 19/10/2017.

Edifício da Prefeitura Municipal, de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 18 dias do mês de outubro do ano de 2017.

FRANCISCO ANTÔNIO BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nathália Neves Leones
Código Identificador:E87178F1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS N.° PROCESSO ADMINISTRATIVO: 823/2017

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS

CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO - PR.
CNPJ: 75.462.820/0001-02
SECRETARIA CONCEDENTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER E TURISMO.
SERVIDOR: ALESSANDRO AUGUSTO CORREIA
CPF/MF: 021.241.539-51
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA
DESTINO: MARINGÁ - PR
N° DE DIARIA CONCEDIDA: 02 DIÁRIAS
VALOR TOTAL: R$ 85,20
ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA: BUSCAR E LEVAR PALESTRANTE TAINA REGINA CORRETO PERIOTTO
N.° PROCESSO ADMINISTRATIVO: 823/2017

Santa Cruz de Monte Castelo – PR, 18 de Outubro 2017

FRANCISCO ANTONIO BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nathália Neves Leones
Código Identificador:A23D6B2C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS N.° PROCESSO ADMINISTRATIVO: 824/2017

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS

CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO - PR.
CNPJ: 75.462.820/0001-02
SECRETARIA CONCEDENTE: SECRETARIA DE SAÚDE
SERVIDOR: VALDIR MARCOS GARCIA
CPF/MF: 865.732.339-72
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA
DESTINO: CURITIBA- PR
N° DE DIARIA CONCEDIDA: 01 DIÁRIA COMPLETA
VALOR TOTAL: R$ 220,22
ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA: TRANSPORTAR PACIENTES DO MUNICIPIO.
N.° PROCESSO ADMINISTRATIVO: 824/2017

Santa Cruz de Monte Castelo – PR, 18 de Outubro 2017

FRANCISCO ANTONIO BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nathália Neves Leones
Código Identificador:46EA7148

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS N.° PROCESSO ADMINISTRATIVO: 825/2017

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS

CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO - PR.
CNPJ: 75.462.820/0001-02
SECRETARIA CONCEDENTE: SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.
SERVIDOR: SAMUEL CRISPIM DOS SANTOS
CPF/MF: 029.828.819-26
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA
DESTINO: PARANAVAI - PR
N° DE DIARIA CONCEDIDA: 01 DIÁRIA
VALOR TOTAL: R$ 32,67
ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA: BUSCAR CBUQ PARA REALIZAÇÃO DE TAPA BURACOS NA ESTRADA ENTRE A SEDE DO MUNICIPIO E O DISTRITO DE SANTA ESMERALDA.
N.° PROCESSO ADMINISTRATIVO: 825/2017

Santa Cruz de Monte Castelo – PR, 18 de Outubro 2017.

FRANCISCO ANTONIO BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nathália Neves Leones
Código Identificador:95E8BA6C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS N.° PROCESSO ADMINISTRATIVO: 826/2017

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS

CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO - PR.
CNPJ: 75.462.820/0001-02
SECRETARIA CONCEDENTE: SECRETARIA DE SAÚDE
SERVIDOR: EDISON FRANCISCO DE ALMEIDA
CPF/MF: 358.225.541-72
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA
DESTINO: PARANAVAI - PR
N° DE DIARIA CONCEDIDA: 05 DIÁRIAS
VALOR TOTAL: R$ 163,35
ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA: TRANSPORTAR PACIENTES O MUNICIPIO.
N.° PROCESSO ADMINISTRATIVO: 826/2017

Santa Cruz de Monte Castelo – PR, 18 de Outubro 2017

FRANCISCO ANTONIO BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nathália Neves Leones
Código Identificador:B8C27218

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º126/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, inscrito no CNPJ de n.º CNPJ de n.º 08.857.186/0001-01, através da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 75.462.820/0001-02, com sede à Av. Paulo Libânio, 700 – Centro, neste ato representado pelo seu prefeito Francisco Antonio Boni, torna público que está instaurando licitação Tomada de Preços n.º 012/2017 do Tipo menor preço por item do lote correspondente, objetivando concretização da Resolução 604/2015, que Institui nova lógica para organização da Atenção Primaria á Saúde (APS), aquisição de material hospitalar, material de escritório e eletrodoméstico para Município de Santa Cruz de Monte Castelo, conforme especificações mínimas descritas em edital. Valor máximo da Licitação R$216.998,80 (duzentos e dezesseis mil novecentos e noventa o oito reais e oitenta centavos); Protocolo dos envelopes "1" e "2": 09/11/2017 (08h30min); Abertura da Sessão: 09/11/2017 (08h40min). A empresa interessada em participar do certame deverá estar cadastrada conforme Decreto Municipal n.º 055/2005; Custo do Edital: R$ 10,00 - c/ retira de DAM. Demais esclarecimentos: Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR - fone/fax (0xx44) 3452-1155 – email: licitacao.scmc@gmail.com; Avenida Paulo Libânio, 700 – Centro – CEP: 87.920-000.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 18 de outubro de 2017.

FRANCISCO ANTONIO BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nathália Neves Leones
Código Identificador:695D9C80

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

EXECUTIVO MUNICIPAL
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 92/2017

REF. LICITAÇÃO Tomada de preços Nº 1/2017
Execução de Obra de Pavimentação Poliédrica com Pedras Irregulares, com Meio Fio, Calçadas, Galerias de Águas Pluviais e Sinalização Vertical, totalizando 3.976,96 m², sendo: 3.238,64 m² na Avenida Américo Mantovani; 738,32 m² na Rua Abel Grando; de acordo com o Contrato de Repasse nº 805239/2014 - Processo 1018114-75/2014 - MCIDADES.

EXTRATO

Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
Contratada**:** M S MEZADRI - EIRELI - ME

Objeto: O presente Termo Aditivo visa a dilatação no prazo de execução do referido contrato em mais 58 dias (cinquenta e oito dias), com início em 20/10/2017 e término em 16/12/2017, e vigência em mais 58 dias (cinquenta e oito dias), com início em 20/10/2017 e término em 16/12/2017, tendo em vista a existência de saldo, conforme cláusula nona do contrato em apígrafe e termos da Lei n.º 8.666/93 de 21/06/93 e Lei n.º 8.883/94 de 08/06/94, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

Prazo de Execução: 16/12/2017.

Prazo de Vigência: 16/12/2017.

Data da Assinatura: 18/10/2017.

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:DDF56A26

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2017
PROCESSO Nº 707/2017 EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, avisa aos interessados que fará realizar no dia 01/11/2017, as 14:00 horas, a abertura da licitação na modalidade de Pregão Presencial, menor preço Por item, que tem por objeto: Contratação de empresa para fornecimento de refeições em marmitex e almoços para atender os servidores municipais em plantão e prestado serviços extraordinários.

Data para protocolo e entrega dos envelopes proposta e habilitação, juntamente com o credenciamento: 01/11/2017, as 14:00 horas.

Local da realização da sessão pública do pregão: sala do Departamento de Licitações, na sede da Administração Municipal, na Avenida Brasil, 1431, 1º andar, centro, na cidade de Santo Antonio do Sudoeste – Paraná.

Edital na íntegra, inclusive com anexos, à disposição no Departamento de Licitações, no mesmo endereço e no site www.pmsas.pr.gov.br licitações. Demais informações telefone (46) 3563-8000 e ainda por e-mail licitacao@pmsas.pr.gov.br.

Santo Antonio do Sudoeste, em 17 de outubro de 2017.

ZELIRIO PERON FERRARI
Prefeito Municipal

HELLEN MARINA PRUNZEL
Pregoeira

Publicado por:
Hellen Marina Prunzel
Código Identificador:1DCEE4CB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2017

PROCESSO Nº 709/2017 EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, avisa aos interessados que fará realizar no dia 07/11/2017, as 09:00 horas, a abertura da licitação na modalidade de Pregão Presencial, menor preço Por item, que tem por objeto: Aquisição de material de reposição de iluminação pública neste município.

Data para protocolo e entrega dos envelopes proposta e habilitação, juntamente com o credenciamento: 07/11/2017, as 09:00 horas.

Local da realização da sessão pública do pregão: sala do Departamento de Licitações, na sede da Administração Municipal, na Avenida Brasil, 1431, 1º andar, centro, na cidade de Santo Antonio do Sudoeste – Paraná.

Edital na íntegra, inclusive com anexos, à disposição no Departamento de Licitações, no mesmo endereço e no site www.pmsas.pr.gov.br licitações. Demais informações telefone (46) 3563-8000 e ainda por e-mail licitacao@pmsas.pr.gov.br.

Santo Antonio do Sudoeste, em 18 de outubro de 2017.

ZELIRIO PERON FERRARI
Prefeito Municipal

HELLEN MARINA PRUNZEL
Pregoeira

Publicado por:
Hellen Marina Prunzel
Código Identificador:2ABFA43E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RERRATIFICAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2017
PROCESSO Nº 579/2017
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças, mão de obra de mecânica e transporte (remoção) para máquinas pesadas, pertencentes a frota do município.
TIPO: menor preço por LOTE
O Município de Santo Antonio do Sudoeste, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 75.927.582/0001-55, com sede na Avenida Brasil, 1431, 1º andar, Centro, torna público que:

1)na publicação do dia 27/09/2017 AMP, e do dia 28/09/2017 Jornal Tribuna Regional:
Onde lê-se:
"A pregoeira MARILIS CRISTINA TONINI, designada pela Portaria nº 19809/2017"

Leia-se:
"A pregoeira HELLEN MARINA PRUNZEL, designada pela Portaria nº 19822/2017"

2)Os demais itens permanecem inalterados.

HELLEN MARINA PRUNZEL
Pregoeira

Publicado por:
Hellen Marina Prunzel
Código Identificador:88ED1ED0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RERRATIFICAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017
PROCESSO Nº 597/2017
Objeto: Aquisição de palanques de concreto e bloco de concreto "paver" para atender a demanda da Secretária de Urbanismo.
TIPO: menor preço por ITEM
O Município de Santo Antonio do Sudoeste, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 75.927.582/0001-55, com sede na Avenida Brasil, 1431, 1º andar, Centro, torna público que:

1)na publicação do dia 21/09/2017 AMP, e do dia 21/09/2017 Jornal Tribuna Regional:
Onde lê-se:
"A pregoeira MARILIS CRISTINA TONINI, designada pela Portaria nº 19822/2017"

Leia-se:
"A pregoeira HELLEN MARINA PRUNZEL, designada pela Portaria nº 19822/2017"

2)Os demais itens permanecem inalterados.

HELLEN MARINA PRUNZEL
Pregoeira

Publicado por:
Hellen Marina Prunzel
Código Identificador:1B1A3191

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RERRATIFICAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2017
PROCESSO Nº 599/2017
Objeto: Montagem e desmontagem, para eventuais festividades e eventos a serem realizados pelo município.
TIPO: menor preço por LOTE
O Município de Santo Antonio do Sudoeste, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 75.927.582/0001-55, com sede na Avenida Brasil, 1431, 1º andar, Centro, torna público que:

1)na publicação do dia 25/09/2017 AMP, e do dia 23/09/2017 Jornal Tribuna Regional:
Onde lê-se:
"A pregoeira MARILIS CRISTINA TONINI, designada pela Portaria nº 19822/2017"

Leia-se:
"A pregoeira HELLEN MARINA PRUNZEL, designada pela Portaria nº 19822/2017"

2)Os demais itens permanecem inalterados.

HELLEN MARINA PRUNZEL
Pregoeira

Publicado por:
Hellen Marina Prunzel
Código Identificador:172B0461

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RERRATIFICAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2017
PROCESSO Nº 601/2017
Objeto: Montagem e desmontagem, para eventuais festividades e eventos a serem realizados pelo município.
TIPO: menor preço por LOTE
O Município de Santo Antonio do Sudoeste, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 75.927.582/0001-55, com sede na Avenida Brasil, 1431, 1º andar, Centro, torna público que:

1)na publicação do dia 03/10/2017 AMP, e do dia 05/10/2017 Jornal Tribuna Regional:
Onde lê-se:
"A pregoeira MARILIS CRISTINA TONINI, designada pela Portaria nº 19822/2017"

Leia-se:
"A pregoeira HELLEN MARINA PRUNZEL, designada pela Portaria nº 19822/2017"

2)Os demais itens permanecem inalterados.

HELLEN MARINA PRUNZEL
Pregoeira

Publicado por:
Hellen Marina Prunzel
Código Identificador:D355EC46

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RERRATIFICAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2017
PROCESSO Nº 606/2017
Objeto: Aquisição de Notas para Produtor Rural para atendimento da Secretária de Agricultura.
TIPO: menor preço por ITEM

O Município de Santo Antonio do Sudoeste, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 75.927.582/0001-55, com sede na Avenida Brasil, 1431, 1º andar, Centro, torna público que:

1)na publicação do dia 25/09/2017 AMP, e do dia 23/09/2017 Jornal Tribuna Regional:
Onde lê-se:
"A pregoeira MARILIS CRISTINA TONINI, designada pela Portaria nº 19822/2017"

Leia-se:
"A pregoeira HELLEN MARINA PRUNZEL, designada pela Portaria nº 19822/2017"

2)Os demais itens permanecem inalterados.

HELLEN MARINA PRUNZEL
Pregoeira

Publicado por:
Hellen Marina Prunzel
Código Identificador:D24399BC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RERRATIFICAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2017
PROCESSO Nº 626/2017
Objeto: Aquisição de equipamentos referentes ao recurso do incentivo a organização da Assistência Farmacêutica - IOAF
TIPO: menor preço por ITEM
O Município de Santo Antonio do Sudoeste, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 75.927.582/0001-55, com sede na Avenida Brasil, 1431, 1º andar, Centro, torna público que:

1)na publicação do dia 13/10/2017 AMP, e do dia 17/10/2017 Jornal Tribuna Regional:
Onde lê-se:
"A pregoeira MARILIS CRISTINA TONINI, designada pela Portaria nº 19822/2017"

Leia-se:
"A pregoeira HELLEN MARINA PRUNZEL, designada pela Portaria nº 19822/2017"

2)Os demais itens permanecem inalterados.

HELLEN MARINA PRUNZEL
Pregoeira

Publicado por:
Hellen Marina Prunzel
Código Identificador:02B5681B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RERRATIFICAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2017
PROCESSO Nº 634/2017
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção audiovisual
TIPO: menor preço por ITEM
O Município de Santo Antonio do Sudoeste, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 75.927.582/0001-55, com sede na Avenida Brasil, 1431, 1º andar, Centro, torna público que:

1)na publicação do dia 13/10/2017 AMP, e do dia 17/10/2017 Jornal Tribuna Regional:
Onde lê-se:
"A pregoeira MARILIS CRISTINA TONINI, designada pela Portaria nº 19822/2017"

Leia-se:
"A pregoeira HELLEN MARINA PRUNZEL, designada pela Portaria nº 19822/2017"

2)Os demais itens permanecem inalterados.

HELLEN MARINA PRUNZEL
Pregoeira

Publicado por:
Hellen Marina Prunzel
Código Identificador:50AFDEFD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0231/2017

Processo inexigibilidade nº 017/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: GRANVEL GRANVILLE VEICULOS LTDA
CNPJ Nº 01.680.956/0001-44
Representante: JOSETI ANTONIO MEIMBERG
CPF nº 127.754.369-00
OBJETO: REVISÃO DE CAMIONETE AMBULANCIA RENAULT PLACA AZM-0887.
VALOR TOTAL: R$ 4.084,18 (Quatro Mil e Oitenta e Quatro Reais e Dezoito Centavos)
VIGÊNCIA: 15/10/2018

Santo Antonio do Sudoeste, em 16/10/2017.

ZELIRIO PERON FERRARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hellen Marina Prunzel
Código Identificador:56E07927

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0234/2017

Processo inexigibilidade nº 018/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: ICAVEL VEICULOS LTDA
CNPJ Nº 84.938.430/0001-49
Representante: SOLANGE JOSSARA FARIAS DOS SANTOS PERDONCINI
CPF nº 867.272.659-68
OBJETO: REVISÃO VEICULO ONIBUS PLACA ATP-6303.
VALOR TOTAL: R$ 7.869,87 (Sete Mil, Oitocentos e Sessenta e Nove Reais e Oitenta e Sete Centavos)
VIGÊNCIA: 16/10/2018

Santo Antonio do Sudoeste, em 17/10/2017.

ZELIRIO PERON FERRARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hellen Marina Prunzel
Código Identificador:DBF583C9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0235/2017

Processo inexigibilidade nº 019/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: GRANVEL GRANVILLE VEICULOS LTDA
CNPJ Nº 01.680.956/0001-44
Representante: JOSETI ANTONIO MEIMBERG
CPF nº 127.754.369-00
OBJETO: REVISÃO DE CAMIONETA AMBULANCIA PLACA AZL-5183.

VALOR TOTAL: R$ 3.170,45 (Três Mil, Cento e Setenta Reais e Quarenta e Cinco Centavos)
VIGÊNCIA: 16/10/2018

Santo Antonio do Sudoeste, em 17/10/2017.

ZELIRIO PERON FERRARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hellen Marina Prunzel
Código Identificador:17A67628

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 019/2017

OBJETO: REVISÃO DE CAMIONETA AMBULANCIA PLACA AZL-5183
Em cumprimento ao disposto no art. 109, parágrafo 1 da Lei Federal nº 8.666/93, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

VENCEDORES						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
GRANVEL GRANVILLE VEICULOS LTDA	1	1	REVISÃO CAMIONETE AMBULANCIA AZL-5183 - JOGO PASTILHA TRASEIRA MASTER III - FILTRO DE COMBUSTIVEL DIESEL - FILTRO OLEO MOTOR MASTER III - FILTRO DE AR NOVA MASTER - ELEMENTO DO FILTRO DO AR - ARRUELA CARTER - ELF EVOLUTION RN-TECH FE 5W30 - JOGO DE PALHETAS MASTER NOVA - CALOTA NOVA MASTER 2014 - LIMPEZA AR CONDICIONADO STP - KIT REVISÃO STP - STP - ENGINE FLUSH PRO - AWD POWER DIESEL 200ML - TAMPA DO ANEL DE REBOQUE DIANTEIRO - CORREIA DE TRANSMISSÃO - ADITIVO RADIADOR		1,00	1.990,45
GRANVEL GRANVILLE VEICULOS LTDA	1	2	REVISÃO CAMIONETE AMBULANCIA AZL-5183 - LIMPEZA DO ARREFECIMENTO - EXTR E REPARO KIT CORREIAS - EXTR E REPARO PASTILHAS DIANTEIRAS - REVISÃO DE 80000 KM - KIT LUBRIFICAÇÃO - LIMPEZA BICOS INJETORES DIESEL - DESCARBONIZAÇÃO DO MOTOR - HIGIENIZAÇÃO DO AR CONDICIONADO		1,00	1.180,00

Homologo a presente licitação,

Santo Antonio do Sudoeste, em 17 de outubro de 2017.

ZELIRIO PERON FERRARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hellen Marina Prunzel
Código Identificador:D487C7FE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 23/2017.

O MUNICIPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, com base no Art. 24, inciso V da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, dispensa de licitação a despesa abaixo especificada.
OBJETO: Aquisição de materiais de construção e limpeza para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Assistência Social..
EMPRESA: M. S. R DA SILVA E SILVA LTDA
CNPJ: 21.783.673/0001-35
VALOR R$. 4.892,70 (Quatro mi e oitocentos e noventa e dois reais e setenta centavos).
EMPRESA: A. GUTIERREZ - EMBALAGENS
CNPJ: 00.746.846/0001-75
VALOR R$. 1.032,00 (Um mil e trinta e dois reais).

DATA: 17 de outubro de 2017.

JOÃO RICARDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Luiz Machado de Camargo
Código Identificador:9F828900

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PP 53-2017

EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 053/2017
CONTRATO Nº 128/2017
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (carnes e embutidos) para a Secretaria Municipal de Saúde.
EMPRESA CONTRATADA: A.G.ROSSATO – DISTRIBUIDORA –ME
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VALOR: R$ 20.785,00 (Vinte mil setecentos e oitenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: 365 dias

São Jerônimo da Serra/PR, 18 de outubro de 2017.

Assinaturas: João Ricardo de Mello – Prefeito Municipal
A.G.ROSSATO – DISTRIBUIDORA –ME

Publicado por:
André Luiz Machado de Camargo
Código Identificador:F586607C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 061/2017

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017
O MUNICIPIO DE SÃO JERONIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, torna Público que fará realizar no dia 06 de novembro de 2017, às 09h:00min, na sede da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, (Divisão de Licitação), sito à Praça Coronel Deolindo, s/nº, nesta cidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme se especifica a seguir:
CREDENCIAMENTO/ENTREGA DOS ENVELOPES: Até 08h:50min do dia 06 de novembro de 2017
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09h:00min do dia 06 de novembro
OBJETO – Aquisição de Jalecos, toucas, sapatos de segurança e termômetros para atender a Secretaria Municipal de Educação.

VALOR MÁXIMO – R$ 9.455,20 (Nove mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).
Informações Complementares, bem como, a retirada do Edital Completo, poderão ser obtidos no site:
www.saojeronimodaserra.pr.gov.br ou em horário de expediente na Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra fone: (0xx 43 3267-1074).

São Jerônimo da Serra, 16 de outubro de 2017.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORREA
Pregoeira

Publicado por:
André Luiz Machado de Camargo
Código Identificador:294B9ECF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PP 40/2017

EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 040/2017
CONTRATO Nº 129/2017
OBJETO: Aquisição de 01 (UM) Rolo Compactador vibratório de solo, Usado, em boas condições, para atender a Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Rodoviários.
EMPRESA CONTRATADA: PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VALOR: R$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais)
VIGÊNCIA: 10 meses

São Jerônimo da Serra/PR, 18 de outubro de 2017.

Assinaturas: João Ricardo de Mello – Prefeito Municipal
PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A

Publicado por:
André Luiz Machado de Camargo
Código Identificador:E7DA6810

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PP 47/2017

EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 047/2017
CONTRATO Nº 130/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO TÉCNICA E HOSPEDAGEM DO WEB SITE OFICIAL E DIÁRIO ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO.
EMPRESA CONTRATADA: INGÁ DIGITAL LTDA
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VALOR: R$ 4.990,00 (Quatro mil novecentos e noventa reais).
VIGÊNCIA: 365 dias

São Jerônimo da Serra/PR, 18 de outubro de 2017.

Assinaturas: João Ricardo de Mello – Prefeito Municipal
INGÁ DIGITAL LTDA

Publicado por:
André Luiz Machado de Camargo
Código Identificador:B2EF0777

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 04/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2017
DATA: 17 de Outubro de 2017

SÚMULA: Nomeia Comissão Permanente de Licitação para o exercício de 2017

O presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São José das Palmeiras, no uso de suas atribuições legais

DECRETA

Art. 1º - Nomeia os Vereadores, Pedro Luiz Schnorr, Daniel David Sestak Rodrigues e a Servidora Zaromi Ferreira Dias de Souza, para integrarem a Comissão Permanente de Licitação, sob a presidência do Primeiro, para o exercício de 2017.

Art. 2º - O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José das Palmeiras, aos dezessete dias do mês de Outubro de 2017.

OSVALDO PIERAZO
Presidente

Publicado por:
Ademir Junkes
Código Identificador:F9DBFBA6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2017.

Objeto: Aquisição de materiais hospitalares para atender o posto de Saúde do município de São José das Palmeiras

Em cumprimento ao disposto no art. 20, inciso XI da Lei Municipal n° 402/2009, torna-se público o resultado do Pregão Presencial n° 038/2017, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital, o seguinte resultado:

Lote	Proponente Vencedora	Valor Total do Lote em R$
LOTE 01	EFETIVE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - ME	R$ 8.394,00
LOTE 02	ASSUNÇÃO & MORETTO LTDA - EPP	R$ 6.200,00
LOTE 03	ASSUNÇÃO & MORETTO LTDA - EPP	R$ 5.900,00
LOTE 04	CICAVEL CIRURGICA CASCAVEL LTDA	R$ 49.864,00
LOTE 05	GREEN FARMACEUTICA LTDA - ME	R$ 559,30
LOTE 06	REALMED DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	R$ 28.400,00
LOTE 07	EFETIVE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - ME	R$ 5.867,00
LOTE 08	ASSUNÇÃO & MORETTO LTDA - EPP	R$ 2.836,00
LOTE 09	EFETIVE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - ME	R$ 2.616,00
LOTE 10	GREEN FARMACEUTICA LTDA - EPP	R$ 2.200,00
LOTE 11	REALMED DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	R$ 7.300,00
LOTE 12	EFETIVE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - ME	R$ 1.490,00
LOTE 13	CICAVEL CIRURGICA CASCAVEL LTDA	R$ 28.169,00
LOTE 14	EFETIVE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - ME	R$ 1.148,00
LOTE15	GREEN FARMACEUTICA LTDA - ME	R$ 250,00
LOTE 16	GREEN FARMACEUTICA LTDA - ME	R$ 134,00
LOTE 17	GREEN FARMACEUTICA LTDA- ME	R$ 7.780,00
LOTE 18	GREEN FARMACEUTICA LTDA - ME	R$ 3.797,70

São José das Palmeiras, 05/10/2017.

Publique-se

CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:FDD71E66

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Licitação o Pregão Presencial nº 038/2017, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido: Aquisição de materiais hospitalares para atender o posto de Saúde do município de São José das Palmeiras
As Empresas vencedoras foram: Cicavel Cirurgica Cascavel Ltda, com o valor de R$ 78.033,00 (setenta e oito mil e trinta e três reais); Realmed Distribuidora Ltda - EPP com o valor de R$ 35.700,00 (trinta e cinco mil e setecentos reais); Efetive Produtos Medico-Hospitalares Ltda – ME com o valor de R$ 19.515,00 (dezenove mil e quinhentos reais); Assunção & Moretto Ltda – EPP, como o valor R$ 14.936,00 (quatorze mil, novecentos e trinta e seis reais); Green Farmaceutica Ltda – ME, com o valor de R$ 14.721,00 (quatorze mil, setecentos e vinte e um reais).

Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras, 06 de Outubro de 2017.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:D32F6D8C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 080/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2017.

OBJETO: Aquisição de materiais hospitalares para atender o posto de Saúde do município de São José das Palmeiras.
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADO: ASSUNÇÃO & MORETTO LTDA - EPP
VALOR: R$ 14.936,00 (quatorze mil, novecentos e trinta e seis reais) até término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 09 de outubro de 2018.

São José das Palmeiras, em 18 de Outubro de 2017.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:3A17B910

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 081/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2017.

OBJETO: Aquisição de materiais hospitalares para atender o posto de Saúde do município de São José das Palmeiras.
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADO: GREEN FARMACEUTICA LTDA - ME
VALOR: R$ 14.721,00 (quatorze mil, setecentos e vinte e um reais) até término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 09 de outubro de 2018.

São José das Palmeiras, em 18 de Outubro de 2017.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:60ABB263

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DELIBERAÇÃO Nº. 001 /2017 - CMDI/PR CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO.

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

DELIBERAÇÃO Nº. 001 /2017- CMDI/PR

SÚMULA: Aprova o Plano Municipal dos Direitos do Idoso exercício 2018-2021, do município de São José das Palmeiras-PR

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, no uso das suas atribuições, legais que lhe confere a Lei municipal Nº 594/2017 e considerando a deliberação da plenária realizada em 18 de outubro de 2017.
DELIBEROU
Art. 1º Pela Aprovação do Plano Municipal dos Direitos do Idoso exercício 2018-2021, do município de São José das Palmeiras.

Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

São José das Palmeiras, 18 de Outubro de 2017

SUELI APARECIDA DA COSTA BESSA
Presidente
CMDI

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:1B6D08A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 129 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Designa membros para comporem o Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, conforme a Lei Municipal nº 535 de 14 de julho de 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os seguintes membros para comporem o Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM, conforme previsto na Lei Municipal nº 535, de 14 de julho de 2009:

I – Representantes do Poder Legislativo:
a) Titular – Bruna Dos Santos Faria;
b) Suplente – Marlise Baccin Begnini.

II – Representantes da Sociedade Civil Organizada:
a) Titular – Charles Douglas Rossol;
b) Suplente – Darci Dalla Rosa.

c) Titular – Antônio Onório Heiss;
d) Suplente – Darci Frigotto.

e) Titular – Alfredo Kolling;
f) Suplente – Claudia Guedes de Oliveira.

g) Titular – Carlos Huberline Roque da Silva;
h) Suplente – Paulo Frigotto.

III – Representantes da Prefeitura Municipal de São Pedro do Iguaçu:
a) Titular – Aldoir Zampiva;
b) Suplente – André Adriano Marques.

c) Titular – Rodrigo kolling;
d) Suplente – Valdir Bispo dos Santos.

e) Titular – Valdir Lopes Maestre;
f) Suplente – Claudia Pereira de Souza.

g) Titular – Ederson Marques Spech;
h) Suplente – Priscila Gregory.

Art. 2º A presidência do conselho será exercida pela pessoa eleita dentre os membros que compõe o CDM, conforme Previsto no Art. 3º, § 1º da Lei nº 535/2009.

Art. 3º O mandato dos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período, independente de nova designação, nos termos do §3º do Art. 3º da Lei 535/2009.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto Municipal nº. 085 de 04 de julho de 2017 e demais disposições em contrário.

Anote-se e
Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, em 18 de outubro de 2017.

FRANCISCO DANTAS DE SOUZA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erieli Rodrigues da Silva
Código Identificador:00CECDBE

GABINETE PREFEITO
LEI Nº 931 DE 10 DE OUTUBRO 2017

Acrescenta e altera dispositivos na Lei Municipal nº 658, de 04 de novembro de 2011, que Institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores; e dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa e as atribuições dos Cargos em Comissão da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam acrescentados os Capítulos XI a XIV, e os artigos 63 a 90 e, Anexo VI naLei Municipal nº 658, de 04 de novembro de 2011, que Institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu, passa a vigorar com a seguinte Redação:
"CAPÍTULO XI
DA ORGANIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
Art. 63 A Estrutura da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu é constituída pelos seguintes órgãos:

I - Câmara Municipal:
a) Plenário;
b) Mesa Executiva;
c) Colégio de Líderes;
d) Procuradoria Parlamentar;
e) Comissões;
f) Comissão Representativa da Câmara.
II - Diretoria Geral:
a) Direção;
b) Assessoria Legislativa;
c) Assessoria de Contabilidade;
d) Assessoria de Gabinete Parlamentar.

Art. 64 A Câmara Municipal é, como primeiro elemento de Governo, o órgão Legislativo do Município, composto de Vereadores eleitos na forma da Lei, e tem a seguinte estrutura:
I - Plenário;
II - Mesa Executiva;
III - Colégio de Líderes;
IV - Procuradoria Parlamentar;
V - Comissões;
VI - Comissão Representativa da Câmara.

Art. 65 A Diretoria Geral, órgão encarregado da direção, controle e a promoção da colaboração entre os órgãos, nas questões legislativas, administrativas e disciplinares, cabe dirigir, chefiar e assessorar a Câmara Municipal, a ela subordinando-se os demais órgãos da Estrutura Administrativa constantes das alíneas "a", "b", "c" e "d", do inciso II do Artigo 63 desta Lei.

CAPÍTULO XII
DA COMPETÊNCIA

SEÇÃO I
Câmara Municipal

Art. 66 A Câmara Municipal tem as funções legislativa, organizante, institucional, fiscalizadora, julgadora e administrativa, nos termos do seu Regimento Interno.

Subseção I
Do Plenário

Art. 67 O Plenário, órgão soberano da Câmara Municipal, com decisões em forma de colegiado, é o conjunto de todos os Vereadores em pleno direito de discussão e voto, nos termos da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno.

Subseção II
Da Mesa Executiva

Art. 68 A Mesa Executiva é o órgão responsável pela direção dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal e executor das decisões do Plenário, dentro da estrita observância da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno.

Subseção III
Do Colégio de Líderes

Art. 69 O Colégio de Líderes, composto pelos Líderes das bancadas, dos blocos parlamentares, do Governo Municipal, e da Oposição, tem por competência auxiliar nas atividades inerentes à prática parlamentar e servir de elo entre a Mesa Executiva e as Comissões, nos termos do Regimento Interno.

Subseção IV
Da Procuradoria Parlamentar

Art. 70 A Procuradoria Parlamentar tem por finalidade promover, em colaboração com a Mesa Executiva, a defesa da Câmara Municipal, de seus órgãos e de seus membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão do exercício do mandato ou das funções institucionais.

Subseção V
Das Comissões

Art. 71 As Comissões são órgãos consultivos da Câmara Municipal, encarregadas de estudar matérias submetidas ao seus exame, manifestar sobre elas a sua opinião, através de pareceres escritos e preparar, por iniciativa própria ou a requerimento e/ou solicitação de Vereador, anteprojetos, projetos de lei ou de resolução atinentes à sua especialidade, nos termos do Regimento Interno.
Parágrafo único. As Comissões Permanentes da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu, são as seguintes:
I - Comissão de Legislação e Redação;
II - Comissão da Organização do Município;
III - Comissão da Organização dos Poderes;
IV - Comissão da Administração Tributária, Financeira e Orçamentária;
V - Comissão da Ordem Econômica e Social;
VI - Comissão da Administração Pública.

Subseção VI
Da Comissão Representativa Da Câmara Municipal

Art. 72 A Comissão Representativa zelará pelas prerrogativas do Poder Legislativo durante o recesso parlamentar, nos termos do Regimento Interno.

SEÇÃO II
DA DIRETORIA GERAL

Art. 73 A Diretoria Geral, tem como competência a execução dos serviços burocráticos, e de direção, chefia e assessoria, dos serviços administrativos e assessoramento legislativo da Câmara Municipal.

Subseção I
Da Direção

Art. 74 A Direção da Diretoria Geral, subordinada diretamente à Mesa, tem como atribuições e de modo geral, dirigir, coordenar e controlar e a promoção da colaboração entre si da Assessoria Legislativa, Assessoria de Contabilidade, Assessoria de Gabinete Parlamentar, os serviços administrativos, bem como assessorar os trabalhos legislativos da Câmara Municipal:
I - propiciar aos cidadãos canais de comunicação com a Câmara Municipal;
II - criar e implementar elos de ligação que propiciem aos Vereadores a recepção de reivindicações, reclamações, denuncias e sugestões que permitam a valorização da capacidade de colaborar, fiscalizar e avaliar as ações do Poder Executivo Municipal:
III - acompanhar as solicitações comunicando aos cidadãos reivindicantes os resultados obtidos e providências adotadas;
IV – comunicar a Mesa Executiva da Câmara Municipal as denuncias que envolvam servidores do Legislativo Municipal ou aplicação indevida de recursos financeiros ou materiais;
V – viabilizar o acompanhamento da execução do plano de governo Municipal;
VI – acompanhar, controlar e avaliar a programação financeira do Poder Legislativo;
VII – propor analise, sob o ponto de vista Administrativo e legislativo, os processos que lhe sejam submetidos pelo Presidente da Câmara Municipal e demais unidades Legislativas e administrativas da Câmara Municipal, dando orientação a respeito;
VIII – propor o exame, e revisão dos Projetos de Lei, Projetos de Resolução, Justificativas, Pareceres, Autógrafos, Resoluções, justificativas de vetos, Atos, Portarias, Regulamentos, contratos e outros documentos de natureza administrativa e legislativa;
IX - prestar consultoria e assessoramento administrativa e legislativa, no âmbito da Câmara Municipal;
X – zelar pela análise das legislações Municipal, Estadual e Federal, e orientar , cumprir e fazer cumprir a sua aplicação no âmbito do Poder Legislativo;
XI – definir a pesquisa, analise, e interpretação, á legislação, regulamentos, doutrina e jurisprudências, orientando sua organização, analisar minutas de contratos, convênios, petições, contestações, réplicas;
XII - participar de sindicância e processos administrativos dando orientação legislativa conveniente;
XIII - coletar informações sobre a legislação federal, estadual e municipal, cientificando o Presidente da Câmara Municipal e órgãos da Câmara Municipal, quando se tratar de assuntos de interesse da Câmara Municipal e do Município;
XIV - prestar a necessária assistência legislativa nos atos do Poder Legislativo referentes a alienações e aquisições assim como nos contratos e nos processos licitatórios;
XV - exercer outras atividades correlatas determinadas pelo Presidente da Câmara Municipal.

Subseção II
Da Assessoria Legislativa

Art. 75 A Assessoria Legislativa, subordinada á Direção da Diretoria Geral, tem como atribuições, assessorar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal.

Subseção III
Da Assessoria de Contabilidade
Art. 76 A Assessoria de Contabilidade, subordinada diretamente à Direção da Diretoria Geral, tem como atribuições, chefiar, dirigir a execução dos serviços de registros contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais, controle do pagamento do pessoal, dos bens e gestão orçamentária, controle dos limites máximos das despesas nos regramentos da Constituição Federal e Leis Federais, vigentes, da Câmara Municipal, bem como assessorar dentro de sua especialidade aos trabalhos legislativos e administrativos:
I – assessorar o controle, e o arquivamento:
a) dos Anexos II das Receitas do Município do Exercício Anterior;
b) dos demonstrativos dos limites máximos de gastos total mensal e anual e com a folha de pagamento;
c) dos Balancetes Financeiro Mensal do Município;
d) dos demonstrativos dos limites máximo mensal com Despesas dos Subsídios dos Vereadores, ambos em observância nos termos das Leis Federais vigente e a Constituição Federal.
II – assessorar o pagamento e o arquivamento dos documentos comprobatório dos recolhimentos mensal do Imposto de Renda Retido na Fonte, e as Contribuições da Previdência Social, em observância aos termos das Leis Federais vigente e a Constituição Federal.

Subseção IV
Da Assessoria de Gabinete Parlamentar

Art. 77 A Assessoria de Gabinete Parlamentar, subordinada diretamente á Direção da Diretoria Geral, tem como atribuições, dentre outras que poderão ser definidas pelo Presidente ou em regulamento:
I - assessorar a execução dos serviços de sistematização, preparação, encaminhamento e arquivamento de papéis e outros serviços de interesse do âmbito do Gabinete parlamentar;
II - assessorar o vereador no cumprimento dos deveres do mandato;
III - orientar o vereador no encaminhamento e tomada de decisões e seu posicionamento em deliberações do colegiado ou outro órgão de deliberação, á vista do objeto da decisão e do programa da agremiação a que pertence;
IV - assessorar o vereador no exame de proposições nas comissões da Câmara permanentes de caráter técnico-legislativo ou temporário de que faça parte;
V - prestar orientação ao vereador na discussão e votação de proposições;
VI - organizar e acompanhar as reuniões que o vereador promover no interesse público;
VII - atender e prestar esclarecimentos e informações aos cidadãos que procuram o vereador;
VIII - manter o controle das pautas das sessões e das proposições legislativas de interesse;
IX - agendar reuniões, visitas, entrevistas, audiências e outros compromissos do titular;
X - definir a expedição da correspondência de interesse do gabinete;
XI – zelar pela manutenção dos arquivos, para fins de consulta, as cópias das proposições em tramitação e das respostas de pedidos de informações;
XII - integrar-se á ordem administrativa e aos princípios que orientam a postura dos agentes públicos, colaborando para a conquista de resultados de interesse coletivo;
XIII - prestar colaboração no andamento dos trabalhos de caráter administrativo e de fortalecimento do Poder Legislativo.

CAPITULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HIERARQUIA E COMPETÊNCIA

Art.78 A Organização Legislativa e Administrativa da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu, discriminada no artigo 63, será apresentada graficamente na forma do organograma disposto no Anexo VI que integra esta Lei.
Parágrafo único. A subordinação hierárquica dos órgãos que integram a Estrutura Organizacional Legislativa e Administrativa da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu, define-se ao enunciado das competências e na posição de cada órgão no Organograma do Poder Legislativo.

Art. 79 Além de suas atribuições próprias, compete ainda a Direção, Assessoria Legislativa, Assessoria de Contabilidade e, Assessoria de Gabinete Parlamentar:
I - despachar com o Presidente da CâmaraMunicipal;
II – dirigir, chefiar, e assessorar, coordenar e controlar as atividades desenvolvidas pelos órgãos que lhe são atribuídos;
III - prestar assistência ao Presidente da Câmara Municipal, em assuntos de sua competência e do órgão sob sua responsabilidade;
IV - apresentar ao Presidente da Câmara Municipal, na época própria, o programa anual dos trabalhos a cargo das unidades sob sua direção;
V - proferir despachos decisórios em processos de sua responsabilidade no âmbito de sua competência;

VI - encaminhar ao Presidente da Câmara Municipal, na época estabelecida, dados necessários à elaboração da proposta orçamentária;
VII - expedir instruções às unidades sob sua direção, para a boa execução das Leis, Normativas e regulamentos;
VIII - determinar a realização de sindicância para apuração sumária de faltas graves e irregularidades, bem como sugerir a instauração de inquérito administrativo;
IX - fazer comunicar ao Contabilista da Câmara Municipal a movimentação dos bens patrimoniais existentes no órgão sob sua responsabilidade, para efeito de atualização do cadastro patrimonial;
X - prestar ao Presidente da Câmara Municipal informações e esclarecimentos sobre assuntos em fase final de decisão;
XI - promover a movimentação de pessoal nas unidades administrativas que lhes são subordinadas, procedendo a imediata comunicação ao Contabilista da Câmara Municipal, das remoções e/ou permutas efetuadas;
XII - aprovar a escala de férias dos servidores lotados nos órgãos sob sua subordinação;
XIII - proferir despachos decisórios em processos atinentes a assuntos de competência dos órgãos que dirige, e interlocutórios naqueles cuja decisão esteja fora de suas atribuições;
XIV - sugerir ou solicitar ao Presidente da Câmara Municipal as providências que julgar necessárias para proporcionar o bom andamento dos serviços sob sua responsabilidade;
XV - propor ao Presidente da Câmara Municipal a admissão e dispensa de pessoal;
XVI - sugerir o preenchimento das vagas nas funções de chefia que lhe são subordinadas indicando servidores para seu provimento ou propor a destituição daqueles que não estão desempenhando satisfatoriamente suas tarefas;
XVII - promover reuniões de coordenação entre seus subordinados, a fim de traçar diretrizes, dirimir dúvidas, ouvir sugestões e discutir assuntos de interesse da Câmara Municipal;
XVIII - baixar Instruções Normativas, ordens de serviço, avisos e demais orientações aos seus subordinados.

Art. 80 Aos servidores cujas atribuições não foram especificadas nesta Lei, cumpre observar as prescrições legais regulamentares, executar com zelo e presteza as tarefas que lhe são cometidas, cumprir ordens, determinações, instruções superiores, formular sugestões, visando o aperfeiçoamento dos trabalhos e assinar documentos quando autorizados.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 81 Os órgãos da Câmara Municipal devem funcionar perfeitamente articulados entre si, em regime de mútua colaboração, visando oferecer informações, sugestões e dados que melhorem o andamento dos serviços.

Art. 82 A Mesa Executiva da Câmara Municipal poderá estabelecer, mediante Ato, as atribuições e competência dos responsáveis pelos órgãos de nível hierárquico de Assessoramento.

Art. 83 Os Cargos de Provimento em Comissão e o número de vagas são os constantes do Anexo V que integra esta Lei.

Art. 84 O valor dos vencimentos atribuídos aos Cargos de Provimento em Comissão são os constantes no Anexo IV que integra a esta Lei.

Art. 85 Aos ocupantes de cargos de Provimento em Comissão, poderão ser concedidas as vantagens do Regime Integral por Tempo de Serviço, "Dedicação Exclusiva" de até trinta por cento sobre o vencimento básico.

Art.86 Os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração do Presidente da Câmara Municipal, são os constantes do Anexo V que integra Lei .

Art. 87 Os vencimentos mensais, fixados no Anexo IV, que integra esta Lei, poderão por Lei específica, de iniciativa privativa da Mesa Executiva da Câmara Municipal, ser alterados, reajustados, e assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data, e índice, concedido em geral nos vencimentos dos servidores públicos municipais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Constituição Federal, e Leis Federais, vigentes, observado os prazos limites, no ano das Eleições Municipais, e ao final do mandato do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 88 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei ocorrerão à conta das dotações orçamentárias apropriadas.

Art. 89 Ficam convalidados todos os Atos praticados nos termos da Resolução Nº 08, de 01 de Novembro de 2011, da Câmara Municipal**.**
Art. 90 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação**.(NR)**"

Art. 2º Fica alterado o Anexo V, da Lei Municipal nº 658, de 04 de novembro de 2011, passa a vigorar na conformidade com o texto que integra esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Resolução Nº 08, de 01 de novembro de 2011, da Câmara Municipal, e artigo 61 da Lei Municipal nº 658, de 04 de novembro de 2011.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, 10 de outubro de 2017.

FRANCISCO DANTAS DE SOUZA NETO
Prefeito Municipal

ANEXO IV
GRADE DE VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS

SÍMBOLO	VENCIMENTOS
CC - 01	3.023,98
CC - 02	1.969,10
CC - 03	1.040,80

ANEXO V
RELAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO

ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO – DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	SÍMBOLO
1 - DIRETOR DA DIRETORIA GERAL	01	CC-01
2 - ASSESSOR DE GABINETE PARLAMENTAR	01	CC-02

Publicado por:
Erieli Rodrigues da Silva
Código Identificador:06793243

GABINETE PREFEITO
PORTARIA Nº 142, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Concede diária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas legais e constitucionais:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, 01 (uma) diária no valor total **de R$ 180,00 (cento e oitenta reais)**, pelo deslocamento do Sr. **Vanderlei Cardoso**, motorista, à **cidade de Campo Largo-PR**, com saída no dia 17/10/2017 as 22h00min e retorno no dia 18/10/2017as 16h00min, para o transporte de paciente até o hospital Nossa Senhora do Rocio;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anote-se e
Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, em 18 de outubro de 2017.

FRANCISCO DANTAS DE SOUZA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erieli Rodrigues da Silva
Código Identificador:5D9E6FB8

GABINETE PREFEITO
PORTARIA Nº 143, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Concede diária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas legais e constitucionais:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, 01 (uma) diária no valor total **de R$ 180,00 (cento e oitenta reais)**, pelo deslocamento do Sra. Marlene Freitas de Lima, Agente Comunitária de Saúde, à **cidade de Campo Largo-PR**, com saída no dia 17/10/2017 as 22h00min e retorno no dia 18/10/2017as 16h00min, para acompanhar paciente até o hospital Nossa Senhora do Rocio;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anote-se e
Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, em 18 de outubro de 2017.

FRANCISCO DANTAS DE SOUZA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erieli Rodrigues da Silva
Código Identificador:9615DF8A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI Nº. 1085/2017

Súmula*: "Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de servidor público sob regime jurídico administrativo para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público da Prefeitura Municipal de Sapopema/PR*".

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal, em caráter temporário por prazo determinado, 1 (um) profissional Contador com devido registro e regularidade junto ao Conselho Regional de Contabilidade, para atender necessidade de excepcional interesse público do Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Sapopema.
§1º A contratação de que trata esta Lei se dará por regime jurídico administrativo, de acordo com as regras aqui estabelecidas.
§2º A presente contratação será pelo prazo de até 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação por sucessivo período, podendo, entretanto, ser interrompida a qualquer tempo por interesse da Prefeitura pelo cessamento da situação excepcional que a autorizou, ou seja, o retorno do Contador concursado que se afastará para exercício de mandato classista.
§3º A jornada de trabalho será de 20h (vinte horas) semanais de segundas a sextas feiras.
§4º A remuneração do contador será de R$ 2.135,44 (dois mil cento e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) mensais para o atendimento da carga horária de 4h (quatro horas) diárias e 20h (vinte horas) semanais no horário ordinário da Prefeitura.
§5º O profissional contratado pela presente Lei fará jus a férias acrescida de 1/3 (um terço), integral ou proporcional aos meses trabalhados, décimo terceiro salário e recolhimento dos encargos sociais do INSS, com desconto do valor do contratado, no atendimento da Lei previdenciária.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, para os fins do disposto nesta Lei, a continuidade dos serviços da contabilidade da Prefeitura, cujo atendimento é dever constitucional pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 3º A contratação prevista no art. 1º desta Lei efetuar-se-á através de processo seletivo simplificado, em edital para esse fim, considerando-se:
I - período de inscrições de 05 (cinco) dias, mediante a apresentação dos documentos constantes do Edital próprio de Seleção;
II - critério de seleção pela pontuação de títulos acadêmicos; e prazo de experiência profissional de Contador público e privado; e critério de desempate por maior idade;
III - Deverão constar do edital de abertura de inscrições para o processo seletivo simplificado informações que permitam ao interessado conhecer as condições da futura contratação, número de vaga, a descrição das atribuições, a carga horária, a remuneração a ser paga e o prazo de duração do contrato.
Parágrafo único. O edital resumido do processo seletivo simplificado para o preenchimento das vagas de que trata esta Lei deverá ser publicado em diário oficial do Município e no sitio da Prefeitura.

Art. 4º Para fins de viabilização da seleção e classificação dos candidatos será constituída comissão, por ato do Chefe do Executivo, composta por 03 (três) funcionários de cargo efetivo da Prefeitura.

Art. 5º As condições e as exigências para a contratação, bem como as atribuições e competências para os cargos, constarão no Edital do Processo Seletivo.
Parágrafo único. A efetivação da contratação dar-se-á mediante decreto de nomeação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei, nos termos do inciso I, do art. 169, da Constituição Federal, serão atendidas por dotação orçamentária própria, estando o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações legais necessárias ao adimplemento desta.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAPOPEMA/PR, em: 18 outubro de 2017.

GIMERSON DE JESUS SUBTIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Flor Delfino
Código Identificador:AA5061A5

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 199/2017

SÚMULA: *O cidadão GIMERSON DE JESUS SUBTIL, Prefeito Municipal de Sapopema/Pr, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela lei nº 325 de 30/06/1992(art. 6° e 7°), nomeia membros para o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE do município de Sapopema/Pr e dá outras providencias.*

RESOLVE:

Art. 1° - Art. 1° - Ficam nomeados os Conselheiros Titulares e Suplentes abaixo relacionados para compor o novo Conselho Municipal de Saúde do município de Sapopema - PR, eleitos na IX Conferência Municipal de Saúde, com prazo de 02 (dois) anos, conforme a lei Municipal nº 325 de 30/06/92 e a Lei nº 8142 de 1990.
Art. 2º - Os membros que compõe o conselho são representantes dos seguimentos, conforme a resolução nº 453 de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.
USUARIOS: 50% = 06 REPRESENTANTES TITULARES

TRABALHADORES EM SAÚDE: 25%= 03 REPRESENTATES TITULARES
GESTOR PRESTADOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE: 25%= 03 REPRESENTANTES TITULARES.
Parágrafo Único: São atribuições do Conselho: A representação do Conselho Municipal de Saúde junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, sociedade jurídica e civil em geral, sendo uma instancia privilegiada na proposição, discussão, acompanhamento, deliberação, avaliação e fiscalização da implementação da Política de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros, convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, questionar de forma transparente, objetiva, observando os parâmetros previstos nas leis especificas.

MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SÁUDE

PASTORAL DA CRIANÇA
TITULAR: MARIA IZABEL LUZ DOS SANTOS
SUPLENTE: BENEDITA DE OLIVEIRA

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
TITULAR: SILVANA MARIA DE OLIVEIRA CANDIDO
SUPLENTE: SAMARA FERREIRA MACIEL

CASA FAMILIAR RURAL
TITULAR: ADRIANO YOSHIO NAKAMURA
SUPLENTE: PATRICIA DE SOUZA

SECRETARIA DE SAÚDE (ADMINISTRAÇÃO)
TITULAR: EMANUELE ANTONIA CHEDE SUBTIL
SUPLENTE: CLAUDINEI LIMA DO NASCIMENTO

TRABALHADORES DE SAÚDE
COREN
TITULAR: LUZIA GABRIELA PEREIRA TEIXEIRA
SUPLENTE: FLAVIA FONSECA MAGALHÃES
CRF
TITULAR: LUCAS NADER PERUSSO
SUPLENTE: MARINO MARDEGAN
CRO
TITULAR: JOÃO CLÁUDIO PERUSSO
SUPLENTE: ELISSA MARIA LIMA DA SILVA

APAE
TITULAR: CAMILA GUERREIRO RODRIGUES
SUPLENTE: RICARDO DE CASTRO SARTORI

ASSOCIAÇÃO AÇÃO COMUNITÁRIA SANTANA
TITULAR: FRANSIELE CRISTINA VEIGA DA SILVA
SUPLENTE: HELIDA SANTIN

PARÓQUIA SANTANA
TITULAR: PADRE ROQUE LOURENÇO FILHO
SUPLENTE: SIDNEUZA DE OLIVEIRA MATIAS KAVA

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
TITULAR: RENATA MARIA DE SOUZA PEREIRA SQUARÇA
SUPLENTE: CÉLIO PEREIRA LISBOA

ASSOCIAÇÃO DOS CARVOEIROS
TITULAR: FLÁVIO DE OLIVEIRA GUERREIRO
SUPLENTE: RODICLEI APARECIDO B. ALMEIDA

SECRETÁRIA EXECUTIVA: CRISTIANE ZAMPIERI ROCHA
Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapopema -PR, em 18 de Outubro de 2017.

GIMERSON DE JESUS SUBTIL
Prefeito Municipal de Sapopema.

Publicado por:
Franciele Flor Delfino
Código Identificador:ADF69169

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2017

OBJETO: **Aquisição de Envelopes com Timbre para a Secretaria de Administração do Município de Sapopema - Pr**. Expirado o prazo recursal, torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto a empresa **TOMAZGRAF GRÁFICA E PAPELARIA LTDA**,sendo o valor total do certame R$ 3.395,00 (Três Mil, Trezentos e Noventa e Cinco Reais).
Contrato nº 284/2017
Vigência de 24(vinte e quatro) meses

Sapopema PR, 18 de outubro 2017

GIMERSON DE JESUS SUBTIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Flor Delfino
Código Identificador:1DFC1961

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA Nº 02/2017.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRENCIA Nº 02/2017.
OBJETO: Visa concessão de uso de imóveis com área de 22,09m2, e 9,43m2, consiste em Duas Salas Comerciais para instalação de pequenos comércios, situado na Rodoviária Municipal, sito a Praça Antonio Batista Ribas, s/n, Centro, com o fim exclusivo de exploração comercial, conforme no anexo V deste edital.
ADJUDICADA:

PESSOS FISICA: QUILEU FRANÇA DE OLIVEIRA
CPF: 040.507.349-66
SALA: 01 –área de 22,09 m², No valor de R$: 650,00 (seiscentos e cinqüenta reais) mensal.
VALOR TOTAL: 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

Conforme especifica a Concorrência Nº 02/2017.

Sapopema, 04 de outubro de 2017.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Franciele Flor Delfino
Código Identificador:5ED2F1A8

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 283/2017

CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ do MF sob o nº. 76.1067.733/0001-87, com sede na Av. Manoel Ribas, 818, Centro, no Município de Sapopema, Estado do Paraná – Pr., neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **GIMERSON DE JESUS SUBTIL** brasileiro, portador da cédula de identidade sob o nº. 5.016.668-6 o CPF sob o nº. 689.440.129-20 residente e domiciliado nesta cidade, Rua: Santana, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e de outro lado a EMPRESA: **QUILEU FRANCA DE OLIVEIRA-ME** inscrito no CNPJ do MF sob o nº28.840.149/0001-06 com sede na Av. Paulo Cesar Guerreiro Abrão, n° 50,sala 05, no Município de Sapopema-Parana, representada neste ato por Quileu França de Oliveira, portador da Cédula de Identidade RG sob o n°.10.143.704-3 -SSP/PR e inscrito no CPF sob o n°.040.507.349-66, residente e domiciliado na

Rua.Napoleão Guerreiro, nº01, no Município de , Sapopema Estado do Parana, de ora em diante denominado CESSIONÁRIO, acordam as seguintes cláusulas e condições nos termos do Processo de Licitação **CONCORRÊNCIA nº. 002/2017:**

CLÁUSULA PRIMEIRA.

DO OBJETO. O presente contrato tem por objeto a concessão de uso de imóvel com área de 22,09m2, consiste em uma sala comercial, com o fim exclusivo de exploração comercial, conforme anexo V do o qual passa fazer parte integrante deste instrumento **Processo Licitatório Concorrência nº. 002/2017.**

CLÁUSULA SEGUNDA.

DO PRAZO. O prazo de concessão de uso do imóvel, objetos do presente contrato, **é de 02 (dois) anos contados da data de assinatura do contrato**, podendo ser prorrogado por igual e sucessivos períodos, não ultrapassando 60 (sessenta) meses, havendo interesse das partes.

CLAUSULA TERCEIRA.

DAS CONDIÇÕES DA CONCESSÃO DE USO E DO VALOR. A concessão do imóvel será o valor fixo mensal.

§1º. O CESSIONÁRIO, declara ter pleno conhecimento do valor a ser pago, de R$: 650,00 (seiscentos e cinqüenta reais) mensais, que será pago através de Boleto Bancário, vencíveis no dia 05 (cinco) de cada mês, posterior ao mês vencido, mediante entrega de recibo. Totalizando o valor de 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

Parágrafo Primeiro: O CONCEDENTE declara ter pleno conhecimento de que o resgate de recibos posteriores não representa quitação dos anteriores, nem de quaisquer outras obrigações deste contrato.

Sapopema,18 de outubro de 2017

COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇAO

Publicado por:
Franciele Flor Delfino
Código Identificador:BD7F1DDE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 190/2017 – PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 123/2017

OBJETO: Aquisição de conjunto radiológico para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.
VALOR MÁXIMO GLOBAL: – R$ 109.875,00 (cento e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 01/11/2017 às 8h30min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 01/11/2017 às 08h45min.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 01/11/2017 às 9h00min.
LOCAL:
www.bllcompras.org.br
Informações Gerais: O Edital encontra-se à disposição dos interessados através do site
www.bllcompras.org.br. Mais informações poderão ser obtidas através do telefone 43 - 3567-1400, no endereço eletrônico:
licitacoes.senges@hotmail.com ou através do **"Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL".**

Sengés, 18 de outubro de 2017.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

JAQUELINE NUNES DA SILVA
SMS

Publicado por:
Criselen Ribeiro
Código Identificador:1FB51566

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 191/2017 – PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 124/2017

OBJETO: Aquisição de processadora automática de filmes radiográficos e acessórios radiológicos para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.
VALOR MÁXIMO GLOBAL: – R$ 38.468,87 (trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 06/11/2017 às 8h30min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 06/11/2017 às 08h45min.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 06/11/2017 às 9h00min.
LOCAL:
www.bllcompras.org.br
Informações Gerais: O Edital encontra-se à disposição dos interessados através do site
www.bllcompras.org.br. Mais informações poderão ser obtidas através do telefone 43 - 3567-1400, no endereço eletrônico:
licitacoes.senges@hotmail.com ou através do **"Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL".**

Sengés, 18 de outubro de 2017.

NELSON FERREIRA RAMOS JAQUELINE NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal
SMS

Publicado por:
Criselen Ribeiro
Código Identificador:BE174442

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 161/2017 – PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 104/2017

OBJETO: Aquisição de 02 (dois veículos) novos, 0 km para atender a Secretaria Municipal de Educação conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.
DATA DA REALIZAÇÃO (início dos lances): 05/10/2017 às 13h30min. À vista da desclassificação das propostas de todos os Licitantes, este Certame é declarado **FRACASSADO** .

Sengés, 18 de Outubro de 2017.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

SINARA AP. FERREIRA RAMOS BORTOLUZZE
SMA

Publicado por:
Criselen Ribeiro
Código Identificador:E3950AC5

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 165/2017 – PREGÃO (ELETRONICO) Nº 106/2017
EXCLUSIVO PARA ME/EPP

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo (limpeza, copa e higienização) para a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.
VENCEDORES: - A G ROSSATO- DISTRIBUIDORA - ME, nos lotes/itens 01, 02, 03, 04, 05, 13,15, 17, 18, 19, 21, 30, 33, 34, 38, 42, 44, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 57 e 58, do objeto desta licitação, com o valor total de R$ 18.330,45 (dezoito mil, trezentos e trinta reais e quarenta e cinco centavos).
- MERSATE MERCADO SANTA TEREZINHA LTDA, nos lotes/itens 06, 12, 16, 23, 24, 25, 27, 31, 32, 47, 49 e 55, do objeto

desta licitação, com o valor total de R$ 8.041,68 (oito mil, quarenta e um reais e sessenta e oito centavos).
- **JOSE ROBERTO RIBEIRO SENGES ME,** nos lotes/itens 07, 08, 10, 11, 14, 20, 26, 35, 36, 39, 40, 45 e 56, do objeto desta licitação, com o valor total de R$ 5.984,66 (cinco mil, novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos).
- **L A P ESTEFANUTO EIRELI EPP,** nos lotes/itens 22, 28, 29, 37, 41, 43 e 46 do objeto desta licitação, com o valor total de R$ 1.472,88 (mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos).
HOMOL: 18/10/2017.
Obs . A partir da data da publicação deste está aberto o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a(s) empresa(s) acima qualificada(s) assinar (em) o termo de contrato, aceitar (em) ou retirarem o documento equivalente.

Sengés, 18 de outubro de 2017.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

SINARA APARECIDA FERREIRA RAMOS BORTOLUZZE
SMA

Publicado por:
Criselen Ribeiro
Código Identificador:79335FF9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 171/2017 – PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 109/2017

OBJETO: Aquisição de 02 (dois veículos) novos, tipo hatch, 0 km, para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.
DATA DA REALIZAÇÃO (início dos lances): 16/10/2017 às 13h30min À vista da desclassificação das propostas de todos os Licitantes, este Certame é declarado **FRACASSADO** .

Sengés, 18 de Outubro de 2017.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

SINARA AP. FERREIRA RAMOS BORTOLUZZE
SMA

Publicado por:
Criselen Ribeiro
Código Identificador:32A5ECD0

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 170/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 025/2017 EXCLUSIVO ME/EPP

OBJETO: : Contratação de empresa para execução de serviços de mão de obra, com fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, destinados à reforma de salas de aula, cozinha e pintura parcial do CMEI Renascer, zona urbana do Município de Sengés, conforme projeto(s), memorial(is) descritivo(s), orçamento(s) e cronograma físico-financeiro, que fazem parte integrante deste Edital.
VENCEDOR:- CONSTRUTORA SPLENDORE LTDA – ME, com o valor global de R$ 28.398,32 (vinte e oito mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e dois centavos).
HOMOL/ADJ: 18/10/2017.
OBS. A partir da data da publicação deste está aberto o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a(s) empresa(s) acima qualificada(s) assinar (em) o termo de contrato, aceitar (em) ou retirarem o documento equivalente.

Sengés, 18 de Outubro de 2017.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

SINARA AP. FERREIRA RAMOS BORTOLUZZE
SMA

Publicado por:
Criselen Ribeiro
Código Identificador:0332E7AE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ANULAÇÃO

O Prefeito Municipal de Sengés, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o Parecer Jurídico da Procuradoria Municipal e de acordo com o que lhe confere o artigo 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, **RESOLVE ANULAR** o **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 153/2017 – PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 100/2017,** cujo objeto é "Aquisição de 02 (dois) veículos automotores (01 tipo passeio e 01 tipo ambulância), novos, 0 km, para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos"**.** Assim, conforme previsto no art. 49, § 3º, da Lei nº 8.666/93, os interessados ficam intimados a, querendo, manifestarem-se a respeito do assunto no prazo de 5 (cinco) dias úteis. O processo se encontra com vista franqueada na sala do Departamento de Compras e Licitações, situada na Travessa Sen. Souza Naves, 95.

Sengés, 18 de Outubro de 2017.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Criselen Ribeiro
Código Identificador:2587C6E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 180-2017

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 180/2017.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: SERTGÁS COMÉRCIO DE GAS LTDA - ME.
OBJETO: COMPRA DE GÁS DE COZINHA PARA O PREPARO DA MERENDA ESCOLAR.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOSE) MESES.
INÍCIO: 18 DE OUTUBRO DE 2017.
TÉRMINO: 17 DE OUTUBRO DE 2018.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 079/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2017, ID Nº 32887.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18 DE OUTUBRO DE 2017.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 18.924,60 (DEZOITO MIL, NOVECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E SESSENTA CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ALEOCIDIO BALZANELO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:8A5F75A7

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 181-2017

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 181/2017.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: REGIANE CARDOSO DE ANDRADE E CIA LTDA - ME.
OBJETO: COMPRA DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOSE) MESES.
INÍCIO: 18 DE OUTUBRO DE 2017.
TÉRMINO: 17 DE OUTUBRO DE 2018.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 087/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2017, ID Nº 32888.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18 DE OUTUBRO DE 2017.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 5.268,60 (CINCO MIL, DUZENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E SESSENTA CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ALEOCIDIO BALZANELO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:2CD86B5C

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA - N.º 108, 18 D E OUTUBRO DE 2.017

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de Licença Remunerada por motivo de doença na família em conformidade com Artigo n.º 202 da Lei Municipal 2.029/12.

ZENAIDE APARECIDA ARRUDA, Diretora Superintendente do **SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, e a Sra. **JANETE CALDEIRA**, Diretora do Departamento de Administração e Assessoramento do SERMUSA **- RESOLVEM**:

Artigo 1.º) -: Conceder, Licença Remunerada de 19 (Dezenove) dias, a partir de 16 de Outubro de 2.017, A Servidora Municipal, **LIVIA MAGDA GARRIDO AVELAR HOFFMANN** – Lotada no Cargo: Saúde Geral, na Função: Médico Clínico Geral, Portadora do Cadastro de Pessoa Física – CPF – M/F n. 064.332.956-06 e do Registro Gerais – RG n.º 8.013.450 Para atendimento ao requerimento impetrado – **por motivo de doença em pessoa da família**.

Art. 2º) -: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 16 de Outubro de 2.017, revogada as disposições em contrário.

ZENAIDE APARECIDA ARRUDA
Diretor Superintendente
Decreto Municipal N.º 014/2.017
Administração 2.017/2.020

ILTO DE SOUZA
Diretor Adm. e Assessoramento
Decreto Municipal N.º 083/2.017
Administração 2.017/2.020

Publicado por:
Durval Roberto Gonçalves
Código Identificador:70FD2F4C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
NOTIFICAÇÕES LEI 9452/97

NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS no valor de R$ 14.260,00 (quatorze mil e duzentos e sessenta reais) destinado ao Bloco de Atenção Básica - Saúde da Família - SF, em 17 de outubro de 2017.

Sulina, 18 de outubro de 2017.

NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS no valor de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) destinado ao Bloco de Atenção Básica - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ, em 17 de outubroi de 2017.

Sulina, 18 de outubro de 2017.

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:C0995165

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO TELECENTRO DE SULINA

O Município de Sulina – PR, torna público, a autorização de uso do Telecentro de Sulina à empresa LUCAS FELIPE CABRAL ME. Vigência: de 1º de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Sulina, 18 de outubro de 2017.

PAULO HORN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:FC677830

SETOR DE LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2017

Torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS COM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA, MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL, COM PILARES E ESTRUTURAS DE COBERTURAS, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 1.014,51 m² DE CONSTRUÇÃO, TUDO CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAM**, às Empresas:

NOME DO FORNECEDOR	VALOR TOTAL (R$)
L B ENGENHARIA LTDA	119.275,73

Prefeitura Municipal de Sulina, em 18 de outubro de 2017.

PAULO HORN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:43A29011

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2017

CONTRATADA	**L B ENGENHARIA LTDA**	**CNPJ**	**04.351.798/0001-77**
OBJETO	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS COM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA, MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL, COM PILARES E ESTRUTURAS DE COBERTURAS, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 1.014,51 m² DE CONSTRUÇÃO, TUDO CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA**		
LICITAÇÃO	**Tomada de Preços Nº 7/2017**		
VALOR	**119.275,73 (cento e dezenove mil duzentos e setenta e cinco reais e setenta e três centavos)**		
VIGÊNCIA	**18/10/18| FORO:** Comarca de São João - PR		

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:FDF6A4B2

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Fundamentado em parecer jurídico e contábil, bem como no parágrafo único do art. 59 da Lei Federal nº 8.666/93, c/c art 884 do Código Civil, RECONHEÇO À DÍVIDA, relativos a serviços de Divulgação e Transmissão da Festa do Colono e Motorista 2017, referente à nota fiscal nº 1394, determinando, por conseguinte, a abertura de processo de pagamento a título de indenização de despesas de exercício.
Contratante: Município de SULINA-PR
CNPJ: 80.869.886/0001-43
Contratada: Radio Chopinzinho LTDA
CNPJ: 77.139.151/0001-02
Valor: R$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais)

Sulina, 09 de outubro de 2017.

PAULO HORN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:47554B6A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO NO. 97/2017

Contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

Vencedores	
Nome	**Itens / Lotes**
M. M. MOREIRA & MOREIRA LTDA	6 - 7 - 9
R$ 14.066,00(quatorze mil e sessenta e seis reais)	
CHS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA	26 - 29 - 31 - 36 - 41
R$ 8.407,00(oito mil e quatrocentos e sete reais)	
ANDERSON FERREIRA DE JESUS ARMARINHOS - ME	18 - 22
R$ 6.328,00(seis mil e trezentos e vinte e oito reais)	
I. SILVA - EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO ME	13 - 14 - 25 - 28 - 45
R$ 12.260,00(doze mil e duzentos e sessenta reais	
ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	34
R$ 2.478,00(dois mil e quatrocentos e setenta e oito reais)	
HOSPI BIO IND E COM DE MOVEIS HOSPITALARES EIRELI	27 - 39 - 40
R$ 6.410,00(seis mil e quatrocentos e dez reais)	
HOSPITAL EXPRESS COMERCIO DE ARTIGOS HOSPITALARES EIRELI - EPP	24 - 32
R$ 1.672,00(um mil e seiscentos e setenta e dois reais)	
K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP	38
R$ 4.280,00(quatro mil e duzentos e oitenta reais)	
V. Y. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP	16 - 19 - 20
R$ 3.703,00(três mil e setecentos e três reais)	
R P MOVEIS E PAPELARIA LTDA EPP	15 - 17 - 47
R$ 5.292,70(cinco mil, duzentos e noventa e dois reais e setenta centavos)	
AWR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME	33
R$ 660,00(seiscentos e sessenta reais)	
TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP	44
R$ 9.030,00(nove mil e trinta reais)	
LK MEDICAL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI ME	10
R$ 4.500,00(quatro mil e quinhentos reais)	
BETANIAMED COMERCIAL EIRELI EPP	11 – 12
R$ 26.000,00(vinte e seis mil reais)	
ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP	1 - 2 - 3 - 5 - 8 – 30
R$ 23.155,10(vinte e três mil, cento e cinquenta e cinco reais e dez centavos)	
A CARNEVALI EIRELI EPP	4 - 46
R$ 6.500,00(seis mil e quinhentos reais)	
R. A. DOS SANTOS DISTRIBUIDORA ME	23 - 37 - 42 - 43
R$ 5.322,00(cinco mil e trezentos e vinte e dois reais)	
J RIBEIRO COMÉRCIO ATACADISTA LTDA – ME	35
R$ 1.181,50(um mil, cento e oitenta e um reais e cinquenta centavos)	

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:17649EC6

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO NO. 98/2017

Registro de preço para eventual contratação de empresa jurídica para serviços integrado de impressão, edição, fornecimento de formulários, fichas, cadastros e outros produtos congêneres à Administração Publica Municipal.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

Vencedores	
Nome	**Itens / Lotes**
RORRATO E SA LTDA	1
R$ 22.950,00(vinte e dois mil e novecentos e cinquenta reais)	

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:1A829EA2

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 273/2017 - PREGÃO N° 98/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: RORRATO E SA LTDA, CNPJ nº 78.435.989/0001-53, com sede RUA CAPITAO INDIO BANDEIRA, 2020, CENTRO - 87.300-005, Campo Mourão - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ANCILON DE SA NETO, CPF: 173.478.909-34, carteira de Identidade nº , residente e domiciliado a AVENIDA CAPITAO INDIO BANDEIRA, nº s/n, CAMPO MOURÃO - PR.

OBJETO: registro de preço para eventual contratação de empresa jurídica para serviços integrado de impressão, edição, fornecimento de formulários, fichas, cadastros e outros produtos congêneres à Administração Publica Municipal..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de R$ 22.950,00 (vinte e dois mil e novecentos e cinquenta reais), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/10/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:D4B7534B

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 274/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: M. M. MOREIRA & MOREIRA LTDA, CNPJ nº 01.720.305/0001-30, com sede AVENIDA AMAZONAS, 750, ZONA 7 - 87.200-000, Cianorte - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). MAGNER MICHEL MOREIRA, CPF: 021.406.339-97, carteira de Identidade nº 59367447, residente e domiciliado a AVENIDA AMAZONAS, nº 772, CIANORTE - PR.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de R$ 14.066,00 (quatorze mil e sessenta e seis reais), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:29ABEDCB

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 275/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: CHS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 05.127.739/0001-82, com sede RUA JOSE EUSTATIOS KOSIFAS, 173, Endereço não informado - 87.065-260, Maringá - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). HERNANI ALVES DA SILVA, CPF: 437.203.409-10, carteira de Identidade nº 1968636, residente e domiciliado a RUA JOSE EUSTATIOS KOTSIFAS, nº 173, MARINGÁ - PR.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de **R$ 8.407,00** (oito mil e quatrocentos e sete reais), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:5EC9816B

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 276/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: ANDERSON FERREIRA DE JESUS ARMARINHOS - ME, CNPJ nº 12.370.448/0001-86, com sede RUA CAPITAO INDIO BANDEIRA, 2623, JARDIM CURITIBA - 87.300-005, Campo Mourão - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ANDERSON FERREIRA DE JESUS, CPF: 031.730.589-17, carteira de Identidade nº , residente e domiciliado a AVENIDA CAPITAL INDIO BANDEIRA, nº s/n, CAMPO MOURÃO - PR.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de **R$ 6.328,00** (seis mil e trezentos e vinte e oito reais), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:D35802A8

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 277/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: I. SILVA - EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO ME, CNPJ nº 09.230.568/0001-73, com sede RUA PREF DEVETE DE PAULA XAVIER, 1348, CENTRO - 87.302-190, Campo Mourão - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). IVO DA SILVA, CPF: 414.132.969-04, carteira de Identidade nº 30157710, residente e domiciliado a RUA PREFEITO DEVETE DE PAULA XAVIER, nº 1348, CAMPO MOURÃO - PR.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de **R$ 12.260,00** (doze mil e duzentos e sessenta reais), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:DE4B6E2A

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 278/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, CNPJ nº 14.918.622/0001-08, com sede RUA DEMETRIO SANTOS MOREIRA, 410, VILA SAO JOSE - 86.800-730, Apucarana - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). JURANDIR DA SILVA, CPF: 366.073.209-53, carteira de Identidade nº RA151002014026, residente e domiciliado a RUA DEMETRIO SANTOS MOREIRA, nº 410, APUCARANA - PR.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de R$ 2.478,00 (dois mil e quatrocentos e setenta e oito reais), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:92E43C7C

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 279/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: HOSPI BIO IND E COM DE MOVEIS HOSPITALARES EIRELI, CNPJ nº 11.192.559/0001-87, com sede RODOVIA MELLO PEIXOTO, 1371, JD MARACANA - 86.185-700, Cambé - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). PATRÍCIA TEIXEIRA GONSALVES FERREIRA, CPF: 835.396.549-68, carteira de Identidade nº 58466980, residente e domiciliado a RUA DOS IMIGRANTES, nº 240, CAMBÉ - PR.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de **R$ 6.410,00** (seis mil e quatrocentos e dez reais), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:4EC3CFCC

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 280/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: HOSPITAL EXPRESS COMERCIO DE ARTIGOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, CNPJ nº 21.507.897/0001-14, com sede RUA SANTOS DUMONT, 1147, ZONA 03 - 87.050-100, Maringá - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). FRANCISCO ALVES DA SILVA FILHO, CPF: 468.635.599-00, carteira de Identidade nº 35008373, residente e domiciliado a RUA SANTOS DUMONT, nº 1147, MARINGÁ - PR.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de R$ 1.672,00 (um mil e seiscentos e setenta e dois reais), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:3302E14D

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 281/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ nº 21.971.041/0001-03, com sede RUA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES, 88, CENTRO - 16.075-370, Araçatuba - SP, tendo como representante legal o(a) Sr(a). KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI, CPF: 277.277.558-50, carteira de Identidade nº 27601293, residente e domiciliado a RUA ARY VILLELA MARTINS, nº 294, ARAÇATUBA - SP.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de R$ 4.280,00 (quatro mil e duzentos e oitenta reais), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:72DC9367

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 282/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: V. Y. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ nº 21.644.939/0001-69, com sede RUA LUIZ SERGIO FEDRIGO, 28, JARDIM EUROPA - 85.990-000, Terra Roxa - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ALEXANDRE BLOCH, CPF: 088.276.179-06, carteira de Identidade nº 105698127, residente e domiciliado a RUA LUIZ SERGIO FEDRIGO, nº 28, TERRA ROXA - PR.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de R$ 3.703,00 (três mil e setecentos e três reais), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:BD83687E

LICITAÇÕES
EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2017, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

A Prefeitura Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço, GLOBAL, por lotes, nos termos da Lei Federal nº 8666/93, Lei Federal nº 10520/2002, e alterações pertinentes objetivando a seleção e contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios para servidores municipais, conforme anexo I, que fica fazendo parte integrante deste Edital.
Melhores informações e o edital completo poderão ser obtidos através do telefone: 44-3641-8000 ramal 231.

Município de Terra Boa, 17 de outubro de 2017.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:2D4A98D9

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 283/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: R P MOVEIS E PAPELARIA LTDA EPP, CNPJ nº 09.205.792/0001-05, com sede AVENIDA RIO GRANDE DO NORTE, S/N, JD TROPICAL - 87.503-000, Umuarama - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). LUCAS GABRIEL, CPF: 052.803.109-05, carteira de Identidade nº 88235339, residente e domiciliado a AVENIDA BRASIL, nº 3678, UMUARAMA - PR.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de R$ 5.292,70 (cinco mil, duzentos e noventa e dois reais e setenta centavos), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:F37C839C

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 284/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: AWR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME, CNPJ nº 08.836.350/0001-02, com sede RUA RIO PARANÁ, 471, JARDIM DO CAFÉ - 86.185-300, Cambé - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). VINICIUS BERNARDO DE SOUZA, CPF: 090.760.279-78, carteira de Identidade nº 125864708, residente e domiciliado a RUA RIO PARANÁ, nº 471, CAMBÉ - PR.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de **R$ 660,00** (seiscentos e sessenta reais), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:EF285314

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 285/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP, CNPJ nº 27.821.705/0001-26, com sede AVENIDA LEITÃO DA SILVA, 765, GURIGICA - 27.046-010, Vitória - ES, tendo como representante legal o(a) Sr(a). LUCAS FLORCZAK MACHADO, CPF: 094.591.529-29, carteira de Identidade nº 102560710, residente e domiciliado a RUA PAUL PERCY HARRIS, nº 61, CAMPO MOURÃO - PR.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de R$ 9.030,00 (nove mil e trinta reais), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:E6D4B7D1

LICITAÇÕES
EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2017, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

A Prefeitura Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço, GLOBAL, por lotes, nos termos da Lei Federal nº 8666/93, Lei Federal nº 10520/2002, e alterações pertinentes objetivando a seleção e Contratação de empresa para serviços de mão de obra para serviços de execução de rede de esgoto em diversos locais do Município de Terra Boa, conforme anexo I, que fica fazendo parte integrante deste Edital.
Melhores informações e o edital completo poderão ser obtidos através do telefone: 44-3641-8000 ramal 231.

Município de Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:9C96A76F

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 286/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: LK MEDICAL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI ME, CNPJ nº 28.767.561/0001-30, com sede RUA MADRI, 66, JARDIM ESPERANCA - 86.192-780, Cambé - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). LAUDINEI ANTONIO CAMPOS, CPF: 857.114.549-00, carteira de Identidade nº 40865853, residente e domiciliado a RUA ELIS REGINA, nº 217, LONDRINA - PR.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de **R$ 4.500,00** (quatro mil e quinhentos reais), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:35B4BFD0

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 287/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: BETANIAMED COMERCIAL EIRELI EPP, CNPJ nº 09.560.267/0001-08, com sede RUA ANTONIO GRAVATA, 132, BETANIA - 30.570-040, Belo Horizonte - MG, tendo como representante legal o(a) Sr(a). LEONARDO ANTONIO RODRIGUES CURY, CPF: 758.729.606-97, carteira de Identidade nº M4010917, residente e domiciliado a RUA ANTONIO GRAVATA, nº 132, BELO HORIZONTE - MG.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de **R$ 26.000,00** (vinte e seis mil reais), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:B9B90161

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 288/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP, CNPJ nº 77.578.524/0001-99, com sede RUA EDGARD IEIRA DE AZEVEDO FILHO, 88, VILA BOI PINTADO - 86.430-000, Santo Antônio da Platina - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ALIRIO FERREIRA BARBOSA, CPF: 210.652.259-20, carteira de Identidade nº 522096, residente e domiciliado a RUA EDGARD IEIRA DE AZEVEDO FILHO, nº 88, SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - PR.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de **R$ 23.155,10** (vinte e três mil, cento e cinquenta e cinco reais e dez

centavos), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:7AFD015D

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 289/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: A CARNEVALI EIRELI EPP, CNPJ nº 18.012.406/0001-50, com sede RUA ANTONIO HIPOLITO, 121, JARDIM ALVORADA II - 85.990-000, Terra Roxa - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ALESSANDRO CARNEVALI, CPF: 036.009.599-21, carteira de Identidade nº 80735944, residente e domiciliado a RUA ANTONIO HIPOLITO, nº 121, TERRA ROXA - PR.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de **R$ 6.500,00** (seis mil e quinhentos reais), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:B4657E38

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 290/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: R. A. DOS SANTOS DISTRIBUIDORA ME, CNPJ nº 26.526.668/0001-60, com sede AVENIDA ANDRE HERNANDES, 271, DISTRITO DE PIRAPO - 86.818-000, Apucarana - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). RAFAEL ALVES DOS SANTOS, CPF: 037.916.869-33, carteira de Identidade nº 81890846, residente e domiciliado a AVENIDA ANDRE HERNANDES, nº 271, APUCARANA - PR.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de **R$ 5.322,00** (cinco mil e trezentos e vinte e dois reais), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:3F62D3CD

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 291/2017 - PREGÃO N° 97/2017

CONTRATANTE: Prefeitura do Municipio De Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.
CONTRATADO: J RIBEIRO COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME, CNPJ nº 84.972.926/0001-39, com sede AVENIDA BRASIL, 1543, VILA SALOME - 86.185-090, Cambé - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). JOAO RIBEIRO DE SOUZA, CPF: 362.425.009-49, carteira de Identidade nº 39884313, residente e domiciliado a AVENIDA BRASIL, nº 1543, CAMBÉ - PR.
OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanente, em atendimento a proposta parlamentar nº 09343691000/1160-01 - Ministério da Saúde..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de **R$ 1.181,50** (um mil, cento e oitenta e um reais e cinquenta centavos), valor esse que será pago em até 30/60 dias após a entrega dos produtos/serviços e apresentação da nota fiscal.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 18/10/2017, com vencimento até 18/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 18 de outubro de 2017.

JOSÉ MARIA LEÃO COELHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:D33CFCFA

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 008/2017

Súmula: Aprovação do Demonstrativo de Gastos com Saúde – 2º Quadrimestre, meses de Maio a Agosto/2017 – Relatório Quadrimestral, em cumprimento com a Lei Complementar 141/2012.

O Conselho Municipal de Saúde no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 780/2003 e, considerando a deliberação da plenária realizada em 28 de setembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo de Gastos com Saúde – Relatório Resumido da Execução Orçamentária meses de Maio a Agosto/2017, da Secretaria Municipal Saúde de Terra Boa, em cumprimento com a Lei Complementar 141/2012.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Boa, Edifício da Prefeitura Municipal, aos vinte e nove dias do mês de setembro de Dois Mil e Dezessete.

MOACIR DELFINO LOPES
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução/COMUS – Terra Boa nº 008/2017, nos termos do parágrafo 2º, artigo 1º da Lei nº 8.142/90.

MARCIA APARECIDA ZAMBON FERREIRA
Secretária Municipal da Saúde

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:B9A22B1C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 2939 DE 2017

Regulamenta as progressões funcionais e a avaliação de desempenho dos servidores públicos municipais e dá outras providências

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta as progressões funcionais e a avaliação de desempenho dos Servidores Públicos Municipais, considerando as leis municipais n° 498/2014 e 499/2014.

§ 1º Por possuírem regramento próprio, excluem-se do procedimento regulamentado neste Decreto os servidores integrantes do Quadro do Magistério.

§ 2º O procedimento instituído por este Decreto obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, contraditório, ampla defesa e do devido processo legal.

Art. 2º. A implantação das carreiras far-se-á mediante enquadramento dos servidores nos Quadros de Pessoal, enquadrando-os de acordo com as respectivas atribuições e requisitos de formação profissional, observando-se a correlação entre o cargo ocupado com os cargos constantes nos Anexos das leis n° 498/2014 e 499/2014.

Art. 3º. Após o enquadramento no padrão inicial do cargo, serão verificados o preenchimento dos requisitos para a progressão funcional do servidor, de acordo com a formação educacional de cada cargo e seu tempo de serviço, conforme previsto nas leis municipais n° 498/2014 e 499/2014.

Art. 4º. Preenchidos os requisitos para a progressão, o servidor será enquadrado no padrão da tabela, conforme o cargo promovido.

Art. 5º Os servidores em estágio probatório somente terão progressão, quando cumprido 36 (trinta e seis) meses de exercício e obtiveram pontuação satisfatória na avaliação do estágio probatório, realizada pela Comissão Especial de Avaliação devidamente nomeada.

Art. 6°. Somente serão aceitos diplomas expedidos por entidades educacionais reconhecidas pelo Ministério de Educação.

CAPÍTULO II
DAS PROGRESSÕES

Seção I
Progressão Funcional

Art. 7º O servidor poderá avançar na carreira por meio de 2 (duas) modalidades de progressão:

I – Progressão horizontal:
Por mérito;
Por qualificação.
II – Progressão vertical por formação.

Art. 8º Ao servidor afastado para exercer cargo em comissão, fica assegurada a progressão funcional.

Seção II
Da progressão horizontal por mérito

Art. 9º A Progressão Horizontal de uma Referência para a subsequente, dentro do mesmo Nível, será concedida ao servidor em atividade, que atender todos os requisitos abaixo relacionados:
– Tiver cumprido o interstício de 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo;
– Já tenha sido aprovado no estágio probatório;
– Tiver obtido aproveitamento igual ou superior a 70% (setenta por cento) na avaliação de desempenho;

Seção III
Da progressão horizontal por qualificação

Art. 10 A progressão horizontal por qualificação, por meio de capacitação, corresponde ao avanço de um nível em relação aquele em que se encontra, a cada 180 (cento e oitenta) horas de cursos na área de atuação, somando-se ao nível conquistado por mérito.

§1° Na progressão horizontal por qualificação, os títulos só poderão ser aceitos uma vez, não sendo aceitos as titulações dos cursos ou demais eventos usados para ascensões funcionais anteriores.

§2° O servidor poderá avançar de nível por qualificação 01 (uma) vez a cada 02 (dois) anos.

Art. 11 Para efeito da primeira Progressão por Cursos, serão considerados os certificados dos cursos e eventos dos quais o servidor participou, a partir do seu ingresso na carreira.

§ 1º O saldo de horas não computado na primeira Progressão por Cursos poderá ser utilizado para progressões futuras.

§ 2º Caberá a Comissão de Avaliação de Desempenho e Enquadramento, nomeada pelo Prefeito, a responsabilidade pela análise, deferimento e indeferimento dos títulos para progressão.

Art. 12 Para fins de progressão poderão ser considerados eventos de capacitação, aperfeiçoamento, congressos e seminários realizados em instituições nacionais ou estrangeiras, ofertados por instituições públicas e por entidades privadas, estas últimas previamente credenciadas pela Comissão de Avaliação de Desempenho e Enquadramento, cujos conteúdos sejam compatíveis com as atribuições do cargo e a área de atuação do servidor.
Art. 13 Para efeito de comprovação de título, o servidor deverá apresentar o certificado ou diploma, contendo:
I – nome do servidor participante;
II – nome do curso;
– carga horária;
– entidade promotora do curso;
V – período de realização;
VI – nome e assinatura do responsável pela expedição do documento;
VII – timbre da instituição de ensino ou promotora do curso.
§ 1° O servidor deverá apresentar o certificado original e cópia, sobre a qual um membro da comissão assentará carimbo de conferência com o original, onde a cópia ficará em poder da comissão e o original será devolvido ao postulante.
§ 2º Os cursos à distância e ou por meio eletrônico serão computados para efeito de progressão por qualificação, desde que observadas as condições contidas no art. 12 e art. 13, bem como a afinidade com as atribuições do cargo efetivo para o qual o servidor prestou concurso público.

Seção IV
Da progressão vertical por formação

Art. 14 A progressão vertical por formação resultará na alteração do padrão de vencimento, de acordo com sua subclasse, decorrente da

formação escolar, mantendo o mesmo nível, não podendo ocorrer alteração do cargo.

Art. 15 Como comprovantes de titulação serão aceitos:

– Cópia reprográfica autenticada de certificado de conclusão do ensino fundamental.
– Cópia reprográfica autenticada de certificado de conclusão do ensino médio.
– Cópia reprográfica autenticada de certificado de curso técnico, com carga horária mínima de 180 horas;
- Cópia reprográfica autenticada do diploma de graduação, correspondente ao curso concluído, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação;
– Cópia autenticada do título de Especialista obtido em decorrência de curso de pós-graduação Latu Sensu, com carga horária mínima de 360 horas, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.
- Cópia reprográfica autenticada do título de Mestre ou Doutor obtido em decorrência de curso de pós-graduação Stricto sensu, indicado, no respectivo diploma, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

§1° A critério da comissão de enquadramento, os títulos poderão ser revalidados para aferir sua autenticidade e reconhecimento.

§2° Os títulos desta seção serão computados a cada biênio, durante a avaliação de desempenho.

§3° Não serão considerados os títulos quando constituírem pré-requisito para o provimento do cargo titularizado pelo servidor.

§4° Só será considerada uma titulação para cada classe, sendo que as titulações excedentes poderão ser utilizadas para obtenção de progressão por qualificação.

Art. 16 Todos os cursos realizados devem ter relação direta com o cargo ocupado pelo servidor, com as atividades desenvolvidas e com o ambiente organizacional no qual está inserido.

Seção V
Das condições

Art. 17 Não concorrerá à progressão funcional o servidor que:
I – Estiver em gozo de qualquer licença sem vencimentos;
– Estiver em estágio probatório;
– Obter conceito insuficiente no resultado final do processo de avaliação de desempenho;

CAPITULO III
DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Seção I
Da avaliação de desempenho

Art. 18. São objetivos do processo de avaliação de desempenho:
I – verificar a aptidão do servidor para o exercício das atribuições do cargo efetivo;
II – motivar e incitar o compromisso dos servidores;
– melhorar o desempenho no exercício da função;
– estimular a comunicação interna;
– identificar as necessidades de treinamento;
– reconhecer êxitos e estimular o aperfeiçoamento;
– promover a eficiência, a eficácia e a efetividade dos serviços.

Art. 19 A avaliação de desempenho ocorrerá a cada biênio, bem como a contagem da de títulos para avanço por qualificação ou formação e será aplicada àqueles servidores que atendem os requisitos de tempo para avanço horizontal por mérito.

§ 1° As avaliações ocorrerão três vezes ao ano, uma vez a cada quadrimestre, sempre no mês que completar aniversário de ingresso na carreira.

Art. 20 Os critérios para pontuação das avaliações de desempenho são descritos no art. 25 da Lei n° 498/2014 e 39 da Lei n° 499/2014, sendo os fatores de avaliação:

– qualidade;
– dedicação e compromisso;
– iniciativa e criatividade;
– relacionamento interpessoal;
– ética e disciplina.

Art. 21 A avaliação do servidor que durante o biênio ou estágio probatório, exercer suas atividades em mais de uma unidade administrativa, deve ser realizada pelo chefe imediato da unidade em que permaneceu por maior tempo, ou, em caso de igualdade de períodos, deve ser realizada pelo chefe imediato mais recente.

Art. 22 O formulário de avaliação de desempenho deverá ser preenchido pela chefia imediata do servidor avaliado e deverá conter obrigatoriamente a data da avaliação, a assinatura do avaliado e dos demais membros da comissão de avaliação.

§1° Os formulários de avaliação de desempenho (anexo I) serão feitos em 03 (três) vias, a primeira deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Administração/Diretoria de Recursos Humanos, para arquivo na ficha funcional do servidor, a segunda arquivada na Secretaria no qual o servidor está lotado e a terceira via deverá ser entregue ao servidor.

§ 2º Verificando-se a recusa do servidor avaliado em tomar ciência do resultado, em qualquer fase, a mesma será suprida pela assinatura de 02 (duas) testemunhas, que o farão na presença do servidor, com a anotação no formulário de avaliação e na ficha funcional do servidor avaliado.

Art. 23 É assegurado ao avaliado o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação de seu desempenho.

Art. 24 O responsável pela avaliação do servidor inabilitado para concorrer à progressão no processo de avaliação deve relatar as deficiências identificadas e a definição das medidas de correção necessárias à melhoria de seu desempenho.

§1° É assegurado ao servidor recorrer da sua avaliação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da sua ciência no respectivo instrumento avaliatório, através de requerimento protocolado junto ao setor de Protocolo deste Município, endereçado à Comissão Especial de Deliberação da Avaliação de Desempenho.

§ 2º O recurso deve indicar, especificamente, o aspecto questionado ou a eventual irregularidade, sob pena de não ser conhecido.

§ 3° A Comissão Especial será designada pelo Secretário Municipal de Administração e composta por 03 (três) membros, distintos dos membros integrantes da Comissão que procedeu a avaliação.
§ 4º A Comissão Especial apreciará a tempestividade do recurso e emitirá decisão no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de seu recebimento, decisão esta que deverá ser homologada pelo Secretário Municipal de Administração e Planejamento.

Seção II
Da comissão de avaliação de desempenho

Art. 25 As comissões serão constituídas de acordo com a Lei nº 590/2017, da seguinte forma:
I – Chefia imediata do servidor avaliado;
– 02 (dois) representantes da Secretaria de lotação do avaliando;
– 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 26 As sessões da Comissão de Avaliação de Desempenho serão previamente divulgadas em edital e deverão ser realizadas com a presença de todos os seus membros e serão registradas em atas.

Art. 27 As comissões devem atuar conjuntamente, de forma imparcial e objetiva, obedecendo aos princípios da legalidade, da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, da eficiência, do contraditório e da ampla defesa.

Art. 28 Somente poderão integrar as comissões de que trata esta seção, como representantes dos funcionários da Secretaria, servidores efetivos, em exercício no mesmo órgão em que esteja constituída a comissão, desde que não se encontrem em estágio probatório ou respondendo a processo administrativo disciplinar.

Art. 29 Compete à Comissão de Avaliação de Desempenho a coordenação, a instrução, o acompanhamento e a fiscalização dos procedimentos relativos a este processo avaliativo, especificamente:

– implantar e implementar o processo de avaliação de desempenho junto à unidade administrativa em que lotado o servidor;
– orientar e assessorar as chefias imediatas e os servidores em estágio probatório quanto ao funcionamento e controle do processo de avaliação de desempenho e a utilização dos critérios de avaliação definidos neste Decreto, sem ingerência na atividade funcional;
– consolidar as informações originadas das avaliações realizadas nas unidades de administrativas em que lotado o servidor em estágio probatório;
– orientar a chefia imediata e o servidor em estágio probatório na elaboração do Plano de Acompanhamento de Desempenho do Servidor;
– manter organizados e atualizados todos os dados relativos às avaliações dos servidores;

CAPITULO IV
DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Seção I
Da avaliação de desempenho em estágio probatório

Art. 30 A avaliação de desempenho do servidor em estágio probatório obedecerá ao art. 25 da Lei n° 50/2005.

Art. 31 Se o servidor tiver mais de uma avaliação do estágio probatório, no período a ser avaliado, será feita média aritmética da somatória destas avaliações, consolidando-as em um único formulário.

CAPITULO V
DAS COMPETÊNCIAS

Seção I
Do avaliador

Art. 32 Será de responsabilidade do Secretário do órgão onde estiver lotado o servidor o preenchimento correto, o respeito aos prazos de devolução do formulário de avaliação, bem como a ciência e a assinatura do servidor em estágio probatório no referido documento.

Art. 33 Ao avaliador compete:

I – conhecer e aplicar as normas e procedimentos deste Decreto na sua unidade de trabalho;
II – conduzir a avaliação de desempenho, viabilizando o diálogo e a negociação nos casos de discordância e mantendo o servidor ciente de seu desempenho durante todo o processo de avaliação;
– identificar, com o servidor, as causas dos problemas detectados no decorrer do processo de avaliação e solicitar, quando necessário, a intervenção da área de gestão de pessoal;
– realizar a avaliação de desempenho dos servidores sob sua supervisão nos prazos estipulados;
– avaliar o servidor relativamente ao tempo em que esteve sob sua subordinação;
– explicar ao servidor subordinado as razões das notas de cada quesito constante do Formulário de Avaliação de Desempenho;
– somar as notas consensuais de cada item avaliado, colocando o seu resultado no campo especifico;
– acompanhar o desempenho do servidor durante todo o período avaliativo, informando-o sobre suas habilidades e pontos de melhoria;
IX – avaliar, com objetividade e imparcialidade, o desempenho do servidor;

Seção II
Do avaliado

Art. 34 Compete ao avaliado:

– conhecer as normas e procedimentos deste Decreto;
– comunicar à chefia imediata a ocorrência de problemas ou dificuldades no cumprimento de suas atividades, solicitando-lhe o suporte necessário;
III – solicitar à área de pessoal o esclarecimento de dúvidas ou a sua intermediação em questões relacionadas ao seu desempenho;
– acompanhar a somatória das notas conjuntas obtidas em cada quesito, devendo assinar somente após o registro no campo específico.
– respeitar todos os prazos constantes neste Decreto;
– manter seus dados atualizados, perante ao Departamento de Recursos Humanos; e
– entregar, quando solicitado, todas as informações necessárias ao andamento do processo de avaliação de desempenho.
– Empreender esforços pessoais para melhorar continuamente o seu desempenho; IX - Contribuir ativamente para melhorar o trabalho em equipe;

Seção III
Do Departamento de Recursos Humanos
Art. 35 Compete ao Departamento de Recursos Humanos:
– dar conhecimento prévio aos servidores do início e término de cada período avaliativo, bem como das normas e critérios utilizados na avaliação de desempenho;
– informar, a cada chefia, os servidores que serão avaliados naquele período bem como orientar acerca dos procedimentos;
– divulgar o cronograma de todas as etapas da avaliação de desempenho;
– manter atualizadas as informações dos servidores, no dossiê funcional e no sistema de gestão de pessoal;
– enviar aos órgãos de exercício dos servidores a relação com os nomes daqueles que serão submetidos à avaliação de desempenho;
– solicitar às áreas às comissões de avaliação o documento oficial que contenha o resultado final das avaliações;
– Deverá indicar um servidor do Departamento para compor as comissões de avaliação de desempenho;
– publicar em meio oficial, ao final do processo, a lista final dos progredidos.

Seção IV
Da comissão de avaliação de desempenho
Art. 36 Compete à comissão de avaliação de desempenho:
– acompanhar e fazer cumprir os prazos estabelecidos, conjuntamente com as chefias das unidades;
orientar para que todos os documentos sejam preenchidos corretamente e sem rasuras;
– analisar e validar a documentação enviada pelos servidores para obtenção de progressão por qualificação ou escolaridade;
– apreciar as avaliações, com base nos elementos informativos pertinentes à sua atuação funcional;
– homologar as avaliações de desempenho, dando ateste nos formulários de avaliações; V– avaliar, com objetividade e imparcialidade, o desempenho do servidor.
VI - Emitir pareceres relativos à evolução na carreira a respeito da aceitação ou recusa dos títulos para a concessão de progressão do Programa de Avaliação de Desempenho, preservando-se, as partes, os prazos recursais estabelecidos na legislação vigente;

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 37 Os formulários de Avaliação de desempenho para progressão por merecimento é o constante dos anexos deste Decreto.

Art. 38 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho e Enquadramento.

Art. 39 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 04 de outubro de 2017.

ANTÔNIO CÉSAR MATUCHESKI
Prefeito

Publicado por:
Francine Cristine Vanes
Código Identificador:3C4DD3EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
LEI N.º 428/2017

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel próprio do Município para o Estado do Paraná e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Tomazina, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Flávio Xavier de Lima Zanrosso, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte **LEI:**
Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a doação, para o Estado do Paraná, o imóvel abaixo descrito e caracterizado, onde se encontra edificada a Delegacia da Polícia Civil de Tomazina.
Descrição do Imóvel – Uma parte de data de terreno com uma pequena casa de madeira a Rua Xavier da Silva confrontando em 25 metros e pela frente com Osorio de Oiveira; em 36 metros com o Club Familiar, em 30 ½ metros com a Câmara Municipal e em 25 metros com José Sebastião Ribeiro, nesta cidade, havidos pelos transmitentes por compra a igreja Matriz desta cidade, conforme transcrição n. 3.832.
Art. 2º - A doação do imóvel destina-se, única e exclusivamente, à manutenção da Delegacia de Polícia Civil no local pelo Donatário, devendo constar na Escritura de Doação cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e de reversão automática, incluindo-se as construções acessadas, caso seja alterada sua destinação.
Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 17 de outubro de 2017.

FLÁVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:F5577204

PODER EXECUTIVO
LEI Nº 427/2017

SÚMULA: Dá denominação à Estrada Rural Municipal.

A Câmara Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º O Trecho da estrada rural que se inicia na saída do Bairro Jaboticabal, margeando o Distrito do Sapé, finalizando na Rua João G. da Silva será denominado Estrada Rural Municipal Júlio Ferracioli.

Parágrafo único: As coordenadas geográficas, obtidas através do programa google maps, são as seguintes: -23.5943580, -49.9626987.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 05 de Outubro de 2017.

FLÁVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO
Prefeito do Município de Tomazina

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:FFBDB025

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 139/2017

O senhor **Flávio Xavier de Lima Zanrosso**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar a partir desta data, o(a) senhor(a) **DIANAYNA LEAL**, portador(a) do RG nº 7.535.023-6 PR e do CPF nº 048.233.669-21, do Cargo de **"Professor"**, nomeado através da Portaria nº 069/2017, em 15 de fevereiro de 2017.

CUMPRA-SE -
REGISTRE-SE -
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 18 de Outubro de 2017.

FLÁVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO
Prefeito do Município de Tomazina

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:F27AB749

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: Aquisição de aparelhos de Ar Condicionado Instalados conforme a necessidade da secretaria e definidos em especificações do objeto constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.
O Prefeito Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a HOMOLOGAÇÃO do julgamento da Comissão Permanente de Licitação, realizado em sessão de 06/10/2017, relativo à Licitação – Modalidade Pregão Presencial nº 58/2017, que adjudicou o objeto em destaque supra, em favor do licitante SEBASTIÃO GERALDO TORRES & CIA LTDA – ME CNPJ Nº 18.171.484/0001-05, valor de R$ 20.640,00 (vinte mil e seiscentos e quarenta reais).

Junte-se ao procedimento;

Publique-se;

TOMAZINA, 16 de outubro de 2017

FLAVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:E424CB51

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/2017

Contratado: SEBASTIÃO GERALDO TORRES & CIA LTDA – ME CNPJ Nº 18.171.484/0001-05
Pregão Presencial Nº: 59/2017
Objeto: Aquisição de aparelhos de Ar Condicionado Instalados conforme a necessidade da secretaria e definidos em especificações do objeto constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.
Valor : R$ 20.640,00 (vinte mil e seiscentos e quarenta reais).
Vigência: 16/10/2018

TOMAZINA, 16 de outubro de 2017

FLAVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:FE93A60A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TOMADA DE PREÇO Nº 06/2017

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para Primeira Etapa da Infraestrutura do "Parque Industrial", conforme especificações no Anexo I do edital.
Através da comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação referente a TOMADA DE PREÇO nº 06/2017.
Abertura da Licitação: 09:00 horas do dia 07/11/2017.
Local da Abertura: Prefeitura Municipal de Tomazina – Praça Tenente João José Ribeiro, 99 – Tomazina – PR.
A cópia do Edital, bem como maiores esclarecimentos estarão à disposição dos interessados de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, até vinte e quatro horas antes do certame, e pelo email:
comprastmz@hotmail.com

Tomazina, 18 de outubro de 2017

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:7BAF17DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
REF. PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2017

OBJETO: Aquisição de Suplemento Alimentar para pacientes necessitados da Secretaria Municipal de Saúde. Valor máximo para Licitação R$7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais).
Empresa: LONDRICIR COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA - ME **CNPJ:** 00.339.246/0001-92
Face ao contido no Parecer emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Tomazina, ratifico o processo de Dispensa de Licitação acima descrita nos termos do entendimento da Comissão de Licitação e parecer Jurídico, que seja dado cumprimento ao contido no Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Tomazina, 18 de outubro de 2017.

FLÁVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:F099684A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2017
PROCESSO Nº 119/2017

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, visando a **AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E BICICLETAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**
DATA DE ABERTURA: 01/11/17
HORÁRIO: 09:00 horas
LOCAL: Departamento de Licitações – Paço Municipal.

A íntegra do instrumento acima, poderá ser obtida junto a Divisão de Compras desta Prefeitura na Avenida Brasil, 245, no horário das 8:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, a partir do dia 19/10/17 de segunda a sexta-feira ou pelo site
www.tresbarras.pr.gov.br, informações pelo telefone (45) 3235-1212.

PUBLIQUE - SE

Três Barras do Paraná, 18/10/17.

HÉLIO KUERTEN BRUNING
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:40051E1A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO 58-2017

O **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **JOEL DO ROCIO JOSÉ BOMFIM,** TORNA PÚBLICO a ADJUDICAÇÃO E A HOMOLOGAÇÃO do Procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico - Nº 58/2017 para **AQUISIÇÃO DE MÓVEIS (ARMÁRIOS, MESAS, LONGARINAS ESTANTES, CADEIRAS E ARQUIVOS),** para atender as necessidades do Departamento de Saúd**e,** conforme especificações contidas no Anexo I – Termo de Referencia**, para as Empresas: MÓVEIS ANDRIEI LTDA - LTDA CNPJ: 14.282.205/00011-11**, item 4 no valor total de R$: 1.100,00 (um mil e cem reais**),** referente ao item 5 **–CPS MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS EIRELI-ME** CNPJ: **26.334.347/0001-64** para os itens 1, 2, 3, 6 e 7, no valor total de R$7.664,76 (sete mil seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos) e **MOSENA OFFICE & SUPRIMENTOS EIRELI-ME, CNPJ: 22.133.593/0001-05**, item 4 R$1.348,98 (um mil trezentos e quarenta e oito reais e noventa e oito centavos), Fundamentação Legal: Lei Nº 10.520 e Lei 8.666/93.

Tunas do Paraná, 18 de outubro de 2017.

JOEL DO ROCIO JOSÉ BOMFIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:75350A3B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 44/2017

SÚMULA: Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Turvo, para os exercícios de 2018 a 2021.

A Câmara Municipal de Turvo, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Turvo, para o período de 2018 a 2021, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. nº. 165 da Constituição Federal.
§ 1º - Integram o Plano Plurianual os seguintes anexos:
ANEXO I –DEMONSTRATIVODA ESTIMATIVA DA RECEITA
ANEXO II – DEMONSTRATIVO POR PROGRAMAS DE GOVERNO
ANEXO III – DEMONSTRATIVO DOS PROGRAMAS – PLANO DE INVESTIMENTO FÍSICO FINANCEIRO
ANEXO IV – ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

Art 2º - O Plano Plurianual 2018-2021 organiza a atuação governamental em Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.
Art 3º - Os programas e ações deste Plano serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.
Art 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:
I – Programa: instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações visando à concretização do objetivo nele estabelecido.
II – Ação: instrumento de programação que contribui para atender ao objetivo de um programa, podendo ser orçamentário ou não orçamentário, sendo a orçamentária classificada conforme a sua natureza, em:
Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitados no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo;
Art 5º - A gestão do Plano Plurianual observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá a implementação, monitoramento, avaliação e revisão de programas.
Art 6º - Caberá ao Poder Executivo Municipal estabelecer normas complementares para a gestão do Plano Plurianual 2018-2021, sendo que a inclusão de novos programas ou ações constantes desta Lei serão propostos através de projeto de lei de revisão do Plano Plurianual.
Art 7º - Fica o Poder Executivo autorizado, para adequação dos três instrumentos de planejamentos PPA, LDO e LOA, a alterar, incluir ou excluir produtos/ indicadores e respectivas metas físicas e financeiras das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações não afetem a realização do objetivo do Programa.
Art 8º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.
Art 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Turvo, Estado do Paraná, em 17 de Outubro de 2017.

JERONIMO GADENS DO ROSARIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Klosovski Horst
Código Identificador:238B6F8B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº. 45/2017

SÚMULA: Dá nova redação a Lei Municipal nº. 31/2011, que instituiu o Conselho Municipal de Saúde do Município de Turvo e da outras providências.

A Câmara Municipal de Turvo, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I
DA INSTITUIÇÃO E COMPETÊNCIA
Seção I
Da Instituição

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde – CMS, em caráter permanente, como órgão colegiado deliberativo do Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito Municipal, consubstancia a participação da sociedade organizada na administração da Saúde, como Subsistema da Seguridade Social, propiciando seu controle social.

Parágrafo Único: O Conselho Municipal de Saúde atuará na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução das Políticas de Saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

Seção II
Da Competência

Art. 2º - O Conselho Municipal de Saúde terá função deliberativa, fiscalizadora e consultiva, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, competindo-lhe ainda:
I - Fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;
II - Elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;
III - Discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;
IV - Atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;
V - Definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;
VI - Anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;
VII - Estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;
VIII - Proceder à revisão periódica dos planos de saúde;
IX - Deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;
X - Avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;
XI - Avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes do Plano de Saúde Nacional, Estadual, e Municipal;
XII - Acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;
XIII - Aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;
XIV - Propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;
XV - Fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado e da União, com base no que a lei disciplina;
XVI - Analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;
XVII - Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;
XVIII - Examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;
XIX - Estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;
XX - Estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;
XXI - Estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - Acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;
XXIII - Estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;
XXIV - Deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;
XXV - Incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;
XXVI - Acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS);
XXVII - Deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;
XXVIII - Acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias do Conselho de Saúde;
XXIX - Atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS);
XXX – Outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO
Seção I
Da Composição

Art.3º - O conselho municipal de saúde – CMS, terá a seguinte composição:
I - 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
II - 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde;
III - 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

§ 1º - A participação de órgãos, entidades e movimentos sociais terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto da sociedade, no âmbito de atuação do Conselho Municipal de Saúde, aplicando o princípio da paridade.

§ 2º - A cada representação caberá um titular e um suplente;
§ 3º - Os representantes de usuários, prestadores de serviços e profissionais de saúde serão autônomos e independentes na escolha de seus representantes, escolhidos em assembléia ou comum acordo pelos mesmos, e indicados igualmente através de registro formal encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde.
§ 4º - A representação paritária de que trata este artigo, será realizada de forma direta junto aos delegados representantes dos segmentos, que participarão da Conferência Municipal de Saúde, através de plenária, exceto os representantes do Governo Municipal, que serão de livre escolha o Prefeito;

Art. 4º - O CMS reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:
I - Todos os membros componentes do Conselho Municipal de Saúde serão nomeados através de Decreto Municipal;
II – O mandato dos conselheiros será de dois anos, sendo permitida a recondução;
III – O exercício da função de conselheiro não terá remuneração, sendo considerada como de serviço público relevante;
IV – Serão indicados pelos seus respectivos segmentos e serão substituídos pelos mesmos mediante solicitação ao Prefeito Municipal, através da Mesa Diretora do Conselho.

Seção II
Do Funcionamento

Art. 5º - O CMS terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:
I – O órgão de deliberação máxima é a Plenária;
II – Cada membro do CMS terá direito a um único voto na Sessão Plenária;
III – O presidente do CMS terá, além do voto comum, o de qualidade no caso de empate, bem como, a prerrogativa de deliberar *ad referendum*, do plenário;
IV – As decisões do CMS serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Saúde prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMS.

Art. 7º - Para melhor desempenho de suas funções o CMS poderá recorrer a pessoas e entidades, desde que observados os seguintes critérios:
I – Considera-se colaboradores do CMS, as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde, as entidades representativas de profissionais de saúde e usuários do sistema de saúde;
II – poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMS em assuntos específicos;
III – Poderão ser criadas comissões internas, constituídas por membros do CMS e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 8º - As sessões plenárias ordinárias serão realizadas conforme determinação constante no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 9º - Está lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente Lei Municipal nº. 31 de 13 de dezembro de 2011.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 17 de Outubro de 2017.

JERONIMO GADENS DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Klosovski Horst
Código Identificador:7EB5B20F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 153/2017
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

MODALIDADE:	Pregão Presencial
TIPO:	Menor preço (por lote único)
OBJETO:	Contratação de serviços de terraplanagem
DATA DE ABERTURA:	31 de outubro de 2017, às 08h30min

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 10.520/2002, Lei Federal Nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 221), através do e-mail licitacoesturvo@gmail.com, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-000, de segunda a sexta feira, das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17:00 horas.

Turvo/PR, 18 de outubro de 2017.

ORLANDO GOMES
Pregoeiro
Portaria Nº 37/2017

Publicado por:
Dominique Acirema Schio de Oliveira
Código Identificador:2E24C387

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SÉTIMO TERMO ADITIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2013, ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2013, CUJO OBJETO É A EXECUÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ÁREA DE 12.305M² DA AV. MOACIR JÚLIO SILVESTRE

O **MUNICÍPIO DE TURVO**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Jerônimo Gadens do Rosario, brasileiro, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG Nº 8.602.986-3, SSP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 049.297.349-08, residente e domiciliado na Av. 12 de Maio, nº 439, Centro, CEP 85.150-000, Turvo/PR, denominada CONTRATANTE, e a empresa **PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM SCHMITT LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o Nº. 03.030.002/0001-11, com sede na Rodovia PR 170, km 08, s/n, em Guarapuava/PR, CEP: 85.023-060, neste ato representada por seu administrador Sr. Anderson Schimitt, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG Nº 3.892.265-3 e inscrito no CPF sob o Nº 613.749.119-68, denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta do Contrato Administrativo Nº 60/2013 (oriundo do Pregão Presencial Nº 52/2013), com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento aditivo, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Considerando o disposto pelo item 3.2. do instrumento contratual originário, bem como pelo art. 57, §1º, inciso II da Lei Federal Nº 8.666/93, fica prorrogado o período de vigência do Contrato Administrativo Nº 60/2013 (oriundo do Pregão Presencial Nº 52/2013) por mais 180 (cento e oitenta dias), de forma que a data para o seu termo final passa a ser **18 de abril de 2018**.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas que não colidirem com o presente instrumento.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente contrato de serviços profissionais em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, para os fins de direito, submissos às regras estatuídas pela Lei 8.666/93 e aos termos do ato que autorizou a contratação.

Turvo/PR, 18 de outubro de 2017.

Publicado por:
Dominique Acirema Schio de Oliveira
Código Identificador:21177A43

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2017 SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Através do presente termo, ADJUDICO o objeto do Pregão Presencial (SRP) Nº 146/2017, cujo objeto é o Registro de Preços **para eventual aquisição de estruturas de ferro, letras em caixa alta e capachos-tapetes**, em favor das empresas abaixo mencionadas, nos termos da Ata de Abertura Habilitação e Julgamento lavradas pelo Pregoeiro Municipal designado pela Portaria Nº 37/2017, em 18/10/2017:

LOTE 01	MARIO SCHARAN JUNIOR IMBITUVA EPP CNPJ Nº. 12.478.436/0001-70	R$ 58.500,00
LOTE 02	GUIMARÃES & SOARES LTDA CNPJ Nº. 26.043.044/0001-92	R$ 16.639,80

Na mesma oportunidade, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação da proposta de preço e dos documentos relativos à habilitação da empresa vencedora em face das exigências previstas pelo Instrumento Convocatório, e ainda, o conteúdo do Parecer Jurídico Nº 227/2017, HOMOLOGO procedimento do Pregão Presencial Nº 146/2017, nos termos do parágrafo anterior.
Estando tudo em conformidade com a Ata de Sessão de Julgamento, DETERMINO a adoção das medidas cabíveis para a elaboração da ata de registro de preços.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Turvo/PR, 18 de outubro de 2017.

JERONIMO GADENS DO ROSARIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dominique Acirema Schio de Oliveira
Código Identificador:512CDC80

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 93/2017

SÚMULA: Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2017, Crédito Adicional Especial mediante excesso de arrecadação, cancelamento de dotação orçamentária e superávit de exercício anterior

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Municipal 17/2016, de 05 de dezembro de 2016, resolve e

DECRETA:

Art. 1º - Abre no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2017, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 33.975,90 (trinta e três mil novecentos e setenta e cinco reais e noventa centavos), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

05 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS
26.782.0502.1032 PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE VIAS
3.3.20.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
01186 E 00780 R$ 2,35
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0601.2049 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - ESCOLAS MUNICIPAIS
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
01851 E 00000 R$ 2.573,55
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.1059 EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DA UBS SEDE
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
02340 E 00000 R$ 30.000,00
08 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
004 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0801.6087 SERVIÇOS SÓCIO EDUCATIVO – PSB
3.3.20.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
03715 E 00938 R$ 1.400,00

Art. 2º - Os Recursos para, Abertura de Crédito Adicional Suplementar, que trata o art. 1° deste decreto decorrerão:

§ 1º - Excesso de arrecadação de fonte vinculadas do orçamento vigente no valor de R$ 2.575,90 (dois mil quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos), conforme segue:

FONTE- 780	2.4.7.2.99.99.01.00	R$ 2,35
FONTE - 000	1.7.2.1.01.04.00.00	R$ 2.573,55

§ 2º - Cancelamento de dotação de fontes livres do orçamento vigente no valor de R$ 30.116,13 (trinta mil cento e dezesseis reais e treze centavos), conforme segue:

07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.1060 CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO DA UBS SEDE
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES
02370 E 00000 R$ 30.000,00
08 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
006 FUNDO MUNICIPAL DE INTERESSE SOCIAL – FHIS
08.244.1001.2090 APOIO AS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
03810 E 00000 R$ 116,13

§ 3º - Superávit Financeiro de exercício anterior dotação de fonte vinculada do orçamento vigente no valor de R$ 1.283,87 (um mil duzentos e oitenta e três reais e oitenta e sete centavos), conforme segue:

FONTE - 938	R$ 1.283,87

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 05 de outubro de 2017.

JERÔNIMO GADENS DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Klosovski Horst
Código Identificador:1560E09E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 95/2017

SÚMULA: Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2017, Crédito Adicional Suplementar em virtude do cancelamento de dotação orçamentária e excesso de arrecadação.

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Municipal 17/2016, de 05 de dezembro de 2016, resolve e

DECRETA:

Art. 1º - Abre no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2017, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 887.012,53 (oitocentos e oitenta e sete mil doze reais e cinquenta três centavos), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

04 SECRETARIA DE FINANÇAS
003 DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
04.123.0301.1024 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
00880 E 00000 R$ 44.500,00
05 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS
15.452.0501.2026 MANUTENÇÃO E AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00960 E 00000 R$ 12.500,00
05 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS
26.782.0501.2030 MANUTENÇÃO E AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
01140 E 00000 R$ 12.200,00
05 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS
26.782.0501.2030 MANUTENÇÃO E AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
01150 E 00000 R$ 22.500,00
05 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
003 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0501.2033 MANUTENÇÃO E AÇÕES DO DEPTO DE SERVIÇOS URBANOS
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
01200 E 00000 R$ 102.500,00
05 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
003 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0501.2033 MANUTENÇÃO E AÇÕES DO DEPTO DE SERVIÇOS URBANOS
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
01210 E 00000 R$ 6.800,00
05 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
003 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0501.2033 MANUTENÇÃO E AÇÕES DO DEPTO DE SERVIÇOS URBANOS
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
01220 E 00000 R$ 7.600,00
05 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
004 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO
26.782.0501.2038 MANUTENÇÃO E AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
01290 E 00000 R$ 145.000,00
05 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
004 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO
26.782.0501.2038 MANUTENÇÃO E AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
01300 E 00000 R$ 5.900,00
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
001 GABINETE DO SECRETARIO
12.361.0601.2040 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
01360 E 00103 R$ 5.000,00
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0601.2046 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
01470 E 00103 R$ 6.200,00
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0601.2048; FORTALECENDO O ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS DO FUNDEB
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
01720 E 00101 R$ 120.000,00
6 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0601.2048 FORTALECENDO O ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS DO FUNDEB
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
01730 E 00102 R$ 125.000,00
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0601.2048 FORTALECENDO O ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS DO FUNDEB
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
01770 E 00101 R$ 22.000,00
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.365.0601.2041 GARANTIA A EDUCAÇÃO INFANTIL - RECURSOS DO FUNDEB

3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
01980 E 00101 R$ 29.312,53
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
003 DEPARTAMENTO DE CULTURA
13.392.1301.2054 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
02150 E 00000 R$ 10.500,00
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
004 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
27.812.2701.2057 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
02230 E 00000 R$ 5.600,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.2062 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E ATENDIMENTOS TERAPÊUTICOS DA CLÍNICA MUNICIPAL
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
02390 E 00000 R$ 75.800,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.2062 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E ATENDIMENTOS TERAPÊUTICOS DA CLÍNICA MUNICIPAL
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
02410 E 00000 R$ 16.100,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.2064 MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
02520 E 00495 R$ 3.100,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.2064 MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
02540 E 00495 R$ 3.600,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.2066 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO, PROMOÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE BUCAL
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
02610 E 00303 R$ 16.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.2067 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E ATIVIDADES VINCULADAS AO GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
02640 E 00303 R$ 1.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.2067 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E ATIVIDADES VINCULADAS AO GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
02650 E 00303 R$ 2.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.2068 MANUTENÇÃO E AÇÕES DE TRANSPORTE E EMERGÊNCIA
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
02670 E 00303 R$ 63.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.2070 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
02770 E 00495 R$ 23.300,00

Art. 2º - Os Recursos para, Abertura de Crédito Adicional Suplementar, que trata o art. 1° deste decreto decorrerão:

§ 1° - Do cancelamento de dotação de fonte livre do orçamento vigente no valor de R$ 745.012,53 (setecentos e quarenta e cinco mil e doze reais e cinquenta e três centavos), conforme segue:

02 PODER EXECUTIVO
001 GABINETE DO PREFEITO
04.122.0201.1002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
00130 E 00000 R$ 65.000,00
02 PODER EXECUTIVO
001 GABINETE DO PREFEITO
04.122.0201.1002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00140 E 00000 R$ 5.000,00
02 PODER EXECUTIVO
002 ASSESSORIA DE GABINETE
04.122.0201.1003 MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE GABINETE DO PREFEITO
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
00170 E 00000 R$ 2.000,00
02 PODER EXECUTIVO
004 ASSESSORIA JURIDICA
04.122.0201.1005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURÍDIC
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
00250 E 00000 R$ 18.000,00
02 PODER EXECUTIVO
004 ASSESSORIA JURIDICA
04.122.0201.1005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURÍDICA
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00260 E 00000 R$ 5.000,00
02 PODER EXECUTIVO
005 UNIDADE DE CONTROLADORIA INTERNA
04.122.0201.1006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA INTERNA
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
00290 E 00000 R$ 10.000,00
02 PODER EXECUTIVO
005 UNIDADE DE CONTROLADORIA INTERNA
04.122.0201.1006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA INTERNA
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00300 E 00000 R$ 1.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
001 GABINETE DO SECRETARIO
04.122.0201.1007 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
00320 E 00000 R$ 14.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
001 GABINETE DO SECRETARIO
04.122.0201.1007 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO 3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00330 E 00000 R$ 3.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 20.000,00; 20.000,00; 0,00; 20.000,00
002 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO; 20.000,00; 20.000,00; 0,00; 20.000,00
04.122.0201.1008 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
00340 E 00000 R$ 20.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
002 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
04.122.0201.1008 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00350 E 00000 R$ 5.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
002 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
04.122.0201.1009 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DO SERVIÇO DA JUNTA MILITAR
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
00370 E 00000 R$ 25.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
002 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
04.122.0201.1009 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DO SERVIÇO DA JUNTA MILITAR
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00381 E 00000 R$ 9.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
002 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
04.122.0201.1010 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
00390 E 00000 R$ 5.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
002 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
04.122.0201.1011 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00490 E 00000 R$ 1.500,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
002 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
04.122.0201.1012 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
00500 E 00000 R$ 72.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
002 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
04.122.0201.1012 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00510 E 00000 R$ 8.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
002 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
04.122.0201.1012 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00520 E 00000 R$ 3.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
003 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
04.122.0201.1013 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
3.1.90.03.00.00 PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR
00570 E 00000 R$ 30.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
003 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
04.122.0201.1013 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
00580 E 00000 R$ 11.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
003 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
04.122.0201.1013 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00590 E 00000 R$ 2.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
004 DEPARTAMENTO DE COMPRAS
04.122.0201.1014 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
00620 E 00000 R$ 4.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
004 DEPARTAMENTO DE COMPRAS
04.122.0201.1014 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00630 E 00000 R$ 2.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
005 DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
04.122.0201.1015 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
00640 E 00000 R$ 8.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
005 DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
04.122.0201.1015 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00650 E 00000 R$ 9.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
006 DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA
04.122.0201.1016 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
00660 E 00000 R$ 32.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
006 DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA
04.122.0201.1016 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00670 E 00000 R$ 6.000,00
04 SECRETARIA DE FINANÇAS
001 GABINETE DO SECRETARIO
04.123.0301.1017 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
00680 E 00000 R$ 2.000,00
04 SECRETARIA DE FINANÇAS
002 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
04.123.0301.1018 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
00700 E 00000 R$ 8.000,00
04 SECRETARIA DE FINANÇAS
002 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
04.123.0301.1018 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00710 E 00000 R$ 3.000,00
04 SECRETARIA DE FINANÇAS
002 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
04.123.0301.1018 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00720 E 00000 R$ 2.000,00
04 SECRETARIA DE FINANÇAS
002 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
04.123.0301.1019 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TESOURARIA
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00790 E 00000 R$ 5.000,00
04 SECRETARIA DE FINANÇAS
003 DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
04.123.0301.1024 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00890 E 00000 R$ 2.000,00
04 SECRETARIA DE FINANÇAS
003 DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
04.123.0301.1024 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00900 E 00000 R$ 6.000,00
05 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
001 GABINETE DO SECRETARIO
15.452.0501.2025 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO DE OBRAS
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00946 E 00000 R$ 10.000,00
05 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS
15.452.0501.2026 MANUTENÇÃO E AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
00970 E 00000 R$ 7.000,00
05 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
004 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO
26.782.0501.2038 MANUTENÇÃO E AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
01310 E 00000 R$ 5.000,00
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
001 GABINETE DO SECRETARIO
12.361.0601.2040 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
01340 E 00103 R$ 11.200,00
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0601.2048 FORTALECENDO O ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS DO FUNDEB
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
01780 E 00102 R$ 125.000,00
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.365.0601.2041 GARANTIA A EDUCAÇÃO INFANTIL - RECURSOS DO FUNDEB
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
02010 E 00101 R$ 23.504,53
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.365.0601.2041 GARANTIA A EDUCAÇÃO INFANTIL - RECURSOS DO FUNDEB
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
02040 E 00101 R$ 5.808,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.2063 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
02450 E 00495 R$ 30.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.2068 MANUTENÇÃO E AÇÕES DE TRANSPORTE E EMERGÊNCIA
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
02680 E 00303 R$ 10.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.2069 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE INFORMAÇÃO E FATURAMENTO
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
02740 E 00303 R$ 37.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.2070 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
02780 E 00303 R$ 5.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.2070 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
02790 E 00303 R$ 16.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0701.2072 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
02890 E 00303 R$ 3.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.305.0701.1115 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
03066 E 00303 R$ 6.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.305.0701.1115 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
03067 E 00303 R$ 5.000,00
08 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
003 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0801.6081 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
03310 E 00000 R$ 2.000,00
08 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
003 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0801.6081 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
03330 E 00000 R$ 8.000,00
09 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
001 GABINETE DO SECRETARIO
20.606.0901.2092 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
03871 E 00000 R$ 15.000,00
09 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
002 DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUARIO
20.606.0901.2098 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
03990 E 00000 R$ 6.000,00
09 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
003 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
18.541.0902.2104 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
04140 E 00000 R$ 2.000,00
09 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
003 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
18.541.0902.2104 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
04150 E 00000 R$ 4.000,00
10 SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMERCIO E TURISMO
001 GABINETE DO SECRETARIO
23.691.1001.2110 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS
04310 E 00000 R$ 5.000,00

§ 1° - Do excesso de arrecadação de fonte vinculada do orçamento vigente no valor de R$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais), conforme segue:

FONTE 101	1.7.2.4.01.00.00.00	R$ 142.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 18 de outubro de 2017.

JERONIMO GADENS DO ROSARIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Klosovski Horst
Código Identificador:FE80D22D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N˚ 443/2017

SÚMULA: Nomeia Comissão permanente para avaliação de bens móveis inservíveis do Município de Turvo, Estado do Paraná.

O SENHOR JERÔNIMO GADENS DO ROSÁRIO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais :

RESOLVE

Art.1° Nomear Comissão Permanente para avaliação de bens móveis e inservíveis do Município de Turvo, Estado do Paraná, composta por 06 (seis) membros devidamente inscritos no quadro de funcionários deste Município, sob a presidência do primeiro, os quais passamos a relacionar:

Denico Gomes dos Santos
Augusto Grando Pilati
Luiz Carlos Ferraz
Nereu Cherepa
Luiz Carlos Gralak
Arnoldo Jomes Neto

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria N° 107/2017.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, 17 de outubro de 2017

JERÔNIMO GADENS DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Klosovski Horst
Código Identificador:AFB3AC88

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N˚. 444/2017

O SENHOR JERONIMO GADENS DO ROSÁRIO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1˚ - Cancelar o pagamento de gratificação pela docência com alunos portadores de necessidades especiais concedida a professora Taisa de Almeida, linha funcional 2.

Art. 2˚ Esta portaria terá efeito retroativo a 01 de outubro de 2017.

Art. 3˚ Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 18 de outubro de 2017.

JERÔNIMO GADENS DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Klosovski Horst
Código Identificador:C700C690

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N˚. 445/2017

O SENHOR JERONIMO GADENS DO ROSÁRIO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1˚ - Conceder o pagamento de gratificação pela docência com alunos portadores de necessidades especiais ao professor Roberto Neumann, linha funcional 2, no período de 01 de outubro de 2017 a 20 de dezembro de 2017.

Art. 2˚ Esta portaria terá efeito retroativo a 01 de outubro de 2017.

Art. 3˚ Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 18 de outubro de 2017.

JERÔNIMO GADENS DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Klosovski Horst
Código Identificador:42B517AF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N˚. 446/2017

O SENHOR JERONIMO GADENS DO ROSÁRIO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1˚ - Remover a servidora efetiva Tatiane do Prado Lopes dos Santos, professora lotada na Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Educação, para prestar serviços na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no CEMEI Vó Luiza, na mesma função, designando a mesma para responder pela Secretaria do CEMEI.

Art. 2˚ Esta portaria terá efeito retroativo a 09 de outubro de 2017.

Art. 3˚ Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 18 de outubro de 2017.

JERÔNIMO GADENS DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Klosovski Horst
Código Identificador:B8D89472

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2017

Através do presente termo, ADJUDICO o objeto do Pregão Presencial Nº 146/2017, cujo objeto é a **aquisição de câmera profissional, drone, impressora multifuncional e gravador de voz**, em favor das empresas abaixo mencionadas, nos termos da Ata de Abertura Habilitação e Julgamento lavradas pelo Pregoeiro Municipal designado pela Portaria Nº 37/2017, em 18/10/2017:

LOTE 01	V.A.OTTONI EQUIPAMENTOS ME CNPJ Nº 18.770.897/0001-06	R$ 4.400,00
LOTE 02	GUIMARÃES & SOARES LTDA ME CNPJ Nº 17.330.681/0001-59	R$ 3.370,00
LOTE 03	SOL EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO LTDA CNPJ Nº 75.997.858/0001-71	R$ 1.790,00
LOTE 04	GUIMARÃES & SOARES LTDA ME CNPJ Nº 17.330.681/0001-59	R$ 255,00

Na mesma oportunidade, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação da proposta de preço e dos documentos relativos à habilitação da empresa vencedora em face das exigências previstas pelo Instrumento Convocatório, e ainda, o conteúdo do Parecer Jurídico Nº 209/2017, HOMOLOGO procedimento do Pregão Presencial Nº 147/2017, nos termos do parágrafo anterior.

Estando tudo em conformidade com a Ata de Sessão de Julgamento, DETERMINO a adoção das medidas cabíveis para a celebração de contrato.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Turvo/PR, 18 de outubro de 2017.

JERONIMO GADENS DO ROSARIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dominique Acirema Schio de Oliveira
Código Identificador:F89A11EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 154/2017

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

MODALIDADE:	Pregão Presencial
TIPO:	Menor preço (por lote único)
OBJETO:	Aquisição de Livros, Capas e Capelos
DATA DE ABERTURA:	31 de outubro de 2017, às 13h30

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 10.520/2002, Lei Federal Nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 221), através do e-mail licitacoesturvo@gmail.com, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-000, de segunda a sexta feira, das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17:00 horas.

Turvo/PR, 18 de outubro de 2017.

ORLANDO GOMES
Pregoeiro
Portaria Nº 37/2017

Publicado por:
Dominique Acirema Schio de Oliveira
Código Identificador:4C3030CB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
LEI Nº 4706, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, COM RECURSOS PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA**, Estado do Paraná, aprovou o **PROJETO DE LEI N° 48/2017**, e eu **HILTON SANTIN ROVEDA**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte;

LEI:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2017, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 2.506,00 (Dois mil quinhentos e seis reais) conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO – 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJETO – 2058 – Manutenção do Conselho Municipal de Saúde			
FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3499	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.506,00
TOTAL CRÉDITO ESPECIAL			**2.506,00**

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito especial de que trata o presente projeto de Lei, serão utilizados valores provenientes de Superávit Financeiro do exercício 2016 na respectiva fonte.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 06 de outubro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito Municipal

DANIELE BORGES DE LIMA
Secretária Interina de Administração

Publicado por:
Marco Antônio de Lima
Código Identificador:AA75C418

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo n. º 140/2017
Licitação Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 107/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS ORGÂNICOS E NÃO RECICLÁVEIS, INCLUINDO A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR.

A Prefeitura Municipal de União da Vitória/PR informa a todos os interessados a **REVOGAÇÃO** da licitação supracitada, em virtude de Apontamento Preliminar de Acompanhamento – APA, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Informamos ainda que, após ajustes necessários, o novo Edital será relançado.
Outras informações podem ser obtidas no Dpto. de Compras e Licitações da Prefeitura de União da Vitória, no endereço Rua Dr. Cruz Machado, n.º 205, 4° pavimento, Centro, telefones (42) 3521-1237 e (42) 3522-4440 (fax).
E-MAIL:
licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br SITE:
www.uniaodavitoria.pr.gov.br. LOCAL:
http://www.bbmnetlicitacoes.com.br "Acesso Identificado no link – licitações públicas". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

União da Vitória/PR, 18 de outubro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:4C2DE07F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA 343/2017

HILTON SANTIN ROVEDA, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Ata do Termo de Transmissão de Cargo de Prefeito nº 35, registrada no 3º Tabelionato de Notas de União da Vitória.

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a Senhora TEREZINHA JOÁCO DE PAULA, portadora do CPF nº 702.072.599-68 e RG nº 4.389.635-0 SSP/PR, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, a disposição funcional do FUMPREVI, com ônus para a origem, retroativo a setembro de 2017.

Art. 2º Registre-se. Cumpra-se.

União da Vitória, 09 de outubro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito Municipal

DANIELE BORGES DE LIMA
Secretária Interina de Administração

Publicado por:
Marco Antônio de Lima
Código Identificador:F7C4D6FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA 344/2017

HILTON SANTIN ROVEDA, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Ata do Termo de Transmissão de Cargo de Prefeito nº 35, registrada no 3º Tabelionato de Notas de União da Vitória.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Portaria nº 54 de 21 de fevereiro de 2017, o qual passará a contar com a seguinte redação:
Art. 1º Conceder a servidora pública municipal Senhora **TEREZINHA JOÁCO DE PAULA**, portadora do CPF nº 702.072.599-68 e RG nº 4.389.635-0 SSP/PR, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, lotada junto ao FUMPREVI através de disposição funcional, 100% (cem por cento) de FUNÇÃO GRATIFICADA, conforme Art. 23 da Lei Municipal nº 3058/03, de 17 de abril de 2003, a partir de outubro de 2017.

Art. 2º Registre-se. Cumpra-se.

União da Vitória, 09 de outubro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito Municipal

DANIELE BORGES DE LIMA
Secretária Interina de Administração

Publicado por:
Marco Antônio de Lima
Código Identificador:CB5B045A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA 346/2017

HILTON SANTIN ROVEDA, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Ata do Termo de Transmissão de Cargo de Prefeito nº 35, registrada no 3º Tabelionato de Notas de União da Vitória.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Portaria nº 55 de 21 de fevereiro de 2017, o qual passará a contar com a seguinte redação:
Art. 1º Conceder a servidora pública municipal Senhora **ELIANE XAVIER PAES,** portadora do CPF nº 802.400.549-20 e RG nº 4.255.798-6 SSP/PR ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, 100% (cem por cento) de FUNÇÃO GRATIFICADA, para auxiliar no controle de contas bancárias da Prefeitura Municipal, conforme Art. 23 da Lei Municipal nº 3058/03, de 17 de abril de 2003, a partir de outubro de 2017.

Art. 2º Registre-se. Cumpra-se.

União da Vitória, 09 de outubro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito Municipal

DANIELE BORGES DE LIMA
Secretária Interina de Administração

Publicado por:
Marco Antônio de Lima
Código Identificador:38153D96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA 340/2017

HILTON SANTIN ROVEDA, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Ata do Termo de Transmissão de Cargo de Prefeito nº 35, registrada no 3º Tabelionato de Notas de União da Vitória, e de acordo com o Relatório Final da Comissão de Processo de Sindicância, e instaurado pela Portaria nº 267/2017.

RESOLVE:

Art. 1° Determinar o cumprimento do Parecer constante no Relatório Final da Comissão de Processo de Sindicância pela abertura de PROCESSO ADMINISTRATIVO, conforme processo sob protocolo nº 55854/2017.

Art. 2º Após os devidos assentamentos, arquive-se.

Art. 3º Registre-se. Cumpra-se.

União da Vitória, 06 de outubro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito Municipal

DANIELE BORGES DE LIMA
Secretária Interina de Administração

Publicado por:
Marco Antônio de Lima
Código Identificador:A7672143

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA 349/2017

HILTON SANTIN ROVEDA, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Ata do Termo de Transmissão de Cargo de Prefeito nº 35, registrada no 3º Tabelionato de Notas de União da Vitória.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Servidores **ANGELA ANDREA HORBATIUK, CARMEN LÚCIA MARCONDES DE ALBUQUERQUE**

WINTER e WILMAR BIEBERBACH, sob a presidência do primeiro, para comporem a **COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA**, para verificar fatos relacionados ao Processo protocolado nº 57449/2017, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.
Art. 2º Fica revogada a PORTARIA Nº 292/2017.

Art. 3º Registre-se. Cumpra-se.

União da Vitória, 16 de outubro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito Municipal

DANIELE BORGES DE LIMA
Secretária Interina de Administração

Publicado por:
Marco Antônio de Lima
Código Identificador:3624ECF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO 482/2017

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, COM RECURSOS PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

HILTON SANTIN ROVEDA, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Ata do Termo de Transmissão de Cargo de Prefeito nº 35, registrada no 3º Tabelionato de Notas de União da Vitória, e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 4706, de 06 de outubro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2017, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 2.506,00 (Dois mil quinhentos e seis reais) conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO – 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJETO – 2058 – Manutenção do Conselho Municipal de Saúde			
FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3499	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.506,00
TOTAL CRÉDITO ESPECIAL			**2.506,00**

Art. 2º Os recursos para abertura do crédito especial de que trata o presente Decreto, serão utilizados valores provenientes de Superávit Financeiro do exercício 2016 na respectiva fonte.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 06 de outubro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito Municipal

DANIELE BORGES DE LIMA
Secretária Interina de Administração

Publicado por:
Marco Antônio de Lima
Código Identificador:5C085D81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO 497/2017

HILTON SANTIN ROVEDA, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Ata do Termo de Transmissão de Cargo de Prefeito nº 35, registrada no 3º Serviço Notarial de União da Vitória; de acordo com o que dispõe o Art. 6º da EC 41/03 e Lei Municipal nº 3757/2009 e suas alterações 4023/2012 e 4230/2013;

DECRETA:

Art. 1º Concede **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,** com direito a paridade em relação aos Servidores Públicos Municipais em atividade a Senhora **MARCIA TERESA REIS GIACOMINI,** portadora do RG nº 1.090.042 SSP/SC e CPF nº 638.094.789-20, ocupante do cargo de PROFESSOR, Nível 08/MG, matricula 169/4, com proventos integrais, no valor de R$ 4.209,22 (quatro mil duzentos e nove reais e vinte e dois centavos).
Art. 2º Ressalva-se eventual retificação do presente ato em razão do controle externo e registro do mesmo pelo Tribunal de Contas do Estado.
Parágrafo Único. Ocorrendo este fato de retificação fica garantido a servidora o retorno ao setor em que estava lotado na data de publicação deste.
Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 09 de outubro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito Municipal

DANIELE BORGES DE LIMA
Secretária Interina de Administração

Publicado por:
Marco Antônio de Lima
Código Identificador:1B38639C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA 305/2017

HILTON SANTIN ROVEDA, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Ata do Termo de Transmissão de Cargo de Prefeito nº 35, registrada no 3º Tabelionato de Notas de União da Vitória.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal Senhor **SIDNEI ALVES DE LIMA**, portador do CPF nº 905.200.769-15, ocupante do cargo de Agente Administrativo, **20% (vinte por cento) de FUNÇÃO GRATIFICADA**, conforme Art. 23 da Lei Municipal nº 3058/03, de 17 de abril de 2003, **retroativo a 1º de outubro de 2017.**

Art. 2º Registre-se Cumpra-se.

União da Vitória, 06 de outubro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito Municipal

DANIELE BORGES DE LIMA
Secretária Interina de Administração

Publicado por:
Marco Antônio de Lima
Código Identificador:AB295576

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO 502/2017

HILTON SANTIN ROVEDA, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Ata do Termo de Transmissão de Cargo de Prefeito nº 35, registrada no 3º Tabelionato de Notas de União da Vitória.

DECRETA:

Art. 1º Nomeia o Senhor **EVALDO WOWCZUK**, portador do CPF nº 022.110.829-71 e RG nº 7.355.391-1 SSP/PR, para exercer o cargo de **COORDENADOR DE ESTRADAS VICINAIS**, da Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos, desta Prefeitura Municipal, a partir de 16 de outubro de 2017.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 16 de outubro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito Municipal

DANIELE BORGES DE LIMA
Secretária Interina de Administração

Publicado por:
Marco Antônio de Lima
Código Identificador:251DE160

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA 298/2017

CRIA E REGULAMENTE A COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

HILTON SANTIN ROVEDA, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Ata do Termo de Transmissão de Cargo de Prefeito nº 35, registrada no 3º Tabelionato de Notas de União da Vitória.

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada e regulamentada a Comissão Permanente de Processo Administrativo.
Parágrafo único - A Comissão será composta por 03 (três) servidores, sendo Presidente, Secretário e Membro, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzida, a critério da Administração.
I – Compete ao Presidente:
Convocar reuniões e presidi-las zelando pela ordem dos trabalhos;
Receber as matérias destinadas a Comissão;
Fazer observar os prazos dentro da Comissão, conforme legislação específica;
Representar a Comissão na relação com a Administração Municipal e demais segmentos envolvidos.
Elaborar juntamente com os demais membros da Comissão o Relatório Final.
II – Compete ao Secretário:
Elaborar e redigir as Atas da Comissão;
Redigir e dar o destino correto das convocações quando determinada pelo Presidente e demais correspondências;
Redigir o Relatório Final por ordem expressa do Presidente;
Substituir o Presidente na sua ausência.
III – Compete ao Membro da Comissão:
Participar das reuniões da Comissão, atendendo sempre as determinações do Presidente e na sua ausência do Secretário;
Substituir o Secretário quando da sua ausência.
Art. 2º A Comissão é responsável por todos os processos descrito no Art. 1º, devendo desde seu início até seu final respeitar rigorosamente os prazos para conclusão do Relatório Final, previstos em Lei específica.
Parágrafo único – Os relatórios finais de todos os processos deverão ser elaborados de forma clara e consistente, indicando as medidas cabíveis que devem ser tomadas pela Administração Municipal.
Art. 3º Os servidores nomeados deverão ter prioridade na analise dos processos, sem prejuízo aos serviços e cargos que ocupam, devendo o responsável pelo setor onde o titular está lotado, remanejar os serviços quando da ausência do servidor em disposição da Comissão.
Art. 4º Quando o servidor licenciar-se por motivos de férias, licença prêmio ou doença, o Chefe do Poder Executivo deverá nomear substituto através de Portaria.
Parágrafo único. O impedimento do servidor ou autoridade poderá ser declarado nas hipóteses do Artigo 18 e seguintes da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a qual Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
Art. 5º. Os servidores nomeados perceberão gratificação para desempenho da função junto a Comissão.
Art. 6º. A Administração Municipal através de Portaria designará os servidores para comporem a Comissão, bem como a substituição dos mesmos quando necessária.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 12 de setembro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito Municipal

DANIELE BORGES DE LIMA
Secretária Interina de Administração

Publicado por:
Marco Antônio de Lima
Código Identificador:7460E006

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA 297/2017

CRIA E REGULAMENTE A COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA.

HILTON SANTIN ROVEDA, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Ata do Termo de Transmissão de Cargo de Prefeito nº 35, registrada no 3º Tabelionato de Notas de União da Vitória.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica criada e regulamentada a Comissão Permanente de Processo de Sindicância.
Parágrafo único - A Comissão será composta por 03 (três) servidores, sendo Presidente, Secretário e Membro, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzida, a critério da Administração.
I – Compete ao Presidente:
Convocar reuniões e presidi-las zelando pela ordem dos trabalhos;
Receber as matérias destinadas a Comissão;
Fazer observar os prazos dentro da Comissão, conforme legislação específica;
Representar a Comissão na relação com a Administração Municipal e demais segmentos envolvidos.
Elaborar juntamente com os demais membros da Comissão o Relatório Final.
II – Compete ao Secretário:
Elaborar e redigir as Atas da Comissão;
Redigir e dar o destino correto das convocações quando determinada pelo Presidente e demais correspondências;
Redigir o Relatório Final por ordem expressa do Presidente;
Substituir o Presidente na sua ausência.
III – Compete ao Membro da Comissão:
Participar das reuniões da Comissão, atendendo sempre as determinações do Presidente e na sua ausência do Secretário;
Substituir o Secretário quando da sua ausência.
Art. 2º. A Comissão é responsável por todos os processos descrito no Art. 1º, devendo desde seu início até seu final respeitar rigorosamente os prazos para conclusão do Relatório Final, previstos em Lei específica.
Parágrafo único – Os relatórios finais de todos os processos deverão ser elaborados de forma clara e consistente, indicando as medidas cabíveis que devem ser tomadas pela Administração Municipal.
Art. 3º. Os servidores nomeados deverão ter prioridade na analise dos processos, sem prejuízo aos serviços e cargos que ocupam, devendo o

responsável pelo setor onde o titular está lotado, remanejar os serviços quando da ausência do servidor em disposição da Comissão.
Art. 4º. Quando o servidor licenciar-se por motivos de férias, licença prêmio ou doença, o Chefe do Poder Executivo deverá nomear substituto através de Portaria.
Parágrafo único. O impedimento do servidor ou autoridade poderá ser declarado nas hipóteses do Artigo 18 e seguintes da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a qual Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
Art. 5º. Os servidores nomeados perceberão gratificação para desempenho da função junto a Comissão.
Art. 6º. A Administração Municipal através de Portaria designará os servidores para comporem a Comissão, bem como a substituição dos mesmos quando necessária, fixando ainda a respectiva gratificação.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 12 de setembro de 2017.

HILTON SANTIN ROVEDA
Prefeito Municipal

DANIELE BORGES DE LIMA
Secretária Interina de Administração

Publicado por:
Marco Antônio de Lima
Código Identificador:8544B599

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO N° 020/2017 AD REFERENDUM

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA
COMUSUV
Secretária Executiva Dos Conselhos
Praça Visconde de Nácar, s/n – Centro – União da Vitória
Telefone: (42) 3522-9442

Conselho Municipal de Saúde (COMUSUV)
União da Vitória – Estado do Paraná

RESOLUÇÃO n° 020/2017
Ad Referendum

O presidente do Conselho Municipal de Saúde de União da Vitória – Estado do Paraná (COMUSUV), no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.142/1990 e Lei nº 1.788/1991,
Considerando a necessidade de aprovação do Termo de Adesão ao Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário do APSUS, no valor de R$ 120.000,00 (Cento e Vinte mil reais), referente à Resolução SESA nº 517/2017,
Resolve *AD REFERENDUM* DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA – ESTADO DO PARANÁ:

Art. 1º. Aprovar o Termo de Adesão ao Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário do APSUS, no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), referente a Resolução SESA nº 517/2017.
Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória (PR), 18 de outubro de 2017.

JOÃO MARIA VENÂNCIO
Presidente
Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Marco Antônio de Lima
Código Identificador:7D594BEA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATOS

Nº CONTRATO	MOD.LICITAÇÃO	Nº LICITAÇÃO	OBJETO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR	CONTRATADO
718/2017	TOMADA DE PREÇOS	05/2017	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE RUI BARBOSA E UNIDADE DE SAÚDE TARUMÃ, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA APSUS, CONFORME TERMO DE ADESÃO DA RESOLUÇÃO Nº 604/2015 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ	09/10/2017	12 MESES	R$ 20.451,87	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ:00.802.002/0001-02
719/2017	TOMADA DE PREÇOS	05/2017	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE RUI BARBOSA E UNIDADE DE SAÚDE TARUMÃ, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA APSUS, CONFORME TERMO DE ADESÃO DA RESOLUÇÃO Nº 604/2015 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ	09/10/2017	12 MESES	R$ 1.314,00	COMERCIAL PACHECO EIRELI - ME CNPJ:26.308.677/0001-85
720/2017	TOMADA DE PREÇOS	05/2017	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE RUI BARBOSA E UNIDADE DE SAÚDE TARUMÃ, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA APSUS, CONFORME TERMO DE ADESÃO DA RESOLUÇÃO Nº 604/2015 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ	09/10/2017	12 MESES	R$ 15.880,00	DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA CNPJ:07.897.039/0001-00
721/2017	TOMADA DE PREÇOS	05/2017	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE RUI BARBOSA E UNIDADE DE SAÚDE TARUMÃ, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA APSUS, CONFORME TERMO DE ADESÃO DA RESOLUÇÃO Nº 604/2015 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ	09/10/2017	12 MESES	R$ 549,43	DIMACIPR MATERIAL CIRÚRGICO LTDA CNPJ:00.656.468/0001-39
722/2017	TOMADA DE PREÇOS	05/2017	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE RUI BARBOSA E UNIDADE DE SAÚDE TARUMÃ, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA APSUS, CONFORME TERMO DE ADESÃO DA RESOLUÇÃO Nº 604/2015 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ	09/10/2017	12 MESES	R$ 8.800,00	EDER CARLOS DOS SANTOS BATISTA - ME CNPJ:20.021.875/0001-87
723/2017	TOMADA DE PREÇOS	05/2017	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE RUI BARBOSA E UNIDADE DE SAÚDE TARUMÃ, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA APSUS, CONFORME TERMO DE ADESÃO DA RESOLUÇÃO Nº 604/2015 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ	09/10/2017	12 MESES	R$ 19.081,00	EFETIVE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME CNPJ:11.101.480/0001-01
724/2017	TOMADA DE PREÇOS	05/2017	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE RUI BARBOSA E UNIDADE DE SAÚDE TARUMÃ, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA APSUS, CONFORME TERMO DE ADESÃO DA RESOLUÇÃO Nº 604/2015 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ	09/10/2017	12 MESES	R$ 2.220,00	K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP CNPJ:21.971.041/0001-03
725/2017	TOMADA DE PREÇOS	05/2017	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE RUI BARBOSA E UNIDADE DE SAÚDE TARUMÃ, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA APSUS, CONFORME TERMO DE ADESÃO DA RESOLUÇÃO Nº 604/2015 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ	09/10/2017	12 MESES	R$ 18.440,00	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - EPP CNPJ:12.162.386/0001- 17
726/2017	TOPMRAEDÇAOSDE	05/2017	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE	09/10/2017	12 MESES	R$	M MÓBILE EIRELI - EPP

			SAÚDE RUI BARBOSA E UNIDADE DE SAÚDE TARUMÃ, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA APSUS, CONFORME TERMO DE ADESÃO DA RESOLUÇÃO Nº 604/2015 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ			62.416,00	CNPJ:15.764.033/0001-85
727/2017	TOMADA DE PREÇOS	05/2017	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE RUI BARBOSA E UNIDADE DE SAÚDE TARUMÃ, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA APSUS, CONFORME TERMO DE ADESÃO DA RESOLUÇÃO Nº 604/2015 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ	09/10/2017	12 MESES	R$ 17.293,00	MACRO LIFE IMPORTADORA DE PRODUTOS MEDICOS - EIRELI CNPJ:05.022.486/0001-82
728/2017	TOMADA DE PREÇOS	05/2017	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE RUI BARBOSA E UNIDADE DE SAÚDE TARUMÃ, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA APSUS, CONFORME TERMO DE ADESÃO DA RESOLUÇÃO Nº 604/2015 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ	09/10/2017	12 MESES	R$ 28.750,00	ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA – EPP CNPJ:14.918.622/0001-08

LUCIANE MAIRA TEIXEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Luiza Luiz Pires de Oliveira
Código Identificador:417A353A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
TERMO RECOMPOSIÇÃO DE ATA DE REGISTRO Nº 042/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2017

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PR
ZANONI & COLETI LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância de R$ 64.591,46 (sessenta e quatro mil, quinhentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos), com finalidade de ART 65 INCISO I, A e B DA LEI 8.666/93.

Empresa	Item	Descrição	Marca	Unid	Valor Unit. atual	Valor Unit. Reajustado
ZANONI & COLETI LTDA	1	ALCOOL ETANOL	RODOIL	LT	2,69	2,73
ZANONI & COLETI LTDA	2	Gasolina Comum	RODOIL	LT	3,73	3,74
ZANONI & COLETI LTDA	3	Óleo Diesel Comum Filtrado	RODOIL	LT	2,76	2,96
ZANONI & COLETI LTDA	4	OLEO DIESEL S-10	RODOIL	LT	2,94	3,19

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 17 de outubro de 2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2017

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

LUIZ HENRIQUE COLETI
Representante Legal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:C6EFDE30

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 11.087 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e novembro de 2008;

Considerando o art. 23, § 1º da Lei Municipal nº. 1.857 de 04 de

Considerando o Decreto Municipal nº. 7.842 de 01 de setembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Promover mudanças de nível salarial horizontal dos seguintes Servidores Públicos do Magistério Municipal, com os seus respectivos níveis:

	PROFESSOR	PADRÃO	DE	PARA
01	Adriana Silvestrini	1º	V-10	V-11
02	Adriana Silvestrini	2º	V-1	V-2
03	Angela Apª dos Santos	1º	IV-1	IV-2
04	Alice Mitue Hieda Fernandes	2º	V-14	V-15
05	Andréa Maria Maiolo	1º	V-11	V-12
06	Andréa Ribeiro Valentin Fernandes	1º	V-7	V-8
07	Bruna C. Domingues Belo Gonçalves	1º	I-2	I-3

08	Aparecida de Fátima Martucci Queiroz	2º	V-14	V-15
09	Cláudia Aparecida Biancardi Ribeiro de Lima	1º	V-11	V-12
10	Cláudia Cristina Leonardo Silva	1º	V-13	V-14
11	Cláudia Cristina Leonardo Silva	2º	V-5	V-6
12	Cláudia Valéria Carvalho Giugni	1º	V-13	V-14
13	Cláudia Valéria Carvalho Giugni	2º	V-5	V-6
14	Cristina Vasconcelos Picelli	1º	V-2	V-3
15	Débora dos Santos e Silva Fajardo	1º	V-6	V-7
16	Denise Andrioti Mendes Floriano	1º	V-11	V-12
17	Denise Andrioti Mendes Floriano	2º	V-5	V-6
18	Dirlei Bertazine Bonato	1º	V-13	V-14
19	Edson Cristino de Paula	1º	V-12	V-13
20	Eliete Magna dos Santos Silvestrini	1º	V-1	V-2
21	Elisângela Belchior da Silva	1º	V-1	V-2
22	Elizabeth Aparecida Belchior Fregolão	1º	V-11	V-12
23	Eluiza Antônia Dutra Lameu	1º	V-5	V-6
24	Flávia Cristina Sanches Freitas	1º	V-5	V-6
25	Flávia Maria Torejani Oliveira	1º	V-5	V-6

	PROFESSOR	PADRÃO	DE	PARA
26	Graziela Gonçalves Vassela	1º	V-5	V-6
27	Irma Xavier Moreira	2º	V-5	V-6
28	Ivonete Domingues Belo Gonçalves	1º	V-7	V-8
29	Izabel Fernandes Bernardes	1º	V-13	V-14
30	Jeane dos Santos Moraes Castelucci	1º	V-13	V-14
31	Jeruza de Albuquerque Pinto	1º	I-11	I-12
32	Jeruza de Albuquerque Pinto	2º	I-5	I-6
33	Karina Michelato	1º	V-9	V-10
34	Karina Karol Simoni	1º	V-1	V-2
35	Kediller P. Dias Feliciano	1º	V-2	V-3
36	Kelen Cristina Ribeiro Pereira	1º	V-5	V-6
37	Kelen Cristina Ribeiro Pereira	2º	V-2	V-3
38	Laudicea de Mello Pereira	2º	V-12	V-13
39	Loraci Ribeiro da Silva	2º	V-7	V-8
40	Luciana Senci Fortunato	1º	V-5	V-6
41	Márcia Martins Angelini	1º	V-13	V-14
42	Márcia Regina Cruz Ozório de Oliveira	1º	V-13	V-14
43	Márcia Regina Cruz Ozório de Oliveira	2º	V-5	V-6
44	Márcia Regina Kamisima Rodrigues	1º	V-5	V-6
45	Maria Aparecida Antunes	1º	V-14	V-15
46	Maria Aparecida Antunes	2º	V-13	V-14
47	Maria Aparecida Gomes Placidino	1º	V-14	V-15
48	Maria Aparecida Gomes Placidino	2º	V-5	V-6
49	Maria Aparecida Príncipe	1º	IV-5	IV-6
50	Maria Cláudia Silva Jardim Selleti	1º	V-5	V-6
51	Maria Helena Florêncio dos Santos	2º	V-13	V-14
52	Maria Helena Morelato Valentim	1º	V-14	V-15
53	Maria José Rosa Tosta	1º	V-11	V-12
54	Maria Tereza Gross Barbosa Silva	1º	V-11	V-12
55	Maria Tereza Gross Barbosa Silva	2º	V-2	V-3
56	Mariley Martins Alves Leite	2º	V-12	V-13
57	Marinalva Ap. Ferreira da Silva	1º	V-2	V-3
58	Marisa de Fátima Batista	2º	V-12	V-13
59	Marissol Angélica Felix	1º	V-14	V-15
60	Marlene de F. Domingues Romão	2º	V-1	V-2
61	Marta Stefanuto Nardoni	1º	V-14	V-15
62	Mayara Stela Sales	1º	V-1	V-2
63	Mirian dos Santos e Silva Brunca	1º	V-12	V-13
64	Mirian dos Santos e Silva Brunca	2º	V-5	V-6
65	Mirian Rodrigues Pereira de Deus	1º	V-14	V-15
66	Mirian Rodrigues Pereira de Deus	2º	V-13	V-14
67	Mona Lisa Selleti Carvalho	1º	V-2	V-3
68	Neide Izildinha Del padre Miquilino	2º	V-4	V-5
69	Nelsi Aparecida Dutra Rodrigues	2º	V-14	V-15
70	Nerislene Tristão Silva	1º	V-14	V-15
71	Nilza de Fátima Estevam Oliveira	2º	V-14	V-15
72	Níria Maria Del Padre Miquelino	2º	V-14	V-15
73	Patricia Fernanda de Oliveira Noveli	1º	I-2	I-3
74	Rosângela Miguel Iga	1º	V-6	V-7
75	Roseli de Fátima Ferreira Coáglio	1º	V-11	V-12
76	Roseli Frezzato	1º	V-2	V-3

	PROFESSOR	PADRÃO	DE	PARA
77	Roseli Marques Fernandes de Souza	1º	V-12	V-13
78	Roseli Marques Fernandes de Souza	2º	V-5	V-6
79	Roseli Tardelli	1º	V-14	V-15
80	Rosilene Marques Fernandes Farinha ,0	2º	V-14	V-15
81	Rosimagda Ribeiro de Freitas	1º	V-14	V-15
82	Rosimagda Ribeiro de Freitas	2º	V-5	V-6
83	Rosinéia Antônia Orsini Giorgetto	1º	V-14	V-15
84	Rosinéia Antônia Orsini Giorgetto	2º	V-13	V-14
85	Sandra Cristina Martins Magiolo	1º	V-14	V-15
86	Sandra Cristina Martins Magiolo	2º	V-5	V-6
87	Selma Aparecida Munhoz Gomes Prevelato	2º	V-6	V-7
88	Silvana Maria Canário Nillo de Paula	1º	V-11	V-12
89	Silvana Simone Rossigalle Gonzaga	2º	V-12	V-13
90	Simone Cristina Primo Ribeiro	1º	V-11	V-12
91	Simone Cristina Primo Ribeiro	2º	V-2	V-3

92	Tânia Regina da Silva Coelho	2º	V-10	V-11
93	Telma Aparecida Alves	1º	IV-13	IV-14
94	Vanda Maria Cadamuro Stefanuto	1º	V-13	V-14
95	Vânia Cristina Zenerato Martucci	2ºX°	V-14	V-15
96	Vera de Fátima Miquelino	1º	V-12	V-13
97	Vera Lúcia Moreira Alvarez	2º	V-14	V-15
98	Zenilda de Jesus Pereira Vaz	1º	V-5	V-6
99	Zilda Maria Ferrari Oliveira	1º	V-14	V-15
100	Zilda Maria Ferrari Oliveira	2º	V-13	V-14
101	Zilma Aparecida Pereira Paviani	2º	V-12	V-13

	PROFESSOR DE ARTE/ED. FÍSICA	**PADRÃO**	**DE**	**PARA**
01	Adriana de Fátima dos Santos	2º	II-6	II-7
02	Daiany Graciano Santos	1º	II-6	II-7
03	Fabiana Cristina Kamisima Ribeiro	1º	II-7	II-8
04	Hieda Marie Miyao	1º	II-4	II-5
05	Lígia Fávero Bonesso	1º	II-1	II-2
06	Patrícia Cristiane Rocha Suzzi	1º	I-5	I-6
07	Regiane Cristina Zapateiro de Oliveira	1º	II-6	II-7

	PEDAGOGO	**PADRÃO**	**DE**	**PARA**
01	Alessandra Cordeiro Farinha	1º	II-6	II-7
02	Aparecida Carfi dos Santos Turim	1º	II-7	II-8
03	Aparecida Carfi dos Santos Turim	2º	II-14	II-15
04	Claridina Célia Nunes Pinheiro	1º	II-14	II-15
05	Claudia Luciane da Cunha	1º	II-5	II-6
06	Débora Aparecida Cardoso Ribeiro	1º	II-6	II-7
07	Denise Nicoletti	1º	II-1	II-2
08	Eliana Cristina Tardelli Dalossi	1º	II-7	II-8
09	Elizabeth Aparecida Belchior Fregolão	2º	II-2	II-3
10	Jane Teresa Nobile Miguel	1º	II-2	II-3
11	Maria Margarida Swenson Pereira Fonseca	1º	II-6	II-7
12	Maria Rosa Nicoletti Ribeiro	1º	II-2	II-3
13	Marluce Resende Ferreira	1º	II-6	II-7
14	Roseli de Fátima Ferreira Coáglio	2º	II-5	II-6

	EDUCADOR INFANTIL	**PADRÃO**	**DE**	**PARA**
01	Cláudia Regina Subirá	1º	V-6	V-7
02	Cleonice dos Santos Reginato	1º	V-6	V-7
03	Ionete Ferraz Araújo Madóglio	1º	V-6	V-7
04	Isabel de Fátima Miguel Farinha	1º	V-7	V-8
05	Maria Aparecida F.M. Colaço	1º	V-2	V-3
06	Maria Lúcia Canário Nillo	1º	II-7	II-8
07	Silvia Renata Carvalho Campos	1º	V-6	V-7

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam seus efeitos retroagidos a partir do dia 1º de outubro de 2017.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 18 de outubro de 2017.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Pablo Antunes Chagas Alberto
Código Identificador:31154578

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017 PREGÃO (PRESENCIAL) N° 24/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1373/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017
PREGÃO (PRESENCIAL) N° 26/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 821/2017

Aos 13 dias do mês de abril do ano de 2017, no **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **LUIZ CLAUDIO COSTA**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG Nº 1.004.706-4 SSP/PR e do CPF/MF Nº 185.717.199-34, residente e domiciliado em Balsa Nova - PR, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE** neste ato representada pela **Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente** a Senhora **JUCÉLIA LEAL FERREIRA** inscrita no CPF/MF sob Nº 031.893.169-96, **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** neste ato representadas pelo **Secretário Municipal de Administração** o Senhor **ADILSON PORTELA FRANCO,** inscrito no CPF/MF sob o Nº 459.801.959-04, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, as empresas **IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA**., **inscrita no CNPJ sob Nº 03.805.667/0001-50**, com sede a Rua João Bettega, 687 - CEP: 81070-000 - Bairro: Portão, Balsa Nova – PR, neste ato representada por **TERCIO GUSTAVO SENFF**, **inscrito no CPF/MF sob Nº 064.038.449-89** e **L.D.C. MELO COMERCIAL E ASSESSORIA EIRELI - ME**., **inscrita no CNPJ sob Nº 21.082.826/0001-17**, com sede a Avenida Brasil, 1622 - CEP: 83650-000 - Bairro: Moradias Puruna, Balsa Nova – PR, neste ato representada por **SIDNEI LUIZ MELO**, **inscrito no CPF/MF sob Nº 635.649.559-68**, doravante denominada **CONTRATADA**, por esta e melhor forma de direito, nos termos das Leis Federais Nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto Municipal Nº 07, de 16 de março de 2009, Decreto Federal 7.892, de 23 de janeiro

de 2013 e demais normas em vigor que regem a espécie, em respeito às decisões constantes do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 821/2017**, que trata de licitação pública na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL** sob o **Nº 26/2017**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal Nº. 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para o **"Fornecimento de pneus para a frota municipal de veículos"**, abaixo especificados:
IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA.:

Lote	Item	Cód. Prod.	Descrição do produto	Marca Prod.	Unid. Med.	Qtd.	Preço Unit.
1	1	3760	**Pneu** - Pneu novo 12.4/24 10 lonas com capacidade de carga para 1.610 kg, diâmetro externo de no mínimo 1.152 mm e profundidade de sulcos para no mínimo 34,9 mm certificação do instituto brasileiro de meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 anos, possuir selo do Inmetro.	Goodyear	UN	2	1.370,00
1	2	3760	**Pneu** - Pneu novo 600x16 06 lonas, capacidade de carga para 570 kg, diâmetro externo de no mínimo 739 mm e profundidade de sulcos de no mínimo 9,6 mm certificação do instituto brasileiro de meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 anos, possuir selo do Inmetro.	Goodyear	UN	2	440,00
1	3	3760	**Pneu** - Pneu novo 5.60/15 diagonal com câmara, para uso agrícola com alta resistência nas laterais e capacidade de carga elevada, seu desenho da banda de rodagem tipo militar tem com benefício ótima tração e estabilidade em qualquer tipo de terreno, indicado para rodas de tração, implementos, plantadeiras certificação do instituto brasileiro de meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 anos, possuir selo do Inmetro.	Firestone	UN	4	270,00
1	4	5034	**Pneu 165/70 r-14** - Pneu novo dianteiro/traseiro para automóvel hatch leve, on/off-road (uso misto), radial, com profundidade de sulcos de no mínimo 7,6mm e largura da de seção de no mínimo 178mm; com índices de carga e velocidade mínimos conforme solicitado (ou superiores) e compatíveis com o veículo automotor de primeira linha e qualidade; deverá ser constituído de uma mistura de borracha natural e elastômero; ter resistência mecânica às variações de temperatura, durabilidade e desempenho; ter gravado no flanco lateral externo do pneu informações como o nome e/ou logotipo do fabricante, local e data de fabricação; possuir selo do Inmetro; indicadores de carga e velocidade, e quaisquer outros que se fazem necessários pela legislação pertinente vigente para sua comercialização; prazo de fabricação igual ou inferior a 6 (seis) meses; certificação do instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 (cinco) anos.	Goodyear	UN	16	320,00
1	8	5036	**Pneu 295/80 r-22.5** - Pneus novos de primeira qualidade, constituído com uma mistura de borracha natural e de elastômetro (borracha sintética). Deverá ter resistência mecânica as variações de temperatura, durabilidade e desempenho, os mesmos deverão conter o selo do Inmetro; ter gravado na parede lateral externa o nome ou logotipo do fabricante e local de fabricação; indicador de carga e velocidade compatível com o veículo deverá estar gravado na parede lateral externa do pneu; e quaisquer outros que se fazem necessários pela legislação pertinente vigente para sua comercialização; prazo de fabricação igual ou inferior a 6 (seis) meses; certificação do instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 (cinco) anos. Pneu 295/80r 22.5 16 lonas liso com profundidade de sulcos de no mínimo de 14,2mm e diâmetro externo de no mínimo 1.044mm.	Pirelli	UN	6	1.705,00
1	9	2445	**Pneu agrícola** - Pneu novo 14.09/28 08 lonas com capacidade de carga para 1.880 kg com profundidade de sulcos de no mínimo 38 mm e diâmetro externo de no mínimo 1.362mm certificação do instituto brasileiro de meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 anos , possuir selo do Inmetro.	Goodyear	UN	2	2.150,00
1	10	4982	**Pneu de trator 18.4-30** - Pneu novo 18.4-30, para trator, 12 lonas, índice de carga 3.180 km com profundidade do sulco de no mínimo 40 mm e com diâmetro externo de no mínimo 1.536 mm certificação do instituto brasileiro de meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 anos , possuir selo do Inmetro.	Goodyear	UN	2	2.950,00
1	11	43	**Pneu tipo 7.50/16 tri raiado (mínimo) 12 lonas tt** - Pneu novo 7.50/16 12 lonas com capacidade de carga para de no mínimo de 1.450 kg e velocidade "j" (100 km/h) com profundidade de sulcos de no mínimo de 11,2 mm com diâmetro externo de no mínimo de 806 mm certificação do instituto brasileiro de meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 anos , possuir selo do Inmetro.	Goodyear	UN	2	535,0

L.D.C. MELO COMERCIAL E ASSESSORIA EIRELI - ME.:

Lote	Item	Cód. Prod.	Descrição do produto	Marca Prod.	Unid. Med.	Qtd.	Preço Unit.
1	5	5111	**Pneu 175/70 r14 84t radial** - Pneu novo 175/70 r 14 84 t radial, com profundidade de sulcos de no mínimo 7,6 mm e com largura da de seção de no mínimo 176 mm certificação do instituto brasileiro de meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 anos , possuir selo do Inmetro.	Dunlop	UN	4	297,00
1	6	5035	**Pneu 185/65 r-15** - Pneu novo dianteiro/traseiro para automóvel hatch leve, on/off-road (uso misto), radial, com profundidade de sulcos de no mínimo 8,1mm e largura da de seção de no mínimo 189mm; com índices de carga e velocidade mínimos conforme solicitado (ou superiores) e compatíveis com o veículo automotor de primeira linha e qualidade; deverá ser constituído de uma mistura de borracha natural e elastômero; ter resistência mecânica às variações de temperatura, durabilidade e desempenho; ter gravado no flanco lateral externo do pneu informações como o nome e/ou logotipo do fabricante, local e data de fabricação; possuir selo do Inmetro; indicadores de carga e velocidade, e quaisquer outros que se fazem necessários pela legislação pertinente vigente para sua comercialização; prazo de fabricação igual ou inferior a 6 (seis) meses; certificação do instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 (cinco) anos.	Dunlop	UN	10	387,00
1	7	4985	**Pneu 185/70 r 14** - Pneus novos de primeira qualidade, constituído com uma mistura de borracha natural e de elastômetro (borracha sintética). Deverá ter resistência mecânica às variações de temperatura, durabilidade e desempenho, os mesmos deverão conter o selo do Inmetro; ter gravado na parede lateral externa o nome ou logotipo do fabricante e local de fabricação; indicador de carga e velocidade compatível com o veículo deverá estar gravado na parede lateral externa do pneu; e quaisquer outros que se fazem necessários pela legislação pertinente vigente para sua comercialização; prazo de fabricação igual ou inferior a 6 (seis) meses; certificação do instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 (cinco) anos. Suportar carga de no máximo 560 kg (quinhentos e sessenta quilogramas) e velocidade de no máximo 190 km/h, pneu 185/70 r 14 88t radial, com profundidade de sulcos de no mínimo 7,7 mm e com largura de secção de no mínimo 189 mm. Garantia mínima de 5 (cinco) anos; indicar na parede lateral externa a data de fabricação.	Dunlop	UN	24	332,00

CLAUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A presente Ata de Registro de Preços terá **a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua primeira publicação.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Balsa Nova - PR não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial Nº 26/2017, que precedeu a integra do presente instrumento de compromisso, independentemente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO
a) O **pagamento pelo fornecimento do produto será efetuado em até 15 (quinze) dias**, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura, de acordo com a quantidade entregue/executada, através de depósito bancário em conta corrente própria em nome da empresa a ser contratada. Se esta estiver incorreta, prevalecerá a data da entrega definitiva; para efeito de contagem de prazo, o que ocorrer por último.

b) A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos devidamente atestada pela Secretaria Municipal competente, por intermédio da Comissão de Recebimento de Bens e Serviços, ou, excepcionalmente, por pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada de requerimento solicitando o pagamento.
c) A nota fiscal, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde deverão constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

Para os produtos a serem fornecidos as demais Secretarias Municipais	Para os produtos a serem fornecidos ao Fundo Municipal de Saúde
MUNICÍPIO DE BALSA NOVA AV. BRASIL, 665 - BALSA NOVA. – PR. CNPJ – 76.105.527/0001-42 – INSCRIÇÃO ESTADUAL – ISENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/MUNICÍPIO DE BALSA NOVA AV. BRASIL, 665 - BALSA NOVA. – PR. CNPJ – 10.505.599/0001-79 – INSCRIÇÃO ESTADUAL – ISENTO

d) O Município em hipótese alguma efetuará o pagamento de reajuste, correção monetária, ou encargos financeiros, correspondentes ao atraso na apresentação da nota fiscal/fatura correta.
e) Caso se constate irregularidade na nota fiscal/fatura apresentada, o Município, a seu exclusivo critério, poderá devolvê-la a proponente, para as devidas correções, ou aceitá-la, glosando a parte que julgar indevida. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento às condições contratuais.
CLAUSULA QUARTA – DA ENTREGA E DO PRAZO
a) O **prazo de entrega dos objetos contratados será de até 05 dias úteis contados da data de recebimento das notas de empenho;**
b) Os produtos deverão ser entregues nos locais a serem indicados pela Secretaria Municipal competente no horário compreendido das 09:00h às 11:00h e das 13:30h às 16:00h somente em dias de expediente municipal;
c) Não serão aceitas entregas fora dos horários e locais específicos;
d) Os produtos serão conferidos no ato da entrega, caso o contratado não aguarde a conferência dos mesmos e sejam constatadas irregularidades estes produtos serão devolvidos ao mesmo e todas as custas com transporte ocorrerão por conta da contratada, além das demais penalidades decorrentes pelo não cumprimento das condições estabelecidas neste edital;
e) Os custos de transporte e mão de obra para descarregar os produtos são de total responsabilidade da contratada;
f) Caso o produto fornecido necessite de instalação, esta ocorrerá por conta da contratada a qual deverão providenciar a instalação do mesmo nos locais a serem indicados.

Condições específicas:
a) Somente serão aceitos o fornecimento somente de produto novo, não recondicionado e seguindo especificações originais do fabricante;
b) Todo o produto entregue deverá estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado na Proposta, bem como com o que foi solicitado na Licitação;
c) A nota fiscal apresentada pela contratada, deverá estar acompanhada de recibos preenchidos com data, assinatura e carimbo da pessoa responsável pela instituição e carimbo da instituição. Na falta de quaisquer destes dados, que comprovem a entrega do produto, a Nota Fiscal não terá efeito para pagamento e será devolvido à contratada;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Do Município:
a) Atestar nas Notas Fiscais/Faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;
b) Aplicar à Detentora da Ata penalidades ou sanções, quando for o caso;
c) Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do empenho;
d) Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
e) Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Da Detentora da Ata:
a) Serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo

empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.
b) A **CONTRATADA** assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.
c) Deverá a **CONTRATADA** manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.
d) A **CONTRATADA** será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.
e) Deverão ser prestados pela **CONTRATADA**, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
f) No valor registrado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o produto.
CLÁUSULA SEXTA– DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
a) O fornecimento será parcelada por um período de 12 (doze) meses, conforme solicitação do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.
b) O fornecimento ocorrerá de acordo com o especificado no Termo de Referência previsto no item 2 do Edital.
c) O fornecimento deverá ser procedido nas quantidades, prazos e horários determinados pela **CONTRATANTE** e correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas relativas a transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução/fornecimento do objeto da presente licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES
O atraso injustificado na entrega do objeto contratado implica no pagamento de multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, isentando em consequência a **CONTRATANTE** de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A inexecução parcial do ajuste implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inexecutada.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A inexecução total do ajuste implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato.
CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Considerado o prazo de validade estabelecido na Cláusula Segunda, da presente Ata, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial Nº 26/2017, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico financeiro da avença.
CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:
a) A Detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
b) A Detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) A Detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;
d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;
e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
f) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;
PARÁGRAFO SEGUNDO - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por publicação junto a imprensa oficial eletrônica municipal e por correspondência eletrônica e se necessário via postal com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A Detentora poderá requerer o cancelamento da ata, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal N° 8.666/93 e alterações posteriores
PARÁGRAFO QUARTO - A solicitação da Detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.
CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PARÁGRAFO PRIMEIRO - As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta licitação ocorrerá à conta dos recursos consignados no orçamento do Poder Executivo do Município de Balsa Nova - PR, por programa, projeto, fonte de recursos e elemento de despesa para este exercício e o exercício seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador da Despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO:
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento definitivo ou Provisório não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade civil previstas pela legislação pelo fornecimento dos produtos objeto deste contrato.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES
PARÁGRAFO PRIMEIRO - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial Nº 26/2017 e as propostas da **CONTRATADA classificadas em 1º lugar** no certame supra numerado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO
PARÁGRAFO PRIMEIRO As partes elegem o Foro Regional de Campo Largo - PR, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Contratante:
Município de Balsa Nova/PR
LUIZ CLÁUDIO COSTA

Contratante:
Sec. Mun. Agri. Meio Amb.
JUCÉLIA LEAL FERREIRA

Contratante:
Sec. Mun. Administração
Sec. Mun. Ass. Social
ADILSON PORTELA FRANCO

Contratada:
IGF Comercio de Pneus LTDA
TERCIO GUSTAVO SENFF

Contratada:
L.D.C. Melo Com. e Assessoria
SIDNEI LUIZ MELO

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:D2435460

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017 PREGÃO (PRESENCIAL) N° 25/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 259/2017

Aos 12 dias do mês de abril do ano de 2017, no **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **LUIZ CLAUDIO COSTA**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG Nº 1.004.706-4 SSP/PR e do CPF/MF Nº 185.717.199-34, residente e domiciliado em Balsa Nova - PR, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,** inscrito no CNPJ sob N° 10.505.599/0001-79, neste ato representado pelo **Secretário Municipal de Saúde** o Senhor **FABRICIO FAGIOLI BUBNIAK** inscrito no CPF/MF sob Nº 964.676.819-91, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **CENTRAL DE ESTERILIZAÇÃO TRANSPORTE E COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI - ME**., **inscrita no CNPJ sob Nº 04.076.301/0001-50**, com sede a Rua Luiz Rivabem, 957 - CEP: 83605-230 - Bairro: Vila Rivabem, Campo Largo – PR, neste ato representada por **CLAUDIO JOSE CONRADO DOS SANTOS**, **inscrito no CPF/MF sob Nº 043.520.209-07**, doravante denominada **CONTRATADA**, por esta e melhor forma de direito, nos termos das Leis Federais Nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto Municipal Nº 07, de 16 de março de 2009, Decreto Federal 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e demais normas em vigor que regem a espécie, em respeito às decisões constantes do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 259/2017**, que trata de licitação pública na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL** sob o **Nº 25/2017**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal Nº. 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para a **"Prestação de serviços de esterilização de produtos médicos"**, abaixo especificados:

Lote	Item	Cód. Prod.	Descrição do serviço	Unid. Med.	Qtd.	Preço Unit.
1	1	5033	**Prestação de serviços de esterilização de produtos médicos** - Compressa de gaze 10 unidades, densidade de 13 fios por cm², 100% algodão.	SRV	4.000	2,60
1	2	5033	**Prestação de serviços de esterilização de produtos médicos** - Chumaço P, curativo cirúrgico estéril, manta 100% algodão envolto de tecido de gaze.	SRV	100	2,73
1	3	5033	**Prestação de serviços de esterilização de produtos médicos** - Compressa de gaze 20 unidades., densidade de 13 fios por cm², 100% algodão.	SRV	2.000	3,15
1	4	5033	**Prestação de serviços de esterilização de produtos médicos** - Chumaço M, curativo cirúrgico estéril, manta 100% algodão envolto de tecido de gaze.	SRV	3.000	3,68
1	5	5033	**Prestação de serviços de esterilização de produtos médicos** - Ponta de cautério, em aço inox.	SRV	200	4,90
1	6	5033	**Prestação de serviços de esterilização de produtos** médicos - Chumaço G, curativo cirúrgico estéril, manta 100% algodão envolto em tecido de gaze.	SRV	2.000	6,02
1	7	5033	**Prestação de serviços de esterilização de produtos médicos** - Kit curativo, composto por 1 pinça anatômica, 1 pinça dente de rato, 1 pinça kocher ou kelly, 1 tesoura, 1 cuba rim.	SRV	300	10,00
1	8	5033	**Prestação de serviços de esterilização de produtos médicos** - Ablação, cateter usado na ablação.	SRV	300	10,00
1	9	5033	**Prestação de serviços de esterilização de produtos médicos** - Látex, tubo cirúrgico (garrote).	SRV	500	13,00
1	10	5033	**Prestação de serviços de esterilização de produtos médicos** - Fio guia, composto por mandil, botão, parafuso de regulagem.	SRV	15	14,00
1	11	5033	**Prestação de serviços de esterilização de produtos médicos** - Kit sutura, composto por 1 pinça dente de rato, 1 tesoura íris, 1 porta agulha mayo.	SRV	400	21,00
1	12	5033	**Prestação de serviços de esterilização de produtos médicos** - Kit pequena cirurgia, 1 cabo de bisturi, 1 pinça adson, 1 pinça mosquito, 1 pinça pean, 1 porta agulhas mayo, 1 estojo de inox.	SRV	500	21,00
1	13	5033	**Prestação de serviços de esterilização de produtos médicos - Ambu infantil, 1 reanimador manual em silicone, 1 máscara facial, 1 kit reservatório.**	SRV	10	21,00
1	14	5033	**Prestação de serviços de esterilização de produtos médicos - Cateterismo vesical, composto por cuba rim, cúpula, pinça cheron, campo frestrato, compressas.**	SRV	120	23,00
1	15	5033	**Prestação de serviços de esterilização de produtos médicos - Ambu adulto, 1 reanimador manual em silicone, 1 máscara facial, 1 kit reservatório.**	SRV	15	27,00
1	16	5033	**Prestação de serviços de esterilização de produtos médicos - Circuito respirador, composto por tubos, traqueias, dreno, coletor, adaptador e coletor.**	SRV	3	68,00

CLAUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A presente Ata de Registro de Preços terá **a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua primeira publicação.**

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Balsa Nova - PR não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial Nº 25/2017, que precedeu a integra do presente instrumento de compromisso, independentemente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

a) O **pagamento pela prestação dos serviços será efetuado em até 15 (quinze) dias**, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura, de acordo com a quantidade
entregue/executada, através de depósito bancário em conta corrente própria em nome da empresa a ser contratada. Se esta estiver incorreta, prevalecerá a data da entrega definitiva; para efeito de contagem de prazo, o que ocorrer por último.

b) A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos devidamente atestada pela Secretaria Municipal competente, por intermédio da Comissão de Recebimento de Bens e Serviços, ou, excepcionalmente, por pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada de requerimento solicitando o pagamento.

c) A nota fiscal, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde deverão constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

Para os produtos a serem fornecidos as demais Secretarias Municipais	Para os produtos a serem fornecidos ao Fundo Municipal de Saúde
MUNICÍPIO DE BALSA NOVA AV. BRASIL, 665 - BALSA NOVA. – PR. CNPJ – 76.105.527/0001-42 – INSCRIÇÃO ESTADUAL – ISENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/MUNICÍPIO DE BALSA NOVA AV. BRASIL, 665 - BALSA NOVA. – PR. CNPJ – 10.505.599/0001-79 – INSCRIÇÃO ESTADUAL – ISENTO

d) O Município em hipótese alguma efetuará o pagamento de reajuste, correção monetária, ou encargos financeiros, correspondentes ao atraso na apresentação da nota fiscal/fatura correta.
e) Caso se constate irregularidade na nota fiscal/fatura apresentada, o Município, a seu exclusivo critério, poderá devolvê-la a proponente, para as devidas correções, ou aceitá-la, glosando a parte que julgar indevida. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento às condições contratuais.

CLAUSULA QUARTA – DA ENTREGA E DO PRAZO

a) Os produtos deverão ser retirados pela contratada diretamente dos locais onde se encontrarem**, no prazo máximo de até 24 horas contados da data de recebimento**
das notas de empenho, sendo que os mesmos **deverão ser devolvidos devidamente esterilizados no prazo de até 48 horas contadas da data de sua retirada**, acompanhados de laudo assinado pelo responsável técnico da contratada, atestando que todos os procedimentos necessários foram adotados para a devida esterilização do mesmo seguindo a legislação vigente.
b) Os produtos deverão ser entregues nos mesmos locais onde foram retirados e nos prazos supracitados, sendo que as entregas deverão ocorrer prioritariamente no horário de compreendido das 09:00h às 11:00h e das 13:30h às 16:00h e em dias de expediente municipal, em havendo a necessidade em se efetuar a entrega em horário e ou dia diverso deverá ser previamente informada a Secretaria Municipal de Saúde;
c) Não serão aceitas entregas fora dos horários e locais específicos;
d) Os produtos serão conferidos no ato da entrega, caso o contratado não aguarde a conferência dos mesmos e sejam constatadas irregularidades estes produtos serão devolvidos ao mesmo e todas as custas com transporte ocorrerão por conta da contratada, além das demais penalidades decorrentes pelo não cumprimento das condições estabelecidas neste edital;
e) Os custos de transporte e mão de obra para descarregar os produtos são de total responsabilidade da contratada;
f) Caso o produto fornecido necessite de instalação, esta ocorrerá por conta da contratada a qual deverão providenciar a instalação do mesmo nos locais a serem indicados.

Condições específicas:

a) Todo o produto entregue deverá estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado na Proposta, bem como com o que foi solicitado na Licitação;

b) A nota fiscal apresentada pela contratada, deverá estar acompanhada de recibos preenchidos com data, assinatura e carimbo da pessoa responsável pela instituição e carimbo da instituição. Na falta de quaisquer destes dados, que comprovem a entrega do produto, a Nota Fiscal não terá efeito para pagamento e será devolvido à contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Do Município:

a) Atestar nas Notas Fiscais/Faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;
b) Aplicar à Detentora da Ata penalidades ou sanções, quando for o caso;
c) Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do empenho;
d) Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
e) Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Da Detentora da Ata:

a) Serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.
b) A **CONTRATADA** assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.

c) Deverá a **CONTRATADA** manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.
d) A **CONTRATADA** será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.
e) Deverão ser prestados pela **CONTRATADA**, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
f) No valor registrado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o produto.

CLÁUSULA SEXTA– DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

a) A execução será parcelada por um período de 12 (doze) meses, conforme solicitação do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.
b) A execução ocorrerá de acordo com o especificado no Termo de Referência previsto no item 2 do Edital.
c) A execução deverá ser procedida nas quantidades, prazos e horários determinados pela **CONTRATANTE** e correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas relativas a transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da presente licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na entrega do objeto contratado implica no pagamento de multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, isentando em consequência a **CONTRATANTE** de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A inexecução parcial do ajuste implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inexecutada.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A inexecução total do ajuste implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Considerado o prazo de validade estabelecido na Cláusula Segunda, da presente Ata, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial Nº 25/2017, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico financeiro da avença.
CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:
a) A Detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
b) A Detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
c) A Detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;

d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;
e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
f) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;
PARÁGRAFO SEGUNDO - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por publicação junto a imprensa oficial eletrônica municipal e por correspondência eletrônica e se necessário via postal com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A Detentora poderá requerer o cancelamento da ata, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal N° 8.666/93 e alterações posteriores
PARÁGRAFO QUARTO - A solicitação da Detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.
CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PARÁGRAFO PRIMEIRO - As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta licitação ocorrerá à conta dos recursos consignados no orçamento do Poder Executivo do Município de Balsa Nova - PR, por programa, projeto, fonte de recursos e elemento de despesa para este exercício e o exercício seguinte.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador da Despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO:
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento definitivo ou Provisório não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade civil previstas pela legislação pela execução do serviços objeto deste contrato.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES
PARÁGRAFO PRIMEIRO - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial Nº 25/2017 e a proposta da **CONTRATADA classificada em 1º lugar** no certame supra numerado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO
PARÁGRAFO PRIMEIRO As partes elegem o Foro Regional de Campo Largo - PR, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.
E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Contratante:
Município de Balsa Nova/PR
LUIZ CLÁUDIO COSTA

Contratante:
Fundo Municipal de Saúde
FABRICIO FAGIOLI BUBNIAK

Contratada:
Central de Esterilização Transp. e Com. de Mat. Médico Hospitalar EIRELI - ME
CLAUDIO JOSE CONRADO DOS SANTOS

_____
Testemunha:
CPF:

_____
Testemunha:
CPF:

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:8D7ABB90

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017 PREGÃO (PRESENCIAL) N° 26/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 821/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017
PREGÃO (PRESENCIAL) N° 26/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 821/2017

Aos 13 dias do mês de abril do ano de 2017, no **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **LUIZ CLAUDIO COSTA**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG Nº 1.004.706-4 SSP/PR e do CPF/MF Nº 185.717.199-34, residente e domiciliado em Balsa Nova - PR, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE** neste ato representada pela **Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente** a Senhora **JUCÉLIA LEAL FERREIRA** inscrita no CPF/MF sob Nº 031.893.169-96, **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** neste ato representadas pelo **Secretário Municipal de Administração** o Senhor **ADILSON PORTELA FRANCO,** inscrito no CPF/MF sob o Nº 459.801.959-04, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, as empresas **IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA**., **inscrita no CNPJ sob Nº 03.805.667/0001-50**, com sede a Rua João Bettega, 687 - CEP: 81070-000 - Bairro: Portão, Balsa Nova – PR, neste ato representada por **TERCIO GUSTAVO SENFF**, **inscrito no CPF/MF sob Nº 064.038.449-89** e **L.D.C. MELO COMERCIAL E ASSESSORIA EIRELI - ME**., **inscrita no CNPJ sob Nº 21.082.826/0001-17**, com sede a Avenida Brasil, 1622 - CEP: 83650-000 - Bairro: Moradias Puruna, Balsa Nova – PR, neste ato representada por **SIDNEI LUIZ MELO**, **inscrito no CPF/MF sob Nº 635.649.559-68**, doravante denominada **CONTRATADA**, por esta e melhor forma de direito, nos termos das Leis Federais Nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto Municipal Nº 07, de 16 de março de 2009, Decreto Federal 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e demais normas em vigor que regem a espécie, em respeito às decisões constantes do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 821/2017**, que trata de licitação pública na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL** sob o **Nº 26/2017**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal Nº. 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para o **"Fornecimento de pneus para a frota municipal de veículos"**, abaixo especificados:

IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA.:

Lote	Item	Cód. Prod.	Descrição do produto	Marca Prod.	Unid. Med.	Qtd.	Preço Unit.
1	1	3760	**Pneu** - Pneu novo 12.4/24 10 lonas com capacidade de carga para 1.610 kg, diâmetro externo de no mínimo 1.152 mm e profundidade de sulcos para no mínimo 34,9 mm certificação do instituto brasileiro de meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 anos, possuir selo do Inmetro.	Goodyear	UN	2	1.370,00
1	2	3760	**Pneu** - Pneu novo 600x16 06 lonas, capacidade de carga para 570 kg, diâmetro externo de no mínimo 739 mm e profundidade de sulcos de no mínimo 9,6 mm certificação do instituto brasileiro de meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 anos, possuir selo do Inmetro.	Goodyear	UN	2	440,00
1	3	3760	**Pneu** - Pneu novo 5.60/15 diagonal com câmara, para uso agrícola com alta resistência nas laterais e capacidade de carga elevada, seu desenho da banda de rodagem tipo militar tem com benefício ótima tração e estabilidade em qualquer tipo de terreno, indicado para rodas de tração, implementos, plantadeiras certificação do instituto brasileiro de meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 anos, possuir selo do Inmetro.	Firestone	UN	4	270,00
1	4	5034	**Pneu 165/70 r-14** - Pneu novo dianteiro/traseiro para automóvel hatch leve, on/off-road (uso misto), radial, com profundidade de sulcos de no mínimo 7,6mm e largura da de seção de no mínimo 178mm; com índices de carga e velocidade mínimos conforme solicitado (ou superiores) e compatíveis com o veículo automotor de primeira linha e qualidade; deverá ser constituído de uma mistura de borracha natural e elastômero; ter resistência mecânica às variações de temperatura, durabilidade e desempenho; ter gravado no flanco lateral externo do pneu informações como o nome e/ou logotipo do fabricante, local e data de fabricação; possuir selo do Inmetro; indicadores de carga e velocidade, e quaisquer outros que se fazem necessários pela legislação pertinente vigente para sua comercialização; prazo de fabricação igual ou inferior a 6 (seis) meses; certificação do instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 (cinco) anos.	Goodyear	UN	16	320,00
1	8	5036	**Pneu 295/80 r-22.5** - Pneus novos de primeira qualidade, constituído com uma mistura de borracha natural e de elastômetro (borracha sintética). Deverá ter resistência mecânica as variações de temperatura, durabilidade e desempenho, os mesmos deverão conter o selo do Inmetro; ter gravado na parede lateral externa o nome ou logotipo do fabricante e local de fabricação; indicador de carga e velocidade compatível com o veículo deverá estar gravado na parede lateral externa do pneu; e quaisquer outros que se fazem necessários pela legislação pertinente vigente para sua comercialização; prazo de fabricação igual ou inferior a 6 (seis) meses; certificação do instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 (cinco) anos. Pneu 295/80r 22.5 16 lonas liso com profundidade de sulcos de no mínimo de 14,2mm e diâmetro externo de no mínimo 1.044mm.	Pirelli	UN	6	1.705,00
1	9	2445	**Pneu agrícola** - Pneu novo 14.09/28 08 lonas com capacidade de carga para 1.880 kg com profundidade de sulcos de no mínimo 38 mm e diâmetro externo de no mínimo 1.362mm certificação do instituto brasileiro de meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 anos , possuir selo do Inmetro.	Goodyear	UN	2	2.150,00
1	10	4982	**Pneu de trator 18.4-30** - Pneu novo 18.4-30, para trator, 12 lonas, índice de carga 3.180 km com profundidade do sulco de no mínimo 40 mm e com diâmetro externo de no mínimo 1.536 mm certificação do instituto brasileiro de meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 anos , possuir selo do Inmetro.	Goodyear	UN	2	2.950,00
1	11	43	**Pneu tipo 7.50/16 tri raiado (mínimo) 12 lonas tt** - Pneu novo 7.50/16 12 lonas com capacidade de carga para de no mínimo de 1.450 kg e velocidade "j" (100 km/h) com profundidade de sulcos de no mínimo de 11,2 mm com diâmetro externo de no mínimo de 806 mm certificação do instituto brasileiro de meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 anos , possuir selo do Inmetro.	Goodyear	UN	2	535,00

L.D.C. MELO COMERCIAL E ASSESSORIA EIRELI - ME.:

Lote	Item	Cód. Prod.	Descrição do produto	Marca Prod.	Unid. Med.	Qtd.	Preço Unit.
1	5	5111	**Pneu 175/70 r14 84t radial** - Pneu novo 175/70 r 14 84 t radial, com profundidade de sulcos de no mínimo 7,6 mm e com largura da de seção de no mínimo 176 mm certificação do instituto brasileiro de meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 anos , possuir selo do Inmetro.	Dunlop	UN	4	297,00
1	6	5035	**Pneu 185/65 r-15** - Pneu novo dianteiro/traseiro para automóvel hatch leve, on/off-road (uso misto), radial, com profundidade de sulcos de no mínimo 8,1mm e largura da de seção de no mínimo 189mm; com índices de carga e velocidade mínimos conforme solicitado (ou superiores) e compatíveis com o veículo automotor de primeira linha e qualidade; deverá ser constituído de uma mistura de borracha natural e elastômero; ter resistência mecânica às variações de temperatura, durabilidade e desempenho; ter gravado no flanco lateral externo do pneu informações como o nome e/ou logotipo do fabricante, local e data de fabricação; possuir selo do Inmetro; indicadores de carga e velocidade, e quaisquer outros que se fazem necessários pela legislação pertinente vigente para sua comercialização; prazo de fabricação igual ou inferior a 6 (seis) meses; certificação do instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 (cinco) anos.	Dunlop	UN	10	387,00
1	7	4985	**Pneu 185/70 r 14** - Pneus novos de primeira qualidade, constituído com uma mistura de	Dunlop	UN	24	332,00

			borracha natural e de elastômetro (borracha sintética). Deverá ter resistência mecânica às variações de temperatura, durabilidade e desempenho, os mesmos deverão conter o selo do Inmetro; ter gravado na parede lateral externa o nome ou logotipo do fabricante e local de fabricação; indicador de carga e velocidade compatível com o veículo deverá estar gravado na parede lateral externa do pneu; e quaisquer outros que se fazem necessários pela legislação pertinente vigente para sua comercialização; prazo de fabricação igual ou inferior a 6 (seis) meses; certificação do instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (Ibama); garantia mínima de 5 (cinco) anos. Suportar carga de no máximo 560 kg (quinhentos e sessenta quilogramas) e velocidade de no máximo 190 km/h, pneu 185/70 r 14 88t radial, com profundidade de sulcos de no mínimo 7,7 mm e com largura de secção de no mínimo 189 mm. Garantia mínima de 5 (cinco) anos; indicar na parede lateral externa a data de fabricação.				

CLAUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A presente Ata de Registro de Preços terá **a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua primeira publicação.**

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Balsa Nova - PR não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial Nº 26/2017, que precedeu a integra do presente instrumento de compromisso, independentemente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

a) O **pagamento pelo fornecimento do produto será efetuado em até 15 (quinze) dias**, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura, de acordo com a quantidade entregue/executada, através de depósito bancário em conta corrente própria em nome da empresa a ser contratada. Se esta estiver incorreta, prevalecerá a data da entrega definitiva; para efeito de contagem de prazo, o que ocorrer por último.

b) A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos devidamente atestada pela Secretaria Municipal competente, por intermédio da Comissão de Recebimento de Bens e Serviços, ou, excepcionalmente, por pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada de requerimento solicitando o pagamento.

c) A nota fiscal, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde deverão constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

Para os produtos a serem fornecidos as demais Secretarias Municipais	Para os produtos a serem fornecidos ao Fundo Municipal de Saúde
MUNICÍPIO DE BALSA NOVA AV. BRASIL, 665 - BALSA NOVA. – PR. CNPJ – 76.105.527/0001-42 – INSCRIÇÃO ESTADUAL – ISENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/MUNICÍPIO DE BALSA NOVA AV. BRASIL, 665 - BALSA NOVA. – PR. CNPJ – 10.505.599/0001-79 – INSCRIÇÃO ESTADUAL – ISENTO

d) O Município em hipótese alguma efetuará o pagamento de reajuste, correção monetária, ou encargos financeiros, correspondentes ao atraso na apresentação da nota fiscal/fatura correta.

e) Caso se constate irregularidade na nota fiscal/fatura apresentada, o Município, a seu exclusivo critério, poderá devolvê-la a proponente, para as devidas correções, ou aceitá-la, glosando a parte que julgar indevida. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento às condições contratuais.

CLAUSULA QUARTA – DA ENTREGA E DO PRAZO

a) O **prazo de entrega dos objetos contratados será de até 05 dias úteis contados da data de recebimento das notas de empenho;**

b) Os produtos deverão ser entregues nos locais a serem indicados pela Secretaria Municipal competente no horário compreendido das 09:00h às 11:00h e das 13:30h às 16:00h somente em dias de expediente municipal;

c) Não serão aceitas entregas fora dos horários e locais específicos;

d) Os produtos serão conferidos no ato da entrega, caso o contratado não aguarde a conferência dos mesmos e sejam constatadas irregularidades estes produtos serão devolvidos ao mesmo e todas as custas com transporte ocorrerão por conta da contratada, além das demais penalidades decorrentes pelo não cumprimento das condições estabelecidas neste edital;

e) Os custos de transporte e mão de obra para descarregar os produtos são de total responsabilidade da contratada;

f) Caso o produto fornecido necessite de instalação, esta ocorrerá por conta da contratada a qual deverão providenciar a instalação do mesmo nos locais a serem indicados.

Condições específicas:

a) Somente serão aceitos o fornecimento somente de produto novo, não recondicionado e seguindo especificações originais do fabricante;

b) Todo o produto entregue deverá estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado na Proposta, bem como com o que foi solicitado na Licitação;

c) A nota fiscal apresentada pela contratada, deverá estar acompanhada de recibos preenchidos com data, assinatura e carimbo da pessoa responsável pela instituição e carimbo da instituição. Na falta de quaisquer destes dados, que comprovem a entrega do produto, a Nota Fiscal não terá efeito para pagamento e será devolvido à contratada;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Do Município:

a) Atestar nas Notas Fiscais/Faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;

b) Aplicar à Detentora da Ata penalidades ou sanções, quando for o caso;

c) Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do empenho;

d) Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

e) Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Da Detentora da Ata:

a) Serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo

empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

b) A **CONTRATADA** assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.

c) Deverá a **CONTRATADA** manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.
d) A **CONTRATADA** será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.
e) Deverão ser prestados pela **CONTRATADA**, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
f) No valor registrado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o produto.

CLÁUSULA SEXTA– DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

a) O fornecimento será parcelada por um período de 12 (doze) meses, conforme solicitação do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.
b) O fornecimento ocorrerá de acordo com o especificado no Termo de Referência previsto no item 2 do Edital.
c) O fornecimento deverá ser procedido nas quantidades, prazos e horários determinados pela **CONTRATANTE** e correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas relativas a transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução/fornecimento do objeto da presente licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na entrega do objeto contratado implica no pagamento de multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, isentando em consequência a **CONTRATANTE** de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A inexecução parcial do ajuste implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inexecutada.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A inexecução total do ajuste implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Considerado o prazo de validade estabelecido na Cláusula Segunda, da presente Ata, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial Nº 26/2017, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico financeiro da avença.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:
a) A Detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
b) A Detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) A Detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;
d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;
e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
f) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;
PARÁGRAFO SEGUNDO - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por publicação junto a imprensa oficial eletrônica municipal e por correspondência eletrônica e se necessário via postal com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A Detentora poderá requerer o cancelamento da ata, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal N° 8.666/93 e alterações posteriores
PARÁGRAFO QUARTO - A solicitação da Detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta licitação ocorrerá à conta dos recursos consignados no orçamento do Poder Executivo do Município de Balsa Nova - PR, por programa, projeto, fonte de recursos e elemento de despesa para este exercício e o exercício seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador da Despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento definitivo ou Provisório não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade civil previstas pela legislação pelo fornecimento dos produtos objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial Nº 26/2017 e as propostas da **CONTRATADA classificadas em 1º lugar** no certame supra numerado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO As partes elegem o Foro Regional de Campo Largo - PR, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Contratante:
Município de Balsa Nova/PR
LUIZ CLÁUDIO COSTA

Contratante:
Sec. Mun. Agri. Meio Amb.
JUCÉLIA LEAL FERREIRA

Contratante:
Sec. Mun. Administração
Sec. Mun. Ass. Social
ADILSON PORTELA FRANCO

Contratada:
IGF Comercio de Pneus LTDA
TERCIO GUSTAVO SENFF

Contratada:
L.D.C.Melo Com. e Assessoria
SIDNEI LUIZ MELO

_____
Testemunha:
CPF:

_____
Testemunha:
CPF

Publicado por:
Joice Daiana Bora
Código Identificador:B7A36EEB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, EDENILSON APARECIDO MILIOSSI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação neste termos:

a) Licitação Nrº : Pregão Presencial para registro de Preços 76/2017
b) Objeto Homologado : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES.

FORNECEDOR: MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - CNPJ: 21.484.336/0001-47

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	MEDICAMENTO ETINICOS		UNID	1	60.000,00	60.000,00
1	2	MEDICAMENTOS GENÉRICOS		UNID	1	200.000,00	200.000,00
1	3	MEDICAMENTOS SIMILAR		UNID	1	115.000,00	115.000,00
2	1	MEDICAMENTO ETINICOS		UNID	1	20.000,00	20.000,00
2	2	MEDICAMENTOS GENÉRICOS		UNID	1	70.000,00	70.000,00
2	3	MEDICAMENTOS SIMILAR		UNID	1	35.000,00	35.000,00
Valor Total do Fornecedor: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).							

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

Barbosa Ferraz, 18 de outubro de 2017.

Documento assinado no original pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal EDENILSON APARECIDO MILIOSSI.

Publicado por:
Aline da Rosa Croti
Código Identificador:D46AC2BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
CONTRATO

Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba - 2017
Contratos itens, aditivos

Sequência: 17		Contrato: 000001-1/2017	SIM-AM:	Tipo de ato: Contrato
Inicio vigência	Final vigência	Inicio execução	Final execução	Fornecedor
17/10/2017	17/10/2017	17/10/2017	16/10/2018	66-3 ADEMIR AIRTON STEINKE
Gestor			Inicio exec.gestor	Fim exec.gestor
281 - VALDEMAR PERICO			17/10/2017	16/10/2018
Local		Licitação		
1 CAMARA MUNICIPAL		Pregão - 159 000002/2017		

Itens:

Lote	Item	Produto	Solicitação	UN	Quatidade	Valor	Valor Total	Tp Controle
001	001	PROJETOR COM SUPORTE DE TETO	2/2017	UN	1,00	3.550,00	3.550,00	Q
001	002	TELA DE PROJEÇÃO RETRATIL	2/2017	UN	1,00	580,00	580,00	Q

TOTAL DO CONTRATO	
Valor original do contrato:	4.130,00
(*) Valor atualizado do contrato:	4.130,00
(*) (Valor original + Valor dos aditivos) * Limite admissível (%)	
TOTAL GERAL	
Valor original do contrato:	4.130,00
(*) Valor atualizado do contrato:	4.130,00
(*) (Valor original + Valor dos aditivos) * Limite admissível (%)	
Critérios de seleção:	
- Sequência do contrato: 17	
- Imprimir itens	
- Imprimir aditivo	
- Imprimir itens do aditivo	

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:725BE7BE

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
CONTRATO

Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba - 2017
Contratos itens, aditivos

Sequência: 18		Contrato: 000002-1/2017	SIM-AM: 2	Tipo de ato: Contrato
Inicio vigência	Final vigência	Inicio execução	Final execução	Fornecedor
17/10/2017	16/10/2018	17/10/2017	16/10/2018	22-1 NELCI BULAU CAMPRA
Gestor			Inicio exec. gestor	Fim exec. gestor
281 - VALDEMAR PERICO			17/10/2017	16/10/2018
Local		Licitação		
1 CAMARA MUNICIPAL		Pregão - 159 000001/2017		

Itens:

Lote	Item	Produto	Solicitação	UN	Quatidade	Valor	Valor Total	Tp Controle
001	004	balde plástico s/ tampa c/ alça cap. 10 lts	3/2017	UN	4,00	8,75	35,00	Q
001	005	Cesta (lixeira grande) fechado em plástico	3/2017	UN	2,00	32,47	64,94	Q
001	006	Cesta (lixeira pequena) fechado em plástico	3/2017	UN	6,00	17,75	106,50	Q
001	026	Pano de chão extra grande para limpeza pesada	3/2017	UN	12,00	10,59	127,08	Q
001	027	Pano de louça gigante 67cm x 90 cm com barra	3/2017	UN	12,00	8,19	98,28	Q
001	039	saco de lixo resistente 30 lts/6 kg pacote com 40	3/2017	RL	24,00	7,38	177,12	Q
001	040	saco de lixo resistente 50 lts/ 10 kg pacote com 40	3/2017	RL	5,00	7,40	37,00	Q
001	042	Toalha de rosto 40 cm x 60cm 100% algodão	3/2017	UN	10,00	7,79	77,90	Q
001	050	garrafa termica inox 1,8 Litro	3/2017	UN	2,00	84,50	169,00	Q

TOTAL DO CONTRATO	
Valor original do contrato:	892,82
(*) Valor atualizado do contrato:	892,82
(*) (Valor original + Valor dos aditivos) * Limite admissível (%)	
TOTAL GERAL	
Valor original do contrato:	892,82
(*) Valor atualizado do contrato:	892,82
(*) (Valor original + Valor dos aditivos) * Limite admissível (%)	
Critérios de seleção:	
- Sequência do contrato: 18	
- Imprimir itens	
- Imprimir aditivo	
- Imprimir itens do aditivo	

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:42D4D2D9

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
CONTRATO

Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba - 2017
Contratos itens, aditivos

Sequência: 19		Contrato: 000003-1/2017	SIM-AM: 3	Tipo de ato: Contrato
Inicio vigência	Final vigência	Inicio execução	Final execução	Fornecedor
17/10/2017	16/10/2018	17/10/2017	16/10/2018	143-1 GSC SUPERMERCADO LTDA

Gestor				Inicio exec.gestor	Fim exec.gestor			
Local			Licitação					
1 CAMARA MUNICIPAL			Pregão - 159 000001/2017					
Itens:								
Lote	Item	Produto	Solicitação	UN	Quatidade	Valor	Valor Total	Tp Controle
001	002	álcool em gel 480 grs/ 500 ml	3/2017	UN	24,00	5,15	123,60	Q
001	007	Chá para chimarrão	3/2017	UN	150,00	0,88	132,00	Q
001	011	desodorizador de ambiente aerosol 400 ml	3/2017	UN	50,00	9,50	475,00	Q
001	013	erva mate 1 kg (CHIMARRÃO)	3/2017	PCT	50,00	10,78	539,00	Q
001	017	Filtro para bomba de chimarrão pcte com 2 uind	3/2017	UN	20,00	1,38	27,60	Q
001	022	Limpa vidros 500 ml	3/2017	UN	12,00	8,50	102,00	Q
001	023	limpador multiuso 500 ml	3/2017	UN	25,00	4,70	117,50	Q
001	025	Pá de lixo em plástico com cabo longo 80 cm	3/2017	UN	2,00	8,78	17,56	Q
001	030	Pedra sanitária	3/2017	UN	100,00	1,96	196,00	Q
001	031	Prendedor de roupa em madeira C/12 UNID	3/2017	UN	4,00	2,08	8,32	Q
001	032	removedor liquido 2 litros (para banheiro e	3/2017	UN	24,00	9,29	222,96	Q
001	035	sabão em barra neutro 500 grs	3/2017	UN	15,00	5,99	89,85	Q
001	037	sabonete liquido aromatizado concentrado 5 lts	3/2017	GL	4,00	54,98	219,92	Q
001	041	saponáceo cremoso 300grs und	3/2017	UN	12,00	4,75	57,00	Q
001	044	Vassoura de palha 40 cm cabo resistente	3/2017	UN	6,00	15,90	95,40	Q
001	047	Filtros de papel com 30 unid	3/2017	UN	24,00	3,50	84,00	Q
001	052	Lustra Móveis	3/2017	UN	12,00	4,90	58,80	Q
001	055	Açucar pacote 02 kgs	3/2017	UN	24,00	5,90	141,60	Q
TOTAL DO CONTRATO								
Valor original do contrato:								2.708,11
(*) Valor atualizado do contrato:								2.708,11
(*) (Valor original + Valor dos aditivos) * Limite admissível (%)								
TOTAL GERAL								
Valor original do contrato:								2.708,11
(*) Valor atualizado do contrato:								2.708,11
(*) (Valor original + Valor dos aditivos) * Limite admissível (%)								
Critérios de seleção:								
- Sequência do contrato: 19								
- Imprimir itens								
- Imprimir aditivo								
- Imprimir itens do aditivo								

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:9237556B

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
CONTRATO

Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba - 2017
Contratos itens, aditivos

Sequência: 20		Contrato: 000004-1/2017		SIM-AM: 4		Tipo de ato: Contrato		
Inicio vigência	Final vigência	Inicio execução		Final execução		Fornecedor		
17/10/2017	16/10/2018	17/10/2017		16/10/2018		146-5 GILMAR S. DE CASTRO EIRELI - EPP		
Gestor				Inicio exec.gestor		Fim exec.gestor		
281 – VALDEMAR PERICO				17/10/2017		16/10/2018		
Local		Licitação						
1 CAMARA MUNICIPAL		Pregão - 159 000001/2017						
Itens:								
Lote	Item	Produto	Solicitação	UN	Quatidade	Valor	Valor Total	Tp Controle
001	001	água sanitária (cloro Ativo)	3/2017	LTS	50,00	2,98	149,00	Q
001	008	copo desc. 180 ml c/ 100 und	3/2017	PCT	120,00	3,85	462,00	Q
001	009	copo desc. 50 ml c/ 100 und	3/2017	PCT	60,00	2,99	179,40	Q
001	010	desinfetante sanitário aromatizado 2 lts	3/2017	UN	50,00	6,30	315,00	Q
001	012	detergente liquido 500 ml unid	3/2017	UN	60,00	1,90	114,00	Q
001	014	escova em plástico e nylon	3/2017	UN	2,00	3,65	7,30	Q
001	015	Escova Sanitária Bola com Suporte	3/2017	UN	2,00	10,60	21,20	Q
001	016	Esponja dupla face (fibra/espuma)	3/2017	UN	50,00	2,25	112,50	Q
001	018	fósforo (embalagem c/ 10 caixa de 40 palitos)	3/2017	PCT	10,00	3,25	32,50	Q
001	019	inseticida para moscas, baratas e formigas aerosol	3/2017	UN	5,00	11,70	58,50	Q
001	020	Isqueiro grande	3/2017	UN	5,00	4,25	21,25	Q
001	024	luva de borracha tam. Grande	3/2017	UN	6,00	6,40	38,40	Q
001	028	Papel higiênico branco folha simples 10cm x 300	3/2017	UN	12,00	6,95	83,40	Q
001	029	papel tolha branco picoteado 20cm x 100cm pcote	3/2017	PCT	24,00	3,70	88,80	Q
001	033	rodo de espuma/ fibra 26 centímetros	3/2017	UN	6,00	11,98	71,88	Q
001	034	rodo de plástico borracha dupla 40cm, com cabo	3/2017	UN	4,00	10,85	43,40	Q
001	036	sabão em pó 1Kg Composição: Tensoativo	3/2017	KG	15,00	9,85	147,75	Q
001	038	saco de lixo resistente 100 lts/ 20kg pacote com 25	3/2017	RL	12,00	7,45	89,40	Q
001	043	Vassoura de nylon 30 cm cabo resistente	3/2017	UN	4,00	10,80	43,20	Q
001	045	Café em pó 500 grs	3/2017	UN	50,00	11,99	599,50	Q
001	046	Leite em pó lata 400 grs	3/2017	UN	72,00	17,80	1.281,60	Q
001	048	Bolacha doce sortida 500 grs	3/2017	PCT	60,00	7,90	474,00	Q
001	049	bolacha salgada 500 grs	3/2017	PCT	60,00	7,80	468,00	Q
001	051	Bala sortida pacote com 200 grs	3/2017	UN	250,00	2,85	712,50	Q
001	053	Agua mineral garrafa pet 500 ml sem gás	3/2017	UN	400,00	0,99	396,00	Q
001	054	Agua mineral garrafa pet 500 ml com gás	3/2017	UN	300,00	1,30	390,00	Q
001	056	Gás de cozinha 13 kgs	3/2017	UN	2,00	62,20	124,40	Q

TOTAL DO CONTRATO	
Valor original do contrato:	6.524,88
(*) Valor atualizado do contrato:	6.524,88
(*) (Valor original + Valor dos aditivos) * Limite admissível (%)	
TOTAL GERAL	
Valor original do contrato:	6.524,88
(*) Valor atualizado do contrato:	6.524,88
(*) (Valor original + Valor dos aditivos) * Limite admissível (%)	
Critérios de seleção:	
- Sequência do contrato: 20	
- Imprimir itens	
- Imprimir aditivo	
- Imprimir itens do aditivo	

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:79A68B3C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BITURUNA
EDITAL Nº 006/2017

CONCURSO PÚBLICO EDITAL N°. 001/2017 – EMPREGO PÚBLICO

EDITAL DE NOTA DA PROVA OBJETIVA PARA O CONCURSO PÚBLICO – EMPREGO PÚBLICO nº. 001/2017

Presidente da Comissão Especial de Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde de Bituruna, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e considerando o Edital de Abertura nº 01/2017,

TORNA PÚBLICO: A nota da prova objetiva, considerando o gabarito oficial, como segue**:**

INSC	NOME	NOTA	SITUAÇÃO	CARGO
2410	ANA FLAVIA PEREIRA	78,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
3890	BRUNO HENRIQUE LAMAIZON	60,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
3799	DAIANE FERREIRA DOS SANTOS	82,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
3811	FRANCIELI MENDES	60,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
3416	HELIA BERNARDETE ZAMPIERON FURLAN	64,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
2489	IZOLEIDE PINTO DA LUZ	64,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
2466	JHONATAN KEPPEN	64,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
2965	JUCIANE SALETE DE OLIVEIRA	90,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
3469	JULIANA VIAPIANA	56,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
3461	LUCIANA SILVERIO DOS SANTOS	56,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
2441	MARCIELI COSTA	78,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
3740	MARIA DE FATIMA SAMPAIO ESTOQUEIRO GANZER	74,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
3214	PATRÍCIA BARBARA BORCATE	84,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
2660	PAULA CRISTINA DE CAMARGO	74,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
2892	PRISCILA RENATA HUPALO	84,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
2857	VALDIRENE DA ROCHA BARBOZA	80,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
3650	VANESSA SOUZA DE LIMA	60,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
3598	WILIAN RODRIGUES	74,00	APROVADO	ACS_AREA 01_BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA
3083	BRUNA APARECIDA DE ANDRADE	56,00	APROVADO	ACS_AREA 02_BAIRRO SÃO VICENTE
2803	BRUNA DE OLIVEIRA	86,00	APROVADO	ACS_AREA 02_BAIRRO SÃO VICENTE
3694	CINTIA APARECIDA NATUS	88,00	APROVADO	ACS_AREA 02_BAIRRO SÃO VICENTE
3676	ÉLIDE IZABEL ZAMPIERON GIARETTA	62,00	APROVADO	ACS_AREA 02_BAIRRO SÃO VICENTE
3834	JAQUELINE PILANTIR	86,00	APROVADO	ACS_AREA 02_BAIRRO SÃO VICENTE
2837	JOSE LUIS MIRANDA DE OLIVEIRA	64,00	APROVADO	ACS_AREA 02_BAIRRO SÃO VICENTE
3495	KAREN EDUARDA PEREIRA	68,00	APROVADO	ACS_AREA 02_BAIRRO SÃO VICENTE
2736	ROSALBA PEREIRA DA LUZ	56,00	APROVADO	ACS_AREA 02_BAIRRO SÃO VICENTE
3224	SANDRA CLAUDIA NUNES DOS ANJOS	72,00	APROVADO	ACS_AREA 02_BAIRRO SÃO VICENTE
2396	ADRIELE DE FREITAS	68,00	APROVADO	ACS_AREA 02_CENTRO BAIRRO SÃO VICENTE
2583	BRUNA KELLI DE FREITAS	86,00	APROVADO	ACS_AREA 02_CENTRO BAIRRO SÃO VICENTE
2359	CLAUDIA LUIZA VICINI	88,00	APROVADO	ACS_AREA 02_CENTRO BAIRRO SÃO VICENTE
3807	CLENAIR CORREIA KOROLUK	60,00	APROVADO	ACS_AREA 02_CENTRO BAIRRO SÃO VICENTE
3702	DANIELE FERNANDA MATTIOLA	78,00	APROVADO	ACS_AREA 02_CENTRO BAIRRO SÃO VICENTE
2428	ELAINE DE CASTRO	82,00	APROVADO	ACS_AREA 02_CENTRO BAIRRO SÃO VICENTE
2446	FERNANDA RIBEIRO	70,00	APROVADO	ACS_AREA 02_CENTRO BAIRRO SÃO VICENTE
3239	IDANIR CUSIN	78,00	APROVADO	ACS_AREA 02_CENTRO BAIRRO SÃO VICENTE
2702	LUCIANA CRISTINA DE LIMA	58,00	APROVADO	ACS_AREA 02_CENTRO BAIRRO SÃO VICENTE
3812	MARCIA GRAZIELE KOROLUK	64,00	APROVADO	ACS_AREA 02_CENTRO BAIRRO SÃO VICENTE
3264	SANDRA NALON	84,00	APROVADO	ACS_AREA 02_CENTRO BAIRRO SÃO VICENTE
2659	TALITA LOURES	60,00	APROVADO	ACS_AREA 02_CENTRO BAIRRO SÃO VICENTE
3261	VALQUIRIA ZATORSKI	80,00	APROVADO	ACS_AREA 02_CENTRO BAIRRO SÃO VICENTE
2812	VIVIAN PALOMA LOPEDOTE	50,00	APROVADO	ACS_AREA 02_CENTRO BAIRRO SÃO VICENTE
2678	CLEITON LAAKE	64,00	APROVADO	ACS_AREA 03_LINHA RIO DAS ANTAS/LINHA BOA VISTA/COMUNIDADE REPONTE
3293	CLEOSNI DOMINGUES DE OLIVEIRA IVANOSKI	60,00	APROVADO	ACS_AREA 03_LINHA RIO DAS ANTAS/LINHA BOA VISTA/COMUNIDADE REPONTE
2835	CRISLAINE LAAKE	50,00	APROVADO	ACS_AREA 03_LINHA RIO DAS ANTAS/LINHA BOA VISTA/COMUNIDADE REPONTE
2958	FLAVIA FERREIRA RICARDO	52,00	APROVADO	ACS_AREA 03_LINHA RIO DAS ANTAS/LINHA BOA VISTA/COMUNIDADE REPONTE
2791	JANAINA JUNG	78,00	APROVADO	ACS_AREA 03_LINHA RIO DAS ANTAS/LINHA BOA VISTA/COMUNIDADE REPONTE

2931	JESSICA KELEN MARTINS ZAMBONI	86,00	APROVADO	ACS_AREA 03_LINHA RIO DAS ANTAS/LINHA BOA VISTA/COMUNIDADE REPONTE
2417	JOCELI DA COSTA MOTTA	80,00	APROVADO	ACS_AREA 03_LINHA RIO DAS ANTAS/LINHA BOA VISTA/COMUNIDADE REPONTE
3244	JONATHAN RATKO	88,00	APROVADO	ACS_AREA 03_LINHA RIO DAS ANTAS/LINHA BOA VISTA/COMUNIDADE REPONTE
2418	MAIKON FELIPE DE JESUS DA COSTA	78,00	APROVADO	ACS_AREA 03_LINHA RIO DAS ANTAS/LINHA BOA VISTA/COMUNIDADE REPONTE
2991	MARIZETE DE OLIVEIRA	80,00	APROVADO	ACS_AREA 03_LINHA RIO DAS ANTAS/LINHA BOA VISTA/COMUNIDADE REPONTE
3501	PATRICIA CASEMIRE DE RAMOS TALASKA	74,00	APROVADO	ACS_AREA 03_LINHA RIO DAS ANTAS/LINHA BOA VISTA/COMUNIDADE REPONTE
3498	RAQUEL FATIMA RENNER	88,00	APROVADO	ACS_AREA 03_LINHA RIO DAS ANTAS/LINHA BOA VISTA/COMUNIDADE REPONTE
3277	SILVANO PEDRO DE ASSIS	68,00	APROVADO	ACS_AREA 03_LINHA RIO DAS ANTAS/LINHA BOA VISTA/COMUNIDADE REPONTE
3389	ADILSON GONCALVES	52,00	APROVADO	ACS_AREA 04_BAIRRO SÃO JOÃO / LOTEAMENTO PRESTES
2902	DIRCEIA BYLER	56,00	APROVADO	ACS_AREA 04_BAIRRO SÃO JOÃO / LOTEAMENTO PRESTES
3792	ELISETE NEVES DE SOUZA	82,00	APROVADO	ACS_AREA 04_BAIRRO SÃO JOÃO / LOTEAMENTO PRESTES
2802	EVA CRISTINA PADILHA DE QUADROS	86,00	APROVADO	ACS_AREA 04_BAIRRO SÃO JOÃO / LOTEAMENTO PRESTES
3805	FRANCIELE SANT´ANA	76,00	APROVADO	ACS_AREA 04_BAIRRO SÃO JOÃO / LOTEAMENTO PRESTES
3742	GRACIELI SANTOS RIBEIRO	86,00	APROVADO	ACS_AREA 04_BAIRRO SÃO JOÃO / LOTEAMENTO PRESTES
3730	JUCELIA APARECIDA RODRIGUES	68,00	APROVADO	ACS_AREA 04_BAIRRO SÃO JOÃO / LOTEAMENTO PRESTES
2398	MARILENE ROCHA ANTUNES	66,00	APROVADO	ACS_AREA 04_BAIRRO SÃO JOÃO / LOTEAMENTO PRESTES
2560	RAYLA CAROLINE DE OLIVEIRA	52,00	APROVADO	ACS_AREA 04_BAIRRO SÃO JOÃO / LOTEAMENTO PRESTES
2935	CLAYTON GANZER	64,00	APROVADO	ACS_AREA 04_JARDIM ANDREIA / JARDIM ADELINA
2768	CRISLAINE ROBERTO DA SILVA	64,00	APROVADO	ACS_AREA 04_JARDIM ANDREIA / JARDIM ADELINA
3924	EDIANE CARLISE FERREIRA DE SOUZA	68,00	APROVADO	ACS_AREA 04_JARDIM ANDREIA / JARDIM ADELINA
2765	GLAUCIANE APARECIDA LIBER DA CRUZ	86,00	APROVADO	ACS_AREA 04_JARDIM ANDREIA / JARDIM ADELINA
3511	IVONETE DE OLIVEIRA DOS SANTOS	52,00	APROVADO	ACS_AREA 04_JARDIM ANDREIA / JARDIM ADELINA
3493	JACSON ZALOBNICKI	72,00	APROVADO	ACS_AREA 04_JARDIM ANDREIA / JARDIM ADELINA
2564	JOSIANE DE FATIMA MACEDO	56,00	APROVADO	ACS_AREA 04_JARDIM ANDREIA / JARDIM ADELINA
2713	KAREN CAROLINE DE SOUZA	72,00	APROVADO	ACS_AREA 04_JARDIM ANDREIA / JARDIM ADELINA
3689	LUCIANE CRISTINA MATTIOLA DOS ANJOS	84,00	APROVADO	ACS_AREA 04_JARDIM ANDREIA / JARDIM ADELINA
2707	NELTON LUIZ FERREIRA	74,00	APROVADO	ACS_AREA 04_JARDIM ANDREIA / JARDIM ADELINA
3195	NITIA GABRIELI ARAÚJO	76,00	APROVADO	ACS_AREA 04_JARDIM ANDREIA / JARDIM ADELINA
3794	VALÉRIA TONET	92,00	APROVADO	ACS_AREA 04_JARDIM ANDREIA / JARDIM ADELINA
3735	DAVI BROLINI	78,00	APROVADO	ACS_AREA 04_LINHA JACUTINGA / BAIRRO JACUTINGA / LINHA SABIA
3391	ELENITA ZAMPIRÃO	76,00	APROVADO	ACS_AREA 04_LINHA JACUTINGA / BAIRRO JACUTINGA / LINHA SABIA
2918	RODINEI CAMARGO DOS SANTOS	56,00	APROVADO	ACS_AREA 04_LINHA JACUTINGA / BAIRRO JACUTINGA / LINHA SABIA
3039	SILVAMARA APARECIDA MARCOS VELHO	54,00	APROVADO	ACS_AREA 04_LINHA JACUTINGA / BAIRRO JACUTINGA / LINHA SABIA
2879	SUSANA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS	78,00	APROVADO	ACS_AREA 04_LINHA JACUTINGA / BAIRRO JACUTINGA / LINHA SABIA
2688	ADRIANA DE FÁTIMA CHAVES CASTILHO	76,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA
2689	CARLA MARCIELA WEISS	62,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA
3358	DAIANE DA ROSA	88,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA
3191	DAIANE FERREIRA	78,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA
3681	DMELYN DE PAULA CASTILHO	74,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA
2657	DORENI FRANCISCO MARQUES	66,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA
2431	ELISANE LOURES	90,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA
2797	EVELISE STAROSKI MACHADO	70,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA
3185	FRANCIELE DE QUADROS NALON	66,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA
3139	IVONETE PELANTIL DE OLIVEIRA	72,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA
2842	JACKSON DE LIMA	76,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA
3862	JAQUELINE APARECIDA CAVALHEIRO	78,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA
3417	JOSIELE FÁTIMA DA LUZ FERREIRA	70,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA
2988	ODICLEIA DE LIMA	84,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA
2413	TAISE SANTOS DA LUZ	86,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA
2430	TALIA CRISTINA PARIZOTTO	78,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA
3505	VANIELI LIMA DE PAULA	62,00	APROVADO	ACS_AREA 05_LINHA JARARACA / VILA MARIANA

Os candidatos que não foram aprovados poderão ter conhecimento da nota da prova objetiva na Prefeitura Municipal de Bituruna, Estado do Paraná.

Bituruna-PR, 18 de Outubro de 2017.

.....
Presidente
Comissão Especial de Concurso

Publicado por:
Rubia Nalon
Código Identificador:84B3D494

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BITURUNA
EDITAL Nº 006/2017

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONCURSO PÚBLICO EDITAL N°. 001/2017 - ESTATUTÁRIO

EDITAL DE NOTA DA PROVA OBJETIVA PARA O CONCURSO PÚBLICO nº. 001/2017

Presidente da Comissão Especial de Concurso Público da Fundação Municipal de Saúde de Bituruna, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e considerando o Edital de Abertura nº 01/2017,

TORNA PÚBLICO: A nota da prova objetiva, considerando o gabarito oficial, como segue**:**

INSC	NOME	NOTA	SITUAÇÃO	CARGO
3236	ALAN KOTARSKI	66,00	APROVADO	AGENTE DE ENDEMIAS
2816	CAROLINE CASTILHO	52,00	APROVADO	AGENTE DE ENDEMIAS
3788	CINTIA MARA TEIXEIRA DOS SANTOS	60,00	APROVADO	AGENTE DE ENDEMIAS
3837	GREGORY VINÍCIUS SANTOS DUARTE	50,00	APROVADO	AGENTE DE ENDEMIAS
3324	HENRIQUE RIBAS BOLZANI	58,00	APROVADO	AGENTE DE ENDEMIAS
3143	JANAINA FATIMA CAMARGO	58,00	APROVADO	AGENTE DE ENDEMIAS
2900	CLAUDIA LIDIAN DE FREITAS PEREIRA	60,00	APROVADO	AUXILIAR DE CLÍNICA DENTÁRIA
2878	ALINE CARDOSO	50,00	APROVADO	ENFERMEIRO PADRÃO
3413	ALISON FABIO DE ALMEIDA	52,00	APROVADO	ENFERMEIRO PADRÃO
2608	BRUNA BONATTO	50,00	APROVADO	ENFERMEIRO PADRÃO
3448	ELISIANE DE BASTOS LIMA	56,00	APROVADO	ENFERMEIRO PADRÃO
3830	MAYANA COCO MACIEL	54,00	APROVADO	ENFERMEIRO PADRÃO
2915	VIVIAN PISKLEVITZ	56,00	APROVADO	ENFERMEIRO PADRÃO
2677	ADRIANO DA SILVEIRA MAGNABOSCO	72,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
3154	ALINE ROMUALDO DOS SANTOS	52,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
2651	ANGELA REGINA IURKIEWICZ	58,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
2423	BEATRIZ APARECIDA SILVEIRA FERREIRA	62,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
3101	BRUNO FELIPE NASCIMENTO	74,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
3064	CARLA OTINILA REOLON	54,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
3502	DANIELI HUBERT	66,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
2483	DHENYFFER BRUNA ALMEIDA PEREZ	66,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
3080	EDUARDA CUNHA LIMA	60,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
2882	JÉSSICA DIANE BAPTISTA DA LUZ	60,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
3189	JOSMAR GUIZS CRUZ	74,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
3104	LETICIA CERQUEIRA COSTA	64,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
2832	MARCOS PAULO POLOWEI ROLÃO	68,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
2964	MARIANE SLOMPO DE LIMA	56,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
2584	NEI ADAO RIBEIRO DE FREITAS	52,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
3294	ROMAINE BORCATE	52,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
3808	ROSANE RADUNZ	66,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
3573	SARA THAMIRES RAITZ	56,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
3575	SUSANA PEREIRA DA LUZ	58,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
2980	TATIANE DALANHOL PEDRON	60,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
3351	VANESSA PISKLEVITZ	68,00	APROVADO	FISIOTERAPEUTA
3615	ARY CARNEIRO NETO	74,00	APROVADO	MÉDICO ANESTESISTA
2505	BERNARDO DE MARCHI MOSELE	90,00	APROVADO	MÉDICO ANESTESISTA
3751	BRUNO DUARTE SILVA	78,00	APROVADO	MÉDICO ANESTESISTA
2535	LEILA APARECIDA MENDES	76,00	APROVADO	MÉDICO ANESTESISTA
2509	VÁLERY BAGGIO HESS	84,00	APROVADO	MÉDICO ANESTESISTA
3010	JULIANA PATRICIA SANTOS DE OLIVEIRA	68,00	APROVADO	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL
3437	ALAN BUENO	64,00	APROVADO	MÉDICO CLÍNICO GERAL
3925	DIANE MERI ARRUDA RIBEIRO	54,00	APROVADO	MÉDICO CLÍNICO GERAL
2494	FRANCELLI SPERANDIO GRAVINA	60,00	APROVADO	MÉDICO CLÍNICO GERAL
2493	GLÁUBER FERNANDO RATZKOB	82,00	APROVADO	MÉDICO CLÍNICO GERAL
3514	JULIO HENRIQUE DORO	54,00	APROVADO	MÉDICO CLÍNICO GERAL
2978	LUCAS RAFAEL BILIBIO	76,00	APROVADO	MÉDICO CLÍNICO GERAL
3918	LUISA REZENDE MACHADO	52,00	APROVADO	MÉDICO CLÍNICO GERAL
3166	RENATO SFOLIA	70,00	APROVADO	MÉDICO CLÍNICO GERAL
3851	ANA CAROLINA HOBI GONCHO	62,00	APROVADO	MÉDICO GINECO OBSTETRA
3896	CARLOS AUGUSTO CERILLO MACHADO	70,00	APROVADO	MÉDICO GINECO OBSTETRA
2758	DANIEL MACHADO	62,00	APROVADO	MÉDICO GINECO OBSTETRA
2639	ANAKARINA PERDUN BUENO	58,00	APROVADO	MÉDICO PEDIATRA
3749	ERIKA LOUREIRO VIEIRA	84,00	APROVADO	MÉDICO PEDIATRA
3685	LENOIR TISSIANI JUNIOR	60,00	APROVADO	MÉDICO PEDIATRA
2886	RODRIGO GARCIA MELO	50,00	APROVADO	MÉDICO PEDIATRA
2711	AMANDA BISSOLI LOPES	66,00	APROVADO	MÉDICO PLANTONISTA
3809	FLAESTE CRUZ BELEZA	60,00	APROVADO	MÉDICO PLANTONISTA
2433	JEAN JARENTCHUK	50,00	APROVADO	MÉDICO PLANTONISTA
2819	JÉSSICA PRISCILA SANTOS DE OLIVEIRA	76,00	APROVADO	MÉDICO PLANTONISTA
3478	ADAIR PEREIRA	58,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3951	ALESSANDRA VANESSA FREITAS	58,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3241	ALICE ANDZEIEWSKI	50,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3141	ANDREIA APARECIDA MINOZZO	60,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3504	EDSON SOKOLOWSKI	74,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3467	ELDER TOPOLNYAK PADILHA	54,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3240	EVA LUCILEIA DA SILVA	56,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3906	HEVERSON MARTINS MANCEBO	56,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3234	JOSIANE BIGIUNAS	58,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
2961	LEIDIANE ESPERANÇA	80,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
2461	LUCELEINE DA SILVA MARTINS	68,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3150	LUCILDA FERREIRA LOPES	56,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3297	LUCIMARI SOARES OLIVEIRA	54,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
2836	MARIA JULIA KINSELER	58,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
2833	MARISTELA BYLER DE CASTRO	58,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
2880	PEDRO SILVEIRA TARACIUK	56,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3335	RENATA TARACHUK	66,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3611	ROSELI SZWED WERUS	54,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
2757	ROZANI BUENO DA SILVA	56,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
2355	SILVIA REGINA FERREIRA NUNES	58,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3249	TADEU VERGILIO GROSSL	66,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3593	VANDERLEIA MARTINS RIBAS	72,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3427	VANESSA TAUSDFROIND	62,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3081	VILMAINA MARTINS CARDOZO	54,00	APROVADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Bituruna-PR, 18 de Outubro de 2017.

.....
Presidente
Comissão Especial de Concurso

Publicado por:
Rubia Nalon
Código Identificador:A582F31D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DESPACHO INEXIGIBILIDADE 014/2017 - PMBVSR

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO
Assunto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2017- PMBVSR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CRONOMETRAGEM ESPORTIVO REFERENTE A 7ª COPA DE INTEGRAÇÃO DE VELOCROSS A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR NO DIA 01 DE OUTUBRO DE 2017.

Empresa: FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO, CNPJ nº 76.659.572/0001-49, situada a Rua Irmãs Paulinas, 5035 – Novo Mundo, Curitiba – PR – CEP: 81.020-230.
Tendo em vista que a documentação referente à Inexigibilidade de Licitação n° 014/2017 atende a todos os requisitos do artigo 25, "caput", da Lei 8.666/93;
Considerando o parecer jurídico, cabendo à autoridade referida decisão à homologação da presente inexigibilidade;
Com efeito, RATIFICO todas as formalidades legais e autorizo a Inexigibilidade de Licitação n° 014/2017, com a empresa FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISMO, CNPJ nº 76.659.572/0001-49, situada a Rua Irmãs Paulinas, 5035 – Novo Mundo, Curitiba – PR – CEP: 81.020-230.

LOTE: 1 - Lote 001						
Item	Código do serviço	Nome do serviço	Qtde	Und	Preço máximo	Preço máximo total
1	16443	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CRONOMETRAGEM DE EVENTO ESPORTIVO VELOCROSS REFERENTE À 7ª COPA DE INTEGRAÇÃO DE VELOCROSS A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR NO DIA 01 DE OUTUBRO DE 2017. OS CUSTOS DAS RESPONSABILIDADES DA FEDERAÇÃO PARANAENSE DE MOTOCICLISTA ESTÃO ORÇADOS NA CRONOMETRAGEM DO EVENTO FPRM.	1	UN	3.500,00	3.500,00
TOTAL						3.500,00

VALOR GLOBAL: R$ 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais).

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito, 17 de Outubro de 2017.

EDSON FLAVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Pereira dos Santos
Código Identificador:2E2C0CC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 70/2017

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 70/2017 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2017

Em concordância com a Ata datada em 16/10/2017 de Abertura do processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 70/2017, que teve como objeto o Registro de preços para futuras aquisições de eletrodomésticos, moveis e equipamentos para escritório, a serem adquiridos conforme a necessidade do Município de Bom Sucesso do Sul conforme quantidades e especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital, **HOMOLOGO** por seus próprios fundamentos determinando que seja **ADJUDICADO** o seu objeto a favor das empresas vencedoras com seus itens e valores descritos abaixo:

EMPRESA FORNECEDORA: ELETROMAQUINAS ASTEC LTDA – ME - CNPJ 02.995.568/0001-15					
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**	**UNID.**	**QTDE.**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
8	Lixeira inox 15 litros com pedal. **MARCA DOCESAR.**	UND.	15	99,50	1.492,50
9	Estante de aço edr-400/22, detalhamento do produto: tipo: estante de aço multi-uso / semi-industrial – reforçada altura: 1,98 m, largura: 0,92 cm profundidade: 0,40 cm, quantidade de prateleiras: 06 prateleiras: chapa #22 / 0,75 mm colunas: chapa #16 - l2 30 x 30 furo oblongo sustentação: 110 kg por planos reguláveis: sim estrutura desmontável: sim reforço ômega: sim (1), reforço em x: sim parafusos: sextavado com porca unc ¼" x ½" pintura: epóxi pó cor: cinza. **MARCA BIG.**	UND.	5	279,90	1.399,50

10	Armário de Aço com 2 portas de abrir medindo 1,60 X 0,75: Armário de aço de 2 portas de abrir com reforços internos, com puxador na própria porta no sentido vertical, possui sistema de cremalheira p/ regulagem das prateleiras. Tampo, corpo e prateleira confeccionado em chapa de aço. Tratado pelo processo anticorrosivo. Pintura eletrostática a pó. Na cor cinza cristal.	UND.	20	394,00	7.880,00
	MARCA LUNASA.				
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR: R$ 10.772,00 (Dez Mil, Setecentos e Setenta e Dois Reais)					
EMPRESA FORNECEDORA: COMÉRCIO DE MÓVEIS PAGNONCELLI LTDA – EPP - CNPJ 06.127.487/0001-54					
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**	**UNID.**	**QTDE.**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
7	Arquivo de aço, 4 gavetas, pastas suspensas arquivo deslizante em aço chapa 22 na cor cinza, com quatro gavetas e travamento único, fechamento através de tambor cilíndrico, com gavetas corrediças reguláveis distanciadas a cada 400 mm. o sistema de deslizamento das gavetas será através de rolamento metálico em trilhos telescópicos de aço zincado. Os puxadores embutidos e as dimensões do porta etiquetas também embutido é de 75 x 40mm. Deverão ser tratados contra oxidação com fosfato de zinco e pintados com tinta especial com secagem em estufa; após o processo acima escrito o produto deve seguir para uma estufa de alta temperatura para receber a pintura pelo processo eletrostático de pintura a pó, consolidando a superfície do produto com 50 micra de espessura de tinta, no mínimo. rodapés em chapa de aço pintada na mesma cor platina com sapatas niveladoras. Capacidade: 35 kg/gaveta.	UND.	10	864,00	8.640,00
	MARCA LUNASA.				
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR: R$ 8.640,00 (Oito Mil, Seiscentos e Quarenta Reais)					
EMPRESA FORNECEDORA: GILSON GILBERTO LISE - EPP - CNPJ 04.255.660/0001-74					
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**	**UNID.**	**QTDE.**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
1	**Geladeira tipo doméstica, capacidade mínima de 342 litros, frost free, cor branca, conforme descrição em anexo:** • Uma Porta . •Trava na porta do congelador • Prateleira no congelador removível • Classe A em consumo de energia • Porta reversível • Capacidade mínima total de armazenamento: 342 litros • Classificação de consumo: Selo Procel • Recipiente para guardar gelo • Prateleiras na porta • Iluminação interna • Gavetão de legumes • Porta garrafas: capacidade mínima para 4 • Porta latas: capacidade mínima para 6 • Porta ovos removível: capacidade mínima para 12 • Degelo do freezer automático • Controle de temperatura do refrigerador: pinel de controle externo • Controle de temperatura do freezer: botão interno • Pés com rodas niveladoras • Prateleiras/ cestos • Temperatura uniforme • Cor branca • Tensão 110 / 220V • Tamanho Aproximado: (A)1,70m x (L)61,6cm x (P)69,1cm – Peso (Kg) Aproximado 53 Kg • Garantia mínima de 12 meses. **MARCA CONSUL.**	UND.	1	1.599,00	1.599,00
2	FORNO MICROONDAS - CAPACIDADE mínima 27 Litros. Funções; relógio, timer, alarme, memoria programável, bloqueio do painel, tecla manter aquecido, descongelamento rápido, função grill, Rotacoder (seletor eletrônico); teclas pré-programadas; prato giratório; Voltagem: 220v; Potência: 900w; Cor: branca; Dimensões: 297x517x395mm (AXLXP) respectivamente. **MARCA ELETROLUX.**	UND.	2	568,00	1.136,00
4	Mesa para secretária com 03 gavetas Mesa para Secretária tipo escrivaninha com 03 gavetas, com medidas de 1,50 x 0,60 x 0,74 em tampo confeccionado em madeira aglomerada revestido com laminado melanimico na cor cinza, estrutura em tubos oblongo, com calhas para passagem de instalações, bordas post-formiga a 180º, da mesma cor do revestimento, acabamento em perfil de PVC. **MARCA ARTFLEX**	UND.	7	385,00	2.695,00
5	Cadeira para escritório executiva fixa, tipo secretaria, 4 pés palito, tubo 7/8, estofada em espuma injetada, com 35mm de espessura, densidade 28, capacidade para ate 120kg, interligados por lâmina interna. Revestimento curvim preto. **MARCA GIRATO.**	UND.	6	175,00	1.050,00
6	Cadeira secretária; Com assento e encosto em espuma injetada de alta resistência totalmente revestida; Base fixa pé palito em tubo de aço reforçado; Revestimento em tecido na cor preta. **MARCA GIRATO.**	UND.	30	99,00	2.970,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR: R$ 9.450,00 (Nove Mil e Quatrocentos e Cinquenta reais).					
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA LICITAÇÃO					
R$ 28.862,00 (Vinte e Oito Mil, Oitocentos e Sessenta e Dois Reais)					

Publicado por:
Marcelo Dambros
Código Identificador:2CE76490

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
NOTIFICAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

NOTIFICAÇÃO

Através da presente, o município de Cafelândia **NOTIFICA** os proprietários dos imóveis relacionados para no prazo de **10(Dez) dias uteis após a publicação desta notificação**, a comparecerem no departamento de finanças na coordenação de tributação do município de Cafelândia a fim de regularizar o débito fiscal perante a fazenda municipal, sendo que o não comparecimento e a inadimplência implicará no ajuizamento de execução fiscal em cumprimento a lei de responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

Considerando a aprovação da lei municipal nº 1.507/2017, que autoriza o poder executivo municipal a conceder descontos de até 100% dos juros e da multa para pagamento à vista, ou o contribuinte ainda pode parcelar a sua dívida com descontos vencidos até 31/12/2016.

O contribuinte que tiver efetuado o pagamento ou parcelamento do débito até a presente data, desconsidere a referida notificação.

Cafelândia, 16 de Outubro de 2017.

ESTANISLAU MATEUS FRANUS
Prefeito Municipal

ANDERSON BORTOLATO
Secretário Finanças

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	TIPO CADASTRO	PRINCIPAL	CORREÇÃO	JUROS	MULTA	TOTAL	BAIRRO	LOTE RI	QUADRA RI
205	Imóvel urbano	5.084	1506.14	790.86	131.81	7513.16	CAFELANDIA CENTRO	03-B	9
523	Imóvel urbano	100.09	0.0	0.23	1.99	102.31	CAFELANDIA CENTRO	12	4
892	Imóvel urbano	104.08	7.49	13.39	2.23	127.19	CAFELANDIA CENTRO	03-B MAT 12.269	6
1716	Imóvel urbano	560.72	166.12	87.24	14.52	828.6	CAFELANDIA CENTRO	7	12
1724	Imóvel urbano	397.14	73.41	56.46	9.42	536.43	CAFELANDIA CENTRO	08-B	12
1902	Imóvel urbano	252.84	74.88	39.32	6.56	373.6	CAFELANDIA CENTRO	01-B	14
2381	Imóvel urbano	595.71	0.0	5.17	11.91	612.79	CAFELANDIA CENTRO	04-B	21
2381	Imóvel urbano	570.33	0.0	4.94	11.41	586.68	CAFELANDIA CENTRO	04-B	21
2887	Imóvel urbano	7.728	2289.42	1202.15	200.36	11420.4	CAFELANDIA CENTRO	15	23
3026	Imóvel urbano	65.76	19.48	10.23	1.7	97.17	CAFELANDIA CENTRO	14	24
3441	Imóvel urbano	10.983	3253.37	1708.31	284.72	16228.95	CAFELANDIA CENTRO	3	27
4138	Imóvel urbano	580.68	172.04	90.32	15.04	858.08	CAFELANDIA CENTRO	4	32
4944	Imóvel urbano	61.45	0.0	2.0	1.23	64.68	CAFELANDIA CENTRO	7	38
4944	Imóvel urbano	74.25	0.0	2.43	1.49	78.17	CAFELANDIA CENTRO	7	38
5606	Imóvel urbano	3.051	903.69	474.52	79.09	4507.91	CAFELANDIA CENTRO	3	42
5606	Imóvel urbano	311.36	92.24	48.44	8.08	460.12	CAFELANDIA CENTRO	3	42
5690	Imóvel urbano	233.19	43.11	33.15	5.52	314.97	CAFELANDIA CENTRO	12	42
5711	Imóvel urbano	232.62	44.3	33.2	5.55	315.67	CAFELANDIA CENTRO	14	42
5711	Imóvel urbano	127.2	24.21	18.16	3.05	172.62	CAFELANDIA CENTRO	14	42
5711	Imóvel urbano	113.99	21.66	16.31	2.66	154.62	CAFELANDIA CENTRO	14	42
5711	Imóvel urbano	100.15	19.03	14.31	2.41	135.9	CAFELANDIA CENTRO	14	42
5711	Imóvel urbano	193.52	36.89	27.65	4.58	262.64	CAFELANDIA CENTRO	14	42
5711	Imóvel urbano	140.45	26.76	20.09	3.3	190.6	CAFELANDIA CENTRO	14	42
5711	Imóvel urbano	131.82	25.11	18.81	3.13	178.87	CAFELANDIA CENTRO	14	42
5711	Imóvel urbano	194.84	37.09	27.81	4.66	264.4	CAFELANDIA CENTRO	14	42
5711	Imóvel urbano	88.52	16.83	12.66	2.09	120.1	CAFELANDIA CENTRO	14	42
5711	Imóvel urbano	153.08	29.14	21.86	3.65	207.73	CAFELANDIA CENTRO	14	42
5711	Imóvel urbano	126.28	37.4	19.64	3.28	186.6	CAFELANDIA CENTRO	14	42
5801	Imóvel urbano	269.16	79.76	41.88	7.0	397.8	CAFELANDIA CENTRO	8	43
6092	Imóvel urbano	221.48	65.6	34.46	5.72	327.26	CAFELANDIA CENTRO	06-B	45
6343	Imóvel urbano	592.4	175.48	92.16	15.36	875.4	CAFELANDIA CENTRO	9	46
7056	Imóvel urbano	406.96	120.56	63.32	10.56	601.4	CAFELANDIA CENTRO	11	54
7200	Imóvel urbano	3.051	903.69	474.52	79.09	4507.91	CAFELANDIA CENTRO	2	55
7200	Imóvel urbano	443.92	131.52	69.04	11.52	656.0	CAFELANDIA CENTRO	2	55
7218	Imóvel urbano	3.051	903.69	474.52	79.09	4507.91	CAFELANDIA CENTRO	3	55
7323	Imóvel urbano	6.203	1837.51	964.86	160.81	9166.13	CAFELANDIA CENTRO	07-A3	56
7331	Imóvel urbano	283.39	32.42	37.91	6.3	360.02	CAFELANDIA CENTRO	07-A5	56
7331	Imóvel urbano	285.94	32.68	38.23	6.35	363.22	CAFELANDIA CENTRO	07-A5	56
7331	Imóvel urbano	288.49	32.97	38.6	6.45	366.53	CAFELANDIA CENTRO	07-A5	56
7340	Imóvel urbano	1622.84	77.2	172.49	34.0	1906.53	CAFELANDIA CENTRO	07-A4	56
7391	Imóvel urbano	4.067	1204.92	632.69	105.45	6010.54	CAFELANDIA CENTRO	3	57
7439	Imóvel urbano	4.067	1204.92	632.69	105.45	6010.54	CAFELANDIA CENTRO	7	57
7447	Imóvel urbano	4.067	1204.92	632.69	105.45	6010.54	CAFELANDIA CENTRO	8	57
7501	Imóvel urbano	385.12	114.08	59.92	9.96	569.08	CAFELANDIA CENTRO	14	57
7668	Imóvel urbano	316.76	93.8	49.24	8.2	468.0	CAFELANDIA CENTRO	06-B	58
7871	Imóvel urbano	365.72	171.4	64.48	10.72	612.32	CAFELANDIA CENTRO	3	59
7871	Imóvel urbano	396.6	157.6	66.52	11.08	631.8	CAFELANDIA CENTRO	3	59
7871	Imóvel urbano	431.72	127.92	67.16	11.2	638.0	CAFELANDIA CENTRO	3	59
8338	Imóvel urbano	398.48	118.04	62.0	10.32	588.84	CAFELANDIA CENTRO	23	62
8541	Imóvel urbano	1236.61	106.47	150.36	26.8	1520.24	CAFELANDIA CENTRO	1A19	63
8800	Imóvel urbano	307.92	91.2	47.92	7.96	455.0	CAFELANDIA CENTRO	11-A	65
8869	Imóvel urbano	194.07	57.51	30.18	5.01	286.77	CAFELANDIA CENTRO	02-C	66
8869	Imóvel urbano	248.56	73.64	38.68	6.44	367.32	CAFELANDIA CENTRO	02-C	66
8974	Imóvel urbano	193.88	57.44	30.16	5.04	286.52	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	6	1
9253	Imóvel urbano	16.29	0.0	0.7	0.32	17.34	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	8	2
9253	Imóvel urbano	14.62	0.0	0.63	0.32	15.57	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	8	2
9253	Imóvel urbano	13.73	0.0	0.6	0.26	14.58	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	8	2
9253	Imóvel urbano	11.18	0.0	0.49	0.22	11.91	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	8	2
9253	Imóvel urbano	8.54	0.0	0.36	0.16	9.06	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	8	2
9253	Imóvel urbano	2.82	0.0	0.11	0.06	2.97	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	8	2
9253	Imóvel urbano	13.09	0.0	0.56	0.26	13.9	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	8	2
9253	Imóvel urbano	13.15	0.0	0.56	0.28	13.98	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	8	2
9253	Imóvel urbano	12.37	0.0	0.53	0.26	13.19	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	8	2
9253	Imóvel urbano	12.06	0.0	0.51	0.26	12.83	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	8	2
9253	Imóvel urbano	11.67	0.0	0.49	0.24	12.39	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	8	2
9253	Imóvel urbano	11.16	0.0	0.48	0.24	11.88	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	8	2
9253	Imóvel urbano	9.13	0.0	0.39	0.16	9.67	TANCREDO DE ALMEIDA	8	2

							NEVES		
9253	Imóvel urbano	10.09	0.0	0.43	0.2	10.73	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	8	2
9253	Imóvel urbano	9.95	0.0	0.43	0.18	10.57	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	8	2
9253	Imóvel urbano	9.95	0.0	0.43	0.18	10.55	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	8	2
9369	Imóvel urbano	197.84	58.64	30.76	5.16	292.4	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	19	2
9636	Imóvel urbano	237.01	11.52	22.11	5.04	275.67	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	178.63	8.92	16.73	3.84	208.11	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	154.25	7.62	14.55	3.12	179.53	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	122.87	6.0	11.44	2.64	142.94	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	103.46	5.04	9.64	2.16	120.28	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	14.68	0.68	1.4	0.24	17.0	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	14.21	0.68	1.27	0.24	16.39	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	14.79	0.8	1.4	0.24	17.24	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	5.21	0.32	0.52	0.0	6.04	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	5.09	0.18	0.52	0.0	5.8	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	5.33	0.18	0.52	0.0	6.04	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	9.11	0.48	0.88	0.24	10.72	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	8.87	0.48	0.86	0.24	10.46	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	9.24	0.36	0.88	0.24	10.72	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	113.06	5.48	10.5	2.16	131.2	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	114.01	5.5	10.67	2.16	132.35	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	182.42	8.96	16.98	4.08	212.42	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	175.92	8.38	16.42	3.6	204.32	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	204.56	10.0	19.07	4.32	237.95	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	199.01	9.92	18.68	4.32	231.92	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	191.41	9.46	17.84	3.84	222.52	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	138.16	6.56	12.99	2.98	160.69	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	179.68	8.92	16.75	3.84	209.19	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	181.58	8.98	16.94	3.84	211.32	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9636	Imóvel urbano	181.61	8.72	17.05	3.84	211.21	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	3	4
9709	Imóvel urbano	184.36	54.6	28.68	4.76	272.4	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	10	4
9717	Imóvel urbano	126.96	50.43	21.3	3.54	202.23	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	11	4
9717	Imóvel urbano	182.44	54.08	28.36	4.76	269.64	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	11	4
9776	Imóvel urbano	178.68	52.96	27.8	4.64	264.08	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	17	4
9997	Imóvel urbano	74.14	5.28	9.53	1.58	90.53	CONSOLATA	13-B	2
10103	Imóvel urbano	81.58	0.0	0.62	1.64	83.84	CONSOLATA	2	4
10103	Imóvel urbano	49.94	0.0	0.39	1.0	51.33	CONSOLATA	2	4
10103	Imóvel urbano	55.47	0.0	0.42	1.1	56.99	CONSOLATA	2	4
10103	Imóvel urbano	84.49	0.0	0.64	1.68	86.81	CONSOLATA	2	4
10103	Imóvel urbano	86.97	0.0	0.67	1.74	89.38	CONSOLATA	2	4
10227	Imóvel urbano	388.32	115.0	60.4	10.08	573.8	CONSOLATA	14	4
10693	Imóvel urbano	10.807	49.63	165.54	3.02	229.0	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	127.116	50.01	164.29	3.14	230.15	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	0.75	2.61	8.36	0.17	11.89	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	5.94	19.44	60.29	1.27	86.94	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	5.94	17.4	52.81	1.17	77.32	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	5.94	14.52	43.77	1.02	65.25	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	5.94	12.73	37.68	0.93	57.28	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	9.0	17.0	48.54	1.3	75.84	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	10.08	13.24	41.42	1.17	65.91	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	12.58	14.4	44.64	1.35	72.97	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	14.08	14.68	43.34	1.44	73.54	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	11.84	12.04	32.84	1.2	57.92	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	17.76	16.76	43.28	1.72	79.52	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	18.72	15.52	38.75	1.72	74.71	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	20.32	12.88	4.0	0.68	37.88	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	22.44	14.24	4.4	0.72	41.8	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	24.72	11.6	4.36	0.72	41.4	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	26.88	10.68	4.52	0.76	42.84	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
10693	Imóvel urbano	29.36	8.68	4.6	0.76	43.4	CENTRAL SANTA CRUZ	1	3
11266	Imóvel urbano	50.17	224.5	748.15	13.73	1036.55	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	57.51	222.65	729.57	14.01	1023.75	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5

11266	Imóvel urbano	3.96	13.68	43.61	0.88	62.13	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	28.04	91.41	281.97	5.95	407.37	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	28.04	81.46	246.09	5.45	361.04	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	28.04	68.04	204.02	4.81	304.91	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	28.44	59.71	176.47	4.4	269.02	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	41.1	77.7	221.81	5.95	346.56	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	47.3	62.15	192.17	5.45	307.07	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	49.56	56.68	174.15	5.32	285.71	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	54.56	56.84	167.9	5.56	284.86	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	57.32	58.32	159.04	5.8	280.48	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	63.12	59.56	153.82	6.12	282.62	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	65.72	54.48	136.05	6.0	262.25	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	73.96	46.88	14.52	2.44	137.8	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	82.52	52.36	16.2	2.72	153.8	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	91.0	42.64	16.04	2.68	152.36	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	96.96	38.52	16.24	2.72	154.44	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11266	Imóvel urbano	104.2	30.84	16.24	2.68	153.96	CENTRAL SANTA CRUZ	26	5
11274	Imóvel urbano	43.13	192.97	643.09	11.8	890.99	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	49.43	191.36	627.05	12.05	879.9	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	3.52	12.16	38.76	0.76	55.2	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	27.09	88.33	272.44	5.78	393.63	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	27.09	78.72	237.76	5.28	348.84	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	27.09	65.74	197.09	4.63	294.54	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	27.32	57.36	169.52	4.24	258.44	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	39.8	75.25	214.81	5.75	335.61	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	45.8	60.15	186.01	5.3	297.26	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	47.84	54.72	168.1	5.12	275.78	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	52.44	54.64	161.39	5.36	273.83	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	54.92	55.88	152.39	5.52	268.71	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	60.68	57.24	147.84	5.88	271.64	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	63.16	52.36	130.75	5.76	252.03	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	71.16	45.12	13.96	2.32	132.56	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	79.44	50.4	15.6	2.6	148.04	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	87.6	41.04	15.44	2.56	146.64	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	93.24	37.04	15.64	2.6	148.52	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11274	Imóvel urbano	100.08	29.6	15.6	2.6	147.88	CENTRAL SANTA CRUZ	27	5
11282	Imóvel urbano	38.56	172.57	575.04	10.56	796.72	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	44.2	171.13	560.72	10.76	786.81	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	3.2	11.04	35.21	0.72	50.17	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	26.61	86.8	267.71	5.67	386.78	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	26.61	77.33	233.56	5.21	342.7	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	26.61	64.58	193.61	4.55	289.34	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	26.6	55.84	165.03	4.12	251.59	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	38.95	73.6	210.15	5.65	328.35	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	44.9	59.0	182.42	5.2	291.52	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	46.72	53.44	164.18	5.0	269.34	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	51.08	53.24	157.24	5.2	266.76	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	53.4	54.36	148.21	5.4	261.37	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	59.16	55.8	144.14	5.72	264.82	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	61.52	51.0	127.35	5.6	245.47	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	69.36	44.0	13.64	2.28	129.28	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	77.48	49.16	15.2	2.56	144.4	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	85.4	40.04	15.08	2.48	143.0	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	90.84	36.08	15.24	2.56	144.72	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11282	Imóvel urbano	97.44	28.84	15.16	2.52	143.96	CENTRAL SANTA CRUZ	28	5
11291	Imóvel urbano	45.61	204.09	680.17	12.49	942.37	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
11291	Imóvel urbano	52.26	202.45	663.21	12.73	930.63	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
11291	Imóvel urbano	3.68	12.71	40.51	0.8	57.7	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
11291	Imóvel urbano	27.56	89.87	277.21	5.88	400.52	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
11291	Imóvel urbano	27.56	66.88	200.54	4.73	299.71	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
11291	Imóvel urbano	27.72	58.2	172.01	4.29	262.22	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
11291	Imóvel urbano	40.25	76.1	217.24	5.85	339.44	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
11291	Imóvel urbano	46.35	60.9	188.31	5.35	300.91	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
11291	Imóvel urbano	48.44	55.4	170.2	5.2	279.24	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
11291	Imóvel urbano	55.8	56.8	154.87	5.64	273.11	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
11291	Imóvel urbano	61.56	58.08	150.0	5.96	275.6	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
11291	Imóvel urbano	64.12	53.16	132.74	5.84	255.86	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
11291	Imóvel urbano	72.16	45.76	14.16	2.36	134.44	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
11291	Imóvel urbano	80.56	51.12	15.8	2.64	150.12	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
11291	Imóvel urbano	88.8	41.64	15.68	2.6	148.72	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
11291	Imóvel urbano	94.6	37.6	15.84	2.64	150.68	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
11291	Imóvel urbano	101.56	30.04	15.8	2.64	150.04	CENTRAL SANTA CRUZ	29	5
12459	Imóvel urbano	170.36	50.44	26.52	4.4	251.72	CENTRAL SANTA CRUZ	7	28
12629	Imóvel urbano	154.27	11.0	19.82	3.3	188.39	BAIRRO EXP. ACHILAES VIZI.	6	004B
12629	Imóvel urbano	186.92	55.4	29.08	4.84	276.24	BAIRRO EXP. ACHILAES VIZI.	6	004B
12696	Imóvel urbano	93.9	6.76	12.06	2.04	114.74	DONA GUILHERMINA TENFEN II	5	1
12696	Imóvel urbano	93.85	6.74	12.08	2.02	114.7	DONA GUILHERMINA TENFEN II	5	1
12831	Imóvel urbano	190.61	18.67	25.11	4.2	238.6	DONA GUILHERMINA TENFEN II	12	2
12831	Imóvel urbano	194.17	19.03	25.56	4.27	243.03	DONA GUILHERMINA TENFEN II	12	2
12831	Imóvel urbano	194.27	19.05	25.63	4.28	243.24	DONA GUILHERMINA TENFEN II	12	2
13072	Imóvel urbano	169.62	23.25	23.1	3.9	219.87	BAIRRO EXP. ACHILAES VIZI.	9	004B
13129	Imóvel urbano	59.35	4.26	7.63	1.27	72.51	CAFELANDIA CENTRO	03-B	49

13129	Imóvel urbano	59.7	4.31	7.68	1.28	72.96	CAFELANDIA CENTRO	03-B	49
13196	Imóvel urbano	3.051	903.69	474.52	79.09	4507.91	CAFELANDIA CENTRO	10	57
13269	Imóvel urbano	204.08	60.44	31.76	5.32	301.6	CENTRAL SANTA CRUZ	1	10A
13528	Imóvel urbano	211.82	13.31	24.82	4.62	254.56	PRIMAVERA	3	2
13528	Imóvel urbano	212.03	13.22	24.95	4.48	254.68	PRIMAVERA	3	2
13528	Imóvel urbano	200.24	12.78	23.55	4.34	240.88	PRIMAVERA	3	2
13528	Imóvel urbano	188.54	11.94	22.03	4.06	226.56	PRIMAVERA	3	2
13528	Imóvel urbano	153.11	9.41	18.0	3.36	183.9	PRIMAVERA	3	2
13528	Imóvel urbano	333.31	20.96	39.11	7.0	400.37	PRIMAVERA	3	2
13528	Imóvel urbano	336.43	21.09	39.4	7.14	404.05	PRIMAVERA	3	2
13544	Imóvel urbano	368.27	0.0	8.15	7.4	383.82	PRIMAVERA	05 MAT.11184	2
13579	Imóvel urbano	79.63	23.58	12.38	2.07	117.66	PRIMAVERA	8	2
13706	Imóvel urbano	56.59	12.9	8.34	1.38	79.21	BAIRRO PROF. ANDRE L.DA SILVA PRESTE	1	07-A
13706	Imóvel urbano	67.88	15.48	9.99	1.65	95.0	BAIRRO PROF. ANDRE L.DA SILVA PRESTE	1	07-A
13706	Imóvel urbano	75.48	17.22	11.13	1.86	105.69	BAIRRO PROF. ANDRE L.DA SILVA PRESTE	1	07-A
13706	Imóvel urbano	78.2	17.85	11.52	1.92	109.49	BAIRRO PROF. ANDRE L.DA SILVA PRESTE	1	07-A
13706	Imóvel urbano	79.88	18.24	11.76	1.97	111.85	BAIRRO PROF. ANDRE L.DA SILVA PRESTE	1	07-A
13706	Imóvel urbano	66.52	19.68	10.36	1.72	98.28	BAIRRO PROF. ANDRE L.DA SILVA PRESTE	1	07-A
14311	Imóvel urbano	186.45	16.27	22.14	4.17	229.04	DONA GUILHERMINA TENFEN III	7	5
14311	Imóvel urbano	168.99	14.75	19.98	3.58	207.3	DONA GUILHERMINA TENFEN III	7	5
14311	Imóvel urbano	187.31	16.51	22.3	4.08	230.17	DONA GUILHERMINA TENFEN III	7	5
14311	Imóvel urbano	170.08	14.85	20.26	3.86	209.05	DONA GUILHERMINA TENFEN III	7	5
14311	Imóvel urbano	165.84	14.48	19.63	3.7	203.66	DONA GUILHERMINA TENFEN III	7	5
14311	Imóvel urbano	156.96	13.65	18.57	3.36	192.57	DONA GUILHERMINA TENFEN III	7	5
14311	Imóvel urbano	153.3	13.41	18.1	3.41	188.23	DONA GUILHERMINA TENFEN III	7	5
14311	Imóvel urbano	191.09	16.6	22.56	4.13	234.38	DONA GUILHERMINA TENFEN III	7	5
14311	Imóvel urbano	209.39	18.2	24.67	4.64	256.93	DONA GUILHERMINA TENFEN III	7	5
14311	Imóvel urbano	215.27	18.52	25.28	4.83	263.9	DONA GUILHERMINA TENFEN III	7	5
14311	Imóvel urbano	47.3	14.01	7.36	1.22	69.89	DONA GUILHERMINA TENFEN III	7	5
15075	Imóvel urbano	184.8	153.16	382.5	16.88	737.34	PARQUE VERDE	07-A	5
15075	Imóvel urbano	204.28	129.6	40.08	6.68	380.64	PARQUE VERDE	07-A	5
15075	Imóvel urbano	225.88	143.32	44.32	7.4	420.92	PARQUE VERDE	07-A	5
15075	Imóvel urbano	234.6	109.96	41.36	6.88	392.8	PARQUE VERDE	07-A	5
15075	Imóvel urbano	284.52	113.04	47.68	7.96	453.2	PARQUE VERDE	07-A	5
15075	Imóvel urbano	309.4	91.6	48.12	8.0	457.12	PARQUE VERDE	07-A	5
15270	Imóvel urbano	1142.89	303.52	173.51	28.96	1648.88	PARQUE VERDE	4	7
15334	Imóvel urbano	163.24	154.04	397.83	15.8	730.91	PARQUE VERDE	10	7
15334	Imóvel urbano	177.12	146.8	366.62	16.2	706.74	PARQUE VERDE	10	7
15334	Imóvel urbano	197.44	125.28	38.76	6.44	367.92	PARQUE VERDE	10	7
15334	Imóvel urbano	219.0	139.0	42.96	7.16	408.12	PARQUE VERDE	10	7
15334	Imóvel urbano	241.2	113.0	42.52	7.08	403.8	PARQUE VERDE	10	7
15334	Imóvel urbano	260.48	103.52	43.68	7.28	414.96	PARQUE VERDE	10	7
15385	Imóvel urbano	294.64	117.04	49.4	8.2	469.28	PARQUE VERDE	15-B	7
15385	Imóvel urbano	319.28	94.56	49.68	8.28	471.8	PARQUE VERDE	15-B	7
15407	Imóvel urbano	237.28	70.28	36.92	6.12	350.6	PARQUE VERDE	01-A	8
15482	Imóvel urbano	288.68	42.5	39.72	6.64	377.54	PARQUE VERDE	09-A MAT.11439	8
15482	Imóvel urbano	289.76	42.62	39.86	6.68	378.92	PARQUE VERDE	09-A MAT.11439	8
16004	Imóvel urbano	149.08	59.24	25.0	4.16	237.48	OS PIONEIROS	03-B	11
16004	Imóvel urbano	161.0	47.68	25.04	4.16	237.88	OS PIONEIROS	03-B	11
16039	Imóvel urbano	52.32	20.8	8.76	1.44	83.32	BAIRRO PROF. ANDRE L.DA SILVA PRESTE	3	07-B
16039	Imóvel urbano	56.28	16.68	8.76	1.44	83.16	BAIRRO PROF. ANDRE L.DA SILVA PRESTE	3	07-B
16152	Imóvel urbano	52.56	20.88	8.8	1.44	83.68	BAIRRO PROF. ANDRE L.DA SILVA PRESTE	15	07-B
16152	Imóvel urbano	56.56	16.76	8.8	1.44	83.56	BAIRRO PROF. ANDRE L.DA SILVA PRESTE	15	07-B
16217	Imóvel urbano	42.14	8.54	6.06	0.97	57.71	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	3	7
16217	Imóvel urbano	51.58	10.4	7.42	1.22	70.61	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	3	7
16217	Imóvel urbano	58.22	11.77	8.42	1.47	79.89	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	3	7
16217	Imóvel urbano	63.86	9.57	8.74	1.58	83.75	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	3	7
16217	Imóvel urbano	82.1	12.31	11.32	1.9	107.63	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	3	7
16217	Imóvel urbano	302.15	44.76	41.7	6.8	395.42	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	3	7
16217	Imóvel urbano	283.31	42.04	39.02	6.5	370.88	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	3	7
16217	Imóvel urbano	208.32	82.76	34.92	5.8	331.8	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	3	7
16217	Imóvel urbano	224.8	66.6	34.96	5.84	332.2	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	3	7
16446	Imóvel urbano	9015.23	1698.46	1285.59	214.32	12213.59	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	3	9
16446	Imóvel urbano	176.02	12.56	22.62	3.78	214.98	DONA GUILHERMINA	3	9

							TENFEN IV		
16446	Imóvel urbano	213.28	63.2	33.16	5.52	315.16	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	3	9
16454	Imóvel urbano	909.26	165.61	129.01	21.45	1225.33	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	4	9
16454	Imóvel urbano	188.48	55.84	29.32	4.88	278.52	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	4	9
16462	Imóvel urbano	156.38	28.92	22.24	3.7	211.24	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	5	9
16471	Imóvel urbano	92.29	6.62	11.89	1.98	112.78	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	6	9
16471	Imóvel urbano	170.3	12.12	21.87	3.68	207.97	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	6	9
16471	Imóvel urbano	170.42	12.12	21.95	3.66	208.15	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	6	9
16501	Imóvel urbano	111.92	7.98	14.4	2.38	136.68	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	09 MAT.7.235	9
16543	Imóvel urbano	5483.77	688.44	731.54	123.48	7027.22	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	1	10
16543	Imóvel urbano	4.74	4.94	14.74	0.48	24.9	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	1	10
16543	Imóvel urbano	1.7	1.77	5.28	0.17	8.92	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	1	10
16543	Imóvel urbano	2.96	3.08	9.2	0.3	15.54	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	1	10
16543	Imóvel urbano	5.32	5.41	14.92	0.54	26.19	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	1	10
16543	Imóvel urbano	1.91	1.94	5.36	0.19	9.4	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	1	10
16543	Imóvel urbano	3.32	3.38	9.32	0.34	16.36	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	1	10
16543	Imóvel urbano	62.82	11.61	8.95	1.48	84.86	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	1	10
16586	Imóvel urbano	104.74	19.36	14.9	2.48	141.48	DONA GUILHERMINA TENFEN IV	5	10
16721	Imóvel urbano	176.8	52.36	27.52	4.56	261.24	BENJAMIM ANTONIO MOTTER V	12	1
16837	Imóvel urbano	166.48	49.32	25.88	4.32	246.0	BENJAMIM ANTONIO MOTTER V	3	2
16934	Imóvel urbano	1135.5	25.12	75.47	23.23	1259.32	BENJAMIM ANTONIO MOTTER V	13	2
17213	Imóvel urbano	2422.65	184.64	252.7	52.2	2912.2	BENJAMIM ANTONIO MOTTER V	19	3
17302	Imóvel urbano	168.36	49.84	26.2	4.32	248.72	BENJAMIM ANTONIO MOTTER V	6	4
17493	Imóvel urbano	181.2	53.68	28.16	4.68	267.72	BENJAMIM ANTONIO MOTTER V	1	5
17612	Imóvel urbano	174.8	51.8	27.2	4.56	258.36	BENJAMIM ANTONIO MOTTER V	13	5
17761	Imóvel urbano	80.26	18.31	11.83	1.97	112.37	ALVORADA	3	2
17761	Imóvel urbano	106.1	24.22	15.64	2.61	148.57	ALVORADA	3	2
17914	Imóvel urbano	4358.57	190.07	397.69	90.97	5037.3	ALVORADA	18	2
17914	Imóvel urbano	367.6	16.03	33.54	7.82	424.98	ALVORADA	18	2
17914	Imóvel urbano	545.34	23.77	49.74	11.27	630.13	ALVORADA	18	2
17914	Imóvel urbano	370.34	16.18	33.82	7.82	428.15	ALVORADA	18	2
17914	Imóvel urbano	358.25	15.62	32.68	7.36	413.9	ALVORADA	18	2
17914	Imóvel urbano	237.37	10.32	21.62	5.06	274.37	ALVORADA	18	2
17914	Imóvel urbano	275.69	12.03	25.15	5.98	318.84	ALVORADA	18	2
17914	Imóvel urbano	345.25	15.17	31.5	7.36	399.26	ALVORADA	18	2
17914	Imóvel urbano	287.57	12.36	26.29	6.21	332.42	ALVORADA	18	2
17914	Imóvel urbano	289.95	12.62	26.45	6.21	335.23	ALVORADA	18	2
17914	Imóvel urbano	292.35	12.63	26.79	6.21	337.97	ALVORADA	18	2
18007	Imóvel urbano	178.77	33.06	25.44	4.23	241.5	ALVORADA	09-A	3
18007	Imóvel urbano	182.64	33.78	25.98	4.35	246.75	ALVORADA	09-A	3
18007	Imóvel urbano	182.97	33.81	26.01	4.32	247.11	ALVORADA	09-A	3
18201	Imóvel urbano	6184.24	528.48	657.53	134.3	7504.55	ALVORADA	2	5
18201	Imóvel urbano	68.58	0.0	1.05	1.05	70.68	ALVORADA	2	5
18201	Imóvel urbano	130.21	0.0	2.01	1.95	134.17	ALVORADA	2	5
18201	Imóvel urbano	130.81	0.0	2.03	1.95	134.79	ALVORADA	2	5
18392	Imóvel urbano	301.64	89.32	46.92	7.8	445.68	ALVORADA	3	6
18473	Imóvel urbano	433.2	128.32	67.36	11.24	640.12	ALVORADA	11	6
18546	Imóvel urbano	245.09	72.67	38.06	6.37	362.16	ALVORADA	18	6
18546	Imóvel urbano	313.96	93.0	48.88	8.16	464.0	ALVORADA	18	6
18708	Imóvel urbano	6939.54	1847.88	1054.45	175.8	10017.67	ALVORADA	6	8
18724	Imóvel urbano	209.64	62.08	32.64	5.4	309.76	ALVORADA	08-A MAT.12286	8
18805	Imóvel urbano	1004.07	594.52	191.75	32.03	1822.37	ALVORADA	16	8
19224	Imóvel urbano	140.36	55.76	23.52	3.92	223.56	ALVORADA	02-A	11
19267	Imóvel urbano	207.12	82.28	34.72	5.76	329.88	ALVORADA	6	11
19267	Imóvel urbano	165.5	0.0	3.56	2.64	171.7	ALVORADA	6	11
19313	Imóvel urbano	486.4	308.68	95.4	15.92	906.4	ALVORADA	11	11
19313	Imóvel urbano	101.18	10.5	13.3	2.2	127.17	ALVORADA	11	11
19313	Imóvel urbano	96.52	10.05	12.8	2.1	121.47	ALVORADA	11	11
19313	Imóvel urbano	102.17	10.67	13.5	2.2	128.54	ALVORADA	11	11
19313	Imóvel urbano	195.29	20.23	25.8	4.4	245.71	ALVORADA	11	11
19313	Imóvel urbano	151.77	15.7	20.1	3.3	190.87	ALVORADA	11	11
19313	Imóvel urbano	317.55	32.76	42.0	7.0	399.31	ALVORADA	11	11
19313	Imóvel urbano	157.0	16.12	20.8	3.47	197.38	ALVORADA	11	11
19313	Imóvel urbano	241.01	24.91	31.9	5.3	303.11	ALVORADA	11	11
19313	Imóvel urbano	254.48	26.23	33.67	5.6	319.95	ALVORADA	11	11
19640	Imóvel urbano	74.52	22.07	11.59	1.94	110.12	ALVORADA	09 MAT.11664	14
19828	Imóvel urbano	226.88	67.2	35.28	5.88	335.24	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	3	2
19895	Imóvel urbano	149.76	6.87	13.97	3.08	173.68	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3

19895	Imóvel urbano	1771.24	80.93	164.76	36.96	2053.89	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	4.78	0.28	0.47	0.0	5.53	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	4.68	0.15	0.47	0.0	5.31	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	4.79	0.28	0.47	0.0	5.53	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	1.74	0.01	0.16	0.0	1.92	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	1.63	0.13	0.16	0.0	1.92	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	1.75	0.01	0.16	0.0	1.92	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	2.94	0.14	0.31	0.0	3.39	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	2.93	0.14	0.31	0.0	3.39	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	2.94	0.14	0.31	0.0	3.39	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	138.22	6.3	12.77	3.08	160.38	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	146.61	6.72	13.68	3.08	170.09	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	221.72	9.92	20.68	4.62	256.96	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	205.49	9.44	19.08	4.4	238.41	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	199.96	9.16	18.58	4.18	231.88	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	248.28	11.32	23.15	5.28	288.02	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	276.58	12.49	25.65	5.94	320.66	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	209.41	9.6	19.51	4.4	242.93	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	207.03	9.57	19.15	4.18	239.93	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	210.73	9.48	19.57	4.4	244.19	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
19895	Imóvel urbano	210.4	9.6	19.47	4.4	243.87	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	3
20141	Imóvel urbano	219.68	15.79	28.25	4.7	268.42	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	1	5
20206	Imóvel urbano	129.84	38.44	20.2	3.36	191.84	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	7	5
20214	Imóvel urbano	1548.01	62.48	145.16	32.22	1787.88	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	8	5
20303	Imóvel urbano	4448.82	238.65	422.04	93.75	5203.26	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	17	5
20303	Imóvel urbano	194.15	0.0	5.24	3.88	203.27	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	17	5
20303	Imóvel urbano	192.32	0.0	5.19	3.86	201.37	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	17	5
20303	Imóvel urbano	195.45	0.0	5.28	3.92	204.65	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	17	5
20303	Imóvel urbano	195.26	0.0	5.27	3.92	204.45	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	17	5
20401	Imóvel urbano	9.624	2370.06	7190.98	166.62	10690.09	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	12.64	2.88	1.86	0.31	17.69	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	10.66	2.43	1.57	0.26	14.92	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	10.07	2.3	1.48	0.25	14.1	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	9.75	2.23	1.44	0.24	13.66	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	10.14	2.31	1.49	0.25	14.19	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	4.55	1.04	0.67	0.11	6.37	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	3.81	0.87	0.56	0.09	5.33	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	3.6	0.82	0.53	0.09	5.04	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	3.47	0.79	0.51	0.09	4.86	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	3.62	0.83	0.53	0.09	5.07	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	7.93	1.81	1.17	0.19	11.1	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	6.68	1.52	0.98	0.16	9.34	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	6.32	1.44	0.93	0.16	8.85	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	6.08	1.39	0.9	0.15	8.52	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	6.31	1.44	0.93	0.16	8.84	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	231.38	16.63	29.76	4.96	282.73	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	239.97	17.25	30.87	5.14	293.23	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	233.79	16.81	30.07	5.01	285.68	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	228.51	16.43	29.39	4.9	279.23	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	225.95	16.25	29.06	4.84	276.1	BENJAMIM ANTONIO	10	6

							MOTTER VI		
20401	Imóvel urbano	222.46	16.0	28.62	4.76	271.84	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	172.92	12.44	22.24	3.7	211.3	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	193.53	13.92	24.89	4.16	236.5	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	191.72	13.78	24.66	4.11	234.27	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	194.48	13.99	25.02	4.16	237.65	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20401	Imóvel urbano	162.08	48.0	25.24	4.2	239.52	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	10	6
20486	Imóvel urbano	170.28	50.44	26.48	4.44	251.64	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	4	7
20834	Imóvel urbano	129.0	38.2	20.12	3.36	190.68	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	4	10
20842	Imóvel urbano	128.56	38.08	20.04	3.36	190.04	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	5	10
20869	Imóvel urbano	43.64	8.07	6.21	1.04	58.96	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	7	10
20869	Imóvel urbano	14.53	2.68	2.06	0.35	19.62	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	7	10
21041	Imóvel urbano	128.68	38.12	20.04	3.32	190.16	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	11	11
21105	Imóvel urbano	56.47	0.0	0.01	0.0	56.48	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	2	9
21105	Imóvel urbano	56.38	0.0	0.01	0.0	56.39	BENJAMIM ANTONIO MOTTER VI	2	9
21474	Imóvel urbano	3.656	3448.75	8474.3	355.23	15934.04	OS PIONEIROS	3	4
21512	Imóvel urbano	295.6	87.56	46.0	7.64	436.8	OS PIONEIROS	7	4
21555	Imóvel urbano	204.56	60.56	31.84	5.28	302.24	OS PIONEIROS	3	5
21628	Imóvel urbano	249.48	73.88	38.8	6.48	368.64	OS PIONEIROS	10-A	5
21822	Imóvel urbano	326.92	96.84	50.84	8.48	483.08	OS PIONEIROS	12-A	6
21857	Imóvel urbano	2572.1	252.22	338.94	56.46	3219.72	OS PIONEIROS	15	6
21857	Imóvel urbano	173.46	68.91	29.1	4.83	276.3	OS PIONEIROS	15	6
21857	Imóvel urbano	250.8	74.28	39.0	6.52	370.6	OS PIONEIROS	15	6
21920	Imóvel urbano	143.44	42.48	22.32	3.68	211.92	OS PIONEIROS	07-A	7
22331	Imóvel urbano	2917.57	781.59	443.89	73.95	4217.0	OS PIONEIROS	2	10
22365	Imóvel urbano	216.6	64.16	33.68	5.64	320.08	OS PIONEIROS	2	11
22489	Imóvel urbano	132.4	30.22	19.5	3.24	185.36	OS PIONEIROS	06-A	12
22730	Imóvel urbano	232.96	69.04	36.24	6.08	344.32	PARQUE VERDE	05-B2	1
22811	Imóvel urbano	364.48	107.96	56.68	9.44	538.56	CAFELANDIA CENTRO	08-A	54
23027	Imóvel urbano	165.08	48.92	25.68	4.28	243.96	ALVORADA	11-B	13
23868	Imóvel urbano	258.4	76.52	40.2	6.68	381.8	CHACARAS CAFELANDIA	24C3	GL08
24864	Imóvel urbano	197.24	92.44	34.76	5.76	330.2	CHACARAS CAFELANDIA	48-C-4	GL10
24899	Imóvel urbano	1763.95	535.47	275.9	46.04	2621.36	CHACARAS CAFELANDIA	48-C-3	GL10
24899	Imóvel urbano	227.2	67.28	35.36	5.88	335.72	CHACARAS CAFELANDIA	48-C-3	GL10
25356	Imóvel urbano	626.8	185.68	97.48	16.24	926.2	PRIMAVERA II	9	1
25721	Imóvel urbano	303.92	90.04	47.28	7.88	449.12	PRIMAVERA II	8	5
25895	Imóvel urbano	57.11	13.04	8.42	1.4	79.97	OS PIONEIROS II	03-A-1	1
25933	Imóvel urbano	115.56	34.2	18.0	3.0	170.76	OS PIONEIROS II	04-A	2
25976	Imóvel urbano	118.83	8.48	15.28	2.54	145.13	OS PIONEIROS II	08-A-2	2
26034	Imóvel urbano	61.86	18.32	9.64	1.6	91.42	OS PIONEIROS II	6	3
26093	Imóvel urbano	82.43	0.0	0.6	1.65	84.68	OS PIONEIROS II	2	4
26140	Imóvel urbano	193.04	57.16	30.04	5.0	285.24	OS PIONEIROS II	3	5
26271	Imóvel urbano	147.28	58.52	24.68	4.12	234.6	PARQUE SAO PAULO	01-B	2
26271	Imóvel urbano	159.0	47.08	24.76	4.08	234.92	PARQUE SAO PAULO	01-B	2
26590	Imóvel urbano	123.16	3.54	9.67	2.52	138.89	PARQUE SAO PAULO	12	3
26590	Imóvel urbano	115.4	3.24	9.07	2.31	130.02	PARQUE SAO PAULO	12	3
26590	Imóvel urbano	100.17	2.88	7.88	2.01	112.94	PARQUE SAO PAULO	12	3
26590	Imóvel urbano	138.45	3.9	10.91	2.82	156.08	PARQUE SAO PAULO	12	3
26590	Imóvel urbano	231.34	6.6	18.2	4.86	261.0	PARQUE SAO PAULO	12	3
26590	Imóvel urbano	378.03	10.8	29.78	7.83	426.44	PARQUE SAO PAULO	12	3
26590	Imóvel urbano	385.31	10.98	30.34	7.98	434.61	PARQUE SAO PAULO	12	3
26590	Imóvel urbano	375.4	111.2	58.4	9.72	554.72	PARQUE SAO PAULO	12	3
26841	Imóvel urbano	1.877	1770.32	4350.06	182.35	8179.32	PARQUE SAO PAULO	4	5
27367	Imóvel urbano	249.8	73.96	38.88	6.48	369.12	PARQUE SAO PAULO	8	7
27847	Imóvel urbano	3542.21	856.82	527.79	87.87	5014.69	PARQUE SAO PAULO	4	3
27995	Imóvel urbano	117.68	34.84	18.32	3.08	173.92	OS PIONEIROS II	05-B MAT.15481	6
28169	Imóvel urbano	240.76	71.32	37.48	6.2	355.76	PARQUE VERDE	01-A	5
28363	Imóvel urbano	145.68	43.12	22.68	3.76	215.24	PARQUE SAO PAULO	01-A	5
30724	Imóvel urbano	2.441	723.0	379.64	63.27	3606.57	CAFELANDIA CENTRO	1A17	63
30732	Imóvel urbano	2.441	723.0	379.64	63.27	3606.57	CAFELANDIA CENTRO	1A16	63
30937	Imóvel urbano	416.64	123.44	64.8	10.8	615.68	CAFELANDIA CENTRO	01-B	28
30953	Imóvel urbano	94.96	28.12	14.8	2.48	140.36	OS PIONEIROS II	01-B-2	3
31402	Imóvel urbano	446.8	0.0	6.93	6.69	460.42	CAFELANDIA CENTRO	07-A11	56
31518	Imóvel urbano	154.59	45.78	24.06	3.99	228.42	JARDIM NOVO MILENIO	06 MAT.16770	11
31780	Imóvel urbano	161.99	16.22	21.35	3.57	203.13	JARDIM NOVO MILENIO	17-A	11
32000	Imóvel urbano	261.2	77.36	40.64	6.76	385.96	JARDIM NOVO MILENIO	7	14
32042	Imóvel urbano	137.96	40.84	21.48	3.56	203.84	JARDIM NOVO MILENIO	11	14
32557	Imóvel urbano	229.48	67.96	35.72	5.92	339.08	JARDIM NOVO MILENIO	8	5
32778	Imóvel urbano	148.04	43.84	23.04	3.84	218.76	JARDIM NOVO MILENIO	2	8
33499	Imóvel urbano	148.92	44.08	23.16	3.84	220.0	FLORESTA	1	2
33863	Imóvel urbano	220.68	65.36	34.36	5.68	326.08	FLORESTA	3	6
34215	Imóvel urbano	173.32	49.63	26.75	4.45	254.15	FLORESTA	05 MAT.17354	9
34215	Imóvel urbano	162.47	46.52	25.02	4.18	238.19	FLORESTA	05 MAT.17354	9
34215	Imóvel urbano	160.23	45.97	24.73	4.16	235.09	FLORESTA	05 MAT.17354	9
34223	Imóvel urbano	140.41	0.0	2.15	2.8	145.36	FLORESTA	6	9
34240	Imóvel urbano	97.78	0.0	2.44	1.95	102.17	FLORESTA	8	9
34258	Imóvel urbano	366.36	83.61	53.99	8.99	512.95	FLORESTA	9	9

34258	Imóvel urbano	126.12	80.04	24.72	4.12	235.0	FLORESTA	9	9
34258	Imóvel urbano	149.16	59.28	25.0	4.16	237.6	FLORESTA	9	9
34258	Imóvel urbano	161.08	47.72	25.08	4.2	238.08	FLORESTA	9	9
34461	Imóvel urbano	157.32	46.56	24.48	4.08	232.44	FLORESTA	7	14
34649	Imóvel urbano	125.28	37.08	19.52	3.24	185.12	FLORESTA	03 MAT.17379	11
34851	Imóvel urbano	176.48	52.28	27.44	4.6	260.8	FLORESTA	11	15
36226	Imóvel urbano	136.12	54.08	22.8	3.8	216.8	FLORESTA	17	21
36226	Imóvel urbano	43.84	12.99	6.82	1.14	64.79	FLORESTA	17	21
36226	Imóvel urbano	147.24	43.6	22.92	3.8	217.56	FLORESTA	17	21
38164	Imóvel urbano	297.64	88.16	46.28	7.72	439.8	PARQUE VERDE	01-B-1	6
38253	Imóvel urbano	2267.67	208.52	248.33	49.64	2774.16	OS PIONEIROS II	02-B	6
38300	Imóvel urbano	218.08	64.64	33.92	5.64	322.28	CAFELANDIA CENTRO	06-A	17
38407	Imóvel urbano	149.48	44.32	23.28	3.88	220.96	ALVORADA	03-B	11
39098	Imóvel urbano	275.68	81.64	42.92	7.12	407.36	RES.PIONEIROS III	22	4
39454	Imóvel urbano	128.28	38.0	20.0	3.32	189.6	RES.PIONEIROS III	7	7
39543	Imóvel urbano	213.92	63.36	33.28	5.52	316.08	RES.PIONEIROS III	02-B MAT.21040	8
39586	Imóvel urbano	50.34	9.31	7.16	1.2	68.01	COND.RESIDENCIAL MONTREAL	UN-05	8
39586	Imóvel urbano	37.38	6.91	5.31	0.88	50.48	COND.RESIDENCIAL MONTREAL	UN-05	8
39586	Imóvel urbano	50.97	9.42	7.25	1.21	68.85	COND.RESIDENCIAL MONTREAL	UN-05	8
39586	Imóvel urbano	186.56	55.28	29.0	4.84	275.68	COND.RESIDENCIAL MONTREAL	UN-05	8
39748	Imóvel urbano	260.68	77.2	40.56	6.72	385.16	RES.PIONEIROS III	22	8
39756	Imóvel urbano	239.72	71.0	37.32	6.2	354.24	RES.PIONEIROS III	23	8
39845	Imóvel urbano	191.12	0.0	4.74	3.82	199.68	RES.PIONEIROS III	8	9
39845	Imóvel urbano	112.38	0.0	2.79	2.24	117.41	RES.PIONEIROS III	8	9
40134	Imóvel urbano	281.52	83.4	43.8	7.32	416.04	RES.PIONEIROS III	18	10
40266	Imóvel urbano	99.12	29.36	15.42	2.56	146.46	RES.PIONEIROS III	02-A	11
40274	Imóvel urbano	204.48	60.56	31.84	5.28	302.16	RES.PIONEIROS III	4	11
40746	Imóvel urbano	50.29	3.59	6.47	1.08	61.43	RES.PIONEIROS III	01-B	11
40878	Imóvel urbano	171.68	68.2	28.8	4.8	273.48	FLORESTA	5	12
40878	Imóvel urbano	185.88	55.08	28.92	4.84	274.72	FLORESTA	5	12
40975	Imóvel urbano	196.58	36.35	27.96	4.65	265.54	BAIRRO DANIEL FOLLE	8	2
40975	Imóvel urbano	227.76	67.48	35.44	5.92	336.6	BAIRRO DANIEL FOLLE	8	2
41050	Imóvel urbano	133.72	13.38	17.65	2.95	167.7	BAIRRO DANIEL FOLLE	5	3
41114	Imóvel urbano	160.84	47.64	25.04	4.2	237.72	BAIRRO DANIEL FOLLE	11	3
41181	Imóvel urbano	106.5	31.54	16.58	2.74	157.36	BAIRRO DANIEL FOLLE	18	3
41220	Imóvel urbano	200.8	37.25	28.57	4.75	271.37	BAIRRO DANIEL FOLLE	2	4
41254	Imóvel urbano	86.0	0.0	0.43	1.72	88.15	BAIRRO DANIEL FOLLE	5	4
41254	Imóvel urbano	86.45	0.0	0.44	1.73	88.62	BAIRRO DANIEL FOLLE	5	4
41262	Imóvel urbano	160.84	47.64	25.04	4.2	237.72	BAIRRO DANIEL FOLLE	6	4
41271	Imóvel urbano	213.0	63.08	33.16	5.48	314.72	BAIRRO DANIEL FOLLE	7	4
41360	Imóvel urbano	157.22	46.58	24.46	4.08	232.34	BAIRRO DANIEL FOLLE	16	4
41360	Imóvel urbano	155.76	46.14	24.22	4.04	230.16	BAIRRO DANIEL FOLLE	16	4
41360	Imóvel urbano	200.12	59.24	31.12	5.16	295.64	BAIRRO DANIEL FOLLE	16	4
41386	Imóvel urbano	243.36	72.08	37.88	6.28	359.6	BAIRRO DANIEL FOLLE	18	4
41513	Imóvel urbano	264.7	29.55	35.36	5.92	335.51	BAIRRO DANIEL FOLLE	3	5
41513	Imóvel urbano	266.2	29.76	35.57	5.92	337.45	BAIRRO DANIEL FOLLE	3	5
41645	Imóvel urbano	58.48	4.17	7.52	1.25	71.42	BAIRRO DANIEL FOLLE	16	5
41645	Imóvel urbano	58.83	4.21	7.57	1.26	71.87	BAIRRO DANIEL FOLLE	16	5
41670	Imóvel urbano	200.12	59.24	31.12	5.16	295.64	BAIRRO DANIEL FOLLE	19	5
41874	Imóvel urbano	261.08	77.36	40.6	6.8	385.84	BAIRRO DANIEL FOLLE	5	6
41882	Imóvel urbano	162.28	48.04	25.28	4.2	239.8	BAIRRO DANIEL FOLLE	6	6
42005	Imóvel urbano	148.24	58.92	24.88	4.12	236.16	BAIRRO DANIEL FOLLE	18	6
42005	Imóvel urbano	160.96	47.68	25.08	4.2	237.92	BAIRRO DANIEL FOLLE	18	6
42099	Imóvel urbano	106.56	31.56	16.58	2.76	157.46	BAIRRO DANIEL FOLLE	4	8
42111	Imóvel urbano	106.64	7.6	13.72	2.28	130.24	BAIRRO DANIEL FOLLE	1	9
42153	Imóvel urbano	118.61	13.0	15.8	2.64	150.05	BAIRRO DANIEL FOLLE	5	9
42153	Imóvel urbano	150.57	16.54	20.08	3.34	190.53	BAIRRO DANIEL FOLLE	5	9
42196	Imóvel urbano	162.68	48.16	25.32	4.24	240.4	BAIRRO DANIEL FOLLE	9	9
42226	Imóvel urbano	203.84	95.52	35.92	5.96	341.24	BAIRRO DANIEL FOLLE	12	9
42226	Imóvel urbano	215.96	85.8	36.2	6.04	344.0	BAIRRO DANIEL FOLLE	12	9
42226	Imóvel urbano	234.56	69.48	36.52	6.04	346.6	BAIRRO DANIEL FOLLE	12	9
42251	Imóvel urbano	160.84	47.64	25.04	4.2	237.72	BAIRRO DANIEL FOLLE	3	10
42650	Imóvel urbano	167.08	49.48	26.0	4.36	246.92	OS PIONEIROS	06-B	8
42668	Imóvel urbano	117.0	10.41	15.3	2.58	145.3	JARDIM NOVO MILENIO	01-B	7
42668	Imóvel urbano	133.64	11.88	17.45	2.94	165.92	JARDIM NOVO MILENIO	01-B	7
42862	Imóvel urbano	925.92	587.62	181.62	30.27	1725.43	PARQUE INDUSTRIAL	41-D-2 MAT20104	GL10
42862	Imóvel urbano	6.32	4.01	1.24	0.21	11.78	PARQUE INDUSTRIAL	41-D-2 MAT20104	GL10
42862	Imóvel urbano	719.2	456.4	141.08	23.52	1340.2	PARQUE INDUSTRIAL	41-D-2 MAT20104	GL10
42862	Imóvel urbano	3362.45	2133.92	659.56	109.93	6265.86	PARQUE INDUSTRIAL	41-D-2 MAT20104	GL10
42862	Imóvel urbano	1630.84	764.08	287.4	47.88	2730.2	PARQUE INDUSTRIAL	41-D-2 MAT20104	GL10
42862	Imóvel urbano	1727.88	686.56	289.76	48.28	2752.48	PARQUE INDUSTRIAL	41-D-2 MAT20104	GL10
42862	Imóvel urbano	1869.12	553.68	290.76	48.44	2762.0	PARQUE INDUSTRIAL	41-D-2 MAT20104	GL10
42978	Imóvel urbano	133.28	39.44	20.76	3.44	196.92	BAIRRO MORADA NOVA	2	2
44601	Imóvel urbano	220.52	65.32	34.32	5.68	325.84	BOM JESUS	01-A	2
44628	Imóvel urbano	176.08	52.12	27.4	4.52	260.12	BOM JESUS	03-A	2
45276	Imóvel urbano	142.24	10.13	18.25	3.05	173.67	BOM JESUS	18-B	5
45705	Imóvel urbano	115.16	34.1	17.92	2.98	170.16	BOM JESUS	29	6
45756	Imóvel urbano	207.88	61.6	32.36	5.4	307.24	BOM JESUS	04-A	7
46175	Imóvel urbano	52.11	15.44	8.11	1.35	77.01	EMA FELTRIN	07-A MAT.21364	5
46736	Imóvel urbano	494.4	146.44	76.92	12.8	730.56	JARDIM DAS PALMEIRAS	5	2
46736	Imóvel urbano	131.52	30.02	19.38	3.23	184.15	JARDIM DAS PALMEIRAS	5	2
46744	Imóvel urbano	131.52	30.02	19.38	3.23	184.15	JARDIM DAS PALMEIRAS	6	2
46833	Imóvel urbano	202.18	37.39	28.75	4.78	273.1	JARDIM DAS PALMEIRAS	15	2
46876	Imóvel urbano	131.52	30.02	19.38	3.23	184.15	JARDIM DAS PALMEIRAS	2	3
46949	Imóvel urbano	131.52	30.02	19.38	3.23	184.15	JARDIM DAS PALMEIRAS	9	3

46957	Imóvel urbano	131.52	30.02	19.38	3.23	184.15	JARDIM DAS PALMEIRAS	10	3
47066	Imóvel urbano	89.3	26.44	13.9	2.32	131.96	JARDIM DAS PALMEIRAS	01-A	4
47139	Imóvel urbano	71.2	21.08	11.08	1.84	105.2	JARDIM DAS PALMEIRAS	7	4
47368	Imóvel urbano	124.71	36.93	19.41	3.24	184.29	JARDIM DAS PALMEIRAS	20-A	5
47571	Imóvel urbano	197.68	58.56	30.76	5.12	292.12	JARDIM DAS PALMEIRAS	17-A	6
48160	Imóvel urbano	272.33	43.68	37.91	6.31	360.23	EMA FELTRIN II	01-A	4
48160	Imóvel urbano	274.18	43.95	38.17	6.4	362.7	EMA FELTRIN II	01-A	4
48186	Imóvel urbano	187.79	34.75	26.7	4.43	253.67	EMA FELTRIN II	03-A	4
48186	Imóvel urbano	189.01	34.99	26.89	4.45	255.34	EMA FELTRIN II	03-A	4
48682	Imóvel urbano	257.76	76.32	40.12	6.68	380.88	RESIDENCIAL ALBA	12-A	3
48771	Imóvel urbano	230.88	68.36	35.92	6.0	341.16	RESIDENCIAL ALBA	05-A	4
48984	Imóvel urbano	191.84	56.8	29.84	4.96	283.44	RESIDENCIAL ALBA	09A5	4
49034	Imóvel urbano	146.4	58.16	24.52	4.12	233.2	BOM JESUS	03-B MAT.21061	2
49077	Imóvel urbano	102.15	30.26	15.89	2.65	150.95	CAFELANDIA CENTRO	10-A-1	43
49263	Imóvel urbano	170.76	50.56	26.56	4.4	252.28	COND.RESIDENCIAL MONTREAL	UN-10	8
49336	Imóvel urbano	235.72	69.8	36.68	6.12	348.32	CHACARAS CAFELANDIA	38Q4	GL08
49930	Imóvel urbano	57.46	17.02	8.96	1.5	84.94	FLORESTA	06-B	11
50016	Imóvel urbano	148.96	44.08	23.2	3.84	220.08	PARQUE DO CAFE	04-A	01-A
50075	Imóvel urbano	255.7	6.32	17.27	5.3	284.59	PARQUE DO CAFE	3	1
50075	Imóvel urbano	197.64	58.52	30.76	5.12	292.04	PARQUE DO CAFE	3	1
50083	Imóvel urbano	195.6	57.92	30.44	5.08	289.04	PARQUE DO CAFE	4	1
50113	Imóvel urbano	189.6	56.12	29.52	4.92	280.16	PARQUE DO CAFE	7	1
50121	Imóvel urbano	192.6	57.04	29.96	5.0	284.6	PARQUE DO CAFE	8	1
50261	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	8	2
50270	Imóvel urbano	242.79	6.0	16.37	5.03	270.19	PARQUE DO CAFE	9	2
50270	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	9	2
50300	Imóvel urbano	242.81	6.0	16.39	5.03	270.23	PARQUE DO CAFE	12	2
50300	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	12	2
50326	Imóvel urbano	242.81	6.0	16.38	5.03	270.22	PARQUE DO CAFE	14	2
50326	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	14	2
50369	Imóvel urbano	242.81	6.0	16.38	5.03	270.22	PARQUE DO CAFE	18	2
50369	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	18	2
50385	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	20	2
50474	Imóvel urbano	242.82	6.0	16.38	5.03	270.23	PARQUE DO CAFE	7	4
50474	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	7	4
50661	Imóvel urbano	201.6	59.68	31.36	5.2	297.84	PARQUE DO CAFE	23 - CAUCAO	2
50679	Imóvel urbano	264.31	6.53	17.84	5.46	294.14	PARQUE DO CAFE	24 - CAUCAO	2
50679	Imóvel urbano	204.4	60.52	31.8	5.28	302.0	PARQUE DO CAFE	24 - CAUCAO	2
50709	Imóvel urbano	242.79	6.0	16.38	5.03	270.2	PARQUE DO CAFE	27	2
50709	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	27	2
50741	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	31	2
50750	Imóvel urbano	242.8	6.0	16.39	5.03	270.22	PARQUE DO CAFE	32	2
50750	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	32	2
50873	Imóvel urbano	250.12	74.08	38.92	6.48	369.6	PARQUE DO CAFE	44	2
50881	Imóvel urbano	244.28	72.32	38.0	6.32	360.92	PARQUE DO CAFE	1	3
50954	Imóvel urbano	242.8	6.0	16.38	5.03	270.21	PARQUE DO CAFE	8	3
50954	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	8	3
51021	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	15	3
51055	Imóvel urbano	203.72	60.32	31.72	5.28	301.04	PARQUE DO CAFE	18 - CAUCAO	3
51063	Imóvel urbano	206.76	61.2	32.16	5.36	305.48	PARQUE DO CAFE	19 - CAUCAO	3
51098	Imóvel urbano	242.81	6.0	16.38	5.03	270.22	PARQUE DO CAFE	22	3
51098	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	22	3
51144	Imóvel urbano	242.81	6.0	16.37	5.03	270.21	PARQUE DO CAFE	27	3
51144	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	27	3
51195	Imóvel urbano	81.02	0.0	0.02	0.0	81.04	PARQUE DO CAFE	32	3
51217	Imóvel urbano	122.04	36.12	19.0	3.16	180.32	FLORESTA	17-B	15
51276	Imóvel urbano	242.8	6.0	16.38	5.03	270.21	PARQUE DO CAFE	6	5
51276	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	6	5
51306	Imóvel urbano	242.81	6.0	16.39	5.03	270.23	PARQUE DO CAFE	9	5
51306	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	9	5
51331	Imóvel urbano	242.8	6.0	16.38	5.03	270.21	PARQUE DO CAFE	12	5
51331	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	12	5
51373	Imóvel urbano	237.68	70.36	37.0	6.16	351.2	PARQUE DO CAFE	16	5
51446	Imóvel urbano	242.8	6.0	16.38	5.03	270.21	PARQUE DO CAFE	23	5
51446	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	23	5
51454	Imóvel urbano	226.76	16.18	29.15	4.85	276.94	PARQUE DO CAFE	25	5
51471	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	27	5
51497	Imóvel urbano	187.52	55.52	29.2	4.84	277.08	PARQUE DO CAFE	24	5
51501	Imóvel urbano	326.72	8.07	22.03	6.73	363.55	PARQUE DO CAFE	1	6
51501	Imóvel urbano	253.12	74.96	39.4	6.56	374.04	PARQUE DO CAFE	1	6
51519	Imóvel urbano	246.41	6.09	16.64	5.05	274.19	PARQUE DO CAFE	2	6
51519	Imóvel urbano	190.36	56.36	29.64	4.92	281.28	PARQUE DO CAFE	2	6
51527	Imóvel urbano	246.36	6.09	16.63	5.05	274.13	PARQUE DO CAFE	3	6
51527	Imóvel urbano	190.32	56.36	29.64	4.92	281.24	PARQUE DO CAFE	3	6
51535	Imóvel urbano	246.34	6.09	16.62	5.05	274.1	PARQUE DO CAFE	4	6
51535	Imóvel urbano	190.28	56.32	29.6	4.92	281.12	PARQUE DO CAFE	4	6
51543	Imóvel urbano	246.25	6.09	16.62	5.05	274.01	PARQUE DO CAFE	5	6
51543	Imóvel urbano	190.24	56.32	29.6	4.92	281.08	PARQUE DO CAFE	5	6
51551	Imóvel urbano	246.28	6.09	16.62	5.05	274.04	PARQUE DO CAFE	6	6
51551	Imóvel urbano	190.2	56.32	29.6	4.92	281.04	PARQUE DO CAFE	6	6
51560	Imóvel urbano	246.13	6.08	16.62	5.05	273.88	PARQUE DO CAFE	7	6
51560	Imóvel urbano	190.2	56.32	29.6	4.92	281.04	PARQUE DO CAFE	7	6
51578	Imóvel urbano	246.13	6.08	16.62	5.05	273.88	PARQUE DO CAFE	8	6
51578	Imóvel urbano	190.16	56.28	29.6	4.92	280.96	PARQUE DO CAFE	8	6
51586	Imóvel urbano	246.09	6.08	16.62	5.05	273.84	PARQUE DO CAFE	9	6
51586	Imóvel urbano	190.16	56.28	29.6	4.92	280.96	PARQUE DO CAFE	9	6
51594	Imóvel urbano	246.11	6.08	16.62	5.05	273.86	PARQUE DO CAFE	10	6
51594	Imóvel urbano	190.12	56.28	29.6	4.92	280.92	PARQUE DO CAFE	10	6

51608	Imóvel urbano	259.29	6.41	17.48	5.33	288.51	PARQUE DO CAFE	11	6
51608	Imóvel urbano	200.44	59.36	31.2	5.2	296.2	PARQUE DO CAFE	11	6
51616	Imóvel urbano	377.52	9.38	25.5	7.75	420.15	PARQUE DO CAFE	1	7
51616	Imóvel urbano	292.8	86.72	45.56	7.6	432.68	PARQUE DO CAFE	1	7
51845	Imóvel urbano	250.12	74.08	38.92	6.48	369.6	PARQUE DO CAFE	35	4
51888	Imóvel urbano	287.26	7.1	19.39	5.9	319.65	PARQUE DO CAFE	4	8
51888	Imóvel urbano	222.32	65.84	34.6	5.76	328.52	PARQUE DO CAFE	4	8
51896	Imóvel urbano	288.75	7.14	19.49	5.91	321.29	PARQUE DO CAFE	5	8
51896	Imóvel urbano	223.44	66.16	34.76	5.8	330.16	PARQUE DO CAFE	5	8
51900	Imóvel urbano	290.15	7.17	19.57	6.01	322.9	PARQUE DO CAFE	6	8
51900	Imóvel urbano	224.6	66.52	34.96	5.8	331.88	PARQUE DO CAFE	6	8
52418	Imóvel urbano	206.16	61.04	32.08	5.32	304.6	EMA FELTRIN II	03-B	4
52507	Imóvel urbano	214.28	15.4	23.48	4.59	257.75	EMA FELTRIN II	03-B	3
52663	Imóvel urbano	271.72	80.48	42.28	7.04	401.52	OS PIONEIROS	05-B	6
52671	Imóvel urbano	379.0	112.24	58.96	9.8	560.0	CAFELANDIA CENTRO	04-A	44
53643	Imóvel urbano	235.88	69.84	36.72	6.08	348.52	BAIRRO OURO VERDE	23	6
53678	Imóvel urbano	204.4	60.52	31.8	5.28	302.0	BAIRRO OURO VERDE	2	7
54011	Imóvel urbano	365.6	0.0	4.02	4.88	374.5	BAIRRO OURO VERDE	11	8
54305	Imóvel urbano	182.48	54.04	28.4	4.72	269.64	PARQUE DO CAFE	13	5
54313	Imóvel urbano	182.48	54.04	28.4	4.72	269.64	PARQUE DO CAFE	14	5
54381	Imóvel urbano	204.6	60.56	31.84	5.28	302.28	BAIRRO OURO VERDE	24	9
54461	Imóvel urbano	198.72	58.84	30.92	5.16	293.64	BAIRRO OURO VERDE	8	10
54925	Imóvel urbano	298.2	21.45	32.99	6.4	359.04	PARQUE SAO PAULO	11-B	2
55387	Imóvel urbano	166.12	49.16	25.84	4.28	245.4	JARDIM ITALIA	02-A	2
56111	Imóvel urbano	229.0	67.8	35.64	5.92	338.36	JARDIM ITALIA	7	12
56359	Imóvel urbano	208.12	61.64	32.36	5.4	307.52	JARDIM ITALIA	6	11
56375	Imóvel urbano	229.0	67.8	35.64	5.92	338.36	JARDIM ITALIA	8	11
56626	Imóvel urbano	245.15	17.64	29.16	5.24	297.19	JARDIM ITALIA	12	9
56642	Imóvel urbano	239.84	95.28	40.2	6.72	382.04	JARDIM ITALIA	1	10
56642	Imóvel urbano	261.36	77.4	40.68	6.76	386.2	JARDIM ITALIA	1	10
56936	Imóvel urbano	174.96	51.8	27.24	4.52	258.52	BOM JESUS	06-A	1
57215	Imóvel urbano	259.36	50.74	37.19	6.24	353.53	JARDIM TROPICAL	UN 01	1
57223	Imóvel urbano	160.08	36.54	23.6	3.92	224.14	BOM JESUS	07-B	3
57223	Imóvel urbano	191.72	43.76	28.24	4.72	268.44	BOM JESUS	07-B	3
57240	Imóvel urbano	210.16	62.24	32.72	5.44	310.56	JARDIM TROPICAL	UN 04	1
57258	Imóvel urbano	52.54	15.56	8.18	1.36	77.64	JARDIM TROPICAL	UN 05	1
57339	Imóvel urbano	210.16	62.24	32.72	5.44	310.56	JARDIM TROPICAL	UN 13	1
57355	Imóvel urbano	60.86	4.37	7.83	1.31	74.37	JARDIM TROPICAL	UN 14	1
57355	Imóvel urbano	61.11	4.4	7.86	1.31	74.68	JARDIM TROPICAL	UN 14	1
57541	Imóvel urbano	238.52	70.64	37.12	6.16	352.44	BOM JESUS	01-B	5
58297	Imóvel urbano	202.2	59.92	31.48	5.28	298.88	JARDIM TROPICAL	UN-05	2
58301	Imóvel urbano	202.2	59.92	31.48	5.28	298.88	JARDIM TROPICAL	UN-04	2
58319	Imóvel urbano	202.2	59.92	31.48	5.28	298.88	JARDIM TROPICAL	UN-03	2
58459	Imóvel urbano	182.04	72.32	30.52	5.08	289.96	ALVORADA	01-B	1
58793	Imóvel urbano	153.81	45.54	23.94	3.96	227.25	JARDIM DAS PALMEIRAS	17-B	6
58998	Imóvel urbano	194.16	57.52	30.2	5.04	286.92	CHACARAS CAFELANDIA	23O9	GL08
59005	Imóvel urbano	192.36	56.96	29.92	4.96	284.2	CHACARAS CAFELANDIA	23O10	GL08
59226	Imóvel urbano	121.41	35.94	18.93	3.15	179.43	JARDIM DAS PALMEIRAS	21-B	5
60119	Imóvel urbano	127.26	9.08	16.36	2.72	155.42	BAIRRO OURO VERDE	1	17
61611	Imóvel urbano	465.52	33.47	50.35	9.98	559.32	BAIRRO OURO VERDE	15	22
61913	Imóvel urbano	296.12	87.68	46.08	7.68	437.56	BAIRRO OURO VERDE	18	23
62251	Imóvel urbano	78.16	23.16	12.18	2.04	115.54	JARDIM TROPICAL	UN-20	2
62375	Imóvel urbano	356.8	105.68	55.52	9.24	527.24	CHACARAS CAFELANDIA	24B33	GL08
62405	Imóvel urbano	106.52	31.56	16.58	2.78	157.44	JARDIM TROPICAL	01-C	3
62413	Imóvel urbano	165.96	49.12	25.84	4.32	245.24	JARDIM TROPICAL	01-D	3
62529	Imóvel urbano	203.68	60.36	31.68	5.32	301.04	JARDIM TROPICAL	01-O	3
62880	Imóvel urbano	188.48	55.84	29.32	4.92	278.56	JARDIM TROPICAL	UN-26	2
77888	Imóvel urbano	156.46	11.14	20.11	3.36	191.07	CHACARAS CAFELANDIA	20G5	GL08

Publicado por:
Elisa Aparecida dos Santos Candido
Código Identificador:AB82F8E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2017 PREGÃO Nº 067/2017

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro Oficial e da Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 112/2017, TORNA PÚBLICO o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto o Registro de preços para aquisição de Gêneros Alimentícios para Cesta Básica.

FORNECEDOR: RIO SUL COMERCIO DE PRODUTOSALIMENTICIOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI ME
CNPJ: 07.626.072/0001-98
Valor Total do Fornecedor: 52.428,00 (cinquenta e dois mil quatrocentos e vinte e oito reais).

Lote	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	1200	Pacote	Sal: Refinado, iodado, para consumo doméstico; 1 kg.	R$ 0,89	R$ 1.068,00
01	1200	Pacote	Açúcar: Tipo Cristal, de origem vegetal, incolor, (sacarose de cana-de-açúcar), conforme Resolução CNNPA nº 12 de 1.978 da Anvisa. Embalagem transparente de 5 kg com validade mínima de seis meses.	R$ 7,00	R$ 8.400,00
01	2400	Unid.	Óleo de Soja: Tipo 1: Refinado embalagem plástica de 900ml; validade mínima de seis meses.	R$ 2,31	R$ 5.544,00

01	2400	Pacote	Feijão: Tipo 1, classe branco, novo. Constituído de no mínimo 95 % de grãos inteiros, maduros, limpo e secos, embalagem de pacotes plásticos transparente de 1 kg, validade mínima de seis meses. Produto em conformidade com a Resolução CNNPA nº 12 de 1.978 da Anvisa.	R$ 2,95	R$ 7.080,00
01	1200	Pacote	Café: Torrado e moído puro, com selo de pureza da ABIC; embalagem de 500 gr. Validade mínima de 6 meses. Produto em conformidade com a Resolução CNNPA nº 12 de 1.978 da Anvisa.	R$ 5,71	R$ 6.852,00
01	1200	Pacote	Arroz: Agulhinha classe longo fino, tipo 1, branco, descascado e polido, o produto deve conter no mínimo 90% dos grãos inteiros; embalagem de polietileno transparente, original de fábrica, com 5 kg; isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas; livre de umidade e de fragmentos estranhos, informações do fabricante e data de vencimento estampada na embalagem; mínima de 12 meses a contar a partir da data de entrega. Produto em conformidade com a Resolução CNNPA nº 12 de 1.978 da ANVISA.	R$ 8,61	R$ 10.332,00
01	1200	Unid.	Biscoito doce: tipo maizena ou leite; embalagem de 400g com 03 pcts internos. Produto em conformidade com a Resolução CNNPA nº 12 de 1.978 da Anvisa.	R$ 2,79	R$ 3.348,00
01	1200	Unid.	Sabonete em barra, suave, com registro na ANVISA, aspecto físico sólido, para higienização, embalagem de 90g. Validade mínima de 6 meses.	R$ 0,88	R$ 1.056,00
01	1200	Pacote	Papel higiênico folha simples, de alta qualidade, picotado, pacote com 4 rolos de 30mx10cm.	R$ 2,10	R$ 2.520,00
01	1200	Unid.	Creme dental com flúor embalagem com 90 gr. Com micropartículas de cálcio, ação bacteriana, registro no Ministério da saúde, embalagem deve conter a marca do fabricante, peso liquido. Deve ser aprovado pela ABO - (Associação Brasileira de Odontologia). Validade mínima de 6 meses	R$ 1,46	R$ 1.752,00
01	1200	Unid.	Salsichão de Carne mecanicamente separada de aves, água, pele suína, proteína de soja, pele de aves, sal, amido, carne de frango, embalagem de 600g. Validade mínima de 6 meses	R$ 3,73	R$ 4.476,00
Valor Total					R$ 52.428,00

Valor Total do Pregão: R$ 52.428,00 (cinquenta e dois mil quatrocentos e vinte e oito reais)

Califórnia, 18/10/2017.

BRUNA RAFAELA COATI
Pregoeira

Publicado por:
Daniel Lucas dos Santos Mattos
Código Identificador:2D5881B6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/17

Pregão Presencial nº 42/17

Aos 24º (vigésimo quarto) dia do mês de agosto do ano de 2017, o **MUNICIPIO DE CAMPO MAGRO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n.º 01.607.539/0001-76, com sede na Rodovia Gumercindo Boza, Km 20, n° 20.823, CEP 83.535-000, Centro, Campo Magro - PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **CLAUDIO CESAR CASAGRANDE**, brasileiro, casado, portador do RG nº: 461.9196-0, inscrito no CPF sob nº 865.369.749-72, após a homologação do resultado obtido no PREGÃO PRESENCIAL 42/2017, resolve, nos termos do artigo 15 da Lei n° 8.666/93, **REGISTRAR O(S) PREÇO(S)** para eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA**, em conformidade com o item 1 deste instrumento, ofertados pela empresa **EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob n° 11.101.480/0001-01, com sede na Rua Das Carmelitas, nº 634, Bairro Vila Hauer, Curitiba – Paraná, CEP 81.610-070, telefone (41) 3501-7359, e-mail: efetive@hotmail.com, neste ato representada legalmente pelo(a) Sr(a). **CLAUDEMIR JOSÉ DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador(a) da cédula de identidade R.G. nº 8.885.749-1/PR e C.P.F. nº 841.542.099-49:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA,** descritos no Anexo I, nas condições, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas no Edital e Anexos do Pregão Presencial que lhe deu origem.

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, com observância das disposições da Lei Federal n° 8.666/93, no que couber.

2.2. A Administração Municipal não será obrigada a adquirir os materiais objeto desta licitação, podendo licitar quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa fornecedora, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à empresa fornecedora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

3. DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. O (s) preço (s) a ser (em) registrado (s) na presente Ata refere (m)-se ao preço ofertado pela empresa fornecedora na proposta vencedora do **Pregão Presencial n° 42/2017**, conforme o quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNI	VALOR TOTAL
LOTE 06						
1	Luva de procedimento, descartável, não estéril - Em látex natural **SEM TALCO**; Textura uniforme, espessura média de 0,16mm e comprimento mínimo de 25cm, ambidestra, boa elasticidade, resistente ao calcar, confortável, e anatômica com empunhadura justa - Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade, numero e lote e registro no MS - Caixa com 50 pares de luvas cada **Tam P.**	CX	100	NUGARD / TAM P	R$ 25,00	R$ 2.500,00
2	Luva de borracha grossa - Cor azul ou verde - Para utilização durante limpeza do ambiente clínico na odontologia - Pacote contendo um par de luvas -**Tam M.**	PCT	60	DANNY / TAM M	R$ 6,70	R$ 402,00
3	Luva de procedimento, descartável, não estéril - Em látex natural; Textura	CX	250	NUGARD / TAM M	R$ 22,00	R$ 5.500,00

	uniforme, espessura média de 0,16mm e comprimento mínimo de 25 cm, ambidestra, boa elasticidade, resistente ao calcar, lubrificada com pó bioabsorvível, confortável, e anatômica com empunhadura justa - Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade, numero e lote e registro no MS - Caixa com 50 pares de luvas cada. **Tamanho M.**					
4	Luva de procedimento, descartável, não estéril - Em látex natural; Textura uniforme, espessura média de 0,16mm e comprimento mínimo de 25cm, ambidestra, boa elasticidade, resistente ao calcar, lubrificada com pó bioabsorvivel, confortável, e anatômica com empunhadura justa - Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade, numero e lote e registro no MS - Caixa com 50 pares de luvas cada -**Tam PP**	CX	100	NUGARD / TAM PP	R$ 22,00	R$ 2.200,00
5	Luva de procedimento, descartável, não estéril - Em látex natural; Textura uniforme, espessura média de 0,16mm e comprimento mínimo de 25cm, ambidestra, boa elasticidade, resistente ao calcar, lubrificada com pó bioabsorvivel, confortável, e anatômica com empunhadura justa - Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade, numero e lote e registro no MS - Caixa com 50 pares de luvas cada **Tam P**	CX	250	NUGARD TAM G	R$ 22,00	R$ 5.500,00
6	Luva de procedimento, descartável, não estéril - Em látex natural; Textura uniforme, espessura média de 0,16mm e comprimento mínimo de 25cm, ambidestra, boa elasticidade, resistente ao calcar, lubrificada com pó bioabsorvivel, confortável, e anatômica com empunhadura justa - Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade, numero e lote e registro no MS - Caixa com 50 pares de luvas cada **Tam G**	CX	100	NUGARD / TAM G	R$ 22,00	R$ 2.200,00
7	Luva de procedimento, descartável, não estéril - **em vinil**, com amido para procedimento não cirúrgico, não esterilizado, superfície lisa de cor transparente, ambidestra, lubrificação interna com pó bio-absorvivel - Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade, numero e lote e registro no MS - Caixa com 50 pares de luvas cada. **Tamanho M**	CX	50	DESCARPACK /TAM M	R$ 19,12	R$ 956,00
8	Luva de procedimento, descartável, não estéril - **em vinil**, com amido para procedimento não cirúrgico, não esterilizado, superfície lisa de cor transparente, ambidestra, lubrificação interna com pó bio-absorvivel - Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade, numero e lote e registro no MS - Caixa com 50 pares de luvas cada. **Tamanho P**	CX	50	DESCARPACK / TAM P	R$ 19,44	R$ 972,00
TOTAL DO LOTE 06						R$20.230,00

• Devendo ser executado de acordo com as especificações do Edital de Licitação, Anexos e Proposta apresentada que fazem parte integrante da presente Ata independentemente de transcrição.

3.2. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n° 8.666/93.

3.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços e bens registrados, cabendo à Administração promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:

3.5.1. Liberar a empresa fornecedora do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

3.6. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. A execução do serviço será de forma parcelada, devendo ser efetuada no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do recebimento da solicitação expedida pela Secretaria requisitante.

4.2. A execução deverá ser realizada, quando solicitado, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e os serviços deverão ser executados no prazo de acordo com a secretaria solicitante, no horário das 08:00 às 16:30 horas, de segunda à sexta-feira, no máximo de 02 (dois) dias úteis após o recebimento da ordem de compra.

4.3. Os materiais deverão ser entregues em embalagens adequadas e dentro do seu período de validade, sob pena de:

4.3.1. Proceder à substituição do produto que for entregue em desacordo com o especificado no Edital, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

4.3.2. Arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes à entrega dos produtos;

4.4. Caberá à empresa fornecedora responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto da presente licitação. Ocorrendo quaisquer hipóteses expressas, fica claro que mesmo havendo a fiscalização ou acompanhamento por parte da Administração, a empresa fornecedora não será eximida das responsabilidades previstas no Edital.
4.5. Caberá à empresa fornecedora manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas durante toda execução da Ata de Registro de Preços, inclusive com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do artigo 55, XIII, da Lei nº 8666/93.

4.6. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente Edital.

4.7. Correrão por conta da empresa fornecedora as despesas para efetivo atendimento do objeto licitado, tais como transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, dentre outros.

4.8. À Secretaria requisitante caberá o recebimento do objeto e a verificação de que foram cumpridos os termos, especificações e demais exigências, dando-se em conformidade com o art. 73, inc. II, da Lei nº. 8.666/93:
a) provisoriamente, pelo prazo de até 5 (cinco) dias, recebido(s) por servidores previamente designados, para acompanhamento e fiscalização, mediante carimbo na respectiva Nota Fiscal/Fatura, para efeitos verificação posterior da conformidade do objeto com as exigências editalícias;
b) definitivamente, após 5 (cinco) dias do recebimento provisório, através da verificação da qualidade e quantidade, para a consequente aceitação do objeto entregue.

4.9. Constadas quaisquer irregularidades no objeto entregue, a Secretaria requisitante poderá:

4.9.1. Rejeitá-lo no todo ou em parte, se não corresponder às especificações exigidas, ou apresentar baixa qualidade, determinando-se a substituição ou a rescisão do contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.9.2. Determinar sua complementação ou rescindir a contratação, se houver diferença de quantidades ou de partes, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.9.3. As irregularidades deverão ser sanadas pela empresa fornecedora no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

4.9.4. A recusa da empresa fornecedora em atender à substituição levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

4.10. Os materiais deverão ter prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua entrega.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, subsequentes a data da emissão da Nota Fiscal devidamente acompanhada dos documentos abaixo, dentro dos seus prazos de validade:

a) Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade Junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FGTS;
c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

5.2 A nota fiscal e os documentos apresentados serão submetidos a aprovação da Secretaria Municipal de saúde pública da Prefeitura Municipal de Campo Magro-PR.

5.3 A fiscalização baseada nas entregas dos produtos será realizada pela secretaria solicitante, por servidor a ser designado via portaria, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços realizados não correspondam ao estabelecido no Edital, será registrada a situação inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

5.4 O contratante fará a retenção da contribuição previdenciária sobre as notas fiscais, atendendo ao disposto na Lei 8.212/91, com as alterações introduzidas pela Lei 9.711/98, observada, para tanto, a regulamentação aplicável, não se eximindo da retenção do Imposto de Renda.

5.5 O contratante reserva-se no direito de reter qualquer pagamento devido à contratada, independentemente de sua origem, quando a mesma não comprovar estar em dia com as obrigações previdenciárias. As retenções de que trata este item não estão sujeitas a qualquer correção durante o período em que permanecerem pendentes de comprovação.

5.6 A nota fiscal não poderá conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo nela constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO/PR
- RODOVIA GUMERCINDO BOZA, KM 20, 20.823, CENTRO
- CAMPO MAGRO/PR, CEP: 83.535-000.
- CNPJ N.º 01.607.539/0001-76
- INSCRIÇÃO ESTADUAL – ISENTA
- No campo Observações incluir: Ata de registro de preços nº 94/2017/ PM CAMPO MAGRO/PR.

5.7 O Município em hipótese alguma efetuará pagamento de reajuste, correção monetária ou encargos financeiros correspondentes ao atraso na apresentação das faturas corretas.

5.8 Caso se constate irregularidade nas faturas apresentadas, o Município, a seu exclusivo critério, poderá devolvê-las ao proponente, para as devidas correções, ou aceitá-las, glosando a parte que julgar indevida. Na hipótese de devolução, as faturas serão consideradas como não apresentadas para fins de atendimento às condições contratuais.

5.9 Os preços contratados são fixos, porém, poderão sofrer acréscimos ou supressões caso haja alteração no quantitativo, nos termos da lei, ou ainda, ter o restabelecimento do seu equilíbrio econômico e financeiro a qualquer tempo, nas condições e situações estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/1993 e alterações posteriores.

6. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A empresa fornecedora terá seu registro cancelado nas seguintes hipóteses:
a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) por razões de interesse público.

6.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no subitem 6.1, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do órgão responsável da Administração.

7. DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

7.1. A empresa fornecedora poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

7.2. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento desta Ata de Registro de Preços, ou não aplicação de sanções,os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar o fornecimento do objeto da licitação:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).
7.2.1.Os casos enumerados nesse subitem deverão ser satisfatoriamente justificados pela empresa fornecedora.

7.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado à Administração em até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

7.3.1. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro) horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência, como caso fortuito ou de força maior.

8. DAS PENALIDADES

8.1. São aplicáveis à empresa fornecedora as seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa:
8.1.2.1. De 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho pela inexecução parcial do objeto;

8.1.2.2. De 20% (vinte por cento) do valor da nota de empenho pela inexecução total do objeto, além da aplicação da pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos, ou declaração da inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, a critério do Município;

8.1.2.3. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da nota de empenho, quando sem justificativa aceita pela Administração, a empresa fornecedora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido;

8.1.2.4. Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da nota de empenho para cada dia de atraso na entrega da mercadoria;

8.1.3. Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa e impedimento de contratar com a Administração, e de 10 (dez) dias úteis, na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.1.4. As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações cumulativas, serão regidas pelo artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

8.2. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

8.3. O prazo para pagamento de multas será de 03 (três) dias úteis, a contar da intimação da infratora, sob pena de inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

9.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Elemento	Projeto Atividade	Fonte de Recurso
07	02	3.3.90.30.00.00.00.00	2037	495
07	01	4.4.90.52.00.00.00.00	2033	0000

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessará as obrigações da empresa fornecedora de cumprir as solicitações de entrega dos materiais encaminhadas até o término da respectiva data.

10.2. A Administração não se obrigará a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições estabelecidas no Pregão Presencial que lhe originou.

10.3. Na contagem dos prazos estabelecidos Ata, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
10.4. Fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços as condições estabelecidas no Edital e Anexos do Pregão Presencial que lhe deu origem, bem como as normas contidas na Lei n° 8.666/93.

11. DO FORO

11.1. Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro Regional da Comarca de Almirante Tamandaré, com renúncia de outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitar todas disposições estabelecidas na presente Ata, firmando o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Prefeitura do Município de Campo Magro, 24 de agosto de 2017.

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE	*MARCIA PAVÃO*	*CLAUDEMIR JOSÉ DOS SANTOS*
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Saúde pública	RG. 8.885.749-1/PR
Contratante		Sócio/Administrador
		Contratada

Testemunha:

_____
Nome:
R.G.:

Testemunha:

_____
Nome:
R.G.:

Publicado por:
Karine Maria Trevisan
Código Identificador:59E5DB53

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2017 - REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO INTERNO Nº 169/2017

Hiroshi Kubo, Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório, modalidade **Pregão Presencial nº 062/2017 – Menor Preço por Item – Sistema de Registro de Preços**, realizado no dia 17 de outubro de 2017 (Lances e Habilitação), objetivando a ***prestação de serviços de locação de brinquedos, pipoqueiro e máquina de fazer algodão doce, que será utilizado em eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social***, ficando assim **ADJUDICADO** o Pregão Presencial em favor da empresa: **MARIA EUNICE GONÇALVES LEITE DE OLIVEIRA 15705437803 - CNPJ Nº 15.710.567/0001-29,** por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração.

Nº	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UND	V. UNITÁRIO (R$)
01	**Estrutura**em ferro galvanizado	08	Diárias	170,00
	Molas helicoidais galvanizadas			
	Lona de Salto com proteção UV e sem emenda, protetor de molas			
	Barras de proteção lateral em ferro galvanizado revestidas com baguetes coloridos espumados.			
	Rede de proteção lateral multicolorida.			
	Diâmetro: 3,05m **(**Cama elástica pequena) (3,05m)			
02	**Estrutura** em ferro galvanizado	08	Diárias	190,00
	Molas helicoidais galvanizadas			
	Lona de Salto com proteção UV e sem emenda, protetor de molas			
	Barras de proteção lateral em ferro galvanizado revestidas com baguetes coloridos espumados.			
	Rede de proteção lateral multicolorida.			
	Escada de acesso fabricada com ferro galvanizado. **Diâmetro:**4,30m (Cama elástica grande)			
03	**Especificações:**	08	Diárias	560,00
	- Acompanha 01 motor de 1cv de voltagem 127/220v			
	- Com escorregador inflável			
	- Capacidade para 06 crianças de até 12 anos			
	- As cores da lona podem variar conforme a disponibilidade em estoque.			
	Dimensões:			
	Comprimento: 7,50mts			
	Largura: 4,0mts			
	Altura: 5,0mts (tobogã inflável grande)			
04	· Medidas mínimas: 5 x 5m alt 3m	08	Diárias	730,00
	· Motor Trifásico (220 ou 380v).			
	· Chave manual de alta e baixa rotação			
	Acompanha 01 motor monofásico de			
	· 1cv c/ chave reversora de voltagem (110/220v) para o colchão inflável.			
	· Colchão confeccionado em KP 1000(touro mecânico)			
05	**Este inflável é multicolorido e as cores podem variar conforme a fabricação.**	08	Diárias	490,00
	Especificações: Infla em 2 minutos!			
	Suporta até 120Kg. Vida útil em média de 04 anos.			
	Dimensões: Comprimento 3.30m x Largura 2.30m x Altura 2.50m.			
	Comprimento da Boca do Jacaré: 90cm.			
	Peso do Produto:50 Kg.			

	Embalagem:0.70m x 0.50m x 0.50m			
06	**Locação de pipoqueiro para eventos realizados no CRAS.**	08	Diárias	145,00
07	**Locação de máquina de fazer algodão doce para eventos realizados no CRAS.**	08	Diárias	145,00

Carlópolis, 18 de outubro de 2017.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Margareth Nogueira
Código Identificador:424D458F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 175/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 58/2017.
VALIDADE: 12 MESES.

Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Avenida dos Pioneiros, nº 500,o excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe **REGISTRA OS PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFETO DE PETRÓLEO – GLP, 13 E 45 KG, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DAS SECRETARIAS,** conforme o certame licitatório desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi(ram) classificada(s) conforme segue.
Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do pregão presencial nº **58/2017.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os produtos deverão ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos.
PARÁGRAFO TERCEIRO – A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência.
PARÁGRAFO QUARTO – A quantidade especificada no objeto não gera direito adquirido ao fornecedor, tratando-se de mera estimativa, não obrigando ao município a aquisição de todo o material, durante a vigência da ata;

CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO

Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:

EMPRESA: LEOCIR PAULO RAFANIN 04222360988
ENDEREÇO: Rua Eurides Rodrigues Lima, 396, Alto Alegre – Catanduvas/PR
CNPJ: 09.081.162/0001-76

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	APRES.	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	GAS P13	UN	500	SUPER GAS BRAS	74,00	37.000,00
2	GAS P45	UN	70	SUPER GAS BRAS	348,00	24.360,00
TOTAL						**61.360,00**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

PARÁGRAFO QUARTO - A quantidade total poderá ser **aumentada ou reduzida**, conforme as necessidades da Prefeitura Municipal, observado o limite máximo para aumento de 25%, de acordo com o que dispõe o art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93

CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:
1 - À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:
2 - Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos.

3 - Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de R$ 100,00 (cem reais), por dia, de atraso ou de demora.
4 - Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal, aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta, por infração, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos produtos.
5 - Nos termos do art. 7° da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:
a) apresentação de documentação falsa;
b) retardamento na execução do objeto;
c) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
d) comportamento inidôneo;
e) fraude na execução do contrato;
f) falha na execução do contrato.
6 - Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.
7 - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO– A entrega deverá ocorrer em até 03 (três) dias após a solicitação emitida pela municipalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O prazo de validade da ata de registro de preço é 12 meses a partir da assinatura da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A vigência da ata é de 30 dias além do prazo de validade da mesma.

PARÁGRAFO QUARTO - LOCAL DE ENTREGA – Dependências da Secretaria solicitante ou onde esta indicar.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega dos produtos mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:
- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Requisições de entrega emitidas pela Secretaria Competente,
- Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal;
- Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
- Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- CNDT

PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

PARÁGRAFO QUARTO - Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos da seguinte rubrica orçamentária:
02.04.04.122.1050.2.005.3.3.90.30;
02.07.12.361.1400.2.010.3.3.90.30;
02.07.12.365.1400.2.013.3.3.90.30;
02.07.27.812.1950.2.017.3.3.90.30;
02.08.15.452.1500.2.018.3.3.90.30;
02.09.08.122.1200.2.022.3.3.90.30;
02.09.08.243.1201.6.024.3.3.90.30;
02.09.08.244.1200.2.023.3.3.90.30;
02.10.20.606.1700.2.029.3.3.90.30;
02.11.10.301.1300.2.033.3.3.90.30;
02.11.10.304.1300.2.037.3.3.90.30;
02.12.08.243.1201.6.025.3.3.90.30;
02.12.08.243.1201.6.039.3.3.90.30;
02.13.08.244.1200.2.042.3.3.90.30;
02.14.11.344.1350.2.027.3.3.90.30;
02.15.13.392.1450.2.016.3.3.90.30;
02.16.08.241.1200.2.040.3.3.90.30.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epigrafe.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A gestão da presente ata será de responsabilidade da Secretaria solicitante e a fiscalização da mesma fica a cargo de pessoa nomeada/designada pela administração municipal.

PARÁGRAFO QUARTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas, 16/10/2017.

Município de Catanduvas
MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito Municipal
CPF: 842.080.829-68

Leocir Paulo Rafanin
04222360988
LEOCIR PAULO RAFANIN
CPF: 042.223.609-88

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Fiscal do Contrato

FRANCISCO ALVES DOS SANTOS
Gestor do Contrato

Publicado por:
Rafael Pistori
Código Identificador:A6A01D2D

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 116/2017

SÚMULA: Regulamenta os artigos 24, 29, 41, 42, 44, 45, 53, 64 da Lei Complementar 088/2000 quanto a geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), da Declaração Eletrônica do ISS, em observação à Legislação Nacional e Municipal, bem como em consonância com o artigo 4º, da Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1.990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor (CDC), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em observação à Legislação Nacional e Municipal, tudo em consonância com o artigo 4º da Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor (CDC),

DECRETA

Art. 1º - Fica regulamentada a geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e a Declaração Eletrônica do ISSQN, doravante denominados ISSQN Eletrônico (ISS-e), de existência exclusivamente digital, que deverá ser gerado, armazenado e apresentado eletronicamente à Administração Tributária, por meio do uso da Tecnologia da Informação, tendo como objetivo registrar as operações relativas à prestação e contratação de serviços.
Parágrafo único – A geração da NFS-e e a Declaração Eletrônica do ISS somente se dará através dos serviços informatizados disponibilizados pelo município de Catanduvas, Estado do Paraná na Internet no endereço _http://www.catanduvas.pr.gov.br, sendo vedada a utilização de outro meio não previsto neste decreto.

TÍTULO I
Da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
CAPÍTULO 1
Dos Contribuintes Obrigados

Art. 2º – As pessoas físicas e jurídicas, prestadoras de serviços, contribuintes do ISSQN, ainda que optante pelo regime previsto na lei complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, denominado Simples Nacional, independente da incidência do ISS sobre os serviços executados, inscritas no Cadastro de Contribuintes, do município de Catanduvas, Estado do Paraná, emitirão a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), utilizando-se da Tecnologia da Informação e de Certificado Digital, obtido através de Autoridade Certificadora da ICP-Brasil.
Parágrafo Primeiro – Os contribuintes referidos no *caput* do artigo são aqueles enquadrados nos subitens da lista de serviços, tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), constantes na Lei Complementar nº 030/2.003.
Parágrafo Segundo – Os contribuintes que estejam emitindo Nota Fiscal de Prestação de Serviços, em talonários, do tipo fatura ou conjugadas, ainda que de forma eletrônica, de qualquer série, independente da forma do seu preenchimento, em conformidade com a Atividade Econômica de Prestação de Serviços que exerçam, e com a Receita Bruta Total auferida com a prestação de serviços, passarão a gerar NFS-e em substituição ao método utilizado anteriormente.
Parágrafo Terceiro – A legislação e os manuais poderão ser obtidos através de *Download* no portal do Município na Internet.
Art. 3º – Os contribuintes especificados no artigo segundo, poderão optar pela geração da NFS-e, de forma espontânea, independente da relação de atividades econômicas que exerçam, da receita bruta total auferida com a prestação de serviços e do cronograma para o ingresso previsto no capítulo 5 (cinco) deste decreto.

CAPÍTULO 2
Dos Contribuintes Dispensados da Obrigação

Art. 4º - Os contribuintes enquadrados nas situações previstas nos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, deste artigo, poderão ser dispensados da geração da NFS-e.
Parágrafo Primeiro – Cujo lançamento é efetuado de ofício pela Autoridade Administrativa, na forma da legislação tributária municipal.
Parágrafo Segundo – Cujos serviços são executados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, do qual não exista grau de hierarquia, mediante remuneração, sem deferi-los a terceiros.
Parágrafo Terceiro – Cujos serviços sejam prestados por sociedades de profissionais com trabalho pessoal do próprio contribuinte, do qual não exista grau de hierarquia.
Parágrafo Quarto – Que estejam enquadrados em Regime Especial de Tributação na forma da legislação tributária municipal.
Parágrafo Quinto – A dispensa a que se refere o *caput* não se aplica àqueles que já estiverem emitindo nota fiscal de serviço, devendo ser requerida pelo contribuinte mediante protocolo na Prefeitura, ficando o pedido de dispensa sujeito a análise e posterior decisão da Prefeitura.

CAPÍTULO 3
Dos Demais Contribuintes

Art. 5º - Os contribuintes não obrigados à emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) deverão continuar emitindo os documentos fiscais e os escriturando em conformidade com a legislação tributária municipal.

CAPÍTULO 4
Do Método para o Ingresso

Art. 6º - Para o ingresso na metodologia de geração de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), os contribuintes especificados no Capítulo 1 (um), deve concomitantemente, exercer a atividade econômica descritas na legislação municipal e/ou auferir receita bruta total com a prestação de serviços conforme descrito no capitulo 5 (cinco) deste decreto.
Parágrafo Primeiro – Os contribuintes não obrigados ou dispensados e que fizerem opção, espontaneamente, pela geração da NFS-e, deverão executar os procedimentos administrativos necessários para o ingresso no novo método, na forma da legislação tributária municipal.
Parágrafo Segundo – O ingresso na nova metodologia, ainda que por opção do contribuinte, estará sujeita a análise e autorização da Autoridade Administrativa nos termos da legislação tributária municipal.

Seção 1
Da Solicitação de Acesso ao Sistema e dos Documentos Necessários para Análise

Art. 7º - O acesso ao sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), para geração de NFS-e, deve ser requerida mediante o preenchimento da solicitação de acesso ao sistema, disponível na internet, no endereço
_http://www.catanduvas.pr.gov.br.

Art. 8º - Após o preenchimento, a solicitação de acesso deve ser impressa e opcionalmente a critério da Fazenda Municipal, anexado os seguintes documentos:
I – cópia autenticada do contrato social atualizado, quando for o caso;
II – cópia autenticada do cartão CNPJ atualizado, quando for o caso;
III – cópia autenticada da inscrição estadual atualizada, quando for o caso;
IV – cópia autenticada do comprovante de endereço do estabelecimento;

V – cópia autenticada de declaração da receita bruta total com a prestação de serviço, dos últimos 12 meses anterior ao mês da solicitação de acesso citada no *caput* deste artigo, destacados mês a mês;
VI – consulta impressa quanto a opção ao Simples Nacional;
VII – notas fiscais de serviços e/ou qualquer outro documento fiscal similar não utilizados.
Parágrafo Primeiro – As cópias dos documentos citados nos incisos de I a VI, deste artigo, poderão ser cópias simples, quando entregue pelo próprio contribuinte e acompanhados do documento original.
Parágrafo Segundo – A solicitação de acesso, prevista no artigo 7º (sétimo), deverá ser protocolada com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação a data da obrigatoriedade prevista no capitulo 5 (cinco).
Parágrafo Terceiro – Após protocolado, a autoridade administrativa, no prazo de até 3 (três) dias, analisará a solicitação e os documentos constantes nos incisos do artigo 8º (oitavo), atualizará o Cadastro de Contribuintes e fará o deferimento ou indeferimento da solicitação, conforme o caso.
Parágrafo Quarto – Os contribuintes em início de atividade, após publicação deste decreto, estão dispensados da entrega dos documentos citados nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII.
Parágrafo Quinto – Os prestadores que já estiverem emitindo nota fiscal de serviços eletrônica antes da publicação deste decreto estão dispensados da apresentação dos documentos citados nos incisos de I a VII.

Art. 9º - A solicitação prevista na Seção 1 (um) do Capítulo 4 (quatro), uma vez deferida, será irretratável.
Parágrafo único – Depois de deferido, os contribuintes especificados no capitulo 1, do título I, iniciarão a geração da NFS-e no dia seguinte ao deferimento da autorização.

CAPÍTULO 5
Do Cronograma para o Ingresso
Art. 10 – O sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) estará disponível de forma facultativa a todos os prestadores de serviço, especificados no capitulo I, a partir de 01 de novembro de 2017 e a obrigatoriedade de geração da NFS-e em substituição ao método utilizado anteriormente, para todos os prestadores de serviço no âmbito municipal, será a partir de 01 de fevereiro de 2018.
Parágrafo Único – Os prestadores de serviços enquadrados nas atividades de Contabilidade e Serviços Contábeis, especificados no item 17 da lista de serviços constantes na Lei Municipal nº 030/2003, o ingresso obrigatório se dará a partir de 01 de novembro de 2017.

CAPÍTULO 6

Seção 1
Das Funcionalidades Disponíveis aos Prestadores e Tomadores de Serviços

Art. 11 – O sistema de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) contempla duas soluções:
Parágrafo Primeiro – A solução *on-line* será disponibilizada no *site* do município, contemplando as seguintes funcionalidades:
I – geração de nota fiscal de serviço eletrônica, sendo este um processo síncrono;
II – recepção e processamento de lote de RPS, sendo este um processo assíncrono;
III – envio de lote de RPS síncrono;
IV – cancelamento de NFS-e, sendo este um processo síncrono;
V – substituição de NFS-e, sendo este um processo síncrono;
VI – emissão da carta de correção, sendo este um processo síncrono;
VII – cancelamento da carta de correção, sendo este um processo síncrono;
VIII – consulta de NFS-e por RPS, sendo este um processo síncrono;
IX – consulta de lote de RPS, sendo este um processo síncrono;
X – consulta de NFS-e dos serviços executados, contratados ou intermediados, sendo este processo síncrono;
XI – consulta por faixa de NFS-e, sendo este um processo síncrono;
XII – consulta de empresas autorizadas a emitir NFS-e, sendo este um processo síncrono;
XIII – manifesto da NFS-e recebida pelo tomador e/ou intermediário do serviço.
Parágrafo Segundo – A solução *Web Service* será disponibilizada pelo município e permite integrar os sistemas tecnológicos instalados nas dependências dos prestadores e dos tomadores de serviços com a solução citada no parágrafo primeiro deste artigo.
Parágrafo Terceiro – O acesso a solução citada no parágrafo segundo se dará por meio de certificado digital.

Seção 2
Da Geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Art. 12 – A geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), pelos contribuintes obrigados, especificados no capitulo 1 (um), é indispensável em qualquer prestação de serviços, sejam para pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado ou público, interno ou externo, ainda que não haja incidência do ISS.
Parágrafo Primeiro – A geração a que se refere o *caput* será feita no portal do município ou via *Web Services* disponibilizados na Internet através do endereço
http://www.catanduvas.pr.gov.br.
Art. 13 – Os contribuintes obrigados, especificados no capitulo 1 do título I deste decreto, que estiverem enquadrados:
Parágrafo Primeiro – Em um dos incisos deste parágrafo, existindo a prestação de serviço, deverão gerar, no mínimo uma NFS-e por mês com o total da receita bruta, considerando os serviços executados e o subitem correspondente, sendo facultativo a observação das regras contidas no artigo 14 (quatorze):
I – 6–Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres;
II – 12–Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres;
III – 27–Serviços de assistência social;
IV – 30–Serviços de biologia, biotecnologia e química;
V – 34–Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres;
VI – 35–Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
Parágrafo Segundo – Em um dos incisos deste parágrafo, existindo a prestação de serviço, deverão gerar, no mínimo uma NFS-e por mês com o total da receita bruta, considerando os serviços executados e o subitem correspondente, devendo observar o descrito no artigo 14 (quatorze):
I – 8–Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza;

Parágrafo Terceiro – Em um dos incisos deste parágrafo, existindo a prestação de serviço, deverão gerar, no mínimo uma NFS-e por dia com o total da receita bruta, considerando os serviços executados e o subitem correspondente, sendo facultativo a observação das regras contidas no artigo 14 (quatorze):
I – 13–Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia;
II – 19–Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres;
III – 21–Serviços de registros públicos, cartorários e notariais;
IV – 22–Serviços de exploração de rodovia.
Parágrafo Quarto – Deverão gerar a NFS-e no primeiro dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, nos casos previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo;
Parágrafo Quinto – Deverão indicar como Data do Serviço o último dia do mês que os serviços foram executados, nos casos previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo;
Parágrafo Sexto – Deverão gerar a NFS-e no dia seguinte ao da execução do serviço, nos casos previstos no parágrafo 3º (terceiro) deste artigo;
Parágrafo Sétimo – Deverão indicar como Data do Serviço a data da execução do serviço, nos casos previstos no parágrafo 3º (terceiro) deste artigo;
Parágrafo Oitavo – As disposições contidas neste artigo não excluem a obrigatoriedade dos contribuintes citados no *caput* de fornecerem NFS-e à aqueles que solicitarem expressamente;
Parágrafo Nono – Os contribuintes não abrangidos neste artigo deverão gerar NFS-e de forma habitual conforme legislação tributária municipal;
Art. 14 - A identificação do tomador dos serviços é obrigatória quando da emissão da NFS-e, salvo as exceções previstas neste decreto.
Art. 15 – A Base de Cálculo do ISSQN somente poderá ser reduzida nas situações previstas na legislação tributária de Catanduvas, Estado do Paraná, nestas situações o valor deduzido deverá ser destacado no campo "dedução".
Art. 16 – A alíquota do ISSQN é definida pela legislação municipal e pela legislação do Simples Nacional, será permitida a sua alteração quando o ISSQN for devido a outro município e o prestador não for optante pelo Simples Nacional.
Art. 17 – A NFS-e deverá ser impressa em via única e entregue ao tomador do serviço, exceto quando a NFS-e, por solicitação do tomador do serviço, for encaminhada por *e-mail*, ainda que a NFS-e tenha sido gerada a partir do Recibo Provisório de Prestação de Serviço (RPS), segundo a legislação de que trata do assunto.
Art. 18 – Todos os serviços executados deverão constar na NFS-e, não sendo permitido o agrupamento dos itens e subitens constantes na Lei 030/2003 em uma única NFS-e.
Art. 19 – Depois de gerada a NFS-e, não será permitida a sua alteração e sim somente o seu cancelamento, ou a sua substituição ou a emissão de Carta de Correção Eletrônica.
Art. 20 – Caso o ISSQN seja devido para mais de um município o prestador do serviço deverá emitir uma NFS-e para cada um dos municípios.

Seção 3
Dos Serviços da Construção Civil

Art. 21 – Quando o serviço executado pelo prestador referir-se a serviço de construção civil, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) deverá ser gerada de acordo com a obra.
Parágrafo Primeiro – O contribuinte deve destacar no campo "descrição", após discriminar todos os detalhes relativos ao serviço executado, e quando houver, deve destacar também o número da nota fiscal de mercadorias, o CPF/CNPJ e a Inscrição Estadual, do contribuinte que emitiu a referida nota fiscal de mercadoria, e o endereço completo onde serão utilizadas as mercadorias.
Parágrafo Segundo – Não será permitido reaproveitar a nota fiscal de mercadoria, ora destacada em uma nota fiscal de serviços emitida, salvo nos casos quando houver comprovação da possibilidade da aplicação dos materiais em mais de uma obra.
Parágrafo Terceiro – A Administração Tributária utilizará as coordenadas geográficas para localização exata da obra, bem como para diferenciá-las umas das outras, conforme legislação municipal.

CAPÍTULO 7
Da Composição da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Art. 22 – A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) conterá:
I – o brasão do município;
II – informações do município;
III – nome da Secretaria responsável;
IV – número do telefone, o endereço do município na Internet;
V – o termo "Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e)".
VI – o número do processo quando a exigibilidade do ISSQN estiver suspensa por processo administrativo ou por decisão judicial.
Art. 23 – A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) não possuirá seriação e sim apenas o tipo de documento "NFS-e".
Art. 24 – Cada um dos contribuintes obrigados, especificados no Capítulo 1 (um) terão a numeração da NFS-e iniciada pelo número 1, exceto nos casos quando for possível dar continuidade na numeração utilizada anteriormente a este decreto.
Parágrafo único. A numeração da NFS-e será gerada pelo sistema, em ordem numérica crescente e sequencial, sendo específico para cada contribuinte citado no Capítulo 1 (um).
Art. 25 – O documento auxiliar da NFS-e, conforme modelo disponibilizado pelo sistema no ato da sua impressão deverá conter, dentre outras, as seguintes informações:
I – a logomarca e os dados cadastrais do contribuinte;
II – a data da execução do serviço, o número e o código verificador da NFS-e;
III – o brasão do município e seus dados;
IV – a data da geração da NFS-e, a natureza da operação e o município onde o ISS é devido;
V – os dados cadastrais de quem contrata o serviço:
a) CPF ou CNPJ, inscrição estadual, quando possuir cadastro de contribuinte no estado, e inscrição municipal, quando possuir cadastro de contribuinte no município;
b) nome ou razão social;
c) nome fantasia, quando for o caso;
d) endereço completo, bairro e CEP;
e) cidade;
f) estado;

g) telefone.
VI – intermediário do serviço, quando for o caso;
VII – identificação do(s) serviço(s) executado(s):
a) subitem constante na lista de serviços da lei complementar nacional 116/2003 e sua descrição;
b) descrição dos serviço(s) executado(s);
c) valor total;
d) alíquota aplicada sobre a base de cálculo, ainda que o contribuinte seja optante pelo Simples Nacional de acordo com a legislação municipal ou do Simples Nacional;
e) valor do imposto;
f) e indicação de retenção na fonte, quando for o caso.
VIII – base de cálculo e valor do ISS das notas emitidas;
IX – base de cálculo e valor do ISS das notas emitidas com retenção na fonte;
X – valor total do ISS;
XI – valor das deduções e/ou descontos incondicionados;
XII – valor total da NFS-e e valor líquido da NFS-e;
XIII – informações adicionais.
a) cadastro especifico do INSS (CEI) e anotação de responsabilidade técnica (ART) quando o serviço executado referir-se a construção civil.
Parágrafo único. Não será permitido descrever vários serviços numa mesma NFS-e, salvo quando se tratar do mesmo subitem.

Seção 1
Da Impressão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica no Estabelecimento do Prestador de Serviço

Art. 26 - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) poderá ser impressa pelo sistema de gestão instalado nas dependências do estabelecimento do prestador, a partir do arquivo *XML* (*Extensible Markup Language*) gerado após emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) pelo sistema NFS-e disponibilizado pela Prefeitura, devendo o prestador:
Parágrafo Primeiro – Utilizar, na integra, o modelo da NFS-e vigente disponível no sistema NFS-e instalado nas dependências da Prefeitura, sendo opcional o uso do código de barras.
Parágrafo Segundo – Imprimir todas as informações contidas no arquivo *XML* nos espaços reservados, conforme modelo citado no parágrafo primeiro, deste artigo, principalmente o número da NFS-e, o código verificador gerado pelo sistema NFS-e da Prefeitura e as demais informações.
Parágrafo Terceiro – Solicitar à Prefeitura aprovação do modelo ora desenvolvido no sistema de gestão, instalado nas dependências do estabelecimento do prestador, mediante processo administrativo, aguardando respostas oficiais da Prefeitura para utilizar o modelo.
Parágrafo Quarto – Atualizar periodicamente o modelo ora utilizado no sistema de gestão, instalado nas dependências do estabelecimento do prestador, em consonância com o modelo disponibilizado pelo sistema NFS-e da Prefeitura, e neste caso, submeter a nova aprovação à Prefeitura, conforme parágrafo terceiro, deste artigo.
Parágrafo Quinto – Imprimir ao final do documento, no espaço destinado ao prestador e no espaço destinado ao tomador, a expressão "DOCUMENTO IMPRESSO PELO SISTEMA DE GESTÃO INSTALADO NAS DEPENDÊNCIAS DO ESTABELECIMENTO DO PRESTADOR".

CAPÍTULO 8
Do Cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Art. 27 – A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) poderá ser cancelada pelo emitente através do Sistema Eletrônico de Emissão de Notas Fiscais de Serviço Eletrônica, até o 7º (sétimo) dia do mês subsequente a emissão. Após este prazo somente por meio de Processo Administrativo.
Parágrafo único. No processo administrativo, citado no *caput* deste artigo, deverá constar:
I – documento com foto do prestador do serviço e/ou do solicitante; o original e cópia de cada um deles;
II – requerimento assinado pelo prestador do serviço e/ou pelo solicitante detalhando o motivo pela qual o cancelamento está sendo solicitado;
III – documento com foto do representante legal do prestador do serviço; o original e cópia de cada um deles;
IV – indicação do número da NFS-e a ser cancelada;
V – o contrato social ou documento que identifique o representante legal;
VI – no caso de descumprimento de um dos incisos supracitados, neste parágrafo, o pedido poderá ser indeferido.

Art. 28 – No pedido do cancelamento da NFS-e ou da NFS-e Avulsa, o prestador deverá providenciar o manifesto do tomador e/ou do intermediário, nos termos do capítulo 14 (quatorze), o qual deverá ser registrado no sistema NFS-e.

CAPÍTULO 9
Da Substituição da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Art. 29 – A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) poderá ser substituída pelo emitente até o 7º (sétimo) dia do mês subsequente a emissão.
Parágrafo único. Após o período citado no *caput* do artigo, a NFS-e deverá ser cancelada, nos termos do capítulo 8 (oito), e uma nova NFS-e deverá ser emitida.
Art. 30 – Quando se tratar de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) substitutiva, deverá constar o número da NFS-e substituída.

CAPÍTULO 10
Do Recibo Provisório de Prestação de Serviços

Art. 31 – No caso de eventual impedimento da geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), pelos contribuintes obrigados, especificados no capitulo 1 (um), este deverá emitir, em caráter provisório, um Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS), conforme modelo descrito no anexo I deste decreto, que deverá ser substituído pela geração de uma NFS-e, no prazo estabelecido pela legislação.

Art. 32 – O RPS deverá conter as seguintes informações:
I – número, data da emissão do RPS e data do serviço;
II – natureza da operação;
III – dados cadastrais e endereço completo do prestador do serviço;
IV – dados cadastrais e endereço completo do tomador do serviço;

V – estado e município onde o serviço foi executado;
VI – subitem da lista de serviços, na forma da legislação, descrição do serviço executado, preço unitário, valor total valor da dedução, valor do desconto incondicionado e indicação de retenção na fonte do ISS;
VII – destaque dos valores do PIS, da COFINS, da contribuição do INSS, do imposto de renda, da CSLL, outras retenções não especificadas e desconto condicionado;
VIII – cadastro especifico do INSS (CEI) e anotação de responsabilidade técnica (ART), quando for o caso;

Art. 33 – O RPS seguirá o modelo descrito no Anexo I e deverá ser previamente autorizado pela Administração Tributária, mediante solicitação do contribuinte em processo administrativo.
Parágrafo Primeiro – O documento previsto no caput será impresso tipograficamente, em modelo de talonário ou formulário contínuo, devendo ser preenchido manualmente ou pelo sistema de gestão administrativa, instalado nas dependências do prestador, ambos conterão todas as informações necessárias à conversão do documento em NFS-e, devendo ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) via destinada ao tomador dos serviços e a 2ª (segunda) via arquivada pelo contribuinte e ficará à disposição da Administração Tributária.
Parágrafo Segundo – Deverão ser impressas tipograficamente as informações do prestador do serviço e o número do recibo de acordo com a sequência autorizada pela Administração Tributária.
Parágrafo Terceiro – É facultativo a impressão do RPS, aos prestadores que optarem pelo envio dos dados necessários à geração da NFS-e ao sistema da NFS-e através de arquivo *XML* (*Extensible Markup Language*) por intermédio do Portal do município na Internet ou *WEB SERVICE*, desde que o envio dos dados em arquivo XML respeite o prazo previsto no artigo 36 (trinta e seis).
Parágrafo Quarto – Na hipótese do §3º, do artigo 33, deverá constar o número do RPS no arquivo *XML*, em conformidade com a sequencia autorizada pela Administração Tributária em processo administrativo.
Art. 34 – O RPS deve ser emitido com a data efetiva da prestação dos serviços.

CAPÍTULO 11
Da Geração da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços a partir do Recibo Provisório de Prestação de Serviços

Art. 35 – A geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) a partir do Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS).
Parágrafo Primeiro – Dar-se-á mediante a geração da NFS-e na Internet, no endereço _http://www.catanduvas.pr.gov.br, indicando ao sistema de NFS-e o número e a série do RPS, e os demais dados necessários à geração da NFS-e;
Parágrafo Segundo – Dar-se-á, alternativamente, com o envio de arquivo contendo lotes de RPS à NFS-e, disponível na Internet, no endereço _http://www.catanduvas.pr.gov.br;
Parágrafo Terceiro – Cada RPS gerará uma NFS-e.

Art. 36 – O prazo para a substituição do RPS por NFS-e dar-se-á em até 7 (sete) dias contados da data da prestação do serviço, não podendo ultrapassar o dia do vencimento do imposto no mês subsequente ao da sua prestação.

Seção 1
Do Envio de Lotes de Recibo Provisório de Prestação de Serviços

Art. 37 – O envio de lotes do Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS) será feito no portal do município ou via *Web Services* disponibilizados na Internet.
Art. 38 – O arquivo contendo lotes de RPS, estará no padrão XML (*Extensible Markup Language*) e o leiaute será especificado pela Administração Tributária mediante a expedição de decreto.
Parágrafo Primeiro – O arquivo a que se refere o *caput* do artigo conterá um ou mais RPS.
Parágrafo Segundo – A numeração do lote é de responsabilidade do prestador do serviço, devendo ser única e distinta para cada um dos lotes.
Art. 39 – Após o envio do arquivo contendo lotes de RPS, o sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) gerará um número de protocolo é colocará o lote em fila de processamento, processando as informações em momento oportuno, e depois de processado, gerará um resultado que estará disponível ao contribuinte em consulta específica.
Parágrafo Primeiro – Os lotes também poderão ser enviados utilizando-se o serviço de *Enviar Lote de RPS Síncrono*, neste caso o retorno se dará no mesmo momento.
Parágrafo Segundo – O resultado a que se refere o *caput* poderá ser uma NFS-e correspondente ou a lista de erros encontrados no lote.
Parágrafo Terceiro – Um único erro provocará a rejeição de todo o lote. O prestador do serviço deverá providenciar a correção do lote e fazer o envio do lote do RPS novamente, aguardando um novo processamento.
Art. 40 – Um RPS convertido em NFS-e não poderá ser reenviado, o reenvio será considerado informação errada e provocará a rejeição do lote, conforme parágrafo segundo do artigo 39.

Subseção 1
Do Cancelamento de Recibo Provisório de Prestação de Serviços

Art. 41 – Um Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS) poderá ser enviado com o *status* cancelado e gerará uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) cancelada.
Parágrafo Primeiro – Havendo a necessidade de cancelar um RPS já convertido em NFS-e, deverá ser enviado o RPS com o *status* de cancelado.
Parágrafo Segundo – O sistema da NFS-e cancelará automaticamente a NFS-e correspondente ao RPS cancelado.
Art. 42 – Havendo necessidade em se cancelar um Recibo Provisório de Serviços (RPS), o prestador deverá emitir a respectiva NFS-e e solicitar, mediante processo administrativo, o seu cancelamento.

CAPÍTULO 12
Da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa (NFS-e Avulsa)

Seção 1
Dos Contribuintes

Art. 43 – A NFS-e Avulsa destina-se a todos os prestadores de serviços, pessoa física ou jurídica, estabelecidos ou não no município de Catanduvas, Estado do Paraná, que não possuem nenhum tipo de autorização para emissão de nota fiscal de serviço neste município.

Seção 2
Da Solicitação de Acesso ao Sistema e dos Documentos Necessários para Análise

Art. 44 – O acesso ao sistema NFS-e, para geração de NFS-e Avulsa, deve ser requerida mediante o preenchimento da solicitação de acesso ao sistema, disponível na internet, no endereço
_http://www.catanduvas.pr.gov.br.
Art. 45 – Após o preenchimento, a solicitação de acesso deve ser impressa e anexado os seguintes documentos:
I – cópia autenticada do contrato social atualizado, quando for o caso;
II – cópia autenticada do cartão CNPJ atualizado, quando for o caso;
III – cópia autenticada da inscrição estadual atualizada, quando for o caso;
IV – cópia autenticada da inscrição municipal atualizada, quando o prestador for estabelecido em outro município;
V – cópia autenticada do comprovante de endereço do estabelecimento;
VI – cópia autenticada de declaração da receita bruta total com a prestação de serviço, dos últimos 12 (doze) meses anterior ao mês da solicitação de acesso citada no *caput* deste artigo, destacados mês a mês;
VII – consulta impressa quanto a opção ao Simples Nacional;
Parágrafo Primeiro – Os documentos citados nos incisos de I a VII, deste artigo, poderão ser enviados eletronicamente através do sistema NFS-e, ou entregue na Prefeitura, pessoalmente pelo próprio contribuinte, em cópias simples, acompanhados do documento original.
Parágrafo Segundo – A solicitação de acesso, prevista no artigo 44 (quarenta e quatro), deverá ser protocolada na Prefeitura.
Parágrafo Terceiro – Após protocolado, a autoridade administrativa, no prazo de até 10 (dez) dias, analisará a solicitação e os documentos constantes nos incisos do artigo 45 (quarenta e cinco), fazendo o deferimento ou indeferimento da solicitação, conforme o caso.
Art. 46 – A solicitação prevista no artigo 44 (artigo quarenta e quatro), uma vez deferida, será irretratável.
Parágrafo único. A solicitação de acesso ao sistema NFS-e, para geração de NFS-e Avulsa, é um processo único, e uma vez autorizado, o acesso ao sistema NFS-e será ilimitado, salvo nos casos onde houver situações que contrariem a legislação.

Seção 3
Do Requerimento da NFS-e Avulsa e da Guia de Recolhimento para Pagamento

Art. 47 – O requerimento da NFS-e Avulsa, somente poderá ser feito após o deferimento da solicitação de acesso ao sistema NFS-e, citado na seção 2 (dois) deste capitulo.
Art. 48 – A NFS-e Avulsa será gerada a partir do requerimento feito pelo prestador do serviço, e em cada um dos requerimentos, o prestador do serviço deverá informar os seguintes dados:
I – Data da prestação do serviço;
II – Local da prestação do serviço;
III – Exigibilidade do ISSQN;
IV – Item da lista de serviços constante na Lei Complementar Nacional 116/2003;
V – Item da lista de serviços constante na Lei Tributária Municipal;
VI – Tomador do serviço;
VII – Valor total do serviço sem nenhuma dedução;
VIII – Descrição livre;
IX – Código do item de serviço, descrição do serviço, quantidade, preço unitário do serviço sem nenhuma dedução e valor total do item sem nenhuma dedução;
X - Valores retidos na fonte relativos aos tributos federais;
XI – Valores a serem deduzidos da base de cálculo do ISSQN nos termos da Legislação Municipal;
XII – Valor dos descontos incondicionados e condicionados, quando houver.
Parágrafo Único. Em relação aos dados a serem informados pelo prestador do serviço, citados no *caput* do artigo 48 (quarenta e oito), o prestador deverá observar as situações previstas nas alíneas a seguir:
a) A data do serviço, citada no inciso I deste artigo, poderá retroagir em até 5 (cinco) dias, levando em consideração a data em que o serviço foi executado;
b) Quando a exigibilidade, citado no inciso III deste artigo, for suspensão de exigência, deverá ser informado também o número do processo administrativo ou judicial;
c) A opção de não incidência, suportada no item exigibilidade, citado no inciso III deste artigo, somente será permitido para os itens da lista, anexa à Lei Complementar Nacional 116/2003, marcados como vetados;
d) Quando o tomador do serviço, citados no inciso VI deste artigo, não estiver cadastrado na base de dados do município, o prestador do serviço poderá fazer a inclusão do tomador do serviço na base de dados de NFS-e Avulsa e utilizar o cadastro sempre que necessário, podendo inclusive alterar os dados quando houver necessidade;
e) Em relação aos itens da NFS-e Avulsa, citados no inciso IX deste artigo, o prestador do serviço, poderá cadastrar os itens de serviços que lhe são pertinentes e fazer a manutenção sempre que necessário, ficando o cadastro de itens sob sua responsabilidade;
f) Os valores retidos na fonte, citados no inciso X deste artigo, reduzirá o valor líquido da NFS-e Avulsa, é não irá alterar o valor da base de cálculo do ISSQN.
g) Os prestadores de serviços, citados no artigo 42, que forem optantes pelo sistema Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nacional 123/2006 atualizada e suas regulamentações, deverão observar os preceitos jurídicos no ato da determinação da alíquota a ser aplicada sobre a base de cálculo, para fins de cálculo do ISSQN.
Art. 49 – Depois de informados os dados, citados no artigo 48 (quarenta e oito), o sistema irá apurar o valor do ISSQN, adicionar outros valores ao valor do ISSQN, que porventura podem estar previstos na Legislação Municipal, apresentar o resumo da NFS-e Avulsa, permitir a impressão do protocolo do requerimento e gerar a guia de recolhimento com o valor total a pagar pelo prestador do serviço.
Parágrafo Primeiro – Os prestadores de serviços, citados artigo 43 (quarenta e três), que forem optantes pelo sistema Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nacional 123/2006 atualizada e suas regulamentações, deverão observar os preceitos jurídicos no ato da determinação da alíquota a ser aplicada sobre a base de cálculo, para fins de cálculo do ISSQN.
Parágrafo Segundo – A não observação dos preceitos citados no parágrafo primeiro do artigo 43(quarenta e três), será considerado infração à Lei e será aplicado as sansões administrativas que lhe são cabíveis, conforme mencionado no Título IV desde decreto.
Parágrafo Terceiro – O protocolo do requerimento, citado no *caput* deste artigo, poderá ser acompanhado em consulta especifica disponível no sistema NFS-e.
Art. 50 – A data de vencimento da guia de recolhimento, citada no artigo 48 (quarenta e oito), se dará no dia 20 (vinte) do mês subsequente a data da prestação do serviço ou 5 (cinco) dias contados a partir da data do serviço ou 7 (sete) dias contados a partir da data do requerimento.

Art. 51 – O requerimento poderá ser alterado, anulado ou cancelado.
Parágrafo Primeiro – A alteração do requerimento somente poderá ser feita antes da emissão da guia de recolhimento.
Parágrafo Segundo – A anulação do requerimento somente poderá ser feita após a emissão da guia de recolhimento.
Parágrafo Terceiro – O cancelamento do requerimento somente poderá ser feito quando a guia de recolhimento não for paga no vencimento.
Art. 52 – Cada requerimento irá gerar uma NFS-e Avulsa.

Seção 4
Da Geração da NFS-e Avulsa pelo Sistema

Art. 53 – A NFS-e Avulsa será gerada automaticamente, após o registro do pagamento integral da guia de recolhimento no sistema de Administração de Receitas atualmente em uso pelo município.
Parágrafo Primeiro – A Administração Tributária, poderá, conforme o caso, autorizar a geração da NFS-e Avulsa, a partir do requerimento solicitado previamente, conforme citado na seção 3 deste capítulo, considerando a decisão definitiva em processo administrativo ou em processo judicial, os quais possibilitem a geração da NFS-e Avulsa.
Parágrafo Segundo – O modelo oficial do formulário da NFS-e Avulsa é aquele que é impresso pelo próprio sistema, instalado nas dependências do município de Catanduvas, Estado do Paraná.
Art. 54 – Quando o prestador do serviço e/ou o tomador do serviço forem estabelecidos no município de Catanduvas, Estado do Paraná, a NFS-e Avulsa será enviada automaticamente para o sistema de Declaração Eletrônica do ISSQN (DEISS).
Parágrafo único. No caso, citado no *caput* do artigo 53 (cinquenta e três), o prestador do serviço e/ou o tomador do serviço deverão observar todas as regras constantes neste decreto, em relação a Declaração Eletrônica do ISSQN (DEISS), que estão descritas no Título II.

Seção 5
Do Cancelamento da NFS-e Avulsa

Art. 55 - A NFS-e Avulsa poderá ser cancelada observando os termos contidos no capítulo 8 deste decreto.

Seção 6
Da Substituição da NFS-e Avulsa

Art. 56 - Não será permitida a substituição da NFS-e Avulsa.
Parágrafo único. Havendo necessidade de substituir uma NFS-e Avulsa, o contribuinte deverá cancelar a referida NFS-e Avulsa e uma nova NFS-e Avulsa deverá ser emitida ou quando for possível, uma Carta de Correção Eletrônica poderá ser emitida, nos termos do capítulo 13 (treze).

CAPÍTULO 13
Da Carta de Correção (CC-e)

Seção 1
Da Emissão da Carta de Correção

Art. 57 – A Carta de Correção (CC-e) destina-se a regularização de um erro gerado após a geração e emissão da NFS-e ou da NFS-e Avulsa.
Parágrafo Primeiro – Na emissão da CC-e não poderá ser alterado:
I – a data da prestação do serviço, a base de cálculo, a alíquota, o preço, a quantidade, o valor da operação ou da prestação, o valor da dedução e do desconto, o local de incidência do ISSQN, informações estas que influenciam na apuração do valor do ISSQN devido ao município;
II – a informação relacionada com a exigibilidade do ISSQN;
III – o polo passivo da obrigação principal;
IV – os dados cadastrais que impliquem na mudança do remetente ou do destinatário;
V – o número e a data de emissão da NFS-e ou da NFS-e Avulsa;
VI – o código do serviço previstos na Lei Complementar Nacional 116/2003 e na Legislação Tributária Municipal.
Parágrafo Segundo – A CC-e poderá ser emitida até 60 (sessenta) dias contados da data de emissão da NFS-e ou da NFS-e Avulsa.
Parágrafo Terceiro – Após o prazo previsto no §2º deste artigo, o prestador deverá solicitar autorização para emissão da CC-e em processo administrativo, o qual passará por análise, podendo o pedido ser indeferido conforme o caso.
Parágrafo Quarto – Havendo a necessidade de emitir mais de uma CC-e, o prestador de serviço, deverá consolidar todas as retificações feitas anteriormente em única CC-e.

Seção 2
Do Cancelamento da Carta de Correção (CC-e)

Art. 58 – A Carta de Correção (CC-e) poderá ser cancelada pelo emitente em até 7 (sete) dias contados da data da sua emissão.
Parágrafo único. Após o período citado no *caput* do artigo, a CC-e somente poderá ser cancelada mediante solicitação em processo administrativo, o qual será analisado e indeferido conforme o caso.

CAPÍTULO 14
Do Manifesto pelo Tomador e/ou Intermediário do Serviço

Art. 59 – O tomador e/ou o intermediário do serviço poderão se manifestar acerca da NFS-e e/ou da NFS-e Avulsa recebida.
Parágrafo único. A manifestação a que se refere o *caput* abrangerá as seguintes situações:
I – ciência do serviço executado pelo prestador do serviço;
II – confirmação do serviço executado pelo prestador do serviço;
III – confirmação do serviço, porém com dados incorretos, onde serão informados quais os campos cadastrais precisam ser corrigidos;
IV – serviço não realizado pelo prestador do serviço;
V – desconhecimento do serviço.

Art. 60 - A manifestação, citada no *caput* do artigo 59 (cinquenta e nove), poderá ser feita em até 3 (três) dias contados da data da prestação do serviço/data da emissão da NFS-e ou NFS-e Avulsa.

Parágrafo único. Após o prazo citado no artigo 60, presume-se que o serviço foi executado pelo prestador do serviço nos termos ajustados entre as partes.

CAPÍTULO 14
Do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

Art. 61 – O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) referente a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) emitida, deverá ser feito exclusivamente pela guia de recolhimento gerada através do sistema de declaração eletrônica do ISSQN, na forma deste decreto, disponível na Internet, no endereço
_http://www.catanduvas.pr.gov.br.
Art. 62 - O valor do ISSQN devido é definido de acordo com:
Parágrafo Primeiro – A exigibilidade do ISSQN;
Parágrafo Segundo – O código do município da incidência do imposto;
Parágrafo Terceiro – A opção pelo Simples Nacional;
Parágrafo Quarto – O regime especial de tributação previstos em Lei;
Parágrafo Quinto – A retenção na fonte;
Parágrafo Sexto – Nos casos previstos nos parágrafos primeiro ao quinto o valor do ISSQN será sempre calculado exceto nos casos:
I – quando o ISSQN for exigível e a incidência do imposto for a favor do município de Catanduvas, Estado do Paraná e o regime especial de tributação for micro empresa municipal ou estimativa ou sociedade de profissionais;
II – quando o ISSQN for exigível e o município da incidência for diferente do município gerador do documento (tributação fora do município), neste caso a alíquota a ser aplicada sobre a base de cálculo deverá ser aquela constante na lei do município da incidência, devendo a alíquota ser informada pelo contribuinte;
III – quando a exigibilidade do ISSQN for imunidade ou isenção ou exportação de serviço, nestes casos a alíquota ficará zerada;
IV – quando o ISSQN não for exigível;
V – quando o prestador do serviço for optante pelo Simples Nacional é o ISSQN não for passivo de retenção na fonte.

CAPÍTULO 15
Da Escrituração Fiscal da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Art. 63 – As Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NFS-e), geradas pelo sistema NFS-e, disponível em
_http://www.catanduvas.pr.gov.br, serão enviadas ao sistema de Declaração Eletrônica do ISS automaticamente, devendo o prestador, o tomador, o intermediário ou o responsável tributário, conforme o caso, complementar a declaração com os demais documentos emitidos e/ou recebidos, fazer o fechamento do movimento, emissão da guia de recolhimento e efetuar o pagamento do imposto nos termos da legislação.

CAPÍTULO 16
Das Disposições Finais

Art. 64 – As notas fiscais convencionais confeccionadas e não emitidas até o deferimento da autorização para geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), deverão ser apresentadas à Administração Tributária para serem canceladas e/ou inutilizadas.
Parágrafo único. Aos contribuintes do ICMS e ISSQN fica vedado o uso de notas fiscais conjugadas a partir da data da obrigatoriedade para geração da NFS-e, previsto no artigo 10, devendo nestes casos, procederem com a emissão de dois documentos distintos.
Art. 65 – O sistema NFS-e, instalado na Prefeitura de Catanduvas, Estado do Paraná, prevê duas formas de segurança de acesso que podem ser individuais ou complementares.
Parágrafo Primeiro – Acesso por meio de *LOGIN* e senha para acesso ao sistema NFS-e via *Site*.
Parágrafo Segundo – Acesso por certificado digital para acesso ao sistema NFS-e via *Site* ou *WEB SERVICE*.
Parágrafo Terceiro – O certificado digital também será exigido na integração entre os sistemas instalados nas dependências do contribuinte e o *WEB SERVICE* e será exigido para assinatura e transmissão das mensagens.

TÍTULO II
Da Declaração Eletrônica do ISSQN

Art. 66 – A Declaração Eletrônica do ISSQN, destina-se à escrituração mensal de todos os serviços prestados e contratados, previstos na legislação tributária municipal, acobertados ou não por documentos fiscais e sujeitos a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN ou não, devido ou não ao município de Catanduvas, Estado do Paraná.
Parágrafo único. A Declaração Eletrônica do ISSQN, nos termos deste decreto, importa em reconhecimento do débito pelo contribuinte e/ou responsável tributário, nos termos da Legislação Tributária Nacional e Municipal.

CAPÍTULO 1
Dos Obrigados à Declaração

Art. 67 – O Contribuinte, o tomador, o intermediário de serviço e o responsável tributário, ainda que não sujeitos a inscrição no cadastro de contribuintes, ainda que optante pelo regime previsto na lei federal complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, denominado Simples Nacional, deverá registrar mensalmente, todas as informações referentes aos serviços prestados e/ou contratados, havendo incidência do ISSQN ou não, de acordo com o período de competência.
Parágrafo Primeiro – Incluem-se nesta obrigação:
I – as pessoas jurídicas de direito público, interno e externo, e de direito privado nos termos da Lei 10.406, de 2002 (Código Civil);
II – os contribuintes, prestadores de serviços, enquadrados na modalidade de lançamento por homologação, por estimativa, de ofício e os arbitrados em processo administrativo;
III – os responsáveis tributários e os tomadores de serviços;
IV – os enquadrados na tabela de natureza jurídica prevista no anexo II deste decreto.
Parágrafo Segundo – O disposto no caput deste artigo será facultativo aos contribuintes pessoa física e ao Microempreendedor Individual.
Parágrafo Terceiro – As hipóteses de isenções, imunidades e outros benefícios fiscais, bem como a inclusão do prestador, do tomador, do intermediário ou do responsável tributário em regime especial previsto na legislação federal, estadual ou municipal, não excluem a obrigatoriedade de preenchimento e envio da declaração prevista no caput deste artigo.

Parágrafo Quarto –Ficam excluídas da retenção na fonte:
I – O valor do ISSQN cujo serviços sejam prestados por profissional autônomo, sob a forma de trabalho pessoal, do qual não exista grau de hierarquia, que comprove a inscrição no cadastro de contribuintes de qualquer município, quando o regime de recolhimento do ISSQN seja fixo anual;
II – O valor do ISSQN dos prestadores estabelecidos fora do município de Catanduvas, Estado do Paraná cujo valor seja devido no domicilio deste prestador do serviço;
III – O valor do ISSQN dos prestadores estabelecidos no município de Catanduvas, Estado do Paraná quando o regime de recolhimento do ISSQN seja por estimativa.
IV – Os Microempreendedores Individuais (MEI).
V – O Valor do ISSQN apurado nas Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas Avulsas (NFS-e Avulsa).
VI – O valor do ISSQN das empresas públicas de telefonia, energia elétrica, água e esgoto, transporte de passageiros, de instituições financeiras ou equiparada, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de empresas administradoras de consórcios e dos serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores prestados exclusivamente pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e agências franqueadas.

CAPÍTULO 2
Do Acesso ao Sistema de Declaração Eletrônica
Art. 68 - Os contabilistas e/ou as pessoas citadas no capitulo 1 do título II, farão a solicitação de cadastro, na Internet, endereço _http://www.catanduvas.pr.gov.br.
Parágrafo Primeiro – A Administração Tributária irá analisar a solicitação de cadastro, citada no artigo 67, aprovando a solicitação conforme o caso;
Parágrafo Segundo – A aprovação gerará uma "chave de acesso" ao sistema de Declaração Eletrônica, a qual será encaminhada ao solicitante via e-mail;
Parágrafo Terceiro – No primeiro acesso ao sistema de Declaração Eletrônica o solicitante deverá definir a sua senha de acesso, ficando responsável pela mesma;
Parágrafo Quarto – No caso de não aprovação do cadastro, o solicitante irá receber um e-mail comunicando a sua não aprovação, bem como, as providencias para sua regularização.

CAPÍTULO 3
Da Declaração Eletrônica e do Pagamento do Imposto sobre Serviços
Art. 69 - A Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN e o seu pagamento, contra recibo, deverão ocorrer, até o dia 20 do mês subsequente à ocorrência do fato gerador, observado o vencimento da obrigação principal, previstos na Lei 88/2000.
Parágrafo Primeiro – O contribuinte, o tomador, o intermediário ou o responsável tributário deverão preencher e enviar a Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN individualmente por inscrição municipal.
Parágrafo Segundo – Os contribuintes, tomadores, intermediários e os responsáveis tributários que não executarem e/ou contratarem serviços deverão informar "SEM MOVIMENTO" na Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN.
Parágrafo Terceiro – O vencimento do ISSQN apurado nas NFS-e Avulsas, será aquele constante no artigo 48.
Art. 70 - A declaração, depois de encaminhada à Administração Tributária, poderá sofrer retificações, antes da inscrição em dívida ativa ou qualquer medida fiscalizatória, relacionada à verificação ou apuração do imposto devido.
Parágrafo Primeiro – As guias de recolhimentos geradas após a data do vencimento do ISSQN, mesmo as decorrentes de declaração retificadoras, terão data limite de pagamento especificado pelo próprio contribuinte, tomador ou responsável tributário, limitando-se ao mês da sua emissão e será calculado sobre o valor do ISSQN devido, atualização monetária, juros de mora e multa de mora, conforme legislação municipal.
Parágrafo Segundo – Estando o crédito tributário inscrito em dívida ativa ou em processo administrativo de fiscalização, a declaração não poderá ser retificada.
Parágrafo Terceiro – Havendo a necessidade de retificar a declaração, cujo crédito tributário esteja inscrito em dívida ativa, o contribuinte ou o Responsável Tributário deverá efetuar o pagamento do valor devido, e após o registro do pagamento no sistema de Administração de Receitas, efetuar a retificação necessária.

CAPÍTULO 4
Da Declaração Eletrônica das Instituições Financeiras
Art. 71 - A Declaração é obrigação acessória composta por dados contábeis-fiscais necessários à apuração do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) das Instituições Financeiras e Assemelhadas, conforme legislação municipal.
Art. 72 - Para fins de apuração do ISSQN, as Instituições Financeiras e os Assemelhados declararão à Administração Tributária, mensalmente, a base de cálculo de cada uma das contas, originadas da Prestação de Serviços, constante na lista de serviços da Lei Municipal nº 88/2000, independente do grupo da conta a que pertencer, e utilizar-se-á do:
I – Plano Contábil Geral (PCG) específico da Instituição Financeira; ou
II – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).
Parágrafo Primeiro – As contas do PCG especificado no inciso I, deste artigo, deverá estar relacionadas com as contas contidas no COSIF;
Parágrafo Segundo – A Administração Tributária utilizará o Plano COSIF quando houver qualquer fato que impossibilite ou dificulte a apuração do ISSQN em substituição ao PCG especificado no inciso I deste artigo.
Parágrafo Terceiro – O disposto no artigo 71, não se aplicam as Instituições Financeiras obrigadas à geração de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), os quais deverão gerar e emitir NFS-e nos termos deste decreto.
Art. 73 - A declaração eletrônica do ISSQN das Instituições Financeiras, ora estruturada e regulamentada nos termos da Lei Nacional 4595, de 31 de dezembro de 1964, é composta pela:
I – declaração de todos os serviços prestados, considerando as notas fiscais emitidas em conformidade com a tabela de serviços bancários, nos termos definidos pelo Banco Central do Brasil, e os itens e subitens constantes;
II – declaração de todos os serviços contratados, independentemente da exigibilidade do ISSQN, da obrigatoriedade de retenção na fonte e da condição do sujeito passivo e tomador do serviço perante o Fisco.

CAPÍTULO 5
Do Sistema de Declaração Eletrônica do ISSQN
Art. 74 - O sistema de informatização e escrituração eletrônica do ISSQN, será disponibilizado no endereço _http://www.catanduvas.pr.gov.br e conterá, dentre outras, as seguintes funcionalidades:
I – declaração da receita brutal total (RBT) nos termos da Lei Complementar Nacional 123/2006 e resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN);
II – escrituração de todos os serviços prestados e contratados pelos contribuintes, tomadores, intermediários e responsáveis tributários previstos na legislação municipal, ainda que optantes pelo Simples Nacional;
III – sistema de transmissão da Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN via Internet;

IV – emissão de relatório analítico e sintético para conferência das notas fiscais emitidas e recebidas escrituradas;
V – entrega da Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN e emissão do comprovante de entrega;
VI – emissão do comprovante de retenção na fonte do ISSQN;
VII – emissão da guia de recolhimento do ISSQN próprio e/ou do ISSQN retido na fonte, com código de barras, utilizando o padrão FEBRABAN ou outro padrão estabelecido através de convênio de recebimento de tributos do município de Catanduvas, Estado do Paraná com órgãos arrecadadores;
Parágrafo único. As guias de recolhimentos do ISSQN deverão ser geradas e obtidas pelos contribuintes, tomadores, intermediários e responsáveis tributários somente por meio do sistema de informatização e escrituração eletrônica do ISSQN, denominado ISS Eletrônico, disponível do *site* do município de Catanduvas, Estado do Paraná, exceto nos casos das guias de recolhimento geradas a partir da emissão da NFS-e Avulsa, que poderão ser geradas também no sistema NFS-e.
Art. 75 - Os documentos fiscais confeccionados em formulários contínuos e emitidos pelo uso da Tecnologia da Informação, deverão ser informados e identificados na Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN pelo número de ordem do documento gerado e impresso ao invés do número do controle do formulário.
Art. 76 - Os responsáveis pela retenção na fonte e recolhimento do ISSQN ficam obrigados a fornecer ao prestador do serviço o documento comprobatório do valor do imposto retido, gerado pelo sistema de informatização e escrituração eletrônica do ISSQN, disponível no *site* _http://www.catanduvas.pr.gov.br.
Art. 77 - A declaração eletrônica deverá conter:
I – os dados cadastrais do prestador, tomador, intermediário e do responsável tributário, ainda que fornecido pelo sistema de Administração Tributária utilizado pelo município;
II – o registro dos documentos, emitidos e recebidos, independente da incidência do ISS, da quantidade de informações, serialização e situação em que encontra-se:
a) notas fiscais de serviços;
b) notas fiscais-fatura de serviços;
c) cupons fiscais;
d) plano de contas;
e) recibos;
f) demais documentos que possam identificar a prestação e/ou contratação do serviço.
III – a identificação do tomador, intermediário ou responsável tributário, conforme artigo 13 deste decreto;
IV – o valor total da nota fiscal;
V – o dia da emissão da nota fiscal;
VI – o registro de dedução da base de cálculo devidamente autorizadas pela legislação;
VII – o registro do subitem constante na lista de serviços;
VIII – o registro do ISS devido pelos contribuintes;
IX – o registro do ISS devido pelos responsáveis tributários, nas hipóteses previstas na legislação.

CAPÍTULO 6

Da Primeira Declaração e dos Procedimentos Obrigatórios

Art. 78 - A primeira declaração deve ser entregue no mês de dezembro de 2017, correspondentes aos fatos geradores ocorridos no mês de novembro de 2017, e assim sucessivamente a partir desta data.
Parágrafo Primeiro – Deverá ser destacado na nota fiscal os tomadores, especificados no artigo 14 deste decreto, a base de cálculo, a alíquota e o valor do ISSQN;
Parágrafo Segundo – O livro de registro de prestação e contratação de serviços, conforme modelo disponibilizado pelo programa de informatização e escrituração eletrônica do ISSQN, denominado ISS Eletrônico, estará disponível no *site* do município na internet;
Parágrafo Terceiro – O livro previsto no parágrafo segundo deste artigo, deverá ser impresso, encadernado em único volume, encerrado o exercício fiscal, e arquivado pelo período de 5 (cinco) anos, devidamente assinado pelo responsável, ou armazenados eletronicamente, devendo utilizar o formato *Portable Document Format* (PDF).

CAPÍTULO 7

Da Declaração Eletrônica Mensal

Art. 79 - As pessoas citadas no capitulo 1 do título II, deverão entregar a Declaração Eletrônica, mensalmente, considerando o mês da execução do serviço, até o vencimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), em consonância com a legislação tributária municipal.
Parágrafo único. Considera-se cumprida a obrigação tributária, citada no título II deste decreto, a execução na integra de todos os procedimentos citados, inclusive o pagamento do ISSQN através da guia de recolhimento disponibilizada pelos sistemas NFS-e e DEISS, nos prazos e condições determinados em legislação, podendo a Administração Tributária inscrever em dívida ativa e/ou instaurar processo administrativo fiscalizatório para averiguação dos registros e fatos declarados pelas pessoas citadas no capitulo 1 do título II.

CAPÍTULO 8

Das Disposições Finais

Art. 80 - Havendo valores pagos indevidamente ou valores pagos a maior, relativo ao ISSQN, em competências vencidas, o contribuinte ou o responsável tributário deverá ingressar com o pedido de restituição ou compensação, via processo administrativo, nos termos da Lei 88/2000, anexando ao pedido todos os documentos necessários que comprovem os valores pagos indevidamente ou valores pagos a maior.
Parágrafo único. A Prefeitura analisará o processo administrativo, podendo deferir ou indeferir, total ou parcial, o pedido feito pelo contribuinte ou responsável tributário.

TÍTULO III

Da Responsabilidade Tributária

Art. 81 - Aplica-se a responsabilidade tributária por substituição no Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), nas relações jurídicas entre Prestador, Intermediário e Tomador de serviços, especificamente nos casos onde o ISSQN é apurado aplicando-se uma alíquota variável sobre a base de cálculo, cujo ISSQN seja devido ao município de Catanduvas, Estado do Paraná.
Parágrafo único. Utiliza-se a responsabilidade supletiva, conforme previsto no capítulo V do título II da lei 5172, de 1966, salvo nos casos onde a legislação nacional e a municipal definem exceções sobre este assunto.
Art. 82 - As pessoas citadas no *caput* do artigo 79 tem o seguinte papel na relação jurídica:
I – O prestador do serviço é a pessoa ou empresa jurídica que presta o serviço nos termos da legislação tributária nacional ou municipal, ainda que optante pelo Simples Nacional previsto na Lei Complementar Nacional 123, de 2006;
II – O tomador do serviço é a pessoa jurídica que contrata o serviço do prestador;
III – O intermediário do serviço é a pessoa jurídica que tem relação contratual entre o prestador e o tomador do serviço.
IV – As pessoas não mencionadas nos incisos I, II e III não serão consideradas na relação jurídica para fins de aplicação dos preceitos citados no artigo 79, exceto as pessoas e casos previstos no capítulo V do título II da lei 5172, de 1966.

Art. 83 - As pessoas citadas nos incisos II e III do artigo 80, devem reter o ISSQN após concretizado o fato gerador da obrigação tributária, considerando a base de cálculo e a alíquota, da pessoa citada no inciso I do artigo 80, ficando este obrigado ao recolhimento integral do valor retido na fonte para a Prefeitura de Catanduvas, Estado do Paraná, incluindo sobre este valor a atualização monetária, o valor dos juros de mora e o valor da multa de mora, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro – O recolhimento do valor aos cofres públicos, citado no *caput* deste artigo, deverá se dar no vencimento da obrigação tributária principal conforme descrito na legislação tributária do município de Catanduvas, Estado do Paraná.

Parágrafo Segundo – Quando as pessoas citadas nos incisos II e III do artigo 82 não forem estabelecidas no município de Catanduvas, Estado do Paraná, o ISSQN deverá ser recolhido diretamente à Prefeitura de Catanduvas, Estado do Paraná, pelo prestador do serviço, nos termos da Lei 88/2000.

Art. 84 - A retenção na fonte, a que se refere o *caput* do artigo 80, deve acontecer quando o serviço prestado pelo prestador do serviço, citado no inciso I do artigo 80, referir-se aos subitens previstos no inciso II do artigo 6º da Lei Complementar Nacional 116, de 2003.

Art. 85 - Serão aplicadas as penalidades cabíveis, conforme legislação tributária de Catanduvas, Estado do Paraná, quando as pessoas citadas nos incisos II e III do artigo 82 não fizerem a retenção na fonte prevista no artigo 83.

TÍTULO IV

Dos Serviços Disponíveis na Internet (*Web Services*)

Art. 86 - As funcionalidades e o funcionamento do *Web Service*, o método de acesso e a utilização pelos contribuintes, tomadores, intermediários ou responsáveis tributários, o uso do certificado digital, padrão ICP-Brasil, e os padrões de comunicação, *layout* e conteúdo do arquivo *XML* (*Extensible Markup Language*) serão disciplinados em regulamento próprio.

TÍTULO V

Das Sanções Administrativas

Art. 87 - Serão aplicadas as sanções administrativas previstas na Lei 88/2000, aos contribuintes, aos responsáveis tributários, aos tomadores e aos intermediários de serviços, conforme o caso, que por determinação da lei:

I – não fizeram a emissão da Nota Fiscal de Serviço;
II – não fizeram a emissão do Recibo Provisório de Serviços (RPS);
III – não fizeram a substituição do RPS por Nota Fiscal no prazo determinado pela legislação;
IV – fizeram a substituição do RPS por Nota Fiscal após o prazo determinado pela legislação;
IV – não fizeram a correta identificação do tomador e/ou intermediário de serviços, salvo as exceções expressas neste decreto;
V – não fizeram a identificação dos serviços executados subitem a subitem constante na lista de serviços;
VI – fizeram a identificação dos serviços executados consolidando subitens de gêneros diversos em único subitem;
VII – fizeram dedução de valores na Base de Cálculo em mais de uma Nota Fiscal enquanto deveria ter sido feita dedução somente em uma Nota Fiscal;
VIII – fizeram o preenchimento da Declaração Eletrônica do ISSQN de forma inexata ou incompleta ou inverídica;
IX – não fizeram a transmissão da Declaração Eletrônica nos prazos estabelecidos pela legislação;
X – destacaram a alíquota do ISSQN de forma indevida;
XI – deixaram de cumprir com as obrigações tributárias contidas na legislação.

TÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 88 - As NFS-e e NFS-e Avulsas geradas e os demais documentos fiscais escriturados serão arquivados em meio digital, em banco de dados organizado e administrado pelo município, e estarão disponíveis para consulta aos contribuintes, tomadores, intermediários e responsáveis tributários, pelo período decadencial e prescricional, conforme estabelecido no Código Tributário Nacional.

Art. 89 - Os procedimentos para geração da NFS-e e NFS-e Avulsa e de declaração eletrônica do ISSQN, bem como o *lay-out* para integração do sistema de computador, instalado nas dependências do prestador, do tomador, do intermediário e do responsável tributário, com o sistema de ISSQN Eletrônico, estarão previstos em Portaria a ser publicada pela Administração Tributária e serão disponibilizadas no endereço _http://www.catanduvas.pr.gov.br.

Art. 90 - O contribuinte, o tomador de serviços, o intermediário e o responsável tributário deverão manter em seus estabelecimentos, todos os contratos, documentos e informações fiscais, incluindo comprovantes de dedução da base de calculo, protocolos de entrega e retenção na fonte, guias de recolhimento, referente as NFS-e e NFS-e Avulsas geradas e das declarações eletrônicas entregues, pelo prazo decadencial e prescricional, contados da data da sua geração e transmissão, devendo ser apresentadas à Administração Tributária quando solicitado.

Art. 91 - Os contribuintes, os prestadores de serviços, os tomadores de serviços e os responsáveis tributários, em início de atividade posterior a publicação deste decreto, deverão atender a estes preceitos imediatamente, sendo vedada a utilização de outro meio não autorizado pela Administração Tributária.

Art. 92 - Os contribuintes, os prestadores de serviços, os tomadores de serviços e os responsáveis tributários, que não cumprirem com os preceitos descritos no titulo II deste decreto e que conjuntamente tiverem tributos e multas vencidos e não pagos estarão impedidos de receber qualquer quantia que tiverem com a Prefeitura de Catanduvas, Estado do Paraná, nos termos da lei 88/2000.

Parágrafo único. Não se aplica o previsto no *caput* deste artigo quando houver recursos administrativo e/ou judicial, sobre o qual ainda seja possível o ingresso de alegações e contestações.

Art. 93 - A Prefeitura de Catanduvas, Estado do Paraná disponibilizará ambiente de testes a todos os contabilistas, prestadores, tomadores, intermediários de serviços e responsáveis tributários para que o utilizem no período de migração para a metodologia descrita neste decreto.

Parágrafo Primeiro – O ambiente de testes poderá ser usado, por um período de até 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da solicitação de acesso.

Parágrafo Segundo – Vencido o período citado no paragrafo primeiro deste artigo o acesso ao ambiente de testes será revogado.

Art. 94 - É de responsabilidade dos contabilistas, dos prestadores, dos responsáveis tributários e dos tomadores a correta manutenção e conservação dos seus hardwares, software e internet, mantendo-os devidamente atualizados, protegidos contra vírus, invasões e uso por pessoas não autorizadas, devendo, se necessário, contratar empresas especializadas para atender os requisitos de segurança.

Art. 95 - Integram a este decreto os anexos I e II.

Art. 96- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 18 de outubro de 2017.

MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito

ANEXO I do Decreto 116/2017
Do Modelo do Recibo Provisório de Prestação de Serviços

ANEXO I do Decreto 116/2017
Do Modelo do Recibo Provisório de Prestação de Serviços

Recibo Provisório de Serviços – RPS

Dados do Prestador			
Data do Serviço		Natureza da Operação	

Local da Prestação do Serviço

Estado	Município

Dados do Tomador do Serviço

CPF/CNPJ	Inscrição Estadual	Inscrição Municipal

Nome / Razão Social		

Endereço (Rua e Número)	Complemento do Endereço	Bairro

CEP	Município e UF	Telefone(s)

Dados do Intermediário do Serviço

CPF/CNPJ	Inscrição Municipal

Nome / Razão Social

Dados da Prestação do Serviço

Item da Lista	Descrição do Serviço Prestado	Valor Total do Serviço	Alíquota	Retido? S/N	No e Série do RPS

Outros Valores

PIS	INSS	COFINS

IR	Outras Retenções	Deduções (*)

CSLL	Desconto Condicionado	Desconto Incondicionado (*)

- NÃO VÁLIDO COMO DOCUMENTO FISCAL.
- Documento de uso exclusivo aos Prestadores obrigados a emitirem a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e.
- Este documento deve ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e no prazo estabelecido em decreto municipal.

Natureza da Operação: 1-Tributado no Município 2-Tributado fora do Município 3-Isenção 4-Imune

AIDF Nº:_____ Data: ____/____/____ Qt. Impressão:_____ a _____ Nº de Vias:_____

ANEXO II do Decreto 116/2017
Tabela de Natureza Jurídica em conformidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil

Código	Natureza Jurídica
1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
101-5	Órgão Público do Poder Executivo Federal
102-3	Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal
103-1	Órgão Público do Poder Executivo Municipal
104-0	Órgão Público do Poder Legislativo Federal
105-8	Órgão Público do Poder Legislativo Estadual ou do Distrito Federal
106-6	Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
107-4	Órgão Público do Poder Judiciário Federal
108-2	Órgão Público do Poder Judiciário Estadual
110-4	Autarquia Federal
111-2	Autarquia Estadual ou do Distrito Federal
112-0	Autarquia Municipal
113-9	Fundação Federal
114-7	Fundação Estadual ou do Distrito Federal
115-5	Fundação Municipal
116-3	Órgão Público Autônomo Federal
117-1	Órgão Público Autônomo Estadual ou do Distrito Federal
118-0	Órgão Público Autônomo Municipal
119-8	Comissão Polinacional
120-1	Fundo Público
121-0	Associação Pública
2. ENTIDADES EMPRESARIAIS	
201-1	Empresa Pública
203-8	Sociedade de Economia Mista
204-6	Sociedade Anônima Aberta
205-4	Sociedade Anônima Fechada
Código	**Natureza Jurídica**
206-2	Sociedade Empresária Limitada
207-0	Sociedade Empresária em Nome Coletivo
208-9	Sociedade Empresária em Comandita Simples
209-7	Sociedade Empresária em Comandita por Ações
212-7	Sociedade em Conta de Participação
213-5	Empresário (Individual)
214-3	Cooperativa
215-1	Consórcio de Sociedades
216-0	Grupo de Sociedades
217-8	Estabelecimento, no Brasil, de SociedadeEstrangeira
219-4	Estabelecimento, no Brasil, de EmpresaBinacional Argentino-Brasileira
221-6	Empresa Domiciliada no Exterior
222-4	Clube/Fundo de Investimento
223-2	Sociedade Simples Pura
224-0	Sociedade Simples Limitada
225-9	Sociedade Simples em Nome Coletivo
226-7	Sociedade Simples em Comandita Simples
227-5	Empresa Binacional
228-3	Consórcio de Empregadores
229-1	Consórcio Simples
230-5	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)
231-3	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Simples)
3. ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	
303-4	Serviço Notarial e Registral (Cartório)
306-9	Fundação Privada
307-7	Serviço Social Autônomo
308-5	Condomínio Edilício
310-7	Comissão de Conciliação Prévia
311-5	Entidade de Mediação e Arbitragem
Código	**Natureza Jurídica**
312-3	Partido Político
313-1	Entidade Sindical
320-4	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ouAssociação Estrangeiras
321-2	Fundação ou Associação domiciliada noexterior
322-0	Organização Religiosa
323-9	Comunidade Indígena
324-7	Fundo Privado
399-9	Associação Privada
4. PESSOAS FÍSICAS	
401-4	Empresa Individual Imobiliária
408-1	Contribuinte Individual
409-0	Candidato a Cargo Político Eletivo
5. INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	
501-0	Organização Internacional
502-9	Representação Diplomática Estrangeira
503-7	Outras Instituições Extraterritoriais

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:5190787D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2017

PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2017

Início: 18/10/2017 **Validade/Término**: 18/10/2018
Aquisição de Blocos de Concreto Diversas Medidas para fornecimento no Município de Fernandes Pinheiro.

Razão Social: José Alexandre França - ME
CNPJ: 27.013.947/0001-93
Endereço: Rua José Afonso Vieira Lopes, nº 303, sala 04 centro, CEP: 84.550-000 Rebouças - PR
Telefone: 42-3457-2895
E-mail:
zefranca_3@hotmail.com
Representante Legal: José Alexandre França
R.G. 5.327.964-3 SSP/PR
CPF 023.000.049-50

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PREÇOS
1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços dos itens constantes no Anexo I desta Ata, referente **Aquisição de Blocos de Concreto Diversas Medidas para fornecimento no Município de Fernandes Pinheiro**.
1.2. Os preços registrados na presente Ata são:

ITENS							
Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
001	01	BLOCO DE CONCRETO 9 x 19 x 39	FRANCA	UN	10.000	R$ 2,05	R$ 20.500,00
001	03	BLOCO U DE CONCRETO 14 x 19 x 39	FRANCA	UN	3.000	R$ 2,95	R$ 8.850,00
TOTAL							R$ 29.350,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO
2.1 O prazo de fornecimento do objeto, a cada pedido, é de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento, **entregues diretamente no Pátio de Máquinas da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, sem custo adicional.**
2.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, sem prorrogação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS PENALIDADES
3.1 Quanto a Inadimplência:
3.1.1 MULTA
3.1.1.1 Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado há trinta dias;
3.1.1.2 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
3.1.1.3 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
3.1.2 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
3.1.3 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94.
3.2 Do Cancelamento do Registro de Preços do Fornecedor
3.2.1 O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:
a) Pela Administração, garantida a defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação, quando o fornecedor deixar de firmar o contrato decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no art. 78, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
b) Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhado de comprovação da impossibilidade de cumprir as exigências do edital que originou o Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.
c) A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito à Comissão de Licitação, facultado à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.
d) A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do sistema do Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.
e) O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
4.1 Os pagamentos serão efetuados, até o dia 20 do mês subseqüente ao do fornecimento do objeto licitado, mediante a apresentação das respectivas notas fiscais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E REAJUSTES
5.1 Os preços oriundos da Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
5.2O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Administração Municipal promover a negociação de preços registrados com a empresa classificada;
5.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Administração Municipal deverá:
5.3.1 convocar o primeiro classificado visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
5.3.2 frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

5.3.3 Convocar os demais fornecedores registrados no cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços, visando igual oportunidade de negociação.
5.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração Municipal poderá:
5.4.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
5.4.2 Convocar os demais fornecedores registrados no cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços, visando igual oportunidade de negociação.
5.5Não havendo êxito nas negociações, a Administração Municipal proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa

CLÁUSULA SEXTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
6.1 As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas somente após a formalização da Ordem de Fornecimento com a Administração Municipal, de forma parcelada, pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
7.1 A fiscalização ficará a cargo do servidor Sidnei Antonio de Lima, RG: 00057371790, CPF: 017.409.589-93, residente à Rua: Vedolino Neves, n°06, Bairro Centro, CEP 84535-000 Nomeado pela Portaria 02/2017, para tanto instituído, "permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição" (art. 67 da lei 8666/93).
7.2 A fiscalização será realizada, visando garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, pontualidade na entrega dos produtos, do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme dispõe o artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, além de outras atividades pertinentes ao objeto contratual.
CLÁUSULA OITAVA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
8.1 A Empresa deverá Fornecer, ao Setor de Compras e Licitações, durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços as Certidões exigidas para fins de Habilitação na Licitação: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas quando as mesmas estiverem com sua validade vencida
8.2 O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registros de Preços.
8.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do registro preferência em igualdade de condições.
8.4 A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.
8.5 As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.
8.6 Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata, é competente, por força de lei, o Foro do Município de Teixeira Soares-PR.

Fernandes Pinheiro, 18 de outubro de 2017.

SILVANO ZANEDIN
Pregoeiro Oficial

José Alexandre França - ME
JOSÉ ALEXANDRE FRANÇA
Fornecedor

Publicado por:
Elias Chagas Andrade
Código Identificador:E865911F

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2017

PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2017

Início: 18/10/2017 **Validade/Término**: 18/10/2018

Aquisição de Blocos de Concreto Diversas Medidas para fornecimento no Município de Fernandes Pinheiro.

Razão Social: Tuboponta Tubos Ponta Grossa LTDA EPP
CNPJ: 01.981.952/0001-04
Endereço: Rua Continental nº 475, Distrito Ind. CEP: 84.100-000, Ponta Grossa-PR
Telefone: 42-3228-1155
E-mail:
tuboponta@tuboponta.com.br
Representante Legal: Ciro Macedo Ribas Junior
R.G. 955657-5 SSP/PR
CPF 286.793.349-87

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PREÇOS
1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços dos itens constantes no Anexo I desta Ata, referente **Aquisição de Blocos de Concreto Diversas Medidas para fornecimento no Município de Fernandes Pinheiro**.
1.2. Os preços registrados na presente Ata são:

ITENS							
Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
001	02	BLOCO DE CONCRETO 14 x 19 x 39	**TUBOPONTA**	UN	10.000	R$ 2,60	R$ 26.000,00
TOTAL							R$ 26.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO
2.1 O prazo de fornecimento do objeto, a cada pedido, é de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento, **entregues diretamente no Pátio de Máquinas da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, sem custo adicional.**
2.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, sem prorrogação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS PENALIDADES
3.1 Quanto a Inadimplência:
3.1.1 MULTA
3.1.1.1 Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado há trinta dias;
3.1.1.2 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
3.1.1.3 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
3.1.2 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
3.1.3 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94.
3.2 Do Cancelamento do Registro de Preços do Fornecedor
3.2.1 O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:
a) Pela Administração, garantida a defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação, quando o fornecedor deixar de firmar o contrato decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no art. 78, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
b) Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhado de comprovação da impossibilidade de cumprir as exigências do edital que originou o Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.
c) A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito à Comissão de Licitação, facultado à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.
d) A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do sistema do Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.
e) O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
4.1 Os pagamentos serão efetuados, até o dia 20 do mês subseqüente ao do fornecimento do objeto licitado, mediante a apresentação das respectivas notas fiscais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E REAJUSTES
5.1 Os preços oriundos da Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
5.2O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Administração Municipal promover a negociação de preços registrados com a empresa classificada;
5.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Administração Municipal deverá:
5.3.1 convocar o primeiro classificado visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
5.3.2 frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
5.3.3 Convocar os demais fornecedores registrados no cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços, visando igual oportunidade de negociação.
5.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração Municipal poderá:
5.4.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
5.4.2 Convocar os demais fornecedores registrados no cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços, visando igual oportunidade de negociação.
5.5Não havendo êxito nas negociações, a Administração Municipal proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa

CLÁUSULA SEXTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
6.1 As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas somente após a formalização da Ordem de Fornecimento com a Administração Municipal, de forma parcelada, pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
7.1 A fiscalização ficará a cargo do servidor Sidnei Antonio de Lima, RG: 00057371790, CPF: 017.409.589-93, residente à Rua: Vedolino Neves, n°06, Bairro Centro, CEP 84535-000 Nomeado pela Portaria 02/2017, para tanto instituído, "permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição" (art. 67 da lei 8666/93).
7.2 A fiscalização será realizada, visando garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, pontualidade na entrega dos produtos, do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme dispõe o artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, além de outras atividades pertinentes ao objeto contratual.
CLÁUSULA OITAVA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
8.1 A Empresa deverá Fornecer, ao Setor de Compras e Licitações, durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços as Certidões exigidas para fins de Habilitação na Licitação: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas quando as mesmas estiverem com sua validade vencida

8.2 O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registros de Preços.
8.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do registro preferência em igualdade de condições.
8.4 A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.
8.5 As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.
8.6 Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata, é competente, por força de lei, o Foro do Município de Teixeira Soares-PR.

Fernandes Pinheiro, 18 de outubro de 2017.

SILVANO ZANEDIN
Pregoeiro Oficial

Tuboponta Tubos Ponta Grossa LTDA EPP
CIRO MACEDO RIBAS JUNIOR
Fornecedor

Publicado por:
Elias Chagas Andrade
Código Identificador:A47E452D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE FAZENDA-DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO 2843 DE 20/09/2017

CNPJ 75.772.400/0001-14

Exercício: 2017

Decreto nº 2843/2017 de 20/09/2017

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de FLORIDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 525/2016 de 12/12/2016.
Decreta :

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 86.250,00 (oitenta e seis mil duzentos e cinqüenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		
06.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
06.003.08.241.0005.2.019.		ATIVIDADES DE APOIO AO GRUPO DA TERCEIRA IDADE	
104- 3.3.90.30.00.00	1934	MATERIAL DE CONSUMO	1.050,00
06.003.08.244.0005.2.022.		DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	
119- 3.3.90.30.00.00	1934	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
548- 3.3.90.39.00.00	31762	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.900,00
06.003.08.244.0005.2.025.		DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO SÓCIO FAMILIAR	
135- 3.3.90.30.00.00	1934	MATERIAL DE CONSUMO	800,00
08	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES		
08.001	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL		
08.001.12.306.0007.2.045.		DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
249- 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.000,00
08.001.12.361.0007.2.048.		DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO	
270- 3.3.90.36.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.500,00
08.002	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
08.002.12.365.0007.2.055.		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRE ESCOLA	
299- 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
563- 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	38.000,00
564- 3.1.91.13.00.00	01104	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.000,00
08.002.12.365.0007.2.057.		MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL	
326- 3.3.90.39.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
Total Suplementação:			86.250,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02	GABINETE DO PREFEITO		
02.001	Gabinete do Prefeito		
02.001.04.122.0002.2.002.		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
5- 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.000,00
04	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO		
04.001	GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRACAO		

04.001.04.122.0002.2.007.		MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL	
30- 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
04.002	DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS		
04.002.04.122.0002.2.008.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	
32- 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
33- 3.1.90.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.000,00
34- 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
04.003	DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO		
04.003.04.122.0002.2.009.		MANUTENÇAO DA DIVISÃO DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMONIO	
46- 3.1.91.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.000,00
05	SECRETARIA DE FINANCAS		
05.001	DIVISÃO DE CONTABILIDADE		
05.001.04.123.0003.2.010.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE	
50- 3.1.90.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.000,00
55- 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
56- 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
05.001.28.843.0004.0.001.		AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
59- 3.2.91.21.00.00	01000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO C/RPPS	5.000,00
05.002	DIVISÃO DE TESOURARIA		
05.002.04.129.0003.2.012.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL	
76- 3.1.90.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.000,00
81- 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
06	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		
06.002	DIVISÃO DA FAMILIA		
06.002.08.244.0005.2.016.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
97- 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.000,00
06.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
06.003.08.241.0005.2.019.		ATIVIDADES DE APOIO AO GRUPO DA TERCEIRA IDADE	
106- 3.3.90.39.00.00	1934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	400,00
06.003.08.244.0005.2.021.		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA SOCIAL - CRAS	
113- 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.500,00
06.003.08.244.0005.2.022.		DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	
547- 3.3.90.30.00.00	31762	MATERIAL DE CONSUMO	5.900,00
124- 3.3.90.39.00.00	1934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
06.003.08.244.0005.2.023.		PROMOÇÃO DE CAMPANHAS SÓCIO EDUCATIVAS	
129- 3.3.90.36.00.00	1934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	200,00
131- 3.3.90.47.00.00	1934	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	200,00
06.003.08.244.0005.2.024.		IMPLANTAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES	
133- 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.500,00
06.003.08.244.0005.2.025.		DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO SÓCIO FAMILIAR	
139- 3.3.90.39.00.00	1934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.050,00
06.004	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
06.004.08.243.0005.2.033.		MANUTENÇÃO DO CONTRA TURNO SOCIAL	
162- 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
08	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES		
08.001	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL		
08.001.12.361.0007.2.049.		MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO	
280- 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00
08.002	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
08.002.12.365.0007.2.055.		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRE ESCOLA	
305- 3.3.90.36.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	300,00
08.002.12.365.0007.2.057.		MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL	
320- 3.1.90.16.00.00	01104	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	700,00
Total Redução:			86.250,00

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de FLORIDA , em 20 de setembro de 2017.

MARCIA CRISTINA DALL' AGO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Pereira
Código Identificador:E79B4FE7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

O Pregoeiro designado através da Portaria nº 244/2017, de 10 de maio de 2017, torna público resultado de Licitação, conforme abaixo:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 195/2017 – Processo nº 762/2017
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS de peças para veículos: automóveis, utilitários, caminhões e ônibus multimarcas, pertencentes à frota municipal.**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE.**

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002; e legislação complementar.
EMPRESAS VENCEDORA / LOTES / VALOR / DESCONTOS:

SANDER SERVIÇOS DE USINAGEM LTDA – EPP - CNPJ Nº 04.132.587/0001-43

LOTE nº	ITEM	Código	Especificação	Valor Limite R$	Resultado de Descontos:
04	1	56888	PEÇAS PARA VEÍCULOS E UTILITÁRIOS DA LINHA HYUNDAI	20.000,00	31% PO 42% PR 36,5% Global
12	1	56886	PEÇAS PARA VEÍCULOS E UTILITÁRIOS DA LINHA RENAULT	112.500,00	35% PO 48% PR 41,5% Global
13	1	56886	PEÇAS PARA VEÍCULOS E UTILITÁRIOS DA LINHA RENAULT	37.500,00	35% PO 48% PR 41,5% Global
16	1	56891	PEÇAS PARA VEÍCULOS CAMINHÕES DA LINHA WOLKSVAGEM	112.500,00	32% PO 45% PR 38,5% Global
17	1	56891	PEÇAS PARA VEÍCULOS CAMINHÕES DA LINHA WOLKSVAGEM	37.500,00	32% PO 45% PR 38,5% Global

SERVICE CENTER GL CÓMERCIO DE PEÇAS EIRELI - EPP - CNPJ Nº 25.219.169/0001-68

LOTE nº	ITEM	Código	Especificação	Valor Limite R$	Resultado de Descontos:
2	1	56885	PEÇAS PARA VEÍCULOS E UTILITÁRIOS DA LINHA GENRAL MOTORS - GM	50.000,00	31% PO 41% PR 36% Global
3	1	56887	PEÇAS PARA VEÍCULOS E UTILITÁRIOS DA LINHA KIA MOTORS	20.000,00	34% PO 44% PR 39% Global
5	1	56889	PEÇAS PARA VEÍCULOS E UTILITÁRIOS DA LINHA FORD	20.000,00	32% PO 43% PR 37,5% Global
10	1	56884	PEÇAS PARA VEÍCULOS E UTILITÁRIOS DA LINHA WOLKSVAGEM	112.500,00	31% PO 41% PR 36% Global
11	1	56884	PEÇAS PARA VEÍCULOS E UTILITÁRIOS DA LINHA WOLKSVAGEM	37.500,00	31% PO 41% PR 36% Global
20	1	56893	PEÇAS PARA VEÍCULOS ÔNIBUS DA LINHA WOLKSVAGEM	75.000,00	32% PO 44% PR 38% Global
21	1	56893	PEÇAS PARA VEÍCULOS ÔNIBUS DA LINHA WOLKSVAGEM	25.000,00	32% PO 44% PR 38% Global
22	1	56896	PEÇAS PARA VEÍCULOS E UTILITÁRIOS DA LINHA IVECO	112.500,00	58% PO 68% PR 63% Global
23	1	56896	PEÇAS PARA VEÍCULOS E UTILITÁRIOS DA LINHA IVECO	37.500,00	58% PO 68% PR 63% Global

OLIVEIRA & ZATTA LTDA – ME - CNPJ Nº 01.670.391/0001-14

LOTE nº	ITEM	Código	Especificação	Valor Limite R$	Resultado de Descontos:
8	1	56881	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E UTILITÁRIOS DA LINHA FIAT	150.000,00	32% PO 44% PR 38% Global
9	1	56881	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E UTILITÁRIOS DA LINHA FIAT	50.000,00	32% PO 44% PR 38% Global

MECÂNICA E AUTOPEÇAS PARANÁ DIESEL LTDA – ME – CNPJ: 17.459.350/0001-13

LOTE nº	ITEM	Código	Especificação	Valor Limite R$	Resultado de Descontos:
18	1	56892	PEÇAS PARA VEÍCULOS CAMINHÕES DA LINHA MERCEDES BENZ	75.000,00	34% PO 46% PR 40% Global
19	1	56892	PEÇAS PARA VEÍCULOS CAMINHÕES DA LINHA MERCEDES BENZ	25.000,00	34% PO 46% PR 40% Global

PAULO FRITZEN & CIA LTDA – ME – CNPJ: 03.395.352/0001-81

LOTE nº	ITEM	Código sistema	Especificação	Valor Limite R$	Resultado de Descontos:
6	1	56894	PEÇAS PARA VEÍCULOS ÔNIBUS DA LINHA MERCEDES BENZ	50.000,00	36% PO 46% PR 41% Global
14	1	56890	PEÇAS PARA VEÍCULOS CAMINHÕES DA LINHA FORD	150.000,00	34% PO 46% PR 40% Global
15	1	56890	PEÇAS PARA VEÍCULOS CAMINHÕES DA LINHA FORD	50.000,00	34% PO 46% PR 40% Global

ELCIO BELLIN DA SILVA – ME – CNPJ: 05.606.338/0001-05

LOTE nº	ITEM	Código sistema	Especificação	Valor Limite R$	Resultado de Descontos:
1	1	56879	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E UTILITÁRIOS DA LINHA TOYOTA	20.000,00	10% PO 31% PR 20,5% Global
7	1	56895	PEÇAS PARA VEÍCULOS ÔNIBUS DA LINHA SCANIA	20.000,00	34% PO 44% PR 39% Global

Legenda:
% PO= Desconto de Peças Originais ofertados pela empresa
% PR= Desconto de Peças de Reposição ofertados pela empresa

VALOR TOTAL LICITADO R$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais).

Francisco Beltrão, 17 de outubro de 2017.

CIDNEY BARBIERO FILHO
Pregoeiro

Publicado por:
Isabel Cristina Paini
Código Identificador:ACB431DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 168/2017

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOXIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 184, Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.607.627/0001-78, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, Sra. Mari Terezinha da Silva, brasileira, residente a Rua Vitor Lara, 147, Bairro Bela Vista, nesta cidade, portadora do CPF n.º 814.418.789-04 e da Carteira de Identidade n.º RG 3.549.500-2 -SSP/PR, e de outro lado a empresa:

FORNECEDORA: CASSIANE PAULA IARGAS & CIA LTDA ME, sediada a RUA LAURINDO CORDEIRO DE SOUZA, 50 AND 0 - CEP: 85162000 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 11.994.136/0001-80, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por CASSIANE PAULA IARGAS, portador do RG nº 73145074 e do CPF nº 055.197.029-42.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto: Aquisição de produtos e insumos agropecuários para suprir a demanda das secretarias municipais., conforme edital e proposta que ficam fazendo parte integrante deste instrumento.

1.2. Descrição:

Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unid.	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	MOTOSSERRA PARA TRABALHOS INTENSOS IDEAL PARA ATIVIDADES DE CORTE DE ÁRVORES DE MÉDIO PORTE, COM SABRE DE 40 CM, COM SISTEMA ANTIVIBRATÓRIO E TENSOR LATERAL PARA A CORRENTE, DEPÓSITO DE GASOLINA MÍNIMO 0,6 LTS, CILINDRADA MÍNIMA DE 70.0 M³, PESO MÁXIMO DE 7 KG, POTÊNCIA MÍNIMA DE 3.9/5.3 KW/CV, CORRENTE 3/8'' ROT. LENTA ATÉ 2400 RPM, ROT. MÁXIMA ATÉ 12500 RPM.	STHILL	UN	1,00	2.400,00	2.400,00
2	Defensivo – formicida granulada com fipronil Isca Produto de referência Mirex kg	MIREX	UN	300,00	0,45	135,00
3	Enxada em corpo e encaixe em alto carbono, olho com 38 mm de diâmetro, largura de corte de 30 cm, altura mínima de 0,97 kg e máxima de 1,15 kg, sem cabo.	TRAMONTINA	UN	10,00	26,00	260,00
4	Facão 14 com bainha	TRAMONTINA	UN	12,00	40,00	480,00
5	Foice em aço SAE 1060 dureza 46 a 50 RC, pintura envernizada, olho 38.	O.V.D.	UN	13,00	90,00	1.170,00
6	Garrafa térmica capac. 5 l bocal removível, grande resistência a impac tos e quedas.	INVICTA	UN	15,00	38,00	570,00
7	Garrafa térmica para água com capacidade de 03 litros, bocal removível grande resistência a impactos e quedas.	INVICTA	UN	12,00	30,00	360,00
8	Lima para afiar, tipo chata, comprimento de 8 polegadas. Produto de re ferência lima K&F.	OREGON	UN	60,00	13,90	834,00
9	Lona plástica transparente para estufa, com 200 micras de espessura, 5 0 metros de comprimento e 08 metros de largura, com certificado de garantia.	NEO PLASTIC	M	500,00	3,35	1.675,00
10	Lâmina com 2 pontas para roçadeiras, em aço cromo vanádio, com dimensã o de 330 mm, furo de 20 mm e espessura de 1,8 mm.	O.D.V	UN	15,00	27,00	405,00
11	Lâmina com 3 pontas para roçadeiras, em aço cromo vanádio, com dimensã o de 300 mm, furo com 20 mm, espessura de 4.0mm.	O.D.V.	UN	20,00	44,00	880,00
12	Lâmina com 3 pontas para roçadeiras, em aço cromo vanádio, com dimensã o de 300 mm, furo com 1"(uma polegada), espessura mínima de 3.0mm.	O.D.V.	UN	5,00	49,50	247,50
13	Rastelo com cabo 30 cm	TRAMONTINA	UN	25,00	11,70	292,50
14	Pulverizador Costal 20 Litros	JACTO	UN	7,00	280,00	1.960,00
15	Cadeado 35mm, produto de referência pado.	PADO	UN	100,00	14,90	1.490,00
16	Enxada larga 2,5 libras goivada	PARABONI	UN	5,00	35,00	175,00
17	enxadão largo 2,0 libras	PARABONI	UN	3,00	29,00	87,00
18	pá de bico nº 4 com cabo	TRAMONTINA	UN	5,00	26,15	130,75
19	Martelo com cabo de ferro c/ acabamento de borracha	TRAMONTINA	UN	10,00	40,00	400,00
20	Lima para afiar correntes de motoserra, tipo redonda, comprimento de 3 /16 (4,8mm). Produto de referência Oregon	OREGON	UN	100,00	5,80	580,00
21	Mochador Reto-Côncavo. Diâmetro de 22mm, feito em material inox.	DIVERSOS	UN	10,00	38,00	380,00
22	Corda de polipropileno PP trançadas, produzida a partir de matéria pri ma virgem com 8mm de diâmetro.	RIOMAR	M	200,00	2,00	400,00
23	Corda de polipropilento PP traçadas, produzida a partir de mateia prim a virgem com 12mm de diâmetro.	RIOMAR	UN	150,00	3,50	525,00
24	Lona plástica com tratamento UV. Para 18 meses. Dupla face; Três camad as fundidas por extrusão; Cor branca (face de exposição) Cor preta (face protegida); largura de 10m; Comprimento de 50m e espessura de 200 micras.	NEOPLASTIC	RL	2,00	759,98	1.519,96
25	Bandejas para produção de mudas, confeccionadas com polietileno de alt o impacto, com dimensões de 545 x 280 mm, contendo 120 células de dimensões de 30 mm x 48 mm e 20 cm3 de volume.	DIVERSOS	UN	200,00	11,00	2.200,00
26	Serrote de poda – Curvo 12" polegadas com empunhadura.	TRAMONTINA	UN	15,00	43,00	645,00

27	Tesoura de poda profissional	TRAMONTINA	UN	13,00	49,00	637,00
28	Rastelo com 12 dentes de metal	PARABONI	UN	15,00	15,90	238,50
29	Bota Borracha Pvc Impermeável Azul/amarela Policloreto de Vinila (PVC) com borracha nitrílica adição de plastificantes. Altura média do cano 34,5 cm + 4 cm de amarra – Base nº 42. Solado 4,5 mm – desenho antiderrapante Injeção em duas etapas (sola e cano) com fusão em uma peça só tamanhos variados	NAUTICA	UN	50,00	47,00	2.350,00
30	Botina de Segurança, com elástico lateral recoberto, confeccionado em couro estampa relax, dorso acolchoado, forro interno na gáspea não tecido e forro do cano em sanitec dublado com manta de não tecido com tratamento antimicrobiano, bico plástico, palmilha de montagem não tecido, solado injeção direta bidensidade bicolor e sobrepalmilha antimicrobiana.	NOVE54	UN	50,00	80,00	4.000,00
31	Pistola de vacinação. Seringa dosadora automática dosagem de 1,2,3,4 e e 5ml. Reservatório mínimo de 50 ml confeccionado em liga de alumínio e metal cromado. Caixa contendo os produtos mínimos pistola de vacinação com cilindro interno que não quebra , 1 vacinador Smart 10ml 10 agulhas hipodérmicas, Kit de reparos e Estojo protetor em madeira	HOPNNER	UN	2,00	297,99	595,98
32	Vacinador Seringa Gado Animal 25 Ml	FASFORT	UN	10,00	7,50	75,00
33	Corrente de motosserra ideal para corte.	OREGON	UN	20,00	70,00	1.400,00
35	Luvas insiminação cx com 100 un	WALMUR	CX	15,00	60,00	900,00
36	Pares de coturno	NOVE 54	PRS	5,00	150,00	750,00
						31.148,19

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 31.148,19 (Trinta e Um Mil, Cento e Quarenta e Oito Reais e Dezenove Centavos).

1.3. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
2.1. A presente Ata terá validade por 365 dias Trezentos e Sessenta e Cinco dias, a partir de sua assinatura da Ata. sendo que as quantidades informadas no objeto desta licitação são estimativas, podendo a Prefeitura Municipal de Goioxim, adquirir mais ou menos do que o estimado no objeto desta licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO
3.1. Os produtos deverão ser entregue em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor.

3.2. Os produtos serão solicitados via requisição que será enviada através de correio eletrônico e/ou ligação (informações de contato devem ser fornecidas obrigatoriamente pela empresa vencedora da licitação) e deverá ser iniciado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da requisição e executado conforme necessidade do municipio.

3.3 A entrega do documento fiscal de fatura deverá ser efetuada junto à Prefeitura Municipal de Goioxim/PR, localizada na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184 - Centro, Goioxim/PR, de segunda a sexta-feira, no período das 8:00 às 11:30 hrs. e das 13:00 às 17:00 hrs.

3.4 Caso os produtos entregues não sejam executado conforme estabelecido acima, o gestor da Ata de Registro de Preços iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Administração Municipal de Goioxim/PR.

3.5 Os produtos serão recusados quando executados diferentes das condições contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório.

3.6 Os produtos quando entregues em desacordo com o especificado que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Administração Municipal de Goioxim/PR.

3.7 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características destes, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata de registro de preços e/ou do contrato que advir da ata.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA
4.1. Os produtos deveram ser entregues nos locais indicados na requisição de compra, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo o mesmo ser prorrogado com motivo justo e aceito pela administração.

4.2. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do recebimento definitivo dos produtos, mediante atestado de recebimento e aprovação emitido pela comissão de recebimento de bens/serviços, através de depósito bancário em conta corrente da contratada. O recebimento definitivo se dará no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

4.3. A Contratada deverá emitir nota fiscal, na forma da lei em vigência, no valor pactuado e condições da Ata de Registro de Preços, apresentando-a à Administração Municipal de Goioxim/PR para ateste e pagamento. Deverá, ainda, indicar os dados bancários para liquidação da despesa.

4.4. Caso o fornecimento seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do fornecimento ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.5. À Administração Municipal de Goioxim/PR reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento se os produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em edital.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO
5.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias, contados a partir da entrega do bem objeto do fornecimento, desde que o mesmo esteja de acordo com o solicitado pela Administração, e acompanhado da respectiva Nota Fiscal e CND's FGTS e INSS.
5.1.1. O respectivo pagamento somente será efetuado após efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação, em especial ao art. 55, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2. As notas fiscais deverão ser entregues no Setor administrativo do Departamento de Compras do Município, situado a Rua Laurindo Cordeiro de Souza – 184 – centro de Goioxim/PR.

5.3. As notas fiscais, após aceitas pelo Departamento de Compras, serão encaminhadas ao Setor empenho para providências quanto ao pagamento, que se dará através de depósito por transferência eletrônica bancária.

5.5. O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal da empresa que participou da licitação e deverá conter:

5.5.1 A modalidade e o número da Licitação;
5.5.2 O número da Ata e do Pedido de Fornecimento;
5.5.3 O Banco, número da agência e da conta corrente da CONTRATADA.

5.6. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

5.7. Poderá a Prefeitura sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente a execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

5.8. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
1660	06.001.10.304.0012.2047	326	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2640	09.001.20.606.0016.2082	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2700	09.002.18.541.0019.2085	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2750	09.003.20.606.0018.2086	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

5.8.1. Em exercícios futuros, correspondentes à vigência do contrato, a despesa com a execução dos serviços correrá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.2. Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela ADMINISTRAÇÃO para alteração, por aditamento, do preço da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - REVISÃO E CANCELAMENTO

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
7.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
7.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
7.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:
7.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
7.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
7.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
7.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

7.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens **7.6.1**, **7.6.2** e **7.6.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
7.8.1. por razão de interesse público; ou
7.8.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME

8.1. O Fornecedor ficará obrigado a entregar todos os materiais objeto desta ATA conforme a necessidade no prazo máximo de até 2(DOIS) dias úteis, impreterivelmente, a contar da data da entrega da Nota de Empenho, onde será dada a ciência por recibo de entrega, via fax, e-mail ou outro instrumento de recebimento indicado pela empresa contratada.

8.2. O prazo de entrega dos materiais não poderá ultrapassar os prazos pré- estabelecidos, a contar da data de entrega da nota de empenho;

8.3. O material deverá ser de reconhecida qualidade, atestada por órgão ou agente de certificação ou inspeção (INMETRO) ou outra entidade que venha substituir no período da realização do certame, inclusive contendo informações quanto as suas características na embalagem, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e outros.

8.4. Arcar com todas as despesas diretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a ADMINISTRAÇÃO;

8.5. Os materiais devem atender as especificações, o que, na diligencia e ou inspeção for constatado irregularidades, fora das especificações técnicas, será registrado ocorrência no sistema e aplicadas às penalidades pertinentes no que couber e dado a impertinência, será convocada a empresa subsequente na classificação para fornecimento dos produtos.

8.6. Manter durante a vigência da ATA as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando mensalmente, a cada pagamento comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente para com a Justiça do Trabalho (CNDT), Seguridade Social (INSS e contribuições Sociais administrativas pela Secretaria da Receita Federal), para com o FGTS (CEF) e para com a Fazenda Federal (SRF e PGFN) em observância à Constituição Federal (art. 195, parágrafo 3º), à Lei 8.666/93 (art. 29, inciso III e IV, e 55, inciso XIII), à Lei 8.036/90 (art. 27, "a"), Lei 9.012/95 (art. 2º), Lei 8.212/91 (art. 47), ao Decreto 612/92 (art. 16, par. Único, art. 84, inciso I, alínea "a" e parágrafo 10º, alíneas "a" e "b") e ao Decreto Lei 147/67".

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
9.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 3.555/2000, Decreto nº 7892/2013 e da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
10.1 As partes elegem o foro da Comarca de Cantagalo -PR, com renúncia de qualquer outro, como único e competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

Goioxim, 18 de outubro de 2017.

_____	_____
Contratante	Contratado
Município de Goioxim	Cassiane Paula Iargas & Cia LTDA ME
MARI TEREZINHA DA SILVA	CNPJ 11.994.136/0001-80
Prefeita Municipal	***CASSIANE PAULA IARGAS***

Testemunhas:

NOME:_____	**NOME:**_____
RG:_____	**RG:**_____
ASSINATURA:_____	**ASSINATURA:**_____

Publicado por:
Flávio Balduino Soares
Código Identificador:65E9D6FA

MUNICIPIO DE GOIOXIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 169/2017

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOXIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 184, Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.607.627/0001-78, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, Sra. Mari Terezinha da Silva, brasileira, residente a Rua Vitor Lara, 147, Bairro Bela Vista, nesta cidade, portadora do CPF n.º 814.418.789-04 e da Carteira de Identidade n.º RG 3.549.500-2 -SSP/PR, e de outro lado a empresa:

FORNECEDORA: VA OTTONI EQUIPAMENTOS ME, sediada a RUA SANTOS VICENTIM, 236 casa - CEP: 85148000 - BAIRRO: CENTRO, Fone 4236341267, Campina do Simão/PR inscrita no CNPJ sob o nº 18.770.897/0001-06, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por VIVIANE APARECIDA OTTONI, portador do RG nº 75298226 e do CPF nº 042.785.589-61.

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto: Aquisição de material de consumo e Permanente, sendo estes equipamentos e suplementos de informática e Ares condicionados, conforme edital e proposta que ficam fazendo parte integrante deste instrumento.

DO FORNECEDOR E PREÇOS REGISTRADOS
O preço registrado em reais, unitário e global, o(s) fornecedor(es), as especificações do objeto, a quantidade e unidade, em conformidade com o edital e com a(s) proposta(s) ofertada(s) no procedimento licitatório, são as que seguem:

ITENS							
Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	2	RACK SERVIDOR DE PAREDE FECHADO DE 470MM	CONTACT	UN	5,00	370,00	1.850,00
LOTE: 001 - Lote 001	4	Impressora Multifuncional Profissional. Alto desempenho de impressão, digitalização, cópia. Impressão - Velocidade De Impressão mínimo (Preto E Branco): Normal: Até 40 Ppm 6 - Primeira Página Impressa (Pronta): Preto E Branco: Em Até 5,4 Segundos. Em Até 12,9 Segundos (100 V) 7 - Ciclo De Trabalho (Mensal, A4): Até 80.000 Mínimo volume mensal de páginas Recomendado 750 A 4000 5 papel manuseio de papel, entrada, Padrão bandeja 1 mínimo 100 folhas. Bandeja 2 de entrada mínimo de 250	HP	UN	3,00	3.434,00	10.302,00

		folhas manuseio de papel. Bandeja de saída para 150 folhas mínimo. Envelopes. Etiquetas. Transparências - Gramaturas De Mídia, Suportado: Bandeja 1: 60 A 175 G/M². Bandeja 2, Bandeja 3 De 550 Folhas Opcional: 60 A 120 G/M² - Peso Da Mídia, Recomendado: 60 A 90 G/M²- Scanner - Tipo De Scanner: Base Plana, Alimentador Automático De Documentos - Resolução De Digitalização, Óptica: Até 1200 X 1200 Dpi - Tamanho Da Digitalização (No Scanner De Mesa), Máximo: 297 X 216 Mm - Tamanho Da Digitalização (Adf), Máximo: 216 X 355,6 Mm - Tamanho Da Digitalização (Adf), Mínimo: 102 X 152 Mm - Velocidade De Digitalização (Normal, A4): Até 26 Ppm/47 Ipm (Preto E Branco), Até 21 Ppm/30 Ipm (Colorido) 16 - Volume Mensal De Digitalização Recomendado: 750 A 4000 21 - Digitalização Adf Duplex: Sim - Capacidade Do Alimentador Automático De Documentos: Padrão, 50 Folhas - Características Padrão Transmissão Digital: Digit. Para E-Mail. Digit. Para Pasta De Rede. Digit. Para Nuvem - Formatos De Arquivo, Admitidos: Digitalização Para Dispositivo Usb E Digitalização A Partir Do Painel Frontal Para Uma Pasta Na Rede, Suporte Somente Para: Jpg, Pdf - Modos De Entrada De Digitalização: Para Suporte A Software De Digitalização (Incluído Na Caixa): Windows Jpg, Raw (Bmp), Pdf, Tiff, Png, Rtf E Mac Jpg, Jpg-2000, Tiff, Png, Pdf, Pdf Pesquisável, Rtf, Txt Cópia - Velocidade De Cópia (Normal): Preto E Branco: Até 40 Cpm 8 - Resolução De Cópia (Texto Em Preto): 600 X 600 Dpi - Resolução De Cópia (Gráficos E Texto Em Cores): 600 X 600 Dpi - Configurações De Redução/Ampliação De Cópia: 25 Até 400 - Cópias, No Máximo: Até 99 Cópias Fax - Envio/Recepção De Faxes: Sim - Velocidade De Transmissão De Fax: 3 Seg. Por Página 9 - Memória Do Fax: 4 Mb (250 Páginas Slerexe Em Resolução Padrão) - Resolução De Fax: Até 300 X 300 Dpi (Meios-Tons Ativados) - Discagens Rápidas, Número Máximo: Até 120 Números (119 Discagens De Grupo) - Locais De Transmissão: 119 Locais Conectividade - Recurso Hp Eprint: Sim - Recurso De Impressã...					
LOTE: 001 Lote 001	5	Tablet Capacidade mínima 8 GB; Tamanho da tela mínima 7 polegadas; Conectividade da tablet Wi-Fi; Dimensões Máximas 186.9 mm x 108.8 mm x 8.7 mm; Processador no mínimo Quad-Core; Processador gráfico no Mínimo Snapdragon 410; Resolução de tela máxima 800 px x 1280 px; Resolução de vídeo 720 p; Tipo de memória RAM; Capacidade da bateria 4000 mAh; mínimo de 8Gb de memória interna e suporte para cartão de memória tipo micro sd, podendo suportar até 256 GB; Duração de bateria mínimo de 100 horas; Memória RAM 1.5 GB; Peso maximo de 283 g; Pixels por polegada 216 dpi; Resolução da câmera frontal 2 Mpx; Resolução da câmera traseira 5 Mpx; Velocidade do processador 1.5 GHz; Sistema operacional Android na versão mínima 5.1	MULTILASER	UN	25,00	751,00	18.775,00
LOTE: 001 Lote 001	6	Leitor de Livros Digitais (e-Reader) Tela sensivel ao toque. Capacidade 4 GB. Tela mínimo de 6 ". Resolução 300 ppi. Tela antirreflexo, mesmo sob a luz do sol. Tecnologia de luz embutida que direciona a luz na superfície da tela. Ajuste a iluminação da tela e leia em qualquer luz ambiente. Conectividade Wi-Fi. Suporte para diferentes idiomas Português, Inglês, Francês, Alemão, Italiano, Japonês, Chinês Simplificado e Espanhol. Alimentação e Bateria Bivolt. Bateria recarregável com duração de várias semanas com uma única carga. Conexões USB 2.0 para carga. Peso aproximado. Peso do produto206 gramas. Dimensões do produto Largura 11,7 cm. Altura 16,9 cm. Profundidade 0,91 cm.	KINDLE	UN	2,00	468,00	936,00
LOTE: 002 Lote 002	3	Cartucho de Toner HP 17A LaserJet Original Preto	HP	UN	50,00	318,00	15.900,00
LOTE: 002 Lote 002	4	Toner HP 19A LaserJet Preto Original	HP	UN	100,00	295,50	29.550,00
LOTE: 002 Lote 002	7	Cartucho de Toner 12A HP Preto Compativel	MASTERPRINT	UN	100,00	67,80	6.780,00
LOTE: 002 Lote 002	10	Caixa Cabo de Rede categoria CAT.5e. Construção U/UTP 4 pares trançad pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial; Cor padrão: Azul claro. Capa externa: PVC na opção CMX; Caixa Com de 305 metros; Marcação sequencial métrica decrescente (305 – 0 m), que facilita a visualização da quantidade restante na caixa e no cálculo dos lances para instalação; Diâmetro nominal: 4,8 mm;	MULTILASER	CX	7,00	352,00	2.464,00
TOTAL							86.557,00

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 86.557,00 (Oitenta e Seis Mil, Quinhentos e Cinqüenta e Sete Reais).

Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

3. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

3.1. Os produtos deverão ser entregues, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da requisição de fornecimento, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor.

3.2. A entrega deverá ser efetuada junto à sede da Prefeitura Municipal, localizada na Rua laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, Goioxim/PR, de segunda a sexta-feira, no período das 8:00 às 11:30 hrs. e das 13:00 às 17:00 hrs. Caso os produtos não sejam entregues no prazo/forma estabelecido acima, o gestor da Ata de Registro de Preços iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Administração Municipal de Goioxim/PR.

3.3. Os produtos serão recusados quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

3.4. Caso os produtos sejam recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dia útil, contado da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Administração Municipal de Goioxim/PR.

3.5. Se a entrega e/ou a substituição dos produtos não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeita às sanções previstas no Edital e na ata de registro de preços e/ou do(s) contrato(s) que advir(em) da ata.

3.6. O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata e/ou do(s) contrato(s) que advir(em) da ata.

4. DA VALIDADE DA ATA

4.1. A presente ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

4.1.1 Os contratos que advirem da Ata de Registro de Preços terão vigência adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, respectivas ao ano de exercício de suas assinaturas.

4.1.2 Os contratos que advirem da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.1.3 O(s) contrato(s) que advir(em) da Ata de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DO PAGAMENTO E RECEBIMENTO DEFINITIVO

5.1 Na entrega dos produtos junto à Administração Municipal de Goioxim/PR, estes deverão estar de acordo com as normas da legislação vigente.

5.2 O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do recebimento definitivo dos produtos mediante atestado de recebimento e aprovação emitido pela comissão de recebimento de bens/serviços, através de depósito bancário em conta corrente da contratada.

5.3 O licitante vencedor deverá manter as condições demonstradas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e/ou, do contrato que advir da ata, bem como apresentar nota fiscal, na forma da lei em vigência, para requerer o pagamento, acompanhada dos seguintes documentos:
Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (dívida ativa e contribuições federais);
Prova de regularidade relativa à Previdência Social (CND-INSS) e ao FGTS (CRF);
Prova de regularidade perante o fisco estadual da sede da licitante;
Prova de regularidade perante o fisco municipal da sede da licitante;
Certidão negativa de débitos trabalhistas.
5.4 À Administração Municipal de Goioxim/PR é reservado o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento, se os produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em edital.
5.5 O recebimento definitivo se dará no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
5.6 A Fornecedora deverá emitir nota fiscal na forma da Lei, no valor pactuado e condições da Ata de Registro de Preços, apresentando-a à Administração Municipal de Goioxim/PR para ateste e pagamento. Deverá, ainda, indicar no corpo da Nota fiscal os dados bancários para liquidação da despesa.
5.7 Caso o fornecimento seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do fornecimento ou do documento fiscal, a depender do evento.
5.8 Nenhum pagamento será efetuado à fornecedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
5.9 A Administração Municipal de Goioxim/PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em Lei.
5.10 O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos das dotações orçamentárias, do Orçamento Próprio do Município de Goioxim/PR, a seguir:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
330	03.003.04.122.0005.2007	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
350	03.004.04.122.0005.2008	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
660	05.001.12.361.0008.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1190	06.001.10.301.0012.2036	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
1390	06.001.10.301.0012.2042	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1490	06.001.10.301.0012.2043	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

5.11 Dotações suplementares e futuras destinadas à suportar a aquisição/contratação, serão asseguradas em orçamentos/alterações, quando fizerem-se necessárias.
5.12 À Administração Municipal de Goioxim/PR reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento, se os produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em edital.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.
6.2 Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.
6.1.1 Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, podendo a Administração Municipal de Goioxim/PR convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.
6.3 Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior aos registrados, o fornecedor poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, com apresentação de comprovantes e de planilha detalhada do custo, que demonstrem que o mesmo não pode cumprir as obrigações assumidas, em função da elevação dos custos dos bens, decorrentes de fatos supervenientes.
6.3.1 Procedente o pedido, a Administração Municipal de Goioxim/PR providenciará a alteração do preço registrado.
6.3.2 Não sendo acatado o pedido de revisão, a Administração Municipal de Goioxim/PR poderá:
Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
7.1 O presente registro de preços poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:
Descumprimento pelo fornecedor das condições da presente ata de registro de preços;
Recusa pelo fornecedor a atender convocação para assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar o fornecedor reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
Se o beneficiário do preço registrado for supervenientemente impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública ou for declarado inidôneo;
Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução da ata, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
8.1 Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes no termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta do Fornecedor, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.
8.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo fornecedor, relacionados com o objeto pactuado.
8.3 Comunicar, por escrito e/ou via correio eletrônico, ao fornecedor quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido.
8.4 Comunicar, por escrito e/ou via correio eletrônico, ao fornecedor o não-recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas no termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.
8.5 Proporcionar as condições, cabíveis na forma da Lei, para que o fornecedor possa cumprir as obrigações pactuadas.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Obedecer as especificações do objeto, observando a qualidade e prazo de validade exigidos no termo de referência e no ato convocatório, bem como a marca e modelo constantes da proposta apresentada.

9.2 Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos/equipamentos/materiais até as dependências da contratante, como também pelas despesas a ele inerentes.

9.3 Entregar o objeto no prazo/condições estabelecido no item **"4"** desta ata de registro de preços.

9.4 Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos produtos/equipamentos/materiais fornecidos, que deverão estar devidamente acondicionados em embalagens e de primeira qualidade.

9.5 Manter todas as condições de habilitação exigidas no certame durante a vigência da ata de registro de preços, sob pena de serem convocados os demais participantes para a entrega dos produtos.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação pela Administração Municipal de Goioxim/PR, garantido o contraditório e a ampla defesa à beneficiária da presente ata, das seguintes sanções, independente de outras previstas:

Advertência, em caso de conduta que prejudique a execução contratual;

Multa moratória, equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor global da contratação, por dia útil, limitada ao percentual máximo de 2% (dois por cento), na hipótese de atraso no adimplemento de obrigação por parte da beneficiária da ata, em especial daquelas previstas nos itens **"4.3."**, **"4.4."** e **"4.7."**, desta ata.

Multa compensatória, de até 10% (dez por cento), sobre o valor global registrado, nas seguintes hipóteses, dentre outras:

Não entrega de documentação exigida para a ata;

Apresentação de documentação falsa exigida para a ata;

Não manutenção das proposta;

Retardamento da execução do objeto registrado;

Falha na execução contratual;

Fraude na execução contratual;

Comportamento inidôneo;

Cometimento de fraude fiscal.

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal de Goioxim/PR pelo prazo de até 02 (dois) anos, nas hipóteses referidas no inciso anterior, dentre outras, de acordo com a gravidade verificada.

Declaração de inidoneidade, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, aplicada ao licitante que incorrer as condutas a seguir:

Fizer declaração falsa na fase de habilitação;

Apresentar documento falso;

Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;

Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica;

Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

10.2 As sanções previstas nos incisos I, IV e V do item 10.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas nos incisos II e III do mesmo item.

10.3 Quaisquer das penalidades aplicadas serão devidamente averbadas na forma da legislação em vigor.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Caberá a gestão da ATA ao Setor de Licitações e Compras do Município de Goioxim/PR, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições aqui estipuladas, e ainda:

Propor ao órgão competente, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela beneficiária da Ata;

Receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto;

Acompanhar o processo licitatório, em todas as suas fases;

Manter controles adequados e efetivos da presente Ata, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual, com base nas informações e relatórios apresentados pelo fiscal;

Propor medidas que melhorem a execução da Ata.

11.2 Caberá a responsabilidade de fiscalização desta ata, ao(à) servidor(a) Municipal Gilmar Camargo, matrícula nº 346-1, e aos demais fiscais de contratos que advirem da presente ata, a competência de:

Atestar, em documento hábil, o fornecimento, a entrega, a prestação de serviço ou a execução da obra, após conferência prévia do objeto registrado;

Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos na Ata;

Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido na Ata;

Comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto;

Acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e /ou previstas contratualmente;

Observar que os prestadores de serviços se apresentem uniformizados e/ou com crachá de identificação quando estipulado em contrato;

Acompanhar a execução da Ata, informando ao gestor as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da obra, do fornecimento ou da prestação do serviço;

Informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto ao gestor;

Emitir e controlar, periodicamente, as ordens de serviço necessárias para a execução do objeto;

11.3 A fiscalização de que trata o item "**11."**, desta Ata, não exclui nem reduz a responsabilidade da beneficiária da Ata pelos danos causados a Administração Municipal de Goioxim/PR ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

11.4 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração Municipal de Goioxim/PR, não elide nem diminui a responsabilidade da beneficiária da Ata quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração Municipal de Goioxim/PR ou do(a) servidor(a) designado para a fiscalização.

11.5 À Administração Municipal de Goioxim/PR, não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos/objetos considerados inadequados.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1 O beneficiário da presente Ata de Registro de Preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da ATA, em conformidade com o edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 064/2017.
12.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
12.3 O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal de Goioxim/PR.
12.4 Para dirimir questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Goioxim, 18 de outubro de 2017.

_____	_____
Contratante	Contratado
Município de Goioxim	VA Ottoni Equipamentos ME
MARI TEREZINHA DA SILVA	CNPJ 18.770.897/0001-06
Prefeita Municipal	***VIVIANE APARECIDA OTTONI***

Testemunhas:

NOME:_____	**NOME:**_____
RG:_____	**RG:**_____
ASSINATURA:_____	**ASSINATURA:**_____

Publicado por:
Flávio Balduino Soares
Código Identificador:0C70DD76

MUNICIPIO DE GOIOXIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 170/2017

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOXIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 184, Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.607.627/0001-78, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, Sra. Mari Terezinha da Silva, brasileira, residente a Rua Vitor Lara, 147, Bairro Bela Vista, nesta cidade, portadora do CPF n.º 814.418.789-04 e da Carteira de Identidade n.º RG 3.549.500-2 -SSP/PR, e de outro lado a empresa:

FORNECEDORA: BENJAMIM GUERRA JUNIOR MATERIAIS DE CONSTRUÇAO ME, sediada a RUA CORONEL GUILHERME DE PAULA , 1411 - CEP: 85304440 - BAIRRO: CENTRO, Fone 042-3635-3684, Laranjeiras do Sul/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 12.854.925/0001-89, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por BENJAMIM GUERRA JUNIOR, portador do RG nº 9.203.992-7 e do CPF nº 080.417.629-99.
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto: Aquisição de material de consumo e Permanente, sendo estes equipamentos e suplementos de informática e Ares condicionados, conforme edital e proposta que ficam fazendo parte integrante deste instrumento.

DO FORNECEDOR E PREÇOS REGISTRADOS
O preço registrado em reais, unitário e global, o(s) fornecedor(es), as especificações do objeto, a quantidade e unidade, em conformidade com o edital e com a(s) proposta(s) ofertada(s) no procedimento licitatório, são as que seguem:

ITENS							
Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 003 - Lote 003	1	Ar Condicionado Split quente/frio tecnologia inverter capacidade minim a de refrigeração de 9.000 BTU/h, 110v, Selo Procel, compressor rotativo, controle remoto sem fio, mínimo de três velocidades de insuflamente (alta, média e baixa), movimento e controle automático do direcionamento do ar (swing), acionamento de emergência na unidade interna no caso de perda ou dano do controle remoto. Garantia mínima do fabricante de 12 (doze) meses. Instalação por conta da Contratada	KOMECO	UN	20,00	1.499,00	29.980,00
LOTE: 003 - Lote 003	2	Ar Condicionado Split quente/frio tecnologia inverter capacidade minim a de refrigeração de 12.000 BTU/h, 110v, Selo Procel, compressor rotativo, controle remoto sem fio, mínimo de três velocidades de insuflamente (alta, média e baixa), movimento e controle automático do direcionamento do ar (swing), acionamento de emergência na unidade interna no caso de perda ou dano do controle remoto. Garantia mínima do fabricante de 12 (doze) meses. Instalação por conta da Contratada	KOMECO	UN	15,00	2.020,00	30.300,00
TOTAL							60.280,00

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 60.280,00 (Sessenta Mil, Duzentos e Oitenta Reais).

Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
3. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO
3.1. Os produtos deverão ser entregues, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da requisição de fornecimento, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor.

3.2. A entrega deverá ser efetuada junto à sede da Prefeitura Municipal, localizada na Rua laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, Goioxim/PR, de segunda a sexta-feira, no período das 8:00 às 11:30 hrs. e das 13:00 às 17:00 hrs. Caso os produtos não sejam entregues no prazo/forma estabelecido

acima, o gestor da Ata de Registro de Preços iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Administração Municipal de Goioxim/PR.

3.3. Os produtos serão recusados quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

3.4. Caso os produtos sejam recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dia útil, contado da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Administração Municipal de Goioxim/PR.

3.5. Se a entrega e/ou a substituição dos produtos não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeita às sanções previstas no Edital e na ata de registro de preços e/ou do(s) contrato(s) que advir(em) da ata.

3.6. O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata e/ou do(s) contrato(s) que advir(em) da ata.

4. DA VALIDADE DA ATA

4.1. A presente ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
4.1.1 Os contratos que advirem da Ata de Registro de Preços terão vigência adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, respectivas ao ano de exercício de suas assinaturas.
4.1.2 Os contratos que advirem da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
4.1.3 O(s) contrato(s) que advir(em) da Ata de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DO PAGAMENTO E RECEBIMENTO DEFINITIVO

5.1 Na entrega dos produtos junto à Administração Municipal de Goioxim/PR, estes deverão estar de acordo com as normas da legislação vigente.
5.2 O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do recebimento definitivo dos produtos mediante atestado de recebimento e aprovação emitido pela comissão de recebimento de bens/serviços, através de depósito bancário em conta corrente da contratada.
5.3 O licitante vencedor deverá manter as condições demonstradas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e/ou, do contrato que advir da ata, bem como apresentar nota fiscal, na forma da lei em vigência, para requerer o pagamento, acompanhada dos seguintes documentos:
Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (dívida ativa e contribuições federais);
Prova de regularidade relativa à Previdência Social (CND-INSS) e ao FGTS (CRF);
Prova de regularidade perante o fisco estadual da sede da licitante;
Prova de regularidade perante o fisco municipal da sede da licitante;
Certidão negativa de débitos trabalhistas.
5.4 À Administração Municipal de Goioxim/PR é reservado o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento, se os produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em edital.
5.5 O recebimento definitivo se dará no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
5.6 A Fornecedora deverá emitir nota fiscal na forma da Lei, no valor pactuado e condições da Ata de Registro de Preços, apresentando-a à Administração Municipal de Goioxim/PR para ateste e pagamento. Deverá, ainda, indicar no corpo da Nota fiscal os dados bancários para liquidação da despesa.
5.7 Caso o fornecimento seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do fornecimento ou do documento fiscal, a depender do evento.
5.8 Nenhum pagamento será efetuado à fornecedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
5.9 A Administração Municipal de Goioxim/PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em Lei.
5.10 O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos das dotações orçamentárias, do Orçamento Próprio do Município de Goioxim/PR, a seguir:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
330	03.003.04.122.0005.2007	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
350	03.004.04.122.0005.2008	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
660	05.001.12.361.0008.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1190	06.001.10.301.0012.2036	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
1390	06.001.10.301.0012.2042	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1490	06.001.10.301.0012.2043	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

5.11 Dotações suplementares e futuras destinadas à suportar a aquisição/contratação, serão asseguradas em orçamentos/alterações, quando fizerem-se necessárias.
5.12 À Administração Municipal de Goioxim/PR reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento, se os produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em edital.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.
6.2 Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.
6.1.1 Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, podendo a Administração Municipal de Goioxim/PR convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.
6.3 Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior aos registrados, o fornecedor poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, com apresentação de comprovantes e de planilha detalhada do custo, que demonstrem que o mesmo não pode cumprir as obrigações assumidas, em função da elevação dos custos dos bens, decorrentes de fatos supervenientes.

6.3.1 Procedente o pedido, a Administração Municipal de Goioxim/PR providenciará a alteração do preço registrado.
6.3.2 Não sendo acatado o pedido de revisão, a Administração Municipal de Goioxim/PR poderá:
Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
7.1 O presente registro de preços poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:
Descumprimento pelo fornecedor das condições da presente ata de registro de preços;
Recusa pelo fornecedor a atender convocação para assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar o fornecedor reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
Se o beneficiário do preço registrado for supervenientemente impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública ou for declarado inidôneo;
Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução da ata, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
8.1 Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes no termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta do Fornecedor, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.
8.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo fornecedor, relacionados com o objeto pactuado.
8.3 Comunicar, por escrito e/ou via correio eletrônico, ao fornecedor quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido.
8.4 Comunicar, por escrito e/ou via correio eletrônico, ao fornecedor o não-recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas no termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.
8.5 Proporcionar as condições, cabíveis na forma da Lei, para que o fornecedor possa cumprir as obrigações pactuadas.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1 Obedecer as especificações do objeto, observando a qualidade e prazo de validade exigidos no termo de referência e no ato convocatório, bem como a marca e modelo constantes da proposta apresentada.
9.2 Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos/equipamentos/materiais até as dependências da contratante, como também pelas despesas a ele inerentes.
9.3 Entregar o objeto no prazo/condições estabelecido no item **"4"** desta ata de registro de preços.
9.4 Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos produtos/equipamentos/materiais fornecidos, que deverão estar devidamente acondicionados em embalagens e de primeira qualidade.
9.5 Manter todas as condições de habilitação exigidas no certame durante a vigência da ata de registro de preços, sob pena de serem convocados os demais participantes para a entrega dos produtos.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
10.1 O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação pela Administração Municipal de Goioxim/PR, garantido o contraditório e a ampla defesa à beneficiária da presente ata, das seguintes sanções, independente de outras previstas:
Advertência, em caso de conduta que prejudique a execução contratual;
Multa moratória, equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor global da contratação, por dia útil, limitada ao percentual máximo de 2% (dois por cento), na hipótese de atraso no adimplemento de obrigação por parte da beneficiária da ata, em especial daquelas previstas nos itens **"4.3."**, **"4.4."** e **"4.7."**, desta ata.
Multa compensatória, de até 10% (dez por cento), sobre o valor global registrado, nas seguintes hipóteses, dentre outras:
Não entrega de documentação exigida para a ata;
Apresentação de documentação falsa exigida para a ata;
Não manutenção das proposta;
Retardamento da execução do objeto registrado;
Falha na execução contratual;
Fraude na execução contratual;
Comportamento inidôneo;
Cometimento de fraude fiscal.
Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal de Goioxim/PR pelo prazo de até 02 (dois) anos, nas hipóteses referidas no inciso anterior, dentre outras, de acordo com a gravidade verificada.
Declaração de inidoneidade, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, aplicada ao licitante que incorrer as condutas a seguir:
Fizer declaração falsa na fase de habilitação;
Apresentar documento falso;
Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica;
Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
10.2 As sanções previstas nos incisos I, IV e V do item 10.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas nos incisos II e III do mesmo item.
10.3 Quaisquer das penalidades aplicadas serão devidamente averbadas na forma da legislação em vigor.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 Caberá a gestão da ATA ao Setor de Licitações e Compras do Município de Goioxim/PR, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições aqui estipuladas, e ainda:

Propor ao órgão competente, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela beneficiária da Ata;
Receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto;
Acompanhar o processo licitatório, em todas as suas fases;
Manter controles adequados e efetivos da presente Ata, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual, com base nas informações e relatórios apresentados pelo fiscal;
Propor medidas que melhorem a execução da Ata.
11.2 Caberá a responsabilidade de fiscalização desta ata, ao(à) servidor(a) Municipal Gilmar Camargo, matrícula nº 346-1, e aos demais fiscais de contratos que advirem da presente ata, a competência de:
Atestar, em documento hábil, o fornecimento, a entrega, a prestação de serviço ou a execução da obra, após conferência prévia do objeto registrado;
Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos na Ata;
Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido na Ata;
Comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto;
Acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e /ou previstas contratualmente;
Observar que os prestadores de serviços se apresentem uniformizados e/ou com crachá de identificação quando estipulado em contrato;
Acompanhar a execução da Ata, informando ao gestor as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da obra, do fornecimento ou da prestação do serviço;
Informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto ao gestor;
Emitir e controlar, periodicamente, as ordens de serviço necessárias para a execução do objeto;
11.3 A fiscalização de que trata o item "**11.**", desta Ata, não exclui nem reduz a responsabilidade da beneficiária da Ata pelos danos causados a Administração Municipal de Goioxim/PR ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
11.4 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração Municipal de Goioxim/PR, não elide nem diminui a responsabilidade da beneficiária da Ata quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração Municipal de Goioxim/PR ou do(a) servidor(a) designado para a fiscalização.
11.5 À Administração Municipal de Goioxim/PR, não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos/objetos considerados inadequados.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1 O beneficiário da presente Ata de Registro de Preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da ATA, em conformidade com o edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 064/2017.
12.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
12.3 O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal de Goioxim/PR.
12.4 Para dirimir questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Goioxim, 18 de outubro de 2017.

_____	_____
Contratante	Contratado
Município de Goioxim	Benjamim Guerra Junior Materiais de Construçao ME
MARI TEREZINHA DA SILVA	CNPJ 12.854.925/0001-89
Prefeita Municipal	***BENJAMIM GUERRA JUNIOR***

Testemunhas:

NOME:_____	**NOME:**_____
RG:_____	**RG:**_____
ASSINATURA:_____	**ASSINATURA:**_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 171/2017

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOXIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 184, Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.607.627/0001-78, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, Sra. Mari Terezinha da Silva, brasileira, residente a Rua Vitor Lara, 147, Bairro Bela Vista, nesta cidade, portadora do CPF n.º 814.418.789-04 e da Carteira de Identidade n.º RG 3.549.500-2 -SSP/PR, e de outro lado a empresa:

FORNECEDORA: Maria Clair de Almeida Gomes, sediada a Rua Saldanha Marinho, 1786 Regina Papelaria - CEP: 85010290 - BAIRRO: Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 77.028.082/0001-07, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por Maria Clair de Almeida Gomes, portador do RG nº 801714-0 e do CPF nº 244.861.169-68.
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto: Aquisição de material de consumo e Permanente, sendo estes equipamentos e suplementos de informática e Ares condicionados, conforme edital e proposta que ficam fazendo parte integrante deste instrumento.

DO FORNECEDOR E PREÇOS REGISTRADOS
2.1 O preço registrado em reais, unitário e global, o(s) fornecedor(es), as especificações do objeto, a quantidade e unidade, em conformidade com o edital e com a(s) proposta(s) ofertada(s) no procedimento licitatório, são as que seguem:

ITENS							
Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 002 - Lote 002	5	Toner HP 18A LaserJet Preto Original	HP	UN	100,00	431,00	43.100,00
LOTE: 002 - Lote 002	6	Toner HP 279A LaserJet Preto Original	HP	UN	100,00	295,50	29.550,00
LOTE: 002 - Lote 002	8	Cartucho de Toner 283A Hp compativel Preto	MASTERPRINT	UN	200,00	77,80	15.560,00
TOTAL							88.210,00

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 88.210,00 (Oitenta e Oito Mil, Duzentos e Dez Reais).

3. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

3.1. Os produtos deverão ser entregues, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da requisição de fornecimento, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor.

3.2. A entrega deverá ser efetuada junto à sede da Prefeitura Municipal, localizada na Rua laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, Goioxim/PR, de segunda a sexta-feira, no período das 8:00 às 11:30 hrs. e das 13:00 às 17:00 hrs. Caso os produtos não sejam entregues no prazo/forma estabelecido acima, o gestor da Ata de Registro de Preços iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Administração Municipal de Goioxim/PR.

3.3. Os produtos serão recusados quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

3.4. Caso os produtos sejam recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dia útil, contado da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Administração Municipal de Goioxim/PR.

3.5. Se a entrega e/ou a substituição dos produtos não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeita às sanções previstas no Edital e na ata de registro de preços e/ou do(s) contrato(s) que advir(em) da ata.

3.6. O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata e/ou do(s) contrato(s) que advir(em) da ata.

4. DA VALIDADE DA ATA

4.1. A presente ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
4.1.1 Os contratos que advirem da Ata de Registro de Preços terão vigência adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, respectivas ao ano de exercício de suas assinaturas.
4.1.2 Os contratos que advirem da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
4.1.3 O(s) contrato(s) que advir(em) da Ata de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DO PAGAMENTO E RECEBIMENTO DEFINITIVO

5.1 Na entrega dos produtos junto à Administração Municipal de Goioxim/PR, estes deverão estar de acordo com as normas da legislação vigente.
5.2 O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do recebimento definitivo dos produtos mediante atestado de recebimento e aprovação emitido pela comissão de recebimento de bens/serviços, através de depósito bancário em conta corrente da contratada.
5.3 O licitante vencedor deverá manter as condições demonstradas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e/ou, do contrato que advir da ata, bem como apresentar nota fiscal, na forma da lei em vigência, para requerer o pagamento, acompanhada dos seguintes documentos:
Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (dívida ativa e contribuições federais);
Prova de regularidade relativa à Previdência Social (CND-INSS) e ao FGTS (CRF);
Prova de regularidade perante o fisco estadual da sede da licitante;
Prova de regularidade perante o fisco municipal da sede da licitante;
Certidão negativa de débitos trabalhistas.
5.4 À Administração Municipal de Goioxim/PR é reservado o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento, se os produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em edital.
5.5 O recebimento definitivo se dará no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
5.6 A Fornecedora deverá emitir nota fiscal na forma da Lei, no valor pactuado e condições da Ata de Registro de Preços, apresentando-a à Administração Municipal de Goioxim/PR para ateste e pagamento. Deverá, ainda, indicar no corpo da Nota fiscal os dados bancários para liquidação da despesa.
5.7 Caso o fornecimento seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do fornecimento ou do documento fiscal, a depender do evento.
5.8 Nenhum pagamento será efetuado à fornecedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
5.9 A Administração Municipal de Goioxim/PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em Lei.
5.10 O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos das dotações orçamentárias, do Orçamento Próprio do Município de Goioxim/PR, a seguir:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
330	03.003.04.122.0005.2007	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
350	03.004.04.122.0005.2008	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
660	05.001.12.361.0008.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1190	06.001.10.301.0012.2036	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
1390	06.001.10.301.0012.2042	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1490	06.001.10.301.0012.2043	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

5.11 Dotações suplementares e futuras destinadas à suportar a aquisição/contratação, serão asseguradas em orçamentos/alterações, quando fizerem-se necessárias.

5.12 À Administração Municipal de Goioxim/PR reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento, se os produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em edital.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.
6.2 Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.
6.1.1 Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, podendo a Administração Municipal de Goioxim/PR convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.
6.3 Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior aos registrados, o fornecedor poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, com apresentação de comprovantes e de planilha detalhada do custo, que demonstrem que o mesmo não pode cumprir as obrigações assumidas, em função da elevação dos custos dos bens, decorrentes de fatos supervenientes.
6.3.1 Procedente o pedido, a Administração Municipal de Goioxim/PR providenciará a alteração do preço registrado.
6.3.2 Não sendo acatado o pedido de revisão, a Administração Municipal de Goioxim/PR poderá:
Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
7.1 O presente registro de preços poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:
Descumprimento pelo fornecedor das condições da presente ata de registro de preços;
Recusa pelo fornecedor a atender convocação para assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar o fornecedor reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
Se o beneficiário do preço registrado for supervenientemente impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública ou for declarado inidôneo;
Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução da ata, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
8.1 Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes no termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta do Fornecedor, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.
8.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo fornecedor, relacionados com o objeto pactuado.
8.3 Comunicar, por escrito e/ou via correio eletrônico, ao fornecedor quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido.
8.4 Comunicar, por escrito e/ou via correio eletrônico, ao fornecedor o não-recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas no termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.
8.5 Proporcionar as condições, cabíveis na forma da Lei, para que o fornecedor possa cumprir as obrigações pactuadas.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1 Obedecer as especificações do objeto, observando a qualidade e prazo de validade exigidos no termo de referência e no ato convocatório, bem como a marca e modelo constantes da proposta apresentada.
9.2 Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos/equipamentos/materiais até as dependências da contratante, como também pelas despesas a ele inerentes.
9.3 Entregar o objeto no prazo/condições estabelecido no item **"4"** desta ata de registro de preços.
9.4 Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos produtos/equipamentos/materiais fornecidos, que deverão estar devidamente acondicionados em embalagens e de primeira qualidade.
9.5 Manter todas as condições de habilitação exigidas no certame durante a vigência da ata de registro de preços, sob pena de serem convocados os demais participantes para a entrega dos produtos.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
10.1 O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação pela Administração Municipal de Goioxim/PR, garantido o contraditório e a ampla defesa à beneficiária da presente ata, das seguintes sanções, independente de outras previstas:
Advertência, em caso de conduta que prejudique a execução contratual;
Multa moratória, equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor global da contratação, por dia útil, limitada ao percentual máximo de 2% (dois por cento), na hipótese de atraso no adimplemento de obrigação por parte da beneficiária da ata, em especial daquelas previstas nos itens **"4.3."**, **"4.4."** e **"4.7."**, desta ata.
Multa compensatória, de até 10% (dez por cento), sobre o valor global registrado, nas seguintes hipóteses, dentre outras:
Não entrega de documentação exigida para a ata;
Apresentação de documentação falsa exigida para a ata;
Não manutenção das proposta;
Retardamento da execução do objeto registrado;
Falha na execução contratual;
Fraude na execução contratual;
Comportamento inidôneo;
Cometimento de fraude fiscal.
Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal de Goioxim/PR pelo prazo de até 02 (dois) anos, nas hipóteses referidas no inciso anterior, dentre outras, de acordo com a gravidade verificada.
Declaração de inidoneidade, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, aplicada ao licitante que incorrer as condutas a seguir:
Fizer declaração falsa na fase de habilitação;
Apresentar documento falso;
Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica;
Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
10.2 As sanções previstas nos incisos I, IV e V do item 10.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas nos incisos II e III do mesmo item.
10.3 Quaisquer das penalidades aplicadas serão devidamente averbadas na forma da legislação em vigor.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 Caberá a gestão da ATA ao Setor de Licitações e Compras do Município de Goioxim/PR, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições aqui estipuladas, e ainda:
Propor ao órgão competente, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela beneficiária da Ata;
Receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto;
Acompanhar o processo licitatório, em todas as suas fases;
Manter controles adequados e efetivos da presente Ata, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual, com base nas informações e relatórios apresentados pelo fiscal;
Propor medidas que melhorem a execução da Ata.
11.2 Caberá a responsabilidade de fiscalização desta ata, ao(à) servidor(a) Municipal Gilmar Camargo, matrícula nº 346-1, e aos demais fiscais de contratos que advirem da presente ata, a competência de:
Atestar, em documento hábil, o fornecimento, a entrega, a prestação de serviço ou a execução da obra, após conferência prévia do objeto registrado;
Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos na Ata;
Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido na Ata;
Comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto;
Acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e /ou previstas contratualmente;
Observar que os prestadores de serviços se apresentem uniformizados e/ou com crachá de identificação quando estipulado em contrato;
Acompanhar a execução da Ata, informando ao gestor as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da obra, do fornecimento ou da prestação do serviço;
Informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto ao gestor;
Emitir e controlar, periodicamente, as ordens de serviço necessárias para a execução do objeto;
11.3 A fiscalização de que trata o item "**11.**", desta Ata, não exclui nem reduz a responsabilidade da beneficiária da Ata pelos danos causados a Administração Municipal de Goioxim/PR ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
11.4 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração Municipal de Goioxim/PR, não elide nem diminui a responsabilidade da beneficiária da Ata quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração Municipal de Goioxim/PR ou do(a) servidor(a) designado para a fiscalização.
11.5 À Administração Municipal de Goioxim/PR, não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos/objetos considerados inadequados.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1 O beneficiário da presente Ata de Registro de Preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da ATA, em conformidade com o edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 064/2017.
12.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
12.3 O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal de Goioxim/PR.
12.4 Para dirimir questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Goioxim, 18 de outubro de 2017.

_____	_____
Contratante	Contratado
Município de Goioxim	Maria Clair de Almeida Gomes
MARI TEREZINHA DA SILVA	CNPJ 77.028.082/0001-07
Prefeita Municipal	***MARIA CLAIR DE ALMEIDA GOMES***

Testemunhas:

NOME:_____	**NOME:**_____
RG:_____	**RG:**_____
ASSINATURA:_____	**ASSINATURA:**_____

Publicado por:
Flávio Balduino Soares
Código Identificador:63FB11B1

MUNICIPIO DE GOIOXIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 172/2017

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOXIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 184, Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.607.627/0001-78, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, Sra. Mari Terezinha da Silva, brasileira, residente a Rua Vitor Lara, 147, Bairro Bela Vista, nesta cidade, portadora do CPF n.º 814.418.789-04 e da Carteira de Identidade n.º RG 3.549.500-2 -SSP/PR, e de outro lado a empresa:

FORNECEDORA: SOL EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO LTDA, sediada a RUA INÁCIO KARPINSKI, 1276 LOJA - CEP: 85045000 - BAIRRO: BONSUCESSO, inscrita no CNPJ sob o nº 75.997.858/0001-71, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por CELSO STACHEIRA, portador do RG nº 657.216-SSP/PR e do CPF nº 149.877.169-68.

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto: Aquisição de material de consumo e Permanente, sendo estes equipamentos e suplementos de informática e Ares condicionados, conforme edital e proposta que ficam fazendo parte integrante deste instrumento.

DO FORNECEDOR E PREÇOS REGISTRADOS

2.1 O preço registrado em reais, unitário e global, o(s) fornecedor(es), as especificações do objeto, a quantidade e unidade, em conformidade com o edital e com a(s) proposta(s) ofertada(s) no procedimento licitatório, são as que seguem:

ITENS							
Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	SWITCH COM NO MÍNIMO 24 PORTAS 10/100/1000 MBPS	INTELBRAS	UN	2,00	339,00	678,00
LOTE: 001 - Lote 001	3	Impressora Multifuncional laser com função de imprimir, copiar, digita lizar, com velocidade do processador de no mínimo 600mhz, velocidade de impressão preto de minimo 23ppm, com ciclo mensal para no mínimo 10.000 páginas, com conectividade usb, ethernet. Com memória de no mínimo 256mb, com bandeja de manuseio de papel de no mínimo 100 folhas, com função de impressão frente e verso. com scanner nos formatos pdf, jpg, png, tiff, com resolução óptica de no mínimo 300 dpi, com velocidade de digitalização de até 19 ppm (preto e branco) . Copiadora de até 22ppm, com função de redução/ampliação de cópia de 25 até 400%. Devendo acompanhar cd com software da impressora, guia de garantia, cabo de alimentação, cabo usb. Garantia de 12 meses. 110 v.	HP	UN	20,00	2.153,00	43.060,00
LOTE: 002 - Lote 002	1	Cartucho de Toner HP 26A LaserJet original Preto	HP	UN	50,00	250,00	12.500,00
LOTE: 002 - Lote 002	2	Cartucho de toner laserjet original preto de alto rendimento HP 26X	HP	UN	50,00	634,00	31.700,00
TOTAL							87.938,00

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 87.938,00 (Oitenta e Sete Mil, Novecentos e Trinta e Oito Reais).

3. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

3.1. Os produtos deverão ser entregues, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da requisição de fornecimento, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor.

3.2. A entrega deverá ser efetuada junto à sede da Prefeitura Municipal, localizada na Rua laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, Goioxim/PR, de segunda a sexta-feira, no período das 8:00 às 11:30 hrs. e das 13:00 às 17:00 hrs. Caso os produtos não sejam entregues no prazo/forma estabelecido acima, o gestor da Ata de Registro de Preços iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Administração Municipal de Goioxim/PR.

3.3. Os produtos serão recusados quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

3.4. Caso os produtos sejam recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dia útil, contado da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Administração Municipal de Goioxim/PR.

3.5. Se a entrega e/ou a substituição dos produtos não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeita às sanções previstas no Edital e na ata de registro de preços e/ou do(s) contrato(s) que advir(em) da ata.

3.6. O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata e/ou do(s) contrato(s) que advir(em) da ata.

4. DA VALIDADE DA ATA

4.1. A presente ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
4.1.1 Os contratos que advirem da Ata de Registro de Preços terão vigência adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, respectivas ao ano de exercício de suas assinaturas.
4.1.2 Os contratos que advirem da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
4.1.3 O(s) contrato(s) que advir(em) da Ata de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DO PAGAMENTO E RECEBIMENTO DEFINITIVO

5.1 Na entrega dos produtos junto à Administração Municipal de Goioxim/PR, estes deverão estar de acordo com as normas da legislação vigente.
5.2 O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do recebimento definitivo dos produtos mediante atestado de recebimento e aprovação emitido pela comissão de recebimento de bens/serviços, através de depósito bancário em conta corrente da contratada.
5.3 O licitante vencedor deverá manter as condições demonstradas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e/ou, do contrato que advir da ata, bem como apresentar nota fiscal, na forma da lei em vigência, para requerer o pagamento, acompanhada dos seguintes documentos:
Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (dívida ativa e contribuições federais);
Prova de regularidade relativa à Previdência Social (CND-INSS) e ao FGTS (CRF);
Prova de regularidade perante o fisco estadual da sede da licitante;

Prova de regularidade perante o fisco municipal da sede da licitante;
Certidão negativa de débitos trabalhistas.
5.4 À Administração Municipal de Goioxim/PR é reservado o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento, se os produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em edital.
5.5 O recebimento definitivo se dará no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
5.6 A Fornecedora deverá emitir nota fiscal na forma da Lei, no valor pactuado e condições da Ata de Registro de Preços, apresentando-a à Administração Municipal de Goioxim/PR para ateste e pagamento. Deverá, ainda, indicar no corpo da Nota fiscal os dados bancários para liquidação da despesa.
5.7 Caso o fornecimento seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do fornecimento ou do documento fiscal, a depender do evento.
5.8 Nenhum pagamento será efetuado à fornecedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
5.9 A Administração Municipal de Goioxim/PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em Lei.
5.10 O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos das dotações orçamentárias, do Orçamento Próprio do Município de Goioxim/PR, a seguir:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
330	03.003.04.122.0005.2007	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
350	03.004.04.122.0005.2008	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
660	05.001.12.361.0008.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1190	06.001.10.301.0012.2036	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
1390	06.001.10.301.0012.2042	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1490	06.001.10.301.0012.2043	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

5.11 Dotações suplementares e futuras destinadas à suportar a aquisição/contratação, serão asseguradas em orçamentos/alterações, quando fizerem-se necessárias.
5.12 À Administração Municipal de Goioxim/PR reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento, se os produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em edital.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.
6.2 Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.
6.1.1 Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, podendo a Administração Municipal de Goioxim/PR convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.
6.3 Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior aos registrados, o fornecedor poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, com apresentação de comprovantes e de planilha detalhada do custo, que demonstrem que o mesmo não pode cumprir as obrigações assumidas, em função da elevação dos custos dos bens, decorrentes de fatos supervenientes.
6.3.1 Procedente o pedido, a Administração Municipal de Goioxim/PR providenciará a alteração do preço registrado.
6.3.2 Não sendo acatado o pedido de revisão, a Administração Municipal de Goioxim/PR poderá:
Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
7.1 O presente registro de preços poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:
Descumprimento pelo fornecedor das condições da presente ata de registro de preços;
Recusa pelo fornecedor a atender convocação para assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar o fornecedor reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
Se o beneficiário do preço registrado for supervenientemente impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública ou for declarado inidôneo;
Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução da ata, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
8.1 Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes no termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta do Fornecedor, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.
8.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo fornecedor, relacionados com o objeto pactuado.
8.3 Comunicar, por escrito e/ou via correio eletrônico, ao fornecedor quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido.
8.4 Comunicar, por escrito e/ou via correio eletrônico, ao fornecedor o não-recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas no termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.
8.5 Proporcionar as condições, cabíveis na forma da Lei, para que o fornecedor possa cumprir as obrigações pactuadas.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1 Obedecer as especificações do objeto, observando a qualidade e prazo de validade exigidos no termo de referência e no ato convocatório, bem como a marca e modelo constantes da proposta apresentada.
9.2 Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos/equipamentos/materiais até as dependências da contratante, como também pelas despesas a ele inerentes.
9.3 Entregar o objeto no prazo/condições estabelecido no item **"4"** desta ata de registro de preços.

9.4 Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos produtos/equipamentos/materiais fornecidos, que deverão estar devidamente acondicionados em embalagens e de primeira qualidade.
9.5 Manter todas as condições de habilitação exigidas no certame durante a vigência da ata de registro de preços, sob pena de serem convocados os demais participantes para a entrega dos produtos.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
10.1 O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação pela Administração Municipal de Goioxim/PR, garantido o contraditório e a ampla defesa à beneficiária da presente ata, das seguintes sanções, independente de outras previstas:
Advertência, em caso de conduta que prejudique a execução contratual;
Multa moratória, equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor global da contratação, por dia útil, limitada ao percentual máximo de 2% (dois por cento), na hipótese de atraso no adimplemento de obrigação por parte da beneficiária da ata, em especial daquelas previstas nos itens **"4.3."**, **"4.4."** e **"4.7."**, desta ata.
Multa compensatória, de até 10% (dez por cento), sobre o valor global registrado, nas seguintes hipóteses, dentre outras:
Não entrega de documentação exigida para a ata;
Apresentação de documentação falsa exigida para a ata;
Não manutenção das proposta;
Retardamento da execução do objeto registrado;
Falha na execução contratual;
Fraude na execução contratual;
Comportamento inidôneo;
Cometimento de fraude fiscal.
Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal de Goioxim/PR pelo prazo de até 02 (dois) anos, nas hipóteses referidas no inciso anterior, dentre outras, de acordo com a gravidade verificada.
Declaração de inidoneidade, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, aplicada ao licitante que incorrer as condutas a seguir:
Fizer declaração falsa na fase de habilitação;
Apresentar documento falso;
Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica;
Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
10.2 As sanções previstas nos incisos I, IV e V do item 10.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas nos incisos II e III do mesmo item.
10.3 Quaisquer das penalidades aplicadas serão devidamente averbadas na forma da legislação em vigor.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 Caberá a gestão da ATA ao Setor de Licitações e Compras do Município de Goioxim/PR, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições aqui estipuladas, e ainda:
Propor ao órgão competente, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela beneficiária da Ata;
Receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto;
Acompanhar o processo licitatório, em todas as suas fases;
Manter controles adequados e efetivos da presente Ata, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual, com base nas informações e relatórios apresentados pelo fiscal;
Propor medidas que melhorem a execução da Ata.
11.2 Caberá a responsabilidade de fiscalização desta ata, ao(à) servidor(a) Municipal Gilmar Camargo, matrícula nº 346-1, e aos demais fiscais de contratos que advirem da presente ata, a competência de:
Atestar, em documento hábil, o fornecimento, a entrega, a prestação de serviço ou a execução da obra, após conferência prévia do objeto registrado;
Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos na Ata;
Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido na Ata;
Comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto;
Acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e /ou previstas contratualmente;
Observar que os prestadores de serviços se apresentem uniformizados e/ou com crachá de identificação quando estipulado em contrato;
Acompanhar a execução da Ata, informando ao gestor as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da obra, do fornecimento ou da prestação do serviço;
Informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto ao gestor;
Emitir e controlar, periodicamente, as ordens de serviço necessárias para a execução do objeto;
11.3 A fiscalização de que trata o item "**11."**, desta Ata, não exclui nem reduz a responsabilidade da beneficiária da Ata pelos danos causados a Administração Municipal de Goioxim/PR ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
11.4 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração Municipal de Goioxim/PR, não elide nem diminui a responsabilidade da beneficiária da Ata quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração Municipal de Goioxim/PR ou do(a) servidor(a) designado para a fiscalização.
11.5 À Administração Municipal de Goioxim/PR, não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos/objetos considerados inadequados.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1 O beneficiário da presente Ata de Registro de Preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da ATA, em conformidade com o edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 064/2017.

12.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
12.3 O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal de Goioxim/PR.
12.4 Para dirimir questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Goioxim, 18 de outubro de 2017

Contratante	Contratado
Município de Goioxim	Sol Equipamentos de Escritório LTDA
MARI TEREZINHA DA SILVA	CNPJ 75.997.858/0001-71
Prefeita Municipal	***CELSO STACHEIRA***

Testemunhas:

NOME:_____	**NOME:**_____
RG:_____	**RG:**_____
ASSINATURA:_____	**ASSINATURA:**_____

Publicado por:
Flávio Balduino Soares
Código Identificador:AD6F2EAC

MUNICIPIO DE GOIOXIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 173/2017

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOXIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 184, Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.607.627/0001-78, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, Sra. Mari Terezinha da Silva, brasileira, residente a Rua Vitor Lara, 147, Bairro Bela Vista, nesta cidade, portadora do CPF n.º 814.418.789-04 e da Carteira de Identidade n.º RG 3.549.500-2 -SSP/PR, e de outro lado a empresa:

FORNECEDORA: WP DO BRASIL LTDA EPP, sediada a AV. AMAZONAS, 2270 - CEP: 86975000 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 04.483.808/0001-28, Fone 4432336400, Mandaguari/PR doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por CARLA CRISTINA PEDRONE FACHINI, portador do RG nº 21528781 e do CPF nº 024.538.179-14.
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto: Aquisição de material de consumo e Permanente, sendo estes equipamentos e suplementos de informática e Ares condicionados, conforme edital e proposta que ficam fazendo parte integrante deste instrumento.

DO FORNECEDOR E PREÇOS REGISTRADOS
2.1 O preço registrado em reais, unitário e global, o(s) fornecedor(es), as especificações do objeto, a quantidade e unidade, em conformidade com o edital e com a(s) proposta(s) ofertada(s) no procedimento licitatório, são as que seguem:

ITENS							
Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 002 - Lote 002	9	Cartucho de Toner 285A Hp Compativel Preto	WP	UN	200,00	58,90	11.780,00
TOTAL							11.780,00

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 11.780,00 (Onze Mil, Setecentos e Oitenta Reais).
3. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO
3.1. Os produtos deverão ser entregues, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da requisição de fornecimento, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor.

3.2. A entrega deverá ser efetuada junto à sede da Prefeitura Municipal, localizada na Rua laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, Goioxim/PR, de segunda a sexta-feira, no período das 8:00 às 11:30 hrs. e das 13:00 às 17:00 hrs. Caso os produtos não sejam entregues no prazo/forma estabelecido acima, o gestor da Ata de Registro de Preços iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Administração Municipal de Goioxim/PR.

3.3. Os produtos serão recusados quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

3.4. Caso os produtos sejam recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dia útil, contado da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Administração Municipal de Goioxim/PR.

3.5. Se a entrega e/ou a substituição dos produtos não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeita às sanções previstas no Edital e na ata de registro de preços e/ou do(s) contrato(s) que advir(em) da ata.

3.6. O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata e/ou do(s) contrato(s) que advir(em) da ata.

4. DA VALIDADE DA ATA

4.1. A presente ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
4.1.1 Os contratos que advirem da Ata de Registro de Preços terão vigência adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, respectivas ao ano de exercício de suas assinaturas.
4.1.2 Os contratos que advirem da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
4.1.3 O(s) contrato(s) que advir(em) da Ata de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DO PAGAMENTO E RECEBIMENTO DEFINITIVO
5.1 Na entrega dos produtos junto à Administração Municipal de Goioxim/PR, estes deverão estar de acordo com as normas da legislação vigente.
5.2 O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do recebimento definitivo dos produtos mediante atestado de recebimento e aprovação emitido pela comissão de recebimento de bens/serviços, através de depósito bancário em conta corrente da contratada.
5.3 O licitante vencedor deverá manter as condições demonstradas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e/ou, do contrato que advir da ata, bem como apresentar nota fiscal, na forma da lei em vigência, para requerer o pagamento, acompanhada dos seguintes documentos:
Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (dívida ativa e contribuições federais);
Prova de regularidade relativa à Previdência Social (CND-INSS) e ao FGTS (CRF);
Prova de regularidade perante o fisco estadual da sede da licitante;
Prova de regularidade perante o fisco municipal da sede da licitante;
Certidão negativa de débitos trabalhistas.
5.4 À Administração Municipal de Goioxim/PR é reservado o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento, se os produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em edital.
5.5 O recebimento definitivo se dará no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
5.6 A Fornecedora deverá emitir nota fiscal na forma da Lei, no valor pactuado e condições da Ata de Registro de Preços, apresentando-a à Administração Municipal de Goioxim/PR para ateste e pagamento. Deverá, ainda, indicar no corpo da Nota fiscal os dados bancários para liquidação da despesa.
5.7 Caso o fornecimento seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do fornecimento ou do documento fiscal, a depender do evento.
5.8 Nenhum pagamento será efetuado à fornecedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
5.9 A Administração Municipal de Goioxim/PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em Lei.
5.10 O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos das dotações orçamentárias, do Orçamento Próprio do Município de Goioxim/PR, a seguir:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
330	03.003.04.122.0005.2007	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
350	03.004.04.122.0005.2008	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
660	05.001.12.361.0008.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1190	06.001.10.301.0012.2036	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
1390	06.001.10.301.0012.2042	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1490	06.001.10.301.0012.2043	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

5.11 Dotações suplementares e futuras destinadas à suportar a aquisição/contratação, serão asseguradas em orçamentos/alterações, quando fizerem-se necessárias.
5.12 À Administração Municipal de Goioxim/PR reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento, se os produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em edital.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.
6.2 Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.
6.1.1 Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, podendo a Administração Municipal de Goioxim/PR convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.
6.3 Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior aos registrados, o fornecedor poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, com apresentação de comprovantes e de planilha detalhada do custo, que demonstrem que o mesmo não pode cumprir as obrigações assumidas, em função da elevação dos custos dos bens, decorrentes de fatos supervenientes.
6.3.1 Procedente o pedido, a Administração Municipal de Goioxim/PR providenciará a alteração do preço registrado.
6.3.2 Não sendo acatado o pedido de revisão, a Administração Municipal de Goioxim/PR poderá:
Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
7.1 O presente registro de preços poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:
Descumprimento pelo fornecedor das condições da presente ata de registro de preços;
Recusa pelo fornecedor a atender convocação para assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar o fornecedor reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
Se o beneficiário do preço registrado for supervenientemente impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública ou for declarado inidôneo;
Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução da ata, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes no termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta do Fornecedor, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.

8.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo fornecedor, relacionados com o objeto pactuado.

8.3 Comunicar, por escrito e/ou via correio eletrônico, ao fornecedor quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido.

8.4 Comunicar, por escrito e/ou via correio eletrônico, ao fornecedor o não-recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas no termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.

8.5 Proporcionar as condições, cabíveis na forma da Lei, para que o fornecedor possa cumprir as obrigações pactuadas.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Obedecer as especificações do objeto, observando a qualidade e prazo de validade exigidos no termo de referência e no ato convocatório, bem como a marca e modelo constantes da proposta apresentada.

9.2 Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos/equipamentos/materiais até as dependências da contratante, como também pelas despesas a ele inerentes.

9.3 Entregar o objeto no prazo/condições estabelecido no item **"4"** desta ata de registro de preços.

9.4 Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos produtos/equipamentos/materiais fornecidos, que deverão estar devidamente acondicionados em embalagens e de primeira qualidade.

9.5 Manter todas as condições de habilitação exigidas no certame durante a vigência da ata de registro de preços, sob pena de serem convocados os demais participantes para a entrega dos produtos.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação pela Administração Municipal de Goioxim/PR, garantido o contraditório e a ampla defesa à beneficiária da presente ata, das seguintes sanções, independente de outras previstas:

Advertência, em caso de conduta que prejudique a execução contratual;

Multa moratória, equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor global da contratação, por dia útil, limitada ao percentual máximo de 2% (dois por cento), na hipótese de atraso no adimplemento de obrigação por parte da beneficiária da ata, em especial daquelas previstas nos itens **"4.3."**, **"4.4."** e **"4.7."**, desta ata.

Multa compensatória, de até 10% (dez por cento), sobre o valor global registrado, nas seguintes hipóteses, dentre outras:

Não entrega de documentação exigida para a ata;

Apresentação de documentação falsa exigida para a ata;

Não manutenção das proposta;

Retardamento da execução do objeto registrado;

Falha na execução contratual;

Fraude na execução contratual;

Comportamento inidôneo;

Cometimento de fraude fiscal.

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal de Goioxim/PR pelo prazo de até 02 (dois) anos, nas hipóteses referidas no inciso anterior, dentre outras, de acordo com a gravidade verificada.

Declaração de inidoneidade, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, aplicada ao licitante que incorrer as condutas a seguir:

Fizer declaração falsa na fase de habilitação;

Apresentar documento falso;

Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;

Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica;

Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

10.2 As sanções previstas nos incisos I, IV e V do item 10.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas nos incisos II e III do mesmo item.

10.3 Quaisquer das penalidades aplicadas serão devidamente averbadas na forma da legislação em vigor.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Caberá a gestão da ATA ao Setor de Licitações e Compras do Município de Goioxim/PR, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições aqui estipuladas, e ainda:

Propor ao órgão competente, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela beneficiária da Ata;

Receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto;

Acompanhar o processo licitatório, em todas as suas fases;

Manter controles adequados e efetivos da presente Ata, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual, com base nas informações e relatórios apresentados pelo fiscal;

Propor medidas que melhorem a execução da Ata.

11.2 Caberá a responsabilidade de fiscalização desta ata, ao(à) servidor(a) Municipal Gilmar Camargo, matrícula nº 346-1, e aos demais fiscais de contratos que advirem da presente ata, a competência de:

Atestar, em documento hábil, o fornecimento, a entrega, a prestação de serviço ou a execução da obra, após conferência prévia do objeto registrado;

Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos na Ata;

Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido na Ata;

Comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto;

Acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e /ou previstas contratualmente;

Observar que os prestadores de serviços se apresentem uniformizados e/ou com crachá de identificação quando estipulado em contrato;

Acompanhar a execução da Ata, informando ao gestor as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da obra, do fornecimento ou da prestação do serviço;

Informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto ao gestor;

Emitir e controlar, periodicamente, as ordens de serviço necessárias para a execução do objeto;
11.3 A fiscalização de que trata o item "**11.**", desta Ata, não exclui nem reduz a responsabilidade da beneficiária da Ata pelos danos causados a Administração Municipal de Goioxim/PR ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
11.4 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração Municipal de Goioxim/PR, não elide nem diminui a responsabilidade da beneficiária da Ata quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração Municipal de Goioxim/PR ou do(a) servidor(a) designado para a fiscalização.
11.5 À Administração Municipal de Goioxim/PR, não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos/objetos considerados inadequados.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1 O beneficiário da presente Ata de Registro de Preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da ATA, em conformidade com o edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 064/2017.
12.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
12.3 O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal de Goioxim/PR.
12.4 Para dirimir questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Goioxim, 18 de outubro de 2017

Contratante	Contratado
Município de Goioxim	WP do Brasil LTDA EPP
MARI TEREZINHA DA SILVA	CNPJ 04.483.808/0001-28
Prefeita Municipal	***CARLA CRISTINA PEDRONE FACHINI***

Testemunhas:

NOME:_____	**NOME:**_____
RG:_____	**RG:**_____
ASSINATURA:_____	**ASSINATURA:**_____

Publicado por:
Flávio Balduino Soares
Código Identificador:3D48ECE6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA PREGÃO PRESENCIAL 057/2017

CNPJ: 76.970.367/0001-08	PREGÃO PRESENCIAL	
	Nr.: 57/2017 - PR	
	Processo Administrativo:	97/2017
RUA ANTONIO COLETTO	Processo de Licitação:	97/2017
C.E.P.: 86790-000 - Lobato - PR	Data do Processo:	27/09/2017

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS DO MUNICIPIO DE LOBATO/PR
ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.
Ao(s) 18 de Outubro de 2017, às 09:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, desiginada pela(o) Portaria nº 021/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 97/2017, Licitação nº 57/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.
Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A PROPOSTA FOI CONSIDERADA APTA PELA COMISSÃO.
Participante: 4248 - OASIS PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI - ME

Item	Especificação	Un.Med. Qtde Cotada		Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	P.A SISTEMA DE SONORIZAÇÃO EM PEQUENOS AMBIENTES PARA PÚBLICO DE APROXIMADAMENTE600 PESSOAS. APARELHOS MÍNIMOS: MESA DIGITAL DE 32 CANAIS, AMPLIFICADOR COM 02 CAIXAS DE SOM PARA GRAVE E 02 CAIXAS DE SOM PARA MÉDIO E AGUDO, 03 MICROFONES (01 COM PEDESTAL E 02 SEM FIO).	SV	10,00	OASIS	0,0000	800,00	8.000,00
2	P.A SISTEMA DE SONORIZAÇÃO DE EVENTO TIPOAMBIENTE ABERTO-MÉDIO PARA PÚBLICO DEAPROXIMADAMENTE 2.000 - PESSOAS - SUPORTES EEQUIPAMENTOS PARA SOM. APARELHOS MÍNIMOS: MESA DIGITAL DE 32 CANAIS, 05 MICROFONES(SENDO 02 COM FIO E 03 SEM FIO), 04 CAIXAS DESOM PARA GRAVE MODELO KF COM 16 ALTOFALANTES DE 18" SELENIUM WPU, 04 CAIXAS DE SOMPARA MÉDIO E AGUDO LINE COM 08 ALTO FALANTESDE 12" SELENIUM WPU, 08 DRIVER COM GUIATITANIUM SELENIUM, 02 RETORNOS PARA VOZES PRINCIPAIS, 08 CANHÕES DE ILUMINAÇÃO MODELO LED PARA FRENTE, 01 ILUMINAÇÃO STROBO 1.800 WATTS, 01 MESA DE ILUMINAÇÃO DMX E 01 COMPUTADOR PARA RECURSO MULTIMÍDIA	SV	4,00	OASIS	0,0000	2.000,00	8.000,00
Total do Participante -------->							16.000,00
Total Geral ---------->							16.000,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Lobato, 18 de Outubro de 2017

Comissão:

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Pregoeiro(a)

SEBASTIÃO CHECON
Membro

ADRIANO APARECIDO FERREIRA MORA
Membro

DEISE MARA ALVES RIBEIRO
Membro

KELI CRISTINA CAVALLARI
Membro

JOSUÉ CRUZ
Membro

MIGUEL QUEIROZ NETO
Membro

Assinatura Dos Representantes Das Empresas Que Estiveram Presentes na Sessão de Julgamento:

MARCIO JOSÉ MANTOVANI
Representante

Publicado por:
Deise Mara Alves Ribeiro
Código Identificador:253784E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017. SRP – PMM.

PROCESSO ADMINISTRATIVO 041/2017 - PMM.
LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2017 - (SRP)PMM.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA ESTADO DO PARANÁ.
DETENTORA DA ATA: JURANDIR S. DE A. LEITE MECANICA.

Aos dezesseis dias do mês de outubro de 2017, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Marilena, sito à Rua Dante Pasqualeto, 855, centro, CEP 87.960-000, em Marilena – Pr., neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor JOSÉ APARECIDO DA SILVA, portador do RG nº 4.423.267-7 SSP/PR e CPF nº 586.790.579- 91, residente à Rua Porto Alegre, nº 1071, centro, na cidade de Marilena – PR, e do outro lado a detentora da Ata JURANDIR S. DE A. LEITE MECANICA - ME, Pessoa Jurídica de direito Privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 09.163.356, com sede a Avenida Heitor Alencar Furtado, nº 5.975 – Jdm. Santos Dumont, 87.706-000, na Cidade de Paranavaí - Pr - neste ato representada pelo Sr. JURANDIR SEBASTIÃO DE ARAUJO LEITE, brasileiro, maior, empresário, residente e domiciliado na Rua Leônidas de Barros, 87.706-150, Jardim Santos Dumont, Paranavaí - Pr, portador da Cédula de Identidade nº 4.403.785-8 SSP-PR, e CPF nº 701.958.119-68, nos Termos da Lei Federal 8.666/93 e demais normas aplicáveis a espécie, resolvem REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com as seguintes condições abaixo especificadas:

01-Do Objeto e Valor: Registro de preços, por LOTE, Aquisição de peças e contratação de serviços de mão de obra destinados a manutenção dos veículos: Doblo, Renalt Master, e Van Ducato, que pertencem ao Departamento de Saúde do Município de Marilena Estado do Paraná, vencedora, com valor total de R$ 498.000,00 (-Quatrocentos e noventa e oito mil reais-) conforme a seguir:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	4	UND	Amortecedor Dianteiro Doblo	390,00	1.560,00
2	4	UND	Amortecedor Traseiro Doblo	390,00	1.560,00
3	4	UND	Kits Amortecedor Dianteiro Doblo	97,00	388,00
4	4	UND	Kits Amortecedor Traseiro Doblo	120,00	480,00
5	8	UND	Discos de Freios Dianteiro Doblo	147,00	1.176,00
6	4	UND	JG Pastilhas Freio Dianteira Doblo	219,00	876,00
7	4	UND	Discos de Freios Traseiro Doblo	147,00	588,00
8	4	UND	JG Pastilhas Freio Traseiro Doblo	115,00	460,00
9	2	UND	Bomba D'água Doblo	369,00	738,00
10	2	UND	Bomba de Oleo Doblo	285,00	570,00
11	6	UND	Cilindro de Rodas Doblo	64,00	384,00
12	2	UND	Cilindro Mestre Freios Doblo	292,00	584,00
13	4	UND	Homocinética Doblo	160,00	640,00
14	4	UND	Coxim do Motor Doblo	130,00	520,00

15	4	UND	Coxim do Cambio Doblo	156,00	624,00
16	4	UND	Cubos Dianteiros Doblo	225,00	900,00
17	2	UND	Filtros de Combustível Doblo	267,00	534,00
18	4	UND	Cubos Traseiro da Roda Doblo	165,00	660,00
19	2	UND	Caixa de Direção Doblo	701,00	1.402,00
20	2	UND	Filtros de Ar Doblo	151,00	302,00
21	2	UND	Kits de Embreagem Doblo	751,00	1.502,00
22	4	UND	Mangueira Purificador de Ar Doblo	280,00	1.120,00
23	2	UND	Motor de Passo Doblo	280,00	560,00
24	2	UND	Jogo de Cabo de Velas Doblo	133,00	266,00
25	4	UND	Pivo Doblo	115,00	460,00
26	2	UND	Sonda Lambda Doblo	300,00	600,00
27	2	UND	Correia Dentada Doblo	85,00	170,00
28	12	UND	Litros de Oleo Motor 10W30 Doblo	60,00	720,00
29	2	UND	Tensor da Correia Dentada Doblo	115,00	230,00
30	2	UND	Filtros de Oleo do Motor Doblo	115,00	230,00
31	2	UND	Filtros de Ar Condicionado	133,00	266,00
32	2	UND	Radiadores Doblo	422,00	844,00
33	2	UND	Retentores do Comando Doblo	58,00	116,00
34	2	UND	Retentores do Mancal Doblo	156,00	312,00
35	2	UND	Servo - Freio Doblo	373,00	746,00
36	4	UND	Terminal de Direção Doblo	82,00	328,00
37	2	UND	Bomba Eletrica Doblo	258,00	516,00
38	4	UND	Bicos Injetores Doblo	222,00	888,00
39	4	UND	Jogo de Velas	95,00	380,00
40	40	UND	Manutenção Mecanica Doblo	120,00	4.800,00
Total					30.000,00
Lote 02					
Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	2	UND	Amortecedor Traseiro Renault Master	615,00	1.230,00
2	2	UND	Amortecedor Dianteiro Renault Master	440,00	880,00
3	2	UND	Kits Amortecedor Dianteiro Renault Master	80,00	160,00
4	2	UND	Kits Amortecedor Traseiro Renault Master	80,00	160,00
5	4	UND	Bieletas Renault Master	111,00	444,00
6	1	UND	Bomba D'água Renault Master	527,00	527,00
7	4	UND	Buchas da Bandeja Renault Master	145,00	580,00
8	2	UND	Cabos do Freio de Mão Renault Master	286,00	572,00
9	4	UND	Cilindros de Rodas Renault Master	147,00	588,00
10	1	UND	Cilindros Mestre de Freio Renault Master	1.738,00	1.738,00
11	1	UND	Cilindros Mestre de Embreagem Renault Master	742,00	742,00
12	2	UND	Correia Alternador Renault Master	320,00	640,00
13	2	UND	Coxim do Motor Renault Master	322,00	644,00
14	2	UND	Cubo Dianteiro Renault Master	813,00	1.626,00
15	2	UND	Cubo Traseiro Renault Master	979,00	1.958,00
16	18	UND	Litros de Oleo de Motor 5W30 Renault Master	58,00	1.044,00
17	3	UND	Filtros de Oleo de Motor Renault Master	116,00	348,00
18	2	UND	Filtros Disiel Renault Master	267,00	534,00
19	1	UND	Filtro de Ar Renault Master	151,00	151,00
20	2	UND	Filtro de Ar Condicionado Renault Master	133,00	266,00
21	1	UND	Radiador Completo Renault Master	1.050,00	1.050,00
22	4	UND	Velas Aquecedoras Renault Master	85,00	340,00
23	1	UND	Bomba de Oleo Renault Master	720,00	720,00
24	2	UND	Discos de Freios Renault Master	340,00	680,00
25	3	UND	Jogos de Pastilhas de Freios Renault Master	300,00	900,00
26	4	UND	Pivo Renault Master	192,00	768,00
27	2	UND	Terminal de Direção Renault Master	130,00	260,00
28	30	HORAS	Manutenção mecanica Renalt Master	115,00	3.450,00
Total					23.000,00
Lote 03					
Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	100	UND	Abraçadeira 1/2 Fiat Van Ducato	6,20	620,00
2	100	UND	Abraçadeira Plástica Fiat Van Ducato	2,65	265,00
3	30	UND	Acionador Patim Freio de Mão Fiat Van Ducato	127,00	3.810,00
4	20	UND	Amortecedor Dianteiro Fiat Van Ducato	615,00	12.300,00
5	20	UND	Amortecedor Traseiro Fiat Van Ducato	440,00	8.800,00
6	10	UND	Barra Axial Fiat Van Ducato	167,00	1.670,00
7	20	UND	Batente Amortecedor Traseiro Fiat Van Ducato	115,00	2.300,00
8	10	UND	Batente da Porta Central Fiat Van Ducato	125,00	1.250,00
9	20	UND	Batente Molejo Fiat Van Ducato	211,00	4.220,00
10	20	UND	Batente do Amortecedor Dianteiro Fiat Van Ducato	143,00	2.860,00
11	20	UND	Bieleta Estabilizadora Fiat Van Ducato	111,00	2.220,00
12	5	UND	Bomba D'água Fiat Van Ducato	527,00	2.635,00
13	20	UND	Borracha Anel do Escape Fiat Van Ducato	20,00	400,00
14	20	UND	Borracha da Homocinética Fiat Van Ducato	115,00	2.300,00
15	10	UND	Borracha do Reservatório Fiat Van Ducato	41,00	410,00
16	40	UND	Bucha da Bandeja Fiat Van Ducato	145,00	5.800,00
17	40	UND	Bucha da Barra Estabilizadora Fiat Van Ducato	68,00	2.720,00
18	40	UND	Bucha Grande da Bandeja Fiat Van Ducato	168,50	6.740,00
19	20	UND	Bucha Suspensão Traseiro Fiat Van Ducato	69,00	1.380,00
20	10	UND	Cabo de Abrir Porta Lateral Fiat Van Ducato	104,00	1.040,00
21	10	UND	Cabo de Embreagem Fiat Van Ducato	266,00	2.660,00
22	10	UND	Cabo Freio de Mão Fiat Van Ducato	287,50	2.875,00
23	10	UND	Cabo Seletor Fiat Van Ducato	1.154,00	11.540,00
24	20	UND	Cano de Freio Fiat Van Ducato	75,00	1.500,00
25	20	UND	Cilindro de Roda Fiat Van Ducato	148,00	2.960,00
26	5	UND	Cilindro Mestre de Embreagem Fiat Van Ducato	742,00	3.710,00
27	5	UND	Cilindro Mestre de Freio Fiat Van Ducato	1.740,00	8.700,00
28	20	UND	Coifa do Amortecedor Fiat Van Ducato	85,00	1.700,00
29	10	UND	Coifa Homocinética Lado Cambio Fiat Van Ducato	104,00	1.040,00

30	10	UND	Coifa Homocinética Fiat Van Ducato	62,00	620,00
31	25	UND	Cola Alta Temperatura Fiat Van Ducato	41,50	1.037,50
32	25	UND	Cola Branca de Juntas Fiat Van Ducato	25,60	640,00
33	10	UND	Correia Alternador Fiat Van Ducato	78,70	787,00
34	10	UND	Correia Dentada Fiat Van Ducato	319,00	3.190,00
35	10	UND	Correia do Comando Fiat Van Ducato	280,00	2.800,00
36	10	UND	Correia HD Fiat Van Ducato	102,50	1.025,00
37	10	UND	Coxim Central do Cambio Fiat Van Ducato	192,80	1.928,00
38	10	UND	Coxim Dianteiro Fiat Van Ducato	321,00	3.210,00
39	20	UND	Coxim do Amortecedor Fiat Van Ducato	257,00	5.140,00
40	20	UND	Coxim do Motor Fiat Van Ducato	322,00	6.440,00
41	10	UND	Cubo com Rolamento Dianteiro Fiat van Ducato	812,00	8.120,00
42	20	UND	Disco de Freio Dianteiro Fiat Van Ducato	325,50	6.510,00
43	20	UND	Disco de Freio Traseiro Fiat Van Ducato	224,60	4.492,00
44	5	UND	Eixo Homocinético Lado Direito Fiat Van Ducato	2.175,00	10.875,00
45	5	UND	Eixo Homocinético Lado Esquerdo Fiat Van Ducato	2.170,00	10.850,00
46	5	UND	Eixo Trabulado Fiat Van Ducato	1.436,00	7.180,00
47	5	UND	Engrenagem da 3º Fiat Van Ducato	769,00	3.845,00
48	5	UND	Engrenagem da 1º Fiat Van Ducato	686,00	3.430,00
49	5	UND	Engrenagem da 2º Fiat Van Ducato	790,00	3.950,00
50	5	UND	Engrenagem 4 º Fiat Van Ducato	847,00	4.235,00
51	5	UND	Engrenagem da 5º Fiat Van Ducato	776,00	3.880,00
52	5	UND	Engrenagem da Ré Fiat Van Ducato	763,00	3.815,00
53	5	UND	Fechadura Porta de Correr Fiat Van Ducato	552,00	2.760,00
54	20	UND	Flexível de Freio Fiat Van Ducato	63,00	1.260,00
55	5	UND	Garfo 1/2 Fiat Van Ducato	373,00	1.865,00
56	5	UND	Garfo 3/4 Fiat Van Ducato	342,00	1.710,00
57	10	UND	Guia da Porta Fiat Van Ducato	350,00	3.500,00
58	20	UND	Haste Patim Traseiro Fiat Van Ducato	123,00	2.460,00
59	20	UND	Jogo de Mola Patim Freio Est. Fiat Van Ducato	57,00	1.140,00
60	30	UND	Jogo de Pastilha de Freio Dianteiro Fiat Van Ducato	238,00	7.140,00
61	30	UND	Jogo de Pastilha do Freio Traseira Fiat Van Ducato	272,00	8.160,00
62	15	UND	Jogo de Sapata Frio Estacionario Fiat Van Ducato	237,00	3.555,00
63	10	UND	Junta Coletor Fiat Van Ducato	32,00	320,00
64	10	UND	Kit Correia e Tensor Fiat Van Ducato	1.115,00	11.150,00
65	10	UND	Kit Embreagem Fiat Van Ducato	2.243,00	22.430,00
66	10	UND	Limitador da Porta Fiat Van Ducato	229,00	2.290,00
67	10	UND	Mangueira de Ar Fiat Van Ducato	627,00	6.270,00
68	5	UND	Mangueira do Respiro Fiat Van Ducato	70,50	352,50
69	10	UND	Mangueira Inf. Fiat Van Ducato	272,00	2.720,00
70	10	UND	Mangueira Intercooler Fiat Van Ducato	746,00	7.460,00
71	10	UND	Mangueira Sup. Fiat Van Ducato	147,00	1.470,00
72	10	UND	Manivela do Vidro Fiat Van Ducato	67,00	670,00
73	100	UND	Parafuso de Roda Fiat Van Ducato	19,00	1.900,00
74	40	UND	Parafuso do Pivo Fiat Van Ducato	9,50	380,00
75	10	UND	Pistão da Pinça Fiat Van Ducato	302,00	3.020,00
76	20	UND	Pivô Inferior Fiat Van Ducato	192,50	3.850,00
77	20	UND	Pivô Superior Fiat Van Ducato	206,00	4.120,00
78	15	UND	Polia Tensora Alt. Fiat Van Ducato	103,00	1.545,00
79	10	UND	Polia Tensora Com. Maior Fiat Van Ducato	138,00	1.380,00
80	20	UND	Ponta Homocinética Fiat Van Ducato	444,50	8.890,00
81	20	UND	Regulador de Freio Fiat Van Ducato	69,00	1.380,00
82	10	UND	Reparo Centralizador Fiat Van Ducato	57,50	575,00
83	20	UND	Reparo da Pinça Fiat Van Ducato	157,00	3.140,00
84	5	UND	Retentor da Saída do Câmbio Fiat Van Ducato	139,50	697,50
85	5	UND	Retentor do Piloto Fiat Van Ducato	128,00	640,00
86	5	UND	Retentor do Trabulado Fiat Van Ducato	90,00	450,00
87	5	UND	Retentor Moringa Fiat Van Ducato	78,00	390,00
88	5	UND	Retentor Polia Fiat Van Ducato	108,00	540,00
89	5	UND	Retentor do Volante Fiat Van Ducato	193,00	965,00
90	20	UND	Rolamento Amortecedor Fiat Van Ducato	106,00	2.120,00
91	20	UND	Rolamento Cubo Dianteiro Blindado Fiat Van Ducato	544,00	10.880,00
92	20	UND	Rolamento Cubo Traseiro Blindado Fiat Van Ducato	532,00	10.640,00
93	5	UND	Rolamento do Esticador Fiat Van Ducato	257,00	1.285,00
94	10	UND	Rolamento Lateral da Coroa Dif. Dir. Fiat Van Ducato	161,00	1.610,00
95	10	UND	Rolamento Lateral da Coroa Dif. Esq. Fiat Van Ducato	135,00	1.350,00
96	10	UND	Rolamento Roda Dianteira Blindado Fiat Van Ducato	559,00	5.590,00
97	5	UND	Sincronizado da 2º Fiat Van Ducato	340,50	1.702,50
98	5	UND	Sincronizado da 3º Fiat Van Ducato	420,00	2.100,00
99	5	UND	Sincronizado da 4º Fiat Van Ducato	1.695,00	8.475,00
100	5	UND	Sincronizado da 5º Fiat Van Ducato	354,00	1.770,00
101	40	UND	Terminal de Direção Fiat Van Ducato	128,00	5.120,00
102	40	UND	Trava de Pastilha Fiat Van Ducato	30,00	1.200,00
103	10	UND	Trava do Eixo Pinhão do Cambio Fiat Van Ducato	59,00	590,00
104	20	UND	Trizeta Fiat Van Ducato	176,00	3.520,00
105	25	UND	Tubo de Cola Branca 90g Fiat Van Ducato	38,00	950,00
106	5	UND	Válvula EGR Fiat Van Ducato	3.200,00	16.000,00
107	16	UND	Filtro de Ar	151,00	2.416,00
108	16	UND	Filtro de Oleo	115,00	1.840,00
109	16	UND	Filtro de Ar Condicionado	133,00	2.128,00
110	96	UND	Oleo 5W30 Sintetico	57,00	5.472,00
111	16	UND	Filtro de Combustível	267,00	4.272,00
112	300	HORAS	Manutenção Mecânica Fiat Van Ducato	110,00	33.000,00
Total					445.000,00

01.1 As quantidades constantes são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

02 – Da Utilização do Registro de Preços: O registro de preços será utilizado para atender as necessidades da Administração Municipal Direta, Autárquia e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Poder Executivo Municipal.

03 – Do Prazo de Vigência: O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (-Doze-) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

04 - Dos Pagamentos: O pagamento serão efetuado parcelados após a entrega dos itens e prestação de serviços objeto da licitação, mediante entrega da Nota fiscal no Setor de contabilidade, acompanhadas da NAD (-Nota de Autorização de Despesa-), emitida pelo departamento de Contabilidade.

05 – Da Garantia de Qualidade: O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelos órgãos técnicos da Prefeitura, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado, e deverá ser substituído pelo fornecedor, imediatamente, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação de acordo com a legislação vigente;

05.1 - Responder, na forma prevista no Código do Consumidor, pela qualidade do produto fornecido;

06 - Da Execução: - As Aquisições e serviços elencados neste Edital terão que ser entregues/executados no prazo, conforme Solicitação da(s) Secretaria(s) competente.

07 – Recomposição dos Preços Registrados: Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados; somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, alínea “d”, da Lei 8.666/93; para ocorrer a recomposição, deverá a empresa encaminhar documento comprobatório e solicitante, constando o motivo/causa, os índices a serem utilizados; que deverá ser aprovada e pactuada entre as partes; caso a empresa não encaminhe antecipadamente este documento, não ocorrerá a recomposição.

08 – Do cancelamento do Registro: O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões: I - a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado; II – por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a empresa: descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido no edital, a respectiva ordem de compra ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; presentes razões de interesse público. O cancelamento de registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro.

09 - RECISÃO CONTRATUAL E MULTAS

9.1 – O não comparecimento do licitante vencedor para assinar a Ata de Registro de Preço ou Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação pelo Município de Marilena, garantida a defesa prévia, poderá aplicar a contratada às sanções previstas no art. 87, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.1993 e multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto adjudicado, chamando-se o licitante que for colocado imediatamente após, na ordem de classificação, obedecido o disposto no parágrafo segundo do Artigo 64 da Lei 8.666/93.

9.2 – O contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades a ser aplicadas, sempre que ocorrer um dos motivos enumerados no Artigo 78 da Lei 8.666/93. A rescisão se processará de conformidade com as disposições dos artigos 79 e 80 e Incisos da Lei 8.666/93. As Penalidades serão aplicadas pelo CONTRATANTE a serem apuradas na forma a saber de 1% (um por cento) do valor global do Contrato a CONTRATADA pelo não cumprimento, omissão ou negligência infringir qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento; suspensão do direito de participar em licitações ou contratos do ora CONTRATANTE pelo prazo de até 02 (dois) anos quando por culpa da CONTRATADA, ocorrer a rescisão administrativa

10 – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO.

10.1 - Pela inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas, mora no fornecimento do objeto, a Administração poderá aplicar à proponente, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

10.1.1 - Advertência;

10.1.2- Suspensão temporária do direito de licitar, e de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

10.1.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

10.1.4 - Multa:
a) -Multa moratória diária de 1% (um por cento), até o trigésimo dia de atraso, incidente sobre o valor global da aquisição, quando a contratada deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, ainda que justificadamente, qualquer obrigação assumida;

b) -Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da aquisição, quando decorridos 10 (dez) dias de atraso, não justificado, o que poderá ensejar a rescisão do ajuste, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n. º 10.520/02 e na Lei n. º 8.666/93, inclusive a multa por rescisão total;
c) - Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global da contratação, quando a contratada deixar de cumprir qualquer das cláusulas constantes deste edital;

d) - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da aquisição, quando da rescisão total do contrato.

10.2 - No caso de eventual prejuízo, independente da cobrança da pena convencional, fica a CONTRATADA sujeita à cobrança de indenização suplementar, conforme Art. 416, parágrafo único do Código Civil Brasileiro.

10.3 - A critério da Contratante, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela contratada, por escrito, no prazo máximo de cinco dias da ocorrência, e aceito pela Administração, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

10.4 – Ficará impedida de licitar e contratar com a administração direta pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e posteriores alterações.

11 - Fazem parte integrante desta ata, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação Pregão Presencial nº. 041/2017-PMM, seus anexos e proposta da proponente. Fica eleito o foro do município de Nova Londrina – PR, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas referentes ao presente ajuste.

JOSÉ APARECIDO DA SILVA
Prefeito

JURANDIR S. DE A. LEITE MECANICA - ME
Proponente

Publicado por:
Andréia Romachella
Código Identificador:7E01C7D7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
REPUBLICAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 1 BIM

CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA
CONSÓRCIO PÚBLICO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2.017/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			no Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.882.794,47	7.882.794,47	903.629,87	11,46	903.629,87	11,46	6.979.164,60
RECEITAS CORRENTES	7.882.794,47	7.882.794,47	903.629,87	11,46	903.629,87	11,46	6.979.164,60
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,30	0,30	47.241,92	306,67	47.241,92	306,67	-47.241,62
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,30	0,30	47.241,92	306,67	47.241,92	306,67	-47.241,62
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.882.794,17	7.882.794,17	856.387,95	10,86	856.387,95	10,86	7.026.406,22
Transferências Intergovernamentais	7.882.794,17	7.882.794,17	856.387,95	10,86	856.387,95	10,86	7.026.406,22
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção-CEPAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.882.794,47	7.882.794,47	903.629,87	11,46	903.629,87	11,46	6.979.164,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	7.882.794,47	7.882.794,47	903.629,87	11,46	903.629,87	11,46	6.979.164,60
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	844.567,88	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	7.882.794,47	7.882.794,47	903.629,87	11,46	1.748.197,75	-	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.810.894,00	-	-	1.810.894,00	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	1.810.894,00	-	-	1.810.894,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	7.882.794,47	9.693.688,47	2.292.510,64	2.292.510,64	7.401.177,83	1.748.197,75	1.748.197,75	7.945.490,72	1.325.481,72
DESPESAS CORRENTES	7.413.747,00	9.224.641,00	2.249.083,82	2.249.083,82	6.975.557,18	1.704.770,93	1.704.770,93	7.519.870,07	1.282.054,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.808.947,00	6.198.843,90	1.036.344,57	1.036.344,57	5.162.499,33	1.036.344,57	1.036.344,57	5.162.499,33	627.172,81
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	180.000,00	180.000,00	39.562,84	39.562,84	140.437,16	39.562,84	39.562,84	140.437,16	39.562,84
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.424.800,00	2.845.797,10	1.173.176,41	1.173.176,41	1.672.620,69	628.863,52	628.863,52	2.216.933,58	615.319,25
DESPESAS DE CAPITAL	391.000,00	391.000,00	43.426,82	43.426,82	347.573,18	43.426,82	43.426,82	347.573,18	43.426,82
INVESTIMENTOS	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	261.000,00	261.000,00	43.426,82	43.426,82	217.573,18	43.426,82	43.426,82	217.573,18	43.426,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	78.047,47	78.047,47	0,00	0,00	78.047,47	0,00	0,00	78.047,47	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	7.882.794,47	9.693.688,47	2.292.510,64	2.292.510,64	7.401.177,83	1.748.197,75	1.748.197,75	7.945.490,72	1.325.481,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	7.882.794,47	9.693.688,47	2.292.510,64	2.292.510,64	7.401.177,83	1.748.197,75	1.748.197,75	7.945.490,72	1.325.481,72
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	7.882.794,47	9.693.688,47	2.292.510,64	2.292.510,64	7.401.177,83	1.748.197,75	1.748.197,75	7.945.490,72	1.325.481,72
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA, emitido em 09/out/2017 as 11h e 20m.									
Comentários 1 -RELATÓRIO REPUBLICADO TENDO EM VISTA A MOVIMENTAÇÃO DE ESTORNO DE LIQUIDAÇÃO / LIQUIDAÇÃO OCORRIDA APÓS PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS OCASIONANDO DIFERENÇAS NAS DESPESAS LIQUIDADAS DO PERÍODO - EMPENHO 9/2017 E 3/2017									

MARCELO ELIAS ROQUE
Presidente
CISLIPA

EVERLLIN DINA DE CAMARGO GUIGUER
Controle Interno

Publicado por:
Ademar Gonçalves da Silva
Código Identificador:3B2C7143

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
REPUBLICAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2° BIM

CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA

CONSÓRCIO PÚBLICO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2.017/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			no Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.882.794,47	8.068.349,47	1.509.952,13	18,71	2.413.582,00	29,91	5.654.767,47
RECEITAS CORRENTES	7.882.794,47	8.068.349,47	1.509.952,13	18,71	2.413.582,00	29,91	5.654.767,47
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,30	0,30	16.785,05	016,67	64.026,97	323,33	-64.026,67
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,30	0,30	16.785,05	016,67	64.026,97	323,33	-64.026,67
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.882.794,17	8.068.349,17	1.493.167,08	18,51	2.349.555,03	29,12	5.718.794,14
Transferências Intergovernamentais	7.882.794,17	8.068.349,17	1.493.167,08	18,51	2.349.555,03	29,12	5.718.794,14
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção-CEPAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.882.794,47	8.068.349,47	1.509.952,13	18,71	2.413.582,00	29,91	5.654.767,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	7.882.794,47	8.068.349,47	1.509.952,13	18,71	2.413.582,00	29,91	5.654.767,47
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	1.424.498,01	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	7.882.794,47	8.068.349,47	1.509.952,13	18,71	3.838.080,01	-	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.810.894,00	-	-	1.810.894,00	-	-

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	1.810.894,00	-	-	1.810.894,00	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	7.882.794,47	9.879.243,47	2.021.996,89	4.314.507,53	5.564.735,94	2.089.882,26	3.838.080,01	6.041.163,46	3.685.162,41
DESPESAS CORRENTES	7.413.747,00	9.410.196,00	1.978.570,07	4.227.653,89	5.182.542,11	2.046.455,44	3.751.226,37	5.658.969,63	3.598.308,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.808.947,00	6.198.843,90	1.109.571,85	2.145.916,42	4.052.927,48	1.109.571,85	2.145.916,42	4.052.927,48	2.029.046,24
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	180.000,00	180.000,00	40.839,92	80.402,76	99.597,24	40.839,92	80.402,76	99.597,24	80.402,76
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.424.800,00	3.031.352,10	828.158,30	2.001.334,71	1.030.017,39	896.043,67	1.524.907,19	1.506.444,91	1.488.859,77
DESPESAS DE CAPITAL	391.000,00	391.000,00	43.426,82	86.853,64	304.146,36	43.426,82	86.853,64	304.146,36	86.853,64
INVESTIMENTOS	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	261.000,00	261.000,00	43.426,82	86.853,64	174.146,36	43.426,82	86.853,64	174.146,36	86.853,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	78.047,47	78.047,47	0,00	0,00	78.047,47	0,00	0,00	78.047,47	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	7.882.794,47	9.879.243,47	2.021.996,89	4.314.507,53	5.564.735,94	2.089.882,26	3.838.080,01	6.041.163,46	3.685.162,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	7.882.794,47	9.879.243,47	2.021.996,89	4.314.507,53	5.564.735,94	2.089.882,26	3.838.080,01	6.041.163,46	3.685.162,41
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	7.882.794,47	9.879.243,47	2.021.996,89	4.314.507,53	5.564.735,94	2.089.882,26	3.838.080,01	6.041.163,46	3.685.162,41
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA, emitido em 09/out/2017 as 11h e 34m.									
Comentários 1 -RELATÓRIO REPUBLICADO TENDO EM VISTA A MOVIMENTAÇÃO DE ESTORNO DE LIQUIDAÇÃO / LIQUIDAÇÃO OCORRIDA APÓS A PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS OCASIONANDO DIFERENÇAS NAS DESPESAS LIQUIDADAS DO PERÍODO - EMPENHO 9/2017 E 4/2017									

MARCELO ELIAS ROQUE
Presidente
CISLIPA

EVERLLIN DINA DE CAMARGO GUIG
Controle Interno

Publicado por:
Ademar Gonçalves da Silva
Código Identificador:C327714D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
REPUBLICAÇÃO BALANÇO PATRIMONIAL 2013

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
CNPJ: 78.177.839/0001-97
DEMONSTRATIVO DA LEI 4.320
Balanço Patrimonial
EXERCÍCIO DE 2013
Anual

Anexo 14 - Lei 4320 - Balanço Patrimonial - Anual					R$ 1,00
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercicio atual	Exercicio Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercicio atual	Exercicio Anterior
ATIVO CIRCULANTE	34.106,20	24.201,93	PASSIVO CIRCULANTE	16.506,73	32.701,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.419,09	24.201,93	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00			
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	16.506,73	32.701,94
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria – Clientes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a curto prazo	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	20.687,11	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	6.305,88	3.429,00	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	TOTAL PASSIVO	16.506,73	32.701,94
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00			
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00			
Divida Ativa não Tributaria – Clientes	0,00	0,00			
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00			

(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
Investimentos	0,00	0,00			
Participações Permanentes	0,00	0,00			
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00			
Propriedades para Investimento	0,00	0,00			
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00			
Imobilizado	6.305,88	3.429,00			
Bens Móveis	6.305,88	3.429,00			
Bens Imóveis	0,00	0,00	Patrimônio Liquido		
Intangível	0,00	0,00	ESPECIFICAÇÃO	Exercicio atual	Exercicio Anterior
Softwares	0,00	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00			
Direito de Uso de Imóveis	0,00	0,00	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
TOTAL ATIVO	40.412,08	27.630,93	Reservas de Capital	0,00	0,00
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Reservas de Lucros	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	23.905,35	5.071,01
			Resultado do exercício	20.476,35	0,00
			Resultados de exercícios anteriores	5.071,00	5.071,01
			Ajustes de exercícios anteriores	8.500,00	0,00
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.905,35	5.071,01
TOTAL	40.412,08	0,00	TOTAL	40.412,08	0,00
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	13.419,09	0,00	PASSIVO FINANCEIRO	21.451,10	0,00
ATIVO PERMANENTE	26.992,99	0,00	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				18.960,98	0,00

COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00	0,00	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEBIDAS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	0,00
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINACEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Ordinária	0,00
Vinculada	0,00
Educação	0,00
Saúde	0,00
Assitência Social (SUAS)	0,00
ECA/FMDCA	0,00
Outros	0,00
Previdência Social	0,00
Transferências obrigatórias de outro ente	0,00
Convênios	0,00
Royalties	0,00
Outros	0,00
TOTAL	0,00

Publicado por:
Alessandra da Costa Ricardo Machado
Código Identificador:23616F8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
REPUBLICAÇÃO BALANÇO PATRIMONIAL 2014 - FUNDAÇÃO DE ESPORTES

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
CNPJ: 78.177.839/0001-97
DEMONSTRATIVO DA LEI 4.320
Balanço Patrimonial
EXERCÍCIO DE 2014
Anual

Anexo 14 - Lei 4320 - Balanço Patrimonial - Anual					R$ 1,00
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercicio atual	Exercicio Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercicio atual	Exercicio Anterior
ATIVO CIRCULANTE	95.760,11	34.106,20	PASSIVO CIRCULANTE	0,00	16.506,73
Caixa e Equivalentes de Caixa	59.251,00	13.419,09	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00			
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	16.506,73
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria – Clientes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00

Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a curto prazo	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	36.509,11	20.687,11	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	18.664,66	6.305,88	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	TOTAL PASSIVO	0,00	16.506,73
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00			
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00			
Divida Ativa não Tributaria – Clientes	0,00	0,00			
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00			
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
Investimentos	0,00	0,00			
Participações Permanentes	0,00	0,00			
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00			
Propriedades para Investimento	0,00	0,00			
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00			
Imobilizado	18.664,66	6.305,88			
Bens Móveis	18.664,66	6.305,88			
Bens Imóveis	0,00	0,00			
Intangível	0,00	0,00	Patrimônio Liquido		
Softwares	0,00	0,00	ESPECIFICAÇÃO	Exercicio atual	Exercicio Anterior
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Direito de Uso de Imóveis	0,00	0,00	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
TOTAL ATIVO	114.424,77	40.412,08	Reservas de Capital	0,00	0,00
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Reservas de Lucros	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	114.424,77	23.905,35
			Resultado do exercício	110.995,77	20.476,35
			Resultados de exercícios anteriores	5.071,00	5.071,00
			Ajustes de exercícios anteriores	8.500,00	8.500,00
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	114.424,77	23.905,35
TOTAL	114.424,77		TOTAL	114.424,77	
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	59.251,00		PASSIVO FINANCEIRO	3.846,37	
ATIVO PERMANENTE	55.173,77		PASSIVO PERMANENTE	0,00	
SALDO PATRIMONIAL				110.578,40	

COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercicio Atual	Exercicio Anterior	ESPECIFICAÇÃO Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00	0,00	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEBIDAS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	0,00
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINACEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Ordinária	0,00
Vinculada	0,00
Educação	0,00
Saúde	0,00
Assitência Social (SUAS)	0,00
ECA/FMDCA	0,00
Outros	0,00
Previdência Social	0,00
Transferências obrigatórias de outro ente	0,00
Convênios	0,00
Royalties	0,00
Outros	0,00
TOTAL	0,00

Publicado por:
Alessandra da Costa Ricardo Machado
Código Identificador:CA0D8C22

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
BALANÇO PATRIMONIAL 2015 - REPUBLICAÇÃO

Prestação de Contas
BALANÇO PATRIMONIAL
Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

Período de Referência: Dezembro / 2015

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE	**477.499.967,53**	**449.801.648,24**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**20.758.904,73**	**25.607.469,74**
Caixa e Equivalentes de Caixa	132.538.624,95	108.721.741,23	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	5.971.639,45	8.154.267,69
Créditos a Curto Prazo	299.559.396,83	314.635.754,67	Empréstimos e Financiamentos	167.041,70	53.681,69
Créditos Tributários a Receber	1.476.211,86	14.337.369,11	Fornecedores e Contas a Pagar	3.363.666,54	6.991.325,76
Clientes	0,00	0,00	Obrigações Fiscais	736,01	736,01
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	298.083.184,97	300.298.385,56	Demais Obrigações a Curto Prazo	11.255.821,03	10.407.458,59
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**58.163.201,45**	**71.818.240,03**
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	46.742.586,52	59.966.560,76
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3.920.797,20	1.873.734,97	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	9.104.887,66	9.253.433,03
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	90.080,58	90.080,58
Estoques	41.481.148,55	24.570.417,37	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	2.225.646,69	2.508.165,66
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**208.790.396,13**	**187.122.822,87**	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.582.271,81	3.601.442,00	Resultado Diferido	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	3.582.271,81	3.601.442,00	**TOTAL DO PASSIVO**	**78.922.106,18**	**97.425.709,77**
Créditos Tributários a Receber a Longo Prazo	0,00	0,00	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Clientes a Longo Prazo	0,00	0,00	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo	0,00	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária a Longo Prazo	0,00	0,00	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária a Longo Prazo	3.582.271,81	3.601.442,00	Reservas de Capital	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00	Reservas de Lucros	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00	Demais Reservas	0,00	0,00
Estoques a Longo Prazo	0,00	0,00	Resultados Acumulados	607.368.257,48	539.498.761,34
VPD Pagas Antecipadamente a Longo Prazo	0,00	0,00	Resultado do Exercício	141.912.244,04	74.042.747,90
Investimentos	0,00	0,00	Resultados de Exercícios Anteriores	468.538.142,51	468.538.142,51
Participações Permanentes	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	(3.082.129,07)	(3.082.129,07)
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00	Outros Resultados	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00	(-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00			
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00			
Imobilizado	204.523.038,47	182.836.295,02			
Bens Móveis	66.972.481,07	53.828.200,18			
Bens Imóveis	137.550.557,40	129.008.094,84			
Intangível	685.085,85	685.085,85			
Softwares	0,00	0,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	685.085,85	685.085,85			
Direito de Uso de Imóveis	0,00	0,00			
Diferido	0,00	0,00	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**607.368.257,48**	**539.498.761,34**
TOTAL DO ATIVO	**686.290.363,66**	**636.924.471,11**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**686.290.363,66**	**636.924.471,11**
ATIVO FINANCEIRO	133.586.967,24	109.766.207,67	PASSIVO FINANCEIRO	100.497.570,58	78.838.758,77
ATIVO PERMANENTE	552.703.396,42	527.158.263,44	PASSIVO PERMANENTE	58.280.904,45	82.159.900,38
SALDO PATRIMONIAL				**527.511.888,63**	**475.925.811,96**

ESPECIFICAÇÃO			**ESPECIFICAÇÃO**		
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	0,00	0,00
Direitos Contratuais a Executar	0,00	0,00	Obrigações Contratuais a Executar	16.078.839,99	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	0,00	876.223,05	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**876.223,05**	**TOTAL**	**16.078.839,99**	**0,00**

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Total das Fontes de Recursos	**0,00**	**0,00**

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** MUNICIPIO DE PARANAGUA, **Data Emissão** 18/10/2017, **Hora emissão** 15:26:38

Notas:

Publicado por:
Alessandra da Costa Ricardo Machado
Código Identificador:6EA74017

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 279/2017

277450 PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 619/2016 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À SUMTRAN ATÉ 05/12/2017.

PLACA VEÍCULO	AUTO DE INFRAÇÃO	DATA INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INFRAÇÃO
AAS6297	277450P000202933	06/10/2017	55412
ADC8333	277450P000202835	05/10/2017	55412
AEO4783	277450P000203005	04/10/2017	55411
AFF3035	277450P000203076	05/10/2017	55412
AFF3035	277450P000202836	05/10/2017	55412

AGA9684	277450P000202636	06/10/2017	55412
AGS6543	277450P000202973	06/10/2017	55412
AGY1515	277450P000202595	06/10/2017	55412
AJU9053	277450P000202633	05/10/2017	55412
ALQ9966	277450P000203073	04/10/2017	55412
ALY3544	277450P000203007	08/10/2017	55411
AMX4555	277450P000202931	05/10/2017	55412
ANI9371	277450P000202591	05/10/2017	55412
ANP5261	277450P000202597	06/10/2017	55412
AOD3498	277450P000202832	04/10/2017	55412
AOF8660	277450P000203077	05/10/2017	55412
AOH4216	277450P000202638	06/10/2017	55412
AOL3536	277450P000200447	06/10/2017	55412
AOT7449	277450P000200445	06/10/2017	55412
API0085	277450P000202934	06/10/2017	55412
AQK0305	277450P000200470	06/10/2017	55414
AQY4961	277450P000202834	04/10/2017	55412
ARE7878	277450P000202686	05/10/2017	55412
ARG1805	277450P000200441	04/10/2017	55412
ARG1805	277450P000202935	06/10/2017	55412
ARG2072	277450P000202687	06/10/2017	55412
ARN1017	277450P000202833	04/10/2017	55412
ASH7386	277450P000202598	06/10/2017	55412
AST4182	277450P000203006	04/10/2017	58191
ATD2673	277450P000203070	04/10/2017	55412
ATG9240	277450P000202974	06/10/2017	55412
ATW4451	277450P000203078	06/10/2017	55412
ATW4451	277450P000202970	04/10/2017	55412
AUD0922	277450P000200469	06/10/2017	55414
AUM8872	277450P000202632	04/10/2017	55412
AUM9759	277450P000202637	06/10/2017	55412
AUU7031	277450P000202928	04/10/2017	55412
AUV5891	277450P000202932	06/10/2017	55412
AVT9369	277450P000202929	04/10/2017	55412
AWK2400	277450P000202930	05/10/2017	55412
AXJ7200	277450P000202971	04/10/2017	55412
AXP5747	277450P000202589	04/10/2017	55412
AXS8304	277450P000200446	06/10/2017	55412
AYJ0811	277450P000152835	07/10/2017	54521
AYM2128	277450P000202634	05/10/2017	55412
AYX0629	277450P000178249	07/10/2017	58191
AZB7182	277450P000202635	05/10/2017	55412
AZM3554	277450P000202975	06/10/2017	55412
BAA8507	277450P000202596	06/10/2017	55412
BAG3130	277450P000202590	05/10/2017	55412
BAJ3401	277450P000202587	04/10/2017	55412
BAX2882	277450P000203074	05/10/2017	55412
BBN4831	277450P000200444	06/10/2017	55412
CAR0197	277450P000200440	04/10/2017	55412
CQC9583	277450P000202592	05/10/2017	55412
CRC9222	277450P000203079	06/10/2017	55412
CVB7146	277450P000202594	06/10/2017	55412
CYR6562	277450P000203072	04/10/2017	55412
EKY9147	277450P000200443	05/10/2017	55412
FGY0005	277450P000202972	05/10/2017	55412
FKF4905	277450P000202588	04/10/2017	55412
HSX0086	277450P000203075	05/10/2017	55412
JER4916	277450P000203008	08/10/2017	55411
LRI9688	277450P000287640	06/10/2017	51930
MBX9146	277450P000202593	06/10/2017	55412
MDB9964	277450P000203071	04/10/2017	55412
MIB9090	277450P000202837	05/10/2017	55412
PYU9619	277450P000287641	06/10/2017	52151

Publicado por:
Reginaldo Poleti
Código Identificador:CE38EA16

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 015/2017

1º TERMO ADITIVO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O CECAP – CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE PARANAVAÍ

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº17.483/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no C.P.F. sob o nº. 756.344.739-34 e, como interveniente a **Secretaria Municipal de Assistência Social**, representada pela sua Secretária **Tasiane Cristina de Souza** e de outro lado o CECAP - Centro de Atendimento Especial à Criança e ao Adolescente de Paranavaí,pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 97.391.072/0001-49, neste ato representada pelo **Sr**

Junior Cezar Nunes de Freitas, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.061.299-8 SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob nº 600.654.789-91, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Colaboração, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo aditivo tem por objeto alterar o Plano de Aplicação do Termo de Colaboração nº. 015/2017, no valor de R$ 518.500,00 (quinhentos e dezoito mil e quinhentos reais, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

PLANO DE APLICAÇÃO– VALOR CONCEDENTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL (R$)
01	**MATERIAL DE CONSUMO**	
	Material de Expediente	
	Gêneros Alimentícios	**R$ 25.460,59**
	Gás	
	Material Educativo e Esportivo	
	Material de Processamento de Dados	
	Material de Acondicionamento e Embalagem	
	Material de Cama, Mesa e Banho	
	Uniformes, Figurino, Tecidos e Aviamentos	
	Material de Copa e Cozinha	
	Material de Limpeza e Higiene	**R$ 3.100,00**
	Material para Manutenção de Bens Imóveis	**R$ 40.000,00**
	Material para Manutenção de Bens Móveis	
	Material Elétrico e Eletrônico	
	Material de Proteção e Segurança	
	Material para Áudio, Vídeo e Foto	
	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	
	Material Laboratorial	
	Material Hospitalar	
	Ferramentas	
	Materiais para Manutenção de Veículos	
	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	
	Combustíveis e Lubrificantes para outras finalidades	
	Alimentos para Animais	
	Material de uso Zootécnico	
	Materiais e Medicamentos para uso Veterinário	
	Material Químico	
	Material para Reabilitação Profissional	
	Material de Sinalização Visual e Outros	
	Material Técnico para Seleção e Treinamento	
	Material Bibliográfico não Imobilizável	
	TOTAL	**R$ 68.560,59**
02	**SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA**	
	Estagiários	
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	
	Fornecimento de Alimentação	
	Serviços de Limpeza e Conservação	
	TOTAL	**R$**
03	**SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**	
	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	**R$ 1.000,00**
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	**R$ 3.000,00**
	Imóveis Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	
	Serviços Gráficos	
	Manutenção e Conservação de Veículos	
	Serviços de Água e Esgoto	**R$ 2.000,00**
	Serviços de Energia Elétrica	**R$ 5.322,65**
	Serviço de Contabilidade	**R$ 10.373,00**
	Aquisição de Passagens	
	TOTAL	**R$ 21.695,65**
04	**MATERIAL PERMANENTE**	
	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	
	Aparelhos e Utensílios Domésticos	
	Coleções e Materiais Bibliográficos	
	Discotecas e Filmotecas	
	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	
	Instrumentos Musicais e Artísticos	
	Máquinas e Equipamentos Gráficos	
	Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	
	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	
	Equipamentos de Processamento de Dados	
	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	
	Mobiliário em Geral	
	Peças não Incorporáveis a Imóveis	
	TOTAL	**R$**
05	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	
	Salário	R$ 308.588,13
	Férias, Adic S/ Férias	R$ 30.836,73
	13º Salário	R$ 27.641,67
	FGTS – 8%	R$ 30.205,46
	PIS – 1%	R$ 3.875,69
	INSS (Retido)	R$ 27.096,08
	TOTAL	**R$ 428.243,76**
	TOTAL DE DESPESAS (01+02+03+04+05)	**R$ 518.500,00**

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de colaboração.

CLÁUSLA TERCEIRA: Oprazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de 14/03/2017 a 31/12/2017

Paranavaí, 18 de outubro de 2017

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

TASIANE CRISTINA DE SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social

JUNIOR CEZAR NUNES DE FREITAS
Presidente

Publicado por:
Aline Ferrari Soster
Código Identificador:9D8CEF4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2017 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2017

Processo Nº.: 188/2017
Pregão eletrônico Nº. 131/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 68/2017
No dia 28 do mês de Setembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAI, Estado de PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.977.768/0001-81, com sede administrativa localizada na RUA GETULIO VARGAS, 900, bairro CENTRO, CEP nº. 87702-000, nesta cidade de Paranavaí/PR, representado pelo(a) Secretario(a) responsavel pelo departamento, doravante denominada ORGÃO GERENCIADOR, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 131/2017, Processo Licitatório nº. 188/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ATRAVÉS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ESPORTE E LAZER, SAÚDE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO, EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO E FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.
Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa
65	ATAIR MACHADO - ME.
96932	IMPRIME SUPRIMENTOS EIRELI - ME
94938	L A P ESTEFANUTO EIRELI - EPP
86097	TECTONER RECARGA DE TONER LTDA.

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93 e pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Responsavel Legal	CPF
ATAIR MACHADO - ME.	78.337.896/0001-96	ATAIR MACHADO	330.439.819-87
IMPRIME SUPRIMENTOS EIRELI - ME	22.448.597/0001-74		..-
L A P ESTEFANUTO EIRELI - EPP	03.639.354/0001-79	LUCIANA APARECIDA PIRES ESTEFAN	765.194.819-04
TECTONER RECARGA DE TONER LTDA.	01.027.088/0001-06	MÁRCIO KODI UEDA	795.031.289-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ATRAVÉS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ESPORTE E LAZER, SAÚDE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO, EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO E FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.
1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO
2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PRECO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 65 - ATAIR MACHADO - ME.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Carimbo autoentitado, equivalente, similar ou superior ao Nykon SI-3045.	UND	NIKON SI 3045	140,000	61,0000	8.540,00
5	Carimbo autoentitado, equivalente, similar ou superior ao Nykon M60.	UND	NYKON M60	140,000	62,0000	8.680,00
6	Carimbo autoentitado, equivalente, similar ou superior ao Nykon Printy 303.	UND	NYKON PRINTY 303	172,000	42,0000	7.224,00
7	Carimbo autoentitado, equivalente, similar ou superior ao Nykon	UND	NYKON PRINTY 304	140,000	51,0000	7.140,00

	Printy 304.					
Total Fornecedor:						31.584,00
Fornecedor: 86097 - TECTONER RECARGA DE TONER LTDA.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Toner HP CC364X 64X - impressora HP LaserJer P4515n Tecnologia de impressão Laser, rendimento 24000 páginas. Garantia de 1 ano.Originais de fábrica ou compatíveis.	UND	TECTONER TEC-364	15,000	1.613,0000	24.195,00
Total Fornecedor:						24.195,00
Fornecedor: 94938 - L A P ESTEFANUTO EIRELI - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Papel sulfite A4 75 gramas - Resma com 500 folhas Modelo A4 (21X29,7cm); Gramatura 75g/m2 Papel Alcalino fabricado com 100% de celulose de Eucalipto.	RESM	HP	3.120,000	14,6000	45.552,00
Total Fornecedor:						45.552,00
Fornecedor: 96932 - IMPRIME SUPRIMENTOS EIRELI - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Toner HP LaserJet 55A Preto - CE255AB Tecnologia de impressão Laser, rendimento mínimo de 6000 páginas. Garantia de 3 meses. Originais de fábrica ou compatíveis.	UND	EVERGREEN	255A 10,000	490,0000	4.900,00
Total Fornecedor:						4.900,00

2.2. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, a cada 90 (noventa) dias com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
2.2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
2.2.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observando-se o seguinte:
a) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
2.2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
2.2.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
2.2.4. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.
2.2.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua emissão.
CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS
4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto desta Ata;
4.2. As quantidades para fornecimento serão solicitados pela(s) Secretaria(s), por escrito e dentro do prazo e validade do registro de preços de acordo com as suas necessidades respeitando o limite máximo, sendo facultado ao licitante fornecer o quantitivo em função de sua capacidade de fornecimento, caso esta seja inferior ao total requisitado.
4.3. Constatada a necessidade dos serviços, a Prefeitura do Município de Paranavaí, através da Diretoria de Contabilidade, procederá à emissão da respectiva nota de Empenho de Despesa e ordem de compra em nome do licitante, relacionando-se o(s) produto(s) (serviço pretendido e sua quantidade, bem como o respectivo preço conforme registrado em ata), devendo a execução dos serviços ser realizada conforme prazo estabelecido no edital, a partir do recebimento da respectiva ordem de compra.
CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES
5.1. Compete ao Órgão gerenciador:
5.1.1. O órgão gerenciador indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
5.1.2. Encaminhar o pedido, juntamente com o bloqueio da dotação orçamentária, à Diretoria de Compras, para emitir a autorização de fornecimento.
5.1.3. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento e suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
5.1.4. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando à Diretoria de Compras qualquer irregularidade verificada;
5.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os Produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
5.2. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
5.2.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços.
5.2.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
5.2.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão gerenciador, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
5.2.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
5.2.5. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.2.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
5.2.7. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.
CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
6.1.1. Pelo Orgão gerenciador quando:
a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
e) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;
f) por razões de interesse público, devidamente fundamentado.
6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da Prefeitura do município de Paranavaí, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.
CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
'7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante recebimento da nota de Empenho, formalizado pelo órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
7.3. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
7.4. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as Ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
7.4.1. O local de entrega dos materiais/execução dos serviços será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
7.4.2. O prazo de entrega será de até 30 (TRINTA) DIAS, a partir do recebimento da respectiva ordem de compra, conforme solicitação do órgão gerenciador ou entidade requisitante.
7.4.3. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações Deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.'
7.4.4. As quantidades para fornecimento serão solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde, por escrito e dentro do prazo e validade do registro de preços, de acordo com as suas necessidades, livre de fretes e demais taxas, respeitando o limite máximo, sendo facultado ao licitante fornecer o quantitativo em função de sua capacidade de fornecimento, caso esta seja inferior ao total requisitado.
7.5. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os produtos, descritos na presente Ata, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
7.5.1. Serão recusados os produtos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
7.6. É de responsabilidade da empresa Detentora da Ata todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade civil ou criminal.
CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO
8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 15 (QUINZE) DIAS, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.
8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.
CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.
CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS
10.1. O Detentor da Ata de Registro de Preços que não cumprir com as exigências determinadas por esta ata de Registro de Preços estará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e Decreto nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 8.543/2005:
10.1.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por um prazo não superior a 05 (cinco) anos.
10.1.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
10.1.3. Multas pecuniárias, nas seguintes proporções:
10.1.4. O descumprimento do prazo de execução dos serviços sujeitará o fornecedor ao pagamento de moratória conforme estabelecido no edital, por dia de atraso, calculada sobre o valor do serviço dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 (trinta) dias, após

o que poderá a critério da administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as conseqüências previstas em lei e nesta cláusula.
10.1.5. A não execução dos serviços solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa conforme estabelecido no edital, sobre o valor do serviço não prestado - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EFICÁCIA
11.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial do município e na página eletrônica:
www.paranavai.pr.gov.br..
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO
12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranavaí para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS
13.1. O recebimento dos produtos será realizado pelas servidores FERNANDA SAKUNO PEZZOTI, MARIA CRISTINA ALVES, IEDA CARLA CANDIDO, ROBERTA INÊS ARAÚJO DE SOUZA e CELMA COSTA, membros da Comissão de Recebimento de Bens, nomeados respectivamente Pelos Decretos Municipais nº 18.289/2017, 15.361/2014, 17.819/2017, 16.981/2016 e 15.147/2014.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Enio Caetano de Paula Junior, Diretor de Compras, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 18.093/2017, pelo Procurador-Geral do Município, pelo Órgão Gerenciador e pelas empresas detentoras da Ata, qualificados preambularmente, representando as empresas detentoras, a mesma será devidamente publicada no Diário Oficial do Município e na página eletrônica
www.paranavai.pr.gov.br.

Paranavaí, 29 de Setembro de 2017

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Órgão Gerenciador

ROSI SANGA
Diretora Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Órgão Gerenciador

DARLAN ALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano
Órgão Gerenciador

RAFAEL OCTAVIANO DE SOUZA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Órgão Gerenciador

CARLOS EMANUEL RODRIGUES
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico
Órgão Gerenciador

ADELIA PAIXÃO
Secretária Municipal de Educação
Órgão Gerenciador

IRINEU BETTI JÚNIOR
Chefe de Gabinete
Órgão Gerenciador

BENJAMIM MARÇAL COSTA
Procurador-Geral do Município

ENIO CAETANO DE PAULA JUNIOR
Diretor de Compras

Empresas Participantes:

ATAIR MACHADO - ME.
CNPJ: 78.337.896/0001-96

IMPRIME SUPRIMENTOS EIRELI - ME
CNPJ: 22.448.597/0001-74

L A P ESTEFANUTO EIRELI – EPP
CNPJ: 03.639.354/0001-79

TECTONER RECARGA DE TONER LTDA.
CNPJ: 01.027.088/0001-06

Publicado por:
Karla Nogueira Zanna
Código Identificador:387935C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2017

Processo Nº.: 239/2017
Pregão eletrônico Nº. 170/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 71/2017
No dia 6 do mês de Outubro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAI , Estado de PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.977.768/0001-81, com sede administrativa localizada na RUA GETULIO VARGAS, 900, bairro CENTRO, CEP nº. 87702-000, nesta cidade de Paranavaí/PR, representado pelo(a) Secretario(a) responsavel pelo departamento, doravante denominada ORGÃO GERENCIADOR, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 170/2017, Processo Licitatório nº. 239/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de Empresa para MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO E FORNECIMENTO DE PEÇAS, através das Secretarias Municipais de Saúde, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Assistência Social, Educação, Corpo de Bombeiros, Fundação Cultural e Administração Pública. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa
95751	MIGUEL GARCIA SANTANA 29032644220
95382	REFRITHOR REFRIGERAÇÃO LTDA EPP

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93 e pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Responsavel Legal	CPF
MIGUEL GARCIA SANTANA 29032644220	21.688.666/0001-54	MIGUEL GARCIA SANTANA	290.326.442-20
REFRITHOR REFRIGERAÇÃO LTDA EPP	03.256.347/0001-98	VAGNER ANTONIO JACOMINI	852.794.639-49

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de Empresa para MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO E FORNECIMENTO DE PEÇAS, através das Secretarias Municipais de Saúde, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Assistência Social, Educação, Corpo de Bombeiros, Fundação Cultural e Administração Pública.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.
1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO
2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 95382 - REFRITHOR REFRIGERAÇÃO LTDA EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM APARELHO ACJ 7.500 BTU.	UND	Marca PrÃ³pria	53,000	87,2000	4.621,60
2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM APARELHO ACJ 9.000 TBU.	UND	Marca PrÃ³pria	70,000	89,8000	6.286,00
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM APARELHO ACJ 10.000 BTU.	UND	Marca PrÃ³pria	44,000	90,4000	3.977,60
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM APARELHO ACJ 11.000 BTU.	UND	Marca PrÃ³pria	37,000	93,6000	3.463,20
5	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM APARELHO ACJ 12.000 BTU.	UND	Marca PrÃ³pria	41,000	95,7000	3.923,70
6	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM APARELHO ACJ 18.000 BTU.	UND	Marca PrÃ³pria	48,000	104,2000	5.001,60
7	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM APARELHO ACJ 35.000 BTU.	UND	Marca PrÃ³pria	42,000	125,5000	5.271,00
8	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM APARELHO SPLIT 7.500 BTU.	UND	Marca PrÃ³pria	51,000	93,6000	4.773,60
9	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE APARELHO SPLIT 9.000 BTU.	UND	Marca PrÃ³pria	155,000	96,8000	15.004,00
10	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO APARELHO SPLIT 12.000 BTU.	UND	Marca PrÃ³pria	138,000	102,1000	14.089,80
11	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM APARELHO SPLIT 18.000 BTU	UND	Marca PrÃ³pria	111,000	108,5000	12.043,50
12	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM APARELHO SPLIT 36.000 BTU.	UND	Marca PrÃ³pria	87,000	236,2000	20.549,40
13	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM APARELHO SPLIT 60.000 BTU.	UND	Marca PrÃ³pria	40,000	236,2000	9.448,00

Fornecedor: 95382 - REFRITHOR REFRIGERAÇÃO LTDA EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	SERVIÇO DE CARGA DE GÁS R22 APARELHOS DE 7.000 A36.000 BTU ACJ.	UND	Marca PrÃ³pria	62,000	200,0000	12.400,00
15	SERVIÇO DE CARGA DE GÁS R22 APARELHOS DE 36.000 A60.000 BTU SPLIT.	UND	Marca PrÃ³pria	75,000	223,5000	16.762,50
16	RECUPERAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA TIPO ACJ E SPLIT.	UND	Marca PrÃ³pria	42,000	139,0000	5.838,00
17	RECUPERAÇÃO DE MOTOR DO VENTILADOR DA CONDENSADORA TIPO ACJ E SPLIT.	UND	Marca PrÃ³pria	42,000	138,3000	5.808,60
18	TROCA DE CAPACITOR DE PARTIDA DO MOTOR VENTILADOR OU COMPRESSOR.	UND	Marca compatÃ-vel	46,000	74,4000	3.422,40
19	TROCA DE HÉLICE OU TURBINA PARA APARELHOS DE 7.500 A60.000 TIPO ACJ E SPLIT.	UND	Marca compÃ¡tivel	41,000	140,0000	5.740,00
20	MÃO DE OBRA E VISITA TÉCNICA.	UND	Marca PrÃ³pria	97,000	93,6000	9.079,20
21	MÃO DE OBRA PARA TROCA DE COMPRESSOR 7.000 A 18.000 BTU TIPO ACJ E SPLIT.	UND	Marca PrÃ³pria	62,000	157,5000	9.765,00
22	MÃO DE OBRA PARA TROCA DE COMPRESSOR 18.100 A 60.00 BTU TIPO ACJ E SPLIT.	UND	Marca PrÃ³pria	58,000	155,3000	9.007,40
23	SERVIÇO DE CORREÇÃO DE VAZAMENTO DE ÁGUA EM SPLIT.	UND	Marca PrÃ³pria	149,000	97,9000	14.587,10
24	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE DRENO.	UND	Marca PrÃ³pria	60,000	97,9000	5.874,00
25	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE SPLIT 7.000 A 9.000 BTU, DO TIPO HI WALL. INCLUSO ATÉ 3 MTS DE TUBULAÇÃO DE COBRE, SUPORTES, CORTES EM PAREDES E LAJES PARA INSTALAÇÃO DA CONDENSADORA EM PLATIBANDA QUANDO FOR REQUERIDA PELA SECRETARIA, DRENOS E TODOS	UND	Marca PrÃ³pria	82,000	199,0000	16.318,00

	OS MATERIAIS NECESÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DO MESMO. EXCETO PARTE ELÉTRICA, PINTURA, GESSO, SERVIÇO.					
26	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE SPLIT 12.000 A 18.000 BTU, DO TIPO HI WALL. INCLUSO COM ATÉ 3 MTS DE TUBULAÇÃO DE COBRE, SUPORTES, CORTES EM PAREDES E LAJES PARA INSTALAÇÃO DA CONDENSADORA EM PLATIBANDA QUANDO FOR REQUERIDA PELA SECRETARIA, DRENOS E TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO DO MESMO. EXCETO PARTE ELÉTRICA, PINTURA, GESSO, SEREVIÇO.	UND	Marca PrÃ³pria	88,000	217,1000	19.104,80
27	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE SPLIT 24.000 A 36.000 BTU, DO TIPO HI WALL. INCLUSO COM ATÉ 3 MTS DE TUBULAÇÃO DE COBRE, SUPORTE E LAJES PARA INSTALAÇÃO DA CONDENSADORA EM PLATIBANDA QUANDO FOR REQUERIDA PELA SECRETARIA, DRENOS E TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO DO MESMO. EXCETO PARTE ELÉTRICA, PINTURA, GESSO, SERVIÇO.	UND	Marca PrÃ³pria	85,000	312,9000	26.596,50
28	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO.	UND	Marca PrÃ³pria	97,000	78,7000	7.633,90
29	TERMOSTATO 7.000 A 60.000 BTU.	UND	Marca CompatÃ	26,000	57,4000	1.492,40
30	CONTROLE REMOTO ORIGINAL.	UND	Marca CompatÃ	21,000	143,2000	3.007,20
31	CONTROLE REMOTO UNIVERSAL.	UND	Marca CompatÃ	21,000	63,8000	1.339,80
32	BOTÃO DO TERMOSTATO OU CHAVE SELETORA.	UND	Marca CompatÃ	26,000	38,3000	995,80
33	COMPRESSOR CAPACIDADE 7.500 BTU OU ROTATIVO 22.	UND	Marca CompatÃ	10,000	511,5300	5.115,30
34	COMPRESSOR CAPACIDADE 7.600 A 10.500 BTU ROTATIVO22.	UND	Marca CompatÃ	18,000	487,4000	8.773,20
35	COMPRESSOR CAPACIDADE 10.600 A 12.500 BTU ROTATIVO R22.	UND	Marca CompatÃ	19,000	468,2000	8.895,80
36	COMPRESSOR CAPACIDADE 15.100 A 18.500 BTU ROTATIVO R22.	UND	Marca CompatÃ	10,000	606,6000	6.066,00
37	COMPRESSOR CAPACIDADE 18.600 A 21.000 BTU ROTATIVO R22.	UND	Marca CompatÃ	13,000	638,5000	8.300,50
38	COMPRESSOR CAPACIDADE 21.100 A 30.000 BTU ROTATIVO R22.	UND	Marca CompatÃ	11,000	804,6000	8.850,60
39	CAPACITOR DE PARTIDA DO COMPRESSOR 15 UF A 60 UF X380 VAC.	UND	Marca CompatÃ	23,000	106,0000	2.438,00
40	CAPACITOR DE PARTIDA DO MOTOR VENTILADOR 1,5 UF, A12 UF X 380 VAC.	UND	Marca CompatÃ	23,000	104,2000	2.396,60
41	MOTOR DO VENTILADOR.	UND	Marca CompatÃ	20,000	300,1000	6.002,00
42	GÁS R 22 REFRIGERANTE.	KG	Marca CompatÃ	115,000	80,8000	9.292,00
43	GÁS R410 REFRIGERANTE.	KG	Marca CompatÃ	95,000	94,7000	8.996,50
44	GÁS FREON R-11.	KG	Marca CompatÃ	95,000	103,2000	9.804,00
45	PLACA.	UND	Marca CompatÃ	13,000	283,1000	3.680,30
46	TURBINA	UND	Marca CompatÃ	16,000	166,0000	2.656,00

Fornecedor: 95382 - REFRITHOR REFRIGERAÇÃO LTDA EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
47	FILTRO EVAPORADOR.	UND	Marca CompatÃ	31,000	48,9000	1.515,90
48	SENSOR DE TEMPERATURA..	UND	Marca CompatÃ	25,000	65,9000	1.647,50
49	SENSOR DE DEGELO	UND	Marca CompatÃ	25,000	59,5000	1.487,50
50	TERMOSTATO ACJ.	UND	Marca CompatÃ	13,000	65,9000	856,70
Total Fornecedor:						380.000,00
Fornecedor: 95751 - MIGUEL GARCIA SANTANA 29032644220						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
51	MANUTENÇÃO PREVENTIVA REFERE-SE A REALIZAÇÃO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO, QUE CONSISTE NA REMOÇÃO DE SUJIDADE DOS COMPONENTES DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO, PARA EVITAR A SUA DISPERSÃO NOS AMBIENTES INTERNOS. 7.500 BTU'S A 9.000 BTU'S.	UND	GARCIA MAN	272,000	58,7800	15.988,16
52	MANUTENÇÃO PREVENTIVA REFERE-SE A REALIZAÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO, QUE CONSISTE NA REMOÇÃO DE SUJIDADE DOS COMPONENTES DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO, PARA EVITAR A SUA DISPERSÃO NOS AMBIENTES INTERNO. 18.000 BTU'S A 24.000 BTU'S.	UND	GARCIA MAN	174,000	74,0200	12.879,48
53	MANUTENÇÃO PREVENTIVA REFERE-SE A REALIZAÇÃO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO, QUE CONSISTE NA REMOÇÃO DE SUJIDADE DOS COMPONENTES DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO, PARA EVITAR A SUA DISPERSÃO NOS AMBIENTES INTERNOS. 30.000 BTU'S A 60.000 BTU'S.	UND	GARCIA MAN	68,000	187,2300	12.731,64
Total Fornecedor:						41.599,28

2.2. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, a cada 90 (noventa) dias com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
2.2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
2.2.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observando-se o seguinte:
a) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
2.2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
2.2.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
2.2.4. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.
2.2.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua emissão.
CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS
4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto desta Ata;
4.2. As quantidades para fornecimento serão solicitados pela(s) Secretaria(s), por escrito e dentro do prazo e validade do registro de preços de acordo com as suas necessidades respeitando o limite máximo, sendo facultado ao licitante fornecer o quantitivo em função de sua capacidade de fornecimento, caso esta seja inferior ao total requisitado.

4.3. Constatada a necessidade dos serviços, a Prefeitura do Município de Paranavaí, através da Diretoria de Contabilidade, procederá à emissão da respectiva nota de Empenho de Despesa e ordem de compra em nome do licitante, relacionando-se o(s) produto(s) (serviço pretendido e sua quantidade, bem como o respectivo preço conforme registrado em ata), devendo a execução dos serviços ser realizada conforme prazo estabelecido no edital, a partir do recebimento da respectiva ordem de compra.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão gerenciador:

5.1.1. O órgão gerenciador indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.2. Encaminhar o pedido, juntamente com o bloqueio da dotação orçamentária, à Diretoria de Compras, para emitir a autorização de fornecimento.

5.1.3. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.1.4. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando à Diretoria de Compras qualquer irregularidade verificada;

5.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os Produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.2. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.2.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.2.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão gerenciador, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.2.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.2.5. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.2.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.2.7. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pelo Orgão gerenciador quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

f) por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da Prefeitura do município de Paranavaí, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

'7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante recebimento da nota de Empenho, formalizado pelo órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.4. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.4.1. O local de entrega dos materiais/execução dos serviços será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.4.2. O prazo de entrega será de até 05 (CINCO) DIAS, a partir do recebimento da respectiva ordem de compra, conforme solicitação do órgão gerenciador ou entidade requisitante.

7.4.3. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.'

7.4.4. As quantidades para fornecimento serão solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde, por escrito e dentro do prazo e validade do registro de preços, de acordo com as suas necessidades, livre de fretes e demais taxas, respeitando o limite máximo, sendo facultado ao licitante fornecer o quantitativo em função de sua capacidade de fornecimento, caso esta seja inferior ao total requisitado.

7.5. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os produtos, descritos na presente Ata, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.5.1. Serão recusados os produtos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.6. É de responsabilidade da empresa Detentora da Ata todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade civil ou criminal.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 15 (QUINZE) DIAS, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.
CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.
CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS
10.1. O Detentor da Ata de Registro de Preços que não cumprir com as exigências determinadas por esta ata de Registro de Preços estará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e Decreto nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 8.543/2005:
10.1.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por um prazo não superior a 05 (cinco) anos.
10.1.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
10.1.3. Multas pecuniárias, nas seguintes proporções:
10.1.4. O descumprimento do prazo de execução dos serviços sujeitará o fornecedor ao pagamento de moratória conforme estabelecido no edital, por dia de atraso, calculada sobre o valor do serviço dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 (trinta) dias, após o que poderá a critério da administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as conseqüências previstas em lei e nesta cláusula.
10.1.5. A não execução dos serviços solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa conforme estabelecido no edital, sobre o valor do serviço não prestado - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EFICÁCIA
11.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial do município e na página eletrônica:
www.paranavai.pr.gov.br..
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO
12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranavaí para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS
13.1. O recebimento dos produtos será realizado pelos servidores, membros da Comissão de Recebimento de Bens, de cada Secretaria, nomeados por Decretos Municipais.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Enio Caetano de Paula Junior, Diretor de Compras, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 18.093/2017, pelo Procurador-Geral do Município, pelo Órgão Gerenciador e pelas empresas detentoras da Ata, qualificados preambularmente, representando as empresas detentoras, a mesma será devidamente publicada no Diário Oficial do Município e na página eletrônica
www.paranavai.pr.gov.br.

Paranavaí, 6 de Outubro de 2017

BENJAMIM MARÇAL COSTA
Procurador-Geral do Município

ENIO CAETANO DE PAULA JUNIOR
Diretor de Compras

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Órgão Gerenciador

RENATO DULTRA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Órgão Gerenciador

CARLOS EMANUEL RODRIGUES
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Órgão Gerenciador

TASIANE CRISTINA DE SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social
Órgão Gerenciador

ADÉLIA PAIXÃO
Secretária Municipal de Educação
Órgão Gerenciador

GUILHERME COSTA BRICHILIARI
2º Ten. QOBM
Órgão Gerenciador

ROSINEIDE SANGA
Diretora Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Órgão Gerenciador

HUGO MORGADO BRAGA
Secretário Municipal de Administração Pública
Órgão Gerenciador

Empresas Participantes:

MIGUEL GARCIA SANTANA
29032644220
CNPJ: 21.688.666/0001-54

REFRITHOR REFRIGERAÇÃO LTDA EPP
CNPJ: 03.256.347/0001-98

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:449C135A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2017

Processo Nº.: 249/2017
Pregão presencial Nº. 178/2017
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 72/2017

No dia 9 do mês de Outubro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAI , Estado de PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.977.768/0001-81, com sede administrativa localizada na RUA GETULIO VARGAS, 900, bairro CENTRO, CEP nº. 87702-000, nesta cidade de Paranavaí/PR, representado pelo(a) Secretario(a) responsavel pelo departamento, doravante denominada ORGÃO GERENCIADOR, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 178/2017, Processo Licitatório nº. 249/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para MANUTENÇÃO DA PARTE ELÉTRICA DO VEÍCULO PRISMA MAXX – PLACA ARS 7690 – ANO 2009 (PEÇAS E SERVIÇOS), através da Controladoria Geral do Município Em conformidade com as especificações constantes no Edital.
Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa
25	SOCIEDADE ELETRICA PARANA LTDA

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93 e pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Responsavel Legal	CPF
SOCIEDADE ELETRICA PARANA LTDA	79.697.314/0001-45	MARINO KENITI FURUKITA	692.160.969-34

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS para MANUTENÇÃO DA PARTE ELÉTRICA DO VEÍCULO PRISMA MAXX - PLACA ARS 7690 - ANO 2009 (PEÇAS E SERVIÇOS), através da Controladoria Geral do Município Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.
1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO
2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 25 - SOCIEDADE ELETRICA PARANA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LÂMPADA FAROL GM	UND	PHILIPS	4,000	61,8100	247,24
2	CHAVE DE SETA GM	UND	KOSTAL	1,000	514,7700	514,77
3	BATERIA DE 60A (TIPO FREE MAX OU EQUIVALENTE)	UND	MAX	1,000	398,8700	398,87
4	ALTERNADOR - GM	UND	CINAP	1,000	1.062,3800	1.062,38
5	MOTOR DO LIMPADOR GM	UND	CEMAK	1,000	504,1500	504,15
6	PAR DE PALHETA GM	UND	BOSCH	1,000	93,6800	93,68
7	REPARO CENTRAL GM	UND	INJELETRO	1,000	1.244,9200	1.244,92
8	JOGO DE VELA GM	UND	BOSCH	1,000	125,5500	125,55

9	JOGO DE CABO DE VELA GM	UND	BOSCH	1,000	183,5000	183,50
10	MOTOR DE PARTIDA TIPO BOSH GM	UND	ZM	1,000	1.244,9200	1.244,92
11	COMPRESSOR DE AR	UND	ROYCE	1,000	2.953,4300	2.953,43
12	FAROL - GM	UND	NINO	2,000	611,3500	1.222,70
13	INTERRUPTOR DE FREIO - GM	UND	RHO	1,000	83,0500	83,05
14	INTERRUPTOR DO OLEO	UND	RHO	1,000	78,2300	78,23
15	INTERRUPTOR RÉ	UND	RHO	1,000	89,8100	89,81
16	ELETROVENTILADOR DO RADIADOR GM	UNID	CEMAK	1,000	875,0100	875,01
17	CORREIA DE ALTERNADOR GM	UND	CONTINENTAL	1,000	91,7500	91,75

Fornecedor: 25 - SOCIEDADE ELETRICA PARANA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	RADIADOR GM	UNID	GENUINO	1,000	928,1300	928,13
19	CILINDRO DE IGNIÇÃO GM	UNID	FACOBRAS	1,000	336,1000	336,10
20	RESERVATORIO DE EXPANSÃO (ÁGUA) GM	UNID	GOMEL	1,000	188,3300	188,33
21	COMUTADOR GM	UN	FACOBRAS	1,000	305,1900	305,19
22	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA	HORA	AUT.BOSCH	30,000	67,6000	2.028,00
Total Fornecedor:						14.799,71

2.2. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, a cada 90 (noventa) dias com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
2.2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
2.2.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observando-se o seguinte:
a) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
2.2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
2.2.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.2.4. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.
2.2.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua emissão.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto desta Ata;
4.2. As quantidades para fornecimento serão solicitados pela(s) Secretaria(s), por escrito e dentro do prazo e validade do registro de preços de acordo com as suas necessidades respeitando o limite máximo, sendo facultado ao licitante fornecer o quantitivo em função de sua capacidade de fornecimento, caso esta seja inferior ao total requisitado.
4.3. Constatada a necessidade dos serviços, a Prefeitura do Município de Paranavaí, através da Diretoria de Contabilidade, procederá à emissão da respectiva nota de Empenho de Despesa e ordem de compra em nome do licitante, relacionando-se o(s) produto(s) (serviço pretendido e sua quantidade, bem como o respectivo preço conforme registrado em ata), devendo a execução dos serviços ser realizada conforme prazo estabelecido no edital, a partir do recebimento da respectiva ordem de compra.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES
5.1. Compete ao Órgão gerenciador:
5.1.1. O órgão gerenciador indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
5.1.2. Encaminhar o pedido, juntamente com o bloqueio da dotação orçamentária, à Diretoria de Compras, para emitir a autorização de fornecimento.
5.1.3. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
5.1.4. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando à Diretoria de Compras qualquer irregularidade verificada;
5.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os Produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
5.2. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
5.2.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços.
5.2.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão gerenciador, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
5.2.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
5.2.5. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
5.2.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
5.2.7. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.
CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
6.1.1. Pelo Orgão gerenciador quando:
a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
e) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;
f) por razões de interesse público, devidamente fundamentado.
6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da Prefeitura do município de Paranavaí, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
'7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante recebimento da nota de Empenho, formalizado pelo órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
7.3. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
7.4. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
7.4.1. O local de entrega dos materiais/execução dos serviços será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
7.4.2. O prazo de entrega será de até 05 (CINCO) DIAS, a partir do recebimento da respectiva ordem de compra, conforme solicitação do órgão gerenciador ou entidade requisitante.
7.4.3. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.'
7.4.4. As quantidades para fornecimento serão solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde, por escrito e dentro do prazo e validade do registro de preços, de acordo com as suas necessidades, livre de fretes e demais taxas, respeitando o limite máximo, sendo facultado ao licitante fornecer o quantitativo em função de sua capacidade de fornecimento, caso esta seja inferior ao total requisitado.
7.5. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os produtos, descritos na presente Ata, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
7.5.1. Serão recusados os produtos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
7.6. É de responsabilidade da empresa Detentora da Ata todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade civil ou criminal.
CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO
8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (DEZ) DIAS, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.
8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.
CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS
10.1. O Detentor da Ata de Registro de Preços que não cumprir com as exigências determinadas por esta ata de Registro de Preços estará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e Decreto nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 8.543/2005:
10.1.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por um prazo não superior a 05 (cinco) anos.

10.1.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
10.1.3. Multas pecuniárias, nas seguintes proporções:
10.1.4. O descumprimento do prazo de execução dos serviços sujeitará o fornecedor ao pagamento de moratória conforme estabelecido no edital, por dia de atraso, calculada sobre o valor do serviço dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 (trinta) dias, após o que poderá a critério da administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as conseqüências previstas em lei e nesta cláusula.
10.1.5. A não execução dos serviços solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa conforme estabelecido no edital, sobre o valor do serviço não prestado - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EFICÁCIA
11.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial do município e na página eletrônica:
www.paranavai.pr.gov.br..
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO
12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranavaí para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS
13.1. O recebimento dos bens e/ou serviços será realizado pelo Diretor de Frotas e Combustíveis FABIANO AUGUSTO, conforme Termo de Referência.

Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Enio Caetano de Paula Junior, Diretor de Compras, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 18.093/2017, pelo Procurador-Geral do Município, pelo Órgão Gerenciador e pelas empresas detentoras da Ata, qualificados preambularmente, representando as empresas detentoras, a mesma será devidamente publicada no Diário Oficial do Município e na página eletrônica
www.paranavai.pr.gov.br.

Paranavaí, 16 de Outubro de 2017

BENJAMIM MARÇAL COSTA
Procurador-Geral do Município

ENIO CAETANO DE PAULA JUNIOR
Diretor de Compras

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município
Órgão Gerenciador

Empresas Participantes
SOCIEDADE ELETRICA PARANA LTDA
CNPJ: 79.697.314/0001-45

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:132E0E59

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

277510 MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN até 17/11/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ABL9592	277510A000114560	10/7/2017	55412	R$ 195.23
ACS6656	277510A000114557	8/7/2017	55412	R$ 195.23
AEA4008	277510NIC0008992	27/9/2017	50020	R$ 390.46
AGV7681	277510NIC0008987	27/9/2017	50020	R$ 195.23
AHQ1900	277510NIC0008993	27/9/2017	50020	R$ 195.23
AIR3416	277510A000114563	10/7/2017	55412	R$ 195.23
AJZ7381	277510A000114508	10/7/2017	55412	R$ 195.23
AKU3160	277510A000112940	10/7/2017	55412	R$ 195.23
AMB2921	277510A000129529	25/7/2017	55411	R$ 195.23
AMI6970	277510A000130404	25/7/2017	55411	R$ 195.23
ANZ4824	277510A000130402	25/7/2017	55411	R$ 195.23
AOY9406	277510A000114564	10/7/2017	55412	R$ 195.23
AQP5598	277510NIC0008990	27/9/2017	50020	R$ 195.23
ARJ4888	277510A000128961	25/7/2017	65300	R$ 195.23
ARS3392	277510A000114033	10/7/2017	55412	R$ 195.23
ARS7935	277510A000113094	10/7/2017	55412	R$ 195.23
ASH2936	277510A000114507	10/7/2017	55412	R$ 195.23

ASL4785	277510A000114605	8/7/2017	55412	R$ 195.23
ASR1486	277510A000114182	10/7/2017	55412	R$ 195.23
ATR5964	277510A000130239	25/7/2017	76331	R$ 293.47
AUL6091	277510A000130096	25/7/2017	65640	R$ 293.47
AUO4290	277510NIC0008988	27/9/2017	50020	R$ 195.23
AUO6823	277510A000114559	10/7/2017	55412	R$ 195.23
AUQ5926	277510A000129827	25/7/2017	60412	R$ 195.23
AUR6685	277510A000114431	10/7/2017	55412	R$ 195.23
AUT5751	277510A000130171	25/7/2017	61220	R$ 293.47
AVB3349	277510A000130406	25/7/2017	55411	R$ 195.23
AWB5157	277510NIC0008986	27/9/2017	50020	R$ 130.16
AWI8244	277510A000128962	25/7/2017	76332	R$ 293.47
AWP4498	277510A000114558	8/7/2017	55412	R$ 195.23
AWP9539	277510A000130403	25/7/2017	55411	R$ 195.23
AXM9357	277510A000114429	10/7/2017	55412	R$ 195.23
AXM9357	277510A000113825	8/7/2017	55412	R$ 195.23
AXN9533	277510A000130236	25/7/2017	76331	R$ 293.47
AXP5436	277510A000114034	10/7/2017	55412	R$ 195.23
AXR7953	277510NIC0008991	27/9/2017	50020	R$ 780.92
AXU9571	277510A000114275	10/7/2017	55412	R$ 195.23
AXW2012	277510A000130355	25/7/2017	60501	R$ 293.47
AXW4663	277510A000129830	25/7/2017	60501	R$ 293.47
AYI0112	277510A000128048	25/7/2017	76331	R$ 293.47
AZB9056	277510A000113827	10/7/2017	55412	R$ 195.23
AZF1658	277510A000113826	10/7/2017	55412	R$ 195.23
AZF1772	277510A000128963	25/7/2017	76332	R$ 293.47
AZP7437	277510A000112942	10/7/2017	55412	R$ 195.23
BAH3931	277510NIC0008989	27/9/2017	50020	R$ 195.23
BBD4220	277510A000129829	25/7/2017	76252	R$ 293.47
BBF2450	277510A000114561	10/7/2017	55412	R$ 195.23
CRY2216	277510A000128197	25/7/2017	55500	R$ 130.16
DDM7777	277510A000114276	10/7/2017	55412	R$ 195.23
DWI0651	277510A000113095	10/7/2017	55412	R$ 195.23
EBO5117	277510A000130235	25/7/2017	55500	R$ 130.16
HCV6468	277510A000114506	10/7/2017	55412	R$ 195.23
IBV4355	277510A000114430	10/7/2017	55412	R$ 195.23
ICF3963	277510A000114428	10/7/2017	55412	R$ 195.23
IDA2369	277510A000114432	10/7/2017	55412	R$ 195.23
JVJ5534	277510A000129530	25/7/2017	55411	R$ 195.23
KDD3473	277510A000111790	8/7/2017	55412	R$ 195.23
KRR6239	277510NIC0008985	27/9/2017	50020	R$ 195.23
LWW5288	277510A000130237	25/7/2017	60412	R$ 195.23
LZF2181	277510A000112941	10/7/2017	55412	R$ 195.23
MEV5940	277510A000114366	10/7/2017	55412	R$ 195.23
MFO6779	277510A000130405	25/7/2017	55411	R$ 195.23
MIF5582	277510A000129527	25/7/2017	55500	R$ 130.16
MKN5263	277510A000128960	24/7/2017	61220	R$ 293.47
MMI2848	277510NIC0008984	27/9/2017	50020	R$ 260.32
MZJ0812	277510NIC0008994	27/9/2017	50020	R$ 390.46
NFB6640	277510A000114085	10/7/2017	55412	R$ 195.23
OIR4691	277510A000114562	10/7/2017	55412	R$ 195.23
ONO6321	277510A000114086	10/7/2017	55412	R$ 195.23
OOJ8653	277510NIC0008983	27/9/2017	50020	R$ 195.23
OWZ6206	277510A000128941	25/7/2017	51930	R$ 293.47
QHJ5264	277510A000130238	25/7/2017	60412	R$ 195.23
QHN3178	277510A000129528	25/7/2017	55411	R$ 195.23

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:1519A6B0

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

277510 MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN até 20/11/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ACJ5899	116100E007816015	19/7/2017	54522	R$ 195.23
ACJ5899	116100E007813359	19/7/2017	54522	R$ 195.23
AFB8799	116100E007818992	23/7/2017	55411	R$ 195.23
AFO8316	116100E007804206	20/7/2017	61732	R$ 195.23
AHJ8441	116100E007804252	18/7/2017	55411	R$ 195.23
AHN0021	277510A000114317	11/7/2017	55412	R$ 195.23
AJG5586	277510A000114653	11/7/2017	55412	R$ 195.23
AJY0440	277510A000114367	11/7/2017	55412	R$ 195.23
ALF1226	277510A000114567	11/7/2017	55412	R$ 195.23
ALH1928	116100E007819929	18/7/2017	57380	R$ 293.47
ANG1215	116100E007804661	23/7/2017	65300	R$ 195.23
ANK6949	116100E007819164	23/7/2017	54600	R$ 130.16
ANV5491	116100E007818980	23/7/2017	57380	R$ 293.47
AOP0112	116100E007804956	21/7/2017	76252	R$ 293.47
APN2264	277510A000130262	26/7/2017	58431	R$ 195.23
AQV4738	277510A000114277	11/7/2017	55412	R$ 195.23

AQX1488	277510A000130175	26/7/2017	54600	R$ 130.16
ARC3644	277510A000128942	26/7/2017	76331	R$ 293.47
ARD3759	277510A000114655	11/7/2017	55412	R$ 195.23
ARI3521	277510A000128944	26/7/2017	55500	R$ 130.16
ASG2536	277510A000130173	26/7/2017	55411	R$ 195.23
ASM1817	277510A000114510	11/7/2017	55412	R$ 195.23
ASR2293	277510A000130174	26/7/2017	55411	R$ 195.23
ATC2954	277510A000128050	26/7/2017	54522	R$ 195.23
ATM0710	116100E007813357	19/7/2017	55414	R$ 195.23
ATW5737	116100E007819657	24/7/2017	60501	R$ 293.47
ATY8860	277510A000112943	11/7/2017	55412	R$ 195.23
ATZ4899	277510A000114238	11/7/2017	55412	R$ 195.23
AUL8647	277510A000129268	26/7/2017	55417	R$ 195.23
AUR8796	277510A000114566	11/7/2017	55412	R$ 195.23
AUW8636	277510A000128049	26/7/2017	76331	R$ 293.47
AUY5991	116100E007804957	22/7/2017	55411	R$ 195.23
AVC2543	277510A000130302	26/7/2017	60412	R$ 195.23
AVV9715	277510A000114457	11/7/2017	55412	R$ 195.23
AWT2541	277510A000130240	26/7/2017	55500	R$ 130.16
AXM8608	277510A000129614	25/7/2017	60412	R$ 195.23
AXW6322	116100E007819928	17/7/2017	54600	R$ 130.16
AYD2634	116100E007804092	22/7/2017	65300	R$ 195.23
AZF0566	277510A000114654	11/7/2017	55412	R$ 195.23
AZF5301	277510A000130176	26/7/2017	55417	R$ 195.23
AZN1832	116100E007804094	23/7/2017	54521	R$ 195.23
AZO1219	116100E007815364	21/7/2017	76251	R$ 293.47
AZO1219	116100E007804013	22/7/2017	76252	R$ 293.47
AZZ5279	116100E007804602	22/7/2017	70561	R$ 293.47
BAL0574	116100E007818085	21/7/2017	72340	R$ 130.16
BAO6057	116100E007818977	17/7/2017	72930	R$ 130.16
BAO6057	116100E007818976	17/7/2017	55411	R$ 195.23
BBF6610	277510A000114433	11/7/2017	55412	R$ 195.23
BBH0579	116100E007816014	18/7/2017	56570	R$ 130.16
BCA7771	277510A000114435	11/7/2017	55412	R$ 195.23
BED2202	277510A000114565	11/7/2017	55412	R$ 195.23
BEE7011	277510A000114459	11/7/2017	55412	R$ 195.23
BLE3590	277510A000114458	11/7/2017	55412	R$ 195.23
CNN4127	277510A000130178	26/7/2017	51851	R$ 195.23
CNN4127	277510A000130177	26/7/2017	60502	R$ 293.47
DJQ2365	116100E007818978	22/7/2017	55411	R$ 195.23
DRK8529	277510A000114237	11/7/2017	55412	R$ 195.23
DXR5197	116100E007813358	19/7/2017	55414	R$ 195.23
EMW6444	277510A000129926	26/7/2017	51851	R$ 195.23
EUQ0256	277510A000114087	11/7/2017	55412	R$ 195.23
EVJ0522	116100E007819165	23/7/2017	54521	R$ 195.23
FKE4446	277510A000130241	26/7/2017	76331	R$ 293.47
FML8584	116100E007807954	18/7/2017	55680	R$ 195.23
HMO0729	277510A000114509	11/7/2017	55412	R$ 195.23
KMV3351	116100E007804309	21/7/2017	65300	R$ 195.23
LCG5328	116100E007816162	20/7/2017	60501	R$ 293.47
LOI4438	277510A000114511	11/7/2017	55412	R$ 195.23
LXG8042	277510A000114183	11/7/2017	55412	R$ 195.23
MCX3649	277510A000130261	26/7/2017	51851	R$ 195.23
MCX3649	277510A000130260	26/7/2017	76331	R$ 293.47
MDA0384	116100E007809219	19/7/2017	56144	R$ 195.23
MGQ7155	277510A000114434	11/7/2017	55412	R$ 195.23
MIR3044	277510A000114436	11/7/2017	55412	R$ 195.23
MJT7001	116100E007804014	22/7/2017	55411	R$ 195.23
MMJ2400	277510A000130303	26/7/2017	51851	R$ 195.23

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:6E520DC0

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

277510 MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN até 20/11/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAA4568	277510A000130306	27/7/2017	51851	R$ 195.23
AGS6986	277510A000128198	27/7/2017	51851	R$ 195.23
AGX4461	277510A000113096	12/7/2017	55412	R$ 195.23
AHI0610	277510A000114279	12/7/2017	55412	R$ 195.23
AKE2384	277510A000129927	27/7/2017	51851	R$ 195.23
AMX9105	277510A000114439	13/7/2017	55412	R$ 195.23
ANJ9816	277510A000113830	12/7/2017	55412	R$ 195.23
ANK6306	277510A000129675	26/7/2017	60412	R$ 195.23
ANT0108	277510A000114512	12/7/2017	55412	R$ 195.23
AOP4082	277510A000130408	27/7/2017	55411	R$ 195.23
API6631	277510A000114569	12/7/2017	55412	R$ 195.23
AQF1724	277510A000130305	27/7/2017	51851	R$ 195.23
ARK4382	277510A000129537	27/7/2017	54100	R$ 130.16

ARS7935	277510A000114657	12/7/2017	55412	R$ 195.23
ASQ4677	277510A000130410	27/7/2017	55411	R$ 195.23
ASX1348	277510A000130184	27/7/2017	51930	R$ 293.47
ATK0878	277510A000112944	12/7/2017	55412	R$ 195.23
ATQ9197	277510A000114437	12/7/2017	55412	R$ 195.23
ATU3795	277510A000130307	27/7/2017	51851	R$ 195.23
AUF5479	277510A000114369	12/7/2017	55412	R$ 195.23
AUY8082	277510A000128638	15/8/2017	55411	R$ 195.23
AVD6421	277510A000129831	27/7/2017	60412	R$ 195.23
AVJ7762	277510A000130304	27/7/2017	51851	R$ 195.23
AVR4748	277510A000114568	12/7/2017	55412	R$ 195.23
AVW5420	277510A000130244	27/7/2017	76331	R$ 293.47
AWY1866	277510A000130180	27/7/2017	76331	R$ 293.47
AXA3731	277510A000130109	27/7/2017	55411	R$ 195.23
AXA3731	277510A000130243	27/7/2017	55411	R$ 195.23
AXE7270	277510A000113828	12/7/2017	55412	R$ 195.23
AXJ2730	277510A000114460	12/7/2017	55412	R$ 195.23
AXQ1525	277510A000130451	27/7/2017	76331	R$ 293.47
AYA8432	277510A000114370	12/7/2017	55412	R$ 195.23
AYJ3935	277510A000129833	27/7/2017	60412	R$ 195.23
AYQ2968	277510A000129835	27/7/2017	60412	R$ 195.23
AZA3746	277510A000129534	27/7/2017	60412	R$ 195.23
AZI4542	277510A000114239	12/7/2017	55412	R$ 195.23
AZO3217	277510A000129538	27/7/2017	76252	R$ 293.47
BAL9410	277510A000130182	27/7/2017	76331	R$ 293.47
BAR3227	277510A000129532	27/7/2017	60412	R$ 195.23
BBB5088	277510A000114035	12/7/2017	55412	R$ 195.23
DZA0508	277510A000114461	12/7/2017	55412	R$ 195.23
DZI6998	277510A000129832	27/7/2017	60412	R$ 195.23
EVJ6660	277510A000130409	27/7/2017	55411	R$ 195.23
FTS1904	277510A000130242	27/7/2017	76331	R$ 293.47
FZD4920	277510A000114185	12/7/2017	55412	R$ 195.23
HNW8409	277510A000113097	12/7/2017	55412	R$ 195.23
HRP7196	277510A000113829	12/7/2017	55412	R$ 195.23
JTK7692	277510A000114184	12/7/2017	55412	R$ 195.23
KMR4616	277510A000114438	12/7/2017	55412	R$ 195.23
MDA6846	277510A000130015	27/7/2017	57380	R$ 293.47
MFC2531	277510A000129834	27/7/2017	60412	R$ 195.23
MGZ8041	277510A000130183	27/7/2017	76331	R$ 293.47
MIP2320	277510A000129836	27/7/2017	76332	R$ 293.47
MIR3044	277510A000114318	12/7/2017	55412	R$ 195.23
MMB2229	277510A000130108	27/7/2017	55411	R$ 195.23
NBO4829	277510A000130407	27/7/2017	55411	R$ 195.23
NHA0341	277510A000130179	27/7/2017	60412	R$ 195.23
PAZ1077	277510A000130411	27/7/2017	55411	R$ 195.23
QHH2845	277510A000129535	27/7/2017	60412	R$ 195.23

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:087A5B3C

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

277510 MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN até 20/11/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ADR5206	277510A000130418	28/7/2017	55411	R$ 195.23
AGM3716	277510A000129928	28/7/2017	51930	R$ 293.47
AHA2421	277510A000130421	28/7/2017	55411	R$ 195.23
AIV7077	277510NIC0009004	30/9/2017	50020	R$ 195.23
AJN1846	277510NIC0008998	30/9/2017	50020	R$ 293.47
AKL6290	277510A000130097	27/7/2017	60412	R$ 195.23
AMP6044	277510A000129840	28/7/2017	55680	R$ 195.23
AOX2276	277510A000128947	28/7/2017	76252	R$ 293.47
ARF5241	277510A000129839	28/7/2017	76331	R$ 293.47
ARX5423	277510A000128964	28/7/2017	76331	R$ 293.47
ASA4086	277510NIC0008997	30/9/2017	50020	R$ 130.16
ASX5016	277510A000130503	29/7/2017	55500	R$ 130.16
ASZ6430	277510A000130501	29/7/2017	55500	R$ 130.16
ATF4145	277510A000130414	28/7/2017	60412	R$ 195.23
ATI5910	277510A000130423	28/7/2017	55411	R$ 195.23
ATU7055	277510A000130413	28/7/2017	60174	R$ 293.47
ATU7055	277510A000130412	28/7/2017	60174	R$ 293.47
ATW0302	277510NIC0009005	30/9/2017	50020	R$ 195.23
AUL7111	277510NIC0009001	30/9/2017	50020	R$ 976.15
AVG1749	277510NIC0008996	30/9/2017	50020	R$ 195.23
AWB1724	277510NIC0009002	30/9/2017	50020	R$ 195.23
AWN2338	277510NIC0009003	30/9/2017	50020	R$ 195.23
AWU5878	277510A000128199	29/7/2017	55680	R$ 195.23
AXB3058	277510A000129270	27/7/2017	76332	R$ 293.47
AXT4585	277510A000129929	28/7/2017	51851	R$ 195.23
AYI4090	277510NIC0009000	30/9/2017	50020	R$ 195.23

AYL4434	277510A000130248	28/7/2017	76331	R$ 293.47
AYP9607	277510A000129838	28/7/2017	76331	R$ 293.47
AYQ0083	277510A000130415	28/7/2017	55417	R$ 195.23
AZF5723	277510A000130249	29/7/2017	55500	R$ 130.16
BAN0099	277510A000130502	29/7/2017	76251	R$ 293.47
BAT3212	277510NIC0008995	30/9/2017	50020	R$ 195.23
BAZ6728	277510NIC0008999	30/9/2017	50020	R$ 293.47
BER9770	277510A000128946	28/7/2017	60412	R$ 195.23
BER9770	277510A000130247	28/7/2017	60412	R$ 195.23
CAJ3627	277510A000130098	28/7/2017	60412	R$ 195.23
EEY7517	277510A000130100	29/7/2017	55411	R$ 195.23
HPL2706	277510A000130417	28/7/2017	55411	R$ 195.23
HXY0899	277510A000129837	28/7/2017	57380	R$ 293.47
IQT0627	277510A000130419	28/7/2017	55411	R$ 195.23
MFI3399	277510A000128945	27/7/2017	60412	R$ 195.23
MHF7302	277510A000130420	28/7/2017	55411	R$ 195.23
MHS3126	277510A000130416	28/7/2017	55411	R$ 195.23

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:1F4F1B4C

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

277510 MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN até 22/11/2017.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ABK9044	277510A000115651	6/9/2017	55412
ACQ2620	116100E007972066	23/9/2017	60175
AEV8975	116100E007816239	23/9/2017	62700
AFW8965	277510A000115455	11/9/2017	55412
AFZ8700	277510A000115717	11/9/2017	55412
AII0519	277510A000115652	11/9/2017	55412
AJC2340	277510A000115718	11/9/2017	55412
AJP4945	116100E007816562	22/9/2017	55250
AKA5986	277510A000114747	11/9/2017	55412
AKH0698	116100E007819376	27/9/2017	65300
AKY8024	116100E007818949	23/9/2017	76251
AMO7692	277510A000115719	11/9/2017	55412
ANA5413	277510A000115454	6/9/2017	55412
ANY3173	277510A000114891	6/9/2017	55412
AOI4762	277510A000115632	11/9/2017	55412
ARA7246	277510A000115810	6/9/2017	55412
ARC1782	116100E007816123	25/9/2017	56731
ARI3001	116100E007809335	24/9/2017	70561
ART1414	277510A000115812	6/9/2017	55412
ASD9017	277510A000115453	6/9/2017	55412
ASI5288	116100E007815771	23/9/2017	72340
ASS5748	277510A000115324	11/9/2017	55412
ATK0878	277510A000115633	11/9/2017	55412
ATN7607	116100E007819602	25/9/2017	54522
ATU2757	116100E007816326	27/9/2017	54870
AUG4750	116100E007816291	23/9/2017	76251
AUK7123	277510A000114746	11/9/2017	55412
AUK8224	116100E007816436	15/9/2017	55411
AUS6842	116100E007818950	23/9/2017	54600
AUZ0931	277510A000114899	11/9/2017	55412
AVM7171	277510A000115852	11/9/2017	55412
AWH5425	116100E007816320	24/9/2017	65300
AWH5425	116100E007816319	24/9/2017	54521
AWY3772	277510A000114900	11/9/2017	55412
AXK0529	277510A000115771	11/9/2017	55412
AXX1218	277510A000115770	6/9/2017	55412
AYR8696	277510A000115772	11/9/2017	55412
AYR9836	116100E007816435	15/9/2017	55411
AYS4989	277510A000115853	11/9/2017	55412
AYY7360	277510A000114892	6/9/2017	55412
AYY7360	277510A000115773	11/9/2017	55412
AZB4997	116100E007816318	24/9/2017	54521
AZC8989	277510A000115774	11/9/2017	55412
AZG3275	277510A000115411	6/9/2017	55412
BAJ0280	277510A000115813	11/9/2017	55412
BAY1724	277510A000114894	6/9/2017	55412
BBC2426	277510A000115409	6/9/2017	55412
BBG8204	277510A000114897	11/9/2017	55412
BCJ1926	116100E007816437	15/9/2017	54521
BDF6363	116100E007819977	26/9/2017	55417
BDT1893	116100E007816294	25/9/2017	65300
BDX2704	277510A000115099	11/9/2017	55412
BED2202	277510A000115287	11/9/2017	55412
BEU1989	277510A000115322	11/9/2017	55412
BFB4764	116100E007816317	24/9/2017	54600
BIQ8336	277510A000115286	6/9/2017	55412

BOU3239	277510A000115631	11/9/2017	55412
DPM7937	116100E007816193	23/9/2017	57380
DVJ2995	277510A000115815	11/9/2017	55412
ERK5193	277510A000115410	6/9/2017	55412
FZD4920	277510A000115851	11/9/2017	55412
HBF0860	277510A000115634	11/9/2017	55412
HHO9752	277510A000115458	11/9/2017	55412
HZV6472	277510A000115288	11/9/2017	55412
ILS5863	116100E007816325	27/9/2017	58780
ILY2904	277510A000115811	6/9/2017	55412
IRE0376	116100E007807955	27/9/2017	57200
ITE3361	277510A000114893	6/9/2017	55412
JEJ2763	277510A000115323	11/9/2017	55412
JNJ4728	277510A000115457	11/9/2017	55412
JTS1399	277510A000115816	11/9/2017	55412
KMW6375	116100E007816434	15/9/2017	54950
LBU9640	277510A000114898	11/9/2017	55412
LOK2083	116100E007819375	27/9/2017	65300
LYF3868	277510A000115769	6/9/2017	55412
LZE0377	277510A000114895	6/9/2017	55412
LZY0562	116100E007816321	24/9/2017	58191
MBT3518	277510A000115456	11/9/2017	55412
MBT3518	277510A000114744	6/9/2017	55412
MCC5396	277510A000114745	11/9/2017	55412
MDF0209	277510A000115855	11/9/2017	55412
MDZ3383	116100E007811853	21/9/2017	57380
MGM2434	116100E007816314	22/9/2017	65300
MGP5281	277510A000115100	11/9/2017	55412
MGZ8041	116100E007819169	23/9/2017	54521
MHZ6398	116100E007819209	26/9/2017	70640
MIR7981	116100E007816438	15/9/2017	54522
MLT5908	277510A000115854	11/9/2017	55412
MMH8554	277510A000115814	11/9/2017	55412
NJU9099	277510A000115630	6/9/2017	55412
NSO0283	277510A000115716	11/9/2017	55412
NSO0283	277510A000114896	6/9/2017	55412
PVI2834	277510A000115715	6/9/2017	55412

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:7B4A348D

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

277510 MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN até 22/11/2017.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ABK9044	277510A000115651	6/9/2017	55412
ACQ2620	116100E007972066	23/9/2017	60175
AEV8975	116100E007816239	23/9/2017	62700
AFW8965	277510A000115455	11/9/2017	55412
AFZ8700	277510A000115717	11/9/2017	55412
AII0519	277510A000115652	11/9/2017	55412
AJC2340	277510A000115718	11/9/2017	55412
AJP4945	116100E007816562	22/9/2017	55250
AKA5986	277510A000114747	11/9/2017	55412
AKH0698	116100E007819376	27/9/2017	65300
AKY8024	116100E007818949	23/9/2017	76251
AMO7692	277510A000115719	11/9/2017	55412
ANA5413	277510A000115454	6/9/2017	55412
ANY3173	277510A000114891	6/9/2017	55412
AOI4762	277510A000115632	11/9/2017	55412
ARA7246	277510A000115810	6/9/2017	55412
ARC1782	116100E007816123	25/9/2017	56731
ARI3001	116100E007809335	24/9/2017	70561
ART1414	277510A000115812	6/9/2017	55412
ASD9017	277510A000115453	6/9/2017	55412
ASI5288	116100E007815771	23/9/2017	72340
ASS5748	277510A000115324	11/9/2017	55412
ATK0878	277510A000115633	11/9/2017	55412
ATN7607	116100E007819602	25/9/2017	54522
ATU2757	116100E007816326	27/9/2017	54870
AUG4750	116100E007816291	23/9/2017	76251
AUK7123	277510A000114746	11/9/2017	55412
AUK8224	116100E007816436	15/9/2017	55411
AUS6842	116100E007818950	23/9/2017	54600
AUZ0931	277510A000114899	11/9/2017	55412
AVM7171	277510A000115852	11/9/2017	55412
AWH5425	116100E007816320	24/9/2017	65300
AWH5425	116100E007816319	24/9/2017	54521
AWY3772	277510A000114900	11/9/2017	55412
AXK0529	277510A000115771	11/9/2017	55412
AXX1218	277510A000115770	6/9/2017	55412

AYR8696	277510A000115772	11/9/2017	55412
AYR9836	116100E007816435	15/9/2017	55411
AYS4989	277510A000115853	11/9/2017	55412
AYY7360	277510A000114892	6/9/2017	55412
AYY7360	277510A000115773	11/9/2017	55412
AZB4997	116100E007816318	24/9/2017	54521
AZC8989	277510A000115774	11/9/2017	55412
AZG3275	277510A000115411	6/9/2017	55412
BAJ0280	277510A000115813	11/9/2017	55412
BAY1724	277510A000114894	6/9/2017	55412
BBC2426	277510A000115409	6/9/2017	55412
BBG8204	277510A000114897	11/9/2017	55412
BCJ1926	116100E007816437	15/9/2017	54521
BDF6363	116100E007819977	26/9/2017	55417
BDT1893	116100E007816294	25/9/2017	65300
BDX2704	277510A000115099	11/9/2017	55412
BED2202	277510A000115287	11/9/2017	55412
BEU1989	277510A000115322	11/9/2017	55412
BFB4764	116100E007816317	24/9/2017	54600
BIQ8336	277510A000115286	6/9/2017	55412
BOU3239	277510A000115631	11/9/2017	55412
DPM7937	116100E007816193	23/9/2017	57380
DVJ2995	277510A000115815	11/9/2017	55412
ERK5193	277510A000115410	6/9/2017	55412
FZD4920	277510A000115851	11/9/2017	55412
HBF0860	277510A000115634	11/9/2017	55412
HHO9752	277510A000115458	11/9/2017	55412
HZV6472	277510A000115288	11/9/2017	55412
ILS5863	116100E007816325	27/9/2017	58780
ILY2904	277510A000115811	6/9/2017	55412
IRE0376	116100E007807955	27/9/2017	57200
ITE3361	277510A000114893	6/9/2017	55412
JEJ2763	277510A000115323	11/9/2017	55412
JNJ4728	277510A000115457	11/9/2017	55412
JTS1399	277510A000115816	11/9/2017	55412
KMW6375	116100E007816434	15/9/2017	54950
LBU9640	277510A000114898	11/9/2017	55412
LOK2083	116100E007819375	27/9/2017	65300
LYF3868	277510A000115769	6/9/2017	55412
LZE0377	277510A000114895	6/9/2017	55412
LZY0562	116100E007816321	24/9/2017	58191
MBT3518	277510A000115456	11/9/2017	55412
MBT3518	277510A000114744	6/9/2017	55412
MCC5396	277510A000114745	11/9/2017	55412
MDF0209	277510A000115855	11/9/2017	55412
MDZ3383	116100E007811853	21/9/2017	57380
MGM2434	116100E007816314	22/9/2017	65300
MGP5281	277510A000115100	11/9/2017	55412
MGZ8041	116100E007819169	23/9/2017	54521
MHZ6398	116100E007819209	26/9/2017	70640
MIR7981	116100E007816438	15/9/2017	54522
MLT5908	277510A000115854	11/9/2017	55412
MMH8554	277510A000115814	11/9/2017	55412
NJU9099	277510A000115630	6/9/2017	55412
NSO0283	277510A000115716	11/9/2017	55412
NSO0283	277510A000114896	6/9/2017	55412
PVI2834	277510A000115715	6/9/2017	55412

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:CA358C15

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

277510 MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN até 23/11/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAB2445	277510A000130424	31/7/2017	60412	R$ 195.23
ABY4705	277510A000130263	28/7/2017	76251	R$ 293.47
ACI7887	277510A000114607	13/7/2017	55412	R$ 195.23
ADY8928	277510NIC0009006	3/10/2017	50020	R$ 293.47
AGT2231	277510A000130506	31/7/2017	55500	R$ 130.16
AHB8828	277510A000130017	31/7/2017	76331	R$ 293.47
AJR8771	277510A000130508	31/7/2017	54284	R$ 293.47
AKA5986	277510A000112946	13/7/2017	55412	R$ 195.23
AKY8706	277510A000114571	13/7/2017	55412	R$ 195.23
ANO0235	277510A000114606	13/7/2017	55412	R$ 195.23
ANZ2248	277510A000112949	13/7/2017	55412	R$ 195.23
AOE6642	277510A000130189	31/7/2017	51930	R$ 293.47
AOL5424	277510A000114440	13/7/2017	55412	R$ 195.23
APK9600	277510A000130504	31/7/2017	60412	R$ 195.23
AQR0310	277510NIC0009011	3/10/2017	50020	R$ 585.69

ARH3123	277510A000130308	31/7/2017	55411	R$ 195.23
ARQ7079	277510A000114573	13/7/2017	55412	R$ 195.23
ARS6609	277510A000114572	13/7/2017	55412	R$ 195.23
ARZ1057	277510A000114280	13/7/2017	55412	R$ 195.23
ASD5415	277510A000114186	13/7/2017	55412	R$ 195.23
ASH0467	277510A000130356	31/7/2017	60412	R$ 195.23
ASO4195	277510A000130016	31/7/2017	58191	R$ 880.41
ASQ4677	277510A000114319	13/7/2017	55412	R$ 195.23
ATX6354	277510A000128959	24/7/2017	54526	R$ 195.23
AUA0308	277510NIC0009007	3/10/2017	50020	R$ 390.46
AUD7288	277510A000112945	13/7/2017	55412	R$ 195.23
AVI9031	277510A000114608	13/7/2017	55412	R$ 195.23
AVJ4305	277510A000114658	13/7/2017	55412	R$ 195.23
AVM0290	277510A000130266	28/7/2017	51930	R$ 293.47
AWB1734	277510A000114514	13/7/2017	55412	R$ 195.23
AWG2753	277510A000128341	31/7/2017	60412	R$ 195.23
AWH5425	277510A000128340	31/7/2017	60412	R$ 195.23
AXH8716	277510A000130270	30/7/2017	60412	R$ 195.23
AXJ7167	277510A000128739	31/7/2017	60412	R$ 195.23
AXN2866	277510NIC0009010	3/10/2017	50020	R$ 195.23
AYB1569	277510NIC0009009	3/10/2017	50020	R$ 390.46
AYR3874	277510A000114463	13/7/2017	55412	R$ 195.23
AZZ0739	277510A000130265	28/7/2017	76331	R$ 293.47
BAO7510	277510A000130250	31/7/2017	76331	R$ 293.47
BAT1648	277510A000130551	31/7/2017	55417	R$ 195.23
BAY0415	277510A000130509	31/7/2017	54521	R$ 195.23
BDB2559	277510A000130188	31/7/2017	76331	R$ 293.47
BDU0062	277510A000114441	13/7/2017	55412	R$ 195.23
BED2202	277510A000114089	13/7/2017	55412	R$ 195.23
BOF3052	277510A000114462	13/7/2017	55412	R$ 195.23
DIM0602	277510A000114187	13/7/2017	55412	R$ 195.23
DLU3557	277510A000130269	30/7/2017	60412	R$ 195.23
DON6424	277510A000114464	13/7/2017	55412	R$ 195.23
DTZ9597	277510A000112948	13/7/2017	55412	R$ 195.23
DWA4319	277510A000130264	28/7/2017	60412	R$ 195.23
EGH9099	277510A000128342	31/7/2017	60412	R$ 195.23
GKF6739	277510A000130187	31/7/2017	60502	R$ 293.47
GKF6739	277510A000130185	31/7/2017	58511	R$ 130.16
GOT9132	277510A000129676	28/7/2017	55411	R$ 195.23
IBM3992	277510A000114088	13/7/2017	55412	R$ 195.23
IJR5106	277510A000130267	30/7/2017	76252	R$ 293.47
IOQ2935	277510A000113098	13/7/2017	55412	R$ 195.23
LWC2483	277510A000114241	13/7/2017	55412	R$ 195.23
MCA6336	277510A000130507	31/7/2017	76331	R$ 293.47
MCB2368	277510A000130268	30/7/2017	55411	R$ 195.23
MDF0209	277510A000113831	13/7/2017	55412	R$ 195.23
MEV3344	277510A000114442	13/7/2017	55412	R$ 195.23
MGM7356	277510A000129677	31/7/2017	55500	R$ 130.16
MIU6243	277510A000114320	13/7/2017	55412	R$ 195.23
MJZ3464	277510A000114515	13/7/2017	55412	R$ 195.23
MLN7296	277510A000130274	31/7/2017	61650	R$ 195.23
MLV6708	277510NIC0009008	3/10/2017	50020	R$ 195.23
NFB6640	277510A000114513	13/7/2017	55412	R$ 195.23
QHQ5832	277510A000114240	13/7/2017	55412	R$ 195.23
QHS2779	277510A000112947	13/7/2017	55412	R$ 195.23

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:B16BE86B

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

277510 MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN até 24/11/2017, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAH8081	277510A000130603	1/8/2017	76331	R$ 293.47
ABQ5756	277510A000114242	14/7/2017	55412	R$ 195.23
ACH5444	277510A000128965	1/8/2017	55417	R$ 195.23
ACN9888	277510A000114281	14/7/2017	55412	R$ 195.23
AFF7442	277510A000114245	15/7/2017	55412	R$ 195.23
AFY5837	277510A000130454	1/8/2017	60412	R$ 195.23
AFZ8700	277510A000114518	14/7/2017	55412	R$ 195.23
AHB3868	277510A000114188	14/7/2017	55412	R$ 195.23
AJI6179	277510A000111792	15/7/2017	55412	R$ 195.23
AJK0476	277510A000130453	1/8/2017	55500	R$ 130.16
AJM5281	277510NIC0009017	4/10/2017	50020	R$ 195.23
AJZ8713	277510A000129615	31/7/2017	60412	R$ 195.23
AKA9696	277510A000130601	1/8/2017	55500	R$ 130.16
AKM8503	277510A000112950	14/7/2017	55412	R$ 195.23
AMU5004	277510A000114702	14/7/2017	55412	R$ 195.23
AMX9105	277510A000114468	14/7/2017	55412	R$ 195.23
AOK5415	277510A000114244	15/7/2017	55412	R$ 195.23

AQB0083	277510A000130602	1/8/2017	76331	R$ 293.47
AQR0310	277510NIC0009021	4/10/2017	50020	R$ 780.92
ARA1707	277510A000114282	14/7/2017	55412	R$ 195.23
ARS7935	277510NIC0009019	4/10/2017	50020	R$ 2928.45
ARV9961	277510A000114446	15/7/2017	55412	R$ 195.23
ARZ1057	277510A000130311	1/8/2017	76332	R$ 293.47
ASE5290	277510NIC0009014	4/10/2017	50020	R$ 195.23
ASM1817	277510A000114092	15/7/2017	55412	R$ 195.23
AUA2435	277510A000114609	14/7/2017	55412	R$ 195.23
AUF4531	277510NIC0009015	4/10/2017	50020	R$ 195.23
AUN9168	277510A000128966	1/8/2017	76331	R$ 293.47
AVC4390	277510A000114445	14/7/2017	55412	R$ 195.23
AVH2607	277510A000130310	1/8/2017	51851	R$ 195.23
AVT5121	277510A000130018	1/8/2017	55417	R$ 195.23
AVU2149	277510A000114467	14/7/2017	55412	R$ 195.23
AWL4138	277510A000130276	1/8/2017	58433	R$ 195.23
AWL4138	277510A000130275	1/8/2017	76331	R$ 293.47
AWR3501	277510NIC0009012	4/10/2017	50020	R$ 293.47
AXW1323	277510A000114444	14/7/2017	55412	R$ 195.23
AYK8678	277510A000114610	14/7/2017	55412	R$ 195.23
AYX6383	277510A000130604	1/8/2017	55417	R$ 195.23
AZH1354	277510A000114373	15/7/2017	55412	R$ 195.23
AZW5233	277510NIC0009020	4/10/2017	50020	R$ 195.23
AZZ0549	277510A000114520	14/7/2017	55412	R$ 195.23
BAK1495	277510A000114465	14/7/2017	55412	R$ 195.23
BAT7682	277510NIC0009013	4/10/2017	50020	R$ 195.23
BAU4134	277510A000114516	14/7/2017	55412	R$ 195.23
BBS0423	277510NIC0009022	4/10/2017	50020	R$ 293.47
BBW0527	277510A000129616	1/8/2017	60412	R$ 195.23
CVN2117	277510NIC0009023	4/10/2017	50020	R$ 195.23
DUT2838	277510NIC0009016	4/10/2017	50020	R$ 195.23
DWD6242	277510A000114093	15/7/2017	55412	R$ 195.23
FGZ3828	277510A000114701	14/7/2017	55412	R$ 195.23
FIN7983	277510A000130019	1/8/2017	60412	R$ 195.23
FNH1857	277510A000130309	1/8/2017	51851	R$ 195.23
HSE3700	277510A000128740	1/8/2017	60412	R$ 195.23
IST6926	277510A000130192	1/8/2017	54526	R$ 195.23
KET0068	277510A000114466	14/7/2017	55412	R$ 195.23
LNM6105	277510A000114519	14/7/2017	55412	R$ 195.23
LWV3682	277510A000130511	1/8/2017	54526	R$ 195.23
MAK6172	277510A000114443	14/7/2017	55412	R$ 195.23
MAL9548	277510A000114090	14/7/2017	55412	R$ 195.23
MCG7720	277510A000114283	14/7/2017	55412	R$ 195.23
MCY8034	277510A000111791	15/7/2017	55412	R$ 195.23
MFZ0953	277510A000114243	14/7/2017	55412	R$ 195.23
MFZ0953	277510A000114091	14/7/2017	55412	R$ 195.23
MGI2563	277510A000114447	15/7/2017	55412	R$ 195.23
MGJ6217	277510A000114372	14/7/2017	55412	R$ 195.23
MJU3971	277510A000114371	14/7/2017	55412	R$ 195.23
MLN7296	277510A000114189	15/7/2017	55412	R$ 195.23
NPG6464	277510A000130512	1/8/2017	76251	R$ 293.47
NPG6464	277510A000130452	1/8/2017	60412	R$ 195.23
OBH8276	277510A000130513	1/8/2017	60412	R$ 195.23
PUW3452	277510A000130191	1/8/2017	58431	R$ 195.23
PUW3452	277510A000130190	1/8/2017	64910	R$ 88.38
PWV3558	277510NIC0009018	4/10/2017	50020	R$ 390.46

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:643C1F53

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

277510 MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN até 24/11/2017.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAQ1556	277510A000115862	13/9/2017	55412
AAY6073	277510A000115645	14/9/2017	55412
ADG8080	277510A000115903	13/9/2017	55412
AFT9397	277510A000115904	13/9/2017	55412
AHB4213	277510A000115636	12/9/2017	55412
AHB9546	277510A000115817	12/9/2017	55412
AHD5368	277510A000115857	12/9/2017	55412
AIY2090	277510A000115290	12/9/2017	55412
AJC9633	277510A000115416	14/9/2017	55412
AJY2554	277510A000115860	13/9/2017	55412
ALN0736	277510A000115294	14/9/2017	55412
AMF6066	277510A000115463	12/9/2017	55412
AMS0670	277510A000115327	13/9/2017	55412
AMX9105	277510A000115953	14/9/2017	55412
AMX9105	277510A000115861	13/9/2017	55412
AOB3280	277510A000115819	12/9/2017	55412
AOM4090	277510A000115412	12/9/2017	55412

AOQ9323	277510A000115643	13/9/2017	55412
AOS1044	277510A000131226	30/9/2017	60501
APF9506	277510A000115637	12/9/2017	55412
APN0988	277510A000115464	13/9/2017	55412
APS3913	277510A000115823	14/9/2017	55412
APV1883	277510A000115648	14/9/2017	55412
ASB8785	277510A000115460	12/9/2017	55412
ASI9736	277510A000115644	13/9/2017	55412
ASN5650	277510A000115461	12/9/2017	55412
ASR8750	277510A000115467	14/9/2017	55412
ATG7384	277510A000115902	12/9/2017	55412
ATR3716	277510A000115951	12/9/2017	55412
ATZ5063	277510A000114748	12/9/2017	55412
AUJ7467	277510A000115781	14/9/2017	55412
AVH5948	277510A000115865	14/9/2017	55412
AVM1091	277510A000115642	13/9/2017	55412
AVM7966	277510A000115859	12/9/2017	55412
AVN4948	277510A000115466	13/9/2017	55412
AVV3448	277510A000130044	30/9/2017	76251
AWG3185	277510A000115858	12/9/2017	55412
AWV6809	277510A000115289	12/9/2017	55412
AXB3195	277510A000115415	14/9/2017	55412
AXH2304	277510A000115818	12/9/2017	55412
AXI0392	277510A000115292	13/9/2017	55412
AXL5722	277510A000115465	13/9/2017	55412
AXL5722	277510A000115293	14/9/2017	55412
AXN9396	277510A000115325	12/9/2017	55412
AYR6883	277510A000115776	12/9/2017	55412
AYS4989	277510A000114749	12/9/2017	55412
AZT9082	277510A000115869	14/9/2017	55412
BAE5884	277510A000115326	12/9/2017	55412
BAO2521	277510A000115330	13/9/2017	55412
BAO2521	277510A000115863	14/9/2017	55412
BBN1797	277510A000115417	14/9/2017	55412
BCM4267	277510A000115867	14/9/2017	55412
BEI5952	277510A000131227	30/9/2017	55417
BHG3236	277510A000115640	13/9/2017	55412
BPK8892	277510A000115901	12/9/2017	55412
BRI3845	277510A000115952	14/9/2017	55412
CLD4037	277510A000115821	13/9/2017	55412
CRY6746	277510A000114750	12/9/2017	55412
DGN3583	277510A000115779	14/9/2017	55412
DWC2031	277510A000115780	14/9/2017	55412
EXT9896	277510A000115639	12/9/2017	55412
IBM3992	277510A000115414	13/9/2017	55412
IWV4959	277510A000115866	14/9/2017	55412
JRW9468	277510A000115822	14/9/2017	55412
JYI1013	277510A000115778	13/9/2017	55412
KJN7230	277510A000115462	12/9/2017	55412
LBU9640	277510A000115328	13/9/2017	55412
LBU9640	277510A000115641	13/9/2017	55412
LXF1411	277510A000115647	14/9/2017	55412
LXV6912	277510A000115824	14/9/2017	55412
LXY3155	277510A000115413	12/9/2017	55412
LYY7505	277510A000115329	13/9/2017	55412
LZA9830	277510A000115856	12/9/2017	55412
LZH5003	277510A000115638	12/9/2017	55412
LZQ6776	277510A000115868	14/9/2017	55412
MFN9603	277510A000115820	12/9/2017	55412
MJU6939	277510A000115775	12/9/2017	55412
MKU2959	277510A000115777	13/9/2017	55412
NSO0283	277510A000115635	12/9/2017	55412
OQW1051	277510A000115459	12/9/2017	55412
PET5660	277510A000115655	14/9/2017	55412
PWK9295	277510A000115291	13/9/2017	55412

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:658294A8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2017-003 - ANEXO - RELATORIO DE CANDIDATOS CONVOCADOS PARA PROVA DE TITULOS COM TABELA

PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Nome	Inscrição
ADRIANA DE FATIMA FRAGOSO BUENO FRANCO	327
ADRIANE ZAPPE DA COSTA	326
ALEXANDRA DE FATIMA SOARES RIBEIRO	252
ALEXSANDRA APARECIDA NEGOCZEKI	299
ALINE BRUNNQUELL	311
ALINE RICHTER	277

AMANDA SEVERINO DE CASTRO	250
ANA PAULA RITZMANN MALINOVSKI	292
ANGELA MARIA DE SOUZA	291
ANGELA PIRES DA CRUZ	231
BIANCA DE LIMA MARCOVICZ	215
BRUNA LEITE PAIS	270
BRUNA WOZNAK RICHTER	302
CAMILA MIRANDA DA COSTA	239
CARLA SCHROTH WEDEKIND	224
CATARINA MICHEL ADENIL FERREIRA PEREIRA	232
CHARLINE DE ANDRADE	240
CLAUDIA STALL	290
CLEIDE JOSIANE HONORIO TEIXEIRA LEITE	266
CLEUSA UHLICK DEORACKI	297
DANIELE PEREIRA DOS SANTOS	328
DEVANIR FRONZA	218
EDILENE DE FATIMA NENEMANN	219
EDITE BEIRA FRANCO	320
ELIEGIDE RIBAS	272
ELIZE MARIA ANTON	280
ENI DE FATIMA MACHOVSKI	315
ERMANOELI APARECIDA SWIATOWSKI HEUER	298
FABIANA MASSANEIRO LENSCHOW	206
FERNANDA RODRIGUES DE FRANCA	238
FRANCIELLE KUROVSKI	325
GEISI CRISTIANE EICHENDORF LOURENCO	318
HELOISA TRAIN MALINOVSKI	234
IRIZIANA SCHREINER	227
JACIRA HONORIO DE LIMA TABORDA	269
JOZIANE APARECIDA PRUCHAKI DA SILVA	271
JUCELIA CRISTINA BUENO DA CONCEICAO	316
JUCIANE SILVEIRA FLORES	317
JULIANE WATTER DA SILVA	296
JUSSARA PAIVA PAULA	210
LEDA SEBASTIANA DE OLIVEIRA	305
LUZIA DA CONCEICAO GROSSKOPF	247
MARCIA DOLORES RUNSCHKA	307
MARCIA JAQUELINE DA SILVA GROSSKOPF	205
MARIA DE FATIMA RECK	313
MARIA JOSSELIA GRUBER DE SOUZA	319
MARIZA LIEBEL	278
MERI PEREIRA DE SOUZA	295
MONICA B BRUNNQUELL	226
NADIA RIBEIRO	321
NILZORETE APARECIDA DE FRANCA	322
RITAMARA RODRIGUES BARBOSA	283
ROSELETE DE MELO	275
ROSENILDA VEIGA	323
ROSINEI DE OLIVEIRA	312
RUTE R ODRIGUES DA SILVA FORATO	301
SANDRIELI DO CARMO KUROVSKI	230
SCHEILA DE ANDRADE SURA	306
SELMA DO ROCIO LUIZ	211
SHEYLA SUCHOMEL ALVES	274
SILMARA DA CRUZ RIBAS TELMA	276
SUZANI SEIDEL PINHEIRO	233
TERESINHA AMALIA GIBBERT	256
TEREZINHA APARECIDA PEREIRA NOGUEIRA	304
VAGNERIA OLSEN NOGUEIRA	251
VALDIRENE LIEBL GROSSKOPF	243
VANESSA MAURA BERTOLI RANK	289
VANEZA RIBEIRO DE SIQUEIRA	288
VERIDIANE APARECIDA DE MELO	314
YASMIM RAQUEL ANDRADE VIANNA DE OLIVEIRA	267

(AFROBRASILEIROS)

PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Nome	Inscrição
JUSSARA PAIVA PAULA	210

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:733E0A56

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO 49 2017

Relatório de alteração orçamentária por funcional programática

Lei/Ato nº 996 - Decreto nº 49/2017 de 01/09/2017		Escopo	Nº	Ano
Autorização: 758	Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	494	2016
Crédito adicional	Recurso do crédito adicional		Previsto	Realizado
Suplementar	Anulação de Dotações		255.411,77	255.411,77
Suplementar	Excesso de Arrecadação		33.615,00	33.615,00
Despesa				
02	Executivo Municipal	Anulação		10.000,00
02.001	Gabinete do Prefeito	Abertura		
04.122.0401.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
110 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
02	Executivo Municipal	Anulação		3.000,00
02.001	Gabinete do Prefeito	Abertura		
04.122.0401.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito			
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
140 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
02	Executivo Municipal	Anulação		3.000,00
02.003	Assessoria Juridica	Abertura		
04.091.0401.2004	Manutenção da Assessoria Jurídica			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
250 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
02	Executivo Municipal	Acréscimo		2.000,00
02.004	Assessoria de Controle Interno	Abertura		
04.124.0401.2005	Manutenção da Assessoria de Controle Interno			
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
260 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
02	Executivo Municipal	Anulação		3.000,00
02.004	Assessoria de Controle Interno	Abertura		
04.124.0401.2005	Manutenção da Assessoria de Controle Interno			
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
310 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
02	Executivo Municipal	Acréscimo		653,00
02.005	Assessoria de Planejamento	Abertura		
04.121.0401.2006	Manutenção da Assessoria de Planejamento			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
360 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
02	Executivo Municipal	Anulação		2.000,00
02.005	Assessoria de Planejamento	Abertura		
04.121.0401.2006	Manutenção da Assessoria de Planejamento			
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
370 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
03	Secretaria de Administração	Anulação		5.000,00
03.001	Secretaria de Administração	Abertura		
04.122.0401.2007	Manutenção da Secretaria de Administração			
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
380 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
03	Secretaria de Administração	Anulação		5.000,00
03.001	Secretaria de Administração	Abertura		
04.122.0401.2007	Manutenção da Secretaria de Administração			
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL			
400 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
03	Secretaria de Administração	Acréscimo		3.600,00
03.001	Secretaria de Administração	Abertura		
04.122.0401.2007	Manutenção da Secretaria de Administração			
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
430 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
03	Secretaria de Administração	Anulação		10.500,00
03.002	Departamento de Administração	Abertura		
04.122.0401.2008	Manutenção do Departamento de Administração			
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL			
480 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
03	Secretaria de Administração	Acréscimo		5.000,00
03.002	Departamento de Administração	Abertura		
04.122.0401.2008	Manutenção do Departamento de Administração			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
490 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
03	Secretaria de Administração	Acréscimo		5.000,00
03.002	Departamento de Administração	Abertura		
04.122.0401.2008	Manutenção do Departamento de Administração			
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
510 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
03	Secretaria de Administração	Anulação		3.370,00
03.002	Departamento de Administração	Abertura		
04.122.0401.2008	Manutenção do Departamento de Administração			
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
510 00000	Recursos Ordinários (Livres)			

Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
03	Secretaria de Administração	Acréscimo		30.000,00
03.002	Departamento de Administração	Abertura		
04.122.0401.2008	Manutenção do Departamento de Administração			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
520 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
03	Secretaria de Administração	Anulação		3.000,00
03.005	Departamento de Patrimonio e Arquivo	Abertura		
04.122.0401.2011	Manutenção do Departamento de Patrionio e o Arquiv			
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
700 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
04	Secretaria de Finanças	Anulação		3.000,00
04.002	Departamento de Tributação	Abertura		
04.129.0401.2013	Manutenção do Departamento de Tributação			
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
860 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
04	Secretaria de Finanças	Anulação		20.000,00
04.003	Departamento de Contabilidade	Abertura		
28.843.0000.0016	Amortização e Encargos da Divida			
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO			
960 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	Acréscimo		2.880,00
05.001	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	Abertura		
12.361.1201.2017	Manutenção da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
1020 00103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	Anulação		25.000,00
05.002	Departamento de Ensino	Abertura		
12.361.1201.2022	Manutenção do Transporte Escolar			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
1160 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	Acréscimo		4.000,00
05.002	Departamento de Ensino	Abertura		
12.361.1201.2022	Manutenção do Transporte Escolar			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	Anulação		5.000,00
05.002	Departamento de Ensino	Abertura		
12.361.1201.2022	Manutenção do Transporte Escolar			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
1190 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	Anulação		5.000,00
05.002	Departamento de Ensino	Abertura		
12.361.1201.2022	Manutenção do Transporte Escolar			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
1200 00103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	Anulação		11.638,77
05.002	Departamento de Ensino	Abertura		
12.361.1201.2023	Manutenção do Ensino Fundamental			
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
1220 00103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	Acréscimo		10.500,00
05.002	Departamento de Ensino	Abertura		
12.361.1201.2023	Manutenção do Ensino Fundamental			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
1290 00103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	Acréscimo		1.430,00
05.002	Departamento de Ensino	Abertura		
12.361.1201.2023	Manutenção do Ensino Fundamental			
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
1330 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	Acréscimo		3.258,77
05.002	Departamento de Ensino	Abertura		
12.361.1201.2023	Manutenção do Ensino Fundamental			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
1360 00103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	Acréscimo		300,00
05.004	Departamento de Esportes	Abertura		
27.812.2701.2028	Manutenção do Departamento de Esportes			
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL			
1560 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	Acréscimo		715,00
05.004	Departamento de Esportes	Abertura		
27.812.2701.2028	Manutenção do Departamento de Esportes			
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
1580 00000	Recursos Ordinários (Livres)			

Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	Acréscimo		5.000,00
06.001	Secretaria Municipal de Saude	Abertura		
10.301.0401.2029	Manutenção da Secretaria de Saúde			
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
1611 00495	Atenção Básica			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	Acréscimo		1.000,00
06.001	Secretaria Municipal de Saude	Abertura		
10.301.0401.2029	Manutenção da Secretaria de Saúde			
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
1612 00495	Atenção Básica			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	Acréscimo		4.000,00
06.002	Departamento de Saúde	Abertura		
10.301.1001.2031	Implantação do Nucleo de Apoio a Saude da Familia - NASF			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	Acréscimo		6.000,00
06.002	Departamento de Saúde	Abertura		
10.301.1001.2033	Programa de Agentes Comunitarios de Saúde - PACS			
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
1770 00495	Atenção Básica			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	Acréscimo		2.000,00
06.002	Departamento de Saúde	Abertura		
10.301.1001.2033	Programa de Agentes Comunitarios de Saúde - PACS			
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
1790 00495	Atenção Básica			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	Acréscimo		32.000,00
06.002	Departamento de Saúde	Abertura		
10.301.1001.2034	Manutenção do Departamento de Saude			
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
1811 00495	Atenção Básica			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	Acréscimo		8.000,00
06.002	Departamento de Saúde	Abertura		
10.301.1001.2034	Manutenção do Departamento de Saude			
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
1812 00495	Atenção Básica			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	Acréscimo		25.000,00
06.002	Departamento de Saúde	Abertura		
10.301.1001.2034	Manutenção do Departamento de Saude			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
1902 00495	Atenção Básica			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	Acréscimo		33.615,00
06.002	Departamento de Saúde	Abertura		
10.301.1001.2037	Manutenção do PMAC - APAE			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
2000 00496	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Excesso de Arrecadação	
06	Fundo Municipal de Saúde	Acréscimo		31.700,00
06.003	Departamento de Vigilancia Sanitaria	Abertura		
10.304.1001.2040	Manut do PAB FIXO - VIGILANCIA SANITARIA			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
2080 00495	Atenção Básica			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	Acréscimo		3.000,00
06.003	Departamento de Vigilancia Sanitaria	Abertura		
10.304.1001.2041	Manutenção do Departamento de Vigilância Sanitaria			
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
2092 00495	Atenção Básica			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	Acréscimo		500,00
06.003	Departamento de Vigilancia Sanitaria	Abertura		
10.304.1001.2041	Manutenção do Departamento de Vigilância Sanitaria			
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
2102 00495	Atenção Básica			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	Acréscimo		7.250,00
06.003	Departamento de Vigilancia Sanitaria	Abertura		
10.304.1001.2041	Manutenção do Departamento de Vigilância Sanitaria			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
2141 00495	Atenção Básica			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06	Fundo Municipal de Saúde	Acréscimo		15.000,00
06.003	Departamento de Vigilancia Sanitaria	Abertura		
10.305.1001.2042	MANUT DO PROGRAMAS DE VIGILANCIA EM SAUDE			
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
07	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	Acréscimo		7.100,00
07.002	Departamento de Viação e Transportes	Abertura		
15.451.1501.2044	Manutenção do Departamento de Viação e Transportes			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
2290 00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias			

Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
07	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	Acréscimo		11.700,00
07.002	Departamento de Viação e Transportes	Abertura		
15.451.1501.2044	Manutenção do Departamento de Viação e Transportes			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
2310 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
07	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	Anulação		21.403,00
07.002	Departamento de Viação e Transportes	Abertura		
15.451.1501.2045	Manutenção e Conservação de Vias Urbanas			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
2370 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
07	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	Acréscimo		4.000,00
07.003	Departamento de Obras	Abertura		
15.451.1501.2047	Manutenção do Departamento de Obras			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
2470 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
07	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	Acréscimo		1.100,00
07.004	Departamento de Urbanismo	Abertura		
15.451.1501.2048	Manutenção de Praças, Parques e Paissagismo			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
2520 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
07	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	Acréscimo		1.825,00
07.004	Departamento de Urbanismo	Abertura		
15.452.1501.2049	Manutenção do Departamento de Urbanismo			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
2560 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
08	Secretaria de Assistência Social	Acréscimo		2.500,00
08.002	Departamento de Promoção Social	Abertura		
08.244.0801.2053	Manutenção do Departamento de Assistência Social			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
2760 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
08	Secretaria de Assistência Social	Acréscimo		15.000,00
08.005	Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura		
08.244.0801.2057	Fundo Municipal de Assistencia Social - FNAS			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
3040 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
09	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Acréscimo		2.400,00
09.002	Departamento de Assistência Agrícola	Abertura		
20.606.2001.2062	Manutenção do Departamento de Assistência Agrícola			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
3320 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
09	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Anulação		50.000,00
09.002	Departamento de Assistência Agrícola	Abertura		
20.606.2001.2063	Patrulha Agricola Mecanizada			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
3360 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
09	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Anulação		9.500,00
09.002	Departamento de Assistência Agrícola	Abertura		
20.606.2001.2063	Patrulha Agricola Mecanizada			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
09	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	Anulação		9.000,00
09.003	Departamneto de Assistência Pecuária	Abertura		
20.608.2001.1003	Fortalecimento da Atividade Leiteira			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
3400 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
10	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	Anulação		18.700,00
10.001	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	Abertura		
18.541.0401.2065	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental			
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
3480 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
10	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	Anulação		1.300,00
10.001	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	Abertura		
18.541.0401.2065	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental			
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
3520 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
10	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	Anulação		4.000,00
10.001	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	Abertura		
18.541.0401.2065	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
3530 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
10	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	Anulação		4.000,00
10.002	Departamento de Meio Ambiente	Abertura		
18.541.1801.2066	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente			
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
3550 00000	Recursos Ordinários (Livres)			

Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
10	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	Anulação		5.000,00
10.002	Departamento de Meio Ambiente	Abertura		
18.541.1801.2066	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente			
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
3560 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
10	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	Anulação		2.000,00
10.002	Departamento de Meio Ambiente	Abertura		
18.541.1801.2066	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente			
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL			
3570 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
10	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	Anulação		5.000,00
10.002	Departamento de Meio Ambiente	Abertura		
18.541.1801.2066	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente			
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
3590 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
10	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	Anulação		8.000,00
10.002	Departamento de Meio Ambiente	Abertura		
18.541.1801.2066	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
3600 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
Resumo acumulado	Recurso do crédito adicional	Tipo de alteração	Previsto	Realizado
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	255.411,77	255.411,77
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	255.411,77	255.411,77
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	33.615,00	33.615,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:6DD14B85

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS
EDITAL 10 EMENTÁRIO TRIMESTRAL JULHO A SETEMBRO 2017

EDITAL EMENTÁRIO TRIMESTRAL
JULHO A SETEMBRO DE 2017

Nos termos da Portaria n.º 7, de 21 de março de 2012, a qual determinou a publicação das proposições aprovadas pelo Plenário, o Presidente da Câmara Municipal de Porto Amazonas leva ao conhecimento da população em geral o ementário trimestral, de julho a setembro de 2017, de Indicações, Requerimentos e Moções aprovadas pelo Plenário e encaminhadas ao Poder Executivo e ao(s) respectivo(s) destinatário(s).

INDICAÇÕES			
NÚMERO	DATA	SUMÁRIO	VEREADOR
94	07/08/2017	Solicita que se estude a possibilidade de colocação de uma antena repetidora de sinal digital no município de Porto Amazonas.	RUBENS PEDRO HILLEBRANT
95	07/08/2017	Solicita que se verifique a possibilidade de colocação de uma lombada na Região do Porto Velho entre as residências dos senhores Darci Mezzadri e Belarmino de Paula.	RUBENS PEDRO HILLEBRANT
96	07/08/2017	Solicita que seja realizada uma operação tapa buraco em ruas com maior precariedade no município.	LUIZ CARLOS CHIMILOSKI
97	07/08/2017	Solicita que se estude a possibilidade de permanência no município da médica clinica Geral Ana Paula Schustr.	PAULO EDMIR FERREIRA
98	08/08/2017	Solicita que seja realizada a substituição das lâmpadas existentes na luminária central localizada no trevo de acesso a cidade.	LUIZ CARLOS CHIMILOSKI
99	11/08/2017	Solicita que se realize obras emergenciais de recuperação e pinturas do prédio onde atualmente abriga a agencia do Trabalhador bem como o departamento de fomento agropecuário	LINCON LUIZ SOLDI
100	11/08/2017	Solicita que sejam realizadas obras de escoamento pluvial e esgotamento sanitário, no beco localizado na rua Inácio Maestreli.	LUIZ CARLOS CHIMILOSKI
101	11/08/2017	Solicita que se estude a possibilidade de implantação de rede de esgotamento sanitário no loteamento localizado atrás da Vila Verônica de Paula.	ANTONIO CARLOS PORTELA
102	21/08/2017	Solicita que seja elabora do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	LUIZ CARLOS CHIMILOSKI
103	21/08/2017	Solicita que o município seja formalmente integrado ao Sistema Nacional de Trânsito.	LUIZ CARLOS CHIMILOSKI
104	21/08/2017	Solicita que sejam pintadas e sinalizadas todas as lombadas situadas no âmbito do perímetro urbano municipal.	LUIZ CARLOS CHIMILOSKI
105	21/08/2017	Solicita que os resíduos domiciliares sejam destinados ao Aterro Sanitário da Lapa.	LUIZ CARLOS CHIMILOSKI
106	21/08/2017	Solicita que sejam realizadas melhorias através da colocação de areia limpa na pracinha Hugo Soldi localizada na rua Jesuíno Marcondes.	LUIZ CARLOS CHIMILOSKI
107	21/08/2017	Solicita que seja realizada a sinalização e/ou bloqueio da rua que liga a Rua nossa Senhora Aparecida à Rua São Miguel, localizada na Vila Maria Goresk Ribas II	RUBENS PEDRO HILLEBRANT
108	21/08/2017	Solicita que seja estudada a possibilidade de viabilizar maior apoio ao jovem atleta MATEUS LEANDRI o qual precisa ficar pelo período de 45 dias na cidade de Cambé – Paraná a fim de realizar teste seletivo para ingresso em time de futebol de reconhecimento nacional.	RICARDO ALFREDO MARCONDES PORTELA
109	21/08/2017	Solicita que seja verificado o motivo pelo qual o banco Itaú vem realizando a cobrança de taxas para manutenção de conta salário dos funcionários públicos municipais.	RICARDO ALFREDO MARCONDES PORTELA
110	21/08/2017	Solicita que seja realizado estudo para a colocação de um redutor de velocidade na rua XV de novembro próximo a esquina com a Rua Ataíde de Mello	ARNALDO ALVES
111	21/08/2017	Solicita que seja disponibilizado transporte para estudantes que desejam frequentar cursinho pré-vestibular no município de Ponta Grossa.	ARNALDO ALVES
112	21/08/2017	Solicita providências quanto a situação precária da Casa da Associação de moradores da Vila Reis.	LUIZ CARLOS CHIMILOSKI
113	31/08/2017	Solicita a instalação de um redutor de velocidade na “Estrada da Balsa”.	ANTONIO CARLOS PORTELA
114	31/08/2017	Solicita o encaminhamento do anteprojeto de lei em anexo, objetivando a regulamentação na concessão de diárias aos servidores do Poder Executivo.	LUIZ CARLOS CHIMILOSKI
115	25/09/2017	Solicita a realocação do reservatório (caixa de água) instalado na Vila Reis em outra localidade.	LUIZ CARLOS CHIMILOSKI
116	25/09/2017	Solicita que sejam realizadas melhorias na capela Mortuária Elson Ganassoli.	LINCON LUIZ SOLDI
117	25/09/2017	Solicita que seja realizado procedimento licitatório para a contratação de Neurologista para atendimento na unidade básica de saúde.	LINCON LUIZ SOLDI
118	25/09/2017	Solicita a construção de auditório para realização de eventos no prédio da antiga prefeitura.	LINCON LUIZ SOLDI
119	25/09/2017	Solicita que se cumpra a Lei 1004.	LUIZ CARLOS CHIMILOSKI E RICARDO ALFREDO MARCONDES PORTELA
REQUERIMENTOS			
NÚMERO	DATA	SUMÁRIO	VEREADOR

14	24/08/2017	Solicita informações sobre o terreno de matrícula 5213, objeto de desapropriação indireta pelo Município de Porto Amazonas.	RUBENS PEDRO HILLEBRANT
15	25/09/2017	Solicita informações sobre o processo de concessão das rodovias para a iniciativa privada, no que está relacionado ao Município de Porto Amazonas.	LINCON LUIZ SOLDI
MOÇÃO			
NÚMERO	DATA	SUMÁRIO	VEREADOR
4	08/08/2017	Moção de Aplauso a João Eduardo Cordeiro (Duda)	RUBENS PEDRO HILLEBRANT

Publique-se no Edital da Câmara fazendo-se o encaminhamento para o Veículo de Publicação Oficial do Município e *web site* da Câmara Municipal de Porto Amazonas
(http://www.cmportoamazonas.pr.gov.br), para os fins de publicidade, informando-se que o teor completo de todas as proposições está disponibilizado no mesmo endereço da rede mundial de computadores.

Porto Amazonas, 18 de outubro de 2017.

JOACIR BARBOSA
Presidente

Publicado por:
Néli Aparecida Hildebrant Kreitlow
Código Identificador:02F9A846

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 34

Relatório de alteração orçamentária por funcional programática				
Lei/Ato nº 370 - Decreto nº 34/2017 de 17/10/2017		Escopo	Nº	Ano
Autorização: 348	Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1056	2016
Crédito adicional	Recurso do crédito adicional		Previsto	Realizado
Suplementar	Anulação de Dotações		80.000,00	80.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação		40.000,00	40.000,00
Despesa				
05	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Anulação	30.000,00	
05.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Abertura		
12.361.0008.2008	Manutençao das Atividades Educacionais			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
650 00107	Salário-Educação			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Acréscimo	30.000,00	
05.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Abertura		
12.361.0010.2010	Merenda Escolar			
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
1010 00107	Salário-Educação			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
09	DEPARTAMENTO DE SAÚDE	Anulação	25.000,00	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Abertura		
10.301.0029.1029	Contruçao/ampliaçao de Undades de Saude			
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES			
1950 00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
09	DEPARTAMENTO DE SAÚDE	Anulação	20.000,00	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Abertura		
10.301.0030.2030	Manutençao do Fundo Municipal de Saude			
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
2050 00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
09	DEPARTAMENTO DE SAÚDE	Acréscimo	50.000,00	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Abertura		
10.301.0030.2030	Manutençao do Fundo Municipal de Saude			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
2060 00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
09	DEPARTAMENTO DE SAÚDE	Anulação	5.000,00	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Abertura		
10.301.0030.2030	Manutençao do Fundo Municipal de Saude			
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS			
2230 00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
10	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Acréscimo	40.000,00	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Abertura		
08.244.0032.2031	Manutençao do Fundo de Assistencia Social	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
2430 00934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS			
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Excesso de Arrecadação	
Resumo acumulado	Recurso do crédito adicional	Tipo de alteração	Previsto	Realizado
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	80.000,00	80.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	80.000,00	80.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	40.000,00	40.000,00

Publicado por:
Néli Aparecida Hildebrant Kreitlow
Código Identificador:355FFF12

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 054-2017 PREGÃO 042-2017 HORTOPLUS PROD. ODONT. E HOSP. LTDA ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 054/2017

1 Pelo presente instrumento, neste município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. ANTONIO ALTAIR POLATO**, brasileiro, casado, RG nº 1978359 SSP/PR, CPF nº 372.348.119-15, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - ME**, sob nº CNPJ 17.676.642/0001-08, estabelecida à Rua Francisco Pires da Rocha, nº 309, sala 02, bairro Bonsucesso, CEP 85.045-010, Guarapuava, Estado do Paraná, representada por **MARCELO BRANDALISE ZANINI,** brasileiro, solteiro, empresário, CPF 060.697.569-16, portador da cédula de identidade Civil RG 10.088.335-0 SSP/PR, para assinarem presente Ata, nos termos dos Decretos Municipais nº 019/2009 e 037/2010 e do Edital do **Pregão Presencial nº 042/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de preços para contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento,de forma fracionada, de equipamentos e materiais de manutenção para clínica de fisioterapia municipal, com entrega em Porto Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme os itens, quantidades, condições e especificações abaixo:

2. TABELA COM A RELAÇÃO DE ITEM(ENS)VENCIDO(OS)

Item	Produto/Serviço	UN.	Quant	Marca	Unitário	Total
4	7971 aparelho diatermia	UN	1,00	IBRAMED	5.945,00	5.945,00
6	7982 banqueta redonda	UN	1,00	ARKTUS	243,45	243,45
7	7951 barra paralela am aço carbono 1020	UN	1,00	ARKTUS	1.338,00	1.338,00
8	7984 bengala bastão de 4 pontas	UN	1,00	AG	90,82	90,82
10	7940 Bola cravo 6 cm	UN	10,00	ARKTUS	6,84	68,40
11	7976 bola suíça 55cm	UN	2,00	ARKTUS	60,80	121,60
12	7974 bola suíça 65 cm	UN	3,00	ARKTUS	118,68	356,04
14	7954 Caneta para laser 660 nm	UN	1,00	IBRAMED	1.467,86	1.467,86
15	7955 Caneta para laser 830 nm	UN	1,00	IBRAMED	1.548,03	1.548,03
16	7938 Cavalinho upa upa inflável de vinil	UN	1,00	ARKTUS	158,90	158,90
17	7957 corrente aussiesport	UN	1,00	IBRAMED	1.018,69	1.018,69
18	7970 Divã baixo	UN	1,00	ARKTUS	1.177,00	1.177,00
20	6079 Eletrodo adesivo 5x9 retangular pacote com 4	PCT	30,00	ARKTUS	40,33	1.209,90
21	7929 Eletrodo adesivo redondo 3cm com 4 unidades	UN	20,00	ARKTUS	29,70	594,00
23	7953 escada de canto	UN	1,00	CARCI	2.077,00	2.077,00
24	7972 espaldar de madeira	UN	1,00	ARKTUS	822,04	822,04
26	7946 Exercitador elástico intensidade extra forte	UN	1,00	CARCI	360,68	360,68
27	7945 Exercitador elástico intensidade forte c/10 m	UN	1,00	CARCI	261,30	261,30
28	7943 Exercitador elástico intensidade leve c/10 m	UN	1,00	CARCI	200,21	200,21
29	7944 Exercitador elástico intensidade média c/10 m	UN	1,00	CARCI	232,81	232,81
33	7961 fisiomocho com encosto	UN	1,00	ARKTUS	576,56	576,56
34	6089 Gel condutor galão 5Kg	UN	1,00	ADLIN	32,70	32,70
35	7932 Goniômetro em acrílico transparente com duas	UN	2,00	ARKTUS	21,80	43,60
37	7933 kit de proteção laserterapia com maleta e doi	UN	1,00	ARKTUS	300,45	300,45
38	7930 martelo de reflexo	UN	1,00	ABC	57,70	57,70
39	7958 massageador de pescoço portátil	UN	1,00	CARCI	127,46	127,46
40	7937 Meia bola bosu com elásticos	UN	1,00	ARKTUS	503,00	503,00
43	7965 mesa auxiliar tubular	UN	3,00	ARKTUS	218,00	654,00
44	7983 mocho com encosto	UN	1,00	ARKTUS	541,00	541,00
45	7952 piso barra paralela	UN	1,00	ARKTUS	1.230,25	1.230,25
46	7977 rampa para alongamento	UN	1,00	ARKTUS	118,32	118,32
49	7934 suporte de parede para bola suíça individual	UN	8,00	ARKTUS	76,72	613,76
50	7981 suporte para halteres tubular	UN	1,00	ARKTUS	114,88	114,88
51	7964 suporte para lâmpada de infra vermelho	UN	1,00	ARKTUS	470,00	470,00
52	7935 Suporte posicionador para estabilização e equ	UN	3,00	CARCI	100,00	300,00
53	7942 Tabua de quadríceps em madeira com cinta	UN	1,00	ARKTUS	146,83	146,83
54	7963 tabua proprioceptiva redonda	UN	1,00	ARKTUS	93,02	93,02
55	7956 tatame EVA 1x1m	UN	20,00	ARKTUS	44,75	895,00
56	7973 timer digital	UN	5,00	ARKTUS	79,00	395,00
57	7966 tornozeleira/caneleira de 0,5 kg	PAR	2,00	ARKTUS	19,70	39,40
59	7968 tornozeleira/caneleira DE 2 KG	PAR	2,00	ARKTUS	31,83	63,66
60	7969 tornozeleira/caneleira DE 3 KG	PAR	2,00	ARKTUS	40,10	80,20
61	7931 Trena antropométrica 1,5 m	UN	2,00	ARKTUS	21,30	42,60
TOTAL						26.731,12

Obs: Deverão ser seguidas as especificações contidas no Termo de Referência do Pregão Presencial nº 042/2017 para fornecimento dos equipamentos e/ou materiais.

3 DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

3.1 A Administração poderá reduzir ou ampliar as quantidades para atender ao interesse público de acordo com os limites estabelecidos na Lei Federal n° 8.666/93.

3.2 Os produtos objeto desta Licitação **não serão adquiridos de uma única vez e sim de forma fracionada** e nas quantidades solicitadas conforme a necessidade do Departamento Municipal de Saúde de Porto Amazonas, sendo que poderão ser realizados vários pedidos durante a vigência da contratação.

3.3 Todos os itens solicitados deverão ser entregues, sem qualquer ônus ao Departamento de Saúde do município de Porto Amazonas;

3.4 O fornecimento será efetuado em remessas a serem solicitadas conforme as necessidades e deverá ser entregue num prazo máximo 07 (sete) dias úteis, após a solicitação realizada pelo departamento requisitante;

3.5 Se houver algum produto em desacordo com a descrição deverá ser trocado em no máximo 15 (quinze) dias úteis;

3.6 Os materiais deveram ser entregues na sede da Clínica Municipal de Fisioterapia de Porto Amazonas, na Rua Ursulina Barbosa, nº 26, Vila Maria Rosa Goreski Ribas I, CEP 84.140-000, Porto Amazonas, Estado do Paraná.

DOS RECEBIMENTOS DOS PEDIDOS

4.1 Os produtos deverão ser entregues nos locais especificados nas requisições de compras, no horário das 09h00min às 11h00min e dás 13h30min às 16h00min, sem qualquer ônus a Administração, nas quantidades solicitadas. Em caso da(s) empresa(s) vencedora(s) não entregar(em) os produtos no prazo previsto, será(ão) o(s) contrato(s) rescindido(s) e a(s) empresa(s) sofrerá(ao) as punições previstas na lei 8.666/93 e Código Penal.

5 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$26.731,12 (vinte e seis mil setecentos e trinta e um reais e doze centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 19/10/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 19/10/2018.

6 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Presencial n° 042/2017 - SRP,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

7 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 18/10/2017.

ANTONIO ALTAIR POLATO	***MARCELO BRANDALISEZANINI***
Prefeito Municipal	Responsável pela Contratada

Publicado por:
Néli Aparecida Hildebrant Kreitlow
Código Identificador:D135A694

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 055-2017 PREGÃO 042-2017 MAXIMUS ESPORTES COMÉRCIO LTDA EPP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 055/2017

1 Pelo presente instrumento, neste município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. ANTONIO ALTAIR POLATO**, brasileiro, casado, RG nº 1978359 SSP/PR, CPF nº 372.348.119-15, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **MAXIMUS ESPORTES COMÉRCIO LTDA EPP**, sob nº CNPJ 08.738.035/0001-34, estabelecida à Rua Guarani, nº 2035, setor Dona Fina, bairro Farraria, CEP 83.608-680, Campo Largo, Estado do Paraná, representada por **VANUZA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, empresária, CPF 020.748.179-24, portadora da cédula de identidade Civil RG 7.348.450- SES/PR, para assinarem presente Ata, nos termos dos Decretos Municipais nº 019/2009 e 037/2010 e do Edital do **Pregão Presencial nº 042/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de preços para contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento,de forma fracionada, de equipamentos e materiais de manutenção para clínica de fisioterapia municipal, com entrega em Porto Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme os itens, quantidades, condições e especificações abaixo:

2. TABELA COM A RELAÇÃO DE ITEM(ENS)VENCIDO(OS)

Item	Produto/Serviço	UN.	Quant	Marca	Unitário	Total
1	7950 Anel tonificador pilatesflex luxo 38 cm	UN	2,00	Liveup	80,00	160,00
2	7979 anilha emborrachada 2kg	UN	1,00	IBJ	20,00	20,00
3	7980 anilha emborrachada 5KG	UN	1,00	IBJ	55,00	55,00
5	7978 balance stepper	UN	1,00	ACTE	350,00	350,00
9	7959 bicicleta profissional horizontal	UN	1,00	EMBREEX	6.780,00	6.780,00
13	7936 Bomba de ar manual	UN	2,00	LIVEUP	20,00	40,00
19	6078 Eletrodo adesivo 5X5 quadrado pacote com 4 un	PCT	60,00	ARKTUS	30,00	1.800,00
22	7948 Escada de agilidade	UN	2,00	LIVEUP	180,00	360,00
25	7960 esteira elétrica	UN	1,00	MOVEMENT	9.600,00	9.600,00
36	7949 KIT com 15 cones chapéu chinês em PVC	UN	1,00	LIVEUP	100,00	100,00
41	7941 Meia lua para equilíbrio em madeira 3 unidade	UN	1,00	ARKTUS	200,00	200,00
48	7975 step rígido em EVA	UN	2,00	EVAMAX	260,00	520,00
58	7967 tornozeleira/caneleira de 1 kg	PAR	2,00	KALLANGO	23,00	46,00
TOTAL						20.031,00

Obs: Deverão ser seguidas as especificações contidas no Termo de Referência do Pregão Presencial nº 042/2017 para fornecimento dos equipamentos e/ou materiais.

3 DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

3.1 A Administração poderá reduzir ou ampliar as quantidades para atender ao interesse público de acordo com os limites estabelecidos na Lei Federal n° 8.666/93.

3.2 Os produtos objeto desta Licitação **não serão adquiridos de uma única vez e sim de forma fracionada** e nas quantidades solicitadas conforme a necessidade do Departamento Municipal de Saúde de Porto Amazonas, sendo que poderão ser realizados vários pedidos durante a vigência da contratação.

3.3 Todos os itens solicitados deverão ser entregues, sem qualquer ônus ao Departamento de Saúde do município de Porto Amazonas;

3.4 O fornecimento será efetuado em remessas a serem solicitadas conforme as necessidades e deverá ser entregue num prazo máximo 07 (sete) dias úteis, após a solicitação realizada pelo departamento requisitante;

3.5 Se houver algum produto em desacordo com a descrição deverá ser trocado em no máximo 15 (quinze) dias úteis;

3.6 Os materiais deveram ser entregues na sede da Clínica Municipal de Fisioterapia de Porto Amazonas, na Rua Ursulina Barbosa, nº 26, Vila Maria Rosa Goreski Ribas I, CEP 84.140-000, Porto Amazonas, Estado do Paraná.

DOS RECEBIMENTOS DOS PEDIDOS

4.1 Os produtos deverão ser entregues nos locais especificados nas requisições de compras, no horário das 09h00min às 11h00min e dás 13h30min às 16h00min, sem qualquer ônus a Administração, nas quantidades solicitadas. Em caso da(s) empresa(s) vencedora(s) não entregar(em) os produtos no prazo previsto, será(ão) o(s) contrato(s) rescindido(s) e a(s) empresa(s) sofrerá(ao) as punições previstas na lei 8.666/93 e Código Penal.

5 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$20.031,00(vinte mil setecentos e trinta e um reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 19/10/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 19/10/2018.

6 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Presencial n° 042/2017 - SRP,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

7 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 18/10/2017.

ANTONIO ALTAIR POLATO	***VANUZA DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal	Responsável pela Contratada

Publicado por:
Néli Aparecida Hildebrant Kreitlow
Código Identificador:C78CCF13

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

SILVIO ANTONIO DAMACENO, Prefeito do Município de PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR a Licitação nº **118/2017,** referente a Tomada de Preço nº **10/2017**, que foi devidamente apreciada pela Assessoria Jurídica e pela Comissão de Licitação, designado pelo Senhor Prefeito Municipal, através da Portaria nº 55/2017, conforme consta do Parecer Jurídico e termo de ata, devidamente lavrada em que fica classificada a empresa abaixo mencionada, nos termos dos Artigos 3º, 23 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA DE BARRACÃO COM BANHEIRO E PISO EM CONCRETO, A SER EXECUTADO NO PARQUE INDUSTRIAL HENRIQUE PACHECO ALMEIDA PRADO, NA CIDADE DE PRADO FERREIRA**, sendo:

FEMCO - PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO LTDA ME							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	EXECUÇÃO DE OBRA EXECUÇÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA DE BARRACÃO COM 800M2.	FEMCO	SERV	1,00	231.120,38	231.120,38
1	2	EXECUÇÃO DE OBRA EXECUÇÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO DE BANHEIRO E PISO EM CONCRETO	FEMCO	SERV	1,00	71.061,90	71.061,90
TOTAL							**302.182,28**

A execução dos serviços será realizada, em conformidade com as especificações acima mencionadas, por um período de 90 (Noventa) dias, da assinatura do contrato.

O pagamento será efetuado mensalmente, após execução dos serviços, mediante solicitação de pagamento protocolada pela empresa, através de crédito em conta corrente à vista da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo responsável pelo Departamento requisitante, acompanhadas obrigatoriamente da CND do INSS e CRF do FGTS.

Em face do despacho acima, autorizamos o Setor competente desta Municipalidade efetuar a contratação conforme a proposta vencedora, obedecidas às normas de formalização legal, prevista na Legislação.

PRADO FERREIRA, 18/10/2017.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Cristina Neto
Código Identificador:E7D4B551

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESULTADO PREGAO 77/2017 (ATA REGISTRO PREÇOS 147-148-149/2017)

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2017
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE JALECOS,UNIFORMES E CAMISETAS PARA AS SECRETARIA MUNICIPÁIS
FAVORECIDO: ANTONIA BALICKI 04486101910
CNPJ: 15.616.571/0001-22
FAVORECIDO: COMERCIAL ELVIMAG LTDA ME
CNPJ.: 10.906.559/0001-39
FAVORECIDO: KARINA SOUZA ROSA 29967502843
CNPJ.: 25.195.083/0001-42

Rio Azul, 18 de outubro de 2017.

(A)RODRIGO SKALICZ SOLDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.:147/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ANTONIA BALICKI 04486101910
CNPJ: 15.616.571/0001-22
PRAZO DA DURAÇÃO DA ATA : De 18/10/2017 a 17/10/2018.
ASSINATURA: 18/10/2017
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)RODRIGO SKALIZ SOLDA
Prefeito Municipal

(A) ANTONIA BALICKI
Representante

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto	Marca	Und.	Qtd.	Preço Unt.	Preço total
LOTE 1	2	45972	camisa social :Camisa modelo masculino/feminino confeccionado em tecido poliéster com elastano na cor azul, manga longa gola esporte, fechamento com botões de massa, aplicada as logomarcas em bordado, com recortes, bolso lado esquerdo com bordado do brasão do município, escrita SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, dentro dos padrões e normas exigidas pelo Município. Cada peça devera ser acondicionada em saco plástico, individualmente, contendo identificação de seu tamanho na parte externa Tamanhos: Tamanhos: P, M, G e GG	SÃO FRANCISCO CONFECÇÕES	UN	20,00	76,00	1.520,00
LOTE 1	3	45973	camisa social :Camisa modelo masculino/feminino confeccionado em tecido poliéster com elastano na cor branca, manga longa gola esporte, fechamento com botões de massa, aplicada as logomarcas em bordado, com recortes, bolso lado esquerdo com bordado do brasão do município, escrita SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, dentro dos padrões e normas exigidas pelo Município. Cada peça devera ser acondicionada em saco plástico, individualmente, contendo identificação de seu tamanho na parte externa Tamanhos: Tamanhos: P, M, G e GG	SÃO FRANCISCO CONFECÇÕES	UN	60,00	75,00	4.500,00
TOTAL								6.020,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.:148/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: COMERCIAL ELVIMAG LTDA ME
CNPJ: 10.906.559/0001-39
PRAZO DA DURAÇÃO DA ATA : De 18/10/2017 a 17/10/2018.
ASSINATURA: 18/10/2017
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)RODRIGO SKALIZ SOLDA
Prefeito Municipal

(A) RENATO CESAR COELHO
Representante

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto	Marca	Und.	Qtd.	Preço Unt.	Preço total
LOTE 1	4	45974	CAMISETA GOLA POLO MASCULINA/FEMININA: CONFECCIONADA EM TECIDO DE MALHA PIQUET, COMPOSIÇÃO DE 50% ALGODÃO E 50% POLIESTER COM TRATAMNETO ANTI PEELING, COM UM CAIMENTOMAIS CONFORTÁVEL, MELHOR AJUSTE E CONTROLE DA TEMPERATURA . MANGAS CURTAS, COM RIBANA, BOLSO LADO ESQUERDO, NA COR BRANCA, GOLA POLO E PETILHO AJUSTADO POR 2 BOTÕES. NAS COSTAS E OMBROS APLICADO RECORTE NA COR A SER DEFINIDA, BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO E ESCRITO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO AZUL, COLORIDO CONFORME PADRÃO DO MUNICÍPIO.CADA PEÇA DEVERA SER ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO, INDIVIDUALMENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DE SEU TAMANHO NA PARTE EXTERNA TAMANHOS: PP,P, M, G, GG, XGG E EXGG	SERICOR	UN	120,00	48,00	5.760,00
LOTE 1	5	45975	JALECO SEM MANGA - JALECO DE LIMPOPEZA ONFECCIONADO EM TECIDO DE BRIM LEVE, NA COR AZUL, SEM GOLA E SEM MANGA, COM ABERTURA FRONTAL E FECHAMENTO COM BOTÕES, 01 BOLSO SUPERIOR E DOIS INFERIORES. APLICAÇÃO DAS LOGOMARCOS NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO, EM BORDADO DE PRIMEIRO QUALIDADE DENTRO DOS PADRÕES E NORMAS DO MUNICÍPIO	SERICOR	UN	8,00	63,00	504,00
LOTE 1	6	45976	JALECO LONGO TIPO HOSPITALAR- UNISSEX, TECIDO EM MICROFIBRA COMPOSTA D E 80% POLIÉSTER E 20% DE POLIAMID, NA COR BRANCA, MANGAS LONGAS, COM PUNHO, COM GOLA SOCIAL, COM 02 BOLSOS INFERIORES FRONTAIS, CHAPADOS E 1 BOLSO NO LADO SUPERIOR ESUQERDO, COSTURA PESPONTADA, ABERTURA FRONTAL PARA VESTIR E DESVISTIREM TODA A EXTENÇÃO, FECHADA POR 06 À 08 BOTÕES DE NO MÁXIMO 2,0CM DE DIAMÊTRO E VISTA PARA COBRILOS, CINTOTRASEIRO PRESO. AS CORES DAS LINHAS E BOTÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A TONALIDADE DO TECIDO. PADRÃO DO AVIAMENTO DE PRIMEIRA QUALIDADE. BORDADO COM O BRASÃOA DO MUNICÍPIOE O NOME DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO(DE QUEM VESTE). DEVERÁ SER FIXADO À ETIQUETA COM IDENTIFICAÇÃO TAMAHO DOJALECO, COMPOSIÇÃO DO TECIDO E NOME A CONFECCÇÃO. CADA PEÇA DEVERA SER ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO, INDIVIDUALMENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DE SEU TAMANHO NA PARTE EXTERNA	SERICOR	UN	60,00	79,90	4.794,00
TOTAL								11.058,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.:149/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: KARINA SOUZA ROSA 29967502843
CNPJ: 25.195.083/0001-42
PRAZO DA DURAÇÃO DA ATA : De 18/10/2017 a 17/10/2018.
ASSINATURA: 18/10/2017
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)RODRIGO SKALIZ SOLDA
Prefeito Municipal

(A) KARINA SOUZA ROSA
Representante

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto	Marca	Und.	Qtd.	Preço Unt.	Preço total
LOTE 1	1	45970	CAMISETA CONFECCIONADA EM MALHA PV, COMPOSIÇÃO 67% ALGODÃO E 33% POLIVISCOSE,COM GOLA TIPO CARECA, COM TRATAMENTO DE PERSONALIZAÇÃO EM 01 COR NA TÉCNICA DE SILKSCREEN, UTILIZANDO A LOGOMARCA A SER UTILIZADA NA CAMPANHA DE AÇÃO EM PREVENÇÃO DA SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. CADA PEÇA DEVERA SER ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO, INDIVIDUALMENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DE SEU TAMANHO NA PARTE EXTERNA TAMANHOS: PP,P, M, G, GG, XGG E EXGG	KARINA CONFECÇÕES	UN	240,00	16,00	3.840,00
LOTE 2	1	45978	CAMISETA EM MALHA, 67% POLIÉSTER, 33% VISCOSE, MANGA CURTA, GOLA REDON DA COM RIBANA, CORES DIVERSAS COM SERIGRAFIA E PINTURA VÁRIAS CORES CONFORME NECESSIDADE, NOS TAMANHOS P, M, G E GG.	KARINA CONFECÇÕES	UN	700,00	15,40	10.780,00
TOTAL								14.620,00

Publicado por:
Leoclides de Gracia Vianna Neto
Código Identificador:94CD3FF2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
LEI Nº 75

LEI Nº 75, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Mantém o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS e Institui o Conselho Gestor do FHIS e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1°- Esta Lei cria o Fundo de Habitação de Interesse Social – FHIS e institui o Conselho-Gestor do FHIS.

CAPÍTULO I
DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Seção I
Objetivos e Fontes

Art. 2°- Fica mantido o Fundo de Habitação de Interesse Social – FHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais de interesse social direcionadas à população de menor renda.
Art. 3°- O FHIS é constituído por:
I – dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação;
II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FHIS;
III – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;
IV – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais, repassados diretamente ou através de convênios.
V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FHIS;
VI– outros recursos que lhe vierem a ser destinados
VII-recursos financeiros oriundos da União, do Estado e de outros órgãos públicos repassados diretamente ou através de convênio;
VIII–rendas provenientes de aplicação de seus recursos no mercado de capitais;
IX – outras receitas provenientes de fontes aqui não explicitadas, com exceção de impostos.
§1º.As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial e mantidas em estabelecimento oficial de crédito.
§ 2º.Quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades próprias os recursos do Fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, de acordo com as diretrizes financeiras aprovadas pelo Conselho Municipal de Habitação, objetivando o aumento das receitas do Fundo, cujos resultados a ele reverterão.
§3º. O Fundo de que trata este artigo terá vigência indeterminada.
Art. 4º. Serão priorizados os recursos do Fundo Municipal de Habitação aos Programas vinculados aos Fundos de Habitação de Interesse Social e à população com renda de até 05 salários mínimos vigentes.

Seção II
Do Conselho-Gestor do FHIS

Art. 5º - O FHIS será gerido por um Conselho-Gestor.
Art. 6º - O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto por representantes de entidades públicas e privado, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, tendo como garantia o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de ¼ (um quarto) das vagas aos representantes de movimentos populares.
§ 1º - A composição, as atribuições e o regulamento do Conselho Gestor poderão ser estabelecidos pelo Poder Executivo.
§ 2º A Presidência do Conselho-Gestor do FHIS será exercida pela Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Indústria, Agroindústria, Comércio e Turismo, Agricultura Pecuária e Meio Ambiente, Secretaria de Viação Obras e Urbanismo.
§ 3º- O presidente do Conselho-Gestor do FHIS exercerá o voto de qualidade.
§ 4º _ Competirá ao Prefeito Municipal proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências:
§ 5º _ Cada entidade terá 30 (trinta dias) dias para indicar seus representantes.
§ 6º_ O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitindo-se recondução por iguais períodos.
§7º_ A nomeação dos membros do Conselho será feita por decreto do Prefeito Municipal.

Seção III
Das Aplicações dos Recursos do FHIS

Art. 7º - As aplicações dos recursos do FHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:
I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;
II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;
III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interessesocial;
IV – implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interessesocial;
V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;
VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interessesocial;
VII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho- Gestor d o FHIS.
VIII – serviços de apoio à organização comunitária em programas habitacionais;
IX – complementação da infraestrutura em loteamentos deficientes deste serviço, com a finalidade de regularizá-lo;
X–ações em cortiços e habitações coletivas com o objetivo de adequá-los à dignidade humana;
XI – projetos experimentais de aprimoramento tecnológico na área habitacional;
XII–reassentamento de moradores em situação de risco ou em áreas de preservação ambiental em áreas ocupadas ir regularmente por população de baixa renda;
XIII – implementação ou complementação de equipamentos urbanos de caráter social em áreas de habitações populares;
XIV–aquisição de áreas para implantação de projetos habitacionais;
XV – contração de serviços de terceiros, mediante licitação para execução ou implementação de projetos habitacionais e de regularização fundiária.
XVI–outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Municipal de Habitação;
XVII – programas e empreendimentos vinculados aos Fundos de Habitação de Interesse Social.
§ 1º- Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

Seção IV
Das Competências do Conselho Gestor do FHIS

Art. 8º - São atribuições do Conselho Gestor:
I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FHIS e atendimento do habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o Plano Municipal de Habitação;
II – aprovar orçamentos e planos de aplicação em e tas anuais e plurianuais dos recursos do FHIS;
III–fixar critérios para a priorização de linhas de ações;
IV –deliberar sobre as contas do FHIS;
V–dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FHIS, nas matérias de sua competência;
VI–aprovar seu regimento interno.
V - determinar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo Municipal de Habitação;
VI–estabelecer programas anuais e plurianuais de recurso do Fundo Municipal de Habitação;
VII– estabelecer limites máximos de financiamento, a título o neroso ou a fundo perdido, para as modalidades de atendimento previstas no Art. 4.ºdesta Lei;
VIII – definir políticas de subsídios na área habitacional;
IX–definir formas de repasse dos recursos que ficarão sob a responsabilidade de terceiros;
X – estabelecer as condições de retorno dos investimentos;
XI – definir as formas e os critérios para a transferência dos imóveis vinculados ao Fundo aos beneficiários dos programas habitacionais;
XII–traçar normas para a gestão do patrimônio vinculado ao Fundo;
XIII–acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo, solicitando, se necessário, o auxilio do órgão de Finanças do Poder Executivo;
XIV – propor medidas de aprimoramento do desempenho do Fundo, bem como outra forma de atuação, visando à execução dos objetivos do programa social;
XV – acompanhar e fiscalizara execução dos programas habitacionais, podendo requerer embargos das obras, suspensão ou liberação de recursos, uma vez constatado o desvio dos objetivos do projeto, irregularidades na aplicação dos recursos, desrespeito as normas da boa técnica ou agressão ao meio ambiente;
XVI – propor e aprovar convênios destinados à execução de projetos habitacionais de urbanização e de regularização fundiária.
§1º- As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as norma semanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, deque trata a Lei Federal nº11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FHIS vier a receber recursos federais.
§ 2º- O Conselho Gestor do FHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.
§3º-O Conselho Gestor do FHIS promoverá audiências pública se conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES GERAIS,TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 9º - Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, sem prejuízos das finalidades competências e atribuições próprias.
Art.10º-Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal nº 024, de 06 de outubro de 2009.

Gabinete do Prefeito do Município de Salgado Filho, em 18 de outubro de2017.

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maicon Andre Hendges
Código Identificador:2918E8EE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
LEI Nº 74

LEI Nº 74, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza a realização de Concurso Público para preenchimento de cargos efetivos e a formação de cadastro de reserva na forma que abaixo específica.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares e em conformidade com o disposto no art. 63, inciso XXV da Lei Orgânica deste Município e art. 37, inciso II, da Constituição Federal, faço saber que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos destinado ao provimento de cargos públicos e formação de Cadastro de Reserva constantes do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos do Quadro Geral do Poder Executivo Municipal de Salgado Filho, conforme o Anexo I, e do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, conforme Anexo II, o qual fica fazendo parte da presente Lei.
Art. 2º. A elaboração e a execução do presente concurso serão de responsabilidade de empresa/fundação a ser contratada para este fim, sob a égide da Lei n° 8.666/93 e demais normas vigentes concernentes ao caso.
Art. 3º. O total do número de vagas do presente concurso é de 17 (dezessete) conforme levantamento feito pela Secretaria de Administração, cujos cargos e salários são aqueles constantes nos Anexos I e II.
Art. 4º. Caberá ao Edital, além das normas gerais do concurso, traçar critérios sobre:
I - Taxa de inscrição e eventuais isenções.
II - Possibilidade de recurso e comissão para análise dos mesmos.

III - Publicação da minuta do Edital do concurso e do resultado final em Diário Oficial Impresso e Eletrônico.
Art. 5º. Os recursos para fazer frente às despesas oriundas desta Lei são as do Orçamento Geral do Município com as dotações específicas previstas para o exercício de 2017.
Art. 6º. A remuneração dos candidatos empossados nos cargos a que foram aprovados, correrá por conta da Prefeitura Municipal de Salgado Filho, através de recursos próprios ou de recursos oriundos de repasses legislativos previstos.
Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 19 de 31 de maio de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de outubro de 2017.

HELTON PEDRO PFEIFER
Prefeito Municipal

ANEXO I

DAS VAGAS, DO VENCIMENTO E DA ESCOLARIDADE

I – GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL

CARGO	CLASSE/ TABELA/NÍVEL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	VENCIMENTO MENSAL
Enfermeiro	A/A/01	40 HS	01+CR	R$ 2.528,49
Farmacêutico/Bioquímico	A/A/01	40 HS	01	R$ 2.809,42
Fisioterapeuta	A/A/01	20 HS	01+CR	R$ 1.545,17
Fonoaudiólogo	A/A/01	20 HS	01+CR	R$ 1.545,17
Médico	A/A/01	20 HS	01+CR	R$ 8.000,00
Nutricionista	A/A/01	30 HS	CR	R$ 2.317,76
Psicólogo	A/A/01	30 HS	01	R$ 2.317,76
Assistente Social	A/A/01	30 HS	CR	R$ 2.317,76
Odontólogo	A/A/01	40 HS	CR	R$ 4.776,01
Advogado	A/A/01	20 HS	CR	R$ 3.511,77
Engenheiro Civil	A/A/01	20 HS	01	R$ 2.500,00

II – GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO

CARGO	CLASSE/ TABELA/NÍVEL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	VENCIMENTO MENSAL
Técnico em Higiene Dental	A/B/01	40 HS	01+CR	R$ 1.601,36
Técnico em Enfermagem	A/B/01	40 HS	CR	R$ 1.404,71

III – GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO

CARGO	CLASSE/ TABELA/NÍVEL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	VENCIMENTO MENSAL
Monitor de Creche	A/C/01	30 HS	01+CR	R$ 994,55
Auxiliar Administrativo	A/C/01	40 HS	CR	R$ 983,29

IV – GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL

CARGO	CLASSE/ TABELA/NÍVEL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	VENCIMENTO MENSAL
Operador de Máquinas	A/D/01	40 HS	01+CR	R$ 1.376,61
Motorista Regional	A/D/01	40 HS	01	R$ 1.149,11
Tratorista	A/D/01	40 HS	01+CR	R$ 1.376,61
Auxiliar de Consultório Dentário	A/D/01	40 HS	01+CR	R$ 941,15
Mecânico	A/D/01	40 HS	CR	R$ 1.376.61
Borracheiro	A/D/01	40 HS	01	R$ 969,23
Eletricista	A/D/01	40 HS	01	R$ 1.376,61
Gari	A/D/01	40 HS	CR	R$ 937,00
Motorista	A/D/01	40 HS	CR	R$ 1.011,38
Pedreiro	A/D/01	40 HS	01+CR	R$ 1.200,00

ANEXO II

DAS VAGAS, DO VENCIMENTO E DA ESCOLARIDADE

GRUPO OCUPACIONAL - MAGISTÉRIO

CARGO	NÍVEL / CLASSE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	VENCIMENTO MENSAL
Professor	A /01	20 HS	CR	R$ 1.149,41
Professor de Educação Infantil	E/A/01	30 HS	CR	R$ 1.724,11
Professor de Educação Física	B/01	20 HS	01+CR	R$ 1.436,76

Publicado por:
Maicon Andre Hendges
Código Identificador:EEA9EFB6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 017/2017
OBJETO: REVISÃO DE CAMIONETE AMBULANCIA PLACA AZM-0887
Em cumprimento ao disposto no art. 109, parágrafo 1 da Lei Federal nº 8.666/93, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

VENCEDORES						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
GRANVEL GRANVILLE VEICULOS LTDA	1	1	REVISÃO VEICULO CAMIONETE BBL-1219 - JOGO PASTILHA DIANT MASTER III - JOGO PASTILHA TRAS MASTER III - CHICOTE ELETRICO - BATENTE DE BORRACHA - COIFA LADO RODA NOVA MASTER - CORREIA DE TRANSMISSAO - ADITIVO RADIADOR - LIQUIDO FREIO - LIMPEZA AR CONDICIONADO STP - KIT REVISÃO STP - STP - ENGINE FLUSH PRO - AWD POWER DIESEL 200ML - ELF EVOLUTION RN-TECH FE 5W30 - ARRUELA CARTER - ELEMENTO DO FILTRO DO AR - FILTRO DO AR NOVA MASTER - FILTRO OLEO MOTOR MASTER III - FILTRO DE COMBUSTIVEL DIESEL		1,00	2.884,18
GRANVEL GRANVILLE VEICULOS LTDA	1	2	REVISÃO VEICULO CAMIONETE BBL-1219 - KIT LUBRIFICAÇÃO - DESCARBONIZAÇÃO DO MOTOR - LIMPEZA BICOS INJETORES DIESEL - HIGIENIZAÇÃO DO AR CONDICIONADO - CHICOTE PASTILHA - PASTILHA DE FREIO TRASEIRA - EXTR. E REPO. PASTILHAS DIANTEIRAS - EXTR E REP COIFA - REVISÃO DE 80.000KM		1,00	1.200,00

Homologo a presente licitação,

Santo Antonio do Sudoeste, em 16 de outubro de 2017 .

ZELIRIO PERON FERRARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hellen Marina Prunzel
Código Identificador:C5F15CB8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 018/2017
OBJETO: REVISÃO DE VEICULO ONIBUS ATP-6303
Em cumprimento ao disposto no art. 109, parágrafo 1 da Lei Federal nº 8.666/93, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

VENCEDORES						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
ICAVEL VEICULOS LTDA	1	1	REVISÃO VEICULO ONIBUS ATP-6303 - ADITIVO - RECALIBRAÇÃO DE MODULO - SUBSTITUIR CAIXA DE ENGRENAGENS - REGULAR VALVULAS - SUBSTITUIR ELEMENTO DE ARREFECIMENTO OLEO/JUNTA - TROCAR JUNTA DO CARTER - SUBSTITUIR MANGUEIRA DO RETORNO - SERVIÇO DA PARTE ELETRICA		1,00	4.780,20
ICAVEL VEICULOS LTDA	1	2	REVISÃO VEICULO ONIBUS ATP-6303 - JUNTA CARTER - JUNTA TAMPA VALVULA - RETENTOR DIANTEIRO MOTOR - VEDAÇÃO - JUNTA CARCAÇA ENGRENAGENS - MANGUEIRA - ANEL DE VEDAÇÃO COMPRESSOR - ANEL DE VEDAÇÃO COMPRESSOR - ANEL BOMBA COMBUSTIVEL - PASTA DE VEDAÇÃO - ADITIVO - BRAÇADEIRA - BRAÇADEIRA		1,00	3.089,67

			- ANEL DE VEDAÇÃO			
			- VEDAÇÃO			
			- VEDAÇÃO			
			- LIMPEZA QUIMICA			
			- SENSOR			
			- BOMBA DA AGUA			
			- OLEO 80W P/ TRANSMISSAO ZF			

Homologo a presente licitação,

Santo Antonio do Sudoeste, em 16 de outubro de 2017 .

ZELIRIO PERON FERRARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hellen Marina Prunzel
Código Identificador:77E6FB4E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2017 - PSS

LISTA PROVISÓRIA DOS CANDIDATOS

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL	
	CANDIDATO
1	ALCILENE TEOBALDO DE OLIVEIRA
2	JESSICA MONTEIRO HOFFEMAN
3	JORDANA DE OLIVEIRA
4	JULIANA GONZAGA ARAUJO
5	TACYANE MARTINS OSTERNACH
6	TATIANE FRANCIELE RODRIGUES DO PRADO
CARGO: **FARMACÊUTICO**	
	CANDIDATO
1	ANDRÉ RICARDO MOUTINHO MÁLAGA
2	ANY HELY EPAMINONDAS
3	CAROLINA DE FAZIO HOLTZ
4	DANIELLE LOPES DOS SANTOS
5	GISELDA LEITE DA ROSA
6	MAYARA MOURA JORGE
7	MAYARA PIOVEZAN
CARGO: **INSTRUTOR DE PRÁTICAS ESPORTIVAS**	
	CANDIDATO
1	ADRIANO AMARAL XAVIER
2	ANDRE RIBEIRO DOS SANTOS
3	ANDREIA APARECIDA DIAS MACHADO
4	BRUNO FERNANDO DO NASCIMENTO
5	CAMILA UKRACHESKI GONÇALVES
6	CAROLINE BATISTA AMARAL
7	DANIELE APARECIDA MARIANO
8	DANIELE DOMINGUES DA ROSA
9	DANILO SILVA DANIELEWSKI
10	DEBORAH LETÍCIA DOS SANTOS LOPES
11	DEISE DE LIMA SILVA
12	DERLI DE LIMA PAZ SOARES
13	DOUGLAS HENRIQUE ROSA
14	ELISIANE PAIÃO RODRIGUES
15	FABIO INOCENCIO DA SILVA
16	FERNANDA APARECIDA DE OLIVEIRA
17	FERNANDO RAFAEL CLAUDINO CARNEIRO
18	GISLAINE BARBOSA DE OLIVEIRA
19	IZAQUE KADES DAS NEVES
20	JAQUELINE APARECIDA DE MIRANDA
21	JONATHAN MATHEUS GLOB ISTICHUK
22	JULIANA CRISTINA CONCEIÇÃO
23	JULIANE PAIÃO RODRIGUES
24	LAYARA CAHICOSKI
25	LILIANE APARECIDA DA SILVA
26	LUCAS FELIPE DE SOUZA
27	LUCAS RICARDO DE ALMEIDA BUENO
28	MAYARA FERREIRA DE MIRANDA
29	MICHELE CRISTINA COSTA MANOEL ALVES
30	MURILO PEREIRA RIBEIRO
31	PAMELA COPPETTI DE MELO
32	RENIELE BRAZ FERREIRA
33	SILVIO GAIA JUNIOR
34	SUZANE APARECIDA DE FREITAS
35	WILLEM MARIO NETTO MATOS
CARGO: **MOTORISTA DE AMBULÂNCIA**	
	CANDIDATO
1	ADRIANO ROBERTO DA SILVA
2	ALAN DAVI DOMINGOS

3	FRANCISCO CARLOS GASPARATTO
4	HELIO NEVES DE MELLO
5	JOSÉ ELIAS RIBEIRO
6	LUÍS DOS SANTOS PEREIRA
7	MARIA JOSÉ NOGUEIRA
8	MIGUEL BERNARDINO DE ANDRADE
9	OZEIAS DE JESUS
CARGO: **MOTORISTA DE AUTOMÓVEL**	
	CANDIDATO
1	ACIR JOSÉ DOS SANTOS
2	ADAILTON DA SILVA ALVES
3	ADEMAR DOS SANTOS
4	ADEMILSON MOREIRA DE LIMA
5	ADEMIR DE OLIVEIRA ALMEIDA
6	ADEMIR DOS SANTOS SOBRINHO
7	ADERLEI CARDOSO DOS SANTOS
8	ADRIANO APARECIDO DE MIRANDA
9	ADRIANO ROBERTO DA SILVA
10	ALAN CARLOS BARRETO SILVA
11	ALAN MULLER DA LUZ
12	ALDAIR ZICO DE FRANÇA
13	ALEX SANDRO DA SILVA
14	ALISON MACHADO RANGEL DE MORAES
15	ALLAN RICARDO DE MELLO JORGE
16	ANA LICE DELGADO FLORIANO
17	ANA PAULA TURIBIO MACHADO
18	ANDRE CARLOS DE ALMEIDA
19	ANTONIO CARLOS PANIGUEL
20	APARECIDO EDUARDO DOMINGUES
21	ARIELCIO LEMES PEREIRA
22	ARLINDO DOS SANTOS FILHO
23	AUGUSTO DE OLIVEIRA
24	AUGUSTO TIAGO RODRIGUES
25	BRUNA CAMARGO DE GODOI
26	BRUNO FERNANDO DO NASCIMENTO
27	CASSIANO LEANDRO SANTOS
28	CEYTON BARROS DOS SANTOS
29	CHARLES BARRETO COSTA
30	CLAUDINEI CAMARGO
31	CLAUDINEI DA SILVA
32	DAIANE DE OLIVEIRA
33	DANILO FARIAS DOS SANTOS
34	DANILO RAFAEL MOREIRA
35	DANTON GODOI DE ALMEIDA
36	DENILSON DE PAULA LIMA
37	DERLI DE LIMA PAZ SOARES
38	DIORGENES DOS SANTOS
39	DIRCEU FELIPE URBANISKI
40	EDERSON AVELINO CORREA
41	EDIMARA NOGUEIRA
42	EDSON CECILIANO BONOTTO
43	EDSON LUIZ DE SOUZA
44	ELISEU FERREIRA DA SILVA
45	ELTON CARNEIRO FERNANDES
46	ESPEDITO MACHADO
47	FELIPE DANIEL CORREA DA LUZ
48	FERNANDO HENRIQUE GONÇALVES
49	FERNANDO JOSE CORREA DA LUZ
50	FLAVIO BRUNO MIRANDA
51	GELSON TOMAZ DE LIMA
52	GIORGE AUGUSTO DA SILVA
53	GISELI CRISTINA LOPES LEONEL DOS SANTOS
54	GUILHERME AUGUSTO DE OLIVEIRA PAULINO
55	ITALO EDUARDO RIBEIRO
56	IVAN COSTA DOS SANTOS
57	JESSE SOARES DA SILVA JUNIOR
58	JOEL FERNANDES CORREIA
59	JONAS ELIEL RODRIGUES
60	JOSE AUGUSTO DE OLIVEIRA
61	JOSE ELIAS RIBEIRO
62	JOSE NEI FERREIRA DOS SANTOS
63	JOSE ORLANDO DE PAULA
64	JUAREZ FERREIRA JUNIOR
65	JULIAN MATEUS RIBEIRO
66	JULIO CESAR PEREIRA
67	LAURI DE OLIVEIRA
68	LEONARDO ADRIANO LODY
69	LUCAS RAMOS DO AMARAL
70	LUCILENE APARECIDA DE LIMA
71	LUÍS CARLOS RODRIGUES
72	LUÍS DOS SANTOS PEREIRA
73	LUIS VINICIUS DE ALMEIDA SANTOS
74	LUIZ ANDRE PAULINO GERMINIANI
75	LUIZ CORREA DE MORAES
76	MARCIA MAURICIO LEMES MOREIRA
77	MARCIO CRISTIANO DA SILVA
78	MARCIO LEAL DE SOUZA
79	MARCO ANTONIO DE MELO
80	MARCOS DE LIMA

81	MARCOS DOMINGUES DE JESUS
82	MARCOS VINICIUS DA SILVA MIRANDA
83	MARIA LUCIANA DA SILVA
84	MAYKON BENEDITO DA ROSA
85	NELSON DE JESUS
86	ODAIR PEDRO DOS SANTOS
87	ORLANDI PINHEIRO FURTADO
88	OZEIAS DE JESUS
89	PAULO DE TARSO PROBST BARDAL
90	PAULO GLOBA
91	RAFAEL KUBASKI
92	RAFAELA DIAS DA SILVA RODRIGUES
93	RAPHAEL FERREIRA RODRIGUES
94	REDERHMON JOSE GAIA SOARES
95	REGIANE MARIA DOS SANTOS SILVEIRA
96	RENATO ASSUNÇÃO
97	RENATO MARTINS DE SOUZA
98	ROBSON MASCARENHAS DE CARVALHO
99	RODRIGO DAS NEVES
100	RODRIGO GILIET
101	ROSNI MOREIRA DE LIMA
102	SAMIR RODRIGUES
103	SAMUEL MARIANO DA SILVA
104	SAMUEL RIBEIRO DOMINGUES
105	SERGIO LEMES DE ABREU JUNIOR
106	SILVIA MARA DE CAMARGO MACHADO
107	SUELEM APARECIDA DOS SANTOS
108	TARCISIO ROBERTO METRING GONÇALVES
109	ZACARIAS SOUZA DE MELLO
CARGO: **MOTORISTA DE AMBULÂNCIA**	
	CANDIDATO
1	AGUINALDO ROSEIRA DOS SANTOS
2	ANTONIO LEANDRO BUSNELLO SANTOS
3	AUGUSTO TIAGO RODRIGUES
4	CARLOS ALEXANDRE BUENO
5	CARLOS ZACARIAS
6	DIORGENES DOS SANTOS
7	EDSON CECILIANO BONOTTO
8	ENIO INOCENCIO DA SILVA
9	EZEQUIEL DOS SANTOS
10	GELSON CARDOSO DOS SANTOS
11	GEOVANINI DE OLIVEIRA
12	JOÃO APARECIDO DE LIMA
13	JOEL FERNANDES CORREIA
14	LEANDRO RODRIGUES SIMÃO
15	MARCOS DE LIMA
16	MARIA JOSE NOGUEIRA
17	MIGUEL BERNARDINO DE ANDRADE
18	NELSON DE JESUS
19	PEDRO ROSA
20	REDERHMON JOSE GAIA SOARES
21	SAMUEL MARIANO DA SILVA
22	SAULO SANTOS FONSECA
23	SIVANEI DA SILVA
24	VINICIUS FRANSCISCO GONÇALVES DEMETRIO
CARGO: **OPERADOR DE MÁQUINAS I**	
	CANDIDATO
1	ADEMAR DOS SANTOS
2	ADEMIR DOS SANTOS SOBRINHO
3	ALDAIR ZICO DE FRANÇA
4	ANTONIO CARLOS PANIGUEL
5	AUREO GERSON DOS SANTOS
6	CLEYTON BARROS DOS SANTOS
7	CRISTIANO RODRIGUES SAMPAIO
8	DENILSON DE PAULA LIMA
9	EDERSON AVELINO CORREA
10	EDIMILSON APARECIDO PRADO
11	FERNANDO JOSE CORREA DA LUZ
12	IVAN COSTA DOS SANTOS
13	JULIO CESAR PEREIRA
14	LAURI DE OLIVEIRA
15	LUÍS CARLOS RODRIGUES
16	MARCO ANTONIO DE MELO
17	MARCOS ALVES DE MORAIS
18	MAYKON BENEDITO DA ROSA
19	RAFAELA DIAS DA SILVA RODRIGUES
20	VALDEMIR WILTEMBURG
21	ZACARIAS SOUZA DE MELLO
CARGO: **PROFESSOR DE MÚSICA**	
	CANDIDATO
1	CAMILA CRISTIANE FERREIRA DE ALMEIDA
2	LUANA DEMEU MORENO
3	PAULO ROGERIO DE ANDRADE
4	SUELI RODRIGUES VAZ
CARGO: **PSICÓLOGO**	
	CANDIDATO
1	FLAVIA DE SOUZA SOARES
2	FRANCIELE CLETO MARIANO
3	GISELLE ALBERTI

4	JANAINA APARECIDA COSTA E SILVA
5	LENIR SANCHES POSTERARO
6	MARINA FRANCIELE SANTOS
7	PAMELA AUGUSTA CAETANO DE CAMPOS CAPILÉ
8	PRISCILA ROBERTA VIEIRA
9	SANDRO MASSARU UEKI
10	SIMONE SILVA CHUERY
CARGO: **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**	
	CANDIDATO
1	ADRIANA APARECIDA DA SILVA
2	ANGELICA ELISABETH DE MEIRA
3	ELIANE DOS SANTOS LOPES
4	LUANA APARECIDA RODRIGUES DE ALMEIDA
5	LUCI DE ALMEIDA BUENO
6	PATRICIA CORREA MACHADO CLAUDINO
7	PATRICIA RODRIGUES
8	ROSELI SILVANA CABRAL
9	TAÍSA CAROLINE METRING DE MATOS
10	TIAGO DE LIMA CAMARGO
11	VANILDA DE OLIVEIRA LIMA
CARGO: **TÉCNICO EM ESPORTES**	
	CANDIDATO
1	ALISON BRAGA DA SILVA
2	ANDRE RIBEIRO DOS SANTOS
3	BRUNO SILVA VIEIRA
4	CAROLINE BATISTA AMARAL
5	CELSO ARIDEUS DE FARIAS
6	CHARLES BARRETO COSTA
7	DANILO SILVA DANIELEWSKI
8	DEBORAH LETÍCIA DOS SANTOS LOPES
9	DOUGLAS HENRIQUE ROSA
10	FABIO INOCENCIO DA SILVA
11	FERNANDA ALVES DE MELO
12	FERNANDO RAFAEL CLAUDINO CARNEIRO
13	IZAQUE KADES DAS NEVES
14	JEAN CARLOS ALVES DA SILVA
15	JUAREZ FERREIRA JUNIOR
16	JULIANE PAIÃO RODRIGUES
17	LEANDRO CESAR DE PAULA ROSA
18	LUCAS RICARDO DE ALMEIDA BUENO
19	LUCINDA DE ALMEIDA SANTOS
20	MARCIO CRISTIANO DA SILVA
21	MARCOS ANTONIO KOGUT
22	MAURA DE ASSUNÇÃO
23	MURILO DE MORAES CORDEIRO
24	MURILO PEREIRA RIBEIRO
25	NATACHA DE OLIVEIRA
26	OSMAEL PINHEIRO FURTADO
27	PAMELA COPPETTI DE MELO
28	PATRÍCIA DELGADO FERREIRA
29	SANDY APARECIDA RODRIGUES PAULINO
30	VANESSA DE MELO
CARGO: **ZELADOR**	
	CANDIDATO
1	ADRIANA MACHADO DE OLIVEIRA
2	ADRIANE BRAZ
3	ADRIELE RODRIGUES DE ALMEIDA LIMA
4	ADRIELY MARQUES DOS SANTOS
5	ADRIETE APARECIDA DE SOUZA
6	ADRYELLE DE MATOS MORAES SANTOS
7	AGUINALDO ROSEIRA DOS SANTOS
8	ALESSANDRA DE FÁTIMA RODRIGUES
9	ALESSANDRA ROBERTO
10	ALEXANDRE MARCONDES DA SILVA
11	ALINA MARIA RODRIGUES WOLF
12	ALZIRENE ALVES DE MELO
13	AMAGALI ALVES DA SILVA
14	ANA CLAUDIA FERNANDES
15	ANA FLAVIA RIBEIRO
16	ANA LICE DELGADO FLORIANO
17	ANA MERI DA SILVA MIRANDA DE MELLO
18	ANA PATRICIA COSTA
19	ANA PAULA CARDOZO DOS SANTOS
20	ANDREIA APARECIDA DIAS MACHADO
21	ANGELA MARIA DOS SANTOS
22	ANGELICA PINHEIRO
23	APARECIDO EDUARDO DOMINGUES
24	ARLETE FARIA
25	CAMILA FURQUIM PEREIRA
26	CAMILA UKRACHESKI GONÇALVES
27	CAMILE DO RÓCIO SILVEIRA
28	CARLA RAFAELA ALVES DOS SANTOS
29	CAROLINE DE FATIMA FLORA
30	CLAUDINA MARIA DOS SANTOS ZACARIAS
31	CLEIDELI FERREIRA RODRIGUES
32	CRISTIANE ALVES DA CRUZ
33	DAIANE DE OLIVEIRA
34	DAMARIS DA CRUZ
35	DANIELE APARECIDA MARIANO

36	DANIELE BLUME WASSOAVIK
37	DANIELE DE JESUS DA SILVA
38	DANIELE DE SOUSA FRANÇA
39	DANIELE DOMINGUES DA ROSA
40	DANIELE ROSA PARANHO
41	DANIELE SANTOS VALÉRIO IZAIAS
42	DANILO FARIAS DOS SANTOS
43	DEBORA APARECIDA DE LIMA
44	DENILZA APARECIDA RODRIGUES
45	DENISE APARECIDA ALEXANDRINO DA LUZ
46	DIOMARA COSTA DE OLIVEIRA
47	EDIELE DE SOUZA DOMINGUES
48	EDIMARA NOGUEIRA
49	EDIMEIA FLORIANO DE OLIVEIRA
50	EDINEIA FELIX DE BRITO CARVALHO
51	EDNA RODRIGUES CONSTANTE
52	EDNEIA DE FATIMA DE SOUZA
53	EDUARDO HENRIQUE DA SILVA
54	ELIANE APARECIDA MASCARENHAS
55	ELIANE DE FATIMA BRUGGER
56	ELIDIANE FERREIRA DE MIRANDA
57	ELIRA ALVES MOREIRA DE LIMA
58	ELISIANE PAIÃO RODRIGUES
59	ELZA APARECIDA DA SILVA FITZ
60	EMERSON ANTONIO AROLDO
61	ESDRAS ROSA
62	EUNICE APARECIDA ALVES
63	EUNICE DE BARROS
64	EVANDRO MESSIAS DE CARVALHO
65	FABIANE DE MELO
66	FABIANE SANTOS
67	FERNANDA ALVES DE MELO
68	FERNANDA APARECIDA DE OLIVEIRA
69	FRANCIELE CRISTINA DE PONTES
70	FRANCIELE DE FÁTIMA CAMARGO DE GODOI
71	FRANCINE DE LIMA GODOI
72	GABRIELA CASA GRANDE FONSECA HORA
73	GICELDA DE ANDRADE FERREIRA
74	GILCÉLIA BUENO DE PONTES
75	GIOVANNA LOPES LEONEL
76	GISIELE DE CAMARGO BRAZ
77	GISLAINE DOS SANTOS DEPA
78	GREICE ALVES MACIEL DOMINGUES
79	HARINE MAKSLAINE DE OLIVEIRA
80	HEBILA AMANDA SOARES DOS SANTOS
81	HELIDA JORGE
82	IAN ALVES DA ROCHA
83	IVONE RODRIGUES DE SOUZA
84	IVONEIDE TERESA CONTENTE DA SILVA
85	JACKELINE WILTERBURG
86	JANAINE VIEIRA DA SILVA
87	JANETE DIAS MENDES
88	JANILDA DE OLIVEIRA TASSI GOMES
89	JEAN CARLOS ALVES DA SILVA
90	JEIZE MOREIRA
91	JOSEMARA DOS SANTOS SOUZA
92	JOSETE ALVES DE ALMEIDA
93	JOSIANE APARECIDA CARNEIRO
94	JOSIANE DE ALMEIDA MELO
95	JOYCE FERREIRA PAES
96	JULIANA APARECIDA TURIBIO
97	JULIANA CRISTINA CONCEIÇÃO
98	JULIANA CRISTINA RAMOS
99	JULIANE DE MELLO JOIA
100	JULIANE METRING FERNANDES
101	JULIO CESAR LUCIO
102	JUSSARA PERES DA SILVA
103	KAREN FRANCINE DE OLIVEIRA DOS SANTOS
104	KARINE MARIA DE CAMARGO
105	LARISSA ELTER NOGUEIRA PIRES
106	LAYARA CHAICOSKI
107	LENIEL GANGI
108	LETICIA DRUZEK DE CAMARGO
109	LIDIA DE JESUS SANTOS
110	LILIAN MENOZZI MALIGESKI
111	LILIANE ALVES
112	LILIANE FERNANDES DA SILVA
113	LOURDES BENEDITA DA SILVA
114	LUANA APARECIDA RIBEIRO
115	LUANA RAQUEL LIMA DE ANDRADE
116	LUCELIA DE FÁTIMA GONÇALVES
117	LUCIENE PEREIRA COSTA CAMARGO
118	LUCIENEIA DA SILVA
119	LUCILENE APARECIDA DE LIMA
120	LUCILENE MARIA AROLDO
121	LUCIMARA JARDIM
122	LUCIMARA SOARES DA SILVA
123	LUCINEIA APARECIDA DOS SANTOS
124	LUCINEIA NERES GOMES

125	LUÍS FELIPE CAMARGO
126	LUIS VINICIUS DE ALMEIDA SANTOS
127	MAGDA CHIAVINI FERNANDES
128	MARA CELESTE VIEIRA GUIMARÃES
129	MARA DALILA DA SILVA
130	MARCELA WERNECK CHAVES DE OLIVEIRA
131	MARCIA MAURICIO LEMES MOREIRA
132	MARCIA TEIXEIRA MACHADO
133	MARIA APARECIDA BUENO
134	MARIA APARECIDA ROSA BEZERRA
135	MARIA CAROLINA DE BARROS DE SOUZA
136	MARIA LEONI BUENO MIRANDA
137	MARIA LUCIANA DA SILVA
138	MARIA ODETE SILVA
139	MARIA ROSELI DE SOUZA
140	MARIANA DE PAIVA BARBOSA
141	MARILEI VENTURA
142	MARISA ALVES
143	MARIZANGELA MOREIRA VIANA
144	MATHEUS AGNALDO PAIÃO
145	MAURA DE ASSUNÇÃO
146	MAYARA FERREIRA DE MIRANDA
147	MICHELE CRISTINA COSTA MANOEL ALVES
148	MICHELI APARECIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA
149	MICHELI FERREIRA PAZ
150	MIRIAN FERNANDES JORGE
151	NEIVA APARECIDA PEREIRA
152	NELMA MELLO DOS SANTOS
153	NEUZA DOS SANTOS FERNANDES
154	NILCEIA DOS SANTOS DA SILVA
155	PAMELA CRISTINA GASPARATO FREITAS SIQUEIRA
156	PAMELA KARINA DE ALMEIDA
157	PATRICIA DO NASCIMENTO RAMOS
158	PATRICIA XAVIER DA SILVA
159	PRICIELI TEREZINHA DE ANDRADE
160	RABISUÉLY CORREA DA SILVA SOUZA
161	RAISSA MENDES DA SILVA
162	RAQUEL ALVES DA SILVA
163	REEGIANE MARIA DOS SANTOS SILVEIRA
164	RENATA CRISTINA DE SOUZA MOREIRA
165	RENATA DO ROSSIO XIMARELLI FUGLINI
166	RENIELE BRAZ FERREIRA
167	ROSANA GOMES DA SILVA
168	ROSE DA APARECIDA BRUGGER
169	ROSELI DE OLIVEIRA
170	ROSEMERI MASCARENHAS DE CARVALHO
171	ROSEMILDA ALVES
172	ROSENILDA RIBEIRO JARDIM
173	ROSIMEIRE APARECIDA DA SILVA
174	ROSIMEIRE SILVERIO DOS SANTOS
175	ROSIMERE BRAZ DE SOUZA
176	ROSINETE DE MELO
177	RUBIELE CORRÊA DA SILVA CAVALCANTE
178	SABRINA MARRONE TURIBIO
179	SANDRA JARDIM SANTOS
180	SANDRA MARA RODRIGUES DE SOUZA
181	SANDY APARECIDA RODRIGUES PAULINO
182	SERGIO LEMES DE ABREU JUNIOR
183	SILVANIRA RAMOS DE ALMEIDA
184	SILVIA DE OLIVEIRA CONSTANTE
185	SIMONE DE MELLO WAUROF NEUMANN
186	SIMONE RAMOS DE ALMEIDA SANTOS
187	SIRLENE DE FÁTIMA BRUGGER JORGE
188	SUELEM APARECIDA DOS SANTOS
189	SUELLEN CRISTINA CORRÊA DE SOUZA
190	SUELLEN RAMOS DA SILVA PAULINO
191	SUSIMARA APARECIDA DE MIRANDA
192	SUZANE APARECIDA DE FREITAS
193	TALIA DE LIMA TEIXEIRA
194	TALITA DA SILVA FERNANDES
195	TATIANE APARECIDA DE LIMA DA SILVA
196	TATIANE BARBOSA PEDRO
197	TEREZINHA APARECIDA BORGES
198	THAIS BARBOSA PEDRO
199	THAIS MEIRA DOS SANTOS
200	THALIA BARBOSA DA SILVA VASCONCELOS
201	VALDICLÉIA DOS SANTOS CORRÊA
202	VALQUIRIA VAZ DE MELO BRISOLA
203	VANDRESSA GARCIA CRESCÊNCIO
204	VANESSA DE MELO
205	VANIA APARECIDA RODRIGUES MACHADO
206	VANIA RAQUEL ALVES ASSUNÇÃO
207	VANILDA DE OLIVEIRA MATOS
208	VANUSA EMILIO DE SOUZA
209	VILMA APARECIDA DA SILVA
210	VIVIANE RODRIGUES PAULINO
211	ZERLICE ALVES PINHEIRO
212	ZULMIRA PEREIRA DA SILVA

Sengés, 19 de outubro de 2017.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Criselen Ribeiro
Código Identificador:32FFBC44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EDITAL GABARITO CONCURSO Nº 001/2017

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 – D – DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Art. 1º - A Comissão Especial de Concurso Público, no uso de suas atribuições legais **DIVULGA** o gabarito preliminar das provas aplicadas no dia 15 de outubro de 2017, referente ao Concurso Público, aberto através do Edital de Concurso Público Nº 001/2017, conforme abaixo discriminado:

QUESTÕES	ADVOGADO	AGENTE DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO – FUNÇÃO: ELETRICISTA	AGENTE DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO – FUNÇÃO: PEDREIRO	AGENTE DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO – FUNÇÃO: SERVIÇOS HIDRÁULICOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – FUNÇÃO: OPERÁRIO
	B	C	C	C	B
	B	A	A	A	C
	B	D	D	D	A
	A	C	C	C	A
	C	A	A	A	D
	D	C	C	C	D
	B	D	D	D	C
	C	C	C	C	B
	A	D	D	D	B
	D	A	A	A	A
	C	A	D	D	D
	B	B	C	C	C
	B	D	D	C	C
	B	D	D	B	D
	D	C	B	A	A
	B	B	A	C	C
	D	C	C	B	C
	C	C	C	D	B
	A	D	D	A	A
	D	B	C	A	D
	A				
	B				
	A				
	C				
	B				
	B				
	A				
	A				
	D				
	B				

QUESTÕES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – FUNÇÃO: SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AGENTE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES – FUNÇÃO: MOTORISTA	AGENTE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES – FUNÇÃO: OPERADOR DE MÁQUINAS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CONTADOR
	B	C	C	A	B
	C	A	A	C	B
	A	D	D	D	B
	A	C	C	C	A
	D	A	A	B	C
	D	C	C	D	D
	C	D	D	C	B
	B	C	C	B	C
	B	D	D	A	A
	A	A	A	C	D
	D	A	A	B	A
	C	C	C	C	C
	C	B	B	C	D
	D	C	C	A	A
	A	A	A	B	B
	C	C	C	C	B
	C	D	D	D	D
	B	A	A	D	A
	A	C	C	C	B
	D	C	C	C	C
				B	C
				A	A
				D	C
				C	C
				B	B
					D
					B
					A

					C
					C

QUESTÕES	ENGENHEIRO CIVIL	LEITURISTA	OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO – FUNÇÃO: OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO
	B	A	A
	B	C	C
	B	D	D
	A	C	C
	C	B	B
	D	D	D
	B	C	C
	C	B	B
	A	A	A
	D	C	C
	C	B	B
	B	C	C
	A	C	C
	C	A	A
	D	B	B
	B	A	B
	C	B	A
	A	A	D
	C	A	B
	C	B	D
	D	A	A
	B	B	D
	B	D	A
	A	A	D
	D	C	D
	C		
	A		
	B		
	D		
	C		

REGISTRE-SE.
PUBLIQUE-SE E
CUMPRA-SE.

Sertanópolis - PR, 16 de outubro de 2017.

ELLEN CRISTINA DE SOUZA PIOTTO
Presidente da Comissão Especial de Concurso

EDGARD APARECIDO FERRO
Membro da Comissão Especial de Concurso

CARLOS CÉSAR DE ALMEIDA
Membro da Comissão Especial de Concurso

Publicado por:
Ellen Cristina de Souza Piotto
Código Identificador:FFDF80EC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº ATA DE REGISTRO DE PREÇO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA	VALOR R$
139/2017	45/2017	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PESADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL/PR	KELLY A D S MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS - ME CNPJ: 21.782.356/0001-02	18/10/2017	18/10/2018	8.691,60

TIJUCAS DOS SUL, 18 DE OUTUBRO DE 2017

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira

Publicado por:
Luciana Mickus Pichorim
Código Identificador:A59FEF81